UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PEDRO HENRIQUE LESSA TORRES

A CRUZ E A ESPADA: O SURGIMENTO DA UNIÃO CATÓLICA MILITAR E SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-EDUCACIONAL (1917-1930)

NITERÓI,

2022

PEDRO HENRIQUE LESSA TORRES

A CRUZ E A ESPADA: O SURGIMENTO DA UNIÃO CATÓLICA MILITAR E SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-EDUCACIONAL (1917-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação. Campo de Confluência: **Intelectuais, Juventude e Educação Democrática**.

Orientadora: Prof.ª Drª.Claudia Maria Costa Alves de Oliveira

NITERÓI,

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

T693c Torres, Pedro Henrique Lessa
A CRUZ E A ESPADA: O SURGIMENTO DA UNIÃO CATÓLICA MILITAR E SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-EDUCACIONAL(1917-1930) / Pedro Henrique Lessa Torres. - 2023.
399 f.
Orientador: Claudia Maria Costa Alves de Oliveira.
Coorientador: José Antonio Miranda Sepúlveda.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense,Faculdade de Educação, Niterói, 2023.
1. Educação. 2. União Católica Militar. 3. Conservadorismo. 4. Catolicismo. 5. Produção intelectual. I. Oliveira, Claudia Maria Costa Alves de, orientador. II. Sepúlveda, José Antonio Miranda, coorientador. III. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Pedro Henrique Lessa Torres

A CRUZ E A ESPADA: O SURGIMENTO DA UNIÃO CATÓLICA MILITAR E SUA ATUAÇÃO POLÍTICO-EDUCACIONAL (1917-1930)

Niterói, 30 de janeiro de 2023.

Banca examinadora:

Profª. Drª. Claudia Maria Costa Alves de Oliveira (UFF)

Prof. Dr. José Antonio Miranda Sepulveda (UFF)

Profª. Drª. Tatiana Silva Poggi de Figueiredo (UFF)

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (PUC/SP)

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro (FGV/RJ)

Profª. Drª. Paula Leonardi (UERJ)

Ao meu núcleo familiar:

A minha esposa (minha ruivinha, minha Mary Jane da vida real) por ser o meu sol, meu tudo; a minha sogra, por ser minha segunda mãe, ao Paçoca, por ser o gatinho mais bonzinho e fofo do mundo ☺ ;)

Agradecimentos

À minha esposa, pelo amor gigante e genuíno, pelo carinho, pelo cuidado integral, pela grandeza e por ter me apoiado e dado forças, me salvando por diversas vezes ao longo dos duros anos de pesquisa sem bolsa, nem afastamento por licença, quando precisei conciliar uma carga horária de trabalho de mais de sessenta horas semanais e atividades extras com a dedicação necessária a esta investigação que foi feita através do sacrifício de finais de semana, férias, lazer e horas de sono às custas da minha qualidade de vida e, eventualmente, da minha própria saúde mental.

À minha sogra, por acordar junto comigo todas as manhãs, me dando forças para os longos dias de luta, pelas saladas de fruta e por ser a melhor secretária do mundo, me lembrando de diversos compromissos ao longo de todos estes anos.

Aos meus pais, por toda a dedicação e pelos longos anos de investimento na minha educação.

Ao meu irmão, pela grande amizade, lealdade e carinho.

In memoriam, a Jonas Torres, meu avô, pelas lições de vida transmitidas.

À minha orientadora Claudia Alves, pela atenção, dedicação, compreensão, carinho e pelas orientações e dicas fundamentais: aprendi e aprendo muito com a senhora, em cada conversa. Seu zelo na leitura do meu trabalho, sua atenção aos detalhes foram fundamentais.

Ao meu coorientador José Antônio Sepúlveda pela generosidade, dedicação e valiosos conselhos. Este trabalho não teria nascido caso eu não tivesse lhe conhecido. Integrar o seu grupo de pesquisa, o GEPCEB, é uma experiência maravilhosa que me fez crescer e amadurecer como profissional e ser humano. Obrigado, meu amigo!

À Denise Sepúlveda pelo carinho e aprendizagens proporcionadas nos encontros do GEPCEB.

Aos professores das disciplinas cursadas ao longo do doutorado, em especial ao José Claudio Sooma por meio de quem obtive acesso a uma bibliografia muito importante para o desenvolvimento desta tese.

Ao professor Mauro Castilho pelas contribuições dadas durante o exame de qualificação, ajudando na definição do recorte temporal e indicando uma bibliografia muito importante para a compreensão da atuação da Igreja Católica durante a Primeira República.

Aos professores Celso Castro, Paula Leonardi e Tatiana Poggi por se disponibilizarem a ler esta tese e enriquecer este trabalho com a sua participação na banca de avaliação.

Aos colegas do GEPCEB, pelo convívio agradável, pelo apoio e pela troca de conhecimentos.

A Biblioteca Nacional, por ter preservado fontes históricas que foram fundamentais, não somente para o meu doutorado, como também para o meu mestrado. São mais de quinze anos utilizando os materiais dessa instituição.

Ao IHGB, pelos arquivos preservados e pela presteza com que fui atendido.

À UFF, onde cursei este doutorado. À UFRJ, onde cursei disciplina. À UERJ, onde fiz o mestrado. À UNIRIO, onde fiz a minha graduação.

Enfim, à Universidade Pública que me acolheu e amparou ao longo das últimas décadas.

Resumo

Esta tese objetivou compreender o surgimento da União Católica Militar (UCM) e a sua atuação político-educacional no sentido de religar o reacionarismo católico com as Forças Armadas Brasileiras após o afastamento proporcionado pela Proclamação da República. Para tal, investigou-se o papel desempenhado pela Igreja Católica e pelas Forças Armadas na relação com essa associação (UCM), entre 1917 e 1930, período de consolidação da aliança católico-militar. A metodologia adotada envolveu uma investigação acerca dos periódicos e intelectuais que sustentavam a visão de mundo e o projeto político-educacional da UCM enquanto aparelho de hegemonia conservadora. Nesse estudo, constatou-se que a penetração católica nas Forças Armadas, projeto acalentado pela Igreja Católica desde o afastamento ocasionado pela Proclamação da República sob a liderança de militares positivistas, somente obteve êxito quando se associou à finalidade de conter a indisciplina nos meios militares, no contexto do movimento tenentista, passando a receber maior apoio político e respaldo por parte do oficialato militar. Através de uma ação educativa baseada no nacionalismo e catolicismo, buscou-se uma reconfiguração simbólica conservadora no meio militar, operando por meio de discursos e pela (re)criação de tradições. Encerrado o movimento militar tenentista e desarticulado o tenentismo como grupo político, no decorrer da década de 1930, a UCM manteve-se ativa, transcendendo o contexto que fomentou seu desenvolvimento inicial. Para fins de análise, os principais periódicos estudados foram: O Centurião, O Bom Soldado e O Bom Militar, todos editados pela UCM e inéditos enquanto objeto de pesquisa historiográfica. No que diz respeito aos intelectuais, os principais foram: padre Desiderio Deschand, Jackson de Figueiredo e padre Leonel Franca. Dentre os principais êxitos conservadores para os quais a UCM concorreu, estão a oficialização do retorno do serviço de assistência religiosa às Forças Armadas e a difusão do festejo cívico-religioso conhecido como a Páscoa dos Militares. Através da UCM, temos a chegada organizada de um catolicismo ortodoxo nas Forças Armadas, favorecendo neste meio a expansão de um conservadorismo religioso. Duas ordens religiosas católicas se destacaram neste processo: vicentinos e jesuítas.

Palavras-chave: Conservadorismo; Nacionalismo; Catolicismo; Intelectuais católico-militares; Educação; União Católica Militar.

ABSTRACT

This thesis aimed to understand the emergence of the Catholic Military Union (UCM) and its political-educational action in the sense of reconnecting Catholic Reacionarism with the Brazilian Armed Forces after the removal provided by the Proclamation of the Republic. To this end, the role played by the Catholic Church and the Armed Forces in the relationship with this Association (UCM) between 1917 and 1930, a period of consolidation of the Catholic-military alliance, was investigated. The methodology adopted involved an investigation into the periodicals and intellectuals that supported the world view and the political-educational project of the UCM as a device of conservative hegemony. In this study, it was verified that the Catholic penetration in the armed forces, a project cherished by the Catholic Church since the removal caused by the Proclamation of the Republic under the leadership of positivist military, was only successful when associated with the purpose of containing indiscipline in the military, in the context of the lieutenant movement, when it began to receive greater political support and support from military officers. Through an educational action based on nationalism and Catholicism, it sought a conservative symbolic reconfiguration in the military environment, operating through speeches and the (re)creation of traditions. With the end of the tenentista military movement and the dismantling of tenentism as a political group, throughout the 1930s, the UCM remained active, transcending the context that fostered its initial development. For purposes of analysis, the main periodicals studied were: O Centurião, O Bom Soldado and O Bom Militar, all edited by the UCM and unpublished as an object of historiographical research. With regard to intellectuals, the main ones were: Father Desiderio Deschand, Jackson de Figueiredo and Father Leonel Franca. Among the main conservative successes for which the UCM contributed are the formalization of the return of the religious assistance service to the armed forces and the dissemination of the civic-religious celebration known as the military's Easter. Through the UCM, we have the organized arrival of an orthodox Catholicism in the armed forces, favoring in this environment the expansion of a religious conservatism. Two Catholic religious orders stood out in this process: Vincentians and Jesuits.

Keywords: Conservatism; Nationalism; Catholicism; Catholic-military intellectuals; Education; Catholic Military Union.

RÉSUMÉ

Cette thèse visait à comprendre l'émergence de l'Union militaire catholique (UCM) et son action politico-éducative dans le sens de reconnecter le réactionarisme catholique avec les forces armées brésiliennes après le retrait prévu par la Proclamation de la République. À cette fin, le rôle joué par l'Église catholique et les forces armées dans les relations avec cette association (UCM) entre 1917 et 1930, période de consolidation de l'alliance catholique-militaire, a été étudié. La méthodologie adoptée impliquait une enquête sur les périodiques et les intellectuels qui soutenaient la vision du monde et le projet politico-éducatif de l'UCM en tant que dispositif d'hégémonie conservatrice. Dans cette étude, il a été vérifié que la pénétration catholique dans les forces armées, un projet chéri par l'Église catholique depuis le retrait provoqué par la Proclamation de la République sous la direction de militaires positivistes, n'a réussi qu'associée au but de contenir indiscipline dans l'armée, dans le contexte du mouvement des lieutenants, lorsqu'il a commencé à recevoir un plus grand soutien politique et le soutien des officiers militaires. Par une action éducative fondée sur le nationalisme et le catholicisme, elle a cherché une reconfiguration symbolique conservatrice en milieu militaire, opérant par le discours et la (re)création des traditions. Avec la fin du mouvement militaire tenentista et le démantèlement du tenentisme en tant que groupe politique, tout au long des années 1930, l'UCM reste active, transcendant le contexte qui a favorisé son développement initial. Aux fins d'analyse, les principaux périodiques étudiés sont : O Centurião, O Bom Soldado et O Bom Militar, tous édités par l'UCM et inédits comme objet de recherche historiographique. En ce qui concerne les intellectuels, les principaux étaient : le Père Desiderio Deschand, Jackson de Figueiredo et le Père Leonel Franca. Parmi les principaux succès conservateurs auxquels l'UCM a contribué figurent l'officialisation du retour du service d'assistance religieuse aux forces armées et la diffusion de la fête civique et religieuse dite Pâques des militaires. A travers l'UCM, on assiste à l'arrivée organisée d'un catholicisme orthodoxe dans les forces armées, favorisant dans ce milieu l'expansion d'un conservatisme religieux. Deux ordres religieux catholiques se sont démarqués dans ce processus : les Vincentiens et les Jésuites.

Mots clés : Conservatisme ; Nationalisme ; Catholicisme;; Intellectuels catholiques-militaires; Éducation, Union militaire catholique.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo comprender el surgimiento de la Unión Militar Católica (UCM) y su acción político-educativa en el sentido de reconectar el Reacionarismo Católico con las Fuerzas Armadas Brasileñas después de la destitución prevista por la Proclamación de la República. Para ello, se investigó el papel jugado por la Iglesia Católica y las Fuerzas Armadas en la relación con esta Asociación (UCM) entre 1917 y 1930, período de consolidación de la alianza católico-militar. La metodología adoptada implicó una investigación sobre los periódicos e intelectuales que sustentaron la cosmovisión y el proyecto político-educativo de la UCM como dispositivo de hegemonía conservadora. En este estudio se verificó que la penetración católica en las fuerzas armadas, proyecto acariciado por la Iglesia Católica desde la destitución provocada por la Proclamación de la República bajo el liderazgo de militares positivistas, sólo tuvo éxito cuando se asoció con el propósito de contener indisciplina en los militares, en el contexto del movimiento de tenientes, cuando comenzó a recibir mayor apoyo político y apoyo de los oficiales militares. A través de una acción educativa basada en el nacionalismo y el catolicismo, buscó una reconfiguración simbólica conservadora en el ámbito militar, operando a través de discursos y la (re)creación de tradiciones. Con el fin del movimiento militar tenentista y el desmantelamiento del tenentismo como agrupación política, a lo largo de la década de 1930, la UCM se mantuvo activa, trascendiendo el contexto que propició su desarrollo inicial. A efectos de análisis, los principales periódicos estudiados fueron: O Centurião, O Bom Soldado y O Bom Militar, todos editados por la UCM e inéditos como objeto de investigación historiográfica. En cuanto a los intelectuales, los principales fueron: el padre Desiderio Deschand, Jackson de Figueiredo y el padre Leonel Franca. Entre los principales éxitos conservadores a los que contribuyó la UCM se encuentran la formalización de la vuelta del servicio de asistencia religiosa a las fuerzas armadas y la difusión de la celebración cívico-religiosa conocida como Semana Santa de los militares. A través de la UCM, tenemos la llegada organizada de un catolicismo ortodoxo a las fuerzas armadas, favoreciendo en este ambiente la expansión de un conservadurismo religioso. En este proceso se destacaron dos órdenes religiosas católicas: los vicentinos y los jesuitas.

Palabras llave: Conservadurismo; Nacionalismo; Catolicismo; intelectuales católico-militares; Educación; Unión Militar Católica.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADN – A Defesa Nacional

AHEX- Arquivo Histórico do Exército

B.C. – Batalhão de Cavalaria

B.D.A. – Brigada

Cap. – Capitão

E.F – Estrada de Ferro

ESG – Escola Superior de Guerra

GAC – Grupo de Artilharia de Campanha

GAP - Grupamento de Apoio

GEPCEB - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGMB – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Mec – Ministério da Educação

N.S. – Nossa Senhora

Q.G. – Quartel general

RAM – Regimento de Artilharia Montada

R.I. - Regimento de Infantaria

R.M. – Região Militar

RJ – Rio de Janeiro

S. – São ou Santo

SP – São Paulo

UCM – União Católica Militar

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

O avanço do país está ligado, consequentemente, à organização, ao aparelhamento, à melhoria, à eficiência de suas Forças Armadas e não ao antípoda disso. Está ligado ao cumprimento, pelas Forças Armadas, de sua missão precípua e específica, e não ao cumprimento de outras missões, de natureza especificamente e ostensivamente política, que cabem a outras forças. É na medida em que as Forças Armadas asseguram as liberdades democráticas que o país avança, inexoravelmente, para a realização de seu destino nacional.

Nelson Werneck Sodré

Introdução

Em 1975, ao refletir sobre a operação historiográfica, Michel de Certeau, em A escrita da história, afirmou que esta se refere a um lugar social, a práticas científicas e a uma escrita. Dentro desta perspectiva, toda pesquisa está articulada a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Em razão deste lugar, definem-se os métodos, as questões são propostas e os documentos selecionados.

Tal posicionamento significa, também, delimitar uma postura epistemológica que evidencia a subjetividade do autor, entendendo que por trás de todo recorte e ordem de exposição existe uma série de decisões filosóficas implícitas, algumas conscientes, outras não. Desta forma, tenta-se fugir do paradigma positivista que silenciava acerca do lugar do autor, sem, contudo, cair num relativismo que iguala a história à literatura. Através de critérios metodológicos no uso das fontes, entende-se ser possível alcançar cientificidade, mesmo reconhecendo a individualidade de onde se faz a pesquisa.

Desta forma, optou-se por uma introdução que tenta esclarecer o lugar social de onde se originou esta tese. O início desta investigação se deu em fevereiro de 2016, a partir do meu ingresso no GEPCEB (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira).

O GEPCEB é um grupo de pesquisa sediado na Universidade Federal Fluminense, sob a liderança de José Antônio Sepúlveda e Denise Sepúlveda. O primeiro é professor da Faculdade de Educação da UFF na área de História da Educação, enquanto a segunda é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo, no mesmo campo de pesquisa.

O surgimento desse grupo remonta ao ano de 2014, quando os professores fundadores desenvolveram o interesse de compreender a ascensão conservadora[1] em território nacional, a sua historicidade, táticas e estratégias.

As primeiras leituras do grupo abordaram autores como: Edmund Burke, Roberto Romano, Karl Mannheim, Albert Hirschmann, João Pereira Coutinho, Michael Lowy, Eric Hobsbawm, Edward P. Thompson, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, Wilhelm Reich, entre outros, numa abordagem que evidencia uma alternância entre a

[1] No capítulo 2, será feita uma discussão mais pormenorizada acerca do conceito de Conservadorismo assim como a sua relação com o pensamento católico na Primeira República. Preliminarmente, entende-se como Conservador aquele que, no campo da política, age de maneira a manter o status quo entre as classes. Essa atuação difere conforme o tempo e espaço nacional, mas segue, em linhas gerais, conforme parâmetros delineados em fins do século XVIII por Edmund Burke.

leitura de autores reconhecidos no meio acadêmico por serem conservadores e de estudiosos sobre o movimento conservador.

Ao longo dessa jornada, consolidou-se uma abordagem em que o conceito de visão de mundo de Michael Lowy (2015) ganhou destaque, assim como a perspectiva da história cultural marxista inglesa que rejeita interpretações que imponham uma determinação do econômico sobre o cultural.

Por conta da minha pesquisa de mestrado, realizada entre 2008 e 2010, acerca da participação do jornal Correio da Manhã na campanha presidencial de 1922, tinha ciência da participação de conservadores católicos nas disputas políticas ocorridas na década de 1920. Por isso, manifestei interesse sobre a investigação do Conservadorismo católico na Primeira República.

Durante a confecção da dissertação, havia lido um periódico católico intitulado *Gil Blas*, por meio do qual pude constatar um nacionalismo xenófobo, assim como injúrias racistas e demonizadoras à figura de Nilo Peçanha, candidato à presidência em 1922.

Toda aquela agressividade associada com um discurso religioso me causou forte impressão e curiosidade. Tive dificuldades em acreditar na realidade. Era como se aquele periódico presente na coleção da Biblioteca Nacional fosse falso. Foi custoso assimilar que um veículo de imprensa pudesse ter chamado um candidato à presidente de "bode preto" numa ofensa tão claramente racista. Não pude me aprofundar na pesquisa sobre a *Gil Blas*. No curto tempo disponível do curso de mestrado não me foi possível investigar essa tenebrosa faceta do universo político brasileiro. E foi essa curiosidade não saciada durante o meu mestrado que me trouxe ao GEPCEB.

Deste interesse sobre o Conservadorismo brasileiro e a Primeira República, resultou a minha leitura da tese de José Antônio Sepúlveda, na qual, através da revista *A Defesa Nacional*, estudou-se acerca do papel da Escola Superior de Guerra na configuração do campo educacional brasileiro.

Ao longo dessa tese, Sepúlveda (2010) fez uma abrangente contextualização acerca do interesse do Exército no campo educacional, apresentando vários processos situados no primeiro período republicano nacional.

No decorrer dessa leitura, entrei em contato com um periódico conservador católico-militar. Era um exemplar, de 1929, o número 9, de *O Centurião*, periódico editado pela União Católica Militar (UCM).

O exemplar em questão, encontrado por Sepúlveda, estava dentro da revista *A Defesa Nacional* e indicava, segundo o autor, a ascensão de um grupo conservador religioso no Exército: a União Católica Militar. Essa influência conservadora religiosa se repetiu, ao longo de vários anos, na Revista *A Defesa Nacional*. Esse teor moralizante chegou inclusive à Escola Superior de Guerra (ESG).

O contato com o exemplar de *O Centurião* e a descoberta da existência de um grupo conservador católico-militar me despertou uma série de questionamentos e a vontade de obter um maior aprofundamento.

O que foi ou o que é a União Católica Militar (UCM)? O que levou ao surgimento e manutenção desse grupo conservador? Existem outras fontes? Outros exemplares de *O Centurião*? Quais eram as suas redes de apoio e sociabilidade?

Assim, o ponto de partida desta pesquisa foi um exemplar de *O Centurião*, publicado na revista *A Defesa Nacional*, analisado por Sepúlveda (2010). Na Biblioteca Nacional, foram encontrados os demais exemplares de *O Centurião*.

Os exemplares não haviam sido localizados em uma primeira visita porque estavam indisponíveis. Apenas na segunda tentativa, meses mais tarde, os exemplares estavam disponibilizados e foi isso que possibilitou o início da investigação, uma vez que, nem o Arquivo Nacional, nem o arquivo do Exército, possuíam os exemplares de *O Centurião*.

Os exemplares localizados foram num total de onze dos doze publicados. Do primeiro número não há registros. Nos onze exemplares encontrados, dez dos quais inéditos para a historiografia, é possível observar o surgimento dos núcleos da União Católica Militar, os principais intelectuais de referência do periódico, bem como as principais temáticas de interesse abordadas.

O Centurião foi editado de 1928 a 1929, sendo encerrado por dificuldades financeiras. O encerramento de O Centurião constituiu uma grande frustração no esforço de compreensão da UCM. O periódico voltou a ser publicado em 1930, mas não se encontrou os exemplares publicados a partir deste ano, nem se sabe por quanto tempo continuou a existir.

Por meio de pesquisas simples via Internet, era sabido que a UCM existia até os dias atuais. O fim de O Centurião constituía uma grande lacuna para o campo da história, afinal: como teria sido o desenvolvimento da UCM nas décadas seguintes, em especial nos anos de 1930 e 1940, quando a influência da Igreja Católica cresceu exponencialmente?

O esforço pelo preenchimento desta lacuna levou a uma série de visitas a bibliotecas e arquivos históricos. Em um desses esforços, foi feita uma visita ao arquivo da Cúria Metropolitana, em fins do ano de 2016.

Nesse arquivo, havia apenas um documento sobre a UCM, um regulamento que, em uma primeira leitura, pareceu ser idêntico a um regulamento exposto nos exemplares de *O Centurião*, notando-se que muitas normas eram idênticas.

Entretanto, um olhar mais apurado permitiu notar algumas diferenças, em especial, a data: o regulamento era da década de 1930. Além disso, havia a menção a outro periódico de propaganda da UCM: *O Bom Soldado*.

Retornando à Biblioteca Nacional, foi possível encontrar *O Bom Soldado*. Seus exemplares vão de 1938 a 1950. Não obstante, junto aos exemplares de *O Bom Soldado* estavam os exemplares de *O Bom Militar*, também editado pela UCM. Desta maneira, no final de 2016, estavam reunidas as fontes principais sobre as quais se edificou o esforço de pesquisa para a compreensão da União Católica Militar.

Esses primeiros meses de investigação foram, em essência, uma corrida por fontes, uma sondagem acerca da viabilidade ou não da realização de uma pesquisa de doutorado. Constituído um corpus documental robusto, após uma leitura geral, passou-se ao processo de análise detalhada sobre cada exemplar de *O Centurião*.

Contudo, o espaço de 88 anos entre a publicação dos primeiros exemplares de *O Centurião* e o início desta pesquisa, em 2016, tornou as fontes de difícil compreensão. Em um primeiro momento, parecia que a constituição da União Católica Militar era apenas o esforço empreendido por católicos militares ansiosos por um maior conforto psicológico e espiritual. Ou seja, simplesmente parecia se tratar de uma iniciativa tomada por um grupo de religiosos fervorosos. As motivações políticas não estavam evidentes na maioria dos textos.

Havia, também, uma interrogação, fruto da percepção de que este empreendimento de católicos-militares contou com a anuência e apoio do Exército e da cúpula da Igreja Católica. Que tipos de interesses teriam fomentado tal suporte?

Os exemplares de *O Centurião* eram insuficientes para esclarecer a atuação da UCM por si só. Além disso, não foi possível encontrar um arquivo da União Católica Militar que, sendo uma associação, trata-se de uma pessoa jurídica de direito privado. Apesar de existir até os dias de hoje, não se conseguiu contato por telefone, nem presencialmente, em especial por conta da pandemia de Covid 19. A pandemia

atravessou a maior parte do meu curso de doutorado, o qual se iniciou no segundo semestre de 2018 e me demandou cursar disciplinas até o final de 2019.

No Arquivo Histórico do Exército (AHEX), localizado na cidade do Rio de Janeiro, não se encontrou informações sobre a UCM, apesar das colaborações que o Exército efetuou para com a União Católica Militar, chegando, por exemplo, a imprimir, por certo tempo, o periódico O Bom Soldado, conforme se pode verificar nesta publicação católico-militar.

Era necessário ampliar o escopo da investigação. Mas, de que forma? A saída encontrada teve a sua inspiração na leitura de *O Queijo e os Vermes*, de Ginzburg (2006).

Nesta obra, o historiador italiano, ao investigar a história do moleiro Menocchio, não possuía fontes muito extensas, apenas os arquivos dos interrogatórios, ou seja, tinha poucas fontes e, as que possuía eram muito parciais.

O acesso a Menochhio somente podia ser feito por uma via bastante indireta. Ainda assim, foram encontrados meios que permitiram avanços no âmbito da pesquisa. Ginzburg optou por ler as obras que teriam sido lidas por Menochhio e fez um esforço no sentido de compreender como o moleiro as leu, na tentativa de perceber a herança cultural manifestada pelo interrogado e as relações culturais existentes naquele universo.

Traçando um paralelo, buscou-se realizar um procedimento de pesquisa similar, qual seja, puxou-se a linha do novelo da UCM através da leitura dos intelectuais que foram sendo citados em O Centurião: padre Desiderio Deschand, Jackson de Figueiredo, padre Leonel Franca, entre outros.

Mas isso não é tudo. Uma vez estudados esses intelectuais, tentou-se continuar puxando a linha do novelo em busca de outras influências. Dessa vez, buscou-se ler os autores que embasaram a visão de mundo dos intelectuais citados em O Centurião. A busca por esses intelectuais levou a intelectuais matrizes do pensamento conservador como Edmund Burke e Joseph de Maistre.

Ler essas matrizes do pensamento conservador e perceber a forma como esses autores foram lidos pelos intelectuais no Brasil permitiu compreender como se configurou um pensamento conservador religioso, durante a Primeira República Brasileira.

Compreender os intelectuais citados em *O Centurião* permite perceber não somente a UCM, como também resgatar uma história do combate à laicidade no Brasil,

permitindo enxergar os percalços desta, bem como a forma organizada como atuaram os grupos conservadores católicos brasileiros.

Em resumo, ao puxar as linhas deixadas em *O Centurião*, investigando as pistas e indícios, chegou-se a intelectuais que permitiram avanços na pesquisa e um retorno ao *O Centurião* com outro olhar. Por conta da minha pesquisa de dissertação, *A estratégia política do Correio da Manhã na campanha presidencial de 1922*, eu já possuía certo conhecimento sobre o contexto da Primeira República, em especial sobre a década de 1920. Mas, este saber se revelou insuficiente porque, dentro de uma mesma época, existem muitos contextos, muitos universos culturais, milhares de especificidades. Desta forma, precisei mergulhar na seara do Conservadorismo Católico para compreender os textos publicados na imprensa católico-militar. Assim, em especial, elaborou-se uma das hipóteses fundamentais desta tese: a UCM formou-se não somente por razões religiosas, mas também por interesses institucionais do Exército, da Igreja Católica e pelo apoio de políticos associados ao governo Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes.

Esta hipótese pode ser depreendida com mais clareza durante o estudo da obra de Jackson de Figueiredo, mais especificamente dois livros publicados, respectivamente, em 1922 e 1925: *A Reação do Bom Senso* e *A Coluna de Fogo*. Por meio dessas obras, foi possível perceber aspectos sobre a formação da UCM e o papel exercido pela conjuntura política, bem como quais foram as motivações do Exército e da Igreja Católica para apoiar tal iniciativa.

Ademais, debruçar-se sobre a biografia e obra de intelectuais como Jackson de Figueiredo, padre Desidério Deschand e padre Leonel Franca permitiu delinear as redes de contatos e apoios, assim como as instituições que auxiliaram o Exército e a Igreja na difusão do Conservadorismo católico como: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IHGMB), a Missão Francesa, o Colégio Anchieta, a Sociedade de Santo Ivo, o Centro da Boa Imprensa, dentre outros.

Também foi possível identificar o surgimento de uma associação anterior a UCM que representa um antecedente importante no processo de recatolização das forças armadas: a Conferência de São Maurício que surgiu em 1917, na Escola Militar do Realengo, em uma conjuntura anterior ao movimento tenentista, e demonstra os esforços da Igreja, ainda na década de 1910, para reparar o afastamento que aconteceu entre as forças armadas e o catolicismo com a Proclamação da República. Os membros

da Conferência de São Maurício, conhecidos como mauricianos, foram centrais para a formação e crescimento da UCM na década de 1920.

Por meio da imprensa católico-militar conseguiu-se perceber quais foram os militares mais ativos no processo de formação e difusão da UCM ao longo da década de 1920. Cabe destaque, dentre outros, para o coronel Jorge Pinheiro (diretor de O Centurião), o coronel Benjamin da Fonseca (redator de O Centurião) , o tenente Barreto Lins (um dos fundadores da conferência de São Maurício) e o aspirante a oficial Severino Sombra (presidiu a Conferência de São Maurício em 1928, época de publicação do primeiro ano de O Centurião, e posteriormente trabalhou para a difusão da UCM no Ceará).

O foco desta pesquisa sobre os intelectuais e as possibilidades por eles apresentadas para transcender os limites da documentação encontrada, também está relacionado com o lugar do autor, orientado pela professora Claudia Alves e coorientado por José Antônio Sepúlveda.

Ainda em 2017, sabendo que a professora Claudia Alves poderia disponibilizar uma vaga no concurso de doutorado em Educação no ano de 2018, busquei seus artigos. Através destas leituras, consolidei o meu posicionamento acerca da importância da investigação sobre os intelectuais católicos e católico-militares como chave para se chegar ao âmago da UCM.

Para melhor compreender a UCM e os interesses institucionais do Exército e da Igreja Católica, foi planejado um percurso que se inicia no capítulo 1 com uma análise da relação da Igreja Católica e das Forças Armadas com o Estado brasileiro desde fins do Segundo Reinado até os anos de 1920 na Primeira República.

Neste esforço de contextualização, se visitará alguns momentos institucionais-chave como: o processo de romanização da Igreja católica, o conflito D. Pedro II versus Igreja católica em torno da maçonaria, a mudança da forma de governo de Monarquia para República e as consequentes transformações institucionais que interferiram diretamente no Exército e na Igreja.

A compreensão desse contexto histórico é muito importante para que mais adiante fique clara a interpretação que os intelectuais católicos e católico-militares fizeram das suas próprias origens e sobre os autores conservadores, apresentando um pouco do pensamento conservador católico brasileiro na Primeira República, que se tornou base da formação cultural e política da UCM.

Finda, no capítulo 1, esta apresentação geral sobre a Igreja católica e o Exército no Brasil, foram discutidas as origens e mitos em torno do surgimento da UCM, ou seja, buscou-se demonstrar como os periódicos católicos-militares, ao narrar a própria origem, omitiram fatos fundamentais sobre a formação da associação e sua orientação política.

No capítulo 2, nos aprofundamos acerca do Conservadorismo católico e as suas relações com alguns dos principais autores conservadores europeus, bem como sobre as características da imprensa na Primeira República. Este tratamento sobre o Conservadorismo e a imprensa na Primeira República servirá como preâmbulo para um estudo acerca da imprensa católica e de O Centurião. No capítulo 2, faremos uma apresentação geral dos dados estruturantes do periódico católico-militar, acompanhada da discussão de algumas peculiaridades relacionadas ao regulamento da UCM e às resistências que precisaram ser vencidas para o êxito católico-militar.

Isto significa que trataremos dos patronos da UCM, tanto o patrono religioso, São Maurício, como o patrono Militar, Duque de Caxias. Abordaremos a sua cobertura internacional e a relação com a missão francesa e, nesse campo de relações, estudaremos uma coluna chamada ciência e fé. Desta forma, se refletirá sobre as principais redes de relações dos católicos-militares, seus valores, e, ao mesmo tempo, sobre a sua estratégia para consolidação e crescimento. Outro aspecto, é que, neste capítulo, se pode ver com mais nitidez a forma como O Centurião e a UCM, ao combater o tenentismo, influíram na ideologia que posteriormente se estabeleceria acerca do papel do Exército e as suas possibilidades de intervenção ou não intervenção na sociedade.

Durante a Primeira República, houve a emergência de vários movimentos e iniciativas que buscavam propagar e defender certo sentimento nacionalista. Tratava-se de um campo em franca disputa, que possuía uma série de nuances e passava por um processo de intensa transformação. Os modelos de nacionalismo em vigor no momento da Proclamação da República sofreram modificações importantes na década de 1910 e 1920.

No capítulo 3, buscou-se desvendar a natureza do que seria o nacionalismo defendido pela UCM, ou seja, quais seriam as especificidades do nacionalismo católico militar que a partir dos católicos-militares estava sendo propagado para as forças armadas brasileiras. Os modelos nacionalistas atuantes no início do processo

republicano passaram por uma série de apropriações e depurações por parte do movimento católico e católico-militar.

Após a análise do nacionalismo católico-militar, ainda no capítulo 3, se estudou a atuação dos católicos-militares na (re)criação de novas tradições e seus objetivos educacionais. Por meio de uma série de eventos e comemorações, a UCM difundiu o seu modelo de nacionalismo, assim como defendeu certo tipo de soldado: o católico-militar.

Dentre as principais comemorações/novas tradições nas quais se investiu destacaram-se: a páscoa dos militares e a benção das espadas, cerimônias celebradas até os dias de hoje. Como se poderá ver, tais acontecimentos tinham propósitos educativos internos, ou seja, para própria tropa, mas também existiam objetivos externos, isto é, de propaganda social e política. Por meio de certas comemorações, divulgadas pela imprensa e efetuadas sob olhares de muitas autoridades civis, buscava-se passar determinada imagem da corporação militar: a de que seria composta por conservadores religiosos e disciplinados, os quais, respeitariam as autoridades naquele contexto de ameaça tenentista.

O capítulo 4 foi dedicado a estudar os retiros religiosos, a festa do adeus dos reservistas, o pensamento católico-militar em relação a temática educacional e a defesa do retorno da assistência religiosa às forças armadas. Estes quatro tópicos, em seu conjunto permitiram que se visualizasse aspectos não trabalhados nos capítulos anteriores, acerca do projeto educacional da UCM.

Ao estudarmos os retiros religiosos foi possível compreender as minúcias estratégicas que nortearam os católicos e católicos-militares na sua tentativa implementar mais uma tradição no meio militar. Um dos personagens que atuou para difundir retiros religiosos no campo militar foi o padre Leonel Franca. O estudo sobre a sua biografia, na década de 1920, lançou luz sobre a sociedade de Santo Ivo e as tentativas dos católicos obterem maior respaldo jurídico nos seus tensionamentos com o modelo de laicidade do estado que vigorava na Primeira República. Outro ponto proporcionado pela análise da propaganda dos retiros religiosos em O Centurião e em A Cruz (jornal católico da paróquia São João Batista na então capital da República, Rio de Janeiro) foi a percepção do importante papel dos jesuítas para a difusão de tal prática.

No que diz respeito ao pensamento católico-militar sobre a temática educacional, buscou-se ir além do efetuado no capítulo 2, quando nos debruçamos sobre as colunas jornalísticas intituladas Ciência e fé.

Neste último capítulo, buscou-se analisar as demais colunas que abordaram a questão educacional. Tais colunas foram publicadas nos exemplares 10, 11 e 12 de O Centurião e a análise destas abriu um caminho de reflexões para se pensar sobre o contexto educacional da Primeira República.

No contexto da crise dos anos 1920, foi transposto para o meio militar a crença de que o catolicismo, isto é, uma educação católica, seria um caminho para a pacificação social. O catolicismo que durante a década de 1910 e 1920 foi tratado por intelectuais católicos como uma via que poderia mediar e apaziguar a relação entre operários e patrões, no meio militar foi visto como maneira de garantir a disciplina e, por conseguinte, o respeito, por parte dos militares, ao sistema político da Primeira República.

O último tópico do capítulo 4 se dedicou ao estudo das colunas de O Centurião que trataram da temática do retorno da assistência religiosa ao Exército. Qual era o entendimento dos católicos-militares sobre a assistência religiosa? Em que consistiria esta assistência? Conforme se demonstrará mais adiante, a assistência religiosa era vista como uma forma de educação religiosa dentro do âmbito militar. Um meio pelo qual se se educariam as tropas, segundo os preceitos católicos, e se garantiria o respeito às autoridades.

A emergência da UCM e a sua complexidade demandaram a investigação de grande variedade de assuntos, bem como o aprofundamento acerca de inúmeros autores católicos que militaram na Primeira República. Mas, existe uma linha condutora que é a busca por compreender os fatores que motivaram o surgimento da associação católico-militar, a delimitação dos seus grupos de apoio, a investigação das formas como perseguiu as suas finalidades educacionais e as influências que trouxe para as forças armadas brasileiras.

Capítulo 1

A formação da União Católica Militar: confrontando o mito de origem

No presente capítulo, pretende-se delinear os principais fatores que influenciaram no comportamento institucional do Exército e da Igreja Católica, contribuindo para o surgimento da União Católica Militar (UCM), uma associação que potencializou, nas forças armadas, esta junção entre o nacionalismo e a religião.

As primeiras décadas da Primeira República foram marcadas por um afastamento entre a Igreja católica e o Exército, em grande parte por conta deste último estar fortemente influenciado pelo positivismo[2], numa postura cientificista e antirreligiosa.

A Igreja nunca se conformou com esse afastamento e, na década de 1920, surgiu um contexto que favoreceu o ressurgimento dessa aliança. Utiliza-se aqui a palavra ressurgimento porque, na longa duração, desde o Brasil colônia, havia uma proximidade entre militares e Igreja. Frise-se, entretanto, que tal ressurgimento se dá sob novos moldes.

O distanciamento ocorrido nos primeiros anos da República constituiu uma exceção dentro do quadro geral da história brasileira. Nas linhas a seguir, se acompanhará de que forma aconteceu essa religação.

O ponto de partida para clarificar a atuação da Igreja católica, nos anos 1920, está na perseguição dos meios como a Reforma Ultramontana chegou ao Brasil e em como se deu o embate entre o processo de Romanização e o processo de secularização do Estado.

Isto impõe alguns esclarecimentos sobre a relação da Igreja com o Estado ao longo do Segundo Reinado e na virada do Império para o regime republicano, de maneira a expor os elementos que influenciaram as ações de Dom Leme, Jackson de Figueiredo e demais expoentes da militância católica na Primeira República.

Compreendidas as linhas de atuação da Igreja, chegar-se-á à segunda parte do capítulo quando se buscarão os elementos que caracterizaram o Exército brasileiro desde o século XIX até a década de 1920.

A terceira e última parte deste capítulo é dedicada a apresentar como a campanha presidencial de 1922 e a eclosão do movimento tenentista criaram o contexto adequado para que o Exército aderisse ao projeto da Igreja de permitir uma maior aproximação entre o catolicismo e as forças armadas.

[2] Ao longo deste capítulo se discorrerá sobre esta doutrina e a sua influência sobre o Exército brasileiro.

Na parte final do capítulo, será demonstrado o surgimento da União Católica Militar (UCM). Nesta seção, irá se confrontar o mito de origem apresentado pelos periódicos *O Centurião* e *O Bom Soldado* com o resultado da investigação sobre o contexto histórico que permeou a aparição da UCM. A análise dos livros *A Reação do Bom Senso* e *A Coluna de Fogo* de Jackson de Figueiredo permitirá vislumbrar algumas omissões das narrativas presentes nos periódicos católicos-militares.[3]

1.1- A Igreja Católica no período monárquico e a chegada da Reforma Ultramontana ao Brasil

A Constituição de 1824, outorgada pelo imperador D. Pedro I, foi a mais duradoura da história do Brasil: 67 anos. A ordem constitucional, por ela instalada, deu ao chefe supremo da Nação um poder com caracteres absolutos, numa época em que o Absolutismo já vinha sofrendo sérias contestações em várias partes do mundo. A base legal desse poder absoluto encontrava-se no título 5° do texto constitucional:

> TÍTULO 5º
> Do Imperador.
> CAPITULO I.
> Do Poder Moderador
> Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Politica, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.
> Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.
> Art. 100. Os seus Títulos são "Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil" e tem o Tratamento de Majestade Imperial.
> Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador
> I. Nomeando os Senadores, na forma do Art. 43.
> II. Convocando a Assembleia Geral extraordinariamente nos intervalos das Sessões, quando assim o pede o bem do Império.
> III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembleia Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62.
> IV. Aprovando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciais: Arts. 86, e 87.
> V. Prorrogando, ou adiando a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra, que a substitua.
> VI. Nomeando, e demitindo livremente os Ministros de Estado.
> VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.

[3] A discussão a ser aqui realizada acerca das origens da UCM não diz respeito a uma obsessão genealógica que redunde numa busca precisa por datas e pioneiros. Na realidade, com a apresentação das origens da UCM se pretende iluminar o contexto da sua formação de modo a deixar claros os interesses políticos que a motivaram, interesses omitidos em O Centurião.

> VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réus condenados por Sentença.
> IX. Concedendo Amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado. (BRASIL,1824)

Dentro desse quadro com tintas absolutistas, o Imperador foi juridicamente caracterizado como inviolável, sagrado e não sujeito a ser responsabilizado por suas atitudes.

Todos os poderes estatais estavam submetidos aos seus desígnios, de maneira que podia nomear senadores, nomear e demitir ministros de Estado, dissolver a Câmara dos Deputados, suspender magistrados, perdoar penas e conceder anistias.

Embora o poder formal nem sempre tenha correspondência exata com o poder real, é notório o alto grau de centralização na figura do Imperador. Dentro dessa lógica de concentração de poder, não se abriu mão do regime do Padroado e do Beneplácito que, desde a colonização portuguesa, sempre regera as relações entre Estado e Igreja no território brasileiro.

Assim, a coroa manteve-se como tendo a última palavra acerca de todas as decisões que envolvessem a Igreja católica no Brasil, como se pode observar nos artigos seguintes da Constituição:

> CAPITULO II.
> Do Poder Executivo.
> Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado.
> São suas principais atribuições...
> II. Nomear Bispos, e prover os Benefícios Eclesiásticos.
> (...)
> XIV. Conceder, ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios, e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem á Constituição; e precedendo aprovação da Assembleia, se contiverem disposição geral. (BRASIL,1824)

De acordo com os artigos supracitados, o Imperador se arrogava na condição de nomear bispos, remunerar e conceder ou negar o Beneplácito a todas as decisões eclesiásticas. Dessa forma, ocorreu um cenário, durante todo o período imperial, em que Estado e Igreja estavam firmemente entrelaçados.

As demais religiões eram permitidas, mas em um estatuto desigual, numa condição de inferioridade. O artigo 5° da Constituição privilegiava o catolicismo e o colocava na condição de religião oficial:

> Art. 5. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo. (BRASIL, 1824)

Tal sistema, com o catolicismo entrelaçado e submisso ao Estado, ensejou atritos, especialmente após a expansão do Ultramontanismo pelo mundo católico. O termo Ultramontanismo é proveniente da expressão do latim "Ultra Montes", cujo significado é "para além dos montes" (no caso em questão, uma referência aos Alpes).

Conforme expôs Santirocchi (2010), no século XVII, o termo ficou associado àqueles que defendiam a superioridade dos Papas sobre os reis. Na França, foi utilizado para designar aqueles que defendiam a autoridade Pontifícia frente à "Igreja católica francesa".

Assim:

> O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, **num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais**; **a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos "perigos" que assolavam a Igreja** (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de **liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais**), culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta Cura e do "Sílabo dos Erros", anexo à mesma, publicados em 1864 (SANTIROCCHI, 2010, p.24, grifo nosso)

Mais especificamente, a preocupação dos reformadores Ultramontanos:

> ...orientava-se em duas direções: **definição da ortodoxia católica no campo doutrinário e a reforma dos costumes morais da Igreja, estendendo-se desde a hierarquia até os fiéis católicos.** O baixo nível de cultura religiosa, quer do povo, quer do próprio clero, pode ser visto como decorrência das restrições impostas pela Coroa lusitana durante o período colonial, dentro de uma herança regalista que o Império reforçou. **O esforço pela afirmação de determinados valores morais foi realizado tanto em relação ao clero quanto em relação aos leigos**. (PEREIRA, 2002, p.74, grifo nosso)

A Encíclica Quanta Cura, de 1864, criada pelo Papa Pio IX, foi um momento definidor para a atuação da Igreja, influindo significativamente. Conforme Le Goff (1997):

> **A Igreja católica oficial do século XIX definiu-se como *«anti-moderna»*. O *Syllabus* de Pio IX (1864) está nesta ordem de ideias. O último «erro» nele condenado, é a proposição: «O Pontífice Romano pode e deve reconciliar-se e contemporizar com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna».** É certo que 'moderno' tem, acima de tudo, o sentido neutro de 'recente', mas tende para o sentido pejorativo. No fim do século XIX e princípio do *XX,* o conflito antigo - moderno no interior do catolicismo, sai à luz, concentra-se e radicaliza-se em torno de dois problemas: por um lado, **o dogma e sobretudo a exegese bíblica** e, por outro, a evolução social e política. (LE GOFF, 1997, p. 13, grifo nosso)

Em síntese, como demonstram as citações acima, dentre as inúmeras características mencionadas, o movimento Ultramontano representou uma luta por parte da Igreja para reforçar a autoridade Papal, centralizando mais o poder em Roma, numa busca por uma maior coesão doutrinária.

Assim, o crescimento do Ultramontanismo tornou a Igreja mais propensa a reagir às tentativas de interferências políticas e mais intolerante e inflexível com relação àquilo que fosse interpretado como contrário aos seus dogmas.

Poucos anos após a Encíclica papal de 1864, em 1870, ocorreu o primeiro grande sinal da entrada em cena do Ultramontanismo no Brasil. Trata-se do evento que ficou conhecido, na historiografia, como a questão religiosa. Esta, especificamente, foi o momento quando o conflito Estado-Igreja tornou-se aberto em função da questão dos bispos no combate à maçonaria no Brasil.

O primeiro episódio desse embate deu-se com o bispo do Rio de Janeiro, Dom Maria de Lacerda. Em três de março de 1872, aconteceu uma festa em homenagem a José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, que, à época, era presidente do Conselho de Ministros e grão-mestre da maçonaria. Nessa festa, endossada pela maçonaria, estava em posição de destaque, por conta da oratória, o padre José Luís de Almeida Martins.

A participação do padre incomodou o bispo do Rio de Janeiro, que o suspendeu das suas funções, colocando em evidência as condenações da Santa Sé à maçonaria explicitadas em 1864 com as encíclicas Quanta Cura e do Syllabus. Contudo, a aplicação de normas da Santa Sé não recepcionadas pelo imperador D. Pedro II, causou reação por parte do governo, que pressionou o bispo do Rio de Janeiro e a punição não se manteve.

O segundo episódio envolveu o bispo de Olinda, Dom Vital, quando este resolveu suspender as irmandades que abrigavam maçons. Não obstante as tentativas de

negociação e pressão, o bispo manteve a sua resolução. Ato contínuo, Dom Macedo da Costa, bispo do Pará, seguiu o seu exemplo.

Tais atitudes contrariavam a ordem constitucional de 1824 e ensejaram processos que resultaram na condenação, em 1874, de Dom Vital e Dom Macedo da Costa a quatro anos de prisão.

Posteriormente, a pena foi anistiada, mas a imagem de Dom Pedro II ficou manchada no âmbito do clero, repercutindo na maneira como a forma monárquica de governo seria vista pelos católicos ultramontanos.

Não foi apenas a Questão Religiosa que afastou Dom Pedro II da Igreja católica. Cunha (2017) apontou o papel de D. Pedro II como vetor da secularização da cultura e até mesmo da laicidade:

> Esse processo de secularização da cultura e até mesmo da laicidade do Estado teve um discreto, mas importante incentivador no próprio imperador Pedro II. Mesmo sem a impetuosidade que marcou sua atuação na rebelião dos bispos – onde foi mais regalista do que laico – ele atuou eficazmente no apoio a esses processos em diversas ocasiões, o que produziu o efeito não intencionado de contribuir para erodir as bases do regime monárquico.
>
> No Brasil, Pedro II condecorou protagonistas da luta pela laicidade do Estado, depois de derrotados pelos confessionalistas. Não se conteve diante da provocação de um padre ultramontano em aula no Colégio Caraça e deu a mão a um pastor protestante que estava para se mudar de Petrópolis por pressão do núncio apostólico. Chegou a escrever em seu diário ser favorável ao ensino laico nas instituições públicas. No exterior, liberto dos constrangimentos impostos pela Constituição confessional do Império, ele assumiu a personalidade de Pedro de Alcântara. Embora recebido com deferências e até com honras de chefe de Estado, ele procurou figuras anti-clericais e laicas, assistiu sermões em Igrejas Protestantes e participou ativamente de serviços religiosos judaicos. No Brasil, nem pensar (ou talvez só pensar) em tais liberdades. No máximo, a visita ao Colégio Presbiteriano em Campinas, rápida e discreta. Entrar em templo presbiteriano, luterano ou metodista, jamais o fez. A dualidade de comportamento dá uma ideia da direção que ele presumivelmente gostaria de imprimir às mudanças sociais e políticas no Brasil, não fosse a simbiose entre o altar e o trono, de que era prisioneiro. Só se libertou dela quando o Brasil se livrou da Monarquia e ele perdeu o trono. (CUNHA, 2017, p.279-280)

Sendo assim, conforme o fragmento acima, nota-se que a questão religiosa foi o atrito de maior ressonância entre Igreja e Império, dentre inúmeros outros pequenos conflitos que acabaram por deixar certo ressentimento entre os católicos ligados ao Ultramontanismo.

O Ultramontanismo, limitado durante o Segundo Reinado, em razão do Padroado e da falta de autonomia da Igreja, encontrou grande espaço de atuação a partir da Proclamação da República.

Em razão disso, a Igreja católica no Brasil passou a viver, no período republicano, um processo que ficou conhecido como Romanização, isto é, um maior alinhamento com as diretrizes e dogmas vindos de Roma.

1.2- A Igreja Católica e a Proclamação da República: um processo de perdas e ganhos em meio à romanização do catolicismo brasileiro

Compreender a relação entre Estado e Igreja, definida a partir do processo de Proclamação de República, demanda uma visão que vá para além dos aspectos do Utramontanismo e da questão religiosa.

Segundo Cury (2001), a derrubada do Segundo Reinado não pode apenas ser explicada pelas célebres questões escrava, religiosa e militar, ainda que estas tenham sido bastante relevantes. Desta maneira, compreender as mudanças, ocorridas em 1889, demanda que se visualize que, para além das questões supracitadas, estava em curso um conjunto de transformações socioeconômicas que enfraqueciam e desgastavam a monarquia. Por isso, Cury afirmou que:

> O Império, enquanto regime político, já vinha se desmantelando, seja pelas célebres questões militar e religiosa, seja pela abolição, seja pela asfixia que a monarquia unitária representava para os interesses econômicos das províncias mais potentes, ou ainda pela existência de tendências republicanas em várias partes do País. (CURY, 2001, p. 30)

Como exemplo desse desgaste estrutural do Regime Monárquico, tem-se em 1868, a retirada do gabinete liberal de Zacarias Góis de Vasconcelos por um Conservador, o Visconde de Itaboraí, o que rendeu, no ano seguinte, a publicação de um contundente manifesto liberal. Segundo Cury:

> Também o Manifesto do Centro Liberal de 1869, ainda sem fazer a defesa da República, exigia reformas como meio de conjurar a revolução tais como a descentralização federada e o ensino livre. A revolução - segundo esse documento -, baldados os esforços por reformas, seria o caminho inevitável para a República. (CURY, 2007, p. 9)

Em 1870, outro sintoma da crise geral do Império foi o Manifesto Republicano, o qual foi bastante inspirado no manifesto liberal. No Manifesto Republicano ficou mais uma vez evidenciada, dentre outras questões, a ambição por uma maior descentralização:

> ... A FEDERAÇÃO
> No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território. Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir... (SILVA, 1954, p.2)

E a luta, exposta no manifesto, por maior liberdade, não se resumia a aspectos econômicos. O lugar social privilegiado, ocupado pelo catolicismo, já causava incômodo antes mesmo do estabelecimento da já citada questão religiosa:

> Neste país, que se presume constitucional, e onde só deveriam ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião e esse é justamente o poder sagrado inviolável e irresponsável. O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade -- tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país --, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos. (RIBEIRO, 2016, p.22)

Desta feita, fica bem caracterizado que, se a Igreja, influenciada pelo Ultramontanismo, estava crescentemente incomodada com as interferências estatais, por outro lado, também havia insatisfação por parte da sociedade política com os privilégios destinados ao catolicismo.

Assim, como resultado dessa insatisfação face aos privilégios da Igreja e, também, em face da forte influência positivista no primeiro governo republicano, uma das primeiras medidas tomadas pelo regime republicano, instalado em 1889, foi a afirmação da separação entre a Igreja e o Estado, fazendo o catolicismo perder o status de religião oficial, conforme o disposto no Decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890:

> **DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890.**
>
> Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias.
>
> **O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil**, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação,
> **DECRETA:**
> Art. 1º E' proibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma

> religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.
> Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.
> Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.
> Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.
> Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.
> Art. 6º O Governo Federal continua a prover á côngrua, sustentação dos atuais serventuários do culto católico e subvencionará por ano as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.
> Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.
> Sala das sessões do Governo Provisório, 7 de janeiro de 1890, 2° da Republica.
> Manoel Deodoro da Fonseca.
> *Aristides da Silveira Lobo.*
> *Ruy Barbosa.*
> *Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*
> *Eduardo Wandenkolk. - M. Ferraz de Campos Salles.*
> *Demetrio Nunes Ribeiro.*
> *Q. Bocayuva.* (BRASIL, 1890)

A perda da condição legal privilegiada, por parte da Igreja católica, colocou as demais religiões em melhor situação de competitividade no mercado religioso. Tal contexto proporcionou, então, uma reação por meio de uma Pastoral Coletiva dos Bispos Brasileiros em 19 de março de 1890:

> **...** Consideremos agora o decreto por outra face, enquanto ele franqueia liberdade a todos os cultos ao mesmo tempo que a Igreja Católica.
> **Não pode, primeiramente, deixar de nos causar mágoa, dignos cooperadores e filhos diletíssimos, ver essa Igreja que formou em seu seio fecundo a nossa nacionalidade, e a criou e a avigorou ao leite forte de sua doutrina; essa Igreja que deu-nos apóstolos, como os de que mais se honraram os séculos cristãos, varões estupendos de coragem e abnegação, que penetraram em nossas imensas florestas, navegaram rios desconhecidos, palmearam sertões desertos, transpuseram escarpadas serranias, e, armados só da Cruz e do Evangelho, lá foram reduzir e conquistar, como de feito reduziram e conquistaram à força de brandura e de amor, tão numerosas gentilidades; essa Igreja que sagrou desde o princípio a fronte do Brasil com a unção da fé e o batizou com o formoso nome — Terra de Santa Cruz** — porque à sombra deste estandarte do cristianismo havia o Brasil de medrar, de manter a sua unidade política no meio das invasões, de prosperar, de engrandecer-se até vir a ser, como já é, a primeira potência da América do Sul; essa Igreja que ornou as nossas cidades

> de monumentos religiosos, que levantou por toda a parte hospitais, recolhimentos, asilos, colégios, escolas literárias, de onde saíram escritores como Vieira, latinistas como Cardoso, prelados como os dois Romualdos, Viçoso e D. Antônio de Mello, sábios como frei Marianno Velloso, oradores como Montalverne, poetas como Caldas e Durão; **ver essa Igreja, dizemos, que tem acompanhado toda a evolução de nossa história, que tem tomado sempre parte em todos os nossos grandes acontecimentos nacionais, confundida de repente e posta na mesma linha com algumas seitas heterodoxas, que a aluvião recente da imigração europeia tem trazido às nossas plagas!**
> Ah! que pudera com razão a Igreja do Brasil, afrontada e sentida deste ingrato proceder, aplicar a si aquela queixa do rei profeta: *Factus sum sicut homo sine adjuctorio, inter mortuos liber*. Eu, senhor, estou feita uma pessoa desamparada e sem nenhum socorro, livre sim, mas ao mesmo tempo confundida com seitas errôneas, votadas à dissolução e à morte: *Factus sum sicut homo sine adjuctorio, inter mortuos liber*. (RODRIGUES, 1981, grifo nosso)

O trecho acima, da Pastoral Coletiva de 1890, é bem ilustrativo de como essa separação do Estado teve os seus prós e contras para a Igreja. Por um lado, resultou em uma maior liberdade de organização, o que permitiu um estreitamento das suas relações com Roma, num processo que ficou conhecido como Romanização da Igreja católica no Brasil (HORTA, 1994). Por outro lado, a Igreja se viu ameaçada por outras religiões e por um clima laicista (JAMIL CURY, 1978, p.14).

O espírito laicizante atingiu a Igreja por vários meios. Um exemplo sutil é:

> Decreto nº 155-B, de 14 de Janeiro de 1890
> Declara os dias de festa nacional.
> O Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:
> que o regime republicano baseia-se no profundo sentimento da fraternidade universal; que esse sentimento não se pôde desenvolver convenientemente sem um sistema de festas públicas destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas; que cada pátria deve instituir tais festas, segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos destinos de todos os povos;
> Decreta:
> São considerados dias de festa nacional:
> 1 de janeiro, consagrado à comemoração da fraternidade universal;
> 21 de abril, consagrada à comemoração dos precursores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes;
> 3 de maio, consagrado à comemoração da descoberta do Brasil;
> 13 de maio, consagrado à comemoração da fraternidade dos Brasileiros;
> 14 de julho, consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;
> 7 de setembro, consagrado à comemoração da Independência do Brasil;
> 12 de outubro, consagrado à comemoração da descoberta da América;
> 2 de novembro, consagrado à comemoração geral dos mortos;
> 15 de novembro, consagrado à comemoração da Pátria Brasileira.
> Sala das sessões do Governo Provisório, 14 de janeiro de 1890, 2º da República. - Manoel Deodoro da Fonseca. - Ruy Barbosa. - Q. Bocayuva. - Benjamin Constant Botelho de Magalhães. - Eduardo Wanderkolk. - Aristides da Silveira Lobo. - M. Ferraz de Campos Salles. - Demetrio Nunes Ribeiro. (BRASIL, 1890)

Como se pode notar acima, todos os feriados religiosos foram banidos. No mês seguinte, em fevereiro de 1890, mais limitações foram impostas pelo decreto 510. As disposições da Constituição de 1891 também afetaram a Igreja:

> **...SECÇÃO II**
> *Declaração de direitos*
> **Art.** 72. A Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade nos termos seguintes:
> (...)
> § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim, e adquirindo bens, observados os limites postos pelas leis de mão-morta.
> § 4º A Republica só reconhece o casamento civil, que precederá sempre as cerimônias religiosas de qualquer culto.
> § 5º Os cemitérios terão caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal.
> § 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.
> § 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou dos Estados.
> § 8º E' excluída do país a companhia dos Jesuítas e proibida a fundação de novos conventos, ou ordens monásticas. (BRASIL,1891)

Por isso, afirmou Beozzo:

> Consumada a separação entre a Igreja e o Estado, a Igreja não cessará de denunciar o divórcio entre o estado leigo, para não dizer laicista, e a nação católica em sua grande maioria. O ensino, principalmente, era visto como uma grande violência imposta à consciência católica. Seu caráter leigo conflitava com a fé da maioria dos alunos e com a fé professada pela nação. Toda a campanha da Igreja – e ela será constante – está vazada na luta pelos “direitos” da maioria que deveriam traduzir na legislação e na prática do Estado os sentimentos católicos do povo brasileiro. (BEOZZO, 1984, p. 280)

Diante do quadro acima exposto, durante os primeiros anos do regime republicano, a Igreja utilizou uma estratégia de reforma pelo alto, focando na formação das elites e instalando uma rede de estabelecimentos de “ensino secundário” em todo o país. Apesar desse esforço, as críticas da Igreja não chegaram a sensibilizar a opinião pública para a defesa das suas causas e terminaram frustrando as expectativas da hierarquia eclesiástica (HORTA, 1994).

Um dos diagnósticos sobre a atuação da Igreja nas primeiras décadas do regime republicano veio em 1910, quando foi publicado pelo padre Desiderio Deschand um livro intitulado “A situação atual da Igreja no Brasil”. Esse padre foi uma das principais influências intelectuais exercidas sobre os católicos militares na década de 1920,

conforme atestam as citações do seu nome nas colunas sobre ciência e fé que foram publicadas em O Centurião, órgão de divulgação da UCM.

Deschand foi um padre lazarista francês, nascido em 1870 e residente em Curitiba desde 1896, quando se tornou diretor do seminário diocesano local. A vinda do padre Desiderio Deschand ao Brasil inseriu-se no contexto de romanização da Igreja católica brasileira no pós-proclamação da República (ALMEIDA, 2016).

A separação entre Igreja e Estado conferiu uma liberdade de ação que resultou num reflorescimento institucional: foram criadas dioceses, paróquias, construídos seminários e chegaram ao Brasil inúmeras congregações religiosas europeias. Em 1892, por exemplo, foi criada a diocese de Curitiba e, em 1894, assumiu como primeiro bispo, Dom José de Camargo Barros, o qual identificou que ali havia poucos padres, o abandono das práticas religiosas e culto quase inexistente. Para reformar o clero e as práticas religiosas, o bispo fundou um seminário diocesano e, para dirigi-lo, recorreu à congregação dos padres lazaristas que trouxe à Curitiba o padre Desiderio Deschand e Guilherme Vollet (ALMEIDA, 2016).

O processo de reestruturação da Igreja católica e de recristianização da sociedade brasileira ganhou força e visibilidade a partir da década de 1920, sob a liderança de Dom Leme. Contudo, esse movimento se iniciou ainda no século XIX como resposta às mudanças promovidas pela República (MAINWARING, 1989).

Desiderio Deschand, diretor do seminário diocesano, fez parte de uma das primeiras gerações que se engajou lutando para reformar as práticas religiosas no Brasil durante o período republicano, instigando um catolicismo praticante, alinhado ao Ultramontanismo, ou seja, em consonância com as diretrizes de Roma. Ele participou ativamente de debates em jornais e ganhou destaque na cena intelectual de Curitiba, combatendo aquilo que entendia como anticlericalismo (ALMEIDA, 2016).

Em 1910, Deschand fez um balanço dos primeiros vinte anos de separação entre a Igreja e o Estado. Para Deschand:

> **Vinte anos de regime de separação da Igreja e do Estado já são decorridos!** Nestes vinte anos é incontestável que muito se tem desenvolvido e modificado o Brasil. Deve confessa-lo ainda mesmo quem pensar que maiores teriam sido as transformações se houvesse conservado a sua antiga forma de governo. Rápidas transmutações na vida econômica, nos costumes e até na índole do povo, sobretudo nos centros de alguma importância; aparição de aspirações e tendências, antes quase totalmente desconhecidas; modificação radical e profunda na situação religiosa, são fatos que se impõem ao espírito menos observador.

> Não é meu intento ocupar-me nestas páginas de todos estes fenômenos da nossa vida social, política e econômica. Que se deverá pensar de todas essas modificações? Foram todas boas? Mudou-se para pior ou melhor a situação? Tão pouco é meu intuito dize-lo. Apenas observarei que muitas dessas transformações deviam fatalmente se dar na sociedade brasileira, ainda que continuasse no trono a dinastia bragantina, ao passo que muitas outras são certamente consequências dos acontecimentos de 1889 e 1890. Grande foi, é certo, o progresso material, industrial e comercial, da nação; não é menos certo, infelizmente, que o bem estar da grande massa do povo não aumentou na mesma proporção, e que, pelo contrário, se pode afirmar que para a maioria dos brasileiros a vida é mais custosa do que há vinte anos.
> **O que, porém, aqui pretendo estudar são as modificações na situação da Igreja e nos sentimentos religiosos do nosso povo, ao menos de uma parte notável do povo. É tal e de tal natureza essa modificação que não posso deixar de soltar brados de alarme!** (DESCHAND, 1910, p.1-2, grifo nosso)

Assim, Deschand, em 1910, se propôs a demonstrar que a Igreja católica estava em perigo, apesar de haver muitas opiniões em contrário. A este respeito:

> Dizem alguns que a religião tem feito, nestes vinte anos, grandes progressos entre nós, que a República, apesar da separação (ou talvez por causa da separação), tem servido à causa do catolicismo, etc.
> **A estes católicos digo pelo contrário: Não! A situação não é tão próspera como imaginais! Não! Na massa do povo brasileiro o sentimento religioso não tem aumentado, tendo antes diminuído em muitos! Se a causa religiosa deve à República algumas liberdades, a República lhe tem causado gravíssimos males.**
> **Não digo que não houve progresso em ponto algum. Não nego que da Proclamação da República haja decorrido algum bem para a Igreja. Seria insensato se tal dissesse.**
> Repito, porém: é puro engano, é grave ilusão considerar a atual situação religiosa como próspera. Depois de sérias reflexões sobre o assunto adquiri a convicção de que, ao contrário do que opinam tantos, a situação presente é melindrosa, os males já existentes são suficientes para em breve amontoarem imensas ruínas para a Religião e a Pátria! (DESCHAND, 1910, p.2-3, grifo nosso)

Com relação aos perigos:

> Ao provar esta tese, terei que dizer algumas verdades (um tanto duras talvez), não só do nosso atual governo e da Constituição republicana, mas ainda dos mesmos católicos, clero e leigos.
> Hei de dize-las. Tenham paciência! Um dos motivos que me impelem a escrever estas páginas é dissipar, à luz da doutrina católica e da verdade dos fatos, as trevas que vão obscurecendo as inteligências católicas entre nós. O maior perigo, talvez, para a religião no momento presente vem de que os católicos estão esquecendo, com amedrontadora rapidez os mais comesinhos princípios morais e religiosos. **Até poucos anos atrás, se era grande a ignorância religiosa (sempre o foi no Brasil), ao menos não estavam contaminadas as inteligências pelos falsos princípios liberais na grande massa do povo. Hoje, as mais perigosas ideias sobre as pretendidas liberdades modernas, concretizadas em algumas instituições da República, estão sendo aceitas como dogmas por nosso povo ignorante e inconsciente do perigo.**

> Sim! Este é o grande perigo da hora presente, porque, uma vez corrompidos os espíritos por falsos princípios, torna-se muito difícil reconduzi-los à verdade. E este perigo só poderá crescer dia a dia, enquanto estiverem em vigor as disposições a que acabo de aludir, especialmente o ensino leigo. (DESCHAND, 1910, p.4-5, grifo nosso)

No fragmento acima, Deschand apontou algumas de suas preocupações. Uma delas era desfazer as "ilusões" de muitos católicos em relação à situação religiosa do Brasil. Outra preocupação estava no combate aos princípios liberais e às liberdades modernas. Por fim, a sua ênfase recai sobre a Constituição de 1891, em especial sobre o ensino leigo.

Ao longo do livro, um dos maiores focos da atenção de Deschand está sobre a Constituição republicana. Assim o padre lazarista pronunciava os seus alertas:

> Não posso, pois, ser um desanimado! [sobre alguns fatos positivos para a Igreja, ocorridos no pós-abolição]
> Mas, tão pouco posso deixar de ver as profundas chagas existentes que ameaçam corromper os organismos ainda sãos da nação e os perigos que em pouco tempo, talvez, tornarão péssima a situação relativamente boa do momento atual.
> Tenho sempre presentes ao espírito os esforços contínuos, titânicos, da má imprensa, conjurada com as seitas de todos os matizes e apelações, para descatolicizar o Brasil. **Observo os profundos golpes desferidos pela nossa atual constituição nas crenças católicas e vejo os grandes estragos já feitos nas fileiras do catolicismo pelo mais pernicioso de todos os artigos da Constituição, o que impõe a laicidade do ensino.**
> Tenho presenciado nestes vinte anos, especialmente nos Estados do Sul, a propagação do indiferentismo religioso que se alastra de um modo assustador; a decomposição muito frequente da família pela preterição voluntária do casamento religioso; a aparição de um ódio sectário e satânico à Igreja e ao sacerdócio que antes não existia; a organização das forças maçônicas com programas abertamente anticatólicos como os dos Congressos maçônicos do Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro (1909).
> Quem ousará negar a existência destes males e de outros muitos ainda? (DESCHAND, 1910, p.6-7, grifo nosso)

Os artigos constitucionais, alvos da crítica do padre Desiderio Deschand, são aqueles que tratam: da laicidade do ensino, da assistência religiosa às forças armadas (suprimida na Constituição de 1891), da recusa de subvenções a instituições católicas e da secularização dos cemitérios.

E como deveriam os católicos proceder diante da Constituição de 1891?

> Da Constituição, lei básica de uma nação, se deve dizer o que acima foi dito de todas as leis promulgadas por um poder legítimo: obriga em consciência, mas só enquanto não contém disposições opostas a leis superiores. Acima de qualquer Constituição estão as leis divinas, tanto a natural como as positivas, e em certas matérias também as eclesiásticas.
> **O católico brasileiro, portanto, só pode aceitar a Constituição de 24 de fevereiro enquanto esta não ofende a sua consciência. Ora, se, em seu**

> **conjunto, ela é uma lei justa e bastante liberal, encerra também uma série de artigos atentatórios aos direitos superiores de religião e da consciência católica.**
> **Estes artigos são nulos e de nenhum valor perante a consciência.** Muito mal andaram os católicos não protestando contra eles como deviam, ao menos para afirmar os direitos imprescritíveis da religião. (DESCHAND, 1910, p.21-22, grifo nosso)

Deschand, ao colocar as leis religiosas acima das leis do país, chegou ao ponto de estimular o desrespeito à Constituição. A própria separação entre Estado e Igreja foi questionada. Para Deschand, a independência entre Igreja e Estado deveria permanecer, mas a separação era desnecessária:

> **Independência, porém, não significa nem importa separação. Pelo contrário, a separação da Igreja e do Estado é, em tese, sempre condenável, e foi condenada pelos sumos pontífices.** Com efeito, ambas as sociedades têm identidade de súditos aos quais cada uma deve encaminhar para seu fim próprio. Ora, sendo os mesmos súditos, deve haver forçosamente muitas relações entre ambas. (DESCHAND, 1910, p.29, grifo nosso)

A ideia de um Estado equidistante em relação às religiões também foi contestada:

> **É falso e contrário à lei natural que o Estado deva ser indiferente a toda a Religião e não abraçar nenhuma.** Assim como o homem deve prestar culto a Deus de quem depende, assim também a sociedade, que toda depende de Deus, deve-lhe culto social. **Deve, portanto, o Estado aceitar e professar uma religião, a religião verdadeira; não pode ignora-la, estar dela separado.**
> Dos princípios já citados segue-se que, num país cuja maioria dos habitantes professa a religião católica, a Separação da Igreja e do Estado é, não só um atentado à Divindade e à verdadeira Religião, mas ainda uma afronta às crenças e à vontade do povo. (DESCHAND, 1910, p.31-32, grifo nosso)

Para além da argumentação religiosa, Deschand também ofereceu argumentos mais práticos:

> A Separação da Igreja e do Estado é altamente prejudicial a ambos os poderes.
> **À Igreja, que desprestigia nivelando-a com as religiões falsas e fazendo pouco caso da sua estupenda influência para o progresso moral e social. Ao Estado é ainda mais nociva, porquanto, desprestigiada e desprezada a grande escola de respeito e obediência que é a Igreja, perde também a autoridade civil grande parte de seu prestígio e a mais sólida garantia da paz social e da obediência** a suas leis, que já não serão tidas como manifestações da vontade divina, mas como obra do capricho e do interesse político. (DESCHAND, 1910, p. 32, grifo nosso)

O pragmatismo de Deschand apontava o papel da Igreja na garantia e reforço do poder estatal. De acordo com o seu raciocínio, uma ligação seria útil ao interesse de ambos. Mas, Deschand não foi o único a manifestar incômodo com a situação da Igreja na década de 1910. Outro marco da insatisfação da Igreja com o seu próprio rumo, foi a carta pastoral de Dom Leme de 1916:

> Somos a maioria absoluta da nação. Direitos inconcussos nos assistem com relação à sociedade civil e política, de que somos a maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatados, é dever inalienável. E nós não o temos cumprido. Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. **Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas; leigo, o ensino. Na força armada da República, não se cuida da Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica.** O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública. Anticatólicos ou indiferentes são as obras da nossa literatura. Vivem a achincalhar-nos os jornais que assinamos... Em vez do coro plangente, formemos uma legião que combate: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever que escreva; quem não fala e nem escreve que divulgue os escritos dos outros. O que é necessário é que não fiquemos imóveis a chorar um passado que se foi... (LEME, 1916, p.16, grifo nosso)

O discurso supracitado demonstra uma reflexão, por parte de Dom Leme, acerca da pequena influência do catolicismo na vida social e política do país. O reflorescimento institucional supracitado ainda não era o bastante, segundo a sua concepção. A causa dessa situação estaria no regime republicano leigo e, também, na disseminada ignorância religiosa que estaria atingindo os meios intelectuais e populares, a escola e até o Exército.

Segundo Leonardi (2016):

> Pátria e altar, ordem e autoridade eram o que enfatizavam livros e artigos católicos do período. **Para Dom Leme, a crise da República era resultado da ausência da Igreja católica na vida nacional (AZZI, 1977). Só ela poderia frear o avanço dos movimentos revolucionários e unir pátria e religião, religião católica.** O maior foco estava na família, com a defesa da indissolubilidade do matrimônio, e na escola, com a defesa do ensino religioso. (LEONARDI, 2016, p.9, grifo nosso)

O fragmento acima, ao mencionar Dom Leme, colocou dois pontos principais, a percepção de que a ausência da Igreja católica na vida nacional era a causa da crise da República e a ideia de que somente a Igreja poderia conter as ameaças revolucionárias. Cunha (2017), ao tratar de Dom Leme, pontuou no mesmo sentido:

> Nesse mesmo ano (1916), foi divulgada a pastoral do arcebispo de Olinda, Sebastião Leme, que veio a desempenhar papel de relevo na liderança da Igreja Católica no Brasil. Leão XIII já havia falecido, e suas ideias sobre a "questão social" foram arrefecidas em proveito de outras ênfases, **principalmente a contenção do crescimento do Anarquismo, do Socialismo e, mais tarde, do Comunismo**. Para Leme, a influência social dos católicos passava pela atuação privilegiada dos intelectuais, diretamente sobre o Estado e indiretamente sobre o povo, pela mediação do ensino, da literatura e do jornalismo. (CUNHA, 2017, p.477, grifo nosso)

Para combater as ameaças e aumentar a influência da Igreja, D. Leme reuniu em torno de si um grupo de intelectuais católicos, com destaque para Jackson de Figueiredo. Foi sob a liderança de Jackson que ocorreu o lançamento da revista A Ordem (1921) e a criação do Centro Dom Vital (1922) (HORTA, 1994).

Tais fatos foram considerados, por D. Leme, como o início da Reação católica, isto é, o momento em que os movimentos militantes católicos começaram a ganhar força substancial e a fazer multiplicar ainda mais o número de fiéis da Igreja (AZZI, 1977). Foi o momento a partir do qual o processo de Romanização começou a obter os seus resultados mais visíveis, desde a Proclamação da República. Foi nessa época, também, que os interesses do Exército começaram a coincidir com os desígnios da Igreja.

Contudo, antes de entrarmos na década de 1920, quando Exército e Igreja começaram a se reaproximar, é preciso fazer, também, uma contextualização acerca do primeiro.

Desta forma, na seção seguinte pretende-se fazer um apanhado geral sobre o Exército brasileiro desde o seu surgimento até a década de 1920, num esforço de salientar aspectos que auxiliarão a compreender certos comportamentos dessa instituição ao longo de toda a tese.

1.3- A formação do Exército Brasileiro: de ator de segundo plano à derrubada do Segundo Reinado

Compreender detalhadamente as características do Exército Brasileiro e da sua atuação política ao longo da Primeira República demanda um processo de contextualização que remonta ao período do Império, momento de origem dessa instituição.

A constituição do Exército Brasileiro, em 1822, se deu de maneira bem distinta do ocorrido no restante do continente americano, de maneira que, aqui, a ruptura com o modelo metropolitano foi menos acentuada, de modo que as heranças do período colonial se fizeram mais influentes do que nos demais países latinos.

Uma especificidade da separação brasileira provém da longa estadia da família real no território brasileiro, rompendo o pacto colonial. Desta forma, desenvolveram-se relações comerciais com a Inglaterra, bem como se criou uma estrutura que permitiu uma maior autonomia às elites latifundiárias e comerciais.

Ao cenário descrito deve-se acrescentar a liberação para instalação de manufaturas no território brasileiro, assim como o desenvolvimento de um maior aparato administrativo. Desta forma, as classes dominantes entraram na década de 1820 mais preparadas para uma independência, contando, inclusive, com o apoio de Dom Pedro, filho, do então rei, D. João VI.

Com a mediação inglesa, interessada em assegurar a manutenção da sua influência em território brasileiro, abriu-se espaço para uma separação em relação a Portugal, menos turbulenta do que o processo ocorrido na América Espanhola.

No Brasil, não foi necessário um confronto generalizado em todo o território para se efetivar a Independência. Ocorreram apenas alguns conflitos pontuais, de maneira que não houve um estímulo para a formação de um robusto Exército Nacional. Como afirmou Alves:

> Não se constituiu, portanto, um Exército libertador, mas foi o próprio Exército colonial que se dividiu, parte dele apoiando o príncipe e parte permanecendo fiel à Metrópole. A chegada da corte metropolitana havia trazido reforço ao contingente das forças coloniais, delineando um Exército de predominância lusa que reproduzia a estrutura de privilégios nobiliárquicos que marcava os Exércitos europeus do Antigo Regime. Essa estrutura permaneceu no Brasil após a partida de D. João VI que aqui o deixou como garantia. (ALVES, 2002, p. 324)

No mesmo sentido ponderou Sodré:

> A história assinalou desenvolvimento favorável à emancipação, mas estabeleceu as diferenças específicas entre o caso da área espanhola e o caso da área portuguesa do continente americano. No primeiro, a guerra pela independência foi, em algumas regiões, um processo complexo em que as duas contradições, a interna e a externa, se misturaram, assumindo a luta, por vezes, as características de guerra civil. No segundo, o nosso caso, a Independência resultou de uma alteração política praticamente sem luta, ou sem as prolongadas e profundas lutas de que foi teatro a América espanhola. (SODRÉ, 1968, p.64)

As semelhanças entre o período colonial e o período independente não se restringiram ao aspecto militar, haja vista que não ocorreram grandes transformações sociais em função do processo separatista:

> **A separação entre Brasil e Portugal não trouxe à colônia, assim, grande abalo social, e não correspondeu a alterações profundas**: a estrutura de produção permaneceu a mesma, a posição das classes sociais permaneceu a mesma. **A independência não teve caráter revolucionário. Foi uma empresa comandada pela classe dominante de senhores de terras, dentro de suas limitações de classe.** Essas limitações impunham, desde logo, que não se realizasse nenhuma alteração profunda, nenhuma modificação significativa e que tudo permanecesse, na essência, como nos tempos coloniais, menos a dependência para com a metrópole. (SODRÉ, 1968, p. 64, grifo nosso)

Para derrotar as poucas resistências oferecidas contra o processo de independência, recorreu-se a mercenários. Opção que foi repetida durante a Guerra da Cisplatina. Os estrangeiros no Exército foram razão de atritos e desgastes para D. Pedro I, que, ao longo de todo o Primeiro Reinado, buscou uma maior proximidade com os oficiais portugueses:

> **A estrutura militar oficial anterior à Independência, e que, como estrutura, sobreviveu à Independência, se caracterizava, entre outras coisas, pela discriminação contra os elementos nativos...**
> ... foram inúmeros os oficiais portugueses que permaneceram no Brasil, após o regresso da corte bragantina, e que acabaram por aceitar a Independência, servindo nas forças militares que o governo do príncipe D. Pedro começou a organizar, os Soares Andrea, os Âncora, os Niemeyer, os Manuel Jorge Rodrigues, e tantos outros. **Num total de 217 generais e brigadeiros relacionados como em serviço, após a independência, havia mais da metade de nascidos em Portugal.** (SODRÉ, 1968, p. 87-88, grifo nosso)

Mas, para além dessa divisão interna no âmbito da oficialidade, ainda existia a situação de forte penúria a que estava reduzida a economia brasileira:

> A fase em que se processa a autonomia é de grave e profunda crise na economia brasileira: o açúcar sofre tremenda concorrência no exterior e seus preços baixam e sua distribuição se encontra comprometida de há muito; o algodão se valerá, em certo período, do debilitamento da exportação norte-americana, decorrente da guerra de independência dos Estados Unidos, finda a qual expulsa o nosso produto do mercado inglês; os couros, do mesmo modo, vivem enquanto a concorrência platina se enfraquece, pela anarquia e pelas lutas que perturbam a exportação daquela área, entrando em declínio quando ela volta ao mercado. Desde a decadência da mineração, que ocorre muito antes de chegar ao fim o século XVIII, a situação econômica é de crise, e de crise grave, afetando toda a estrutura da produção. Ora, isso acontece

> precisamente quando, com a independência, há tarefas gigantescas a cumprir. (SODRÉ, 1968, p. 68)

"As organizações militares, parte do aparelho de Estado, refletem sempre as condições das sociedades que as geram", de maneira que a crise econômica foi mais um fator a debilitar o Exército em formação (SODRÉ, 1968, p. 68).

Carvalho (2006), refletindo sobre a composição do Exército brasileiro no Primeiro Reinado, apontou que, a despeito das dificuldades vivenciadas e da divisão no âmbito da oficialidade, a ameaça de deslealdade política para com as elites provinha das praças (não oficiais). Isso estaria relacionado ao processo de recrutamento e as suas consequências no âmbito político. Segundo o autor, os exércitos permanentes europeus, em suas fases iniciais, recrutavam o corpo de oficiais entre a nobreza e o corpo de praças entre os camponeses e proletários urbanos.

O resultado disso seria uma identificação entre as elites e os grupos politicamente dominantes, bem como um isolamento entre a oficialidade e as praças. O Exército brasileiro, seguindo o modelo português, teria como consequência o mesmo padrão comportamental:

> Entre os exércitos latino-americanos, o brasileiro foi o que herdou mais plenamente a tradição europeia. **O fato de que a Independência do Brasil se tenha verificado sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da população permitiu que se preservasse aqui a estrutura do Exército português. Nos países em que o processo de Independência exigiu lutas mais prolongadas, muitos cidadãos foram incorporados às forças armadas em todos os escalões, democratizando-as de certo modo, reduzindo seu nível profissional e tornando-as instrumento de fácil manipulação política.** O fenômeno do caudilhismo, ausente no Brasil, teve nesse fato uma de suas causas. (CARVALHO, 2006, p. 15, grifo nosso)

As praças eram recrutadas entre as camadas mais pobres da população e, em vários casos, se solidarizaram com as causas populares, de maneira que o Exército teve papel importante ao colocar pressões sobre D. Pedro I, na crise que culminou na sua abdicação. A falta de confiabilidade das tropas despertou a desconfiança das elites políticas que procederam com uma grande depuração durante o período regencial:

> O recrutamento militar favorecia assim a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes pelo prestígio, pela riqueza, ou pelo poder. Se as crises políticas que se seguiram à abdicação evidenciaram certo atrito nativista entre oficiais portugueses e brasileiros, havia outra distinção, talvez mais importante, a que separava oficiais e praças. Os oficiais que aderiram à causa brasileira foram mantidos no Exército. **O expurgo feito**

> **no Exército por Feijó em 1831 atingiu sobretudo as praças, como o atesta a formação logo em seguida do batalhão de oficiais-soldados, comandado pelo futuro Duque de Caxias. Os oficiais brasileiros tinham as suas queixas contra o sistema colonial que os discriminava em benefício dos portugueses. Mas, politicamente, eram em sua grande maioria leais ao governo e não tinham reivindicações de cunho social como as praças. Feijó reduziu o poder da organização militar, mas manteve intacta sua estrutura hierárquica.** (CARVALHO, 2006, p. 16, grifo nosso)

Acerca da criação da Guarda Nacional em 1831, no período regencial, e da desconfiança das elites políticas brasileiras em relação à lealdade do Exército, Sodré (1968) ofereceu a seguinte síntese:

> **Uma série de motins de tropas surge no Rio de Janeiro. A 4 de maio, a Regência reorganiza o Exército, reduzindo profundamente os seus efetivos. A 12 de julho, insubordina-se o 26° Batalhão de Infantaria, a 14, revolta-se o corpo de polícia. A 6 de outubro levanta-se o corpo de artilharia sediado na Ilha das Cobras. Em 2 de abril de 1832, rebelam-se as fortalezas de Villegagnon e Santa Cruz; a 17 , irrompe movimento nas tropas sediadas na Quinta da Boa Vista. A situação do Exército preocupa seriamente a Regência: "Com a extinção de numerosos corpos, ficaram os oficiais sem soldados",** informa um intérprete dos acontecimentos. Surge a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, agrupando as figuras mais prestigiosas das chamadas classes conservadoras. Um dos seus organizadores, o jornalista Evaristo da Veiga, propunha, na Aurora Fluminense, a extinção progressiva do Exército.
>
> Entre os objetivos da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, dístico que não passa de disfarce às forças mais retrógradas, está, desde logo, "a criação e organização da Guarda Nacional, recrutada entre cidadãos de importância e que deverá funcionar como tampão político e contrapeso às tropas regulares, cuja duvidosa fidelidade estava sendo demonstrada pela atitude que não raro assumiam de solidariedade com o povo revoltado". "Será – diz um historiador durante todo o Império, um exército mais ou menos civil e político, ao lado do Exército brasileiro". **A Regência, pouco a pouco, empreende, concretamente a destruição do Exército: "Padre Feijó, o destruidor da força armada do país, cujos destroços entregou aos presidentes de província para deles fazerem seus agentes eleitorais", diz um alto chefe militar**. (SODRÉ, 1968, p.113, grifo nosso)

Para Sodré (1968), a criação da Guarda Nacional foi fruto de uma estratégia das classes dominantes para manter-se no controle do aparelho de Estado, isto é, um instrumento militar para se contrapor e neutralizar as forças armadas regulares que teriam sido relegadas ao segundo plano.

Para Alves (2002), entretanto, não se pode colocar a criação da Guarda Nacional exclusivamente na conta das desconfianças das elites em relação ao Exército. A justificativa profunda para essa Guarda, estaria nas forças de caráter privatista que se debatiam na construção do Estado Imperial, ou seja, a sua existência estava relacionada

aos interesses locais contrapondo-se ao centralismo imperial. De acordo com a autora, mesmo durante o Segundo Reinado, quando foi notável o esforço centralizador, a Guarda Nacional permaneceu como expressão dos interesses particulares.

Para além dessa discussão em torno de quais interesses foram os mais determinantes para a criação da Guarda Nacional, o resultado do surgimento desta foi o de promover, com o passar do tempo, uma mudança qualitativa na composição do Exército, que foi perdendo progressivamente o seu status social.

As condições de recrutamento atestam o quanto o Exército ficou em condição coadjuvante:

> A Guarda Nacional, instrumento de força da classe dominante, era uma organização permanente – como costumam ser os Exércitos – cujo serviço era pessoal e obrigatório, isto é, que obrigava os cidadãos. Essa obrigatoriedade estava contida no recrutamento – traço que distingue sempre o caráter das instituições militares. Ora, o recrutamento para a Guarda Nacional abrangia todos os homens maiores de 18 anos e com menos de cinquenta anos – justamente o que é objeto de recrutamento nos Exércitos, em quase todos os países modernos. **Na realidade, ninguém era obrigado a servir no Exército; mas todos eram obrigados a servir na Guarda Nacional.** (SODRÉ, 1968, p. 127, grifo nosso)

O resultado das condições de recrutamento era uma diferença qualitativa na composição das tropas:

> Assim, fora da alçada militar, subordinada à autoridade política, a serviço dos interesses da classe dominante, **a Guarda Nacional se reservava o direito de recrutar os elementos melhores da sociedade, e distribuía os comandos segundo a confiança dos senhores de terras. Era uma força de elite, por cima e por baixo, nos comandos e na tropa. Enquanto isso, o Exército se obrigava a caçar os elementos marginalizados da sociedade para constituir a tropa, enquanto recrutava nas camadas médias a oficialidade.** E, se assim era, para manter disciplina na tropa, cuja constituição estava assim viciada, tornava-se necessário o tratamento pela violência. O castigo físico era outra tradição colonial, e os códigos são copiosos em informações a esse respeito. (SODRÉ, 1968, p. 132, grifo nosso)

Em 1850, o Exército passou por reformas na lei de promoções que valorizavam o mérito intelectual, como forma de ascensão, em detrimento da origem social, afastando ainda mais os elementos aristocráticos da instituição.

Sobre esse afastamento entre elite civil e Exército, Carvalho (2006) considerou:

> O piso da renda para o serviço na Guarda excluía dela praticamente todos os cidadãos que eram normalmente recrutados para o Exército e a Marinha. A Guarda incorporava os grupos de renda mais alta do País, ao passo que o Exército não se ligava a esses grupos nem mesmo pela oficialidade, como em

> parte o fazia Marinha. **Criou-se assim um verdadeiro divórcio entre o Exército e a elite civil. Marginalizada, a oficialidade do Exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra essa elite, representada sobretudo pelos políticos.** (CARVALHO, 2006, p. 21-22, grifo nosso)

Se, por um lado, ocorreu um afastamento em relação à elite civil, por outro lado, segundo Schulz (1994), a lei de 1850 causou um aumento no número de oficiais portadores de diplomas de curso superior, fazendo crescer o grau de profissionalização, assim como a insatisfação com a pouca relevância atribuída ao Exército pela classe política. Outro aspecto, acentuado com o afastamento da elite civil, foi a consolidação de uma oficialidade recrutada nas camadas médias e de grande caráter endógeno, isto é, proveniente de filhos de militares (CARVALHO, 2006).

A década de 1850 também ficou marcada pela extinção do tráfico negreiro e a consequente maior disponibilidade de capitais que impulsionou um maior desenvolvimento econômico.

Neste aspecto, Alves (2002, p. 329) observou que, apesar de pouco prestigiado pelo poder central, as "suas características no Brasil de início do século XIX, levaram a que assumisse, como parte de suas atribuições, tarefas de produção, assistência e ensino." As características em questão, por exemplo, diziam respeito à necessidade de educar as camadas sociais mais baixas, recrutadas à força, para que fosse possível lidar com as ordenanças e os armamentos.

Mas as necessidades educacionais não estavam apenas nas camadas mais baixas. A década de 1850 contou com o aumento da construção de estradas e a chegada das vias férreas e, por conseguinte, com o aumento da demanda por engenheiros, os quais eram formados apenas pela Academia Militar (ALVES, 2002). A indústria também era uma preocupação militar, cujas origens remontam a D. João VI. Como apontou Oliveira (1992), desde 1811, os militares administravam um Arsenal de guerra que não somente armazenava armamentos, como também os produzia e consertava.

Alves (2002), também sinalizou que a atividade fabril não se restringia aos arsenais, sendo necessários outros materiais para o exercício da atividade bélica como a fábrica de Pólvora, os Laboratórios pirotécnicos e a fábrica de ferro.

A maior disponibilidade de capitais permitiram reformas modernizadoras. Por modernização, entenda-se uma busca de atualização tecnológica com o intuito de diminuir a defasagem do exército Nacional em relação aos exércitos dos países europeus industrializados.

Acerca da relação entre o Exército, indústria e modernização na década de 1850:

> **As fábricas e arsenais constituíram-se, portanto, numa atividade que permitia a entrada da modernização no seio do Exército, ao mesmo tempo em que criavam oportunidade para o enfrentamento prático de problemas concernentes à indústria nacional**, tais como a concorrência estrangeira, a necessidade de financiamento, a falta de infraestrutura, sobretudo de estradas para o escoamento da produção, além da própria questão da mão de obra, envolvendo a substituição do trabalho escravo e a formação de trabalhadores, vinculada ao barateamento dos custos, inclusive com o recurso ao trabalho infantil. **Configuravam uma experiência de modernidade, aliando modernização e construção do nacional, estabelecendo um ponto de observação das resistências e possibilidades de concretização da Nação, nos moldes anunciados pelos países europeus. Um Estado Nacional forte seria o correlato de um Exército moderno e bem equipado. Modernização e perspectiva nacional conjugavam-se na experiência do Exército Brasileiro** em outras frentes de ação intrínsecas ao Exército imperial. (ALVES, 2002, p. 342, grifo nosso)

Em 1858, elaboraram normas sobre viagens de instrução dos oficiais à Europa, fosse para avaliar e comprar armamentos, fosse para estudar e frequentar as Exposições Universais comuns ao longo do século XIX (ALVES, 2002).

Mas, foi com o advento da Guerra do Paraguai que ocorreram transformações substanciais com um crescimento nos efetivos, organização e armamentos. Acerca dos maiores investimentos, Sodré (2002) destacou:

> **A guerra com o Paraguai alteraria profundamente a estrutura social do Exército. Não teria sido possível, realmente, desenvolver longas operações no exterior, durante cinco anos à base da tropilha irregular gaúcha e à base do voluntariado à força que se arregimentava nas unidades de linha.** Em janeiro de 1865, pois, o governo imperial atendeu às novas e impositivas necessidades do Exército com a **lei que previu a organização dos corpos de Voluntários da Pátria, isto é, cidadãos entre 18 e 50 anos que, além do soldo comum às praças, perceberiam mais 500 réis diários, a gratificação de 300 mil réis ao darem baixa no fim da guerra, "um prazo de terras de 22500 braças quadradas, nas colônias militares e agrícolas, todas as promoções por bravura, invalidez com meio soldo, pensão de meio soldo também a herdeiro indicado à vontade, decisão que faria acorrer às fileiras milhares de cidadãos que, nas condições anteriores, teriam sem dúvida se eximido do serviço.** Essa **composição seria afetada também pelo ingresso de libertos e escravos, em grande número**: a maioria da tropa regular que combateu no exterior era constituída por negros; depois de carregar o fardo do trabalho, carregariam o fardo da guerra. Mas **voltariam ao país com novo espírito, com capacidade muito mais ampla de analisar a sociedade escravista brasileira.** (SODRÉ, 2002, p. 143, grifo nosso)

A maior atenção do governo central, segundo Alves (2002), evidenciou o potencial e ao mesmo tempo as limitações do Exército. Assim, ocorreu uma reforma em

1874 que separou a formação do engenheiro civil da formação militar, autonomizando em maior medida o campo militar. Além disso, aprofundaram-se os esforços e desejos modernizadores por parte da oficialidade. Outro aspecto da guerra do Paraguai foi a entrada em contato com ideias republicanas, quebrando estereótipos negativos sobre governos republicanos (ALVES, 2002).

Em contraste com essa maior profissionalização, experiência e organização do Exército, o pós-guerra apresentou-se como um momento de progressiva desvalorização da instituição frente ao governo central. As promoções ficaram mais lentas, salários defasados e os efetivos foram sendo reduzidos (ALVES, 2002).

Nesse cenário, cresceu a insatisfação e, a partir de 1884, surgiu a Questão Militar, um conjunto de incidentes que indispôs o Exército com o Governo. A seguir se irá descrevê-la[4] para, posteriormente, trazer algumas reflexões formuladas pela historiografia.

Em 1884, a escravidão chegou ao fim no Ceará. Na luta pelo fim da escravidão naquela província, coube destaque a Francisco do Nascimento, o qual ficou conhecido como Dragão do Mar. Francisco era um líder dos jangadeiros e esteve à frente de um movimento de recusa ao transporte de escravos dos navios para o cais do porto.

Em razão dessa atuação, os jangadeiros caíram nas graças do movimento abolicionista e Francisco do Nascimento foi chamado ao Rio de Janeiro para receber uma série de homenagens. Em seu giro pelo Rio de Janeiro, o Dragão do Mar foi recebido na Escola de Tiro de Campo Grande. O comandante dessa Escola era o tenente-coronel Sena Madureira, oficial prestigiado em razão da sua atuação durante a Guerra do Paraguai. A recepção do Dragão do Mar por parte de Sena Madureira ganhou destaque na imprensa, incomodando o então Ministro da Guerra, Franco de Sá. O Ministro censurou Sena Madureira e o episódio teve má repercussão no meio militar.

Um segundo incidente ocorreu com o coronel Augusto da Cunha Matos, também veterano da Guerra do Paraguai. Esse coronel, inspecionando as tropas da província do Piauí, denunciou uma série de ilegalidades que abriram um conflito com o capitão Pedro José de Lima, membro do Partido Conservador. A resposta veio por um deputado, aliado do capitão Pedro José de Lima, que abordou a questão na Câmara dos Deputados e criticou Cunha Matos que, por sua vez, indignado, respondeu duramente pela imprensa.

[4] Na descrição desta sequência de eventos, seguiu-se, sobretudo, a narrativa efetuada por SODRÉ (1968).

O Ministro da Guerra de então, Alfredo Chaves, seguindo o padrão de coibir manifestações de militares pela imprensa, interveio na questão e puniu o coronel Cunha Matos. Assim, a situação se agravou, porque, em defesa do coronel punido, manifestou-se o Visconde de Pelotas, que também tinha atuado como chefe militar na Guerra do Paraguai. Outro a se envolver na questão foi, novamente, o tenente-coronel Sena Madureira, que publicou um artigo no periódico republicano A Federação tratando do caso Cunha Matos. Criou-se um círculo vicioso, de maneira que, quanto mais o Governo punia, maiores eram as manifestações de solidariedade.

O Ministro da Guerra Alfredo Chaves resolveu punir Sena Madureira que, à época, estava subordinado a Deodoro da Fonseca, o qual se recusou a punir o subordinado. O resultado foi que, por essa atitude, Deodoro teve de deixar o comando da Província do Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, Deodoro da Fonseca, acompanhado de Sena Madureira, foi recebido por vários militares, ocorrendo uma reunião de oficiais na qual compareceram até cadetes da Escola Militar. Mais punições ocorreram e os cadetes da Escola foram punidos. Por fim, a questão somente se apaziguou com a revisão das punições e a posterior queda do gabinete.

Em 1889, a nomeação do gabinete Ouro Preto e a sua não aceitação por parte dos militares levou ao golpe que derrubou o Império e proclamou a República. Acerca desse processo de queda do Império, existem algumas versões historiográficas que merecem ser observadas.

Carvalho (2006), por exemplo, creditou a queda do regime ao ressentimento militar face aos inúmeros atritos ocorridos na década de 1880. Este autor também enfatizou a falta de participação popular na derrubada do regime.

Alves (2002), entretanto, chamou atenção para o fato de que apenas o ressentimento militar não explicaria a derrubada do Regime. Também contribuiu para a queda a formação e a experiência dos militares, progressivamente envolvidos em missões de aperfeiçoamento e direção em nível nacional, o que, de certo modo, os preparou para a tomada do poder ao longo das últimas décadas do século XIX.

Envolvidos com atividades industriais e tendo contato com ideais republicanos, os militares aproximaram-se de ideias de caráter modernizante, no sentido de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e a formatação social existente nos países europeus, o que ajudou indispor a força militar com o regime escravocrata.

Sodré (1968), por sua vez, questionou versão do povo bestializado:

> A questão abolicionista e a questão da mudança do regime se desenvolveram, entre nós, com profundos vínculos, que as denunciam como sintomas do mesmo processo. E em ambas, a participação dos militares, e os do Exército em particular, foi fundamental. **É interessante notar, a propósito, que a história oficial, não ultrapassando o nível da crônica, do simples e linear relato dos acontecimentos, não teve grandes preocupações em esconder a participação popular no movimento pela Abolição, mas teve essa preocupação em relação ao movimento pela República.** A tese de que a mudança de regime foi acidente, ligado apenas a circunstâncias ocasionais, e limitado aos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro, tendo "o povo assistido a tudo bestializado", tem sido aceita, e vive da mera repetição. Essa repetição tem um sentido, evidentemente, não pode derivar apenas de causas fortuitas; o sentido de desfigurar a República, de despojá-la de seu conteúdo popular. E as análises ligadas a essa tese central, esmerando-se em levantar problemas secundários, e neles esgotar a interpretação – a "traição" de Floriano, as irritações de Deodoro, a inimizade entre este e Silveira Martins –, aprofundam o sentido do acidente puro e simples a que é relegada a questão da mudança do Regime. Ora, a verdade histórica é muito diferente. (SODRÉ, 1968, p.153, grifo nosso)

No fragmento acima, o autor afirma que a versão da mudança de regime ligada apenas aos episódios do dia 15 de novembro é insuficiente e intencionalmente afasta a República do povo. Para Sodré, a ideia republicana gozava de apoio antigo e entre vários grupos:

> Seria longo mostrar como a ideia republicana esteve presente em todos os movimentos de que a colônia foi cenário, e o país depois: na Conjuração Mineira, na Conjuração Baiana, no movimento pernambucano de 1817, na Confederação do Equador, na Sabinada, na Balaiada, na Cabanagem, na Revolução Farroupilha, na Revolução Praieira. Não é preciso que tenha alguém compreensão profunda do processo histórico para verificar que essa reiteração não podia derivar de fatores circunstanciais. **A ideia republicana, realmente, corresponde aos anseios políticos das classes e camadas sociais que, no Brasil, desde os fins do século XVIII, encaravam a necessidade de conjugar a autonomia a um sistema de governo tão democrático quanto nos fosse possível. A ideia oposta, de realizar a autonomia com o mínimo de alterações, pertence justamente à classe dominante senhorial.** E vai representar a sua preocupação máxima, e constituir a base ideológica do enorme esforço que desenvolve para dominar as rebeliões provinciais, empregando a violência descomedida de duríssima repressão e destruindo depois a estrutura militar que lhe parecia ameaçadora, para erigir a Guarda Nacional em instrumento do seu domínio. **A República foi o resultado, entre nós, assim, de um século de grandes e profundas lutas, pontilhadas de sacrifícios e renúncias.** O que havia mudado, e muito, realmente, era a situação histórica, os condicionamentos que, antes, haviam relegado a formulação republicana ao plano em que foi possível reduzi-la pela violência, e agora, a apresentavam como possível e, em seguida, como necessária...
> (...)
> Não foi, assim, um impulso isolado, sem significação, originado do pensamento alvoroçado de uns poucos, o lançamento do manifesto de 1870. Basta correr a lista de assinaturas: ali estavam alguns dos homens mais responsáveis e destacados do seu tempo...
> (...)
> **Entre 1870 e 1872, surgiram aqui mais de vinte jornais republicanos**: não pretendiam influenciar a opinião, apenas; refletiam a opinião. Um deles, A

> República, sequência de A Opinião Liberal, que aparecia no Rio de Janeiro, atingia, meses depois de seu aparecimento, uma tiragem superior a 8 000 exemplares diários, bastante considerável para o tempo. Que a sua atividade não era inócua prova o ataque de que foi vítima, em 1873... (SODRÉ, 1968, p.153-154, grifo nosso)

Sodré (1968), da mesma forma que Cury (2001), atentou para o longo processo de desgaste sofrido pelo Império, numa trajetória que excede em muito as tradicionais questões militar, religiosa e abolicionista. Contra a acusação de falta de apoio e participação popular, Sodré (1968) contrapôs o exemplo da imprensa republicana e de algumas revoltas regenciais, jogando uma importante luz contra a tese da bestialização do povo brasileiro, a qual assombra não somente a inauguração do regime republicano como também lançou sombras sobre as várias manifestações populares ocorridas durante a Primeira República. Ribeiro (2002), mostra que desde a independência, os homens livres pobres e de cor participaram da política do país e dos movimentos ocorridos.

Ainda sobre a questão militar, é importante recuperar algumas colocações de Castro (1995). Em “Os militares e a República”, Castro (1995), assim como os autores supracitados, também relativizou a importância da questão militar, ao apontar que existiam outros motivos a antagonizar o Exército contra o Segundo Reinado. Outro ponto questionado por Castro (1995) diz respeito à unidade militar.

Sobre este aspecto:

> **Outra característica que marca a historiografia sobre 1889 é o pressuposto de que, para além das disputas estritamente pessoais, os militares teriam apresentado, nos anos que vão do final da Guerra do Paraguai à República, uma razoável unidade. O fato de os golpistas não enfrentarem reação e a monarquia aparentemente não ter conseguido empolgar militares dispostos a morrer por ela é muitas vezes apresentado como claro sinal dessa unidade. Como se verá, a falta de reação dos militares presumivelmente legalistas pode ser atribuída a outros fatores** que não a unidade do Exército na conspiração. A consequência histórica que o sucesso político do golpe trouxe, neste caso, foi a perda da percepção de que, **se houve alguma unidade, ela foi o resultado precário de ações políticas que visavam alcançar a unidade da “classe militar” para usar a expressão da época**. Se houve “união”, ela teve de ser construída através de ações concretas que devem ser apontadas com precisão. **A unidade da classe militar não pode ser um elemento dado desde o início; é um ponto de chegada, não de partida**. (CASTRO, 1995, p.8-9, grifo nosso)

Sobre o trecho acima, é preciso destacar dois pontos. Em primeiro lugar, a propalada unidade militar questionada por Castro (1995), foi, como bem salientou o

autor, uma construção realizada por meio de ações concretas. Um exemplo de ação neste sentido foi a criação do clube militar.

Outro ponto frisado é o de que a unidade não era tão grandiosa como normalmente se supunha. Mais especificamente:

> De qualquer forma, creio que havia mais dissensão do que normalmente se imagina entre os militares nesses anos finais do império – como pretendo fique claro ao final deste livro. Ignorar esse fato explica a comodidade com que se personalizam categorias sociais, como se fossem homogêneas. Usei no início, por exemplo, a expressão "um grupo de militares". Ela não é intercambiável com a expressão "os militares", tantas vezes presente nos escritos sobre 1889. **No golpe republicano havia militares, mas não "os militares".** Isso não é preciosismo nem desconhecimento de que o recurso à personalização, desde que bem controlado, facilita a descrição de eventos históricos e processos sociais; **é o reconhecimento de que apenas um grupo de militares – pequeno e muito específico – participou da oposição à Monarquia, da conspiração e do golpe.**
> **A grande maioria das praças, por exemplo, esteve ausente da conspiração e do golpe contra a Monarquia. Da ampla categoria "os militares", agora reduzida aos oficiais, devemos retirar também a Marinha, pois sua participação foi mínima. Mesmo no Exército, os oficiais que participaram ativamente eram, em grande parte, jovens oficiais, de patentes inferiores. Com exceção de Deodoro da Fonseca, da preparação do golpe estiveram ausentes os generais, e havia muito poucos oficiais superiores.** Finalmente, em sua maioria, os oficiais inferiores e alunos militares vinham dos chamados "corpos científicos" do Exército, constituídos pelas armas de Estado-maior, artilharia e engenharia – na linguagem da época, eram a mocidade militar. Não foi portanto a "classe militar" que deu o golpe, mas uma parcela muito específica. É preciso desfazer a imagem de que a necessidade de transição para a República era consensual entre a maior parte dos oficiais do Exército. A "classe militar", menos que uma entidade e mais que uma palavra, designava um complexo jogo de articulações em torno de alternativas de ação política. (CASTRO, 1995, p. 9-10, grifo nosso)

A ponderação exposta acima, acerca do grupo que estava por trás da República, permite que se compreenda melhor o porquê de tantas instabilidades vivenciadas nos primeiros anos de República, bem como uma das razões pelas quais os militares foram sobrepujados pelos civis, ainda na década de 1890.

A vitória do golpe, como também enfatizou Castro (1995), não era inevitável, havendo, portanto, uma grande dimensão de incerteza e risco. Uma visão teleológica sobre os eventos de 15 de Novembro impede que se visualize as fragilidades do grupo por trás do golpe e da República então instalada.

Dado o exposto, desta revisão acerca do Exército no período imperial, é importante guardar especialmente alguns aspectos cuja lembrança será importante ao longo da tese. Em primeiro lugar, o sentimento de desvalia e oposição entre o Exército e

a sociedade política. Esta percepção atravessará o período da Primeira República e terá o seu papel para o início do movimento tenentista, o qual foi o grande fator motivador para o surgimento da UCM.

Um segundo ponto é a aproximação do Exército com a questão educacional e científica ao longo do Segundo Reinado. Na década de 1920, esta preocupação persistirá, inclusive entre os católicos-militares, mas enxergada por um outro prisma.

O terceiro ponto diz respeito à proximidade militar com a ideia de modernização. Este ponto, em específico, será melhor desenvolvido no capítulo 2, quando se estiver analisando, dentre outros aspectos, a coluna *Ciência e Fé* de *O Centurião* e como que a ligação militar com a ciência precisou ser considerada pelos católicos-militares em seu projeto de penetração no meio militar.

Um quarto ponto é a questão dos intelectuais no Exército. Os católico-militares apresentaram, a partir da UCM, uma concepção diferenciada sobre a questão intelectual e cultural em relação ao que vinha sendo desenvolvido, o que também merecerá atenção num momento mais oportuno.

Um quinto ponto diz respeito à questão da unidade militar. Castro (1995) apontou as fragilidades e dissensões existentes dentro do movimento que derrubou o Império e proclamou a República. Esta percepção sobre a pluralidade pertinente ao campo militar deve ficar guardada como pressuposto teórico e metodológico.

A seguir, será tratado como que o Exército se portou nos anos iniciais do período republicano. Sob forte influência positivista, afastou-se da Igreja e buscou aprofundar a sua profissionalização e aperfeiçoamento educacional, o que merece algumas ponderações.

1.3.1-O Exército na Primeira República: do protagonismo à anarquia militar

Nesta seção, serão acompanhadas as representações efetuadas por Nelson Werneck Sodré (1968) em *A História Militar do Brasil*, acerca do Exército e das Forças Armadas na Primeira República. Para Sodré (1968), a grande chave de compreensão sobre o papel das Forças Armadas na Primeira República, está na observação e interpretação acerca do conflito que teria ocorrido entre latifúndio versus Exército.

Nessa obra, o autor caracteriza o Exército, recrutado em grande medida nas classes médias, como uma vanguarda da ascensão burguesa e reformista no Brasil com

apoio nas camadas populares urbanas das maiores cidades. Neste sentido, os membros do Exército no governo Deodoro da Fonseca e, especialmente, no governo Floriano Peixoto representariam forças de caráter democratizante. Em oposição a essas forças estaria o latifúndio, menos preocupado com a industrialização e a modernização capitalista do país, e mais atento aos seus próprios interesses particularistas de financiamento da produção agrícola à custa do endividamento estatal.

No governo Deodoro da Fonseca, por exemplo, Rui Barbosa, na condição de ministro da Fazenda, teria efetivado uma política econômica emissionista, cujo propósito seria estimular a industrialização nacional. Essa política não apenas teria sido mal sucedida em acelerar a industrialização nacional, como desagradado os grandes proprietários, em razão de ter desviado um capital que, anteriormente, estaria destinado exclusivamente ao financiamento do latifúndio.

Assim, o latifúndio, incomodado com a presença do Exército na política, teria passado a buscar alternativas para exercer um controle político sem ter de lidar com forças divergentes. Para tal, passou a buscar progressivamente um isolamento e enfraquecimento do Exército. Dentre estas tentativas de minar o poder do Exército, estaria o apoio às Revoltas da Armada.

Sodré pondera que a imprensa deu grande suporte aos que se opuseram ao "popular" Floriano Peixoto:

> **Sua posição (Floriano Peixoto) corajosa de defensor dos ideais republicanos grangeou-lhe enorme popularidade e ainda maior nos meios intelectuais.** Mocidade estudantil, mocidade militar, intelectuais, camadas numerosas da população urbana, povo mesmo, eis a base em que Floriano assenta a sua força. **A reação (leia-se latifúndio) se levanta, amplamente organizada para combatê-lo. O calor desse combate, espanta, e dá a medida dos interesses que Floriano feria.** Pardal Mallet escrevia coisas assim, jornal chamado O Combate: "Vai Ashaverus da desgraça desta Pátria! Caminha! caminha, caminha, imprimindo no solo o desenho nefasto das sete pontas de ferro que te ornam o calçado, quando passeias por sobre os Estados, prenunciando o terrível advento do morticínio e do infortúnio. Vai Ashaverus! Segue a tua sina! Caminha, deixando após ti montões de cadáveres. Mas ouve o cortejo de lamentos, de imprecações, que, depois de tua passagem funesta, levantam os sobreviventes do teu crime nefando: nessa manifestação única a que fazes direito, gritam as viúvas e os órfãos, soluçam os desgraçados que fizeste, repetem os ecos acusadores desta pátria, por ti prostituída, conspurcada, vilipendiada."
> **José do Patrocínio, no mesmo jornal, destempera-se: "Sangue, mais sangue. É preciso que o sr. Floriano beba. Os anêmicos dão-se bem na atmosfera dos matadouros, e o brasil é um boi manso, que tanto serve para tirar a zorra do trabalho, como para nutrir os tiranos." Entre os que o combatem estão escritores como Pardal Mallet, Patrocínio, Luís Murat, Olavo Bilac.** (SODRÉ, 1968, p. 169, grifo nosso)

A forte campanha contra Floriano teria seduzido a Marinha, força que teria sido constantemente utilizada, ao longo da Primeira República, pela classe proprietária, como forma de contraponto às forças do Exército. A Marinha, desde o período imperial, estaria mais próxima das elites do que o Exército. Enquanto o recrutamento de oficiais do Exército, desprestigiado, era endógeno, com grande número de filhos de militares, e apoiado em elementos de classe média, a Marinha, mais prestigiada, era vista como uma opção pelos filhos da elite.

Essa proximidade com a elite teria tornado a Marinha mais aristocrática e, por conseguinte, mais identificada e fiel para com os interesses das camadas dominantes. Assim, note-se a passagem a seguir, para observar como foram descritas as motivações da Revolta da Armada:

> **A pregação revolucionária avança e consegue atingir a Marinha. Na sua tarefa divisionista, as forças políticas ligadas ao atraso, alcançavam êxito, penetrando no setor mais fraco, ali onde se resguardavam ainda privilégios de classe, ali onde se refugiavam pruridos aristocráticos, ali onde era possível colher alguns oficiais, e particularmente chefes, suscetíveis de aliar-se à subversão contra as normas democráticas.** Miguel Lemos dirá, dessa tentativa: "Assomando-se aos esforços dos revoltosos do Rio Grande do Sul e aceitando a cooperação de todos os descontentes, por mais desmoralizados e divergentes que fossem, não hesitou em sujeitar sua pátria a uma das mais cruéis provações por que ela tem passado." **A revolta, sob pretexto de restabelecer o império da constituição – e não seria a última vez que esse pretexto serviria ao esforço reacionário em nosso país – não tardou em ameaçar a própria existência do regime republicano**... (SODRÉ, 1968, p. 173-174, grifo nosso)

Apesar do forte suporte do latifúndio, a Revolta da Armada fracassou. Floriano Peixoto estaria apoiado pelo povo, por estar combatendo a ganância dos que queriam aumentar os preços dos gêneros alimentícios. Floriano também teria tido a firmeza necessária para se contrapor às forças estrangeiras que estariam dando suporte aos revoltosos.

Neste quesito em questão, Sodré (1968) estaria se referindo aos interesses imperialistas em associação com o latifúndio. Em específico, ao episódio em que navios portugueses, responsáveis por levar revoltosos para um exílio em Portugal, deixaram os oposicionistas no Uruguai, de onde teriam tornado a entrar no Brasil, dando continuidade à guerra civil em território brasileiro. Tal episódio rendeu, por parte de Floriano, a expulsão do representante diplomático de Portugal.

A vitória Florianista representaria a consolidação da República no Brasil. Mas a conjuntura política não permitiria a continuação do embate contra o Latifúndio. Teria sido necessário ceder, frente às forças políticas organizadas em partido, que enxergavam no apoio de massas a Floriano, uma ameaça. Assim, a presidência de Floriano foi sucedida pela presidência do paulista Prudente de Morais. Acerca dessa sucessão:

> **A República estava consolidada. As forças políticas organizadas em partidos, refletindo o poder do latifúndio, reivindicam a normalização constitucional. Floriano cedeu: estava doente, exausto do longo esforço e compreendera a insuficiência de sua base política para travar a luta decisiva: a liquidação dos redutos em que a reação se apoiava e que lhe permitiam apresentar como interesse do povo tudo aquilo que era de seu próprio interesse.** O Brasil estava ainda distante da fase em que tal luta seria possível. **Fora, no governo, expressão lídima das forças econômicas e sociais novas, que começavam a sua longa trajetória para o poder, tipo representativo da vanguarda aguerrida e pequeno-burguesa, a componente militar, com que aquelas forças haviam contado para operar a mudança do regime, e que refletiam, em sua ética, os anseios peculiares a uma classe que lutava contra o latifúndio, o liberalismo político, a modéstia de existência, a moralidade na gestão da coisa pública, o horror à especulação, o sentimento nacionalista.** Quedava batido, agora, não pelos adversários, que jamais o fizeram fraquejar, mas ante toda uma conjuntura política para a qual não havia outro remédio senão uma prolongada luta que iniciara mas que já não podia levar avante. A outros pertencia fazê-la, em circunstâncias diferentes, da forma que se adequasse aos tempos. Pouco depois de retirar-se do poder, entregando, pelo seu ministro da Justiça, o cargo ao presidente "eleito", o paulista Prudente de Morais, não resistindo aos padecimentos, Floriano, recolhido a um lugarejo, a Divisa, chegava ao fim. (SODRÉ, 1968, p. 175, grifo nosso)

A chegada de Prudente de Morais ao poder, dentro da perspectiva do autor em análise, corresponderia, então, a uma vitória do Latifúndio. A presença dos elementos militares teria sido, para forças latifundiárias, uma época de revezes e de ameaças. Os elementos militares em questão são vistos, pelo autor, como liberais, defensores dos interesses populares e anti-imperialistas. Assim:

> Para as forças do latifúndio, o período em que os elementos militares permaneceram no poder e particularmente o período florianista, foi de revezes e ameaças. **Tais elementos esposavam posições liberais, estavam no honesto e firme propósito de realizar reformas no país, defendiam os interesses populares, enfrentavam com vigor ameaças externas, tinham especial sensibilidade para o que era nacional.** As forças políticas que representavam o latifúndio, e algumas daquelas em que já se refletia a influência da burguesia ascensional, mas que temiam o alcance do reformismo militar, tudo fizeram para alijar do palco esse componente insólito, que ameaçava a tranquilidade da exploração secular e enfrentava com destemor soluções novas. Tratava-se, para essas forças, de alijar o florianismo, forma típica que o componente militar assumiu, e o que teve

maior duração e aprofundou mais a sua tendência política. (SODRÉ, 1968, p. 177, grifo nosso)

Com Prudente de Morais, teriam sido desenvolvidos esforços no sentido de combater o militarismo, de colocar o Exército de volta “aos seus lugares, nas casernas”, e de eliminar a sua participação na política. Os partidários de Floriano, portanto, foram perseguidos pelo novo governo federal. Dentro desta ótica:

> **Prudente de Morais governaria sob um clima de constante tensão, ao operar o alijamento das forças democráticas que haviam possibilitado a mudança do regime**...
> Era necessário voltar ao regime das farsas eleitorais em que manejando os pequenos grupos de eleitores, os coronéis latifundiários forjaram os representantes da sua conveniência. Nisso estava a democracia, segundo as forças conservadoras, na posse e no livre manejo do aparelho de Estado, através de um processo de escolha cuja significação democrática sabiam praticamente nula. Tratava-se de montar a máquina que permitisse perdurar alguns decênios nessa simulação grotesca. No período de Prudente de Morais, ela não fora ainda convenientemente organizada; seria uma das tarefas essenciais de seu substituto. (SODRÉ, 1968, p. 179-180, grifo nosso)

Para além da perseguição aos partidários do Florianismo, outras medidas práticas teriam sido tomadas, a saber: o fortalecimento da Marinha, “como órgão do poder central, capaz de enfrentar um Exército maculado pela turbulência”, e o amparo para a criação de forças militares estaduais capazes de servir aos poderes locais (SODRÉ, 1968).

Ambas as medidas, tanto o fortalecimento da Marinha quanto o robustecimento das Forças estaduais, foram consolidadas a partir do governo Campos Sales, sucessor de Prudente de Morais que, por meio de empréstimos e de um plano de austeridade fiscal, teria conseguido um reequilíbrio fiscal e o firmamento da República oligárquica (SODRÉ, 1968).

Com o firmamento da República oligárquica, Rodrigues Alves, sucessor de Campos Sales, e Afonso Penna, sucessor de Rodrigues Alves, teriam seguido na política de isolamento do Exército (SODRÉ, 1968). Nem o Marechal Hermes da Fonseca teria conseguido efetivamente recuperar o Exército depois de tantos governos contrários à instituição. Em seu governo, por exemplo, não se teria conseguido implementar a lei n°1860 de 04 de janeiro de 1908, a chamada lei do sorteio militar[5], ou seja, uma

[5] A referida lei regulava o alistamento, o sorteio militar e reorganizava o Exército, introduzindo o serviço militar obrigatório.

legislação formulada ainda durante o governo de Afonso Penna, quando Hermes ocupava o ministério da Guerra (CARVALHO, 2006).

Um exemplo acerca da falta de investimentos a que o Exército estaria destinado durante os governos civis pós-Floriano Peixoto, foi a guerra de Canudos, que durou de 1896 a 1897, ainda durante o governo Prudente de Morais. Sobre a consolidação da República oligárquica e o episódio de Canudos:

> **A revolta de Canudos denunciaria muitos dos aspectos do Brasil dos fins do século e, particularmente, das debilidades da República** que, mal inaugurada, caía sob o guante do latifúndio implacável, sem grande resistência de uma burguesia que seria compelida a acumpliciar-se com o atraso feudal. Revelaria a extraordinária capacidade de luta do nosso povo, sua tenacidade, sua resistência, seu apagado heroísmo. Contra aquele casario de taipa, acometeram sucessivas expedições militares em fúria...
> **Revelaria, também, o grau de deterioração a que o Exército fora submetido, sua incapacidade para travar uma luta organizada: objeto do ódio dos que haviam sucedido a Floriano, restava-lhe aquele simulacro de força organizada que se mostraria impotente diante de uma cidadela de taipa.** E que se desmandaria em fúria, na degola dos prisioneiros, sobre a qual o silêncio repousou, quebrado apenas pelo protesto dos acadêmicos de medicina baianos. Fúria que levantaria, pouco adiante, o braço assassino de Marcelino Bispo, provocando o sacrifício do general Machado Bittencourt. **Era esse o clima que as oligarquias latifundiárias impunham ao país: para prepara-lo, é claro que a tarefa preliminar consistia em destruir o florianismo, em extirpá-lo como planta daninha, que resguardava os restos democráticos das instituições cedo corrompidas.** Para coroar essa corrupção, abrem-se os entendimentos para o funding de 1898, ponto crítico na cadeia de empréstimos externos extorsivos, iniciada meses depois da Independência e a que a República dará um sentido novo.
> E **Prudente de Morais passa o governo a Campos Sales. Caberá a este o acabamento da obra, dar-lhe os traços definitivos, montar o sistema oligárquico, liquidar de vez o Exército, levar o latifúndio ao pináculo da sua força. Entrava-se no regime do partido único, que hoje muitos combatem, quando surge num em regime socialista, e que configurou, entre nós, por longo tempo, a ditadura do latifúndio.** Com essa ditadura, evidentemente, o Exército era incompatível; para instaurá-la, tornava-se necessário destruí-lo. Para dar acabamento a tarefa dessa amplitude, **o latifúndio encontra o seu afim específico, o imperialismo: "o capital estrangeiro começará a afluir para o Brasil em proporções consideráveis. E isso permitirá, não somente restabelecer o equilíbrio das contas externas do país, tão gravemente atingidas na crise dos anos anteriores, mas restabelecê-lo em nível muito alto, tornando possível um largo aparelhamento material e uma sensível ascensão do padrão de vida nacional"**... (SODRÉ, 1968, p.181-182, grifo nosso)

No longo excerto acima, argumenta-se que as várias infrutíferas expedições contra Canudos foram resultado da pauperização a que o Exército vinha se submetendo desde o governo Prudente de Moraes. Também se menciona a política econômica de Campos Sales e o consequente aumento de investimentos no Brasil que por ela teria sido proporcionado.

O governo de Rodrigues Alves, usufruindo desse afluxo de capitais daria suporte às reformas do prefeito Pereira Passos, com objetivo de modernizar a capital da República, tentando aproximar a cidade do Rio de Janeiro da cidade de Paris. Modernizar, neste sentido, era se aproximar dos padrões estabelecidos nos principais países industrializados. Desta forma, derrubaram cortiços e buscaram criar avenidas largas, com a consequência de remover do centro da cidade vastas camadas populacionais que se dirigiram progressivamente para os morros e subúrbios da cidade. A Marinha também tomou parte nesses capitais, de maneira que foram comprados novos navios como O Minas e O São Paulo.

O início de um ponto de virada contra essa política de enfraquecimento do Exército somente teria vindo a partir da Primeira Guerra Mundial, quando, sob um estímulo militarista, finalmente, teria se implementado a lei do sorteio militar, garantindo um regular preenchimento dos seus efetivos. Esse avanço somente teria ocorrido em razão de uma forte campanha de mobilização efetuada a partir da Liga de Defesa Nacional (CARVALHO, 2006).

A Liga de Defesa Nacional foi uma campanha que contou com forte atuação nos meios civis, destacando-se a figura do poeta e escritor Olavo Bilac. Assim, graças à mobilização popular e à mudança na conjuntura política internacional, conseguiu-se aquilo que nem o governo do Marechal Hermes da Fonseca, sufocado por uma série de conflitos, teria efetuado: a implementação efetiva da lei do sorteio militar. Em 1918, pouco após a efetivação desta medida, extinguiu-se a Guarda Nacional, sombra que acompanhava o Exército desde o período imperial (CARVALHO, 2006).

Antes de se aprofundar nos desdobramentos desse lento processo de fortalecimento do Exército, ocorrido a partir da Grande Guerra, é preciso fazer algumas ponderações acerca das narrativas desenvolvidas até aqui, em grande medida, com base nos estudos de Sodré (1968).

Primeiramente, acerca da composição do Exército e da Marinha, existe uma concordância com outros estudos historiográficos. Carvalho (2006), por exemplo, endossa, citando Schulz, que o Exército, de fato, tinha, ao longo de toda a Primeira República, a sua composição proveniente das camadas médias, assim como a Marinha conseguia atrair, em certa medida, alguns membros vindos das elites.

Constata-se também que, após os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, realmente ocorreu um processo de enfraquecimento do Exército, com um maior direcionamento de recursos para a Marinha e para as forças militares estaduais.

Isto explica porque, mesmo tendo conduzido a Proclamação da República, o Exército continuou com o seu status reduzido, atraindo majoritariamente, para o seu oficialato, membros das classes médias, muitos grandemente empobrecidos.

Entretanto, a afirmação feita, por Sodré (1968), de que os militares eram liberais, honestos, democráticos e populares, implica numa subestima da influência do positivismo no Exército que merece ser questionada.

Sobre o positivismo, Sodré colocou:

> Muito ao contrário do que se escreveu, e se repete, e tão somente por isso existe tal ideia, **a influência do Positivismo no espírito democrático da oficialidade foi mínima... A acusação de que o Positivismo "viciou horrivelmente o ensino nas escolas militares, arrancando-lhes o caráter essencial de centros de educação militar, de formação intelectual e moral para a guerra", carece, em todos os pontos de fundamento, e caracteriza, aliás, uma posição anti-histórica evidente, a de pretender julgar o passado à base de conceitos do presente**, no caso os conceitos associados às concepções totalitárias de poder e ao papel das forças armadas como suportes de Estado obedientes a tais concepções. (SODRÉ, 1968, p. 168, grifo nosso)

Ainda sobre o papel do positivismo, ao dissertar sobre os primeiros anos da República:

> **Nem teve o Positivismo, que tão largamente influiu no grupo que se formava na escola militar, o papel causal que lhe tem sido atribuído.** Conquanto fosse enorme o prestígio de Benjamim Constant, e, realmente, a doutrina de Comte, penetrando por via da matemática, influísse no pensamento dos cadetes e em determinados meios civis, ajustando-se bem aos reclamos democráticos daquela fase, sua influência foi parcial e reduzida. **A origem de classe da oficialidade, esta sim explicaria as atitudes tomadas, face aos acontecimentos, pelos militares.** O Positivismo, permitindo-lhes acomodar os anseios libertários com todo um conjunto de valores éticos ligados ao passado, e como tais consagrados, foi um dos veículos propícios. Nada mais do que isso. Mesmo porque a insatisfação era generalizada, não abrangia apenas aqueles elementos que, nos bancos da Escola Militar, recebiam os ensinamentos de Benjamin. Nem seria este um positivista ortodoxo. E, **salvo em alguns sinais exteriores, a doutrina pouco influiria nas instituições novas.** (SODRÉ, 1968, p.161-162, grifo nosso)

O positivismo aqui discutido diz respeito ao pensamento de Augusto Comte. Nascido na França em 1798, Comte, considerado o pai da sociologia, estudou engenharia na Escola Politécnica de Paris por alguns anos, não chegando a concluir o curso. O seu pensamento, denominado positivismo, buscava analisar o desenvolvimento histórico da sociedade. Neste sentido, a sociedade teria se desenvolvido seguindo um padrão progressivo e hierárquico, do nível menos desenvolvido ao mais desenvolvido. No campo menos desenvolvido, denominado teológico, estariam, por exemplo, os

povos politeístas da antiguidade. Num estágio intermediário, denominado metafísico, os deuses teriam sido substituídos por entidades e explicações lógicas e racionalizantes, descolando-se de uma explicação mítica da realidade. O estágio final seria o Estado Positivo, quando o conhecimento humano estaria exclusivamente assentado na observação científica. Desta forma, o pensamento positivista caracteriza-se por uma supervalorização das ciências exatas, dos cientistas, dos engenheiros, dos matemáticos, do desenvolvimento tecnológico e da industrialização (SEPÚLVEDA, 2010).

O Exército brasileiro, dotado de grande corpo de engenheiros, foi, em larga medida, atraído por essa doutrina, com destaque para Benjamim Constant, um militar positivista que dava aulas na Escola Militar e teve uma atuação de destaque na ocasião da Proclamação da República.

De acordo com o positivismo, com uma organização adequada, até os conflitos de classe poderiam ser contornados. A ordem seria um pressuposto do progresso. Os governos deveriam basear-se no conhecimento científico, acima da vontade popular, numa ditadura positivista. Nesse contexto, a educação teria um papel central.

O rebaixamento da importância da influência do positivismo, efetuado por Sodré (1968), implica uma desproporcional valorização dos componentes democráticos do Exército e em uma invisibilização das correntes autoritárias presentes na instituição. A utilização do termo popular, por parte de Sodré, para caracterizar a orientação política do Exército, é também questionável. O fato de Floriano Peixoto ter gozado de uma popularidade nos meios urbanos, não significa necessariamente que seu governo era democrático. Afora o controle dos preços durante a guerra civil, não foram mencionadas outras medidas que justifiquem tal caracterização. O governo militar de Deodoro da Fonseca, cujo vice era Floriano Peixoto, não se opôs à exclusão dos analfabetos do direito de votar, mantendo o caráter excludente imposto pela reforma eleitoral de 1881, ainda durante o governo monárquico.

Pode-se admitir que os militares fossem mais democráticos do que a classe latifundiária em razão da sua associação com os grupos jacobinos. Mas isto não apaga o caráter excludente dos seus governos. Se houve forte oposição da imprensa aos governos militares, o que indica liberdade de expressão, também houve perseguição a jornalistas e periódicos de oposição, como atestou o próprio Sodré em A História da Imprensa no Brasil (SODRÉ, 1983).

Outra ponderação é a de que o fato de um governo gozar de popularidade não significa que este seja democrático. A título de argumento, lembre-se que Vargas,

notório pelo seu autoritarismo na década de 1930 e 1940, frequentemente desfrutou de grande apoio popular. Exemplos da combinação de autoritarismo com popularidade abundam ainda nos dias atuais.

Em A História Militar do Brasil, Sodré (1968), ao mencionar a candidatura de Deodoro da Fonseca ao senado, ainda durante o período imperial, forneceu um exemplo que contradiz a sua própria tese acerca da pouca relevância do positivismo:

> **Foi no nascente clube militar que surgiu a ideia, apresentada por Serzedelo Correia, de ser apresentado Deodoro como candidato a uma vaga que se abria no Senado. A intervenção de Benjamin, a respeito dessa proposta, é extremamente lúcida**: "Sou, em princípio, a favor da proposta. Mas acho que é necessário ouvir-se, primeiro, o marechal Deodoro, sobre as ideias que atualmente mais agitam o espírito público..." **Quais seriam essas ideias?** Benjamim, colocando o problema em termos de princípios, com grande clareza política, as enumera: "Por exemplo: **as da abolição, da autonomia das províncias, do casamento civil, da separação da Igreja e do Estado, da secularização dos cemitérios..."** Eram os princípios que empolgavam a parcela de povo que constituía a opinião nacional, realmente. E os militares faziam parte dessa parcela. Colocando-as, Benjamim esclareceria: "Uma vez que a candidatura não deve ter espírito partidário, deve fundar-se no interesse coletivo e no exame de problemas tão abandonados... Até hoje, nunca votei. Mas estou disposto a exercer pela primeira vez esse direito, sufragando um candidato que aceite o programa contido nas ideias que apontei..."
> É importante destacar como, em primeiro lugar, Benjamim Constant colocava o problema em sua essência, os princípios, e os enunciava com clareza; como distinguia o que era pertinente ao interesse nacional, ficando os militares compelidos a desobrigar-se de vínculos com aquele, mas obrigados a vínculos com este; e como denuncia, com o seu exemplo, o desinteresse pelo exercício do voto, até aquele momento, desinteresse que envolve visível condenação ao sistema político e à sua forma mais concreta, a representação. E Deodoro, como respondeu a essa colocação, em que se destacava o problema abolicionista? Respondeu com exemplar firmeza: **"Não é de hoje, mas de há muitos anos, que sou adepto das ideias manifestadas pelo major Dr. Benjamim Constant."** (SODRÉ, 1968, p. 156, grifo nosso)

Na citação acima, percebe-se, através das palavras do próprio Sodré (1968), um exemplo da importância e ascendência de Benjamim Constant sobre Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente republicano. As ideias defendidas por Constant, endossadas por Deodoro e representadas por Sodré como sendo de interesse nacional, eram todas, independente da sua aceitação geral, defendidas fortemente pelos positivistas. A alegação de que o grupo de influência positivista não era numericamente expressivo, concentrando-se apenas na Escola Militar com os seguidores de Benjamim Constant contém implicitamente um erro e até uma falácia.

Em primeiro lugar, o erro: é incontestável que a influência positivista também se deu de forma efusiva no Rio Grande do Sul, historicamente um local de grande

concentração numérica de militares, através da corrente política liderada por Júlio de Castilhos.

Quanto à falácia, há de se lembrar que a influência de um grupo numa instituição não pode ser medida apenas pela extensão numérica dos participantes. Grupos pequenos podem ser muito influentes e significativos. Um exemplo de grupo pequeno que marcou a história do Exército é o dos jovens turcos.

Quanto à afirmação categórica dos militares como honestos, em contraposição aos latifundiários corruptos, também são necessários reparos no intuito de não endossar uma visão que, neste particular, incorre num maniqueísmo. É possível e até provável que a condição de militar pela parte de Sodré tenha influenciado nestas visões excessivamente benevolentes para com o Exército.

Como contraponto a esta visão dos militares como tipo ideal da honestidade, ofereço como contraponto a visão do escritor e ativista do movimento operário Lima Barreto. Negro, extremamente crítico acerca do sistema político da Primeira República pelo seu caráter excludente, racista e classista, o escritor retratou, em seu romance intitulado Triste fim de Policarpo Quaresma, o período do governo Floriano Peixoto da seguinte forma:

> Na verdade o major (Quaresma) tinha um espinho n'alma. Aquela recepção de Floriano às suas lembranças de reformas não esperavam nem o seu entusiasmo e sinceridade nem tampouco a ideia que ele fazia do ditador. Saíra ao encontro de Henrique IV e de Sully e vinha esbarrar com um presidente que o chamava de visionário, que não avaliava o alcance dos seus projetos, que não os examinava sequer, desinteressado daquelas altas coisas de governo como se não o fosse!... Era pois para sustentar tal homem que deixava o sossego de sua casa e se arriscava nas trincheiras? **Era, pois, por esse homem que tanta gente morria? Que direito tinha ele de vida e de morte sobre os seus concidadãos, se não se interessava pela sorte deles, pela sua vida feliz e abundante, pelo enriquecimento do país, o progresso de sua lavoura e o bem estar de sua população rural?** (BARRETO, 1993, p. 155-156, grifo nosso)

O Triste fim de Policarpo Quaresma foi o segundo romance de Lima Barreto, contando com boa recepção. Foi publicado, primeiramente no Jornal do Comércio, no ano de 1911, durante o governo de Hermes da Fonseca. A narrativa se situa nos primeiros anos da República, especialmente durante o governo de Floriano Peixoto. O protagonista é o major Policarpo Quaresma, um nacionalista empenhado em estudar e fazer crescer o Brasil e a sua cultura.

As ações de Quaresma são divididas em três partes. No primeiro terço do livro o personagem está imerso numa jornada cultural, preocupado em fazer do Tupi a língua oficial do país, em difundir o violão e as modinhas musicais nacionais. Ridicularizado, Quaresma é aposentado e internado num hospício (DIAS, 1993).

Após ter alta do hospício, busca se isolar num sítio. A sua jornada no sítio corresponde à segunda parte do livro, quando o personagem busca se dedicar à agricultura, a fim de demonstrar a riqueza das terras brasileiras. Seus empreendimentos agrícolas também fracassaram, em parte pelas dificuldades inerentes à vida no campo, mas, também, em razão da perseguição por parte de políticos locais, desconfiados de que Quaresma tivesse pretensões políticas ocultas (DIAS, 1993).

Na terceira e última parte da obra, a vida de Quaresma no campo foi interrompida pela Guerra da Armada, em razão da sua decisão de se alistar, apoiando o governo Floriano Peixoto (DIAS, 1993). Uma vez junto ao Exército, novas decepções, desta vez em relação ao governo federal e aos seus procedimentos durante a guerra. Decepcionado e indignado, Quaresma escreveu uma carta para Floriano, cujo resultado foi a sua prisão.

Sobre este momento catártico:

> Por que estava preso? Ao certo não sabia; o oficial que o conduzira, nada lhe quisera dizer; e, desde que saíra da ilha das Enxadas para a das Cobras, não trocara palavra com ninguém, não vira nenhum conhecido no caminho, nem o próprio Ricardo que lhe podia, com um olhar, com um gesto, trazer sossego às suas dúvidas. Entretanto, **ele atribuía a prisão à carta que escrevera ao presidente, protestando contra cena que presenciara na véspera. Não se pudera conter. Aquela leva de desgraçados a sair assim, a desoras, escolhidos a esmo, para uma carniçaria distante, falara a fundo a todos os seus sentimentos; pusera diante dos seus olhos todos os seus princípios morais; desafiara a sua coragem moral e a sua solidariedade humana; e ele escrevera a carta com veemência, com paixão, indignado**. Nada omitiu do seu pensamento; falou claro, franca e nitidamente.
> Devia ser por isso que ele estava ali naquela masmorra, engaiolado, trancafiado, isolado dos seus semelhantes como uma fera, como um criminoso, sepultado na treva, sofrendo umidade, misturado com os seus detritos, quase sem comer... Como acabarei? Como acabarei? E a pergunta lhe vinha, no meio da revoada de pensamentos que aquela angústia provocava pensar. Não havia base para qualquer hipótese. **Era de conduta tão irregular e incerta o Governo que tudo ele podia esperar: a liberdade ou a morte, mais esta do que aquela. O tempo estava de morte, de carnificina; todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória e senti-la bem na sua consciência coisa sua, própria, e altamente honrosa.** Iria morrer, quem sabe naquela noite mesmo? E que tinha ele feito de sua vida? Nada. Levara toda ela atrás da miragem de estudar a pátria, por amá-la e quere-la muito, no intuito de contribuir para a sua felicidade e prosperidade. Gastara a sua mocidade nisso, a sua virilidade também; e, agora que estava na velhice, como ela o recompensava, como ela o premiava, como ela o condecorava? Matando-o. E o que não deixara de ver, de gozar, de fruir, na

> sua vida? Tudo. Não brincara, não pandegara, não amara – todo esse lado da existência que parece fugir um pouco à sua tristeza necessária, ele não vira, ele não provara, ele não experimentara.
> Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada... O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas coisas de tupi, do folclore, das suas tentativas agrícolas... Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma!
> O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio; e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. **E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção.** A sua vida era uma decepção, uma série, melhor, em encadeamento de decepções. (BARRETO, 1993, p. 174-175, grifo nosso)

O decepcionado Policarpo Quaresma acabou executado. Não sem antes demonstrar o seu desgosto e desilusão para com o governo Floriano, a política e o nacionalismo:

> **A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia.** A que existia de fato, era a do tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati. (BARRETO, 1993, p. 175, grifo nosso)

Através de Quaresma, Barreto expressou toda a sua crítica contra o sistema da Primeira República, incluindo os governos militares. Nessa obra também são feitas algumas alusões ao positivismo:

> Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas em outros muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram **os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassínios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária,** lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetiche, com fanhosas músicas de cornetim e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!...
> **Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas ideias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais.**
> A matemática do positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda gente. Havia mesmo quem estivesse convencido que a matemática havia sido feita e criada para o positivismo, como se a bíblia tivesse sido criada unicamente para a Igreja católica e não também para

> a Igreja anglicana. **O prestígio dele era, portanto, enorme.** (BARRETO, 1993, p. 120-121, grifo nosso)

Ao discorrer acerca do positivismo, Barreto apontou simultaneamente o seu caráter autoritário e a sua forte influência na época. A visão de Barreto, exposta em 1911, é forte contraponto à tese de Sodré acerca da pouca influência do positivismo. A lembrar, conforme se viu, Sodré afirmou que o positivismo foi pouco influente e que aqueles que defendiam a sua influência estavam sendo anacrônicos, influenciados pela observação de governos totalitários posteriores à Primeira República.

Ora, a crítica de Barreto, em 1911, não poderia estar influenciada por governos totalitários. Veja-se a seguir, mais um fragmento de texto, desta vez com Barreto atentando para o caráter intolerante dos positivistas:

> **O tenente não era feroz nem mau, antes bom e até generoso, mas era positivista e tinha da sua República uma ideia religiosa e transcendente.** Fazia repousar nela toda a felicidade humana e **não admitia que a quisessem de outra forma que não aquela que imaginava como boa. Fora daí não havia boa-fé, sinceridade; eram heréticos interesseiros**, e, dominicano do seu barrete frígio, raivoso por não poder queimá-los em autos de fé, congesto, via passar por seus olhos uma série enorme de réus confidentes, relapsos, contumazes, falsos, simulados, fictos, e confictos, sem samarra, soltos por aí... (BARRETO, 1993, p. 122, grifo nosso)

Por fim, uma última passagem acerca de Floriano Peixoto e o seu acumpliciamento com o autoritarismo positivista:

> O major ia aproximar-se, mas logo estacou no lugar em que estava. Uma chusma de oficiais subalternos e cadetes cercou o ditador e a sua atenção convergiu para eles. Não se ouvia o que diziam. Falavam ao ouvido de Floriano, cochichavam, batiam-lhe nas espáduas. O marechal quase não falava: movia com a cabeça ou pronunciava um monossílabo, coisa que Quaresma percebia pela articulação dos lábios. Começaram a sair. Apertavam a mão do ditador e, um deles, mais jovial, mais familiar, ao despedir-se, apertou-lhe com força a mão mole, bateu-lhe no ombro com intimidade, e disse alto e com ênfase: - Energia, Marechal!
>
> Aquilo tudo parecia tão natural, tão normal, tendo entrado no novo cerimonial da República, que ninguém, nem o próprio Floriano, teve a mínima surpresa, ao contrário alguns até sorriram alegres por ver o califa, o cã, o emir, transmitir um pouco do que tinha de sagrado ao subalterno desabusado. Não se foram todos imediatamente. **Um deles demorou-se mais a segredar coisas à suprema autoridade do país. Era cadete da Escola Militar, com a sua farda azul-turquesa, talim e sabre de praça de pré. Os cadetes formavam a falange sagrada. Tinham todos os privilégios e direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação de esteio do Sila para oprimir e vexar a cidade inteira.**
>
> **Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo**

> **de fé**, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a satisfação e eternidade. (BARRETO, 1993, p. 129-130, grifo nosso)

É importante frisar a importância do positivismo porque esta corrente de pensamento fez parte das preocupações e da oposição dos católicos-militares na década de 1920. Sepúlveda (2010) também apontou influência do positivismo, não somente marcando o campo militar, como também o campo educacional. Nesta seara, o autor apontou também o quanto que o positivismo aproximou os militares do campo educacional.

Como se viu na seção anterior, quando se discorreu sobre o Exército no período imperial, a ligação dessa instituição com a educação foi, segundo Alves (2002), um processo de longa data, associado às necessidades de treinamento do efetivo e, também, relacionado com as atividades industriais ali desenvolvidas pioneiramente desde o século XIX. Assim, o papel do positivismo foi também no sentido de aprofundar as já existentes preocupações educacionais.

Um marco do trinômio militares-positivismo-educação esteve na atuação de Benjamim Constant no Ministério da Instrução pública, Correios e Telégrafos, a partir de junho de 1890. Nesse Ministério, ele se dedicou em especial à Escola Normal e ao Instituto Nacional de Cegos. As disciplinas nessas instituições valorizavam as ciências exatas e introduziu-se a disciplina de Instrução Moral e Cívica.

Neste particular, Sepúlveda observou:

> **É importante reforçar que a ideia de Educação Moral e Cívica no Brasil teve, desde a sua origem, uma forte inspiração positivista.** Como já foi dito, para Comte, a Moral é a mais importante das disciplinas. Essa perspectiva, ou seja, o seu caráter positivista, marcará toda a história curricular brasileira. Não se pode também deixar de lembrar que essa disciplina será recorrente sempre nos governos mais autoritários da história do Brasil. (SEPÚLVEDA, 2010, p. 64, grifo nosso)

Constant, dentre outras medidas, também regulou a instrução primária e secundária no Distrito Federal, proibiu o Ensino Religioso nos estabelecimentos públicos de instrução leiga e reorganizou as Faculdades de Medicina nacionais. Desta forma, dado todo o exposto, é incontestável a influência positivista, tanto no Exército quanto no país.

Sintetizando, se colocou nesta seção que, apesar de ter liderado a Proclamação da República e estado à frente dos dois primeiros governos (Deodoro e Floriano), o

Exército enfrentou sérias dificuldades no seu processo de modernização e profissionalização. A oposição dos sucessivos governos civis, que priorizaram a Marinha e as forças militares estaduais, manteve o seu status social mediano, de maneira que nem o governo Hermes da Fonseca conseguiu efetivar a lei do sorteio militar aprovada ainda durante o governo Afonso Penna.

O início da reversão desse processo de isolamento e penúria, como já mencionamos, veio durante a Primeira Guerra Mundial, no governo de Wenceslau Braz, quando se conseguiu fazer a lei do sorteio, criando-se no plano legal o serviço militar obrigatório, o qual somente foi efetivado plenamente na década de 1930. Para tal sucesso, a criação da lei, foi fundamental a Liga da Defesa Nacional, criada em 1916 e defensora da ideia positivista do cidadão-soldado, trazida inicialmente por Benjamim Constant.

Esse pequeno avanço ocorrido no governo Wenceslau Braz foi sucedido pelas turbulências e atritos ocorridos no governo Epitácio Pessoa (1919-1922). A relação do governo Epitácio com os militares foi difícil desde o seu princípio. Isto porque seu governo foi o primeiro a colocar um civil à frente da pasta da Guerra – Pandiá Calógeras –, o que feriu os brios de muitos militares. Além disso, seu governo se negou a conceder aumentos salariais para as forças armadas. Outro fator foi a chegada da Missão Francesa para ajudar no treinamento do Exército. Se, por um lado, isso auxiliou em seu processo de aperfeiçoamento, modernização e profissionalização, por outro, também, trouxe atritos com parte da oficialidade.

As insatisfações com o governo Epitácio Pessoa abriram um campo a ser explorado pelos civis oposicionistas interessados na sucessão presidencial de 1922. O Exército passou a ser cortejado pela oposição e, durante alguns meses, chegou a ser ventilada uma candidatura de Hermes da Fonseca. O interesse militar pela sucessão de 1922 chegaria a um nível, cujo resultado veio a ser a quebra da disciplina e um processo de desordem militar. Desde 1889, o Exército passou do protagonismo, durante os governos Deodoro e Floriano, à estagnação e isolamento, durante os sucessivos governos civis que o isolaram.

Em 1922, ocorreu uma mudança do isolamento rumo à desagregação, criando uma conjuntura política que permitiria a reaproximação com a Igreja católica, até então afastada pela ordem constitucional de 1891 e pela influência positivista no Exército.

1.4- A campanha presidencial de 1922

Viu-se, nas duas primeiras partes deste capítulo, a história de duas instituições, Igreja católica e Exército, que foram sufocadas em seu desejo de autonomia por um Estado imperial extremamente centralizador, portador de caracteres absolutos. A virada para a República aumentou a autonomia de ambas as instituições. Mas o seu grau de prestígio ainda estava aquém do desejado pelos seus membros.

A República não trouxe apenas autonomia, ela também separou a Igreja e o Exército, afastando o serviço de capelania. O positivismo, influenciando os militares, reforçou esse afastamento, ao fazer com que muitos vissem a religião como algo menor, como uma superstição proveniente de um estágio inferior da humanidade, quando a ciência ainda não estava devidamente desenvolvida.

A década de 1920, com a sua conjuntura de crise política e econômica, mudou esse cenário, reaproximando essas instituições e abrindo caminho para o seu protagonismo na década seguinte. O ano decisivo para essa aliança foi o de 1922, mesmo ano da formação do Centro Dom Vital, um momento em que começou a se fortalecer o grupo que deu origem à União Católica Militar. Esse florescimento guarda relação de oposição com os levantes tenentistas e o cenário proporcionado pela campanha presidencial.

O cenário econômico, entre 1920 e 1922, foi complicado. Segundo Fritsch (1993), desde meados de 1920, a economia brasileira vinha sofrendo os efeitos de um choque externo. Esse choque externo era resultado de um redirecionamento conservador das políticas econômicas nos países europeus. Em linhas gerais, com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, os países europeus, visando à sua reconstrução e preocupados com o desemprego no pós-guerra, lançaram mão de uma política econômica expansionista. A expansão monetária e o crescimento acelerado das economias acabaram por deflagrar um processo inflacionário, com a desvalorização das moedas europeias (FRITSCH, 1993).

A reação de países como França e Inglaterra foi aumentar os juros e cortar gastos, iniciando uma crise econômica, em meados do ano de 1920, que acabou por se agravar, quando os Estados Unidos passaram a cortar os empréstimos internacionais (FRITSCH, 1993). O Brasil com uma economia primária e, em grande parte, dependente de um único produto, foi fortemente afetado pela queda geral nos preços das commodities, em especial do café (FRITSCH, 1993). Assim, a receita do governo Epitácio Pessoa caiu, levando-o a uma crise fiscal. Simultaneamente, ocorreu uma

desvalorização da moeda e um encarecimento dos produtos estrangeiros importados, o que levou a um aumento da inflação (FRITSCH, 1993).

Sintetizando, inflação alta, crise fiscal e crise do café. Um cenário com aumento do custo de vida e das insatisfações que tornou a sucessão presidencial de 1922 um momento explosivo.

O ano de 1922 é marcante dentro da historiografia em razão de uma série de eventos altamente simbólicos como: a Semana de Arte Moderna, o centenário da Independência, a fundação do Partido Comunista e a revolta tenentista. Um acontecimento que costuma ser negligenciado, nesse contexto, é a campanha presidencial de 1922, em que a chapa da Reação Republicana, com Nilo Peçanha e J.J. Seabra, enfrentou a chapa governista representada por Arthur Bernardes e Urbano dos Santos. Considerando os percentuais de votação dos candidatos à presidente e vice-presidente, a chapa da Reação Republicana foi a mais bem votada de toda a Primeira República tendo um percentual superior até ao desempenho obtido pela Aliança Liberal em 1930 (PIRES, 1995).

Mas, o que significou essa campanha?

No que diz respeito ao significado da campanha presidencial, é necessário um pequeno levantamento historiográfico. Ferreira (1990) aponta que a campanha presidencial de 1922 teve o seu valor diminuído perante a historiografia em razão da visão de alguns contemporâneos de que a disputa teria se dado apenas em função de divergências em torno da escolha do candidato a vice-presidente, ou seja, o embate seria fruto de desacordos superficiais ligados a questões conjunturais, cujo estudo não poderia esclarecer muitos aspectos da Primeira República.

Sobre a disputa pelo posto de vice-presidente, é necessário resgatar alguns elementos para que se compreenda o porquê da Reação Republicana ter conquistado grande potencial competitivo. Os meses de maio e junho de 1921 ficaram marcados pela onipresença do imbróglio em torno da vice-presidência em toda a grande imprensa nacional. Dois estados tinham apresentado nomes: José Bezerra por Pernambuco e J.J.Seabra pela Bahia.

Esse dissídio foi explorado pelo jornal Correio da Manhã, que acusou Bernardes de fazer jogo duplo, isto é, teria prometido junto a políticos pernambucanos e a Epitácio Pessoa o cargo de vice-presidente para José Bezerra, mas, às escondidas, teria estimulado o lançamento da candidatura de Seabra. Com base nessa acusação, o

periódico classificou a candidatura de Bernardes com fortes adjetivos, cujo resultado era associar o mineiro com a ideia de deslealdade e desconfiança (TORRES, 2010).

O Correio da Manhã também buscou demonstrar que a candidatura mineira estava comprometida em função da disputa pela vice-presidência, porque o presidente Epitácio Pessoa estaria insatisfeito com a forma como a situação estava sendo gerida. Além disso, o periódico lembra a rejeição de Borges de Medeiros à candidatura de Bernardes, manifestada ainda no início de maio e deixando clara a oposição do Rio Grande do Sul.

Em meio a esse conflito, no dia 06 de junho de 1921, retornou ao país Nilo Peçanha com grande divulgação na imprensa. Seu posicionamento acerca da disputa era um enigma. No dia seguinte, 07 de junho, ficou decidida a escolha de um tertius para o cargo de vice. Essa decisão resultou no abandono imediato de Arthur Bernardes por parte dos estados de Pernambuco e Bahia. Em 08 de junho, ocorreu a convenção que afirmou a candidatura de Bernardes. Os políticos do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro não compareceram. Contudo, Nilo Peçanha declarou que a sua ausência era uma questão de princípios e não significava uma escolha entre as correntes em atrito.

Nos dias seguintes, começaram especulações sobre a sua candidatura, de modo que, no dia 12 de junho, O Correio da Manhã censurou a sua atitude tergiversativa e o instigou a se definir entre grupos políticos em atrito. Seus passos seguiram acompanhados pelos jornais: conferências com Epitácio Pessoa, com políticos do Rio Grande do Sul, com Francisco Salles (adversário de Bernardes em Minas Gerais) e até com partidários de Arthur Bernardes (TORRES, 2010).

No dia 14 de junho, Nilo Peçanha declarou aceitar ser o candidato da dissidência formada por Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Mas a aceitação não foi em definitivo. Nilo propôs que ele e Arthur Bernardes abrissem mão de sua candidatura, em favor de um tertius. Somente no dia 16 de junho de 1921, após confirmar o apoio de São Paulo, foi que os mineiros tornaram pública a recusa da desistência por parte de Arthur Bernardes. Assim, estabeleceu-se em definitivo a candidatura de Nilo em oposição a Arthur Bernardes.

Foi apenas na década de 1980 que a historiografia começou a relativizar a importância da disputa pelo cargo de vice como causa da formação da Reação Republicana.

Bóris Fausto, em 1982, afirmou que a campanha de 1922 ocorreu por razões maiores do que a disputa pela vice-presidência. Para Fausto, o surgimento da Reação Republicana se deu por conta do aprofundamento das divergências inter oligárquicas. De acordo com esta interpretação, alguns setores não ligados à cafeicultura estariam insatisfeitos com os rumos da política econômica, por esta envolver desvalorização cambial e um maior endividamento externo para valorizar o café.

Ferreira (1990), porém, discorda da tese de que os interesses econômicos divergentes tenham sido decisivos. Segundo a autora, dos estados constituintes da Reação Republicana, somente a bancada pernambucana realizou uma oposição contundente às propostas emissionistas que buscavam ajudar na valorização do café. Para a autora, a campanha de 1922 foi uma tentativa de formar um eixo alternativo de poder capaz de fazer frente à hegemonia de São Paulo e Minas Gerais.

A razão da formação desse eixo estaria na insatisfação dos estados não hegemônicos com a sua falta de autonomia. As divergências econômicas eram importantes, mas o fundamental seria a busca por mais poder político. Independente da preponderância das divergências econômicas ou políticas, o que Fausto (1982) e Ferreira (1990) demonstram em seus estudos é que a disputa entre os estados se deu por mais razões do que apenas a disputa pela vice-presidência. Ferreira (1990), inclusive, apresentou análises documentais que apontam ações de Nilo Peçanha no intuito de criar espaço para a sua candidatura, muito antes do surgimento do impasse em torno do vice.

Na sequência dos estudos de Ferreira, surgiu, em 1993, a análise de Anita Prestes em torno da campanha de 1922. Enquanto os estudos de Ferreira (1990) tiveram foco na Reação Republicana no Rio de Janeiro, Prestes (1994) se concentrou na relação da campanha com o movimento tenentista. Entrando nesta seara, a autora desmistificou a tese de que ambos os fenômenos teriam tido origens independentes. Para Prestes (1994), a Reação Republicana foi o berço do tenentismo.

1.4.1- A Questão Militar e o movimento tenentista

Além do desejo, por parte dos Estados dissidentes, de conquistarem uma maior participação política, outro fator a agravar as tensões foi a questão militar. Como já se mencionou, o governo Epitácio ficou marcado por uma inovação: a designação de civis para ocupar os ministérios da área militar.

Essa atitude causou algum ressentimento na corporação. Não obstante esse fato, alguns militares também estavam insatisfeitos com o comportamento da Missão Francesa e com a negativa de aumentos em meio a uma alta da inflação que corroía o poder de compra dos salários. Esse contexto gerou um ambiente propício para que militares apoiassem a Reação Republicana.

Ferreira (1990) aponta a importância da imprensa nesse processo e indica a ocorrência de um círculo vicioso: para reduzir a participação de militares na campanha da Reação Republicana, o governo realizou transferência de militares para outros estados como forma de retaliação e desarticulação. Mas, a divulgação deste procedimento governamental pelos periódicos pró-Nilo causou comoção e aumentou o engajamento militar na campanha conforme atestam cartas do arquivo Nilo Peçanha.

Sobre a busca pelo apoio dos militares por parte da oposição:

> Se as sucessões presidenciais eram sempre momentos de crise na ordenação a que o Latifúndio submetera a vida pública do país, para melhor utilizar o aparelho de Estado, a de Epitácio Pessoa, após a Primeira Guerra Mundial, e já sob o efeito de todas as alterações que ela introduzira no mundo e em nosso próprio país, seria tempestuosa. **Os processos políticos estavam condenados pela opinião nacional, e as escolhas de candidatos eram um resumo desses processos políticos, que retiravam aos cidadãos o direito de intervir, limitando-o a forças já rotinadas no seu uso. A longa vigência desse sistema viciado, apesar das crescentes lutas que acarretava, definiria a situação: era impossível liquidá-lo dentro das normas legais. Essa convicção alastrou-se no país, ligada às condições posteriores à Primeira Guerra Mundial, de tal forma que o desfecho armado passa a constituir preocupação continuada. Ora, esse caminho, o da solução pelas armas, seria impossível sem a participação dos militares. Daí o esforço cada vez maior para envolvê-los nos acontecimentos políticos e, por esse meio, chegar à derrocada do sistema. A sucessão de Epitácio Pessoa constitui episódio, na sequência do qual outros se definirão, convergindo todos para a grande transformação operada em 1930.** As ocorrências, portanto, e os protagonistas, são simples indícios circunstanciais de longo processo: o da liquidação do predomínio político do latifúndio. (SODRÉ, 1968, p. 200-201, grifo nosso)

Segundo Prestes (1994), o vínculo entre a Reação Republicana e os movimentos tenentistas estabeleceu-se especialmente a partir do caso das cartas falsas divulgadas pelo Correio da Manhã.[6] Esse caso foi o momento em que se consolidou no País uma nova Questão Militar.

---

[6] Segundo Sodré (1983), O Correio da Manhã, “o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; Levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima. Através desse

Então, o que foi o episódio das cartas falsas?

O início dessa polêmica foi em outubro de 1921, um mês em que já era previsível um aumento de tensão na campanha presidencial em razão de que estava marcado o começo da excursão de Nilo Peçanha pelo país e, também, porque estava prevista a vinda de Arthur Bernardes à capital do País (TORRES, 2010, p. 85).

A própria vinda de Bernardes à capital já vinha sendo tensionada pelo Correio da Manhã. No dia 02 de outubro de 1921, foi publicada uma nota de protesto contra uma recepção oficial do Senado para o mineiro. O periódico argumentava que um candidato não poderia receber honras oficiais à custa do Estado, porque não seria justo que o governo gastasse dinheiro apoiando uma corrente política (TORRES, 2010, p. 86). Nos dias seguintes, o jornal fez várias advertências de que Bernardes seria mal recebido na capital. Em 08 de outubro de 1921 foi publicado que o mineiro pegaria um vapor rumo à capital no dia 09 de outubro de 1921.

Então, no dia 09 de outubro de 1921, foi publicada a primeira carta:

> "Belo Horizonte, 03/06/1921
> Am. Raul Soares
> Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda a energia de acordo com as minhas últimas instruções, pois essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina.
> Veja se Epitácio mostra agora a sua apregoada energia punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina, e removendo para bem longe esses generais anarquizadores.
> Se Epitácio, com medo, não atender, use de diplomacia, que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações, os que forem venais que é quase a totalidade, compre-os com todos os bordados e galões." (Correio da Manhã, 1921, apud TORRES, p.87)

A carta alude ao contexto de junho de 1921, quando o Marechal Hermes da Fonseca deu um banquete aos seus apoiadores. Naquele momento, Nilo Peçanha ainda estava no exterior e existiam expectativas do surgimento de uma candidatura militar.

Em análise sobre a carta, o Correio da Manhã publicou o seguinte editorial:

> "Ultraje ao exército

caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em empresa jornalística." (SODRÉ, 1983, p.287)

> Ainda não há muitos dias, e sem que se pudesse atinar com a razão da sua atitude, os jornais do Bernardismo andaram a falar de uns documentos, cuja autoria era atribuída ao presidente de Minas, mas que, acrescentavam eles não passavam de um embuste que um chantagista estava a armar à boa fé dos incautos que nele acreditassem. Não aludiam à natureza dos aludidos documentos, nem se referiam à matéria de que tratavam.
> Estranhou-se com efeito a declaração daqueles jornais, tanto mais quando não vinha a público o nome do chantagista que denunciavam. A pouco e pouco, porém, a coisa foi se foi esclarecendo, e das informações que foram surgindo a medo nos meios políticos, o que transparecia é que se tratava de um caso grave, cujos efeitos era preciso prevenir, abrandando ou neutralizando a impressão que viessem causar.
> Um acaso pôs-nos ao corrente do fato, que é, nem mais, nem menos, a perda de cartas comprometedoras escritas pelo sr. Arthur Bernardes ao senador Raul Soares. Publicamos hoje uma delas, que nos veio ter às mãos para a evidenciação do que é esse politiqueiro inferior, que a má sorte de Minas elevou à mais alta expressão do seu governo.
> Mais do que isso: esta carta, enviada por ele ao sr. Raul, é uma indignidade e uma afronta atirada ao exército, representado nos seus oficiais, até os mais graduados, chamados de vermes e capazes de serem "comprados"...
> Não era necessário ir além da simples exposição desta carta, se não estivéssemos no dever de chamar para ela, já dizemos a atenção do sr. Epitácio Pessoa, que de boa vontade está envolvido na humilhante aventura do Bernardismo, mas a dos oficiais do exército, solicitando-lhes um pouco de exame retrospectivo para a maneira como as coisas tem se passado de junho até agora.
> Desde capitães até generais dos mais acatados vêm sendo humilhados e transferidos pelo sr. Calógeras, e precisamente para as regiões mais afastadas. As últimas promoções têm obedecido a um critério segundo o qual são premiados aqueles que o governo supõe nutrirem simpatias pelo Bernardismo...
> Digam-nos agora os homens de bem desta terra se um candidato que dá tamanhas provas de insensatez, desequilíbrio e falta de critério, como este, pode vir a ser o Presidente da República...
> Contra a ascensão deste degenerado devem se levantar até as pedras da calçada. Porque uma presidência Bernardes, conquistada pelo suborno e corrupção que por ali lavram ostensivamente, seria a evidenciação clamorosa de que este país perdera inteiramente a verdade e a probidade." (Correio da Manhã, 1921, apud TORRES, p.88)

Deve-se observar, no editorial acima, a afirmação do jornal *O Correio da Manhã* de que a carta atribuída a Bernardes inviabilizava a sua eleição como presidente e que, por isso, esta deveria ser impedida a todo custo, inclusive por meio da força, como deixa claro a expressão: "levantar até as pedras da calçada".

No dia seguinte, 10 de outubro de 1921, o caso continuou em evidência e o mesmo tom foi mantido. Para reforçar a credibilidade da denúncia, o periódico declarou que as cartas foram examinadas por especialistas em grafologia. No dia 11 de outubro de 1921, a primeira carta foi reeditada, sob o argumento de que a edição da primeira publicação estava esgotada. No dia 13 de outubro de 1921, foi publicada a segunda carta atribuída a Bernardes:

> "Minas, 06/06/1921

> Meu caro Raul Soares
> Saudações afetuosas
> Ciente dos dizeres da última carta, fico inteirado dos compromissos tomados para o resultado seguro da convenção. Todavia discordo com outra prorrogação porque ela devia ser realizada antes da chegada de Nilo, pois, como você disse, esse moleque é capaz de tudo.
> Remova todas as dificuldades como bem entender, não olhando as despesas, o que já fiz ver ao João Luiz. Das classes armadas nada devemos temer devido aos compromissos assumidos pelo Epitácio agindo com toda a energia.
> Da política mineira só tenho a adiantar que os elementos do Salles estão sendo trabalhados tenazmente para abandoná-lo e que a sua candidatura a presidência está garantida, porque obrigaremos os elementos recalcitrantes, sob pena de perderem as suas posições, e você quando me suceder continuará a levar a devida verba do que falta das grandes despesas que estamos fazendo, para depois não se dar escando.
> Abraços do Arthur Bernardes." (Correio da Manhã,1921, apud TORRES, p.91)

No dia 14 de outubro, o Correio da Manhã publicou a denúncia de que os exemplares do jornal estavam sendo desviados pelo correio para que a população não lesse as cartas. E no dia 15 de outubro, Arthur Bernardes chegou à capital do País. Durante a sua chegada, o mineiro recebeu vaias.

Sobre a chegada de Arthur Bernardes, Sodré (1968) descreveu:

> O clima que vivia a capital do país pode ser aferido pelo conhecimento de dois episódios. Um deles, a chegada de Bernardes ao Rio. **Conta-o Afonso Arinos de Melo Franco: "E o que se deu, então, foi espantoso. Aquele homem desconhecido até há pouco, de quem , por isso mesmo, nada se poderia dizer de bem nem de mal, é recebido na cidade como se fosse um bandido público, um traidor da pátria, um réprobo, enfim, como ficou sendo costume tratá-lo. Assisti pessoalmente à vaia. Era aluno do Internato Pedro II e me encontrava na Galeria Cruzeiro (avenida Rio Branco) para ver a passagem do candidato do meu Estado. Nunca mais esqueci aquele selvagem espetáculo. Desde longe, quando o cortejo deu entrada na avenida, vindo da Central, estrugiram alaridos que só aos poucos fui percebendo serem de apupos, assovios e injúrias. Vagabundos, capangas (diziam que trazidos de Niterói), simples moleques de rua, misturados com mulheres do povo, senhoras bem vestidas, militares fardados, civis de boas roupas, tudo reunido numa histeria coletiva, assaltavam os automóveis, insultavam com palavras obscenas os ocupantes, golpeavam com bastões arrancados à cercadura das árvores os vidros e faróis, urravam como possessos, numa espécie de libertação furiosa.** Os políticos que eram reconhecidos, se viam chamados pelos nomes, humilhados, conspurcados, às vezes ameaçados fisicamente". Continuando: "Tenho impressas na retina as figuras de megeras desgrenhadas, e tipos alvares, misturando torpezas e gracejos contra todos aqueles homens públicos, sendo que alguns populares exibiam bem aberta a primeira página de um vespertino, onde Bernardes aparecia representado em caricatura imoral. Foi uma triste vergonha aquela, que, se revoltava, como revoltou, um menino de colégio, deve ter aberto fundo ressentimento no espírito das vítimas daquela inútil brutalidade, não contra o povo inocente que a praticava, mas contra os seus inconscientes e encobertos condutores."
> (SODRÉ, 1968, p. 201-202, grifo nosso)

O episódio das cartas continuou ocupando as manchetes e no dia 19 de outubro Bernardes sofreu mais uma acusação, a de ter promovido a invasão da residência de Serpa Pinto, um especialista em grafologia consultado pelo Correio da Manhã. Após a saída de Arthur Bernardes do Rio de Janeiro, o Correio da Manhã publicou que a sua redação estava aberta para receber a visita de oficiais do Exército dispostos a observar as cartas originais. Assim, o caso continuou em evidência porque o jornal, periodicamente, publicou notas relatando a visita de oficiais do exército à redação do jornal. Oficiais que teriam analisado as cartas e concluído que eram verdadeiras.

Acerca do crucial papel da imprensa e a liderança do Correio da Manhã, temos o seguinte testemunho:

> **Realmente, jamais, em nossa história, uma campanha sucessória se desenvolveu com a violência que assumiu a de Epitácio Pessoa, antagonizando homens da mesma formação política, como Arthur Bernardes e Nilo Peçanha.** Ao longo do processo histórico, aliás, aquele, o candidato governista, oriundo de processo histórico viciado, provaria sua inconteste superioridade, como homem público, sobre o segundo, que aparecia, então, como figura representativa do combate às mazelas do regime. **Jamais um candidato sofreu, em nosso país, campanha como aquela que Arthur Bernardes enfrentou, enquanto candidato e governante**. **Jamais a linguagem, nas lutas políticas, assumiu o tom que a referida campanha definiu.** Ainda nesse particular, ficava esquecida a essência do problema – que era o regime – para marcar ferozmente a pessoa do candidato oficial. Nunca, ao longo de nossa vida republicana, uma personagem enfrentou, como Arthur Bernardes, violência igual, violência verbal que se desmandaria, desde os apelidos grotescos e infamantes até as falsidades mais graves. A questão essencial, desse modo, ficava obscurecida por essa massa de insultos vulgares, que visavam um indivíduo, pelo fato de ser o escolhido, dentro das normas que o regime impunha, para ocupar a Presidência.
> **Está fora de dúvida que o carro chefe da campanha de oposição, seja ao governo de Epitácio Pessoa, praticamente desde a sua instalação, até o governo de Arthur Bernardes, passando pela campanha sucessória, seria o Correio da Manhã.** (SODRÉ, 1985, p.18-19, grifo nosso)

O próprio Clube Militar incumbiu-se de arbitrar a questão das cartas publicadas pelo Correio da Manhã e, no dia 28 de dezembro de 1921, por 490 votos versus 90, decidiu-se pela sua veracidade. O clima emocional, entre 1921 e 1922, estava terrivelmente tenso, conflituoso, causando profundas divisões entre a oficialidade. A título de demonstração, vejamos o nível das discussões travadas no Clube, desta vez já no ano de 1922:

> Outro episódio foi o de uma sessão do clube militar, realizada a 24 de junho de 1922. Tal sessão deve ser entendida na sequência de várias outras, em que se discutia o problema das cartas de Bernardes, quando o calor das paixões chegava ao desvario. Fala o tenente Gwaier de Azevedo. Eis alguns trechos de seu discurso, com os apartes que recebeu:
> **Ten. Gwaier- Em defesa do Exército, desse Exército enxovalhado pelo presidente da República, desse Exército que V.Excia., general Setembrino, de modo algum representa. (Trocam-se apartes)**
> Marechal presidente- Atenção. Quem está com a palavra é o senhor tenente Gwaier.
> **Ten. Gwaier- O sr. Major Boanerges já havia declarado, antes de abrir a sessão, que viria me apartear com violência.**
> **Maj. Boanerges- Não é verdade.**
> Ten. Gwaier- Quem me disse foi o Ten. Siqueira Campos.
> Ten. Siqueira Campos- É verdade; não querer sustentar é outra coisa.
> Maj. Boanarges- Eu não disse assim.
> Ten. Gwaier- V.Excia. disse, mas não tem importância, seus apartes não me interrompem.
> Cap.Duarte do Carmo- O sr. Major Boanarges é um oficial digno, mais digno que V. Excia.
> Ten. Gwaier- Mais digno que V. Excia.
> **Cap. Duarte do Carmo- V.Excia é incompetente e mal criado e não sabe português.**
> **Ten. Gwaier- V. Excia. tem razão: eu fui aluno do senhor seu pai.**
> Cap. Duarte do Carmo- Protesto, meu pai era um homem competente e sabia comandar.
> Ten. Gwaier- Tinha tanta competência que se permitiu transferir sine die um eclipse total do sol. Isto está escrito nos boletins do Exército; eu apelo para o Sr. Ten. Siqueira de Brito que, na ocasião, servia no 1°Batalhão de engenharia.
> Cap. Duarte do Carmo- O Ten. Brito é um oficial digno e não pode afirmar isto.
> Ten. S. Brito- Sou amigo do Cap. Duarte do Carmo e peço a S.Excia que me perdoe, porém a afirmação do Ten. Gwaier é verdadeira.
> Cap. Duarte do Carmo- Muito obrigado a V.Excia.
> Ten. S. Brito- Não tem o que agradecer.
> (SODRÉ, 1968, p. 202-203, grifo nosso)

No trecho acima, pode-se observar oficiais se ofendendo, patentes inferiores versus patentes superiores. Vê-se, também, o tenente Gwaier, apoiado por outros oficiais, declarando que Epitácio Pessoa estava humilhando o Exército. No caso em questão, havia uma alusão aos planos de Epitácio de fechar o Clube Militar. Sobre os planos de fechamento do clube, o áspero diálogo prosseguiu:

> Ten. Gwaier- Está direito, V. Excia. submeterá o requerimento à votação, Sr. Presidente. Os jornais noticiam que o Sr. Presidente da República, para enxovalhar o Exército, vai mandar amanhã os seus agentes fecharem o Clube Militar, baseado numa lei que fecha sociedades anarquistas, de caftens e de exploradores do lenocínio. Maior injúria não se pode fazer. Suprema afronta jogada às faces do Exército Nacional!

> Maj. E. Figueiredo- O sr. Presidente da República tem toda a razão.
> Ten. Gwaier- V. Excia. concorda que o Presidente da República feche o Clube Militar com base naquela lei?
> Maj. E. Figueiredo- Concordo.
> **Ten. Gwaier- Então V. Excia. é caften? É explorador do lenocínio? É anarquista? Queira desculpar porque, francamente, eu não sabia.**
> **Maj. E. Figueiredo- Eu respondo a V. Excia como homem. Respondo à sua audácia.**
> **Ten. Gwaier- À vontade. Escolha o lugar e marque hora. Sob minha honra de militar o juro, lá estarei.**
> Marechal Presidente- O sr. Tenente Gwaier vai modificar essa linguagem. **V. Excia. está convidando os seus superiores para brigar...**
> (SODRÉ, 1968, p.203, grifo nosso)

No início de julho de 1922, de fato, o Clube Militar foi fechado, assim como o Marechal Hermes da Fonseca foi preso. Em resposta, no dia 05 de julho de 1922, estourou o movimento revolucionário, tendo início a primeira revolta tenentista. Prestes (1994) afirmou que o episódio das cartas falsas aumentou a adesão de militares à candidatura de Nilo Peçanha em todo o País. Por isto e em razão de todos os seus desdobramentos, a autora defende a tese de que a Reação Republicana e a campanha de 1922 foram o berço do tenentismo.

Sobre o episódio das cartas e o movimento tenentista, Carvalho (2006) relembrou o ainda baixo prestígio social do Exército como um fator agravante:

> Criou-se assim um verdadeiro divórcio entre o Exército e a elite civil. Marginalizada, a oficialidade do Exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra essa elite, representada sobretudo pelos políticos. **O desdém dos civis e o correspondente ressentimento dos oficiais emergiram claramente no episódio das cartas falsas de 1921. Ao chamar o Marechal Hermes de "sargentão sem compostura", o maquiavélico autor das cartas atingiu profundamente o ego militar, provocando reação violenta dos oficiais.** (CARVALHO, 2006, p. 21-22, grifo nosso)

Sobre os tenentes, Carvalho (2006) observou:

> ...das várias biografias e autobiografias publicadas, pode-se perceber que a quase totalidade dos líderes tenentistas, por exemplo, era proveniente de famílias pobres. Estão nessa situação os dois Távora, Luís Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto. Alguns, como os Távora, confessadamente entraram para o Exército como o único caminho disponível para continuarem os estudos, dada a insuficiência das rendas familiares. **Quando Leitão de Carvalho manifestou intenção de ingressar no Exército, seu professor lhe perguntou logo se o motivo era a falta de dinheiro.** (CARVALHO, 2006, p. 17, grifo nosso)

Acerca do movimento de 5 de julho de 1922, os cadetes da Escola Militar, então no Realengo, marcharam sobre a Vila Militar, sob a liderança do Coronel Xavier de Brito, na expectativa de receber apoio, quando, na realidade, foram recebidos a tiros. Tentativas de outras unidades também acabaram repelidas (SODRÉ, 1985, p. 26-27).

O evento mais simbólico ocorreu no forte de Copacabana. Com o insucesso do movimento, restou ali um pequeno grupo amotinado. Esse grupo ficou ainda menor depois que o seu líder, o capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal Hermes da Fonseca, foi preso, após sair para negociar com as autoridades (SODRÉ, 1985). Sob a liderança do Tenente Siqueira Campos, carregando pedaços de uma bandeira nacional, os demais amotinados saíram em uma missão suicida contra as tropas governistas. Eram dezessete militares, mais um civil, contra mais de dois mil homens das tropas governamentais. O combate foi uma carnificina em plena praia de Copacabana. Dos tenentes, apenas Eduardo Gomes e Siqueira Campos sobreviveram. Alguns praças morreram e outros ficaram feridos.

Sobre esse evento:

> O heroísmo dos revoltosos abalou, realmente o povo brasileiro e deu a medida do extremo a que chegara a paixão pela causa que defendiam. A derrota, nas condições em que ocorreu, com o fracasso no Rio e na tentativa da guarnição de Mato Grosso – comandada pelo general Clodoaldo da Fonseca, capitulou em Três Lagoas – não arrefeceu senão temporariamente o ânimo dos militares feridos pelos reveses, mas sempre prontos para retomar a luta. **Essa dimensão de heroísmo, realmente, em aparente desproporção, vistos os acontecimentos na distância do tempo, indica a profundidade a que atingira a repulsa às mazelas do regime, sob a superficialidade dos motivos então alegados.** (SODRÉ, 1985, p. 27-28, grifo nosso)

O ano de 1923, segundo Sodré (1985, p. 28), foi marcado por intensa atividade conspiratória. Em 5 de julho de 1924, estourou nova revolta. Dessa vez, seu alcance foi muito maior, com a cidade de São Paulo sendo controlada do dia 5 ao dia 28 de julho. A partir de 28 de julho, os revoltosos paulistas começaram a se deslocar, atravessando o interior de São Paulo e o Paraná, sob intensas batalhas contra as tropas governistas. Em paralelo a este processo de deslocamento, estouraram revoltas no Rio Grande do Sul. Nesse estado, os revoltosos também foram obrigados a se deslocar em virtude da perseguição governista.

O resultado é que, em abril de 1925, os revoltosos de São Paulo, sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes, encontraram-se com os revoltosos do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Luís Carlos Prestes. A partir de então, após uma série de

deliberações, adotaram a proposta de Prestes de manter o conflito, numa guerra de movimento (SODRÉ, 1985). Nascia, então, a famosa Coluna Prestes, que, percorrendo mais de vinte cinco mil quilômetros, lutou até fevereiro de 1927, exilando-se na Bolívia, após manter o país por mais de dois anos numa espécie de tensão revolucionária.

Os revoltosos somente saíram do seu exílio para apoiar o movimento revolucionário de 1930, que depôs Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder, acabando com aquilo que hoje se entende como o período da Primeira República. Prestes não participou do movimento de 1930, por ter aderido ao comunismo. A maioria dos demais tenentes, entretanto não seguiu esse caminho, e ajudou a levar Getúlio ao poder.

Durante a Era Vargas, muitos desses tenentes participaram do governo, na condição de Interventores estaduais. Entretanto, ao longo da década de 1930, foram surgindo dissenções e um processo de perda de identidade, desaparecendo o tenentismo enquanto um movimento coletivo. Muitas das personalidades participantes do movimento tenentista tiveram uma vida pública longa, gozando de elevado prestígio. Em homenagem aos revoltosos, temos monumentos, museu, nomes de rua, estações do metrô.

O tenentismo dissolveu-se enquanto grupo político na década de 1930. Mas a União Católica Militar existe até os dias de hoje. Defende-se, nesta tese, que o tenentismo foi um fator fundamental para estimular o desenvolvimento da aliança católico-militar, fortalecida pelo desejo de oposição aos tenentes. Por isso, a seguir será exposta a narrativa da UCM acerca das suas origens, para, ao final deste capítulo, confrontar-se esta versão com as informações obtidas em duas obras de Jackson de Figueiredo: A Reação do Bom Senso e A coluna de Fogo.

1.5- A União Católica Militar e o seu mito de origem

Esta seção tem por objetivo apresentar o surgimento da União Católica Militar (UCM), segundo a sua própria versão, ou seja, demonstrar o mito de origem elaborado pelos católico-militares acerca do surgimento da sua associação. A mitologia a seguir possui uma visão bem peculiar acerca da história, do período imperial e do regime republicano. Um ponto marcante são os anos apresentados como decisivos para a consolidação da aliança entre a Igreja e o Exército.

Outro ponto fundamental é acerca dos silêncios e omissões nesta narrativa fundadora: os movimentos tenentistas, a campanha presidencial e toda a crise política do país foram ocultados. Apenas as motivações religiosas e sentimentais são apresentadas, numa espécie de relato que apresenta a UCM como apolítica.

Esta seção é também uma preparação para quando, através de relatos do periódico *O Centurião* e, também, por meio das obras de Jackson de Figueiredo, será demonstrado que a União Católica Militar tem o seu desenvolvimento estreitamente relacionado com a campanha presidencial de 1922 e os movimentos tenentistas.

Abaixo, pode-se notar uma das narrativas de origem da UCM. É interessante perceber como o regime imperial e o início do período republicano foram retratados:

> Surto Religioso na República
>
> **A religião tem progredido maravilhosamente nestes cinquenta anos de república, sem embargo da laicização do Estado. Não foi a separação da igreja que deu certo aspecto de decadência que apresentava a fé nos primeiros anos da república. Os motivos reais vieram do império**, visto que a religião era até certo ponto tributária do Estado, por via de uma concordata cuja aplicação tendenciosa de parte do governo limitava a liberdade da igreja. **Passando porém, bruscamente do bafejo oficial para o agnosticismo do Estado, dois aspectos da formação cristã do povo sofreram profundamente com a separação: 1º- A assistência religiosa das forças armadas, pela eliminação do culto nas casernas; 2º- A instrução religiosa nas escolas, com a laicização do ensino.** O segundo malefício, foi sendo atenuado lentamente pela abertura de colégios católicos, e, com o reflorescer da fé, pela catequese em família. Entretanto, **nas classes armadas, por falta de militares de ação católica, esmoreceram as práticas religiosas por cerca de 40 anos.** A partir da revolução de 1930 e com o advento da constituição de 1934, o ensino religioso começou a insinuar-se timidamente nas escolas, tais foram as dificuldades apostas pelos partidários do ensino neutro, insuflados pelos comunistas. Foi também facultada a assistência religiosa às forças armadas, mas não logrou estabelecer-se, de tal modo a caserna se divorciara da religião. Os católicos do exército sentiam bem que era necessário reatar a perpétua harmonia que deve existir entre a cruz e a espada, cuja compreensão valeu a Caxias a série ininterrupta de seus triunfos. (O BOM SOLDADO, n.6, 1939, p.4, grifo nosso)

O texto supracitado é de dezembro de 1939 e foi retirado do periódico O Bom Soldado, o segundo periódico da UCM. O primeiro periódico da UCM foi O Centurião e durou de 1928 a 1929, tendo a sua publicação encerrada em razão de dificuldades econômicas. O Centurião voltou a ser publicado em 1930, mas não foi possível encontrar estes exemplares na biblioteca nacional. O Bom Soldado surgiu em 1938 e durou até 1953. Nesse último ano, ocorreu uma mudança no nome da publicação que deixou de ser chamada de O Bom Soldado para ser intitulada como O Bom Militar

(terceiro periódico da UCM). Essa alteração inseriu-se num movimento que buscava demonstrar, de maneira mais enfática, a UCM como uma associação identificada, não somente com o Exército, mas com todas as forças armadas.

A UCM buscou, desde o seu princípio, representar os militares de todas as forças, mas sempre esteve mais associada com o Exército, instituição de onde sempre foi proveniente a maioria dos associados. A troca de nome do periódico veio como parte de um movimento, ocorrido na década de 1950, que buscava demonstrar a igualdade entre as forças dentro da associação. Assim, nessa época, os presidentes da UCM passaram a ser eleitos num rodízio entre as forças, ou seja, um presidente do Exército deveria ser sucedido por um da Marinha que deveria ser sucedido por um da Aeronáutica, que seria sucedido por um do Exército, e assim por diante. Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, todos os presidentes eram oriundos do Exército.[7]

Voltando ao fragmento de texto supracitado, de 1939, pode-se observar que o período imperial e a virada para o Regime republicano foram apresentados de forma bastante complexa. O período imperial foi colocado como responsável pela fraqueza do catolicismo nas décadas finais do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. O motivo estaria na falta de liberdade da Igreja no Império, quando estava oficialmente ligada ao Estado.

Esse desapreço pelo período monárquico entre os católicos-militares, influenciados pelo Ultramontanismo, está relacionado com a difícil relação entre a Igreja e D. Pedro II, especialmente em razão da questão religiosa, descrita na primeira parte deste capítulo. Outro fator é o antagonismo entre o Exército e o Segundo Reinado que acabou ocasionando a Proclamação da República.

Jackson de Figueiredo, católico leigo de maior destaque na Primeira República e grande incentivador da UCM, por exemplo, em homenagem ao bispo preso pelo governo de D. Pedro II, criou, com o apoio de D. Leme, o centro Dom Vital, local que passou a ser espaço para congregar a intelectualidade católica ultramontana.

É interessante notar que esse desapreço pela monarquia revela uma das peculiaridades do conservadorismo católico brasileiro. Jackson de Figueiredo, em suas obras, citava, com bastante frequência, autores conservadores como Joseph de Maistre e De Bonald. De Maistre, por exemplo, foi um autor contrarrevolucionário utilizado na França para defender o retorno da monarquia após a Revolução Francesa. De Maistre,

[7] Ao longo da tese, as características dos três periódicos da UCM serão exploradas com mais vagar.

também, foi um dos pioneiros do Ultramontanismo, corrente que, como já se explicou, defendia o reforço da autoridade papal e uma maior centralização da Igreja.

Jackson de Figueiredo (1922), utilizando Joseph De Maistre, realizou, no livro intitulado *A Reação do Bom Senso*, um contorcionismo argumentativo para justificar a queda da Monarquia sem se declarar um revolucionário, haja vista que os católicos conservadores, em essência, deveriam estar em defesa das tradições e em luta contra a Revolução. A saída encontrada por Figueiredo (1922) foi alegar que o povo brasileiro sempre foi republicano, portanto, a queda da monarquia teria sido um retorno às tradições e, não, um ato revolucionário. Outro argumento utilizado é que D. Pedro II teria sido um partidário do Iluminismo e inimigo das tradições.

Desta forma, pode-se compreender a narrativa, exposta no periódico O Bom Soldado, que ataca o Império, mas que também não está satisfeita com a República. Os católico-militares teriam sido vítimas dos dois regimes. O regime republicano, apesar de ter concedido liberdade de atuação a Igreja, teria cometido alguns erros muito graves.

Quais seriam estes erros segundo os católicos militares? A laicização do Ensino e a retirada da assistência religiosa ao Exército. Tais medidas teriam afetado a formação cristã do povo, causando grande sofrimento aos católicos, em especial aos católicos-militares. Essa narrativa acerca do Império e da República se repetiu outras vezes em O Bom Soldado:

> **Houve, porém, um tempo em que a crença do soldado reclinou. O final do império e o alvorecer da república foram tempos de afrouxamento da fé. Tempos calamitosos - clero escasso, vocações minguadas e imperfeitas, noviciados extintos, tremendo golpe recebeu a formação moral do povo.** Com esse colapso da crença, **duas ou três gerações passaram-se sem o bafejo da instrução cristã. Assim também esmoreceu o culto nas casernas.** Mas **a virgem, protetora do exército vigiava pela sorte dos seus filhos – os soldados.** Giraram os ciclos dos anos. A pouco e pouco soprou de novo a viraça da fé. A república que nasceu pagã e leiga, deu ao império, cioso do nome cristão, esta esplêndida lição: "todas as igrejas são livres. A vossa igreja é livre, podeis multiplicar os bispados e conventos; reabrir em toda a parte os vossos noviciados!". (O BOM SOLDADO, n.10, 1940, p.5, grifo nosso)

No trecho acima, a vitória contra o esmorecimento de fé é relatada como fruto da liberdade de ação, da abertura de Igrejas e de uma atuação que, pouco a pouco, teria ganhado terreno. Mas, não são somente estas explicações racionais que são utilizadas. Num discurso religioso, cita-se também a proteção da virgem Maria, a qual teria cuidado dos soldados.

Outra narrativa comum é a que versa sobre as violências contra o catolicismo nos primórdios do período Republicano:

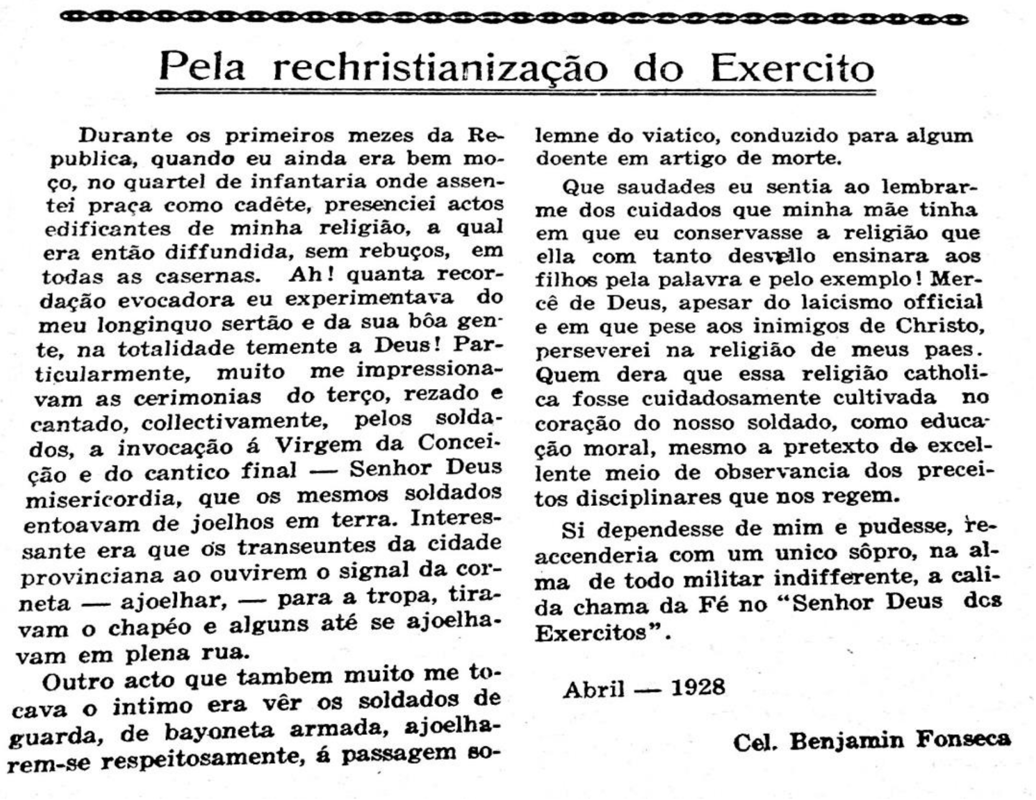
> Reminiscências da religião no exército
> Estamos empenhados em reavivar as recordações históricas do culto religioso nas casernas e nas expedições militares de outros tempos. Os antigos cartéis e fortalezas tinham outrora suas capelas. A tropa, em campanha, dispunha de altares portáteis e de equipamentos litúrgicos para o culto ao relento. As capelas, em geral desapareceram com os velhos quartéis. Onde estes não foram demolidos ou modernizados, as capelas tiveram outra aplicação.
> **Com a proclamação da república houve um prurido geral, especialmente na capital federal e no sul do país, de destruição dos brasões da monarquia e dos símbolos da religião nos estabelecimentos oficiais e, até mesmo, nos logradouros públicos.**
> **Foi o tempo em que certos espíritos revolucionários entendiam que a efigie da república não podia tolerar a competição dos velhos ornamentos da fé e do regime decaído. Hoje em dia, serenados os ânimos, vive-se a rebuscar, para os nossos museus e para coleções de antiquarias, as raridades sonegadas, escapadas à sanha iconoclasta dos republiqueiros de um décimo a hora. Felizmente nas nossas fortalezas e casernas antigas, não atingidas pelo alvião da demolição se conservam intactas ou com vestígios da sua existência, as antigas capelas, algumas até com as suas imagens e banquetas prateadas.** De outras capelas militares, transformadas ou destruídas, houve espíritos sensatos e mãos piedosas que conseguiram salvar as imagens e objetos do culto. Algumas destas preciosidades foram recolhidas a igrejas e a museus: outras talvez ficassem sob a guarda de famílias de oficiais católicos. Onde estão essas relíquias das nossas antigas capelas militares? Precisamos reivindicá-las: **precisamos que as autoridades eclesiásticas e os camaradas católicos de todas as guarnições nos auxiliem a descobrir esses objetos sagrados, para o fim de repô-los, onde melhor convier ao novo rumo da assistência religiosa dos militares.** (O BOM SOLDADO, n.8, 1940, p. 5, grifo nosso)

O trecho acima relata que símbolos religiosos teriam sido destruídos, assim como capelas. Por isso, a UCM estaria liderando um movimento de recuperação destes patrimônios religiosos em razão do seu caráter, que seria sagrado, e também com o fito de auxiliar na Assistência Religiosa.

Essas narrativas sobre os primeiros anos de República assumem, também, um sentido de martírio que engrandece os católicos-militares que resistiram. Em O Centurião, por exemplo, como se verá abaixo, existe um texto de abril de 1928, que possui um nítido tom de martírio. O seu autor é um oficial do Exército, o coronel Benjamim da Fonseca, responsável pela redação de vários textos ao longo dos anos de publicação de O Centurião.

No texto a seguir, será relatado como o regime republicano o fez sofrer com o advento da laicidade do Estado. A laicidade é apresentada, abaixo, também como inimiga da Igreja, enquanto o catolicismo seria um fator de educação moral capaz de

fazer os soldados observar os preceitos disciplinares. Observem a imagem/texto[8] a seguir (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p. 7):



Pela rechristianização do Exercito

Durante os primeiros mezes da Republica, quando eu ainda era bem moço, no quartel de infantaria onde assentei praça como cadête, presenciei actos edificantes de minha religião, a qual era então diffundida, sem rebuços, em todas as casernas. Ah! quanta recordação evocadora eu experimentava do meu longinquo sertão e da sua bôa gente, na totalidade temente a Deus! Particularmente, muito me impressionavam as cerimonias do terço, rezado e cantado, collectivamente, pelos soldados, a invocação á Virgem da Conceição e do cantico final — Senhor Deus misericordia, que os mesmos soldados entoavam de joelhos em terra. Interessante era que os transeuntes da cidade provinciana ao ouvirem o signal da corneta — ajoelhar, — para a tropa, tiravam o chapéo e alguns até se ajoelhavam em plena rua.

Outro acto que tambem muito me tocava o intimo era vêr os soldados de guarda, de bayoneta armada, ajoelharem-se respeitosamente, á passagem solemne do viatico, conduzido para algum doente em artigo de morte.

Que saudades eu sentia ao lembrar-me dos cuidados que minha mãe tinha em que eu conservasse a religião que ella com tanto desvêllo ensinara aos filhos pela palavra e pelo exemplo! Mercê de Deus, apesar do laicismo official e em que pese aos inimigos de Christo, perseverei na religião de meus paes. Quem dera que essa religião catholica fosse cuidadosamente cultivada no coração do nosso soldado, como educação moral, mesmo a pretexto de excellente meio de observancia dos preceitos disciplinares que nos regem.

Si dependesse de mim e pudesse, reaccenderia com um unico sôpro, na alma de todo militar indifferente, a calida chama da Fé no "Senhor Deus dos Exercitos".

Abril — 1928

Cel. Benjamin Fonseca

Abaixo segue a cronologia de origem da UCM apresentada no periódico O Bom Soldado:

> E por todos os recantos da pátria, com o advento da liberdade republicana, ressurgiu a fé esmorecida de que o império se via protetor. Também no exercito, sob os auspícios da Virgem da Conceição, sua padroeira, os militares católicos vieram fazendo a sua aparição em público. **Seu primeiro pronunciamento foi em 1922, talvez a maior demonstração de fé que jamais se viu no Brasil. Na procissão eucarística do centenário da independência.** Em plena via pública desta capital, 12 oficiais católicos, fardados, desatrelam os fogosos cavalos do carro eucarístico e os conduzem em triunfo do Flamengo à Praça Mauá. **A seguir, em 1924, no jubileu do Cardeal Arco Verde, viu-se novo grandioso espetáculo, sem exemplo, de três mil militares fardados comungarem publicamente em plena Praça da República, foi esta a primeira páscoa coletiva da classe que se celebrou no Brasil. Deste surto de renovação nasceu a U.C.M, e a sequência das páscoas coletivas dos homens de farda.**
> A União Católica dos Militares – **as operações militares do Paraná, 1924-1925, reabriram o ciclo da assistência religiosa em campanha com a presença do então sacerdote Capuchinho Frei Luiz de Santana junto às forças legais. Essa feliz iniciativa da U. C. M foi seguida pela participação de capelães militares nas campanhas de 1930 e 1932**. (O BOM SOLDADO, 1940c, p. 5, grifo nosso)

[8] A imagem com o texto do Coronel Benjamim da Fonseca é proveniente de O Centurião e foi obtida na Biblioteca Nacional.

No texto acima, tem-se a seguinte ordem de fatos: 1- Em 1922, acontece uma cavalgada com os oficiais católicos na procissão eucarística do Centenário da Independência. 2- Em 1924, ocorreu uma grande páscoa dos militares 3- Em 1924-1925, foi permitida a presença de capelães nas campanhas militares do Paraná 4- A presença de capelães repetiu-se em 1930 e 1932. Note-se que o texto não entrou em detalhes sobre as campanhas militares.

Observem o próximo texto:

> ... Não podemos esquecer que tem sido com estímulo, os conselhos e as benções de V. Em. que a nossa U.C.M pode iniciar os seus passos, desenvolver-se, elaborar os seus estatutos, promover o seu apostolado e irradiar-se pelo Brasil à fora. **Seus primórdios nasceram dos frutos da procissão eucarística do centenário – a 7 de Setembro de 1922 – promovida pela V. Em. nesta capital, em que dois oficiais católicos fardados tiveram a piedosa ousadia de desatrelar os fogosos cavalos do carro triunfal, que conduziam o Cristo Rei e de transportá-lo desde o Flamengo até o altar monumental erigido a Praça Mauá.** Foi sob os auspícios estímulos de V. Em. que este mesmo grupo de oficiais católicos promoveu, sob inspiração de V. Em., aquela imponente concentração de militares na praça da República **em 1924, por ocasião do jubileu sacerdotal de S. Em., o Cardeal Arco Verde, no qual três mil homens de farda do exército, da marinha, da polícia militar e dos bombeiros, realizaram aquela primeira grande comunhão coletiva de classe, da qual resultaram a páscoa dos militares e todas as demais páscoas coletivas** que tiveram surto e que vieram se consolidando mais e mais em nossa pátria. Foi com esse feliz começo e a nossa páscoa dos militares se irradiou e se consolidou até em nossas mais afastadas guarnições brasileiras como se fora uma tradição secular. É-nos também muito grato recordar que quando V. Ex. instituiu a adoração perpétua nesta capital, em maio de 26 – coube a U.C.M, por designação de V. Em., a noite de 24 para 25 de cada mês, comemorando-se naquela primeira efeméride, a vigília de Tuiuti, em que, segunda a magnífica discrição de Dionísio Cerqueira, os militares do exército, como primeiro núncio da vitória – cantaram em pleno campo de batalha, num corro de mil vozes, o hino tradicional – Ó Virgem da Conceição. Devemos recordar ainda que foi **com emulação dos primeiros movimentos de apostolados que a U.C.M solicitou e obteve pela primeira vez na vigência da república, por designação da Arquidiocese de São Paulo, na campanha do Paraná, em 1925**, o seu primeiro capelão dos militares em serviço de guerra na pessoa do então Frei Luiz de Santana, hoje ilustre bispo de Botucatu... (O BOM SOLDADO, n.14, 1941, p. 2, grifo nosso)

No trecho acima, há um texto que é uma carta a D. Leme, escrita pelo presidente da UCM, em 1941, com o propósito de agradecer pelo apoio prestado ao longo das décadas à associação. Esta carta foi publicada em O Bom Soldado. A cronologia exposta coincide com a mencionada na penúltima citação: 1922, com um grupo pioneiro, 1924 com uma grande páscoa militar, 1925 com a assistência religiosa prestada nas campanhas do Paraná, etc.

Outros exemplos poderiam ser apresentados, mas não é necessário. As narrativas sofrem pequenas variações seguindo, em grande medida, o mesmo eixo: 1922, 1924 e 1925. Eventualmente, cita-se o ano de 1923. Em outros textos, menciona-se o surgimento do primeiro diretório da UCM, em 1925, o qual teria sido sucedido pela multiplicação de núcleos. O surgimento é fixado em 1922, em associação com o centenário da Independência e salientando o nacionalismo católico-militar. Em 1924, mostra-se o evento da Páscoa Militar, que, diga-se de passagem, foi a principal comemoração da UCM ao longo das décadas observadas.[9]

Em 1925, menciona-se a Assistência Religiosa nas campanhas do Paraná, lembrando-se que a Assistência Religiosa foi a principal defesa da UCM até a década de 1940, quando foi legalmente regulamentada e autorizada. Ainda sobre 1925, naquele período, o serviço de assistência foi uma concessão do Governo Federal, sem garantia jurídica de continuidade, de modo que houve apenas uma assistência pontual.

Acima foram delimitados os aspectos essenciais acerca das narrativas de origem da UCM, que teria surgido em meio a duas comemorações, o centenário da independência e as páscoas militares, as quais teriam preparado o terreno para a concessão da assistência religiosa no Paraná, em 1925, que teria consolidado a associação que, desde então, só teria se multiplicado.

A seguir, se observará a importância da campanha presidencial de 1922 e do movimento tenentista como fatores que mobilizaram uma reação e a formalização de uma associação de católicos militares. Fatores que foram omitidos da mitologia católico-militar efetuada na década de 1930 e 1940.

1.6- O surgimento da União Católica Militar: história versus mito

Nesta seção, se apresentará uma versão historiográfica para o surgimento da UCM, a partir da confrontação entre as informações obtidas nos periódicos da UCM com os dados levantados a partir da leitura de duas obras de Jackson de Figueiredo.

Recapitulando, apesar do episódio das cartas falsas e do levante de 5 de julho, Arthur Bernardes venceu as eleições, tomou posse e governou de novembro de 1922 a novembro de 1926. Para isso, contou com o significativo apoio dos movimentos

[9] Mais adiante, em outro capítulo, se aprofundará acerca das festas das páscoas militares.

católicos, que, seguindo a orientação da Igreja, buscavam aproximação com o governo. Bernardes recebeu apoio desde o período da campanha (AZZI, 1977).

À frente do movimento de apoio católico à figura de Arthur Bernardes estava Jackson de Figueiredo. O líder do Centro Dom Vital definia-se como um reacionário, um seguidor do pensamento contrarrevolucionário elaborado após a revolução Francesa. Em 1922, Figueiredo publicou um livro intitulado A Reação do Bom Senso, onde reuniu uma série de artigos seus publicados na imprensa, assim como, também, o conteúdo de algumas de suas conferências pelo país.

Seguindo a linha de pensamento contrarrevolucionária, Jackson de Figueiredo inseriu-se na campanha presidencial de 1922, combatendo a campanha da Reação Republicana. Para Figueiredo, os levantes tenentistas e a candidatura de Nilo Peçanha significavam a chegada ao Brasil de princípios revolucionários anticristãos oriundos da maçonaria[10], do liberalismo, do bolchevismo, do iluminismo, do anti-nacionalismo e do anarquismo.

Sobre Nilo Peçanha, os tenentes e a imprensa, vejam o seguinte trecho:

> Enganou-se este (Nilo Peçanha), porém, ante essa vivacidade da opinião pública, mas é o caso de dizer que se enganou a tempo... a tempo de aproveitar, para a premeditada provocação das paixões populares, os remanescentes dos incríveis ridículos de que fomos vítimas nos últimos anos do Império e nos primeiros anos de República: **o tenentismo de coronelões e generaletes mais ou menos analfabetos, tresledores de Augusto Comte, e o demagogismo de feira, da feira de que o sr. Nilo é o mesmo o bode preto, que ainda atraía curiosos, mas em torno de cujo estrado de berros e palavrões os compradores iam rareando cada vez mais.** A disfarçada tutela que o militarismo acapangado ainda supõe exercer sobre o país, **os judaizantes da nossa imprensa, os que são, dentro dela, tão somente sistematizadores de infâmias e humilhações ao senso moral da nação**; os esgrouvinhados mandatários de uma ditadura regional e mesquinha, no seio da civilização brasileira, tudo isto, como que tomado do pavor da morte próxima, se levantou irado e feroz para o último combate. O último... Eis a história abreviada das tristes cenas que temos assistido... Mas é, repito, o último combate.
> O país, no que tem de organizado, de sólido, tanto nos seus meios propriamente políticos, como nos meios militares, já tem dado bastante provas de resistência. E vencerá. (FIGUEIREDO, 1922, p. 196-197, grifo nosso)

[10] Cunha (2017) oferece uma boa pista acerca do antagonismo entre a Igreja católica e Nilo Peçanha. Esse antagonismo e distanciamento remetem ao curto período presidencial de Peçanha (1909-1910). A poucos dias de deixar o cargo, Peçanha tentou impedir a chegada ao Brasil de dois padres jesuítas que haviam sido expulsos de Portugal durante a revolução republicana portuguesa de 1910. A justificativa era de que esses padres colocariam em risco a segurança nacional. Os padres jesuítas acabaram entrando no Brasil, mediante a repercussão do ato presidencial nos meios católicos. Dessa forma, a iniciativa de Nilo Peçanha, não somente fracassou, como também queimou a sua imagem nos meios católicos. Como pontuou Cunha (2017, p.465), o Brasil já havia tido presidentes maçons antes de Nilo Peçanha e, também, os teve depois, como Wenceslau Braz e Washington Luís. Desta maneira, ser maçom não era exatamente um impeditivo para a sua eleição em 1922, mas sim o seu histórico de antagonismo para com a Igreja.

O trecho acima contém inúmeras referências. Primeiramente, vemos que Nilo Peçanha é fortemente ofendido de inúmeras maneiras. Sodré, como exposto na seção em que se discorreu sobre a campanha de 1922, disse que nenhum candidato sofreu tanto quanto Bernardes. O trecho acima demonstra que Nilo Peçanha também deve ter sofrido bastante.

Jackson de Figueiredo, influenciado por autores com De Bonald, possuía uma retórica conservadora eivada de elementos racistas. Não foi por coincidência que Gustavo Barroso, uma das maiores lideranças do integralismo, esteve entre os autores publicados no periódico *O Centurião*. Plínio Salgado, por exemplo, fez inúmeras referências elogiosas ao então falecido Jackson de Figueiredo. Assim, pode-se ver, no fragmento acima, Nilo Peçanha sendo chamado de bode preto, em alusão à sua cor de pele. A imprensa adversária também foi acusada de ter elementos judaicos, inimigos da moral da nação.

Repare-se que o positivismo também foi mencionado, assim como o governo de Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul e um dos apoiadores da candidatura da Reação Republicana. A ditadura regional e mesquinha, nas palavras de Jackson de Figueiredo, é o governo do Rio Grande do Sul, estado onde a influência positivista foi relevante. Os coronelões e generaletes mais ou menos analfabetos remetem à já mencionada falta de prestígio dos militares, um resquício da sua longeva falta de status social.

O trecho citado é significativo porque, de certa forma, delimitou alvos atingidos entre 1922 e 1926. Em troca do apoio durante a campanha, Bernardes concedeu a Jackson de Figueiredo o cargo de chefe da censura durante o estado de sítio em que transcorreu o seu governo. Os partidários de Nilo Peçanha perderam o poder no Rio de Janeiro, enquanto, no Rio Grande do Sul, uma guerra civil, apoiada pelo Bernardismo, resultou num pacto através do qual Borges de Medeiros teve de se comprometer a não mais concorrer a reeleições.

A Revolução Russa e a maçonaria também foram alvo de inúmeras alusões:

> Do sabor um pouco acre que deve ter a amizade de um frade, quase príncipe e ainda por cima alemão, com s. ex. **o sr. Nilo Peçanha, liberal vermelhão nestes Brasis, e membro da maçonaria universal**, nada se deve dizer, senão que a história tem se repetido e se repete, no Brasil, daquele engano de alma ledo e cego, que a fortuna não deixou durar muito nas plagas europeias. (FIGUEIREDO, 1922, p. 62, grifo nosso)

Aos católicos, caberia o exercício da contrarrevolução. A liderança da resistência estaria reservada aos católicos, porque a doutrina católica seria a que mais fortaleceria a autoridade, a que mais criaria consciência de respeito à lei e a que ofereceria o maior fundamento ao Estado.

O bernardismo, por sua vez, seria merecedor de apoio, por ser o legítimo representante das forças conservadoras da nação e a campanha presidencial, somente estaria transformando o País num momento de caos e de ameaça, por causa do longo processo de descristianização pelo qual o Brasil estaria passando desde o advento da República, quando o ensino teria se tornado leigo, os jornais anticristãos e o exército distanciado da sua tradição de proximidade para com a cruz (FIGUEIREDO, 1922).

Para o líder do centro Dom Vital, a solução para a crise passava pela luta pela palavra:

> A verdade é que as chamadas classes dirigentes vão degradando o nosso povo cada vez mais sistematicamente pela escola sem Deus, a imprensa licenciosa, o livro imoral. **A verdade é que nunca, no Brasil, a palavra esteve tão escravizada ao mal e a serviço de tantos homens indignos dela. Mas somente ela poderá salvar-nos**, por isto mesmo que ainda não baixamos à irracionalidade. (FIGUEIREDO, 1922, p. 28, grifo nosso)

Além da fé no poder da palavra, no livro "A Reação do Bom Senso", nos capítulos finais, Figueiredo (1922) apresentou mais motivos para entusiasmar os seus seguidores. Para ele, a Reação do Bom Senso Nacional já havia se iniciado, e nunca teria sido tão grande o movimento intelectual católico e no exército havia bons militares, não somente os maus.

Os bons militares seriam os católicos, uma maioria em movimento de crescimento que impediria a vitória dos revolucionários tenentistas. Dentre os católicos militares, o autor dá enfoque a um grupo que, na procissão eucarística do Centenário da Independência, realizou uma cerimônia: a Bênção das armas, evento símbolo da união entre a cruz e a espada. Trata-se de uma alusão a um dos momentos fundadores da União Católica Militar (UCM), segundo os periódicos católico-militares. No ano de 1922, oficiais militares demonstraram publicamente a sua fé na ocasião da procissão eucarística do centenário da independência.

Sobre este episódio:

> Mas, outra já é, felizmente, a situação do Brasil, e outra há de ser a atitude do Exército, se a sua missão entre nós é alguma coisa mais nobilitante que a de simples propulsor de baixa instintividade, que a de simples destruidor, a prazo curto, do tênue aranhol da nossa sensibilidade conservadora. Porque "verdade verdadeiramente verdadeira" como diria o autor da "Peregrinação", é que, se não há muito que louvar na República, pelo menos, não se pode lhe negar que, passada a febre jacobina, irreligiosa, dos seus primeiros dias, veio adaptando-se às nossas necessidades, e corrigindo, pela própria moderação do espírito prático, o que, nas suas leis, há de hostil à consciência nacional, encaminhando-se, sem maior pressa nem maior desassossego, para um estado de coisas de que resultará a revisão constitucional como pura cópia do que o costume sabiamente já opôs à lei escrita...
> **(...)**
> **No longo, no estafante debate travado em derredor da ameaça à ordem civil, se a serena coragem do sr. Epitácio fez diluir-se a audácia dos masorqueiros, uma coisa também a estes se contrapôs, ainda mais louvável e que por si só é garantia de paz, e força com que se renove, no ânimo da nação, o orgulho do seu Exército, daqueles a quem confiou a guarda das suas fronteiras: a palavra de homens como o sr. General Tasso Fragoso, encarnação da honra e cultura da sua classe.**
> **E – eis o porquê do título do artigo (A Benção das Espadas, grifo nosso)- e ainda é maior a segurança da ordem civil, ainda maior a confiança, que nos deve merecer o Exército. A benção das espadas, este ano como nos anos anteriores, tem significação bem mais elevada do que podem apreender empresários das farsas patrióticas. Corresponde às nossas esperanças, assim como representa uma formidável barreira a tudo quanto queira fazer do Brasil cenários de ilegalidade e de desordens.**
> **Um Exército, em que vai se renovando de modo tão intenso, o sentimento cristão, um Exército, em que se refaz a consciência católica, já não pode ser mais um bando de gente armada, sobressaltada, inquieta, facilmente exaltada ao primeiro grito de revolta, o católico é, caracteristicamente, um antirrevolucionário**, tem por dever indiscutível o respeito da autoridade constituída, revista-a seja quem for. (FIGUEIREDO, 1922, p. 109-111, grifo nosso)

No trecho acima, Jackson de Figueiredo está se referindo aos católicos militares, ao seu suposto surgimento e ao fato de que esse grupo representaria a esperança conservadora contra a desordem. Figueiredo (1922) mencionou os católicos militares como uma garantia da paz que se contrapôs aos masorqueiros, oferecendo a devida confiança ao Exército. Os militares católicos seriam antirrevolucionários.

Sobre seu apoio aos católicos militares:

> Sabemos, e já a eles de passagem nos referimos, que há graves problemas a resolver no Brasil de hoje, implicando gravíssimos erros e funestíssimas tendências, que é preciso combater. A ninguém, verdadeiramente sensato e amante deste país, escapa que "é urgente se estabeleça entre nós, mais rigoroso método de disciplina social". São de um escritor muito moço também, o sr. Tasso da Silveira, estas últimas palavras, e é assim que se completa o seu pensamento: "Não somos – diz ele – sustentados por incríveis tradições seculares, como os povos da Europa. Relativamente falando, somos frágeis ainda, inconsistentes em nossa estrutura íntima, para podermos fugir à dissolução, no caso de um abalo mais violento**. E é por julgar assim, que eu instintivamente antimilitarista, apoiarei em qualquer tempo todo projeto**

> **de organização militar, que domine a indisciplina nativa de nosso povo. E é por isto, principalmente , que vejo com bons olhos o esforço de alguns por guardar o espírito religioso da nossa gente, protegendo-o contra incursões de crenças e doutrinas diferentes daquelas em que a nossa alma se vem formando, e que constituem a essência do que somos, apesar de nós mesmos e de nossas dúvidas"!**
> **Quando a mocidade assim fala, pode-se dizer que o bom senso já está muito vivo e forte no povo a que ela pertence.** Mas não há como? negar que só a religião católica poderá, com vantagem, ajudar-nos a fazer com que desapareçam da nossa vida lastimáveis sinais de indisciplina social, que agravada acaso, a qualquer hora, poderá levar-nos à completa ruína moral, ao aniquilamento da unidade nacional, morte, portanto, do que dizemos com orgulho: o povo brasileiro. (FIGUEIREDO, 1922, p.245-246, grifo nosso)

Neste último fragmento nota-se a mesma ideia que foi aventada pelo coronel Benjamim da Fonseca no periódico *O Centurião*, em 1928, ou seja, o catolicismo como forma de se combater a indisciplina. A indisciplina ali aludida não é simplesmente a tradicional disciplina exigida pelo Exército, mas uma referência implícita ao movimento tenentista.

O apoio de Jackson de Figueiredo aos católico-militares foi bem aceito e ostensivamente reconhecido. Observem o seguinte trecho de O Centurião:

> [...]É para a existência e eficácia desse intercâmbio que tenho orientado os meus melhores esforços, pois, **sendo como somos a elite da força conservadora, por excelência, do Estado e católicos, não podemos deixar de nos unir aos que combatem as forças subversivas, os princípios anárquicos pretendem implantar-se entre nós. E para que possamos combater a anarquia em todas as suas manifestações procuramos desenvolver nossa cultura religiosa na orientação ditada pelos mestres do reacionarismo católico. Entre estes, Jackson de Figueiredo – expressão mais alta em nossa terra – tem sido guia precioso de todo momento.**
> "O católico moderno, nas condições em que vive, deve ter uma orientação bem definida, que lhe coordene as ideias e convicções por entre a celeuma destoante e confusa de mil orientações filosóficas, que o surpreendem e o solicitam, no contato diário da sociedade. Ele deve ser católico, saber sê-lo, e porque o é. Além disto, deve ter um ponto de vista adequado a respeito do movimento social e político que interessa a sua nacionalidade."
> Eis aí, em resumo, a questão de ordem interna que precisa ser perfeitamente compreendida e resolvida para que possamos levar avante, com eficiência, a reação. (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, p.20, grifo nosso)

No trecho acima, de *O Centurião*, falou-se sobre o intercâmbio de ideias que se julgaria necessário entre os movimentos militantes católicos. Jackson de Figueiredo foi apontado como o mestre do reacionarismo católico de maior expressão do Brasil e guia de todo momento.

É também interessante notar como o termo reacionário e conservador eram, à época, empregados como sinônimos[11]. O abandono do termo reacionário aconteceu tempos mais tarde, quando conservadores estavam buscando se dissociar da fracassada experiência nazifascista.

O periódico *O Centurião* é uma grande prova do quanto os militares católicos estavam inseridos numa grande rede de sociabilidade católica. Para além dos dados já apresentados aqui, como a relação da União Católica Militar (UCM) com D. Leme e Jackson de Figueiredo, é importante acrescentar que o Centurião era impresso pelo Centro da Boa Imprensa, uma gráfica articulada com o projeto editorial católico de divulgar periódicos, revistas e livros. O projeto da Liga da Boa Imprensa, ao qual o Centro da Boa Imprensa estava articulado, remonta à primeira década do século XX, ou seja, a um período anterior à liderança de D. Leme.

Note-se abaixo a página[12] com anunciantes e atente-se para a parte final onde se revela a oficina gráfica de O Centurião (n.3, 1928, p. 3):



FLUMINENSE HOTEL
Para familias e viajantes
PRAÇA DA REPUBLICA, 207 - Tel. Norte 6065
Proximo á E. de F. Central do Brasil

PARQUE HOTEL
(Annexo ao Fluminense Hotel)
PRAÇA DA REPULICA, 211
A 50 metros da Estação D. Pedro II
Completamente remodelado em sua installação e mobiliario, com agua corrente nos aposentos, offerece o maior conforto aos seus hospedes
DIARIA SEM PENSÃO

Banco dos Funccionarios Publicos
(Creado pelo decreto n. 771, de Setembro de 1890)
7 — RUA DA QUITANDA — 7
Capital realizado .... 10.000:000$000
Fundo de reserva .... 650:000$000
Carteira principal: — Emprestimos a funccionarios publicos
Acceita dinheiro em deposito, pagando os seguintes juros:
Em C/C Limitada, maximo de 10:000$000 .... 6 %
Em C/C a prazo fixo, illimitada:
4 mezes .... 8 %
9 » .... 9 %
12 » .... 10 %
CARTEIRA COMMERCIAL
Hypothecas, antichresis, cauções de titulos de real valor, contas de exercicios findos, etc.
O expediente começa ás 12 horas e se encerra ás 18 horas, todos os dias uteis

Of. Graf. do «Centro da Bôa Imprensa» - R. Buenos Aires, 253 - Rio

[11] Em razão do termo reacionário ser utilizado como sinônimo de conservador, assim como a expressão reacionarismo era utilizada como sinônima de Conservadorismo, ao longo desta tese este termos serão utilizados sem distinção para designar a visão de mundo e a atuação política dos católicos militantes da década de 1920 e 1930.

[12] A imagem acima foi obtida na Biblioteca Nacional.

Sobre o projeto de uma imprensa católica, se discorrerá de forma mais aprofundada no capítulo 2, quando se deterá com mais vagar sobre o periódico *O Centurião* e algumas das suas peculiaridades.

Prosseguindo com a análise, uma vez que já foi demonstrado o quanto que o desenvolvimento da União Católica Militar, na década de 1920, estava relacionado com uma reação à campanha presidencial de 1922 e ao movimento tenentista iniciado no mesmo ano, vínculos que foram ocultados nas narrativas de origem dos católicos-militares, passar-se-á agora para o ano de 1924, quando a reação aos tenentes continuou a motivar os criadores da UCM.

O ano de 1924, na mitologia católico-militar, é apresentado como o ano da páscoa militar. Entretanto, é sabido que nesse ano, em julho de 1924, estourou a segunda onda de levantes tenentistas. A cidade de São Paulo foi dominada por quase um mês. Além disso, como já relatado anteriormente, sabe-se que os revoltosos não foram derrotados, unindo-se a outro grupo rebelde originário do Rio Grande do Sul, quando surgiu a também a já mencionada Coluna Prestes.

Os católicos e católico-militares envolveram-se profundamente no processo de resistência e uma das provas disso é o livro de Jackson de Figueiredo publicado em 1925, cujo título é A coluna de fogo. Nesse livro, Figueiredo relatou a sua campanha para mobilizar a opinião pública contra os tenentes. Além de artigos, nessa obra se podem encontrar conferências e comícios, com algumas manifestações públicas voltadas diretamente para grupos de militares. As informações que se pode apreender nesses relatos contradizem o distanciamento político insinuado nos periódicos da UCM.

Sobre o livro:

> Tem que se voltar, pois, à fórmula maistreana do início da Reação católica, nos primeiros anos do século XIX: a revolução é, nos seus princípios mesmos, tão hostil, tão contrária à felicidade humana, à vida em sociedade, que, para combatê-la, é necessário pregar-se não já a contra-revolução, mas o contrário da Revolução.
> Ora, é isto o que não se pode fazer sem uma doutrina que compreenda esse – o contrário da Revolução – em todas as ordens da atividade espiritual, em todos os domínios da vida em sociedade.
> ... **o ideal novo, a coluna de fogo, é a contra-revolução, mais do que isto: é o oposto da revolução, é a fé na idealidade construtora, na força do espírito, da atividade disciplinada e ordeira, na paciência, no trabalho metódico, o horror aos processos violentos,** que são de si mesmos uma negação arbitrária das leis que regem o mundo social”. (FIGUEIREDO, 1925, p. 49-51, grifo nosso)

Como se pode ver acima e em vários outros trechos da obra de Figueiredo, A Coluna de Fogo, título do livro, representava a reação contra os tenentes revolucionários. Contra a Coluna Prestes, haveria uma coluna de fogo. E a doutrina a sustentar esta reação era o catolicismo. Os católico-militares foram novamente mencionados: “Que vale a cumplicidade soldada com dinheiros extorquidos ao trabalho honesto, ante a fidelidade do soldado gaúcho ou a fé dos soldados fluminenses?” (FIGUEIREDO, 1925, p. 57).

Acerca da militância católica no Exército:

> Não, não estava tão fundamentalmente perdido o caráter brasileiro. É a superfície dele, a parte que cabia à educação orientar e moldar, é essa a superfície o que apresenta essa feição de maré de fel, de águas sem norte ou a debater-se entre bordos de lama, sem nem ao menos dirigirem-se direitas ao abismo...
> **Se os homens que, neste momento, iniciam uma verdadeira campanha de pedagogia social e política, souberem desprezar esses aspectos miseráveis de nossa vida, e contrapor-se firmemente às poucas forças realmente más que nos perturbam, estou certo que será mesmo nas classes armadas que eles encontrarão os elementos mais decisivos e mais capazes para a vitória, que precisamos obter de nós mesmos, contra nós mesmos, em favor de nós mesmos...** (FIGUEIREDO, 1925, p.118, grifo nosso)

A campanha de pedagogia social e política acima referida é, na realidade, uma campanha de educação religiosa e cívica em que catolicismo e nacionalismo estão estreitamente relacionados.

Abaixo, mais um exemplo:

> Ora, o que há de verdade é que, no Brasil das mancebias políticas e dos hermafroditismos doutrinários, **o Exército venceu-se a si mesmo, isto é, conseguiu, após imensas contradições e grandes lutas, que predominasse a parte sã de sua consciência,** o que quer dizer: que a sua realidade correspondesse o ideal adequado, a finalidade, que a própria nação, como Estado, lhe havia determinado, na organização, unidade e hierarquia das coisas.
> O que há a acentuar é que o Exército tem acompanhado a nação na sua recomposição, ou melhor, no alerta com que acordou todas as suas forças vivas para um combate definitivo a tudo quanto interiormente a deteriorava e? enfraquecia. (FIGUEIREDO, 1925, p. 94, grifo nosso)

No fragmento acima, Jackson de Figueiredo afirmou que o Exército brasileiro venceu a si mesmo, com o predomínio da sua parte sã. Note-se a definição de sanidade de acordo com Figueiredo:

> Contra a gente ruim, já de todo perdida, chegada ao máximo grau de desmoralização, absolutamente infensa a toda doutrina de ordem e disciplina,

> a verdade é que o atual presidente pode opor tudo quanto o país, na sua maravilhosa alquimia, já conseguiu caracterizar moralmente **dentro de um ideal de são brasileirismo, o que quer dizer, de patriotismo ordeiro e disciplinado, eminentemente cristão,** tão cioso das liberdades, que a lei garante, como do amor à autoridade, sem o qual a própria lei é uma vã palavra e a liberdade um sofisma de exploradores e politiqueiros. (FIGUEIREDO, 1925, p. 96, grifo nosso)

A vitória da parte sã do Exército, segundo Jackson de Figueiredo, seria uma vitória do patriotismo católico. A religião era apresentada como o oposto da revolução. Manifestações religiosas representariam um enfraquecimento do movimento revolucionário:

> Além disto, basta ler e meditar qualquer dos documentos emanados da autoridade militar, nestes últimos tempos, para se poder afirmar que , em todo o rigor do termo, **há uma profunda modificação da mentalidade das nossas classes armadas em relação ao fenômeno revolucionário.**
> **Ainda há dias, a breve, mas incisiva oração do sr. Alexandrino de Alencar – falando aos seus filhos espirituais da Marinha de Guerra, - ecoou no meu coração, não só como a voz da vitória legal contra os revoltosos de agora, mas, como o grito de um grande experimentado homem de bem, anunciando ao país que, de uma vez para sempre, o espírito revolucionário não poderá mais apresentar-se em nossa vida** senão como negação de nós mesmos, crime e crime monstruoso contra a nossa civilização e a nossa liberdade. (FIGUEIREDO, 1925, p.84-85, grifo nosso)

Por fim, chega-se a 1925, às campanhas militares do Paraná, quando as tropas legalistas enfrentaram os tenentes revoltosos. Sobre essas campanhas mencionadas na mitologia católico-militar, é interessante notar o quanto o acervo de cartas do arquivo Jackson de Figueiredo, que se encontra no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), pode ser elucidativo acerca do envolvimento dos católicos e dos católico-militares. Ali, existem algumas cartas de militares para Figueiredo, pedindo intervenções junto a Bernardes, para que se acelere o processo de promoção na carreira, garantindo melhores salários, solicitando verbas para recrutar soldados, e etc.

Apenas a título de ilustração, no dia 12 de fevereiro de 1926, foi enviada a Jackson de Figueiredo uma carta de um militar chamado Mario Diniz de Araújo. Nessa carta, Araújo pedia ajuda a Figueiredo para que este tratasse com o presidente, porque já teria sido preterido seis vezes em promoções. Alegou ter cinco filhos e estar arriscando a vida em praça pública. Escreveu novamente em 26 de fevereiro de 1926, reclamando de colegas, de erros militares e da promoção de outros militares. Em 03 de abril de 1926, escreveu agradecendo as promessas de Jackson de Figueiredo. Pediu ajuda, por meio do Banco do Brasil, e relatou ter enviado 32 homens ao 2° tenente Fonte Nery.

Alegou, também, em carta, ter 400 pescadores dispostos a lutar, mas desarmados por falta de dinheiro.

Em uma carta enviada por um militar chamado Nelson Oliveira Sampaio, de 1922, há um relato sobre o medo de ser transferido. Em outra, do mesmo militar, Sampaio comemora não ter sido transferido. Em 1927, num ato de carinho, esse militar declarou considerar Jackson de Figueiredo como um pai.

Em dezembro de 1924, recebeu duas cartas de um Diretor da Instrução Primária de Curitiba. O nome do remetente era Lysimaco F. da Costa. Ele pedia ajuda para que o presidente sancionasse um projeto de Lauro Sodré. Nessa carta, para credenciar-se para ser ajudado, relatou estar desde julho trabalhando pela ordem e legalidade. Mencionou ter feito uma conferência sobre ordem e legalidade aos oficiais do general Rondon. No fim da segunda carta, pediu novamente intervenção, junto ao presidente, para que fosse enviado ao Congresso de Instrução no Chile, declarando precisar de uma comissão por não ser rico.

Em síntese, através de cartas do arquivo Jackson de Figueiredo, que se encontram no IHGB, é possível observar que a liderança que Figueiredo exerceu no âmbito do catolicismo e a sua ascendência sobre os católico-militares estava relacionada, não somente ao apoio de Dom Leme, mas, também, em razão da sua proximidade com o presidente Arthur Bernardes e aos possíveis favores governamentais que poderiam ser obtidos junto a este. Esse poder político de Figueiredo também aponta para mais um fator de atração da União Católica Militar (UCM). Para além da identificação ideológica e religiosa, durante a presidência Bernardes, abriu-se também um atalho para ascensão profissional, entrando em cena os interesses econômicos e corporativistas.

Este aspecto político do poder de Figueiredo costuma ser ocultado. Usualmente, destaca-se apenas o apoio de Dom Leme e sua intensa militância por meio de órgãos de imprensa, como a revista *A Ordem* e o periódico *O Jornal*. Eis uma faceta que deveria ser investigada com maior profundidade.

Por fim, para fechar esta seção, consta, a seguir, um pedaço do regulamento da União Católica Militar (UCM), publicado em 1928, o artigo 1, alínea f:

> Art.1- A União Católica Militar é uma associação de militares católicos, que se propõe os seguintes fins:
> (...)
> f) **Professar e propagar em todos os recantos da Pátria a fidelidade entranhada às leis, poderes e autoridades constituídas**, a exemplo de S.

> Maurício e do Duque de Caxias, grandes patronos da UCM. (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, p. 10, grifo nosso)

A ameaça às hierarquias militares e aos governos, poderes, leis e autoridades constituídas, que representava o movimento tenentista, fez-se presente no regulamento da UCM. Eis um dos grandes fins que motivaram o surgimento da União Católica Militar e o apoio das altas patentes do Exército ao antigo projeto católico de penetrar novamente nas forças armadas: restaurar a hierarquia e garantir fidelidade. A finalidade que esteve registrada no regulamento da década de 1920 foi omitida das narrativas de origem das décadas de 1930 e 1940, muito provavelmente no propósito de simular unidade e ausência de interferência política criando uma imagem de um Exército forte e apolítico.

1.7- Considerações finais

Ao longo deste capítulo, fez-se um esforço de contextualização, de maneira a levantar algumas características e acontecimentos institucionais que seriam retomados pela retórica católico-militar. Alguns eventos chave como a falta de liberdade, a questão religiosa e a relação com D. Pedro II foram frequentemente rememoradas por autores católicos de relevo como Jackson de Figueiredo. A insatisfação com a laicidade do ensino e a falta de assistência religiosa no Exército eram as principais queixas em relação ao regime republicano.

Ao chegar à década de 1920, muitos membros da Igreja estavam insatisfeitos com o lugar ocupado pelo catolicismo na sociedade, almejando maior participação e relevância. A longa fase de crise política e militar acabara por favorecer as ambições da alta hierarquia católica. A Igreja se ofereceu, então, como base de apoio ao governo, aproximando-se de Epitácio Pessoa e, em seguida, do candidato e depois presidente, Arthur Bernardes.

Essa proximidade com os governos em crise pode ser vista com Dom Leme acompanhando Epitácio Pessoa em momentos delicados, ou no governo Arthur Bernardes, quando lideranças católicas se engajaram na luta pela defesa da legalidade. Também foi observada no governo Washington Luís, quando Dom Leme, na condição de mediador, foi o responsável pela condução do presidente deposto até o exílio.

A política de aproximação não se restringiu ao governo. A Igreja católica também apoiou a longamente desejada reaproximação com a corporação militar. A crise inaugurada pelo tenentismo criou um ambiente favorável para uma reaproximação. O catolicismo, até então rejeitado e afastado da caserna desde os princípios do regime republicano, passou a integrar uma campanha em que era apresentado como um meio de restaurar a disciplina militar.

Com o apoio das altas hierarquias católicas, do governo Federal e de altas patentes do Exército, a União Católica Militar granjeou crescente apoio ao longo da década de 1920. É importante notar que o ministro da guerra de Epitácio Pessoa, Pandiá Calógeras, era próximo do catolicismo e não manifestou oposição ao desenvolvimento da UCM. Pelo contrário, o seu apoio deixou os católico-militares bastante gratos.

Em 1928, após ter deixado o ministério, ele ainda era retratado com muita simpatia e deferência em O Centurião, sendo tratado como um aliado dos católico-militares:

> Uma conferência do sr. Pandiá Calógeras
> O ilustre historiador Dr. Pandiá Calógeras, ex-ministro da Guerra, fez no Instituto Histórico, na tarde de 6 do corrente, uma conferência sobre a personalidade de Dom Vital, o bispo brasileiro mártir da fé. Sua Excia. com a acatada competência e senso histórico, que lhe é peculiar, discorreu brilhantemente sobre a vida apostólica do pranteado morto, especialmente durante a fase do conflito religioso, fazendo preliminarmente uma exposição dos fatos que precederam à chamada questão dos bispos.
> **O Centurião congratula-se com o insigne conferencista,- Dr. Pandiá Calógeras, por mais essa prova pública de manifestação de Fé, enaltecendo a atuação da Igreja católica; tanto mais que Sua Excia se acha ligado ao Exército Nacional por fortes vínculos de mútua simpatia**. (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p. 22, grifo nosso)

A origem e desenvolvimento da União Católica Militar (UCM), como foi especialmente demonstrado através das obras de Jackson de Figueiredo (1922 e 1924), estão estreitamente relacionados com as disputas políticas dos anos 1920 e, também, com a crise militar representada pelos movimentos tenentistas.[13]

Entretanto, nas mitologias católico-militares, esses fatores políticos motivadores estão ocultados numa narrativa apolítica cuja ênfase residia apenas nos fatores religiosos e culturais. Os exemplos das mitologias católico-militares aqui apresentados

[13] Cunha (2017) ao discorrer sobre as insurreições militares dos anos 1920 mencionou a maneira de reagir do governo Bernardes: Repressão e educação com religião foram as medidas empregadas pelo governo Bernardes contra a Revolução. Quer se acrescentar com o presente trabalho, que a UCM foi, de certo modo, o braço educativo religioso entrando para pacificar os meios militares.

são de fins da década de 1930 e início dos anos 1940, época do Estado Novo. Se os exemplos se resumissem a esse período, poderia se imaginar que o contexto da ditadura poderia ter inibido versões politizadas.

Mas, não é o caso. Essas narrativas são extensamente repetidas ao longo da década de 1950, ou seja, em período democrático. Ademais, ainda na década de 1920, época do periódico O Centurião e período de existência do tenentismo, jamais houve nenhuma alusão direta ao tenentismo. Todas as menções à UCM e a sua campanha pró-catolicismo nas forças armadas sempre foram justificadas por razões religiosas e o máximo de referência política apresentada disse respeito a pequenas menções a genéricas tendências anárquicas que deveriam ser repudiadas. Como se evidenciou, o próprio regulamento da UCM demonstrou uma contradição com o tom apolítico do periódico ao revelar a preocupação com o respeito às autoridades constituídas.

A omissão do tenentismo nas narrativas desenvolvidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950 poderia ser justificada pelo interesse em não afrontar os tenentes reincorporados ao Exército no pós-revolução de 30. No entanto, a sua omissão em plena década de 1920 é indicativa de um interesse maior de simular a associação como apolítica, como neutra, característica que se manteve nas décadas seguintes.

No periódico O Centurião, não houve temor ao se criticar aqueles que seriam os inimigos da Igreja como os ateus e os protestantes. Também não houve timidez ao se protestar contra o Império e o período republicano. Entretanto, houve um silenciamento quanto ao tenentismo, ou seja, em relação ao principal problema do campo militar daquele período.

Possivelmente estava se buscando unidade, estrategicamente estariam evitando ferir suscetibilidades de possíveis simpatizantes dos tenentes entre os próprios militares, num sinal do quanto o Exército estava dividido naquela altura. Um exemplo de católico-militar e tenente foi Juarez Távora. Apesar da hegemonia conservadora no catolicismo-militar, não se pode pensar a UCM como um bloco homogêneo, pois, entre os católico-militares praticantes, é possível que houvesse algumas almas divididas.

A crise dos anos 1920 se insere no quadro maior do pós-primeira guerra mundial, descrito por Gramsci (1978) através da expressão crise de hegemonia. O controle do poder, seria a junção da força (domínio) com o consenso (direção). A direção seria a dimensão cultural/intelectual do exercício do poder, ou seja, a legitimação que permitiria que a força fosse utilizada apenas de maneira excepcional. O pós-guerra era um momento em que as classes dirigentes estavam com dificuldades em

manter a direção, ou seja, de produzir e sustentar um consenso em torno do seu poder, era a chamada crise de hegemonia.

Nos anos 1920, as oligarquias cafeeiras mantinham o domínio, mas não conseguiam mais manter o consenso. Desta forma, durante a campanha presidencial de 1922, tivemos aquilo que Ferreira (1990) descreveu como a tentativa de formação de um eixo alternativo de poder. Tal tentativa, segundo Prestes (1994) foi o berço do movimento tenentista, o qual mediante armas tentou derrubar o sistema constitucional da Primeira República.

O surgimento da União Católica Militar, no contexto da década de 1920, mediante apoio da Igreja católica, militares de alta patente e de políticos alinhados ao governo federal (à época dirigido por Epitácio Pessoa e, em seguida, por Arthur Bernardes), representou o surgimento daquilo que Gramsci (1978) apontava como sendo um aparelho de hegemonia, isto é, uma organização social que trabalhava na construção do consenso, na edificação da hegemonia.

A UCM surgiu, na década de 1920, propondo promover a disciplina militar (a não adesão ao tenentismo) e o respeito às autoridades (alusão aos governantes, em especial à presidência da República) mediante o fornecimento de uma educação católica. O catolicismo era apresentado como solução da crise política e militar. Naquela conjuntura, a UCM atuava como um aparelho de hegemonia conservador que se propunha, através da difusão do catolicismo, restabelecer o consenso perdido no âmbito militar.

No capítulo a seguir, tendo em vista a importância da imprensa na Primeira República e, também, a especial atenção destinada pelos católicos à implementação de uma imprensa católica, se discutirá sobre estas temáticas. A partir das ponderações acerca destes temas, será apresentado de forma mais detalhada o primeiro periódico da União Católica Militar: O Centurião e algumas das suas peculiaridades, em razão de ser um periódico católico-militar. Mais especificamente, analisar-se-á uma parte do regulamento da UCM e uma coluna jornalística chamada Ciência e Fé.

Enfim, se no primeiro capítulo buscou-se uma contextualização do surgimento da UCM com a história institucional do Exército e da Igreja, no segundo capítulo, para discorrer sobre a imprensa católica e os periódicos da UCM, buscar-se-á uma contextualização das referências intelectuais do catolicismo, ou seja, se tratará inicialmente acerca do Conservadorismo e dos autores mais influentes sobre os

intelectuais brasileiros, esclarecendo assim o universo cultural conservador e o conjunto de relações em que estavam inseridos.

Deve-se observar que, nesta primeira parte da tese, frisamos a finalidade política com que nasceu a UCM. A partir da segunda parte deste trabalho, se começará a ver, aos poucos, os meios utilizados pelos católicos-militares para atingir as suas finalidades.

Capítulo 2

O reacionarismo católico militar: fundamentos, particularidades e as origens da UCM em 1917 na Conferência Vicentina de São Maurício

Compreender o comportamento político e social da Igreja católica e dos movimentos católicos desenvolvidos durante a Primeira República demandou uma contextualização, para que fosse possível transcender os principais acontecimentos da história institucional e, assim, perceber os processos em curso, tal qual foi feito no capítulo 1.

Entretanto, torna-se necessário um maior aprofundamento no universo cultural que envolvia os atores católicos, para que se compreendam os horizontes intelectuais envolvidos. Sem um estudo sobre os caracteres gerais do Conservadorismo[14], não é possível perceber as nuances e os detalhes da retórica católico-militar na Primeira República.

Portanto, neste capítulo 2, antes de adentrar em uma análise estrutural acerca de O Centurião e algumas de suas peculiaridades, de maneira propedêutica, se irá discorrer acerca do Conservadorismo e suas relações com o catolicismo, assim como se traçará um panorama geral acerca da imprensa na Primeira República.

2.1- O conservadorismo

O uso do termo conservadorismo impõe alguns esclarecimentos. Para Karl Mannheim (1972), o conservadorismo é um fenômeno histórico e sociológico, cuja origem está no contexto pós-revolução francesa, quando, de forma consciente e reflexiva, surgiu um contra movimento, em oposição ao movimento progressista e racionalista proveniente do iluminismo. Esse movimento dependeu sempre de um conjunto concreto de circunstâncias, de tal modo que não se pode saber, previamente, como se efetivaria a sua ação no sentido político.

Sob o ponto de vista social, Mannheim (1972) afirmou que o conservadorismo esteve estreitamente ligado ao mundo moderno e industrializado, quando a situação das forças histórico-sociais deixou de ser estática e passou-se a ter um processo dinâmico de mudança, relacionada com o aprofundamento das diferenciações sociais e com o surgimento de diferentes classes.[15]

[14] Como se viu no capítulo 1, durante a análise da obra de Jackson de Figueiredo e do periódico O Centurião, durante a década de 1920, os termos reacionário e conservador, assim como Reacionarismo e Conservadorismo, eram utilizados sem distinções, ou seja, como sinônimos que representavam o mesmo campo político. Ao longo desta tese, estes termos foram tratados da mesma forma.

[15] É preciso observar de forma crítica a ideia de Mannheim de que a situação das forças histórico-sociais era estática antes do advento do mundo moderno e industrializado. Transformações aconteciam, embora ocorressem em um ritmo diferenciado.

Tais classes têm ação diversa na sociedade, ou seja, enquanto algumas lutam pela mudança social, outras lutam para retroceder. Essa diferenciação social corresponde, também, a uma diferenciação política e a uma diferenciação cultural, a qual o autor designa como estilo de pensamento, ou seja, uma forma de pensar que se manifesta nos mais variados campos da cultura, como na arte e na literatura.

A Igreja Católica integrou-se ao pensamento conservador desenvolvido no pós-revolução francesa porque almejou reverter as mudanças políticas operadas pelo movimento revolucionário francês, que aboliu os privilégios do clero e causou uma série de prejuízos financeiros à Igreja católica. Aliás, não somente perdeu privilégios e ativos de valor econômico, mas perdeu status.

Logo, intelectuais católicos e membros da Igreja passaram a ser influenciados pelos textos contrarrevolucionários de autores como Edmund Burke (1790) e Joseph de Maistre (1797). Algumas características do pensamento destes autores apontam: 1) apego ao passado como modelo; 2) valorização da nação; 3) ênfase no concreto em contraposição ao abstrato; 4) a colocação das relações sociais externas subordinadas ao princípio da ordem e da disciplina. Neste último caso, a harmonia entre a liberdade subjetiva e a ordem externa seria garantida por Deus e pela Nação (Mannheim, 1972).

Apesar das semelhanças entre Burke e De Maistre, existem algumas diferenças importantes entre ambos. A principal está no papel da religião, porque Burke a vê mais detidamente pelo aspecto da tradição, enquanto Maistre incorpora uma visão mais teocrática e teleológica da história, segundo a qual, a Revolução Francesa seria uma punição divina por desvios cometidos.

Essa diferença permitiu a alguns autores uma diferenciação terminológica entre conservadorismo e conservadorismo teocrático. Tal distinção, contudo, não parece ser a mais adequada porque gera a percepção de que o conservadorismo, na linha de Burke, não possuiria a influência de aspectos religiosos. Desta forma, optou-se, neste trabalho, por uma perspectiva que compreende o surgimento de uma matriz conservadora inglesa e de uma matriz conservadora francesa ou continental. A matriz inglesa possui, ainda hoje, considerável penetração nos Estados Unidos e é a mais conhecida atualmente no mundo ocidental. A matriz francesa, por sua vez, não recebe um explícito reconhecimento.

Contudo não se deve subestimar a sua importância e influência. Maistre influenciou Donoso Cortez que, por sua vez, influenciou Carl Schmitt. A título de esclarecimento, Donoso Cortez foi um ícone do conservadorismo na Espanha do século

XIX, enquanto Carl Schmitt foi um jurista alemão utilizado por conservadores na Alemanha ao longo do século XX.

Esses autores tiveram grande importância e penetração nos movimentos fascistas, do início do século XX, e suas ideias ainda repercutem. Jackson de Figueiredo e demais autores católicos da primeira metade do século XX citavam constantemente De Maistre e Donoso Cortez, que constituem uma fonte relevante para a compreensão do conservadorismo católico brasileiro na Primeira República.

O Conservadorismo, segundo Huntington (1957) possui um aspecto situacional, ou seja, relacionado a uma resposta a um conjunto específico de ameaças para defender certa ordem social. Desta forma, possui especificidades locais, de maneira que, em certa medida, é possível se falar em Conservadorismos. O catolicismo brasileiro da década de 1920, bebeu, sobretudo, na fonte do conservadorismo francês/continental.

Acerca da multiplicidade de formas segundo as quais se pode manifestar o conservadorismo, Trigueiro (2015) afirmou:

> A tradição conservadora apresenta um sem-número de variações, até porque não se trata de um sistema fechado de ideias, há sempre algum grau de condicionamento a partir das variáveis locais, é evidente. O pensamento conservador, nesse aspecto não é diferente de outras tradições políticas e, frequentemente, adota cores e tons regionais, até como corolário de sua ênfase em cultura e tradição, além de seu caráter historicista, é conveniente lembrar. (TRIGUEIRO, 2015, p.116)

Ainda sobre o termo conservadorismo, é interessante observar o pensamento de Michael Lowy. Diferente de Mannheim, este autor denomina o conservadorismo como visão de mundo no lugar de estilo de pensamento. O termo visão de mundo, de fato, parece mais adequado, porque denota de maneira mais pertinente a amplitude do fenômeno. Entender as nuances dessas diferenciações teóricas exige uma maior contextualização acerca de outro termo: ideologia.

Segundo Lowy (2015), o conceito de ideologia não provém de Marx, que apenas o retomou. A sua origem está em um filósofo chamado Destutt de Tracy, que teria inventado o termo em 1801, num livro denominado Elements d'ideologie. Para De Tracy, ideologia seria o estudo científico das ideias, que, por sua vez, seriam o resultado da interação entre o ser vivo e o meio ambiente (LOWY, 2015).

Ainda de acordo com Lowy, em 1812, Tracy e seu grupo entraram em atrito com Napoleão, que os chamou de ideólogos. O uso da palavra ideologia por Napoleão continha outro sentido, o de metafísica, ou seja, ideólogos eram especuladores

metafísicos que fariam uma abstração da realidade. O uso Napoleônico da palavra popularizou-se e, em 1846, Marx, em A ideologia alemã, a usou neste sentido, isto é, ideólogos como aqueles que ignoram a realidade.

Entretanto, Marx ampliou o conceito, ao falar das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real. Para ele, ideologia se refere a uma consciência deformada da realidade, que se dá através da ideologia dominante, ou seja, as ideias das classes dominantes aparecem como as ideologias dominantes na sociedade (LOWY, 2015).

E o conceito de ideologia continuou a se transformar. Lenin apontou ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Para Lenin, tem-se, por exemplo, uma ideologia burguesa e uma proletária. Assim, ideologia deixou de ter um sentido pejorativo e passou a ter o significado de doutrina sobre a realidade social vinculada a uma posição de classe (LOWY, 2015).

Após Lenin, Mannheim tratou desse tema no livro ideologia e utopia. Ideologia aparecia como conjunto de concepções, ideias e representações que se orientam para a estabilização ou legitimação da ordem estabelecida. Utopia seriam as ideias e representações que aspiram à outra realidade, orientadas para uma ruptura com a ordem estabelecida. Desta forma, ideologia e utopia foram colocadas como duas faces do mesmo fenômeno, qual seja: a existência de um conjunto de ideias vinculadas às posições sociais de grupos ou classes. Para esse fenômeno, Mannheim utilizou o termo ideologia total, que se refere ao conjunto das formas de pensamento, enquanto ideologia em sentido estrito designa a forma conservadora assumida pela ideologia, e utopia, a forma crítica (LOWY, 2015).

Lowy (2015), para evitar uma confusão terminológica cunhou o termo visão social de mundo, que representaria o conjunto estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. As visões sociais de mundo são ideológicas quando servem para legitimar, e utópicas, quando servem para subverter.

Neste trabalho, percebeu-se, então, a adequação da expressão visão social de mundo. Para designar o conservadorismo, entende-se que este se apresenta, então, como uma visão social de mundo ideológica. Entende-se que este termo expressa melhor o conjunto de representações, ideias e também valores, o modo se sentir, de se comportar e de interpretar. A designação estilo de pensamento, apesar de interessante, tem o

demérito de colocar o foco sobre o aspecto cognitivo, deixando em segundo plano o aspecto valorativo, comportamental e até o papel do inconsciente.

Assim, quando, neste trabalho, afirma-se que, durante a Primeira República, apresentou-se um conservadorismo católico, busca-se dizer que se estruturou um grupo cuja visão social de mundo tinha um caráter ideológico, no sentido de legitimar e manter o status quo. Não se tratou apenas de um conservadorismo, mas de um conservadorismo católico, dado que o catolicismo se apresentou como eixo fundamental para a manutenção da ordem existente segundo esta visão.

Gahyva (2017, p.316) afirma que o conceito de conservadorismo é moderno em sua origem porque surgiu em reação ao impacto das transformações proporcionadas pela Revolução Francesa, a qual teria marcado "uma ruptura na forma de percepção do tempo histórico", ou seja, o passado e o futuro teriam deixado de coincidir, em outras palavras, a autora aponta aquilo que Koselleck descreveu como divórcio entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas, o que transformou o estatuto da história que teria perdido seu caráter exemplar.

Para Gahyva (2017, p.316)), a filosofia conservadora se dedica a denunciar "os elos entre o passado, o presente e o porvir". Nesta maneira de interpretar o passado, "os acontecimentos pregressos mantêm seu caráter pedagógico". Ainda neste sentido, seria do passado que viria "a inspiração para a crítica ao mundo pós-revolucionário", ou seja, o ato de valorizar a Idade Média se relacionaria "menos a ambições restauradoras do que à valorização das estruturas intermediárias de poder". A manutenção de estruturas intermediárias, segundo a autora, é interpretada pelos conservadores como um meio garantidor da liberdade e se desdobraria, por exemplo, na apologia da experiência inglesa.

Assim, segundo Gahyva (2017):

> Se o conservadorismo é uma ideologia reativa (COUTINHO, 2014), que tende a emergir quando confrontada a propostas de mudança social, é porque seus representantes possuem especial apreço pelo presente. Ainda que esta estima não impeça críticas pontuais à determinada situação vigente, eles manifestam, de modo geral, "propensão a usar e gozar aquilo que está disponível, mais do que a desejar ou procurar outra coisa" (OAKESHOTT, 1999, p.21). Ser conservador envolve, portanto, grau considerável de satisfação em relação à determinada ordem social. Neste apreço, reside a convicção de que seus fundamentos merecem ser preservados, pois encerram elementos positivos que não devem ser ameaçados por expectativas abstratas. Trata-se, em suma, de certa inversão da máxima gramsciana: otimismo da razão [histórica] e pessimismo da vontade. (Gahyva, 2017,p.317)

Dentro deste apreço supracitado à ordem social, desta relativa satisfação em relação ao presente, alguns grupos políticos, nas décadas de 1920 e 1930, buscando estabilidade e apoio, se associaram a esta visão de mundo, a visão de mundo conservadora católica, a qual acabou por se colocar como dominante na sociedade brasileira durante certo período, de tal maneira que as suas influências nos dias atuais ainda são importantes, embora seja de difícil mensuração.

Para analisar essa visão social de mundo, é importante observar o papel dos intelectuais. O conservadorismo, desde o seu surgimento, no pós-Revolução Francesa, lhes atribuiu grande relevância. Em Burke e Maistre pode-se ver que esse papel atribuído aos intelectuais é fruto da interpretação por eles elaborada acerca da Revolução Francesa.

Para estes autores, uma das causas da Revolução estaria no movimento iluminista, quando pensadores teriam colocado o racionalismo acima da tradição. A razão acima da tradição, da experiência e dos costumes seria um erro, porque estaria desconsiderando a imperfeição humana e os consequentes erros de análise. A difusão de um racionalismo radical, por parte dos intelectuais iluministas, teria tido como resultado a violência da Revolução, que teria destruído tradições institucionais sólidas e colocado a humanidade numa situação de instabilidade permanente.

Assim, este trabalho vai utilizar o termo intelectual conservador em oposição a noção de intelectual iluminista. O sentido é de que, nas origens do conservadorismo, estabeleceu-se que os pensadores conservadores deveriam propagar a importância da tradição, combatendo o emprego extremado do racionalismo. O intelectual conservador, em oposição aos demais intelectuais, seria um mediador entre a razão e a tradição. O seu apego à tradição frequentemente o opõe a mudanças, favorecendo, em muitos casos a manutenção do Status quo, aproximando-o das elites burguesas que, logo após a Revolução Francesa, tornaram-se progressivamente mais conservadoras (no sentido de cautelosas) e menos revolucionárias.

O conservadorismo católico brasileiro na Primeira República, seguindo a matriz do conservadorismo político, também atribuiu importância crucial ao trabalho intelectual, como já se observou em algumas declarações de Dom Leme. Jackson de Figueiredo, “guia precioso” da UCM, como também já se relatou, tinha o trabalho intelectual em alta conta. O mesmo pode ser dito do padre Desiderio Deschand. Em suma, todas as grandes referências intelectuais dos católico-militares prezavam o campo simbólico e cultural.

Para uma compreensão pormenorizada acerca da influência do Conservadorismo europeu sobre o Conservadorismo católico brasileiro, a seguir será realizada uma pequena síntese sobre dois autores conservadores: Edmund Burke e Joseph de Maistre.

2.1.1- Edmund Burke e a crítica à Revolução Francesa

Burke nasceu em 1729, em Dublin, falecendo em 1797. Sua principal obra foi: "Reflexões sobre a Revolução na França", publicada em novembro de 1790. Do ponto de vista editorial, obteve um sucesso imediato, esgotando várias edições e sendo traduzida para inúmeros idiomas em poucos anos.

As suas reflexões sobre a Revolução na França foram escritas em forma de carta, em razão de que esse texto teve origem na correspondência de Burke com um fidalgo francês, Charles Jean François Depont, que almejava saber a sua opinião sobre os últimos acontecimentos situados em solo francês. O fidalgo francês, amigo de Burke, chegou a imaginar que o inglês pudesse ter uma boa opinião sobre os eventos revolucionários franceses. Duas sociedades inglesas (clubes londrinos), a Sociedade Constitucional e a Sociedade da Revolução, tinham dado a sua aprovação a uma série de atos praticados na França. Por analogia, Depont chegou, então, à suposição de que Burke, provavelmente, também aprovava os atos revolucionários franceses.

Desta forma, em carta, Burke buscava desfazer essa impressão. Em primeiro lugar, apontou que, em sua opinião, as duas sociedades mencionadas nunca realizaram nada de relevante, nem estariam relacionadas com nenhum homem de bom senso e certo grau de informação. Em segundo lugar, afirmou que o destaque que a Assembleia Nacional Francesa dera à moção de apoio elaborada pela Sociedade Inglesa da Revolução era parte de um embuste destinado a fazer parecer que toda a Inglaterra aprovava a Revolução, quando, na realidade estava representada apenas uma parcela muito pequena da sociedade inglesa.

Em terceiro lugar, comunicou que pretendia dar publicidade à carta que estava escrevendo, em razão de perceber que os eventos ocorridos na França representavam uma ameaça para a Inglaterra:

> Porém, todas essas considerações estavam abaixo da dignidade transcendental da Sociedade da Revolução. Enquanto estive no campo, de onde tive a honra de lhe escrever, tive apenas uma imperfeita ideia de suas atividades. Quando voltei para a cidade, consegui um exemplar das atas publicadas sob sua autoridade, contendo um sermão do Dr. Price, juntamente

> com as cartas do Duque de la Rochefoucauld e do Arcebispo de Aix e outros documentos anexos. O conjunto desta produção, que tem o desígnio manifesto de conectar os negócios da França aos da Inglaterra, levando-nos a imitar a conduta da Assembleia Nacional, suscitou-me considerável inquietação. **Os efeitos desta conduta sobre o poder, o crédito, a prosperidade e a tranquilidade da França tornam-se cada dia mais evidentes...**
> **Quando a casa do nosso vizinho pega fogo, é recomendável que tomemos precauções para proteger a nossa. É melhor ser desdenhado por excesso de precaução, que se ver arruinado por excesso de confiança. Como é a paz do meu país que está no centro de minhas preocupações, se bem que a situação do seu não me deixe insensível, desejo assegurar um pouco mais de publicidade àquilo que inicialmente foi escrito para a sua satisfação pessoal**. (BURKE, 2014, p. 32, grifo nosso)

A preocupação de Burke não se restringia apenas à Inglaterra ou à França, mas a toda a Europa e até além:

> **Parece que me encontro diante de uma grande crise não apenas francesa, mas europeia, e, talvez, mais que europeia. Considerando-se bem todas as circunstâncias, a Revolução Francesa é a mais espantosa que aconteceu até agora no mundo.** As coisas mais surpreendentes foram produzidas, em mais de um caso, pelos meios mais absurdos e ridículos, e, aparentemente, pelos mais vis instrumentos. Tudo parece fora do natural neste estranho caos de leviandade e ferocidade, onde todas as espécies de crimes misturam-se com todas as espécies de loucuras. Em vista dessa monstruosa cena tragicômica, necessariamente as paixões mais opostas se sucedem e às vezes se misturam, fazendo-nos passar do desprezo à indignação, do riso às lágrimas, do desprezo ao horror. (BURKE, 2014, p. 32, grifo nosso)

Sobre a Revolução inglesa, esta teria sido uma questão de Estado extraordinária, porque uma Revolução seria "o último recurso de homens refletidos e virtuosos". Na Inglaterra, a Revolução teria sido realizada para preservar as antigas leis, a antiga constituição de governo, as heranças dos antepassados:

> **A simples ideia de criar um novo governo é suficiente para encher-nos de repulsa e horror. Na época da Revolução, como na atual, o que desejávamos era derivar tudo o que temos como uma herança de nossos antepassados.** Tivemos o cuidado de não inocular nenhuma muda estranha nesse corpo e nessa cepa de herança algum enxerto estranho à natureza da planta original. **Todas as reformas que fizemos até hoje respeitaram o princípio da referência ao passado; e espero, ou melhor, estou convencido de que todas as que possamos realizar no futuro estejam cuidadosamente construídas sobre precedente, autoridade e exemplo análogos**. (BURKE, 2014, p. 53, grifo nosso)

Grande parte da preocupação de Burke debruçava-se sobre a propriedade:

> **O poder de perpetuar nossa propriedade em nossas famílias é uma de suas características mais valiosas e interessantes, e a que mais tende à**

> **perpetuação da própria sociedade: converte nossa debilidade em serva de nossa virtude e enxerta benevolência até mesmo na avareza**. Os detentores da riqueza familiar e da distinção que acompanha o patrimônio hereditário (na condição de parte mais interessada) são as garantias naturais para essa transmissão. Entre nós, a câmara dos lordes é formada sobre esse princípio. Compõe-se inteiramente pelos que possuem propriedade e distinção hereditárias, perfazendo, com isso, a terça parte do Parlamento e, em última instância, o único juiz de toda propriedade, em todas subdivisões.
> (...)
> **Não é anormal, nem injusto, nem apolítico, conceder alguma proeminência decente e regulada, alguma preferência (ainda que não exclusiva), ao nascimento**...
> (...)
> **A propriedade da França não a governa**. É certo que a propriedade está destruída e não se desfruta de uma liberdade racional. (BURKE, 2014, p. 72-73, grifo nosso)

Por fim, antes de passar a Joseph de Maistre, observe-se mais um aspecto do pensamento de Burke, relativo ao poder que ele atribuía às letras e como a Igreja teria sido vítima desse poder:

> ... junto ao interesse monetário, desenvolveu-se uma nova categoria de homens, com a qual esse interesse logo formou uma estreita e clara aliança. Refiro-me aos Homens de Letras políticos. **Os homens de letras, ansiosos por se distinguir, raramente são avessos à inovação. Desde o declínio da vida e da grandeza de Luís XIV, não foram muito solicitados por ele, nem pelo Regente, nem pelo Regente, nem por seus sucessores à coroa. Tampouco eram tão sistematicamente agregados à Corte, por meio de favores e emolumentos, como durante o esplêndido período daquele reino faustoso e hábil. O que perderam da antiga proteção da Corte, eles procuraram compensar unindo-se em uma espécie de corporação própria, com a qual contribuíram as duas Academias da França e, posteriormente, a vasta empresa da Enciclopédia, conduzida por uma sociedade desses senhores.**
> **A cabala literária elaborou, alguns anos antes, algo como um plano regular para a destruição da religião cristã**. Perseguiram esse objetivo com um grau de zelo que, até hoje, só se descobriu entre os apóstolos de algum sistema religioso.
> **(...)**
> **Aquilo que não podiam lograr de uma maneira direta ou imediata podia ser conseguido em virtude de um processo mais longo por meio da opinião. O primeiro passo para comandar essa opinião consiste em estabelecer um domínio sobre os que a dirigem**. Com grande método e perseverança, estabeleceram planos para se apoderar de todas as alamedas da fama literária. Muitos deles, aliás, ocupavam as primeiras posições da literatura e da ciência.
> (...)
> Esses pais do ateísmo têm o seu fanatismo próprio: aprenderam a falar contra monges com o espírito de um monge... **A esse sistema de monopólio literário agregou-se uma infatigável indústria para caluniar e difamar, por todas as vias e meios possíveis, todos aqueles que não pertenciam à sua facção. Para aqueles que observaram o espírito da sua conduta, há muito ficara claro que só o poder lhes faltava para levar a intolerância de sua língua e de sua pena a uma perseguição que atingiria a propriedade, a liberdade e a vida.**
> (...)

> ...**os escritores, especialmente quando atuam em conjunto e na mesma direção, exercem uma grande influência sobre o espírito público, e isto explica aliança deles com o interesse monetário contribuiu substancialmente para remover o ódio e a inveja que o povo dispensava a esse tipo de riqueza**...
> Como esses dois tipos de homens parecem ter liderado os últimos acontecimentos, sua união e política servirão para explicar, não segundo quaisquer princípios legais ou políticos, mas como causa, a fúria generalizada pela qual as propriedades das corporações eclesiásticas foram atacadas, bem como o grande cuidado com que, na contramão de seus pretensos princípios, protegeram o interesse monetário proveniente da autoridade da Coroa. (BURKE, 2014, p. 128-131, grifo nosso)

O fragmento acima é apenas um de muitos nos quais Burke apontou os intelectuais iluministas como responsáveis por grande parte das mazelas e violências da Revolução Francesa, em especial as que atingiram a Igreja católica. Essa associação entre certa intelectualidade e o perigo às instituições é uma constante no pensamento conservador.

2.1.2- Joseph De Maistre: o recurso à metafísica

De Maistre é um autor ainda mais citado pelos intelectuais católicos da Primeira República do que Burke, ao menos dentre os que lideraram a Restauração católica, na década de 1920, em especial Jackson de Figueiredo. Afinal, De Maistre era católico, enquanto Burke era protestante.

Nascido em 1753, na Sabóia (Ducado integrado com o Ducado da Sardenha e o reino do Piemonte), Maistre vinha de uma família de magistrados muito próxima da família real, tendo a sua família tornada nobre através de seu pai. Em 1788, chegou ao Senado. Em razão dos eventos revolucionários ocorridos em 1789, na França, declarou-se inimigo da Revolução e passou a alertar, através do Senado, acerca da ameaça francesa e da necessidade de se operar reformas que diminuíssem o apelo revolucionário em sua região (FONSECA, 2010, p. 7).

De Maistre possui várias obras, mas aqui se focará, entretanto, em *"Considerações sobre a França"*, com a finalidade de demonstrar a visão do autor acerca da Revolução francesa e, mais adiante, as influências dessa interpretação sobre os autores católicos.

De Maistre interpretou a Revolução Francesa sob uma perspectiva política e metafísica, com o plano sobrenatural (divino) atuando sobre o plano material numa leitura bem peculiar e complexa acerca do livre-arbítrio humano que se manifestaria

sem obstáculos, mas sem alterar o planejamento geral, pertencente a Deus. Para que a explicação acima fique mais clara, repare-se o seguinte exemplo:

> Todos estamos ligados ao trono do ser humano por uma corrente flexível, que nos prende sem escravizar. **O que existe de mais admirável na ordem universal das coisas é a ação dos seres livres sob a mão divina. Livremente escravos, eles operam em simultâneo, de forma voluntária e necessária: eles fazem realmente o que querem, mas sem poderem pertubar os planos gerais.** Cada um destes seres ocupa o centro desta esfera de atividade, cujo diâmetro varia segundo a vontade do eterno geômetra, que sabe esticar, restringir, parar ou dirigir a vontade, sem alterar a sua natureza. Nas obras do homem, tudo é pobre como o autor; as vistas são curtas, os meios rígidos, as forças inflexíveis, os movimentos penosos e os resultados monótonos. **Nas obras divinas, as riquezas do infinito desvendam-se até no menor elemento; o seu poder opera na ação: nas suas mãos, tudo é flexível, nada resiste; para ele tudo é meio, mesmo o obstáculo: e as irregularidades produzidas pela ação dos agentes livres vêm integrar a ordem geral.** (MAISTRE, 2010, p. 89-90, grifo nosso)

A visão religiosa acima exposta possui embutida uma teoria da história marcada por um caráter teleológico, ou seja, uma perspectiva que entende que os processos históricos seguem um curso pré-definido, no caso em questão, por Deus. Assim a Revolução era enxergada como uma condutora:

> Observou-se com muita razão que **é a Revolução Francesa que conduz os homens, mais do que os homens conduzem a ela. Esta observação é da maior justiça e apesar de ser mais ou menos aplicável a todas as grandes revoluções**, nunca foi, no entanto, tão impressionante como nesta época. (MAISTRE, 2010, p. 93, grifo nosso)

A condução estaria nas mãos divinas e o caráter da Revolução seria punitivo, uma punição necessária antes da regeneração:

> Enfim, quanto mais se examina as personagens aparentemente mais ativas da Revolução, mais se encontra nelas algo de passivo e de mecânico. Não será demais repetir: não são os homens que conduzem a Revolução, é a Revolução que emprega os homens. Diz-se com muito acerto que ela age sozinha. Esta frase significa que **jamais a Divindade se mostrou de uma maneira tão clara num acontecimento humano. Se emprega os mais vis instrumentos, é porque pune para regenerar**. (MAISTRE, 2010, p. 98, grifo nosso)

Sobre o caráter teleológico da perspectiva de De Maistre, isto o levou a arriscar muitas previsões. A sua fama de visionário cresceu nos momentos em que pareceu acertar:

> As Considerações atraíram do público pela sua novidade: uma reflexão religiosa e mística sobre o acontecimento que introduzia uma nova época do mundo. Mas **o seu verdadeiro sucesso foi posterior, durante a Restauração dos Bourbons, quando a profecia de Maistre do fim da Revolução e da Restauração da monarquia francesa se parecia concretizar**. (FONSECA, 2010, p. 24, grifo nosso)

Se em alguns momentos pareceu acertar em suas previsões, em outros cometeu erros grosseiros de análise:

> **Não só não acredito na estabilidade do governo americano, como as colônias da América inglesa não me inspiram nenhuma confiança. As cidades, por exemplo, animadas por uma inveja muito pouco respeitável, não conseguiram convir num local onde instalar o Congresso; nenhuma quis ceder essa honra à outra. Em consequência, decidiu-se construir uma cidade nova que será a sede do governo**. Escolheu-se o local mais vantajoso, na margem de um grande rio; decidiu-se que a cidade se chamará Washington; a localização de todos os edifícios públicos está marcada; pôs-se mãos à obra e os planos da cidade-rainha circulam já por toda a Europa. **É bem possível construir uma cidade: não obstante, há demasiada deliberação, demasiada humanidade neste assunto, e poder-se-ia apostar mil contra um que a cidade não será construída, ou que não se chamará Washington, ou que o Congresso não residirá aí.** (MAISTRE, 2010, p. 197, grifo nosso)

A opinião de Maistre sobre o papel dos intelectuais nas mazelas da Revolução Francesa era contundente:

> Há muito que não era vista uma punição tão assustadora, infligida a um tão grande número de culpados. Há inocentes, sem dúvida, entre os desgraçados, mas são muito menos do que aqueles que comumente se julga. **Todos aqueles que trabalharam para afastar o povo da sua crença religiosa; todos aqueles que opuseram sofismas metafísicos às leis da propriedade**; todos aqueles que disseram: Fira, desde que tenhamos daí benefício; todos aqueles que tocaram nas leis fundamentais do Estado; todos aqueles que aconselharam, aprovaram ou favoreceram as medidas violentas empregues contra o rei, etc; todos estes quiseram a Revolução, e todos aqueles que a quiseram foram justamente as suas vítimas, mesmo segundo as nossas vistas limitadas.
> **Lamentam-se de ver ilustres sábios cair sob o machado de Robespierre. Humanamente, não saberíamos lamentá-lo mais; mas a justiça divina não tem o menor respeito pelos geómetras e físicos. Demasiados sábios franceses foram os principais autores da Revolução; demasiados sábios franceses a amaram e favoreceram**... (MAISTRE, 2010,p.99-100,grifo nosso)

Contra a razão, apela-se inclusive ao instinto:

> Povo francês, não te deixes seduzir pelos sofismas do interesse particular, da vaidade ou da covardia. **Não escutes mais os raciocínios; raciocina-se demais em França, e o raciocínio bane a razão. Adere sem medo e sem reserva ao instinto infalível da tua consciência.** Queres elevar-te aos teus

> próprios olhos? Queres adquirir o direito de te estimar? Queres fazer um ato próprio de um soberano? Chama o teu Soberano. (MAISTRE, 2010, p. 225, grifo nosso)

A preocupação em relação aos perigos trazidos pelos intelectuais, assim como o apelo ao instinto contra o uso da razão, explica o porquê da afinidade de movimentos fascistas e protofascistas com a obra do conservador De Maistre. Os reacionários católicos possuíam grande afinidade com o fascismo, especialmente nas décadas de 1920, 1930 e 1940.

2.2- O conservadorismo/reacionarismo católico brasileiro na Primeira República

Em *A Reação do bom senso,* Jackson de Figueiredo comparou a campanha presidencial de 1922 com a chegada da Revolução ao Brasil. Esta Revolução, como já se disse aqui, era a Revolução Francesa, a qual representaria uma série de ameaças e males. Essa retórica da Revolução como uma ameaça, contra a qual seria necessário preparar-se, é uma outra constante do discurso Conservador, um meio de mobilização e um elo entre Figueiredo, Burke e Maistre. A alusão à Revolução remete a uma batalha decisiva contra aqueles que querem destruir o cristianismo.

Quando Figueiredo (1922) aludia à Revolução, não estava fazendo referência a uma Revolução qualquer, mas referindo-se a uma interpretação conservadora sobre a Revolução Francesa, que, nessa perspectiva, representava uma ameaça absoluta à tradição, à paz, à propriedade e à religião.

O esforço de Burke (2014) em justificar a Revolução Inglesa como algo de caráter excepcional, realizado no intuito de preservar as leis inglesas e as heranças dos antepassados, lembra o desconforto de Figueiredo em justificar a queda da Monarquia no Brasil, quando este alegou que a República estava vinculada à cultura brasileira. Para Figueiredo, a monarquia de D. Pedro II, associada aos princípios iluministas, cairia naturalmente, sem o recurso à violência, tal qual a escravidão.

Entretanto, a ligação do catolicismo brasileiro é mais forte com Maistre do que com Burke, em razão deste último estar ligado com o protestantismo. Portanto, Figueiredo e os católico-militares reproduziam, constantemente, uma leitura histórica parecida com a efetuada por Maistre, ou seja, a Revolução Francesa estaria ligada, nesta

perspectiva, com a Reforma. Junto com a ameaça iluminista, estava presente, também, a ameaça protestante.

Sobre essa leitura da história:

> **Joseph de Maistre atribuía a origem da Revolução à filosofia iluminista que predominava nos círculos intelectuais europeus.** Assim, as Considerações sobre a França apresentam uma forte crítica à filosofia iluminista, potenciada pelo conhecimento profundo que Maistre possuía dos filósofos do séc. XVII e XVIII. Esta não é uma questão isolada, mas antes um elemento central do pensamento do autor que vai ser repetido em toda a sua obra; **Isaiah Berlin defende que é o intuito principal de toda a obra do autor saboiano a destruição do pensamento do séc. XVIII. Maistre via com clareza o papel desempenhado pelos iluministas no surgimento da Revolução e defendia que a Revolução resultava diretamente do desvio epistemológico ocidental que existia desde o Renascimento: a Revolução Francesa era filha das luzes e da Reforma.** (FONSECA, 2010, p.29-30, grifo nosso)

Com a Proclamação da República e o estabelecimento de um Estado laico, o catolicismo perdeu o privilégio de ser a religião oficial, causando um grande desconforto na Igreja o desenvolvimento de outras vertentes do cristianismo em território brasileiro.

Um dos autores mais ativos no combate ao protestantismo foi o padre Leonel Franca. Os livros de Franca eram propagados pelos católico-militares (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p.2). Franca, inclusive, chegou a publicar em O Centurião (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p.18). Eventualmente foram publicados ataques aos protestantes pela imprensa católico-militar. Alguns eram bastante contundentes:

> E logo, uma porta larga e escura se abre diante dele, e uma voz melíflua o convida, complacente:
> - Entrai, amigo, aqui também a gente se salva, sem ser preciso confessar coisa nenhuma. É uma baixeza, isso de humilhar-se um homem a outro homem. **Um bom cristão pode praticar todos os crimes (comer tantas maçãs e bananas quantas queira!) contanto que tenha fé, salvar-se-á... Aqui não são necessárias boas obras, basta crer e ler a Bíblia...**
> E ainda de outra porta, mais larga e mais escura, outra voz o atrai...
> E como estas, muitas outras portarias se escancaram, se oferecem, e há vozes que seduzem com a liberdade, outras que atraem com o mistério e até com estranha sensualidade do mal.
> E ele entra numa delas, porque pode entrar folgadamente e orgulhosamente, para ser juiz de Deus e não ser por ele julgado. **Todas estas portas se parecem, porque nelas, como engodo, se apregoa o amor de Deus, para se poder pregar o ódio à sua Igreja; Igreja onde se entra de joelhos, com as lágrimas na face e o arrependimento no coração!... Onde só a fé não basta, são também necessárias as boas obras, o temor e a esperança de outra vida... A palavra de passe dessa porta é a humildade.**
> Oh meu Senhor! **Vós sois justo porque castigais os opressores, sensualistas e soberbos, que preferem suas paixões ao vosso amor e**

> **escolhem todas as saídas, menos a senda estreita da penitência**; e também porque recompensais os oprimidos, miseráveis e humildes! Porque estes não possuem maçãs que indigestam, e quando podem tê-las, delas se privam por amor de vossa bondade e terror de vossa Justiça! (O CENTURIÃO, n.2,1928, p. 2, grifo nosso)

Como se pode perceber do fragmento acima, a tolerância e a coexistência pacífica não eram caracteres defendidos pelos católico-militares da época. Jackson de Figueiredo, no mesmo sentido, em *A Coluna de Fogo*, em 1925, chegou a fazer uma defesa da intolerância:

> **O que em verdade se pode afirmar é que o nosso presente mal estar tem origem longínqua, e jamais na ação decisiva, enérgica e continuada, intolerante – que é assim que a batizam – desse ou daquele dos raros homens que entre nós tem encarnado o poder, e é bem possível que, se Pedro II, ao invés de ler Renan e alisar a testa de mestre Benjamim, tivesse sido simplesmente um verdadeiro chefe da monarquia, consciente da obrigação que tinha de a defender a todo transe, é bem possível, repito, que se Federação hoje tivéssemos, ela não fosse esta de dois sobre dezoito, nem o seu espírito constitucional um simples fantasma de quartéis e jornais esfomeados...**
> **(...)**
> **Ora, nunca os partidos foram possíveis sem a intolerância dos princípios e a relativa intransigência dos homens, sem as quais não é possível vida moral, amor da verdade e de tudo o mais que é sua consequência.** Foi justamente o desaparecimento dessas condições de vida moral, que, entregando cada um a si mesmo, fez a escravidão da maioria, e nem sempre aos mais dignos desse bastardo feudo. **Não seja pois, a tolerância o ideal das novas gerações brasileiras.** Se estas se encontram no grau de inferioridade social em que estão, devem-no sobretudo à inépcia com que as gerações anteriores se escravizaram a dogmas da imaginação e do orgulho, traindo ufanas, os do bom senso e do patriotismo. **A intolerância não é estupidez ou fúria cega. Não é mesmo digno de ser intolerante quem não sabe porque deve sê-lo, quem não sabe porque o é. Intolerância é amor de verdade, tanto da suprema verdade, como de qualquer verdade. É a face exterior da convicção, que por sua vez é a face interior da verdade**, que se não depende nós para ser, só o é para nós quando a procuramos, a amamos, e sabemo-la defender. (FIGUEIREDO, 1925, p. 22-23, grifo nosso)

O fragmento acima é parte do texto de abertura do livro *Coluna de Fogo*. É de 1925 e o seu contexto remete, dentre outras coisas, à defesa, por parte de Jackson de Figueiredo, de que os tenentes revoltosos não recebessem nenhum tipo de anistia. Figueiredo, maior expoente da década de 1920, defendia um catolicismo militante e enérgico. Por isso, em *A Reação do Bom Senso*, abriu seu livro citando D. Antônio de Macedo Costa:

> **Não se pode tratar questões incandescentes, como esta, com a placidez de um matemático que resolve um frio problema de álgebra**. Não nos podeis proibir que ressoe tudo o que temos de fibras vivas em nosso ser, quando se trata de objetos como estes; e **se nos vindes falar de mansidão evangélica,**

> **nós vos responderemos que o evangelho não nos veda ter sangue nas veias. Jesus, que nos deu tão belos exemplos de mansidão, deu-no-los não menos sublimes, de energia**; e de grandes santos sabemos, como S. Paulo, S. Jerônimo e outros, que foram modelos tanto de veemência de estilo, como de sábia polêmica. (FIGUEIREDO, 1922, p.11, grifo nosso)

Outro aspecto dos conservadores católicos é que se antagonizam com o positivismo apenas em parte, ou seja, apesar da rivalidade e antagonismo, existia um ponto de semelhança:

> **É de notar que, não tendo embora Maistre constituído uma escola, o seu pensamento influenciou autores muito diversos, desde Comte – que considerava que Maistre foi o primeiro autor a ter noção da existência de uma física social e política -, até autores como Baudelaire, Cortes, Maurras ou Schmitt.**
> **Maistre defende a ideia de Ordem, que vai marcar profundamente a teoria sociológica desenvolvida por Comte. A defesa de uma concepção orgânica da sociedade, com primazia em relação ao indivíduo, a criação da palavra "individualismo" – é Maistre o seu autor** - , a crítica à ideia do contrato social, **a importância da coesão simbólica da sociedade**, que aponta já para a importância sociológica das normas e costumes culturais e religiosos, **são elementos que Comte irá absorver no seu sistema positivista. Através de Comte, Maistre influencia também Durkheim, que defendeu ideias esboçadas por Maistre, tais como a religião enquanto força que guia a solidariedade social**, gerada em rituais de culto coletivos, ou a crítica da sobre-racionalização e da fragmentação da vida social moderna. (FONSECA, 2010, p. 67, grifo nosso)

É interessante notar que o positivismo afastou o Exército da Igreja nos primeiros anos da República e ajudou a criar um ambiente cientificista contrário à presença da religião. Mas, paradoxalmente, manteve e potencializou um ambiente propício ao autoritarismo, o que, de certo modo, tornou o ambiente militar aberto à recepção do Conservadorismo católico dos anos 1920.

O positivismo defendia a ordem. Os católicos também. A revista fundada por Figueiredo, em 1921, chamava-se: A Ordem. O grande diferencial entre o positivismo e o conservadorismo católico era que os conservadores católicos colocavam o catolicismo como o meio fundamental para a manutenção da ordem.

Em um livro intitulado "Literatura Reacionária", Jackson de Figueiredo ao comentar sobre Maistre e o positivismo afirmou:

> Porque, em primeiro lugar, é preciso notar que o movimento reacionário não poupa nem mesmo esse catolicismo inorgânico, infeliz resultado da pretendida Reforma, e que tem sido a principal causa da pouca resistência moral, oposta pelo Ocidente a todos os desvarios do subjetivismo, por tendência, que lhe é inata, anárquico e desorganizador, **Joseph de Maistre, o profeta e o iniciador dessa Reação, traçara, em linguagem leiga, liberta**

> **do formalismo da Escola, a mesma fórmula católica a que se deve se submeter toda inteligência que ama a verdade integral: há , deve haver, mesmo entre os mais santos e altos deveres, uma certa subordinação, que pode variar com as circunstâncias. É este o programa pragmatista, - adotado por Augusto Comte, gênio realmente formidável, que só os positivistas brasileiros conseguem cobrir de ridículo – programa pragmatista, que alcança todas as ordens da vida, mas que, por isso mesmo, não esquece a mais nobilitante das subordinações, que é a do homem ao seu criador. Esta, esqueceu-a Comte, mas já, no próprio domínio da filosofia positiva, o maior dos seus continuadores, Charles Maurras, se evita analisá-la, utiliza-a, forte na convicção da sua necessidade prática, da sua imprescindibilidade na ordem humana. Justificar a Igreja é justificar essa subordinação.** (FIGUEIREDO, 1925, p. 28, grifo nosso)

O trecho acima é bastante significativo. Em primeiro lugar, se pode observar Jackson de Figueiredo apontando De Maistre como o profeta e iniciador da Reação da qual ele, um autodenominado reacionário, faz parte. Em segundo lugar, pode-se ver a distinção entre o positivismo e a sua aplicação no Brasil, com Figueiredo alçando Comte à condição de gênio. Maurras, outra referência de Figueiredo, largamente citado, é apontado como um continuador de Comte.

Uma vez que acima foram expostas as ligações entre o Conservadorismo político e o catolicismo, é importante notar algumas transformações ocorridas na natureza do conservadorismo para se compreender como o Conservadorismo católico brasileiro foi se tornar o sustentáculo da República liberal nos anos 1920.

Por que os reacionários católicos serviram de base para a defesa de uma República cuja ordem constitucional tanto lhes incomodava? Para além do já discutido ao longo deste trabalho, se quer acrescentar algumas linhas acerca da mudança de função social do Conservadorismo.

Para Maria Bernadete Oliveira de Carvalho (2005), o Conservadorismo possui um ponto de partida, o qual, não é a-histórico, ou seja, pode ser delimitado no tempo e este remontaria a uma oposição aos filósofos do movimento iluminista. Segundo Carvalho (2005), os conservadores teriam modelado a sua prática política respondendo a um movimento que rompia com a ordem existente e, até então, considerada como natural. Assim, de acordo com a autora, “o Conservadorismo como estrutura consciente de comportamento” seguiria a lógica característica da sua formação, isto é, seria uma reação à transformação caracterizada por se apropriar de elementos novos. Neste sentido, Carvalho (2005) apontou que por meio da prática política de oposição ao progressismo, os conservadores teriam percebido que sua luta estaria fadada ao fracasso, caso não se admitisse qualquer tipo de mudança. Esta flexibilização teria

permitido um reposicionamento do conservadorismo, a partir de meados do século XIX na Europa:

> ... a partir da consolidação da sociedade urbana, industrial e regida pelo liberalismo, os conflitos se deslocam do terreno das divisões políticas e jurídicas oriundas do antigo regime, para as lutas mais econômicas e sociais, em que a burguesia não conseguia esconder seu desconforto e seu temor diante do radicalismo da mobilização popular. Foi em meados do século XIX, diante da perda de sua capacidade de representar a totalidade do povo, que a burguesia europeia promoveu uma virada no seu posicionamento político, propondo uma composição com os setores conservadores da sociedade, emasculando o liberalismo de seus aspectos revolucionários e libertários, transformando-o numa ideologia da ordem, em troca das garantias oferecidas pela estabilização da sociedade nos moldes já existentes. A ordem passou a ser a lógica sine qua non de qualquer possibilidade de progresso, que agora não é mais transformação, posto que as permanências que estruturam/asseguram as relações de dominação não podem deixar de existir. Assim, a tônica de qualquer movimento possível dentro da ordem é a mudança, movimento com leveza e segurança na medida ideal. É a medida da modernidade. (CARVALHO, 2005, p.3)

Netto descreve a aproximação entre burguesia e conservadorismo por meio da expressão “eixo contrarrevolucionário”:

> Se, originalmente, o pensamento conservador é, como vimos, Restaurador e Antiburguês, na reviravolta referida por Lukacs este caráter se transforma: **o que tende a se desenvolver no seu interior, mais que aqueles dois traços, é o seu eixo Contrarrevolucionário**. Nos primeiros Conservadores, a recusa da Revolução expressava um repúdio à Revolução Burguesa (em Burke, particularmente, expressava um repúdio ao Paradigma Francês da Revolução Burguesa); **nos Conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da Restauração, o Conservadorismo passa a se definir explicitamente como Contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal da luta Antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa** contra o novo protagonista Revolucionário, o proletariado. (NETTO, 2011, p. 49-50, grifo nosso)

O efeito acima descrito, de fortalecimento do eixo contrarrevolucionário do Conservadorismo, acentuou-se no Brasil a partir de 1917, quando tivemos a Revolução Bolchevique na Rússia e importantes greves operárias no território brasileiro. No que concerne às lutas de classe no Brasil da Primeira República, se tem como marco dentro da historiografia o ano de 1917. Contudo, a complexidade é maior no sentido de que a organização operária precedeu 1917 e não desaparece após a repressão efetuada naquele ano (FRACARRO, 2017, p.75-76). O fortalecimento do pendor pela luta contrarrevolucionária explica os reacionários católicos tornando-se base de sustentação da República durante a crise dos anos 1920.

Desta forma, dentro do cenário pós-revolução de 1917, na campanha presidencial de 1922, a questão operária recebeu atenção de ambos os candidatos. Nilo Peçanha, por exemplo, teve Maurício de Lacerda buscando o apoio operário na capital federal. Arthur Bernardes salientou a necessidade da construção de moradias populares, de regulamentar as condições de higiene e segurança do trabalho, bem como aumentar o número de cooperativas (BATALHA, 2000, p.59).

Durante a presidência de Bernardes, o país esteve em permanente estado de sítio e as organizações operárias sofreram diversas violências, cujo propósito era o seu desmantelamento. Contudo, além da repressão, houve um esforço legislativo de cooptação que indica a importância da questão trabalhista e da luta de classes nos anos de 1920. Assim, no quadriênio entre 1922 e 1926, entrou em vigor a lei Eloy Chaves, que determinou o estabelecimento de caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, entrou em ação o Conselho Nacional do Trabalho e foi implementada uma lei que criou as férias para os trabalhadores da indústria e do comércio (BATALHA, 2000, p.59-60).

A Igreja católica no Brasil, desde fins do século XIX, vinha se preocupando com a questão social do trabalho, em alinhamento com a Encíclica Rerum Novarum, elaborada pelo papa Leão XIII, em 1891, e, desta forma, deu apoio ao surgimento de organizações leigas como o Centro dos Operários Católicos de São Paulo, em 1899, o Centro Católico Metropolitano, em 1907, a Confederação Católica do Trabalho de Belo Horizonte, em 1919, dentre outros (BATALHA, 2000, p.27-28).

Foi dentro desse contexto que o operariado apareceu na reflexão de Jackson de Figueiredo (1922). Para ele, a atitude revolucionária do proletariado era culpa da burguesia ateia. A tolerância evidenciaria fraqueza, enquanto a repressão fabricaria mártires. Com esse quadro, apenas a fé poderia harmonizar o conflito de interesses em prol do bem comum. Desta forma, o catolicismo era apresentado como o elemento capaz de promover o entendimento entre os patrões e os empregados, impedindo a luta de classes e as greves.

A larga política imigratória, no seu entendimento, teria trazido para as camadas mais baixas da sociedade as ilusões do drama europeu, a inquietação social. Assim, junto com a promoção do catolicismo como mediador nas relações de trabalho, também seria necessário rever a política imigratória, ou seja, junto com o catolicismo aparece um também um nacionalismo cultural xenófobo, o qual se explorará com mais vagar no capítulo seguinte.

Ao tratar da questão social, Figueiredo (1922) apresentava uma visão dualista, expressa em dicotomias como minoria letrada e rica versus massa inculta sugestionável pela imprensa. Neste sentido, então, pode-se constatar que o intelectual conservador católico era apresentado como alguém acima das massas incultas, como aquele que deveria impedir as manipulações efetuadas por uma imprensa não católica. Assim, o intelectual conservador católico aparecia como aquele que conciliaria as classes, colocando a identidade e a filosofia católica ultramontana acima da consciência de classe em prol do bem comum, numa visão autoritária e excludente que negava ao operário a condição de intelectual e o punha na condição de tutelado politicamente, em uma configuração que favoreceria a manutenção das circunstâncias de exploração, dificultando uma profunda transformação social.

Em síntese, contra o problema do trabalho e contra a indisciplina militar, o catolicismo se apresentava como a grande solução, como uma resposta que, por meio da atuação religiosa e educacional tornaria desnecessário alterar as estruturas sociais e econômicas, e desta forma foi abraçado, por muitos políticos em busca de uma saída para os anos finais de crise da Primeira República.

A respeito da mudança de função social do pensamento conservador, observe-se o seguinte trecho:

> ... a mudança da sua funcionalidade sociopolítica afetará, como veremos, a sua própria estrutura teórica.
> A grande crise cultural gesta-se, aproximadamente, entre 1830 e 1848; estes vinte anos são, portanto, uma espécie de interregno, de fase transicional para o pensamento conservador. Nele localizamos, então, um tipo de metamorfose no Conservadorismo, que sinaliza o abandono da tônica anterior, característica da reação burkeana e, ao mesmo tempo, uma antecipação da sua forma ulterior, já adequada ao pós-48.
> **Exemplificam esta metamorfose as preocupações de dois autores (de nível, aliás, muito diferente) que, com significado diverso, funcionam como ponte entre o conservadorismo antiburguês e o conservadorismo antiproletário: Comte e Tocqueville**, cujas obras principais produzem-se exatamente neste período de transição. **Nenhum dos dois possui veleidades restauradoras; ambos se defrontam com um presente que lhes parece tão irreversível quanto ameaçador e tratam de elaborar alternativas para conjurar a ameaça**: para Comte, um conhecimento positivo que permita fundar uma religião da humanidade, garantidora da estabilidade social; (...) **O antiliberalismo comteano e o liberalismo de Tocqueville, por mais distintos que sejam, voltam-se para a questão da ordem social.**
> Comte e Tocqueville são figuras transicionais do pensamento conservador na medida em que, do seu momento de emersão, **guardam o repúdio da ação jacobina e a recusa de valores próprios da Ilustração e, ao mesmo tempo, aceitam com visível desconforto determinadas consequências da ordem burguesa**...
> ... na filosofia social, o anticapitalismo romântico original do pensamento conservador se mesclará ao irracionalismo moderno... Mas o irracionalismo

> não pode, aberta e expressamente, pretender uma ciência social – neste domínio, pela sua própria natureza, **a destruição da razão (Lukács) tem seu lugar ocupado pela razão miserável (Coutinho), cuja primeira expressão acabada se encontra no positivismo cientificista da segunda metade do século XIX. É assim que o Conservadorismo vai dar as mãos ao positivismo e, no pós-48, fundando as modernas ciências sociais, tornar-se-á um importante componente da cultura burguesa do período da decadência (Lukács).**
> Nesta passagem, desaparecem do pensamento conservador as demandas restauradoras e o próprio componente anticapitalista se converte numa conceitualização de caráter científico. **A atenção dos conservadores se voltará para a construção de um corpo de conhecimentos que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja reformas dentro da ordem), permita controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária.** Estes dois fenômenos – crise social e revolução – polarizarão todo o pensamento conservador pós-48: estão na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo pós-48, a sociologia. (NETTO, 2011, p. 50-52, grifo nosso)

A passagem acima ajuda a explicar a relação do positivismo com o Conservadorismo permitindo compreender porque, mesmo Jackson de Figueiredo, conseguiu observar qualidades em Comte. Como já se esclareceu, o Conservadorismo católico e o positivismo declaravam querer a ordem.

Enfim, ao longo destas primeiras páginas do capítulo 2, se teve a oportunidade de observar as afinidades entre os conservadores católicos brasileiros e o Conservadorismo surgido ainda no século XVIII, de maneira a iluminar um pouco as referências contidas nas retóricas e narrativas católicas e católico-militares. Viu-se, também, como os conservadores católicos e católico-militares brasileiros estavam bastante atentos às lutas simbólicas e ao papel dos intelectuais. A mídia impressa era, nos anos 1920, o principal espaço do embate político-intelectual.

Portanto, a seguir se tratará sobre a imprensa na Primeira República e, nesse contexto, sobre a imprensa católica, para, finalmente, se chegar à imprensa católico-militar, quando se analisará O Centurião.

2.3- A imprensa na Primeira República

Traçando um quadro geral sobre a Imprensa na Primeira República, segundo Sodré (1983), pode-se afirmar que esta era, não em sua totalidade, mas em grande medida: frágil, venal e, paradoxalmente, relevante. Encontrava-se, também, em uma longa fase de transição.

Acerca da relevância, se pode destacar alguns indícios. O primeiro sinal da importância da imprensa apareceu logo no início do regime republicano, quando

Quintino Bocaiúva[16], jornalista conceituado, foi chamado a exercer o Ministério das Relações Exteriores (SODRÉ, 1983, p.252). Outro indício, ainda no início do período republicano, que corrobora, ao mesmo tempo, tanto para que se tenha uma noção da sua relevância, quanto para que se perceba a sua fragilidade, está na reação proporcionada por algumas publicações.

O jornal *A tribuna*[17], por exemplo, foi depredado por apoiadores do governo Deodoro. *O Jornal do Brasil*, no seu editorial de lançamento, por questão de cautela, declarou-se apolítico, apesar das suas tendências críticas ao regime republicano recém-instalado. Cuidado que, entretanto, não foi suficiente, a ponto de, em 1891, as suas oficinas terem sido depredadas e o seu diretor ter se exilado na Espanha, em razão das críticas feitas ao então presidente Floriano Peixoto (SODRÉ, 1983, p.253).

Em 1892, no contexto da Revolta da Armada, vários militares, políticos e intelectuais foram presos. Em 1893, o livro de Eduardo Prado, A ilusão americana, foi censurado, recolhido e ocorreu de um leitor ser levado à polícia por estar lendo a obra dentro de um bonde (SODRÉ, 1983, p.263-264).

Na década de 1910, durante o governo Hermes da Fonseca, no contexto da Revolta da Chibata e seus desdobramentos, tivemos a decretação de estado de sítio, censura e uma série de jornalistas presos. O mesmo ocorreu na década de 1920, quando o governo de Arthur Bernardes, de 1922 a 1926, deu-se sob estado de sítio e censura. O Correio da Manhã, por exemplo, esteve impedido de circular, entre o dia 31 de agosto de 1924 e o dia 20 de maio de 1925 (SODRÉ, 1983, p.364).

Se, na busca pelo controle da opinião pública, a repressão era um lado da moeda, o outro estava na venalidade, na compra de apoios, sempre que fosse possível. Campos Sales (1908), presidente entre 1898 e 1902, admitiu abertamente a compra de apoio. Laurita Pessoa Raja Gabaglia (1951), filha do presidente Epitácio Pessoa, presidente entre 1919 e 1922, afirmou que, com exceção do governo provisório, todos os governos da República compraram apoio, numa assertiva que não excluiu sequer o próprio pai. Silva (1965) apontou correspondência entre Getúlio Vargas e Washington Luís,

[16] Nascido em 1836, ingressou ainda jovem no campo jornalístico, atuando em inúmeros periódicos. Com interesses variados, chegou a trabalhar no teatro, tendo escrito algumas peças. Participou da fundação do partido republicano em 1870 e foi figura ativa durante o golpe militar que derrubou o Império no Brasil. Durante o regime republicano a sua atuação política ganhou ainda mais destaque, chegando a exercer a função de ministro, Senador e presidente do Estado do Rio de Janeiro. Foi também membro da maçonaria.

[17] Este jornal era crítico ao governo e nele colaboravam personalidades de relevo como: Carlos de Laet e Eduardo Prado. A sua depredação causou tamanha comoção que, no dia 2 de dezembro de 1890, vários periódicos suspenderam a sua publicação, como forma de protesto.

respectivamente chefe governo do Rio Grande do Sul e chefe do Executivo federal, onde se discutia naturalmente a compra de apoio (SODRÉ, 1983).

Deve-se ter a clareza de que nem a venalidade, nem a repressão, foram absolutas. Existiu, dentro de certos limites, espaço para contestação. Nesse terreno, destacou-se o Correio da Manhã, assim descrito por Luís Edmundo (1938):

> **Foi para combater este estado de coisas (imprensa servil em razão da compra de apoio por parte de Campos Sales**) e restabelecer, na imprensa do País, aquele sentido patriótico que fez a glória de Evaristo e criou, por muito tempo, a autonomia do nosso povo, que um jovem advogado, cheio de audácia, de energia e de civismo, pensou em lançar, aqui, um periódico rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, capaz de confundir, desbaratando, comendador e sua grei, **folha exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interesses do povo que uma fatalidade histórica oprimia e humilhava.** (Apud SODRÉ, 1983, p. 286, grifo nosso)

Sodré (1983) seguiu linha parecida:

> **O Correio da Manhã vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao governo Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da imprensa**. Nesse sentido, o seu editorial de 4° aniversário, a 15 de junho de 1905, reafirmava a exatidão do rumo traçado quando de seu lançamento: "Veio para lutar, resoluta e serenamente, em prol dos interesses coletivos sacrificados por uma administração arbitrária e imoral. Venceu por isso." Daí por diante, e em toda a Velha República, que ajudou a derrocar, **o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; Levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima.** Através desse caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em empresa jornalística. (SODRÉ, 1983, p. 287, grifo nosso)

O Correio da Manhã não exerceu sozinho esse papel contestador. Outros periódicos o acompanharam nesse processo e a tendência oposicionista cresceu bastante na década de 1920, de maneira que a campanha de 1929/1930 ocorreu com uma maioria em favor da Aliança Liberal, chapa oposicionista encabeçada por Getúlio Vargas contra o candidato governista à presidência, Júlio Prestes.

Contudo, se existiu espaço para contestação, não havia tolerância para com a chamada Questão Social e a chamada imprensa proletária sofreu forte perseguição. A título de exemplo, em 1917, as oficinas de *A Plebe* foram violentadas, *A Semana Social* fechada e Astrojildo Pereira, diretor de *O Debate*, foi obrigado a recorrer à

clandestinidade para defender a Revolução Russa de uma série de informações falsas (SODRÉ, 1983, p.319-320).

Por fim, a imprensa na Primeira República estava numa fase de transição de formato artesanal, individualista e amador, para um formato empresarial, coletivo e dotado de avanços técnicos decorrentes da segunda Revolução industrial (SODRÉ, 1983, p.275). Essa transição era mais veloz nas capitais e Estados mais ricos, de modo que, no Rio de Janeiro, a capital da República estava dominada por jornais em forma de empresa, havendo pouco espaço para pequenos jornais amadores que se revelaram, na sua grande maioria, efêmeros (SODRÉ, 1983, p.276).

Mas o quadro cultural da imprensa na Primeira República era bastante complexo. Para tornar mais vívido esse cenário, é importante acrescentar as observações de Lima Barreto às percepções já colocadas pelas pesquisas de Sodré (1983).

Lima Barreto publicou, em 1909, o seu primeiro romance, um livro intitulado Recordações do Escrivão Isaias Caminha. Nesta obra, em grande extensão autobiográfica, traçou uma representação da imprensa na Primeira República que coincide, em vários pontos, com a versão historiográfica produzida por Sodré.

Isaias Caminha, o protagonista do romance, era um rapaz humilde, que vivia no interior, mas possuía um grande gosto pelos estudos. Suas altas notas no ambiente escolar fizeram com que tivesse uma elevada imagem acerca de si mesmo e grandes sonhos para o futuro. Deste modo, ao terminar os estudos secundários, declarou para a família que pretendia ir para o Rio de Janeiro, onde pretendia ascender socialmente. Sendo pobre, precisava arrumar um emprego na cidade que lhe permitisse sobreviver e dar continuidade aos seus estudos.

Para tal, buscou uma carta de recomendação com um fazendeiro local porque através deste artifício um deputado iria lhe conseguir uma ocupação. Tendo conseguido esta carta, Caminha pôs-se a divagar sobre o seu futuro e nestas reflexões se pode observar algumas representações sobre o campo simbólico e educacional:

> **A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!**
> **Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro.** O flanco, que a minha pessoa, na batalha da

> vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado...
> **Ah! Doutor! Doutor! ... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Era um pallium, era alguma coisa como clâmide sagrada, tecida com um fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam**.
> (...)
> Oh! **Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso,** como um sapo-intanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; **andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutro? Era sobre-humano!...**
> (...)
> De noite, no teto da minha sala baixa, pelos portais, pelas paredes, eu via escrito pela luz do lampião do petróleo **– Doutor! Doutor!**
> **Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios, esse título dava! Podia ter dois e mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada. Bastava o diploma.** Pus-me a considerar que isso devia ser antigo... (BARRETO, 1994, p. 26-27, grifo nosso)

O fragmento acima mostra o saber como meio de conquista de status social, de obtenção de respeitabilidade, como uma maneira de suavizar as consequências do racismo, um jeito de ter acesso a privilégios. Contudo, a realidade impôs decepções a Caminha. O deputado ignorou a sua carta. Ele não conseguiu o emprego desejado. Suas economias foram se esvaindo e ele chegou a passar fome no Rio de Janeiro, comendo apenas uma vez ao dia.

Na cidade, causou-lhe espanto o prestígio dos jornalistas:

> Veio ter à nossa mesa por instâncias do Laje da Silva. Ia passando um pouco afastado, quando o meu companheiro lhe correu ao encontro e com os maiores rogos, o trouxe a mesa.
> (...)
> Mal saiu, pedi pormenorizadas informações ao Laje da Silva. Nos confins da minha aldeia natal, eu não podia adivinhar que o Rio contivesse exemplar tão curioso do gênero humano, uma desencontrada mistura de porco e de símio adiantado, ainda por cima jornalista ou coisa que o valha, exuberante de gestos inéditos e frases imprevistas. **Laje da Silva, porém, só sabia que ele tinha o Aurora à sua disposição, jornal muito lido e antigo, respeitado e que, no tempo do Império, derrubou mais de um ministério. Escrevia nos jornais; era o bastante. E essa a sua admiração, se era de fato esse o sentimento do padeiro, pelos homens dos jornais, levava-o a respeitá-los a todos desde o mais graduado, o redator-chefe, o polemista de talento, até o repórter de polícia, ao modesto revisor e ao caixeiro de balcão.**
> **Todos para ele eram sagrados, seres superiores ou necessários aos seus negócios, pois viviam naquela oficina de ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses e mortais, e os escudos capazes também de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses**. (BARRETO, 1994, p. 34-35, grifo nosso)

Como se pode inferir, não eram apenas os conservadores que atribuíam elevado poder à imprensa. Esse prestígio era geral, porque abrangia políticos, fossem eles conservadores ou liberais, e homens de negócio. Esse status era percebido pela pequena burguesia e populares em pequenas atitudes, tornando-se difuso na sociedade. Apesar de fictícia, a cena acima foi um meio usado por Barreto para transmitir a sua experiência acerca das formas pelas quais o prestígio dos homens de letras tornava-se evidente. Os periódicos eram, durante a Primeira República, o principal espaço do debate político. Ali, construíam, destruíam ou protegiam reputações.

Em *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, Barreto satirizou, dentre outros periódicos, especialmente O Correio da Manhã. Nessa narrativa, o escritor utilizou o nome O Globo para referir-se ao Correio da Manhã. Para aludir a Edmundo Bittencourt, fundador do Correio da Manhã, criou um personagem chamado Ricardo Loberant. A descrição a seguir traça um grande panorama da imprensa na Primeira República, tanto sobre a sua importância quanto sobre a sua venalidade:

> **A conversa tinha cessado quando o diretor penetrou na sala. Era o doutor Ricardo Loberant**, um homem muito alto e muito magro, anguloso, com um grande bigode de grandes guias, louro, de um louro sujo, tirando para o castanho, e um olhar erradio, cheio de desconfiança. **Era um homem temido, temido pelos fortes, pela gente mais poderosa do Brasil, ministros, senadores, capitalistas**; mas em quem, com espanto, notei uma falta de firmeza, de certa segurança de gestos e olhar, própria dos vencedores. Fora uma irrupção. Ninguém o sabia jornalista, mesmo durante o seu curso mal-amanhado não sacrificara às letras: fora sempre tido como viveur, gostando de gastar e frequentar a sociedade das grandes cocotes. Um belo dia, o público da cidade ouviu os italianos gritarem: O Globo! O Globo! **Os curiosos compraram-no e com indiferença leram ao alto o nome do diretor: Ricardo Loberant. Quem é? Ninguém sabia. Mas o jornal atraía, tinha um desempenho de linguagem, um grande atrevimento, uma crítica corajosa às coisas governamentais, que não se sabendo justa, era acerba e parecia severa**. Este gostou, aquele apreciou, e dentro de oito dias ele tinha criado na multidão focos de contágio para o prestígio de sua folha. Vieram as informações a seu respeito. Algumas pessoas do foro informaram que o doutor Ricardo Loberant era um advogado violento, atrevido, que tinha por hábito discutir pelos "apedidos" do Jornal do Comércio, com mais azedume do que lógica, as causas intrincadas que lhe eram confiadas. **E o jornal pegou. Trazia novidade: além de desabrimento de linguagem e um franco ataque aos dominantes, uma afetação de austeridade e independência, uma colaboração dos nomes mais amados do público, lembrando por este aspecto os jornais antigos que a nossa geração não conhecera. O Rio de Janeiro tinha então poucos jornais, quatro ou cinco, de modo que era fácil ao governo e aos poderosos comprar-lhes a opinião favorável. Subvencionados, a crítica em suas mãos ficava insuficiente e covarde. Limitavam-se aos atos dos pequenos e fracos subalternos da administração; o aparecimento d'O Globo levantou a crítica, ergueu-a aos graúdos, ao presidente, aos ministros, aos capitalistas, aos juízes, e nunca os houve tão cínicos e ladrões. Foi um sucesso; os amigos do governo ficaram em começo estuporados, tontos,**

> **sem saber como agir. Respondiam frouxamente e houve quem quisesse armar o braço do sicário. A opinião salvou-o, e a cidade, agitada pela palavra do jornal, fez arruaças, pequenos motins e obrigou o Governo a demitir esta e aquela autoridade. E o Globo vendeu-se, vendeu-se, vendeu-se, vendeu-se**... (BARRETO, 1994, p. 84-85, grifo nosso)

Assim foi descrito O Correio da Manhã, jornal que foi o artífice da ligação entre os militares e campanha presidencial de 1922, quando, através das cartas falsas, indispôs grande parte dos oficiais do Exército contra Arthur Bernardes.

No romance de Barreto, após passar fome e estar à beira da miséria, Isaias Caminha conseguiu um emprego modesto em O Globo. E foi a partir desse emprego que o personagem se colocou a falar da imprensa como um todo, dando vazão às experiências do escritor que, não somente trabalhou na imprensa carioca, como trabalhou no Correio da Manhã, o qual também teve a sua moralidade questionada:

> Proprietário da folha, absorvera-a toda em si: os artigos, a criação de seções, as referências elogiosas, as "cavações", tudo só se fazia com sua audiência e aprovação. Ele pairava sobre o jornal como um sátrapa que desconhecesse completamente qualquer espécie de lei, fosse jurídica, moral ou religiosa. **Não havia regulamentos, praxes; o jornal era ele e a coerência das suas opiniões vinha dos impulsos desordenados de sua alma**, que o despeito agitava em todos os sentidos. **No curto prazo de uma semana, o seu jornal atacou, elogiou e qualificou herói o ministro da Guerra; e nenhum dos três artigos saiu da sua pena; foram escritos à sua ordem pelo Adelermo Caxias, que se gabava de honestidade intelectual**. Na redação era assim: escrevia-se mediante ordem do diretor, hoje contra e amanhã a favor. (BARRETO, 1994, p. 102-103, grifo nosso)

Com o termo cavações e referências elogiosas, assim como ao apontar as contradições de escrever hoje contra e amanhã a favor, o escritor estava sugerindo que o Correio da Manhã, apesar do seu caráter mais popular, também se corrompia.

Para Barreto, a venalidade e a falta de princípios da imprensa estavam relacionadas com o capitalismo, com a transformação dos jornais em grandes empresas:

> A imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, ausência de senso moral a toda prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... **Todos nós temos que nos submeter a eles, adulá-los, chama-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... Só se é geômetra com o seu placet,**

> **só se é calculista com a sua confirmação e se o sol nasce é porque eles afirmam tal coisa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênio, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades, de modo que**...
> - Você exagera, objetou Leiva. **O jornal já prestou serviços.**
> **-Decerto... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade!** São grandes empresas, propriedade de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses... **Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes ideias, fundar um que os combata... Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal...** (BARRETO, 1994, p. 81, grifo nosso)

Nesse cenário, ficava favorecido o descrédito nas instituições e no sistema político, o que de certa forma, abriu espaço para grupos que enxergavam a luta armada como o único meio de mudança efetiva. Acerca do descrédito generalizado, a desilusão de Isaias Caminha com a imprensa e a vida na cidade é bastante sintomática:

> **Quase todos os seus artigos eram mais ou menos pagos, pelo diretor e pelos interessados; assim também procedia Veiga Filho. A sua literatura era a duas amarras. Escreveu, certa ocasião, um conto, de coluna e meia, passado em Teresópolis e gabando com insistência as comodidades de um hotel.** O hoteleiro, no fim do mês, ao receber a conta dos anúncios, correu furioso ao escritório:
> - Mas, já paguei.
> - Como? Fez admirado o gerente.
> - Sim. Dei ao senhor Veiga Filho duzentos réis pelo conto.
> - Mas quem lhe falou no conto, senhor Lebrindo? Isso é lá entre os senhores... E quer saber de uma coisa? Nós já o pagamos também.
> **Ninguém se surpreendeu no jornal. Todos andavam preocupados com a obtenção de posições e mesmo que não andassem, aquilo era quase admitido...**
> **(...)**
> **No meio daquele fervilhar de ambições de ambições pequeninas, de intrigas, de hipocrisia, de ignorância e filáucia, todas as coisas majestosas, todas as grandes coisas que eu amara, vinham ficando diminuídas e desmoralizadas.** Além do mecanismo jornalístico, que de tão de perto eu via funcionar, **a política, as letras, as artes, o saber – tudo o que tinha suposto até aí grande e elevado, ficava apoucado e achincalhado**. Via Floc fazer reputações literárias, e ele mesmo uma reputação; **via Losque, de braço dado com o medíocre Ricardo Loberant, erguer à Câmara e ao Senado quem bem queria; via Aires d'Ávila, com uns períodos de fazer sono e uma erudição de vitrine, influir nas decisões do Parlamento;** via médicos milagreiros e tidos como sábios pedirem elogios ás suas pantafaçudas obras, a redatores ignorantes; e também via Dona Inês, a esposa do diretor, uma respeitável senhora, certamente, fazer-se juiz de contos e das poesias dos concursos, com a sua rara competência de aluna laureada das irmãs de caridade.

> **À vista disso, à vista dessa incompetência geral para julgar, da ligeireza e dos extraordinários resultados que obtinham com tão fracos meios, impondo os seus protegidos, os seus favoritos, fiquei tendo um imenso desprezo, um grande nojo, por tudo quanto tocava às letras, à política e a ciência, acreditando que todas as nossas admirações e respeitos não são mais que sugestões, embustes e ilusões, fabricados por meia dúzia de incompetentes que se apoiam e se impuseram à credulidade pública e à insondável burrice da natureza humana.** (BARRETO, 1994, p. 150-151, grifo nosso)

Existe um sentimento difuso em grande parte da sociedade quanto à necessidade de moralização de todo o sistema. Como já se viu ao longo deste trabalho, os positivistas defendiam uma reforma moral, os católicos também e, agora, como se teve a oportunidade de observar, Lima Barreto, um escritor e, também, jornalista que escreveu para periódicos operários como O Debate e o ABC. Os meios e os fins da moralização eram diversos, mas em comum havia uma grande insatisfação e um desejo de reformas.

Outra autora, que também retratou a imprensa no século XX, foi Marialva Barbosa. Em seu balanço sobre a imprensa entre o final do século XIX e início do século XX, a autora chamou a atenção dos seus leitores para os "artefatos do progresso que disseminavam no país e com mais intensidade na capital da República" (2007, p.21).

Os artefatos em questão eram: o telégrafo, o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, os linotipos e as marionis. O mundo estaria se tornando mais próximo, compacto e publicizado em razão "das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o século XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade" (2007, p.21).

Segundo Barbosa, "a entrada em cena desses modernos aparelhos tecnológicos produz alteração significativa no comportamento e na percepção dos que passam a conviver quotidianamente com eles." Estaria emergindo um novo mundo simbólico com uma nova espacialização e uma nova temporalidade, marcada pela ideia de progresso (BARBOSA, 2007, p. 22).

Até a maneira como os jornais se auto-referenciavam teria se transformado:

> Também os periódicos mais importantes da cidade implantam outros artefatos tecnológicos que mudam significativamente a maneira como se produzem jornais: máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de vomitar de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia se descrito; métodos

> fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores. **Os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se autoreferenciam. Passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade (RJ) que quer ser símbolo de um novo tempo.** (BARBOSA, 2007, p. 22, grifo nosso)

Desta forma, a aquisição das mais avançadas novidades tecnológicas tornou-se um diferencial competitivo:

> Os periódicos, sobretudo **aqueles que querem consolidar sua força junto ao público e, consequentemente, sua força política, devem implantar de maneira compulsória novos artefatos tecnológicos**, permitindo maior tiragem, maior qualidade e rapidez na impressão. É preciso também diminuir as distâncias entre o acontecimento e o público. **Rapidez é a palavra de ordem...** (BARBOSA, 2007, p.23, grifo nosso)

Com as máquinas linotipos, aumentou-se a velocidade de impressão e isso permitiu o aumento do jornal em número de páginas. Mas, não apenas isso, pois tornou-se possível também que o jornal estivesse mais atualizado, quase em tempo real, por poder agregar notícias de última hora até altos horários da madrugada.

As facilidades de impressão permitiram o surgimento de jornais de preço baixo com maior alcance popular. A Gazeta de Notícias, por exemplo, tinha um exemplar custando 40 mil réis, em fins do século XIX, que equivalia, segundo Barbosa, a uma passagem de bonde.

As imagens e ilustrações também ganharam maior espaço. O Jornal do Brasil era, no início do século XX, junto com o Correio da Manhã, o Jornal do Comércio, O Paiz e a Gazeta de Notícias, um dos maiores da cidade. Acerca do Jornal do Brasil e o papel das imagens:

> Mas para que de fato se torne o jornal de maior circulação e tiragem é preciso se transformar numa verdadeira revista ilustrada dos acontecimentos diários. **Numa cidade cuja maioria absoluta da população é analfabeta, a textualidade da imprensa se faz pela possibilidade de transmitir a informação através da imagem.** O mais popular diário, desde 1894, orgulha-se também de publicar os palpites do jogo do bicho, as marchas dos cordões e blocos carnavalescos e os crimes, segundo os cronistas da época, tão ao gosto de um público mais vasto.
> **Ser popular é atingir os ainda não alinhados entre os eleitores tradicionais. É ser o jornal dos caixeiros, dos balconistas, dos empregados de comércio, dos militares de baixa patente, dos trabalhadores em geral** (Lobo, 1896: 16)
> Mas não é apenas o destaque “aos crimes sarabarulhentos, às notícias hediondas, às tragédias quotididanas” (Rio, 1987), ocupando mais de 50 % do noticiário, que caracteriza essa busca de uma gama mais variada de leitores. A partir de 1900, o jornal abre grandes espaços às ilustrações- criando edições especiais ilustradas às quintas e domingos – num pioneirismo rapidamente imitado pelos outros periódicos.

> Com ilustrações a bico de pena de páginas inteiras, resumindo as notícias da semana sob a forma de caricaturas, inovando ao criar "o conto sem palavras", na verdade uma espécie de história em quadrinhos sem fala, O Jornal do Brasil valoriza as imagens – ainda em forma de desenho – em detrimento do texto. (BARBOSA, 2007, p. 32-33, grifo nosso)

O Correio da Manhã, também buscando um apelo popular, seguiu uma linha parecida com a adotada pelo Jornal do Brasil:

> As estratégias editoriais, redacionais e administrativas do Correio da manhã para se tornar um jornal popular atravessam toda a primeira década do século. As mais expressivas são, sem dúvida, a inclusão de colunas de queixas e reclamações na esteira do sucesso conseguido pelo Jornal do Brasil, com a publicação de suas "Queixas do Povo". Ainda em junho de 1901, incluem a coluna "Pelos subúrbios", publicando notas diversas sobre os bairros servidos pela E.F. Central do Brasil, arredores e seus moradores. A publicação dessa fala é constante no jornal. Além das cartas avulsas, algumas assinadas e outras não, edita as queixas dos habitantes da cidade recebidas pessoalmente ou por carta, intermediando pedidos ao poder público, também através da coluna "Reclamações". Ainda no primeiro ano de seu funcionamento começam a publicar os telegramas distribuídos pela Agência Havas na coluna "Pelo Telégrafo". **Em 1902, publicam as primeiras fotos na capa e no interior (a primeira foto aparece em 30 de novembro de 1902, na coluna "Correio dos Teatros") e , no ano seguinte, iniciam na página 4 a seção de anúncios com o resultado do jogo do bicho sob a rubrica "Roda da Fortuna". Passam também a editar charges**, às vezes funcionando como chamada, no alto da primeira, que a partir de 1905 aparecem sob o nome de "cinematógrafo". (BARBOSA, 2007, p. 42, grifo nosso)

Mesmos os periódicos não populares, mas grandes, como a Gazeta de Notícias, o Jornal do Comércio e O Paiz, foram transformando, gradativamente os seus conteúdos. Aos poucos, todos foram reduzindo o espaço destinado à literatura e passaram a dar cada vez mais importância às reportagens. Os artigos de opinião passaram a ficar rigorosamente separados dos informativos. Começando, então, a se desenhar o mito da objetividade:

> Observa-se, pois, que as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na virada do século XIX para o XX. **A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção, no sentido que confere a esta palavra Bourdieu (1989), ou um lugar autorizado de fala.**
>
> **Quando no início dos anos 1900, o texto aconselha que o jornal deve – em função da nova temporalidade em que está imerso o cotidiano da cidade e de seus habitantes – dizer o que passou, como se passou e em que condições; está de fato, inventado aquilo que anos mais tarde ficou conhecido como lide.** Tudo isso, utilizando-se do ideal máximo de

> reprodução da realidade e da verdade. Daí a importância cada vez mais crescente da fotografia, que, longe de representar o real, é construída como sendo em essência o próprio real. (BARBOSA, 2007, p. 40, grifo nosso)

Para Barbosa (2007), os anos 1920 ainda trouxeram mais mudanças ao cenário configurado entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O processo de transformação dos jornais em grandes empresas passou a dar lugar ao surgimento de grupos de comunicação detentores de mais de um periódico. É o aprofundamento da concentração e do desenvolvimento capitalista:

> A lenta e gradual mudança no processo de produção dos matutinos da cidade são marcantes, sobretudo, nos cinco maiores periódicos e segue um caminho mais ou menos uniforme até o início dos anos 20, quando o jornalismo ganha uma nova configuração. Além do aparecimento de imprensa inteiramente sensacionalista, que fará do escândalo e dos dramas do cotidiano o destaque de seu conteúdo, **surgem não apenas jornais estruturados em moldes empresariais, mas grupos isolados que passam a dominar mais de um título.** A instalação de novas agências noticiosas, desta vez norte-americanas, e a vinda das primeiras grandes agências de publicidade dão a senha para a entrada do jornalismo num novo tempo. (BARBOSA, 2007, p.48, grifo nosso)

Enfim, foi dentro desse grande quadro de transformações aceleradas e desenvolvimento capitalista no âmbito do jornalismo que, dentro do catolicismo, desenvolveu-se um grande desconforto. As tradições estariam ameaçadas e, para impedir a degradação dos valores, seria necessário um maior desenvolvimento da imprensa católica. E foi no bojo da imprensa católica, mais especificamente no contexto da década de 1920, que tivemos o surgimento de O Centurião. A seguir, serão feitas algumas considerações sobre a imprensa católica e o centro da boa imprensa.

2.4. A imprensa católica segundo Desiderio Deschand: O Centro da Boa Imprensa

Os esforços para construir uma imprensa católica precedem a Proclamação da República. Contudo, foi apenas com o final do Segundo Reinado e o fim do padroado, que a Igreja conseguiu dar dinamismo a esse projeto, surgindo centenas de publicações ao longo de todo o país, a maioria de vida curta.

Neste sentido:

> É verdade que **o projeto de criação de uma imprensa católica não remonta ao contexto imediato de Proclamação da República; são bem mais antigas as iniciativas de se propagar meios de comunicação que pudessem vencer certo isolamento da Igreja nessa área**, sobretudo em relação às limitações impostas no tempo do Império.
> Foi, **contudo, somente a partir da separação Estado-Igreja que se deu início a um esforço sistemático de constituição de uma imprensa católica inspirada em estratégias organizacionais modernas de propaganda e distribuição de produtos, bem como preocupada em estabelecer conceitos e políticas que definissem um mundo social edificado sob fundamento católico.**
> De fato, o fim do império e a separação de Estado e Igreja no Brasil em 1890 estabeleceram para a hierarquia católica a necessidade de elaborar um projeto claro de auto representação, e uma decisiva tomada de posição quanto ao modelo religioso e político adotado para interpretar a nova realidade. Se por um lado, o estatuto jurídico do Estado republicano disposto na constituição de 1891, ao afirmar a neutralidade em matéria religiosa, colocava em pé de igualdade todas as confissões e desprestigiava o catolicismo hegemônico, por outro lado acenava com a possibilidade de plena liberdade de movimentos para a Igreja católica, desincumbindo a de ser um apêndice religioso da política ou de exercer um papel de repartição pública tal como observado no regime de padroado extinto pela República. O investimento em possíveis áreas de construção de uma política autônoma, tanto para responder ao Estado leigo, quanto para enfrentar a concorrência de outras crenças que desafiavam a igreja católica foi manifestado pelos bispos desde a emblemática pastoral coletiva de 19 de março de 1890. **Nesse documento pioneiro, dentre as práticas de eficácia figurava a urgência de criar e difundir a imprensa confessional, "a boa imprensa", que aparecia no dizer do episcopado como um meio de atalhar o quanto possível os estragos da imprensa ímpia..."** (GONÇALVES, 2008, p.64-65, grifo nosso)

Dada a antiguidade e vastidão do projeto nacional de imprensa da Igreja católica no Brasil, pretende-se fazer nesta seção apenas uma delimitação sobre o Centro da Boa Imprensa e o pensamento do padre Desiderio Deschand acerca dessa inciativa.

O Centro da Boa Imprensa, como já mencionado no capítulo 1 do nosso estudo, era o local de impressão de O Centurião. O padre Desiderio Deschand, ligado ao Centro da Boa Imprensa, foi um dos autores católicos citados pela UCM nesse seu primeiro periódico católico-militar. Daí porque nas diretrizes do Centro da Boa Imprensa podem ser encontradas ideias que influenciaram na composição de O Centurião.

Sendo assim, nas linhas a seguir será investigado o que foi este Centro da Boa Imprensa, quais eram os pensamentos estratégicos por trás dessa iniciativa e qual era o seu plano de ação. A obra de referência para o entendimento do Centro da Boa Imprensa intitula-se: "A situação atual da Igreja no Brasil", de 1910, com autoria pertencente ao padre Desiderio Deschand.

Nesse livro, Deschand escreveu um capítulo inteiro sobre a imprensa, no qual encontram-se reflexões acerca: da necessidade de uma imprensa católica, dos deveres

dos católicos em geral, dos deveres dos jornalistas católicos, do programa do Centro da Boa Imprensa e dos planos para formação de uma Liga da Boa Imprensa.

2.4.1. Da necessidade de uma imprensa católica

No que diz respeito à necessidade de uma imprensa católica, Deschand defendia que esta era uma arma insubstituível para que os católicos vencessem o combate ao qual estavam obrigados pelo seu patriotismo e consciência para promover a regeneração social do Brasil. Sem essa arma, não seria possível acordar as massas católicas, que, até então, assistiam inertes a uma série de ofensas. Tampouco seria possível derrubar o edifício anticristão construído pelo positivismo.

Se a imprensa tinha a sua importância amplamente reconhecida pelos governantes e homens de negócio a ponto de se recorrer à compra de apoio para se promover interesses, viabilizar o governo e garantir que a opinião pública desse suporte aos projetos em curso, para os Conservadores católicos existia, também, um adicional, ou seja, para estes era necessária uma imprensa alinhada com a sua visão de mundo, isto é, que incorporasse a percepção de uma batalha em curso, um binarismo, a luta entre Revolucionários e Contrarrevolucionários. Daí a necessidade de uma imprensa própria. Nota-se uma linguagem agressiva, bélica. A própria concepção de Deschand permitia perceber isto: a imprensa vista como uma arma e não como um meio. A arma seria necessária para se vencer um combate e derrubar o edifício anticristão, ou seja, uma arma para lutar e, também, destruir.

De acordo com Deschand (1910), a imprensa católica seria o alicerce para a fundação de um partido católico, o qual seria o instrumento para fazer desaparecer o ateísmo oficial e o ensino leigo. Esse ensino seria o responsável pelo banimento de Cristo do coração da infância.

A imprensa tradicional era vista como inimiga:

> **Quem, senão o jornal católico, defenderá a religião de tantos ataques que pela mesma imprensa lhe são movidos? Quem desmascarará tantas torpes maquinações contra ela tramadas pelos corsários do jornalismo ímpio?** Quem vergastará em público, como merecem, os desbriados forjadores de escândalos clericais? **Quem pregará ao pelourinho os cínicos malfeitores de gravata lavada que inundam nossa pátria de suas imundas elocubrações, que assumiram a triste tarefa de 143orrompe-la com o romance imoral, a poesia lasciva, o teatro e o cinematógrafo pornográfico, com a pregação do amor livre, do divórcio e de todas as torpezas?** (DESCHAND, 1910, p.211,grifo nosso)

Os católicos ultramontanos ou Conservadores/reacionários católicos queriam, não somente uma imprensa católica, mas toda uma indústria cultural católica. A moral católica justificaria a censura. A lógica do index, fruto da contrarreforma, ainda estava viva. Através da imprensa se complementaria o trabalho feito nas próprias igrejas porque:

> Há certas refutações que no púlpito sagrado não se podem fazer; em certos assuntos não convém ali entrar pelo respeito devido à donzela, à criança e à própria palavra de Deus. (DESCHAND, 1910, p. 211)

A linha editorial de O Centurião, alinhada aos princípios do Centro da Boa Imprensa, seguia uma lógica próxima do defendido por Deschand, ou seja, utilizava uma linguagem bélica, com referências a inimigos, a combates, a perigos e ameaças.

A imprensa era, também, um lugar de visibilidade, de prestígio social para os próprios católicos. Era esta a outra face da moeda da militância católica. Afinal:

> **Quem, senão o jornal católico espalhará pelo público notícias do grande movimento social e religioso que se opera em todo o mundo? Quem contará os triunfos notáveis de nossos irmãos na fé, em todos os países, no terreno político, no terreno das ciências, da caridade, das obras sociais, etc?** Nada mais próprio para revigorar a fé, despertar as energias do que nosso povo, do que o conhecimento das lutas e dos triunfos dos católicos, quer do Brasil, quer dos outros países. (DESCHAND, 1910, p. 212, grifo nosso)

A maçonaria seguiu sendo alvo em 1910. Não foi a toa que, em 1922, Jackson de Figueiredo e demais católicos tentaram associar Nilo Peçanha à maçonaria. A imprensa católica seria um meio de combater a maçonaria e políticos maçons:

> **Quem denunciará os planos pérfidos das seitas inimigas, da maçonaria, os atos sectários, as medidas anticristãs dos poderes federais ou estaduais? Só a imprensa poderá intimidar os autores de violências contra a fé católica: só ela levantará a opinião pública contra os que desejarem introduzir, na nossa legislação, leis perigosas ou imorais, como a do divórcio.** É inútil insistir mais neste assunto. Só um cego voluntário ainda não vê a absoluta necessidade da imprensa para a defesa da fé e da religião em nossos dias. Hoje é tão necessária à religião como a própria pregação da palavra de Deus, ou antes, é ela com uma forma nova, mas imprescindível, da evangelização pela palavra de Deus. (DESCHAND, 1910, p.212, grifo nosso)

2.4.2. Dos deveres dos católicos para com a imprensa

Segundo Desiderio Deschand, os católicos poderiam ajudar de dois modos. O modo negativo consistiria no boicote e na propaganda negativa, na não cooperação com os inimigos. Assim:

> **...recusando comprar, assinar a imprensa má, não lhe confiando anúncios, pois tudo isso é o mesmo que dar-lhe armas, recursos e prestígio para atacar a nossa fé e perverter as almas. O católico que cientemente assim favorece a má imprensa, comete um pecado e um pecado de si grave, porquanto coopera direta ou indiretamente, a um dos maiores males que a si mesmo ou aos outros possa fazer: a perversão do coração e a perda da fé**; e além disso, não há motivo que possa justificar tal apoio a folhas positivamente más. Pelo contrário, **o católico deve denunciar a seus amigos o perigo da leitura de tais folhas, deve-lhe apontar outros jornais bons, ou ao menos, favoráveis à religião**, que são tão bem redigidos como os maus, deve absolutamente fechar a tais jornais a porta do seu lar. Não é assim que procedem os ímpios para com nossos jornais? (DESCHAND, 1910, p. 216, grifo nosso)

Caso os católicos assim procedessem, Deschand previa que, em pouco tempo, a imprensa adversária perderia importância e poder, de maneira que os jornais neutros ou indiferentes à religião não demorariam para aderir às causas católicas. Para efetivar o boicote, o padre chegou a afirmar que, no Brasil, deveria se formar uma liga, tal qual estaria ocorrendo em outras nações. Os membros desta liga deveriam se comprometer a jamais ler jornais e revistas opostas à religião e à moral.

O modo positivo consistiria no dever de contribuição financeira para com as folhas católicas, ou seja, realizando assinaturas. Mas, não apenas isso. Os comerciantes e industriais católicos deveriam confiar a publicidade das suas "casas" apenas aos jornais católicos.

Outro dever seria o de escrever para os jornais católicos:

> Os católicos mais instruídos sejam solícitos em prestar ao jornal o concurso da sua colaboração, ao menos enviando notícias interessantes. **Hoje, todos devem ser de algum modo jornalistas, como de fato o são inúmeros e zelosos bispos, sacerdotes, magistrados, médicos, professores, estudantes**, etc. (DESCHAND, 1910, p. 217, grifo nosso)

2.4.3. O dever dos jornalistas católicos

Para Deschand (1910), os jornalistas católicos teriam o dever de fazer um jornal interessante, útil e adequado com os últimos avanços tecnológicos. O seu tom era crítico, no sentido de que as folhas católicas não estavam dotadas da variedade necessária para entreter o público.

Neste sentido:

> O que o leitor católico vai procurar no seu jornal são, não meditações e leituras piedosas que ele encontra à vontade nos livros místicos e manuais de piedade, mas sim **notícias sobre o movimento religioso no mundo, sobre os atos principais da administração do país, sobre seu movimento econômico, industrial e comercial. O leitor quer encontrar um romance honesto, mas interessante,** algumas leituras amenas, alguns versos, de vez em quando um estudo ligeiro sobre as descobertas científicas. **Muitos querem também ver numerosos anúncios, indicações úteis e tanto mais apreciam o jornal quanto mais lhes apresenta boas informações**, tem razão: nada prova melhor a força, o prestígio, e a prosperidade de um jornal do que o número de seus anúncios, fonte dos recursos materiais com que se faz a parte espiritual da folha. (DESCHAND, 1910, p. 219, grifo nosso)

Ser interessante e útil não impediria o jornal de ser considerado católico. Para Deschand, o que caracterizaria a catolicidade do jornal seria o atendimento a um determinado conjunto de requisitos: ter artigos de fundo religioso, dar notícias acerca do movimento católico existente no Brasil e no exterior, no modo de se referir aos atos da Santa Sé e à hierarquia católica e, também, na defesa da Igreja contra os seus inimigos e calúnias.

Observe-se o trecho a seguir:

> No mais, **seja, o jornal católico variado, completo, imparcial como disse, e não só viverá, mas logo será uma potência!** Poucas observações terminarão este artigo, ofereço-as aos denodados campeões do jornalismo católico no Brasil, pedindo-lhes encarecidamente que as atendam ... (DESCHAND, 1910, p. 220, grifo nosso)

No curto trecho acima, nota-se como já estava em vias de estabelecimento o já citado mito da objetividade, mencionado por Barbosa (2007, p.36-37) na seção anterior, quando tratamos da imprensa como um todo. Deschand desejava que o jornal católico estivesse em consonância com as transformações ocorridas no campo jornalístico, ou seja, que os jornais católicos estivessem atualizados para competir pelos leitores, que

estivessem adaptados ao utilitarismo crescente num contexto de modernização capitalista (DESCHAND,1910, p.210-212).

Por trás das propostas, existiam críticas implícitas. Quando se clamava por um jornal completo, interessante e útil, existia um pressuposto de que, segundo o autor, muitos daqueles jornais católicos, até então, eram chatos, entediantes, incompletos e inúteis. Vê-se um claro esforço de conciliação entre a agenda católica e o processo de modernização ocorrido na sociedade.

Por mais que o reacionarismo católico tivesse uma agenda crítica em relação ao mundo moderno, não deixou de incorporar alguns de seus valores, como o utilitarismo, a busca por entretenimento (através do pedido por romances honestos, mas interessantes) e valorização da ciência (afinal, de vez em quando, segundo Deschand, os jornais deveriam publicar estudos ligeiros sobre as descobertas científicas).

Para além das orientações conteudistas, o autor também fez algumas observações aos jornalistas católicos, as quais, na sua concepção, deveriam ser seguidas. Estudá-las nos permite refletir não somente acerca da estratégia católica no tocante ao mundo da imprensa, mas também notar algumas divergências no interior do movimento e as tentativas de ocultá-las. Assim, notar os dissensos no movimento católico é bastante difícil, uma vez que existe um grande esforço para demonstrar unidade e respeito às hierarquias. Desta maneira, numa linha ginzburgiana, é necessário buscar indícios destes conflitos e impasses.

A primeira observação de Deschand (1910) aos jornalistas católicos foi:

> **Antes de tudo, é preciso evitar entre os jornais católicos as lutas intestinas, as divisões, as controvérsias, ofensivas.** Sem dúvida, é impossível que na imensa variedade de assunto de que tem de se ocupar os jornalistas católicos, estejam sempre de acordo em tudo, mas a divergência de opiniões nunca deverá degenera em lutas apaixonadas nem dar ensejo a expressões violentas, a alusões ofensivas e ataques pessoais. **Nada mais triste, mais escandaloso e nocivo à magna causa da religião do que certas controvérsias que infelizmente se tem travado, sem reserva nem caridade, entre folhas católicas.** (DESCHAND, 1910, p. 220-221, grifo nosso)

No trecho acima, faz-se alusão a controvérsias e a ataques pessoais, mas não são fornecidos detalhes concretos acerca dos fatores a dividir as folhas católicas. Mas a segunda observação trouxe uma temática que causava divisão, trata-se da discussão sobre a fundação de um partido católico:

> Se é necessária a sujeição dos jornalistas católicos às doutrinas e direções dos pastores nas questões religiosas, não o é menos a sua unanimidade em sustentar e defender o programa e os candidatos do partido católico, logo que esteja regularmente organizado. **Grande será diante de Deus a responsabilidade dos que não quiserem e não souberem calar e sacrificar ao bem comum, ao triunfo da causa católica, suas preferências pessoais no terreno político e que, como mau exemplo da sua insubordinação aos chefes do partido, semearem a indisciplina nas fileiras católicas**. Como poderá pregar em seus artigos a disciplina, a união para o triunfo da causa, o jornalista que assim for exemplo vivo da rebelião e da discórdia? (DESCHAND, 1910, p. 221-222, grifo nosso)

É interessante que Deschand pregue a união e disciplina trazendo à tona uma questão que era motivo de dissenso entre os católicos. O autor tratou como consenso algo que não era consenso entre os católicos. Não se tratava de se obter uma unanimidade em torno de um programa ou de determinados candidatos. A constituição do próprio partido não encontrava convergência, tanto que o tal partido nunca surgiu. Este era um ponto de divisão entre os reacionários católicos que não puderam contar com uma benção oficial da Igreja em torno de um único partido. Parte dos reacionários católicos acabaram por fundar , na década de 1930, o Integralismo, o qual contou com o apoio de inúmeros católicos, mas não contou com uma benção oficial da Igreja.

Jackson de Figueiredo, em 1922, ou seja, 12 anos após a publicação da obra de Deschand mencionou a divergência em torno da criação de um partido católico. Talvez seja em função deste engajamento que Deschand, tenha um menor reconhecimento em torno da sua militância, se comparado com outros pensadores católicos.

Acerca da criação de um partido católico, Figueiredo expôs as divergências de forma mais clara que o padre francês:

> Mas – escreve-me alguém, a quem devo toda consideração – se se quer como católico, tomar atitude na política nacional, a primeira obrigação será bater-se pela criação de um partido católico; só assim teremos orientação segura, saberemos quem merece o nosso apoio".
>
> Em tese, não estou longe de pensar como o meu distinto amigo; dou, porém, ao meu pensamento, um complemento de autoridade, que parece falta ao seu.
>
> **O católico se distingue no mundo, justamente porque, do ponto de vista religioso, reconhece autoridade, no sentido mais rigoroso da palavra. Os chefes da Igreja são os seus bispos, e não nós pensadores, escritores, jornalistas, políticos, por mais autoridade que nos dê a firmeza da nossa crença ou a ilustração da nossa fé.**
>
> **Ora, o episcopado brasileiro, pelo menos, a sua maioria absoluta, jamais achou necessária, dentro do período republicano, a criação de um partido católico, nem mesmo deixou ver que teria o seu apoio um movimento neste sentido.**
>
> E serão argumentos sem valor, mesmo de um ponto de vista puramente humano, aqueles com que contraria as aspirações de um ou outro dos mais exaltados entre nós? Vejamos.

> Dizem os nossos bispos que o criador de um partido católico, num país em que não existe partido anti-católico, seria "ipso facto" o criador deste também. Que responder a um argumento assim tão claro e agudo, que quase se nos impõe com força de evidência?
> Dizem eles que, ao católico, o só rigoroso cumprimento dos seus deveres de Estado, bastaria para que no Brasil, tornasse impossível qualquer política de perseguição às suas crenças.
> De fato, a nós católicos, se pode dizer o mesmo que se pode dizer ao Exército Nacional: não é preciso que se constitua em partido e use mesmo das armas que lhe foram confiadas, para que exerça papel importante na vida política do país.
> ... dir-se-á, porém, que o indivíduo entregue, nesses domínios, exclusivamente à sua própria consciência individual, será como uma negação do católico, daquele que em qualquer terreno, que se ofereça à sua atividade, deve apresentar-se sempre como um homem que reconhece os benefícios da autoridade, do seu legítimo conselho, da sua mais segura orientação.
> Mas que nos ensina o catecismo, que ouvimos todos os dias dos nossos pastores? Que amemos Deus acima de todas as coisas – basta um tal mandamento para que saibamos que só nos merece confiança aquele que é francamente amigo de Deus e da sua religião. Todo o nosso código de moral política está aí resumido.
> **Só uma objeção ousaria contrapor, em teoria, à opinião geral dos nossos bispos. Não haverá, de fato, organizado, no Brasil, o pior dos partidos contra a religião, o partido do indiferentismo religioso, que é como que o laço de união de todos os grupilhos que corvejam sobre a nossa pátria? A um tal ceticismo, não seria obra digna de católicos opor forças organizadas pela fé? Eis o que deixo ficar sem resposta.** (FIGUEIREDO, 1922, p. 45-47, grifo nosso)

No trecho acima, Figueiredo, ao contrário de Deschand, expôs alguns dos motivos que justificariam a não formação de um partido católico: a oposição dos bispos, ou seja, da alta hierarquia católica, e o argumento embasador, que era a ideia de que um partido católico significaria o também o surgimento de um partido de oposição anti-católico. Neste ponto, Figueiredo ofereceu mais clareza ao seu leitor. Mas, os cuidados na redação do trecho acima também demonstram o quanto a questão da criação de um partido católico era delicada e passível de fortes divergências.

Se, por um lado, Figueiredo demonstrou que era necessário respeito e obediência para com a hierarquia católica, por outro lado, afirmou que não estava longe de pensar como o seu amigo defensor da criação de um partido católico. Inclusive, fechou a sua argumentação com um questionamento aos bispos, o que, de certo modo, mantinha a questão em aberto.

Outro ponto é que Figueiredo fez questão de manter o anonimato de seu amigo, numa obra em que vários de seus interlocutores já haviam sido citados. A opção pelo anonimato demonstra cautela, aponta o quanto aquela questão poderia suscitar oposição e antipatia no seio da hierarquia católica.

Outra possibilidade é que este amigo mencionado talvez nem existisse. É possível que tenha sido um truque retórico, para expor argumentos e questionamentos em favor do partido católico sem se desgastar frontalmente. Independente da existência ou não desse amigo ou da carta mencionada, o fato é que existia, na questão do partido uma divergência entre parte da militância e a hierarquia.

Acerca do apoio à criação de partidos católicos, vários Papas já haviam demonstrado o seu desagrado. Cornwell (1999) em "O Papa de Hitler: a história secreta de Pio XII", discorrendo sobre o Papa Pio X e sobre Pacelli (aquele que se tornou o Papa Pio XII), narrou:

> Pio X estava determinado a exercer uma primazia irrestrita sobre a Igreja como uma entidade doutrinária, legal e administrativa. Era essa a visão papal lúcida da total separação de soberanias: a Igreja com o papa em seu comando incontestável, o mundo mediado através do serviço diplomático papal e dos bispos. **A ideia influenciou a atitude de Pio X em relação aos partidos católicos na França, Itália e Alemanha. Ele não se importava com esses partidos porque não podia controla-los. Isso antecipava as futuras relações de Pacelli como os partidos políticos católicos nas décadas de 1920 e 1930.** Pio X disse numa ocasião sobre o Partido do Centro Católico Alemão, Zentrumspartei: "Não gosto dele porque é um partido católico". A declaração é ainda mais extraordinária porque Pio X tinha idade para recordar o papel desempenhado pelo Partido do Centro no combate à perseguição da Igreja católica na Alemanha de Bismarck, durante a década de 1870.
> (...)
> Pio X, no entanto, preferia a extinção de um partido católico, porque não podia conceber qualquer papel para o pluralismo leigo-clerical dentro da estrutura piramidal do poder papal. Num comentário sobre a visão do catolicismo político de Pio X, o historiador e jornalista Carlo Falconi escreve: "Primeiro ele acreditava que a mistura de política e religião era a mais híbrida e perigosa possível para a Igreja; segundo, porque , em geral, mais ainda naquela ocasião, eles (os partidos políticos) promoviam a participação de Padres na política; e, **por último, porque ele os considerava inúteis, porque os católicos sempre podiam procurar apoio para suas reivindicações religiosas dos partidos leigos favoráveis à Igreja, ou que pelo menos não lhe fossem hostis".** A opinião seria partilhada por Pacelli 20 depois, quando era cardeal-secretário de Estado e favoreceu uma Igreja dócil e quieta, colaborando com o Partido Nazista, em vez da permanência do Partido do Centro Católico, que constituía o obstáculo final de Hitler no caminho para a ditadura. (CORNWELL, 1999, p. 60-61, grifo nosso)

Vê-se, então, que Deschand, contraditoriamente, estava pedindo união e consenso ao mesmo tempo em que abordava uma questão era motivo dissenso entre os militantes do movimento católico. Mas, voltando às observações de Deschand aos jornalistas católicos, além do pedido para evitar grandes controvérsias e do pedido por apoio ao partido católico, solicitou a colaboração dos intelectuais católicos na função de escritores e um esforço para evitar a dispersão de forças. Sobre a dispersão de forças:

> Considerando a imensidade do território nacional e a consequente morosidade e dificuldade das comunicações, seria prejudicial à causa católica pretender que os esforços dos católicos tendam só a fortalecer e prestigiar a imprensa da Capital Federal. Deve haver, no Brasil, nas capitais dos principais estados como que centros secundários (o centro principal será o do Rio de Janeiro) de ação católica pela imprensa.
> **O que porém, fora, muito mais prejudicial ainda, seria a multiplicação exagerada das folhas católicas nas pequenas cidades e vilas do interior dos Estados.**
> **Estas folhas não podem, por força das circunstâncias, aspirar sequer a realizar o ideal de um jornal católico. Os serviços que podem prestar não compensam o desfalcamento de recursos e assinantes que ocasionam aos jornais mais bem aparelhados das capitais e cidades mais importantes.**
> Os católicos (sacerdotes ou leigos), que habitam o interior e desejam favorecer e espalhar a Boa Imprensa, em vez, pois, de consumir as suas energias e economias na fundação de minúsculos órgãos locais, façam propaganda ativa das folhas já existentes, mandando aos diretores destas correspondências com notícias locais ou artigos de colaboração. (DESCHAND, 1910, p. 222, grifo nosso)

Deschand colocou dois pontos relevantes no trecho acima. O primeiro, de caráter estratégico, diz respeito ao objetivo de não dispersar forças com a criação de órgãos de imprensa minúsculos, ou seja, o objetivo era o de canalizar forças para a criação de órgãos de imprensa de dimensões relevantes. O segundo ponto a ser observado é a sua afirmação acerca da necessidade de haver um Centro principal para a difusão da Boa Imprensa localizado no Rio de Janeiro. Nesse trecho em específico, o padre estava se referindo ao Centro da Boa Imprensa, isto é, ao órgão que, entre 1928 e 1929, foi o responsável pela impressão de O Centurião.

Pouco após referir-se ao Centro da Boa Imprensa, o padre Desiderio Deschand fez referência a algumas diretrizes e objetivos que deveriam ser seguidos por esta recém-criada instituição. Devemos destacar cinco pontos: a dimensão internacional, a busca por qualidade, a tentativa de formar convergências, a ação educativa e o fomento ao surgimento de novos jornais.

No que toca à dimensão internacional, estava no programa do Centro da Boa Imprensa:

> Servir de intermediário entre os ditos jornais e algumas agências, como a **Agence de la Presse Nouvelle**, 46 rue Notre Dame Des Victoires, Paris; **Bureau d'informations religieuses et sociales**, rue Richelieu, 60 , Paris; **o pressbureau do Pius Verein austríaco**; **os centros de informação do Augustinus Verein alemão**, etc. (DESCHAND, 1910, p. 225 ,grifo nosso)

No que diz respeito à busca da qualidade, constava:

> **Fazer escrever, mediante contrato, por jornalistas exímios e especialistas**, artigos de atualidade sobre assuntos sociais, apologéticos, etc., folhetins, apreciações bio e bibliográficas, resumos do movimento católico do exterior, correspondências parlamentares, etc., remetendo-os, na mesma data, aos jornais que para este fim concorrerem com a pequena contribuição mensal estabelecida; (DESCHAND,1910, p. 225, grifo nosso)

Quanto à tentativa de formar convergências:

> Pedir e transmitir com urgência informações seguras de acontecimentos importantes, para a defesa dos caluniados, etc., **e contribuir o mais possível para a união das vistas nas questões do dia**;
> (...)
> Manter relações com os secretariados das dioceses brasileiras; (DESCHAND, 1910, p. 225, grifo nosso)

Quanto à ação educativa:

> **Promover edições de bons romances, obras apologéticas e outros livros de sã literatura, originais e traduções;**
> **Ajudar a fundação de bibliotecas populares e circuitos de leitura, baseados em princípios cristãos**, remetendo-lhes gratuitamente bons livros;
> (...)
> **Promover congressos, reuniões, conferências e publicações que visem a propaganda** de seus fins;
> **Manter uma biblioteca** onde se possa haurir todas as informações necessárias. (DESCHAND, 1910, p. 226, grifo nosso)

Por fim, a fundação de novos jornais:

> Contribuir na medida de suas forças para a **fundação de novos jornais, para a formação de bons jornalistas e escritores** e para o socorro aos jornalistas católicos caídos na indigência; (DESCHAND, 1910, p. 226, grifo nosso)

Assim, constata-se que o Centro da Boa Imprensa surgiu, em 1910, com o propósito maior de oferecer uma estrutura para a difusão de uma imprensa católica pelo país. Mas, não se tratava de expansão pela expansão. Buscava-se uma expansão com qualidade, ambiciosa e adequada às rápidas transformações tecnológicas em curso pelo acelerado desenvolvimento capitalista das primeiras décadas do século XX.

Em 1928, dezoito anos após o surgimento do Centro da Boa Imprensa, ocorreu o nascimento de O Centurião. O órgão de divulgação da UCM contou com o apoio do Centro da Boa Imprensa para ser impresso com uma qualidade editorial que em nada devia aos demais jornais da época.

2.5- O Centurião: o primeiro periódico específico para a divulgação do reacionarismo católico militar

Em 1928, ocorreu a criação de O Centurião, o órgão oficial de divulgação das ideias da UCM. O diretor da publicação era o coronel Jorge Pinheiro e os seus principais redatores eram o coronel Benjamim Raphael da Fonseca e o capitão Paulo Joaquim Lopes (O CENTURIÃO, n.2, 1928, p. 1). Foram publicados doze exemplares, dos quais restam preservados apenas onze. O primeiro número está desaparecido.

Nesses onze exemplares existentes, encontram-se 127 artigos e mais de duas centenas de notas avulsas. O Centurião foi publicado entre 1928 e 1929. O seu fim, em 1929, deu-se por dificuldades financeiras para a manutenção do periódico (O CENTURIÃO, n.12, 1929, p. 5). Abaixo, está exposta uma tabela no qual se buscou discriminar as principais temáticas e colunas deste periódico:

O Centurião (1928-1929)							
-	Nomes das principais colunas jornalísticas publicadas em cada exemplar						
Temas	**N° 2**	**N° 3-4**	**N° 5-6**	**N° 7-8**	**N° 9**	**N° 10-11**	**N° 12**
Educação	Educação moral do soldado. Ciência e Fé.	Ciência e Fé.	Ciência e Fé.	Ciência e Fé.	Ciência e Fé. Escola de Desequilí-brio.	Ciência e Fé. Escola de Desequilíbrio	Ciência e Fé. Crucifixo é o livro instrutivo.
Comemorações e Novas Tradições	Páscoa dos militares. Adeus aos reservistas Natal na Polônia. De quando datam os primeiros presepes. Canção da infantaria.	Páscoa dos militares. O dia do soldado	Retiros Fechados	Retiros Fechados. Saudação à Bandeira	Páscoa dos militares. Benção das Espadas. Adeus aos Reservistas. Ordem do dia. (Semana santa)	Benção das Espadas	Adeus aos reservistas Um ano de existência (retiros fechados).
Assistência Religiosa	-	Recris-tianização do Exército.	Assist. Religiosa Recrist. do Exército.	Assist. Religiosa Recrist. do Exército	Recris-tianização do Exército.	Recris-tianização do Exército.	Recris-tianização do Exército.
Comunicação Interestadual	Correio dos Estados	Correio dos Estados	Correio dos Estados	Correio dos Estados	Correio dos Estados	Correio dos Estados	Correio dos Estados

	Nomes das principais colunas jornalísticas publicadas em cada exemplar						
Temas	**N°2**	**N°3-4**	**N°5-6**	**N°7-8**	**N°9**	**N°10-11**	**N°12**
Auto-promoção de O Centurião	Apelo. Nunca vi tanta fé em Israel.	Agra-deci-mentos.	Repre-sentantes de o centurião	Repre-sentantes de o centurião Sinete divino.	Revistas e Jornais.	Vitória. Represen-tantes de O Centurião.	Um ano de existência.
Histórias de cunho moralizante	Os três pupilos.	Os colonos. O destino do Homem. O homem Prudente. A vida.	O pão dos fortes. Como Deus nos fala. A onça, o veado e o macaco.	A origem dos homens. As três virtudes. A Cartilha. Insidioso artifício.	Amor fraterno.	O náufrago. Anhanga e o caçador.	Elefante furioso. O mosquito e o homem. O corneta da morte
Cenário internacional	-	A perse-guição Religiosa no México.	Real congre-ção militar.	De Atalaia. O papa e o femi-nismo. O livro de missa do soldado inglês.	Tópicos (França e as congre-gações)	Ensino na França.	A Questão Romana
Regulamento da UCM	-	-	Regula-mento.	-	Regula-mento	-	-
Honras a Santos	-	Virgem Maria. São Francisco de Assis. Os retratos de São Pedro e São Paulo.		Conceição de Maria e o nascimento de Cristo.	Repete-se no Brasil, o milagre dos estigmas de S.Francisco de Assis.	-	Nossa Senhora. As moscas de S. Narciso.

	Nomes das principais colunas jornalísticas publicadas em cada exemplar						
Temas	**N° 2**	**N°3-4**	**N°5-6**	**N°7-8**	**N°9**	**N°10-11**	**N°12**
Homenagens	Apelo (Coronel Eduardo Silva, Coronel Jorge Pinheiro, Coronel Benjamin da Fonseca)	S. Luiz, rei da França. Uma confe-rência do Sr. Caló-geras	Padre Madu-reira. Obrigado Del Prete. General Lamori-ciere. Welli-gton e os soldados católicos.	Confe-rência de São Maurício (Jackson de Figuei-redo) Por que desanimar? (Amoroso Lima, Barbosa Lima, prof° backheuser, Gustavo Barroso, Pandiá Calógeras)	Santa Missa em plena manobra (ao General Octavio Azeredo Coutinho)	Justa Homenagem (ao Coronel Augusto Eduardo da Silva, presidente da UCM)	Marechal Foch. Marechal Bocicaut.

Na tabela acima, foram discriminadas dez temáticas: educação, comemorações e novas tradições, assistência religiosa, comunicação interestadual, autopromoção de O Centurião, histórias de cunho moralizante, cenário internacional, regulamento da UCM, honras a santos e homenagens.

A temática educacional aparece contemplada mais explicitamente na colunas intituladas: Ciência e Fé (presente em todos os exemplares de O Centurião), Escola de desequilíbrio (presente em três exemplares), Crucifixo é o livro instrutivo e Educação moral do soldado. Entretanto, é preciso salientar que a temática educacional está difusa por quase todas as colunas de O Centurião. O tema “Histórias de cunho moralizante”, por exemplo, possui claro teor educativo, buscando através de parábolas transmitir a moral católica.

O segundo tema apontado na tabela é “Comemorações e Novas tradições”, representado por colunas que tratam do natal, da páscoa dos militares, do dia do soldado, dos retiros fechados, da semana santa, da saudação à bandeira e da cerimônia do adeus aos reservistas. Esta temática, onipresente em O Centurião, será alvo de estudo no capítulo seguinte, uma vez que a sua reincidência indica a aposta dos católicos-militares neste meio de transmissão de valores e promoção da unidade militar.

O terceiro tema, o retorno da assistência religiosa, foi abordado especificamente em quase todos os exemplares, com exceção do segundo exemplar. Contudo, assim como a temática educacional, foi referido de maneira transversal em todo o periódico, de maneira que em textos sobre comemorações foi possível encontrar parágrafos reforçando a necessidade do retorno da assistência religiosa.

O quarto tema, “Comunicação Interestadual”, aponta para o papel de O Centurião como um espaço de visibilidade e representatividade da comunidade católico-militar. As colunas intituladas como Correio dos Estados traziam notícias de unidades militares de todo o país e retratavam os eventos católicos efetuados por militares nas suas respectivas guarnições.

Os eventos retratados muitas vezes reforçaram o segundo tema apontado, ou seja, as “comemorações e novas tradições”, dando notícias do festejo da páscoa dos militares, da benção das espadas e da cerimônia do Adeus dos reservistas. Na seção Correio dos Estados também se dava notícias sobre a chegada de novos membros aos núcleos, assim como sobre a demanda por mais exemplares de O Centurião.

Desta forma, é possível perceber que O Correio dos Estados também funcionava como espécie de relatório sobre o trabalho efetuado pelos católicos-militares nas suas regiões. As iniciativas retratadas serviam como exemplo para os demais militares, o que provavelmente auxiliava na organização do movimento católico-militar.

O tema “autopromoção de O Centurião”, presente em todos os exemplares e, muitas vezes, em mais de uma coluna, aponta a necessidade constante que o periódico possuía de solicitar auxílio para a sua própria sobrevivência. Era também um espaço onde seus organizadores e redatores frisavam os seus esforços para a edificação do jornal.

A temática “Cenário internacional”, também presente em outros artigos, foi tratada especificamente em oito colunas. Nestas colunas buscava-se sinalizar para os perigos que o catolicismo estava enfrentando em lugares diversos como a França e o México. Mas, também se buscava transmitir a imagem de que o fenômeno de

catolicização das forças armadas progredia em outros países, o que, segundo O Centurião, deveria ser reproduzido no Brasil.

A temática “Regulamento” apareceu contemplada nos exemplares 5, 6 e 9. Contudo, ocupou muitas páginas para descrever todas as regras da associação. O tema “Honras a Santos” sinaliza que em O Centurião é possível notar algumas preferências em relação a alguns santos católicos.

Por fim, na última temática apontada na tabela, “Homenagens”, buscou-se chamar a atenção para o fato de que não foram poucas as colunas que se dedicaram a enaltecer determinados personagens históricos e alguns do tempo presente. Os personagens do então tempo presentes são indicativos das redes de sociabilidades, bem como do prestígio desfrutado por determinadas figuras dentro da associação (UCM). Destacaram-se logo no segundo exemplar: o Coronel Eduardo Silva (presidente da UCM), o coronel Jorge Pinheiro (diretor de O Centurião) e o coronel Benjamin da Fonseca (redator de O Centurião). Nos exemplares seguintes, receberam destaque: Pandiá Calógeras, Padre Madureira, padre Del Prete, general Octávio de Azeredo Coutinho, Gustavo Barroso e professor Backheuser.

A justificativa para o nome da revista (O Centurião) aparecia em uma citação repetida no sumário de todos os exemplares editados:

> ...é grande glória para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a divindade de Jesus Cristo, no calvário: “os que estavam de guarda com o Centurião diziam; Na verdade este era o filho de Deus! (Matheus, 27-54) (O CENTURIÃO, n.2, 1928, p. 1)

Como salientou Sepúlveda (2015), o fragmento de texto acima exemplifica de qual forma foi construída a base da relação entre a religião cristã e os militares. Um dos vínculos estava na crucificação.

Através de O Centurião se pode constatar os vínculos entre a UCM e a militância leiga católica. Exemplo disto é o fato desta revista ser impressa pelo Centro da Boa Imprensa. Essa relação entre O Centurião e O Centro da Boa Imprensa é uma das principais chaves de compreensão desse periódico.

O Centro da Boa Imprensa, como já se viu, foi um órgão de imprensa criado, em 1910, para reproduzir publicações católicas. Essa parceria explica a qualidade gráfica do periódico da UCM que, estando na capital federal, ou seja, num meio em que os

periódicos estavam se tornando empresas consolidadas e inseridas numa série de avanços técnicos, precisava atender a certas expectativas.

O material de O Centurião contava com fotografias, várias páginas e até alguns desenhos. Isso tudo sem exigir a compra dos exemplares. O Centurião se sustentava por colaboradores e doações voluntárias, enquanto os seus exemplares eram distribuídos ao seu público-alvo gratuitamente.

Outra forma de arrecadação efetivava-se através dos anúncios que buscavam os comerciantes interessados no mercado militar. Deve-se lembrar que, para o Centro da Boa Imprensa, o jornal católico deveria ter muitos anúncios para ser útil, grande e variado.

Assim, foram divulgados anúncios de seguro de vida, de remédio para tosse, de papelarias, Rádio (parcelado em 12 vezes, com estações que recebiam da América do Norte, Europa e Argentina), lâmpadas a gasolina, da Casa Coimbra (venda de uniformes civis e militares), Casa Odeon (Loteria), da Casa N. S. do Carmo (venda de artigos religiosos), Casa Gallo (calçados e chapéus), Bar e Restaurante Roma, Casa Raunier (alfaiate), Associação Militar do Brasil (Seção financeira para empréstimos e cartas de fiança, Seção Cooperativa para mercadorias e alfaiataria e seção de assistência para serviços médicos), Hotel Fluminense, Casa Sucena (artigos de moda e religiosos), Casa Matiy (fábrica de carimbos, placas de metal, gravuras, tintas para carimbos...), Drogaria Baptista, Elixir Trivis (fortificante contra fadiga, anemia...), Tipografia Celeste, Banco dos Funcionários Públicos e Livraria Católica.

Mas a associação com o Centro da Boa Imprensa não explica apenas questões técnicas, revelando, também, uma rede de sociabilidade na qual a UCM estava inserida. Assim, como já observado, um autor estreitamente vinculado ao Centro da Imprensa e citado nas páginas de O Centurião era o Padre Desiderio Deschand, cujas palavras esclarecem a visão de imprensa católica endossada pelos militares católicos.

Como já vimos, Deschand (1910) defendia a propagação da imprensa católica por vários motivos: defender a religião de ataques, levantar a maioria católica do seu torpor e promover a regeneração social do Brasil. A imprensa católica era apresentada como um meio para derrubar o edifício anticristão erguido pelo positivismo, combater o ateísmo oficial que baniu Cristo das instituições públicas e derrotar o ensino leigo que estaria banindo Cristo do coração da infância.

Somente jornais católicos espalhariam notícias do grande movimento social e religioso que se operava em todo o mundo para o grande público. Sem a imprensa não

seria possível “intimidar os autores de violências contra a fé católica, levantando a opinião pública contra os que planejavam introduzir na nossa legislação leis imorais” (DESCHAND, 1910, p.212), como a do divórcio.

Segundo Deschand (1910), o povo de seu tempo só formaria as suas opiniões e regularia a sua vida segundo a leitura cotidiana dos jornais. O jornal se destinaria a esclarecer e fazer voltar a fé aos espíritos e, por isso, seria tão necessário quanto fundar uma Igreja, porque não haveria pregação que resistisse aos efeitos de uma má imprensa. Para o padre, as únicas armas que contavam nas lutas modernas eram a caderneta de eleitor e o jornal. Portanto, aos católicos caberia boicotar a imprensa má e doar dinheiro para os jornais católicos.

Acrescente-se ao exposto por Deschand, o já mencionado sobre Jackson de Figueiredo acerca do surgimento da UCM, ou seja, O Centurião inseria-se, também, no propósito de combater o comunismo e os maus militares, os tenentes. Jackson de Figueiredo, chefe da censura no governo Arthur Bernardes e apontado, nas páginas de O Centurião, como o grande mestre dos católicos brasileiros, era bem ilustrativo acerca do papel desempenhado pela Igreja e seus colaboradores: por um lado apoiava a repressão e a censura sobre os seus adversários, e, por outro, buscava incessantemente expandir a sua visão de mundo.

Assim, enquanto o governo censurava a Imprensa, fosse no governo Bernardes, fosse no governo Washington Luís, a UCM e O Centurião funcionavam como um aparelho de hegemonia a difundir, no âmbito das forças armadas, um ideário conservador/reacionário e anti-laico.

Quanto à relevância quantitativa de O Centurião, não foi possível obter dados exatos quanto à sua tiragem. Mas a multiplicação de núcleos da UCM e os pedidos por exemplares são indícios da sua forte dimensão dentro do Exército. Em primeiro lugar, a sua dimensão era nacional, chegando a todas as regiões e a vários Estados e Municípios. Em segundo lugar, deve-se considerar a forma de leitura. Entende-se que O Centurião ficava à disposição nos núcleos, ou seja, um único exemplar era provavelmente lido por vários membros.

Coube destaque para os apoiadores pioneiros ainda na terceira edição: o colégio Militar de Porto Alegre, com 11 assinaturas; o 23° B.C. de Fortaleza, com 22 assinaturas; o primeiro B.C. de Petrópolis, com mais 11 assinaturas e o 1 RAM, com mais 11 assinaturas.

Na quinta edição, já havia 21 Representantes de O Centurião espalhados pelo País e empenhados na sua divulgação. Eis os locais dotados de representantes: **1**-1° B.C. Petrópolis **2**- 20° B.C. Maceió **3**- 14° B.C. Florianópolis **4**- Colégio Militar de Porto Alegre **5**- 4° G.A.C. Obidos **6**- 1 R.A.M. Vila Militar **7**- 27°B.C. Manaus **8**- 2ªBDA Capital federal **9**- 2° B.C. Niterói **10**- 1°GAP Capital Federal **11**- 2° RAM Curato de Santa Cruz **12**- 26° B.C. Pará **13**- 3° R.I. **14**- 23°B.C. Ceará **15**- Colégio Militar Ceará **16**- Q.G. 7ª R.M. **17**- 7° R.I. Santa Maria **18**- Q.G. Da Polícia militar **19**- Forte da Lage **20**- Forte de Copacabana **21**- Fortaleza de Santa Cruz **22**- Força Pública de São Paulo. **23**- Corpo de Bombeiros do Distrito Federal **24**- Colégio Militar da Capital Federal **25**- 13° R.I. Ponta Grossa.

Ao longo dos demais exemplares, aos poucos, foram publicadas notícias do surgimento de novos núcleos da U.C.M., indicando a expansão da associação e, por conseguinte, de O Centurião. Nos exemplares 5, 6, e 9 de O Centurião parte do espaço foi destinada à divulgação do Regulamento da UCM. Segundo o documento, a UCM possuía nove fins:

> Art.1 – A União Católica Militar é uma associação brasileira de militares católicos, que se propõe os seguintes fins:
> A) – Associar os católicos do Exército e tropas similares, unindo-os segundo a divisa – "Por Deus e pela Pátria".
> B) – Difundir a instrução religiosa; firmar a convicção dos seus associados pelo estudo e conhecimento da doutrina católica, tornando-a consciente e livremente aceita, para que persuadidos dos princípios que abraçam, possam dar a razão de sua fé.
> C) - Estimular a instrução geral, a cultura física, a formação do caráter e do sentimento do soldado brasileiro.
> D) - Professar e propagar o amor da Pátria, o devotamento ao serviço público, a honestidade pessoal e profissional e as demais virtudes de patriota e de soldado.
> E) - Amar e fazer amar o Exército, como esteio da Nação; dignificar a farda; estimular o serviço militar.
> F) – Professar e propagar em todos os recantos da Pátria a fidelidade entranhada às leis, poderes e autoridades constituídas, a exemplo de S. Maurício e do Duque de Caxias, grandes patronos da UCM. (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, p. 10)

O supracitado regulamento da UCM, diz respeito não somente à UCM propriamente dita, mas, também, sinalizou para objetivos a serem supostamente seguidos no seu órgão de divulgação, O Centurião.

A finalidade número (1), apontou o caráter amplo atribuído à UCM, ou seja, não busca congregar apenas militares vinculados ao Exército, mas, também, militares de outras forças. Essa finalidade, ao menos nos anos iniciais da UCM, foi parcialmente

atingida. As notícias de militares católicos de outras forças foram significativas, mas a hegemonia estava muito claramente no campo do Exército, ao menos, nos anos de publicação de O Centurião. O crescimento do alcance da UCM para as demais forças armadas pode ser observado de maneira mais significativa em outros periódicos pertencentes à UCM, editados após o fim de O Centurião como em: O Bom Soldado e O Bom Militar.

Os objetivos 2, 3, 4 e 5 do regulamento apontavam o primordial caráter pedagógico que revestia a UCM, visando à difusão da instrução religiosa católica, à propagação do nacionalismo e à modelação das virtudes morais desejadas para o seu ideal de soldado. Esse lado educativo, inclusive, estava em consonância com o previsto no Centro da Boa Imprensa.

Assim, de maneira propedêutica, foi possível observar acima alguns dos alicerces que embasavam O Centurião: agregar militares de todas as forças e promover uma instrução cívico-religiosa.

Quanto ao último objetivo citado, o de número 6, este dizia respeito à finalidade política da UCM, a qual já foi exposta ao longo do capítulo 1: promover a obediência às autoridades. O contexto de formulação e divulgação dessa finalidade era o período em que o Exército se via confrontado pelo movimento tenentista. Todos os cinco objetivos supracitados estavam em consonância com este sexto fim.

Na alínea F (sexta finalidade), também foram mencionados os patronos da UCM: São Maurício e Duque de Caxias. O primeiro representando a Igreja e o segundo, as forças armadas.

2.6. A Conferência de São Maurício e as origens da União Católica Militar em 1917

A escolha de São Maurício como patrono é significativa, por também indicar um grupo que foi predominante nos primeiros anos da UCM, ou melhor, se não for possível determinar que foi o predominante, pelo menos se pode afirmar que estava entre os mais influentes, ou seja, deste grupo, saíram presidentes da UCM, dentre outros personagens de destaque dentro da associação.

Trata-se dos “mauricianos”, isto é, os pertencentes a Conferência de São Maurício, uma espécie de associação vicentina que agregava militares católicos pertencentes a Escola Militar do Realengo, ou seja, o nome “Conferência” não diz

respeito a um evento, mas a uma instituição religiosa que, inclusive, existe até os dias de hoje, localizada na Academia Militar das Agulhas Negras.

Primeiramente, quem foi São Maurício? Foi um militar romano de origem egípcia que comandava a chamada legião tebana do exército romano. Esse grupo era cristão e recusou-se a participar dos rituais em homenagem aos deuses romanos. Em razão dessa recusa, o grupo foi executado pelos militares romanos. Diz-se que não houve resistência por parte dos executados. Desta forma, São Maurício tornou-se um mártir, interpretado como alguém que simboliza, ao mesmo tempo, a fé católica e a obediência militar, uma vez que teria exortado aos seus comandados para não resistirem ao comando da execução.

A escolha de São Maurício como patrono da UCM era sinal da influência dos "mauricianos" na associação católica militar. Os mauricianos eram os integrantes da Conferência de São Maurício, uma sociedade vicentina, surgida em 1917, na Escola Militar do Realengo (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, p.20).

Esse grupo foi retratado nos periódicos católico-militares como tendo sido bastante ativo e fundamental na edificação da União Católica Militar, ao longo dos anos de 1920, 1930 e 1940.

Eis um trecho do discurso do cadete S. Sombra, presidente da Conferência de São Maurício, publicado em O Centurião, em 1928:

> Assim, nesta solenidade, a Conferência recepciona 14 novos confrades – seiva generosa e fecunda que vem estimular seu corpo temperado nas ásperas lutas pelos ideais que nortearam os seus fundadores.
> (...)
> Sede bem-vinda, mocidade sadia e corajosa, sede bem-vinda, mocidade, aurora de amanhã nesta época de degenerescência moral, porque passa a humanidade. Nós, os que orientamos a Conferência de hoje, cremos que vós a orienteis amanhã. Perlustraremos convosco na intimidade das nossas reuniões, a história das dores e alegrias da Conferência.
> (...)
> Pela força dos fatores de ordem histórica e ambiencial que se lhes opunham, a fundação da Conferência de São Maurício dos Cadetes católicos da Escola Militar foi a mais empolgante expressão reacionária católica desde o angustioso alarme de D. Leme em Olinda. E como tal ela tem procurado colaborar, por um profundo intercâmbio, com outras sociedades que são, no momento, figuras de reação no ambiente nacional.
>
> É para a existência e eficácia desse intercâmbio que tenho orientado os meus melhores esforços, pois, sendo como somos a elite da força conservadora, por excelência, do Estado e católicos não poderemos deixar de nos unir aos que combatem forças subversivas, os princípios anárquicos que pretendem implantar-se entre nós. E para que possamos combater a anarquia em todas as suas manifestações procuramos desenvolver nossa cultura religiosa na orientação ditada pelos mestres do reacionarismo católico. Entre

> estes, Jackson de Figueiredo – expressão mais alta em nossa terra – tem sido o guia precioso de todo momento. (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, p. 20)

A Escola Militar do Realengo foi fundada em 1913, alguns anos após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha. A criação de uma escola militar no longínquo subúrbio de Realengo tinha por objetivo distanciar os militares em formação das efervescências políticas da capital. A despolitização almejada não foi plenamente obtida, uma vez que inúmeros episódios de revoltas ocorreram na referida escola. Muitos dos que lá passaram, inclusive, aderiram ao tenentismo.

Mas, o insucesso não foi total. A supracitada Conferência de São Maurício constituiu-se num foco de conservadorismo religioso dentro da referida escola. Muitos de seus membros foram entusiastas da UCM. Entretanto, não se está a afirmar que todos os membros da Conferência se mantiveram indubitavelmente conservadores e submissos a hierarquia militar. Juarez Távora, por exemplo, foi membro da Conferência e posteriormente um tenentista de relevo.

Também não se pode dizer que todos os membros da Conferência estavam ideologicamente afinados porque muitos fatores poderiam levar um militar a se filiar a Conferência. A título de exemplo, consta abaixo um relato efetuado em 22 de setembro de 1940 e publicado em O Bom Soldado em 1941, sobre as circunstâncias da fundação da Conferência em 1917:

> Desejando criar entre eles uma obra que lhes fortalecesse a fé e desenvolvesse um clima propício à prática de sua piedade, é que os alunos católicos da Escola Militar, chefiados por Mario Braga, de grata e saudosa memória, Paulo Correia e Barreto Lins (que nos dá a honra de sua presença nesta solenidade), resolveram filiar-se à sociedade de São Vicente de Paulo, fundando, a 24 de junho de 1917, a Conferência de São Maurício.
> Antes, porém, tiveram um ano de trabalho e preparação. Mais forte era, naquele tempo, a onda de materialismo, que avassalava a classe média, espargida que fora, aos quatro ventos, nos primórdios da República. Nessa época de preparação, um acontecimento, lamentável mesmo, se verifica na vida escolar, concorrendo, paradoxalmente, para a fundação da "Conferência" que tantos benefícios e graças tem prodigalizado aos seus membros e aos infelizes que ela tem socorrido e assistido.
> Num dia de reuniões, um cadete de disciplina, por certo, pouco severa, comprara um bilhete de jogo clandestino. A sorte correra e o bilhete fora premiado com vultosa quantia. O felizardo, naturalmente, se encaminhou pressuroso para o banqueiro, a fim de receber o gordo prêmio de seus augúrios. Este, porém, se nega a pagá-lo e violenta altercação se inicia entre o jovem militar e o banqueiro. O cadete, enfurecido, trepa no balcão e se dispõe a fazer valer os seus direitos. O desonesto organizador do jogo empunha, então, um revólver e dispara um tiro, que vai atingir o cadete, que tomba. Há uma agitação geral e os colegas do rapaz ferido, ao vê-lo com as vestes enrubescidas de sangue a delatarem o ocorrido, avançam furiosamente contra

> o criminoso. Invadem-lhe a casa comercial, lançam as prateleiras por terra, depredam tudo e tentam linchar, a todo custo, o banqueiro de má fé.
> Aparece então, providencialmente, um oficial do Exército, que afasta os exaltados e salva a vida do comerciante. O oficial de dia à Escola Militar toma conhecimento do fato e, imediatamente, expede patrulhas e fecha o portão da Escola. Seria fácil, assim apanhar todos que se encontravam fora do quartel e, no meio deles, identificar os agitadores da tranquila e monótona ordem do Realengo.
> Sobrevinda a reflexão, os imprudentes rapazes pensam no que praticaram e veem a situação difícil em que se encontram. Um, então, se lembra que aquela hora, estaria, ainda, em reunião a Conferência de São Maurício. Correm todos para o local de sessão e assistem aos atos finais. Dada a gravidade do ocorrido, o bom padre Miguel fornece, ao presidente da Conferência em preparação, a relação nominal dos cadetes que compareceram à reunião, e , portanto não poderiam ter participado da agitação havida. E entre os nomes, figuravam os daqueles mauricianos de última hora.
> A conferência que, então, lutava contra a falta de candidatos, aquele dia teve decuplicado o número dos seus participantes. O acaso imprevisto levou os novos companheiros. Às reuniões seguintes, a maioria deles compareceu, demonstrando a índole boa que os animava a todos e a sua nobreza de caráter...
> (...)
> Hoje, a Conferência conta com frequência efetiva de, aproximadamente, meia centena de confrades e, nesta reunião especial em honra de nosso grande patrono, queremos afirmar, aos antigos mauricianos, que formamos, na Escola Militar uma nova Legião Tebana, dispostos a nenhum sacrifício regatear pela recristianização do Exército. (O BOM SOLDADO, n.12,1941, p. 1-2)

Conforme se pode observar acima, múltiplos são os fatores que podem interferir e concorrer para que uma determinada pessoa se filie a uma determinada associação. No caso acima, um grupo de cadetes se juntou à Conferência para escapar de uma punição disciplinar. Mas, por que retornaram para as reuniões seguintes? Afinidade ideológica? Interesse profissional? Busca de conforto em meio às agruras do internato militar? Busca por assistência econômica? É difícil definir, mas a história acima descrita salienta a força do acaso e nos faz perceber as complexidades inerentes ao fenômeno de associar-se a um determinado grupo.

O dia 22 de setembro, data do patrono da UCM, foi frequentemente comemorado e relatado nos periódicos da UCM, com destaque para os mauricianos. Nos relatos sobre essas datas festivas, muitas lembranças eram evocadas e alguns personagens importantes para união entre a Cruz e a Espada vinham à luz. No caso da Conferência de São Maurício, a figura do Padre Miguel de Santa Maria Mochon, que inclusive inspirou o nome de um bairro carioca, o bairro de Padre Miguel na zona oeste, tem um relevo fundamental como se pode constatar a seguir:

> A Primeira Benção das Espadas

Que era o Realengo de há cerca de 30 anos? Um subúrbio pobre, atrasado, metido na planície arenosa entre a serra do Barata e o Gericinó selvático. A meia distância entre o Bangu – cortiço de operários, e Vila Militar – enxame de soldados, Realengo era sede da Escola Militar e da fábrica de cartuchos. Tais circunstâncias faziam de Realengo um agrupamento de aldeolas, povoadas de lavadeiras, de trabalhadores de humilde condição, de famílias pobres e de indigentes, que encontravam sítios vagos onde podiam erguer as esteiras de uma palhoça e refestelar-se com as sobras de boia do rancho dos quarteis.
Entre esses cambiantes da natureza e das gentes, uma figura exótica e notável ali se instalara por trás da velha sacristia local. Era o Vigário, Padre Miguel, um herói da virtude, mal compreendido, quase a pregar no deserto. Ainda não fazia muito o único sinal de religião local era a antiga igrejinha da Conceição, postada no largo do tanque, em meio ao capinzal, deserta de almas, sem cura, e onde faziam morada as andorinhas.
(...)
Nas festas da Igreja, viam-se poucos homens de gravata e, muitas velhas devotas. Mas a turma das lavadeiras e do pobrerio lá estava. Era a gente do Padre Miguel. Os cadetes apareciam, de relance, nas quermesses, minutos antes da revista, para escamotear mariolas dos taboleiros das baianas e fazer graçolas às coristas.
Esse era o Realengo de então. Mas um dia surgiu uma ocorrência estranha. Alguns cadetes – minoria arrojada – o Costa Braga, os dois irmãos Távoras, (...), o Barreto Lins, o Santos Dias, o Suzine e uns poucos mais, resolveram fundar uma conferência vicentina. Já se vê aí o arrojo desse tempo, tocado às raias do paradoxo – mocidade galhofeira dar-se a coisas graves e devotas.
Havia dois impulsos heroicos nessa empresa. Um, de aspecto humanitário, leva magros níqueis do soldo a pobreza que era muita. O outro motivo importante – que só entrava na telha de homens de fé, que eram raros – dizia respeito ao Padre Miguel, novo cura D'ars daquela humilde freguesia. O ardoroso Vigário, pequenino e magro, multiplicava-se em perpétua dedicação àquele povo. Horas inteiras, de dia e de noite, passava no barracão ao lado da Igreja, lecionando a pequenada. E para poder atender aos chamados dos doentes – fosse a que hora fosse – e ao serviço de extremo a extremo da paroquia a assistir, mais com o coração que com as posses, aquela misera gentinha.
O Padrezinho, mesmo assim, era objeto da galhofa – até nos canaviais. A cadetada não lhe poupava a costumeira assuada, quando ele cruzava uma rua ou apontava na curva de um caminho a cavalgar o magro pelungo, dos tais que eram postos a leilão pelo regimento, com baixa no serviço. O Padre Miguel curtia um mau bocado nas horas em que a rapaziada estava solta. Tinha que espicaçar o lerdo matungo e agarrar-se ao Santo Antônio quando se via surpreendido por uma delirante vaia dos cadetes...
(...)
Foi preciso que sobreviesse a gripe espanhola no ano seguinte para que o Realengo em peso e a escola dos cadetes visse este espetáculo surpreendente: o Padre Miguel engajar-se a fundo, dia e noite, durante um mês, na luta contra o terrível flagelo. Ficou imune é certo, mercê da caridade, tão só para dar-se ao cuidado dos que foram atingidos, e eram às centenas. Ele fez-se tudo, enfermeiro, estafeta em busca de remédios, provisor de alimentos, assistente de moribundos, etc. Só não foi coveiro, porque os vivos não lhe deram folga. E quando, após a gripe, também caiu, não da epidemia, mas de estafa, minado pela fadiga, então a nossa gente mostrou que sabe contramarchar à direita, quando é preciso, do sentido do ridículo para a admiração e o aplauso: cadetada em peso e o povo graúdo prestaram-lhe uma homenagem tal que, então sim, ele esteve a pique de embarcar para o Murundú (Cemitério do Realengo).
Isso foi em 1918. Mas em 1917 essa partida ainda não estava ganha. Voltemos a página. Foi naquele ambiente desfavorável que se fundou o

> Núcleo Vicentino da Escola Militar... (O BOM SOLDADO, n. 24, 1944, p. 1-2)

O fragmento acima é de autoria do General Silveira de Melo. O texto é de junho de 1944 e neste rememorava-se os precedentes da fundação da Conferência de São Maurício em 1917. O foco da narrativa buscava demonstrar como era Realengo, o papel do Padre Miguel e a cerimônia da Benção das Espadas.

Quanto ao bairro de Realengo, sede da Escola Militar, conforme já pontuado, pode-se constatar mais vivamente o isolamento que foi imposto aos cadetes militares. O objetivo era a despolitização.

Em relação à cerimônia da Benção das Espadas, parte dos membros da Conferência participaram de um ritual formal com a participação de padres convidados na Igreja de Santo Inácio. Não foi utilizada a capela de Realengo por esta ser bastante humilde. Esse evento, realizado em 1917, primeiro ano da associação dos mauricianos, tornou-se uma tradição da UCM frequentemente relatada nas páginas de O Centurião. A sua relevância era tamanha que uma destas cerimônias de benção das armas, ocorrida em 1922, em meio às comemorações do centenário da independência, é tida como o marco inicial do surgimento da UCM.

No que diz respeito ao Padre Miguel, é interessante notar o trabalho de longa data que vinha sendo feito pela Igreja no sentido de buscar uma aproximação com os militares. O supracitado padre foi mencionado inúmeras vezes em periódicos da UCM como sendo alguém cujo apoio foi fundamental para a edificação da Conferência, fosse pelas orientações constantes aos cadetes, fosse pela organização de cerimônias, fosse por ter convidado outros religiosos para palestrar.

Juarez Távora, um dos participantes do movimento tenentista, também foi membro da Conferência de São Maurício. Ao longo da década de 1930 e 1940 foi citado frequentemente como partícipe de atos promovidos pela UCM. No primeiro volume do seu livro de memórias (Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano) a Conferência de São Maurício, o Padre Miguel e a gripe espanhola são lembrados:

> Durante o ano de 1917, alguns cadetes católicos, atendendo à sugestão do pároco do Realengo, Padre Miguel de Santa Maria Muchon, decidiram fundar uma Conferência Vicentina, que recebeu o nome de São Maurício, Centurião Romano e mártir cristão. Dela participamos, Fernando e eu, desde a sua fundação. Éramos, inicialmente, pouco mais de uma dúzia de confrades, que, animados pelo espírito apostólico do Padre Miguel, resolvêramos manter-nos fiéis à prática de nossa fé religiosa, em contraposição à indiferença ou à hostilidade imperantes no meio escolar; e também, tentar, por nosso exemplo,

> reconduzir outros cadetes, que eram ou haviam sido católicos, ao bom aprisco cristão.
> A tarefa não foi fácil. Éramos ridicularizados, inicialmente, por pequeno grupo de agnósticos impenitentes, cuja intolerância se manifestava até por atos desatenciosos, durante a celebração da santa missa, na pequena Igreja do Realengo. Era mister possuir os dons de mansidão e a paciência do Padre Miguel para não desesperar. Esse exemplo de resignação nos edificava e dava forças para prosseguir na missão vicentina, que ele nos confiara, junto às famílias pobres do Realengo.
> Para esclarecer-nos e, ao mesmo tempo, abrir oportunidade a todos os cadetes da Escola de ambientar-se na doutrina católica, conseguiu o Padre Miguel que o Cônego Resende, excelente orador sacro, fizesse uma série de conferências, com títulos sugestivos, no cinema paroquial, franqueando-lhes a entrada. Participaram, também, dessa série de palestras, embora esporadicamente, o Padre Natuzzi, professor do Colégio Santo Inácio, e Dom Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá.
> Essas conferências despertaram bastante curiosidade entre os cadetes, em geral; e concorreram para modificar, de alguma forma, o ambiente de ateísmo e indiferença religiosa reinante, tradicionalmente na Escola Militar. Mas somente um ano mais tarde, durante o surto epidêmico da gripe espanhola, em que o Padre Miguel, ajudado pelos confrades de S. Vicente de Paulo – inclusive os da Conferência de São Maurício – excedeu-se a si mesmo em espírito de caridade cristã, a Escola começaria a impressionar-se com aquele movimento religioso, inclinando-se a apoia-lo, ou , pelo menos, a respeitá-lo. (TÁVORA; 1973, p.86-87)

O relato de Távora (1973) é similar aos demais supracitados: menciona as dificuldades para a instalação da Conferência e a importância do Padre Miguel. A gripe espanhola e as vicissitudes decorrentes desta acabaram abrindo caminho para que, através da caridade e assistência, o catolicismo pudesse penetrar com mais força e legitimidade na Escola.

Mas, como se viu no regulamento da UCM publicado em O Centurião, eram dois os patronos da associação: São Maurício e Duque de Caxias. Uma vez que já se contextualizou a importância de São Maurício, é importante fazer algumas considerações sobre o culto a Caxias, ou melhor, do papel da UCM e seus periódicos na promoção do culto a Caxias.

2.7- A contribuição dos católico-militares no estabelecimento do culto a Caxias através de O Centurião

Em primeiro lugar, retomando um ponto já colocado no primeiro capítulo desta tese, é importante frisar que a UCM fez parte de um projeto disciplinar para promover a unidade do Exército em meio às turbulências tenentistas. O projeto de reaproximar Igreja e Exército existia por parte da primeira desde a Constituição de 1891, ou seja, o fim da assistência religiosa não foi bem recebido pelo clero.

E a insatisfação permaneceu. Como vimos, em 1910, o padre Desiderio Deschand protestava contra o afastamento entre Exército e Igreja. Dom Leme, em 1916, também. Padre Miguel, em 1917, trabalhava por esta reaproximação na Escola do Realengo.

Contudo, este projeto da Igreja somente encontrou amplo acolhimento no meio militar, entre as mais altas patentes, na década de 1920. Contou também com o apoio do então ministro da Guerra de Epitácio Pessoa, Pandiá Calógeras. O culto católico era visto por alguns como um meio de obter obediência. Jackson de Figueiredo, intelectual católico de maior visibilidade nos anos 1920, incentivou a União Católica Militar (UCM), palestrou em meios militares e era amigo dos mauricianos.

Em O Centurião, é nítida a tentativa de oferecer uma leitura da história nacional que estivesse em consonância com esse projeto disciplinar. Fez-se e propagou-se então uma leitura conservadora/reacionária da história do País, uma determinada série de tradições (que serão melhor exploradas mais adiante), gostos e repulsas.

Por "conservadora/reacionária", leia-se uma leitura influenciada pelo Conservadorismo político que influenciou os intelectuais católicos brasileiros, ou seja, influenciada pelas ideias (já descritas neste trabalho) de Edmund Burke e Joseph de Maistre.

Nesse tipo de visão histórica, buscava-se a valorização das tradições. Nesse aspecto, abria-se espaço para o culto aos grandes feitos que teriam sido viabilizados pela Igreja católica e, também, aos grandes heróis militares. Caxias se enquadrava nessa perspectiva, porque seria apresentado, não somente como um militar valoroso, mas, também, como católico praticante.

Nesta seara, é interessante dialogar com Castro (2000). Este autor, num artigo intitulado "Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro", discutiu a construção do culto a Caxias. Nas suas palavras:

> Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias, é oficialmente cultuado como "Patrono do Exército". No dia de seu nascimento, 25 de agosto, celebra-se o dia do soldado. **Entretanto, Caxias morreu em 1880 e só em 1923 o Exército passou a cultuá-lo oficialmente.** Durante quatro décadas, a principal comemoração militar brasileira ocorria no aniversário da batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), a maior da Guerra do Paraguai, tendo em Manuel Luís Osório (1808-1879), comandante das forças brasileiras, seu principal herói. **A partir da introdução do "culto a Caxias" em 1923, nas décadas seguintes ocorreu a substituição de Osório por Caxias como modelo ideal do soldado brasileiro**. (CASTRO, 2000, p. 103, grifo nosso)

Caxias, falecido em 1880, ficou razoavelmente esquecido até que, em 1923, começou a ser cultuado. Quais interesses governaram esse processo? Quais atores concorreram para esse processo, que colocou Caxias como o grande objeto do culto militar e relegou Osório a um plano secundário?

Para Castro (2000), o culto a Caxias fez parte de um processo de reorganização simbólica, de uma "invenção" de uma nova identidade para o Exército:

> As décadas de 1920 e 30 foram conturbadas para o Exército brasileiro. Todo o período foi marcado por profundas divisões no interior da instituição, já visíveis desde o golpe de 1889 e os primeiros anos da República. Nos anos 20, essas divergências levaram a uma série de revoltas tenentistas- 1922, 1924, Coluna Prestes- que culminaram na Revolução de 30. Esta não representou, de forma alguma, a obtenção de um consenso no interior do Exército. Nos anos que se seguiram, ocorreram sérios conflitos internos, motivados por divergências doutrinárias, organizacionais e políticas. Dezenas de movimentos (incluindo agitações, protestos e revoltas) abalaram o Exército entre 1930 e a instauração do Estado Novo (1937-1945), quando finalmente se consolidou um projeto hegemônico, em torno de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra...
> **A integridade institucional do Exército foi, portanto, durante todo esse período, uma questão em aberto; solucioná-la, tornou-se o objetivo principal de diferentes atores individuais e coletivos. Uma característica importante porém pouco estudada desse processo é que a definição do perfil e da identidade institucional do Exército envolveu, ao mesmo tempo, a adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos.** Mais do que a reorganização de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira. Vencidas as resistências internas e externas e os projetos alternativos, chegou-se a um arranjo organizacional e simbólico que permaneceu, com poucas modificações, vigente por meio século. **Nesse processo, a institucionalização do culto a um patrono para o Exército ocupou um lugar central.** (CASTRO, 2000, p. 104, grifo nosso)

Osório, general que esteve a frente da batalha do Tuiuti, a maior batalha já ocorrida na América do Sul, foi, por muitos anos, o maior herói do Exército brasileiro. O dia 24 de maio era comemorado em todo o País. No Rio de Janeiro, a comemoração acontecia na Praça XV de Novembro, em frente à sua estátua. (CASTRO, 2000, p.104)

O ponto de partida do culto a Caxias deu-se em 1923, quando Eugenio Vilhena de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, propôs uma comemoração oficial em sua homenagem. (CASTRO, 2000, p.105) O então ministro da guerra Setembrino de Carvalho apoiou a proposta de Eugenio de Moraes de maneira que a partir de 1925, o dia do nascimento de Caxias passou a ser comemorado como Dia do Soldado (CASTRO, 2000, p. 106).

Duque de Caxias, em 1925, foi alçado à condição de patrono de uma turma de oficiais formada na Escola Militar do Realengo:

> A turma Caxias foi a primeira a ser batizada com o nome de um patrono. Seus integrantes haviam ingressado na Escola Militar em 1923. A Escola estava praticamente vazia devido à expulsão dos alunos das turmas anteriores envolvidos na revolta de 5 de julho de 1922, que agora serviam na tropa como soldados.
> Segundo o depoimento de um antigo integrante dessa turma, o general Aurélio de Lyra Tavares, **a ideia original de batizar a turma foi do coronel francês Pierre Béziers La Fosse, que se encontrava na Escola Militar do Realengo como conselheiro da Missão Militar Francesa.**
> (...)
> **O termo "patrono" não existia, até então, na tradição militar brasileira. A inspiração francesa para essa nova tradição encontrou, no entanto, terreno propício para vingar devido à admiração que então se tinha pela cultura militar francesa, vitoriosa na Primeira Guerra Mundial**. Quanto ao processo de escolha do Patrono, Lyra Tavares faz referência a ensinamentos oriundos da história militar brasileira, aprendidos **nas aulas do professor da Escola Militar, Pedro Cordolino de Azevedo, e na leitura das conferências de Genserico Vasconcelos...**
> (...)
> Em outro texto, Lyra Tavares diz que **as lições de Cordolino haviam apresentado Caxias aos alunos como "figura central e inexcedida do período de lutas em que estiveram à prova a unidade e integridade nacionais**" (p.43). Na missa de ação de graças pela formatura, e janeiro de 1925, os formandos distribuíram aos presentes – entre eles, o ministro Setembrino – um santinho com a efígie de Caxias e seus atos. Lyra Tavares diz que a escolha de Caxias como patrono de sua turma foi, "desde o início, natural e pacífica" (1986:8). A confiarmos em seu depoimento, a iniciativa partiu dos próprios alunos, não tendo sido uma imposição superior. No entanto, era óbvia sua consonância com o aviso ministerial de 1923. (CASTRO, 2000, p. 106-107, grifo nosso)

Antes de aprofundar nos nomes supracitados e avançar na argumentação pretendida, observe-se a sugestão de Castro (2000, p.108) acerca do "sentido da instituição de Caxias como patrono do Exército":

> **Minha sugestão é que, até 1930, o objetivo a ser alcançado, no plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas.**
> **É interessante observar que a oficialização do "culto a Caxias" se dá em 1923, ano seguinte à revolta de 5 de julho de 1922, que inaugurou o "ciclo tenentista"** – nos anos seguintes, o Brasil viveria seguidas rebeliões militares. Fernando Setembrino de Carvalho, o ministro da Guerra criador da "festa de Caxias", havia comandado, no ano anterior, como chefe do Estado Maior do Exército, a reação governista contra a revolta "tenentista"...
> (...)
> **Nesse espírito, creio que o conteúdo das mensagens transmitidas pelos chefes militares em relação a Caxias e ao dia do soldado teria o objetivo de funcionar, simbolicamente, como um "antídoto" contra a indisciplina militar**. (CASTRO, 2000, p. 108, grifo nosso)

Torna-se necessário observar determinadas especificidades. Em primeiro lugar, a iniciativa de oficialização do culto a Caxias partiu de Eugênio Vilhena de Moraes, um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Veja-se o que é dito do mesmo no site do próprio IHGB:

> Nasceu em Campanha, MG, em 2 de fevereiro de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1981.
> **Estudou, desde os 10 anos de idade, no Colégio Anchieta**, de Nova Friburgo (RJ), bacharelando-se em Ciências e Letras em 1902. Fez o curso de Direito, iniciado na Faculdade do Largo de S. Francisco, em SP, concluindo-o na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, hoje integrante da UFRJ (1907). Tentou a advocacia, que entretanto, não era sua vocação.
> Lecionou no **Colégio Santo Inácio** e na Escola Normal (RJ), que, em 1930, veio a ser o Instituto de Educação, as disciplinas: Latim, Francês e História. Haroldo Valadão, na sessão magna de 1982, quando lhe fez o elogio histórico, disse: "Tenho sempre na memória o exemplo de competência e de dignidade reveladas no seu magistério", lembrando ter sido seu aluno no primeiro daqueles estabelecimentos.
> Examinou em várias bancas no Colégio Pedro II. Foi inspetor de Ensino do MEC, com exercício em diversos colégios particulares.
> Sua atividade maior, porém, aquela a que mais intensamente se dedicou, foi a de diretor do Arquivo Nacional (1938/58).
> Fraco, desde menino, quando foi levado à Aparecida do Norte, recuperou-se da doença, o que considerou milagre da Virgem, "com pouco mais de 40 anos – disse Tarcísio Padilha em homenagem que o IHGB lhe prestou por ocasião de seu centenário – Vilhena se viu acossado por uma enfermidade à época quase sempre fatal: a tuberculose. Seu ânimo não se abateu. Lutou com raro vigor de espírito para afastar a sombra da morte de sua vida pujante". **Era a fé que o fortalecia. Seus ideais de vida, atestava-o Pedro Calmon, foram a família, a religião e a pátria.**
> **Pertenceu ao IGHMB, ao Centro D. Vital**. Eleito sócio efetivo do IHGB em 6 de agosto de 1921 passou a benemérito em 1951. **Possuía muitas condecorações e medalhas, principalmente das Forças Armadas e do Vaticano.**
> Publicou: "Qual a influência dos jesuítas em nossas letras. Decaíram depois da saída dos discípulos de Santo Inácio de Loyola?" (IHGB, 1º Congresso de História Nacional, 1921) – Pela Cartilha de Comitê. Questões pedagógicas, 1920 – **"O patriotismo e o clero no Brasil".** (R. IHGB, 153, 1926) – "Segundo Centenário de nascimento de frei José de Santa Rita Durão (R. IHGB, 152, 1926) – **"Caxias e o Jornal do Commercio"**, 1927 – **O gabinete Caxias e a Anistia aos Bispos na Questão Religiosa**., RJ: Briguiet, 1927. – A Padroeira do Brasil. RJ: Centro D. Vital, 1929. – O Duque de Ferro. Aspectos da figura de Caxias, 1933. – Caxias em São Paulo. A revolução de Sorocaba, 1934 – "Caxias e a defesa nacional" (Rev. Militar Bras., 1936 – Momentos Eucarísticos da Figura de Caxias. RJ: Leuzinger, 1937. – Resenha Geral dos Trabalhos do Arquivo Nacional. RJ: A.N., 1941. – Bíblia de Guttenberg. Notícia ilustrada, 1955. Caxias. Ensaio crítico biobibliográfico, RJ, Briguiet – Três Figuras: o Frade Poeta, o Padre Voador, o Frade Preceptor, Petrópolis, Vozes. (IHGB, 2020, grifo nosso)

Para facilitar o acompanhamento do raciocínio e argumentação, seguir-se-á a ordem dos grifos acima efetuados. Primeiramente, o referido historiador (Eugenio Moraes) estudou no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. Por esse colégio também passaram outros expoentes do movimento conservador católico dos anos 1920 e 1930, como o Padre Leonel Franca (autor citado em O Centurião) e o advogado Sobral Pinto (procurador criminal no governo Bernardes).

Cunha (2017) menciona o Colégio Anchieta para demonstrar o processo de aproximação entre Rui Barbosa e a Igreja Católica. Após vários atritos nos primeiros anos de República, Rui Barbosa iniciou um processo de aproximação. Os atos de aproximação de Barbosa teriam se iniciado na década de 1890 em alguns eventos públicos e continuaram na década de 1900. Em 1903, Barbosa matriculou o seu filho João no colégio Anchieta, em Friburgo. Em dezembro deste ano foi chamado como paraninfo de uma turma e ao discursar fez questão de demonstrar-se simpático a vários posicionamentos da Igreja. Cunha (2017) destacou a conveniência eleitoral daquele momento:

> Ora, Rui foi um crítico severo das reformas ultramontanas de Pio IX, inclusive do dogma da infalibilidade papal e da virgindade de Maria, que os jesuítas tanto prezavam. Nos projetos substitutivos à reforma do ensino primário, ele admitiu que o Ensino Religioso na escola pública apenas se e quando requerido pelos pais, somente poderia ser ministrado depois das aulas, para não exaurir o cérebro dos alunos com abstrações metafísicas; no Governo Provisório defendeu e conseguiu que a legislação determinasse a exclusão dos jesuítas e a proibição de criação de novas ordens monásticas, bem como a limitação dos bens da Igreja Católica às leis de mão-morta; etc. Mas naquele momento solene, o que importava era tudo esquecer e promover um encontro mutuamente conveniente. Rui ganhou a simpatia do clero católico no contexto de progressivo engajamento político-eleitoral, os dois lados esquecendo o veto contra sua reeleição para deputado pela Bahia, décadas atrás. E a Igreja Católica ganhou o reconhecimento político-ideológico de uma personalidade republicana de primeira grandeza, egressa da Maçonaria, antigo desafeto que, então, era só deferências. Os adjetivos depreciativos e belicosos que antes dirigia para a Igreja Católica, o Vaticano e a Companhia de Jesus se voltaram para os militares e os positivistas, erigidos em inimigos comuns. (CUNHA, 2017, p.471)

O fato do colégio Anchieta ter sido escolhido por Rui Barbosa, ex-ministro da fazenda e futuramente candidato a presidente da República, para matricular seu filho é mais um indício da centralidade deste local no período da Primeira República.

Outro aspecto a ser salientado, é que Eugenio Moraes foi professor no Colégio Santo Inácio, instituição que, conforme se viu quando se tratou do padre Miguel, enviava eventualmente membros para palestrar na Escola Militar do Realengo. Era,

também, conforme o colocado pelo IHGB, um católico alinhado com pontos centrais para a UCM: Religião, pátria e família.

Eugenio Moraes pertenceu ao Centro Dom Vital, instituição liderada por Jackson de Figueiredo que, como já se observou, foi uma das principais influências sobre a UCM nos anos 1920. Seus livros e artigos também atestam a sua proximidade com o movimento católico, bem como a centralidade que o culto a Caxias assumiu em sua vida e produção intelectual.

Por último, foi informado que Eugenio pertenceu, também, ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). O referido Instituto foi criado em 1936, um ano após a Intentona Comunista. Sem querer aprofundar demasiadamente sobre esta instituição, é preciso, entretanto, fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, é notório o seu espírito anticomunista, sentimento que também foi partilhado extensamente pela UCM. Em segundo lugar, caso se observe os nomes dos fundadores de ambas as instituições (UCM e IGHMB), encontrar-se-á vários membros em comum, ou seja, que participaram tanto da UCM quanto do IGHMB. Desta forma, podemos dizer que o IGHMB era um aparelho ideológico aliado da UCM. Seu surgimento na década de 1930 veio a dar vazão às preocupações historiográficas que já vinham fermentando na década de 1920 e apareciam frequentemente nas páginas de O Centurião, como mais à frente se irá detalhar.

Entre os fundadores do IGHMB estava o mencionado professor da Escola militar do Realengo: Pedro Cordolino de Azevedo, assim como o conferencista, o Coronel Genserico Vasconcelos. Também estava entre os fundadores: o General Francisco José Pinto, o qual foi durante algum tempo presidente da União Católica Militar. Outros membros ativos da UCM também constam como participantes da fundação do IGHMB. Um dos fundadores do IGHMB, também católico-militar, posteriormente, tornou-se presidente do Brasil: Humberto de Alencar Castello Branco. A lista dos fundadores do IGHMB consta no site do instituto (IGHMB, 2020).

Percebe-se, então, uma rede conservadora em que atuam o Centro Dom Vital, a Escola Militar de Realengo, a UCM e o IGHMB. Estes aparelhos hegemônicos atuaram em conjunto para o estabelecimento do culto a Caxias com apoio da Igreja, do Exército e do governo Federal. Sobre o apoio do governo Federal, é importante lembrar que o também mencionado Setembrino de Carvalho era ministro da Guerra do presidente Arthur Bernardes.

Castro (2000), em seu estudo sobre o culto a Caxias, mencionou um conjunto de iniciativas realizadas nos anos de 1935, 1936 e 1937:

> Em 1935, por inciativa de José Pessoa, o Forte do Vigia, no Leme (Rio de Janeiro), teve seu nome mudado para Forte Duque de Caxias, como permanece até hoje. Em 1936, diversas medidas foram tomadas com o objetivo de consolidar o culto a Caxias. O então Ministro da Guerra, general João Gomes, pelo aviso n° 127, de 30 de junho, determinou que a Revista Militar Brasileira fizesse um número especial dedicado a Caxias, para comemorar seu 133° aniversário de nascimento; pela recomendação n° 65, de 27 de julho, feita ao chefe do Estado Maior do Exército, mandou imprimir, para distribuição gratuita ao Exército, **a biografia de Caxias publicada pelo padre Joaquim Pinto de Campos em 1878** (CAMPOS, 1938), extremamente laudatória; e em agosto, determinou que se inaugurassem, em todas as unidades, subunidades e repartições do Exército, o retrato de Caxias (MAGALHÂES, 1949:239) Entre outras iniciativas oficiais tomadas para estender o "culto às tradições militares à sociedade brasileira, destaca-se a série de conferências, patrocinadas em 1936-37 pelo ministério da educação e saúde, chefiado por Gustavo Capanema. **A conferência sobre Caxias foi feita por Gustavo Barroso**, em 25 de agosto de 1936...
> (...)
> Na explicação das razões dessa campanha, o ministro mencionou o combate à subversão ... (CASTRO, 2000, p. 110, grifo nosso)

A conferência sobre Caxias, efetuada em 25 de agosto de 1936, foi proferida por Gustavo Barroso. Eis mais um elemento da rede conservadora. Barroso foi um dos maiores líderes do integralismo. Além disso, é interessante relatar que Gustavo Barroso teve textos de sua autoria publicados em O Centurião o que é mais um sinal do relacionamento da UCM e dos católicos militares com o processo de estabelecimento do culto a Caxias (O CENTURIÃO, n.12, 1929, p.21).

A menção à biografia de Caxias elaborada pelo padre Joaquim Pinto de Campos, indica um ponto fundamental que também explorado nos exemplares de O Centurião: a ligação de Duque de Caxias com o catolicismo. Nas páginas do periódico da UCM, Caxias era representado, não somente como um modelo de soldado, mas como um modelo de soldado católico-militar:

> **Caxias era cristão! Católico fervoroso desde moço, jamais se afastou de suas crenças. " Em seus lábios e em seus escritos a palavra Deus, não tinha apenas o valor de um vocábulo banal. A atenção e a piedade com que acompanhava os ofícios divinos impressionava os circunstantes; que não lhe tolhia o vão respeito humano o cumprimento dos deveres de católico. Por isso quando sentiu aproximar-se o momento terrível da morte foi procurar no seio da religião o conforto para a eterna viagem".**
> Ao terminar a campanha libertadora contra Oribe e Rosas e que livrou um grande trecho da América da Tirania desses sicários, teve a satisfação de dirigir aos seus soldados o seguinte elogio que não cabe no arquivo de muitos grandes chefes de guerra: "Vossa coragem foi do verdadeiro soldado: nobre,

> generosa e respeitadora dos princípios de humanidade. A propriedade do nacional e do estrangeiro, do amigo como do inimigo foi por vós respeitada."
> **A Guerra do Paraguai, um campo mais vasto e digno de suas qualidades militares, se oferece como fecho de sua brilhante carreira, ascendente não só em posições sociais como em dignidade humana. Ele foi ali conduzido por uma dessas necessidades nacionais, por uma dessas prementes crises sociais em que o homem da situação aparece com tal evidência, com um relevo tão eloquente e imperioso que sufoca até a voz ciciosa e impertinente do baixo interesse vil, da vil politicalha.**
> Chegaram as coisas a ponto, depois de dois anos de vitórias sem proveito, piores do que derrotas, onde a inércia do vencedor deixava iniciativa nas mãos do vencido; depois do desastre de Curupayty em que apenas a honra da bandeira ficou ilesa; chegaram as coisas a ponto em que a necessidade da unidade de comando, pelo menos das forças brasileiras, impôs ao partido dominante a nomeação do então Marquês de Caxias para o comando em chefe das forças brasileiras no Paraguai.
> **E a resposta do velho general ao político que lhe oferecia a retirada do Gabinete Liberal para que ele, conservador, pudesse aceitar o convite e não se constranger em servir sob um ministério adverso, foi digna de toda a sua vida de soldado: "Aceito o convite conselheiro, a minha espada não tem política.** (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p.6, grifo nosso)

Eis como Caxias era apresentado em O Centurião. Seu lado religioso sempre estava em evidência, assim como os seus préstimos na Guerra do Paraguai e a sua importância para o país. E, por último, mas não menos importante, pode-se observar o quanto era valorizada a sua suposta atitude de colocar o Exército acima das divergências políticas.

2.8- O transnacionalismo do reacionarismo católico manifestado pelos católicos-militares em O Centurião e a Missão Francesa

A seguir será possível observar um fragmento onde se trata de História, ensino de História, da imagem da Igreja e, ao mesmo tempo, do cenário religioso internacional (sendo que dar notícias sobre o catolicismo em nível mundial era uma das diretrizes do Centro da Boa Imprensa). Assim:

> **Desde minha puerícia habituei-me a ouvir decantar a teoria dos direitos do homem e apregoar que a humanidade se agita sempre em supremo protesto, quando vê periclitar qualquer dos artigos constitutivos daquele instituto.** No entanto, **agora, desiludido, vejo, com o que se passa no México, que ainda se morre para não trair a consciência, para não negar o seu Deus.**
> Então, **ouvia de meu provecto professor de história apreciações, onde o mesmo, fazendo profissão de seu pensar agnóstico, pontificava que a Igreja católica, muita vez entravara a ação do progresso, muita vez pretendera fazer emudecer a voz da inteligência.**

> **E, procurando justificar esta asserção, apontava a Inquisição como manifesta prova de sua tese.**
> Gostando de história e procurando pesquisar as causas, dentro dos meus parcos recursos, **fui estudar a questão e dentre muitas outras me apeguei à obra insuspeita de Alexandre Herculano, que bem e fundamente explica as razões de Estado que compeliram a Península Ibérica a usar da inquisição como arma política, que dirigiu contra os próprios católicos.**
> Ainda hoje emerge por várias vezes esta acusação contra a Igreja, alcunhando-a de ferrenha e intransigente, por procurar amordaçar a liberdade, coarctar os direitos individuais e propugnar tão somente pela sua ortodoxia.
> **Agora, em contraste flagrante, estupefato assisto a estas sensitivas da liberdade, que se calam, ledas e quedas, como disse o poeta, ante o império violento de um governo, que conculca a independência de pensar,** sofre sob a feição legal um credo em nome da liberdade de consciência e estabelece regras, precisa números e restringe prerrogativas em nome da liberdade profissional para os homens que se destinam ao sacerdócio.
> **Já que os paladinos da liberdade, que alhures, com todo o calor defendem a sua bandeira, apelando para os sacrossantos princípios da Revolução Francesa, se esquecem do lema da antiga cavalaria, de se bater pelos fracos e desprotegidos, mister é que forcemos a memória e esperemos pelo protesto veemente contra o espírito de despotismo que de qualquer parte irrompa afogando as liberdades públicas.**
> Em todos os tempos a ideia jamais morreu ante os instrumentos de suplício, jamais se quebrantou perante os poderosos e até quando calcinada ressurge invicta proclamando com mais vigor e denodo a verdade na sua mais evidente manifestação.
> (...)
> **Oxalá que a aurora da paz desponte breve para o heroico povo mexicano!** Essa é a máxima aspiração de quem escreve estas linhas, empolgado pela majestade e grandeza duma fé que não tem peias, dum amor que não tem fronteira.
> Barreto Lins (O CENTURIÃO, n. 5-6, 1928, p. 9, grifo nosso)

No fragmento acima, trata-se de um texto, de 1928, criado por Barreto Lins e publicado em O Centurião. Barreto Lins, como já deve ter sido percebido, foi um dos mauricianos fundadores da Conferência de São Maurício em 1917. Além disso, na capa dos exemplares 10 e 11 do referido periódico militar, o seu nome aparece como membro da sua administração.

No texto supracitado, ele trazia aos seus leitores as suas considerações e preocupações acerca de problemas vivenciados pelos católicos no México. A lembrar, desde 1911, esse país vivenciava um longo processo revolucionário, marcado por quedas de governantes, assassinatos e muita instabilidade política. Um dos focos do autor estava em apontar aquilo que na sua percepção seria uma contradição e hipocrisia dos defensores dos princípios da Revolução Francesa. Para Lins, os defensores dos direitos do homem estariam em silêncio acerca das atitudes despóticas tomadas pelos governantes do México.

Percebe-se, novamente, a influência do Conservadorismo, conforme o disposto nas partes iniciais deste capítulo. Lins identificava os partidários dos princípios da Revolução Francesa como adversários da Igreja, ou melhor, via em todos os adversários dos interesses da Igreja católica, seguidores dos princípios da Revolução Francesa. As lentes através das quais ele enxergava o mundo, dividiam o campo político em revolucionários versus contrarrevolucionários. Aos católicos caberia lutar contra a Revolução.

Outro ponto enfatizado dizia respeito à história e os professores de história. Lins questionava as interpretações de seu professor acerca da Igreja e da Inquisição, mencionando Alexandre Herculano. De acordo com a interpretação de Herculano, a Inquisição seria fruto de questões de Estado, o que isentaria a Igreja católica. Um aspecto a ser observado é que para desqualificar o posicionamento de seu professor frente aos católicos, Lins fez questão de frisar de que este seria de fé agnóstica.

Além disso, os argumentos de Herculano não foram expostos em detalhe, para que se pudesse examinar o papel do Estado e o da Igreja no que toca a Inquisição. Desta forma, a fim de fazer valer a sua interpretação do passado, Lins desqualificou o seu professor, utilizando-se de preceitos religiosos e, ao mesmo tempo, lançou mão de um argumento de autoridade, ao citar Alexandre Herculano.

Apenas a título de reforço, observe-se mais um exemplo de antagonismo contra professores no periódico católico-militar[18]. Desta vez, através de uma piada:

> Ne Confundetur
> N'uma polemica, dizia um professor de História Natural, contra um ilustre sacerdote, que justamente lhe profligara as teorias ímpias:
> - Você, padre, é tão idiota, que não saberia diferenciar um cavalo de um burro!
> E o padre, sem perder as estribeiras:
> - Mas... acaso já lhe chamei alguma vez de cavalo? (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p. 14)

Por fim, uma vez que se está demonstrando as preocupações internacionais (acima, o caso do México) que perpassavam o Centurião e a UCM, é preciso mencionar a importância da França nesse processo. Relembrando, a Missão Francesa estava atuando em conjunto com o Exército brasileiro desde o governo Epitácio Pessoa (1919-

[18] Acerca do antagonismo contra professores, Cunha (2017) oferece uma pista importante. Em A educação brasileira na primeira onda laica (do Império a República), Cunha (2017) apontou o quanto que mestres e professores foram vetores da secularização da cultura e também da laicidade. Por esta perspectiva, é possível compreender a antipatia exposta pelos católico-militares aos professores, por estes representarem valores distintos e até opostos.

1922) e assim permaneceu durante o governo de Arthur Bernardes. Quando se estava tratando sobre o culto a Caxias, constatou-se a sua presença na Escola Militar do Realengo, assim como o seu papel educativo em trazer a experiência militar francesa e a ideia do culto a patronos.

Não foi possível dimensionar o real tamanho da sua influência e o seu incentivo ao estabelecimento da UCM, mas textos publicados em O Centurião apontam fortes sinais disto:

> S. Luiz, Rei de França
> A liturgia católica consagra o dia 25 de agosto especialmente a S. Luiz de França, o rei soldado. Esse valoroso monarca, educado sob o olhar vigilante de sua mãe piedosíssima, a rainha Branca de Castella, revelou-se cristão fervoroso desde a sua juventude. Tendo adoecido gravemente, fez promessa, caso fosse restabelecida sua saúde, de comandar uma expedição militar com o fito de reconquistar a terra santa do domínio dos turcos. Nessa época já estavam em voga as indulgências plenárias, concedidas pelos papas aos fiéis que se apresentassem para combater esse domínio profano.
> O rei católico, tendo ficado curado e depois de receber a benção solene do arcebispo de Paris, partiu com suas tropas em busca do martírio que ele mesmo procurou.
> (...)
> Aconteceu, porém, que as suas tropas foram dizimadas pela peste, daí a sucessão de desastres. S. Luiz foi feito prisioneiro, mas em seguida recobrou sua liberdade, mediante a restituição de Damiette aos turcos. Depois de ter visitado Jerusalém regressou à França...
> (...)
> Anos depois, S. Luiz empreendeu a 8ª cruzada, que, como a 7ª, não teve bom êxito.
> Por harmônica coincidência, o dia 25 de agosto, com agrado pela Igreja a S. Luiz é também o dia do soldado.
> Em virtude de s. Luiz ter sido militar abnegado e sendo fundada nesse dia, em 1926, na guarnição de juiz de fora, uma associação católica, a mesma tomou a denominação de Núcleo S. Luiz do 10° R.I.
> S. Luiz, de França, é o padroeiro da Ordem terceira, por ter sido e vida, chefe do batalhão sagrado dos filhos de S. Francisco.
> Ah! Se algum dia eu chegasse a ser soldado fervoroso desse batalhão!
> Cel. Benjamin Fonseca, Rio, 25/08/1928 (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p. 17)

Os primeiros sinais da influência militar francesa apareceram no Centurião de número 2 e número 3. Eram referências a um núcleo militar católico sediado em Juiz de Fora, cujo nome era uma homenagem a São Luiz, o rei francês. Ao mesmo tempo, homenageava-se o Dia do Soldado e, consequentemente, Duque de Caxias. O coronel Benjamin Fonseca é um dos militares mais recorrentes nas publicações de O Centurião e sabe-se que atuou em Minas Gerais. Outros sinais são as extensas homenagens aos

generais franceses como o Marechal Foch, o Marechal Bocicaut e o general Lamoriciere, os quais seriam exemplos de católicos-militares.

Quanto ao Marechal Foch, por sua participação na Primeira Guerra Mundial, a menção ao seu nome não necessariamente indica uma influência da Missão Militar Francesa. O mesmo pode ser dito do rei francês São Luiz, pois, afinal, é um santo católico de histórico militar que espontaneamente poderia ser admirado. Mas, o general Lamoriciere e o Marechal Bocicaut são indícios mais relevantes de uma suposta influência por serem figuras mais obscuras que os demais. A seguir, o exemplo da homenagem a Lamoriciere:

> General Lamoriciere
>
> De uma vida exemplaríssima, bravo entre os bravos, grande organizador, estadista, famoso orador, ninguém melhor honrou a França, sua gloriosa pátria, do que o general Lamoriciere.
>
> Fervoroso católico, recebidos todos os sacramentos segurando e beijando o crucifixo, - chamou-o Deus a si a 11 de setembro de 1865...
>
> O seu último tempo consagrara-o ele ao papa e a Igreja considera-o um de seus mais insignes paladinos. Conta-se rasgos que bem caracterizam toda a natureza de princípios e dos sentimentos do general Lamoriciere.
>
> Achava-se ele em Bruxellas (para citar um caso), quando chegou de Paris um célebre escritor, que, na mesma noite da chegada, lhe escreveu um bilhete afim de (como haviam combinado, menos quanto à hora precisa), pedir-lhe que o procurasse no dia seguinte, domingo, às 7 horas da manhã. "Vamos a Waterloo, dizia-lhe ele, - ficando eu certo de que não me faltareis, pois careço de vós para poder estudar o campo da batalha, cuja descrição tanto me preocupa."
>
> Respondeu-lhe de pronto o general Lamoriciere: "Estarei em vossa casa amanhã cedo, pontualmente; apenas, não às 7 horas, como quereríeis, mas sim às 8, porque tenho que primeiro, ir à missa."
>
> Era um homem! (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, p. 8)

Para além das citações e homenagens feitas em O Centurião, é interessante resgatar algumas ponderações de Jackson de Figueiredo, por ajudarem a compreender o porquê de os militares católicos franceses estarem sendo tomados como referência em O Centurião. Trata-se do trecho de um livro intitulado A Reação do Bom Senso:

> Infelizmente, acompanhando o escritor, no que se refere a essa França de após a guerra, logo se verifica que, se a velha França, meio apodrecida desde que as doutrinas individualistas do protestantismo, de origem germânica a levaram às loucuras da grande Revolução, muita teve e tem na nossa vida social e política, dessa outra, dos dias que correm, como que estamos despercebidos, alheios, distanciados por um atraso de cinquenta anos de cultura.
>
> (...)
>
> Não foi debalde o grito de Pericard: Debout! Les morts! Eles se levantaram e salvaram a França pela alma recristianizada de seus filhos. E foi mesmo

> nessa guerra, que ameaçou aniquilá-la para sempre, que se pode fazer a verificação do novo milagre social, que só o cristianismo integral pode operar, e de que só a Igreja católica tem o dom e o segredo.
> A França era um país morto na opinião dos dirigentes alemães, que só tinham olhos para as grandes desgraças que nela se sucediam, resultado todas elas de doutrinas na sua maior parte oriundas da própria Alemanha, mas a que a vivacidade do espírito francês emprestava singulares encantos e facilmente dava feição popular. Não há tendência heroica que resista aos sorrisos de M. Bergeret... é o que pensavam.
> Mas, como profetizara Veuillot em fins de 70, orara a França da eucaristia e se levantara e crescera, silenciosamente, por trás dessa outra de Boulevard, e esperava a hora suprema do sacrifício, mas também da vitória.
> A surpresa, o espanto, eis quanto revela a palavra dos chefes alemães ante o espetáculo da França nos braços da cruz, sangrenta, despedaçada, mas, assim, levantada em si mesma, armada de força sobrenatural, dominando o sofrimento e o terror, vencendo a morte, vitoriosa do inimigo e ainda mais de si própria!
> Refere o padre Torrend a confissão do Krouprinz a um jornalista holandês, em dezembro de 1919: "Eu pensava tratar com um povo efeminado, enfraquecido, degenerado. Hoje, depois de ter visto os franceses durante quatro anos, encontro-me cheio de admiração e de respeito por aquele povo.
> E mais: "Também Von Kluck nunca teve explicação satisfatória para a sua derrota na Primeira batalha do Marne". "Depois de Charlerot, dizia ele a um jornalista sueco, tudo andava às mil maravilhas e o imperador estava radiante. Uma bandeira alemã de quilômetros quadrados, destinada a flutuar na torre Eiffel, já estava preparada. Acreditamos na desordem completa do inimigo e nunca podemos compreender como é que a coragem do soldado francês pudesse despertar tão rapidamente. Em uma derrota, um tal despertar sempre foi dificilmente admissível pelo calculista mais preciso, pelo chefe de estado maior mais previdente."
> Mas tudo se explica: a França indomável estava, por assim dizer intacta no coração das suas novas gerações recristianizadas.
> "O que von Kluck não julgou possível, a fé daqueles 300000 jovens de la jeunesse catholique française ou da associação sportiva catholica do dr. Michaux, espalhados pelos milhões de soldados franceses desanimados, foi capaz de o fazer".
> E esta é que foi a verdade. "Bem sei, diz ainda o padre Torrend – que nunca se aprendeu em nenhuma escola de guerra que mortos e semimortos pudessem dar sinais de vitalidade decisiva na guerra, bem sei que isso vai contra todos os dogmas do determinismo científico, porém, desde 19 séculos, na escola de heroísmo fundada por Jesus Cristo, estes milagres de ressureição moral dos povos eram moeda corrente, e foi preciso que o Positivismo e o materialismo moderno viessem a persuadir ao mundo que estas virtudes eram obsoletas. Felizmente, a mocidade não quer mais ouvir estas doutrinas de efeminados, e está, enfim, decidida a derrubar estes ídolos." (FIGUEIREDO,1922, p. 94-96)

O trecho acima é parte de um capítulo do livro *A Reação do Bom Senso*. O título desse capítulo é *Revisão ou Revolução*, ou seja, trata-se de um texto narrativo-argumentativo, em que Figueiredo vai defender uma Revisão constitucional como solução para os problemas do Brasil em 1922. Conforme já se viu, essa bandeira de Figueiredo estava em consonância com o defendido por Deschand e demais lideranças católicas. Para defender o seu argumento, Figueiredo dialogava com uma conferência

realizada em agosto de 1921, no Centro Católico Baiano, pelo padre francês Camilo Torrend, da Companhia de Jesus.

Citando o discurso de Torrend, Figueiredo comparava o Brasil com a França do passado e a França do presente. A França do passado seria a França revolucionária, uma França que ainda teria muita influência sobre o Brasil da época. A França do presente (anos 1920) seria a França recristianizada, catolicizada pela ação de associações como a Juventude Católica Francesa e a Associação Esportiva Católica.

A França recristianizada teria surpreendido os alemães. Os soldados católicos teriam salvado a França da derrota na Primeira Guerra Mundial. O "Positivismo e materialismo moderno", "doutrina de efeminados", não estaria exercendo atração sobre a juventude francesa. O Brasil dos "anos 1920" seria igual à França do passado, por estar sob influência revolucionária, mas deveria seguir o exemplo francês porque a recristianização salvaria o país.

O fragmento citado de Figueiredo, de 1922, o discurso do padre Torrend, de 1921, assim como as homenagens aos generais franceses em O Centurião, em 1928 e 1929, apontam para uma difusão da ideia de que o catolicismo formaria melhor os militares. Embora a missão militar francesa, provavelmente, tenha tido a sua influência, católicos franceses e civis brasileiros também a alimentaram num trabalho conjunto. A observação desse trabalho conjunto, contudo, não diminui a importância da influência da Missão Francesa nessa valorização da religião como meio disciplinar e formativo.

A título de convencimento, foram selecionados mais dois exemplos: um texto de O Bom Soldado (escolhido, dentre vários motivos, em razão da sua clareza) e um artigo de Elíbio JR, de 2018, intitulado A revista defesa nacional: memória e política: 1931-1937.

Começando pelo artigo, neste estuda-se a Revista A Defesa Nacional e especificamente dois militares: o major João Batista Magalhães e o major Tristão de Alencar Araripe (ambos integraram o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil).

Sobre Magalhães, Elíbio (2018) afirmou:

> João Batista Magalhães entra com redator da ADN (A Defesa Nacional) em novembro de 1931, cargo em que permanecerá até agosto de 1934. Porém, sua participação na revista já havia sido efetuada antes disso, pois registramos que de 1926 a 1929 Magalhães fazia parte do grupo mantenedor da revista. Durante o período que esteve envolvido diretamente com a produção da revista, isto é, entre 1931 até 1934, Magalhães foi responsável pela produção dos editoriais da revista. Embora os editoriais não estejam

> assinados, é possível inferir que a partir de janeiro de 1932 eles tenham sido escritos por Magalhães. Todos os editoriais escritos entre janeiro de 1932 e agosto de 1934 são caracteristicamente longos, abordam vários assuntos, possuem termos em francês e latim e possuem um fio condutor: a questão da política das forças armadas, ponto crucial de um novo pensamento militar que irá se estabelecer entre a oficialidade.
> (...)
> Magalhães entrou no Exército em 1905 como soldado e , entre 1906 e 1908, frequentou a Escola de Guerra de Porto Alegre, de onde saiu aspirante a oficial em 1909...
> ...em 1912, Magalhães completa a sua formação como oficial na Escola de artilharia e Engenharia do Realengo. Foi um dos mais engajados alunos da Missão Militar Francesa e foi formado pela Escola Superior de Guerra da França, entre 1929 e 1931... Magalhães escreveu diversos livros sobre a profissão militar, ocupando cadeira no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do IHGB... (ELÍBIO JR, 2018, p.8-9)

Magalhães é descrito, no fragmento acima, como um militar que, durante muito tempo (parte da década de 1920 e 1930), teve forte influência sobre a Revista A Defesa Nacional. O período de grande influência de Magalhães na revista A Defesa Nacional coincide com a ascensão dos católicos militares. De acordo com Sepúlveda (2010):

> No segundo período (1923/1935), começaram as disputas mais acirradas dentro do campo militar. Novas realidades se impuseram ao campo, como, por exemplo, O tenentismo, a coluna Prestes e os militares comunistas. O campo militar torna-se mais complexo: houve uma fusão de interesses entre os jovens turcos e os herdeiros de Benjamin Constant. Ao mesmo tempo, houve a ascensão de um grupo conservador religioso militar: a União Católica Militar (UCM).
> Por conta das novas realidades acima mencionadas, foi possível verificar nas edições da revista A Defesa Nacional o aparecimento de novos temas que anteriormente não foram cogitados, são eles: o discurso da laicidade, o discurso religioso, a regeneração moral e a educação moral e cívica... (SEPÚLVEDA, 2010, p.83)

O trecho acima citado demonstra a capilaridade da UCM e o seu poder de penetração em outras associações, difundindo a sua visão de mundo. Em 1929, conforme o disposto por Sepúlveda (2010), um exemplar de O Centurião foi publicado na Revista A Defesa Nacional o que demonstra um auxílio na propaganda do periódico católico-militar.

Outro ponto de destaque é a sua proximidade (Magalhães) com a França: os termos em francês, recorrentes em seus escritos, seu engajamento como aluno da Missão Francesa e o seu período de estudos na Escola Superior de Guerra da França. Foi, também, membro do IHGB e do IGHMB.

O ponto ao qual se quer trazer luz é que Magalhães, não somente foi aluno da Missão Francesa e da Escola Superior de Guerra da França, como também colocava o

catolicismo numa posição de centralidade, tal qual ocorria nas narrativas históricas publicadas em O Centurião. Sobre a ligação de Magalhães com o catolicismo:

> Para o autor (Magalhães), a mistura do credo católico com a força da raça brasileira foi o que determinou a unidade da Pátria. A colaboração do catolicismo será discutida em um longo editorial de ADN, publicado em abril de 1933. As ideias expostas no editorial são as mesmas do documento escrito por Magalhães, o que nos permite inferir que o próprio Magalhães tenha escrito esse editorial, assim como a totalidade deste tipo de texto publicado entre janeiro de 1932 e agosto de 1934. Nesse texto, o autor faz todo um retrospecto da história nacional, desde o descobrimento, e relaciona que quem manteve o Brasil unido durante todo este período foi o catolicismo. Em segundo plano viria o Exército... (ELÍBIO JR., 2018, p.10)

Quando se constata que um determinado oficial foi um aluno da Missão Francesa, estudou na Escola Superior de Guerra da França e, ao mesmo tempo possuía uma visão histórica que colocava o catolicismo numa posição de centralidade, tem-se mais um indício de que a ligação entre religião e forças armadas era bem vista pelas forças armadas francesas no pós-Primeira Guerra Mundial.

Esse tipo de visão serviu de exemplo para a UCM, sendo propagado não somente em O Centurião, como em O Bom Soldado. A seguir um trecho do livro de um general francês que foi publicado em O Bom Soldado:

> O general Deberney, estranho a qualquer credo religioso, em seu livro “A guerra e os homens”, reflexões tiradas da guerra de 1914-1918, assim se exprime, do valor da religião como fator do dever:
> “Pronunciar a palavra Dever é penetrar num meio em que se entrechocam violentamente as opiniões; no entretanto, trata de ação necessária e cujos perigos aliás, vêm se atenuando de uns vinte anos a esta parte.
> Para alguns pensadores, a filosofia puramente racional tem aptidão para ensinar o dever e até mesmo não necessita evocar obrigação ou sanção, de tal forma é potente um pensamento esclarecido. Inclino-me ante esses espíritos , totalmente superiores, sem procurar-me de entrar mais no âmago dos argumentos, e me contento em frisar que, para a massa de que sou feito, essa límpidas verdades são bem longínquas e persistimos em justapor a necessidade de obrigação e de sanção à palavra Dever.”
> “Nessa ordem de ideias, noto, imediatamente em benefício da religião, uma virtude especial para ensinar o dever, pois a religião, sob o nome de sua origem divina, tem autoridade para enunciar uma obrigação e a justapor uma sanção ligada à vida eterna. A religião oferece base das mais sólidas ao dever para com a Pátria, como já havíamos presenciado durante a guerra, na qual a ação dos capelães militares foi considerável; podemos atribuir-lhes ponderável influência e importante participação na perseverança, obstinação e espírito de sacrifício dos “pollus”.
> “Além das considerações de justiça que militam em favor da liberdade de consciência e da liberdade de culto, será, pois, de sábia política em tempo de paz, se consignar honrosa parte à Religião para se aproveitar da sua aptidão especial no ensino do dever. As dificuldades que se encontram neste assunto, os preconceitos do anticlericalismo, os anátemas do livre pensamento ainda estão longe de desaparecer, mas se refugiam cada vez mais nas fileiras da ignorância e da meia-instrução.”

> “... Na época atual, a Religião retomou seu lugar na discussão e esse lugar é eminente. Tem direito de igualmente retomar na sociedade francesa a posição oficialmente reconhecida que ela desfruta na maioria das sociedades estrangeiras.”
> “Em se mantendo afastada, por um preconceito sem razão e sem coragem, essa força indiscutível, o Estado Francês se priva com desenvoltura, de um meio poderoso para suscitar e manter o sentimento do dever para com a Pátria...” (O BOM SOLDADO, 1939a, p. 8)

O trecho acima citado é a defesa de um uso instrumental da religião como meio de fazer cumprir o dever e respeitar a Pátria. A difusão desse tipo de ideia ao longo dos anos 1920 e 1930, coincide com os interesses de pacificação do Exército e servem aos interesses da Igreja e de católicos-militares.

Desta forma, percebe-se que as publicações da União Católica Militar sobre católicos militares franceses foi resultado de uma grande confluência de ações de indivíduos e instituições, que ia desde padres franceses, passando por lideranças católicas, como Jackson de Figueiredo, e militares alunos da Missão Francesa, como Magalhães. A rede de ligações da UCM demonstrou-se extensa e possuindo apoio em esferas diversas como na Revista A Defesa Nacional e no IGHMB.

O apoio e o olhar atento ao catolicismo no cenário internacional, fosse ao México, à França e, também para outros países, bem como as ligações entre determinados personagens, demonstra, mais uma vez o quanto que o Centurião e a União Católica Militar estavam alinhados com os princípios colocados pelo Centro da Boa Imprensa: a dimensão internacional, ou seja, são fortes os indícios da existência de uma rede transnacional de apoio ao Reacionarismo católico.

Diante do exposto até então, é bastante provável que a Missão Francesa tenha se engajado fortemente na difusão do catolicismo nas forças armadas brasileiras e que, por conseguinte tenha sido uma das apoiadoras da UCM. Para além do já demonstrado vínculo com o catolicismo, o seu apoio à UCM deve ter tido um aspecto relacionado a própria sobrevivência da Missão em terras brasileiras, já que os tenentismo foi um notório opositor da influência militar francesa nas forças armadas brasileiras.

Acerca desta oposição dos tenentes à Missão Francesa, Forjaz (1983) afirmou:

> Realmente, **o tenentismo é incompatível com os ensinamentos da missão francesa mesmo porque a maioria dos tenentes não sofreu sua influência doutrinária. Os tenentes históricos se formaram no Realengo nas turmas de 1918 e 1919, portanto, antes da vinda da missão. Além disso, a curto prazo, a influência da missão não se fez sentir nessa academia, já que se dedicou aos graus superiores do ensino militar.**

> Quanto aos **tenentes da segunda geração, formados entre 1927 e 1930, podem eventualmente ter sofrido influências profissionalizantes, certamente minimizadas pelo clima de instabilidade política e pela liderança e o poder de atração da saga tenentista entre a oficialidade jovem.**
> No período em que os tenentes faziam suas revoluções e marchavam pelo Brasil na coluna é que se generalizou no Exército uma nova mentalidade militar que gradativamente se tornou predominante: " Ce nouveau type d'officier passait son temps à étudier les techniques militaires modernes, et s'interessait a l'instrution et à l'entrainement de la troupe. Il aprenait avec les français ce qu'était une armée moderne, techniquement efficace, unie et disciplinée."
> **O tenentismo foi, portanto, um grupo militar que ficou imune às influências da missão; mais do que isso, os revolucionários eram hostis à mentalidade militar francesa e aos vínculos com a França que implicavam a obrigatoriedade da aquisição de armamentos nesse país.** Uma das cláusulas do convênio com a França estipulava que o treinamento da missão seria mais eficaz com a utilização de equipamentos militares franceses e o Brasil passou um longo período vinculado a essa cláusula.
> **A oposição dos tenentes aos franceses se manifestou desde 1922**: "Talvez os rebeldes de 1922 estivessem exprimindo mais do que frustração quando lançaram ao mar o novo canhão leve de 75mm que St. Chamond tinha enviado ao Brasil para testes... **Os tenentes, que vinham lutando contra o Exército orientado pelos franceses desde 1924, desejavam rescindir o contrato da missão."**
> A oposição dos tenentes à missão francesa coloca a questão das clivagens ideológicas do Exército no contexto do processo de modernização. Ao mesmo tempo em que esse processo produziu, a longo prazo, uma tendência à homogeinização dos valores da instituição e à predominância da disciplina e hierarquia, a imposição de doutrinas militares europeias não se fez sem a emergência de cisões ideológicas e geracionais dentro do exército. (FORJAZ, 1983, p.6, grifos nossos)

Houve uma oposição entre missão francesa e movimento tenentista que pode ser percebida no aspecto ideológico, de acordo com as interpretações de Forjaz (1983) e Carvalho (2006). No que diz respeito à ideia de intervenção, por exemplo, Carvalho distinguiu três posicionamentos, sendo possível notar grande diferença entre a missão francesa e o movimento tenentista.

Para Carvalho (2006, p.38), a primeira ideologia intervencionista "girava em torno da ideia do soldado cidadão (ou intervenção reformista) e foi desenvolvida durante a questão militar". Segundo o autor:

> Inicialmente, tal ideia (soldado-cidadão) foi difundida por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e de criar embaraços ao governo imperial.
> (...) A expressão foi consagrada no manifesto dirigido por Deodoro e Pelotas, em maio de 1887, ao Parlamento e à nação... A ideia casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant. Eles a adotaram e a usaram para justificar sua ação a 15 de novembro.
> A ideia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a

> suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar. Sua polissemia a tornava aceitável tanto para os bacharéis fardados como para os tarimbeiros. Aos tarimbeiros interessava afirmar a organização em face da elite política, num jogo exclusivamente de prestígio e poder. Aos bacharéis de farda interessava afirmar a organização e também usar seu poder para reformar o sistema político. (CARVALHO, 1989, p.38-39)

A ideologia da intervenção reformista, contudo, teria implicado no enfraquecimento da corporação. A explicação deste fenômeno para Carvalho (1989) era que:

> A posição dos bacharéis era, no entanto, ambígua, pois o positivismo que os orientava defendia a redução da diferença entre o militar e o civil ao ponto da extinção do militar em favor do cidadão. Se o soldado, na concepção de Benjamin, devia ser "o cidadão armado, importante cooperador do progresso", esse próprio progresso, produzido pelo avanço do regime industrial, tornaria os exércitos entidades inúteis e faria com que fossem "recolhidas ao museu da história as armas que se empregam como elemento de destruição". No momento da proclamação, no entanto, o enfraquecimento da organização tiraria aos militares positivistas qualquer possibilidade de atuação política. Daí que a ideia de cooperador do progresso passou a implicar, na prática, a necessidade de fortalecer antes que de enfraquecer o Exército. Nas circunstâncias em que este se achava, porém, as duas coisas, intervenção reformista e fortalecimento da corporação, eram incompatíveis. O impulso reformista vinha dos escalões inferiores e, por isso mesmo, produzia o enfraquecimento da hierarquia, um golpe fatal para qualquer organização militar. (CARVALHO, 2006, p. 39)

A debilitação da hierarquia foi apontada como um dos principais veículos do enfraquecimento da corporação potencializados pela adoção da ideia de soldado cidadão e sua ideologia de intervenção reformista. Em 1922, o movimento tenentista teria adotado essa ideologia de intervenção e teria produzido um efeito similar. Segundo Carvalho (2006):

> O mesmo problema surgiu quando os tenentes de 1922 retomaram a ideia de soldado-cidadão. Àquela altura, já não precisavam do apoio da filosofia positivista para sustenta a ideia. Tinham melhor argumento na introdução do sorteio militar. Embora o segundo tenentismo tivesse origem também num episódio em que o prestígio da organização fora o principal agente precipitador, o alistamento universal deu aos rebeldes, ao tentarem, posteriormente, justificar a sua ação, um argumento mais sociológico que filosófico. Juarez Távora diria então: "A força armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam àqueles depois de um curto estágio na caserna."
>
> A própria Constituição republicana, refletindo a ideia do soldado-cidadão, já introduzira a famosa expressão da obediência "dentro da lei", fornecendo fundamento legal à posição dos novos tenentes.
>
> Juarez, o tenente que mais amplamente tentou articular as posições do grupo, achava que o dispositivo constitucional dava ao militar a faculdade de decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais. Segundo ele, o militar adquiria a capacidade de decidir na cadeira de Direito público

> da Escola Militar. A cadeira também lhe permitia "ombrear com o bacharelismo dos nossos políticos profissionais".
> Colocava-se, no entanto, novamente, o problema anterior da incompatibilidade entre o intervencionismo reformista e o fortalecimento da organização. Apesar de sempre falarem os tenentes em nome do Exército, ou das Forças Armadas, eles representavam apenas uma de suas parcelas. Embora a mais numerosa, era a mais fraca em termos hierárquicos numa organização já mais complexa e centralizada. (CARVALHO, 2006, p. 39-40)

Contra a ideia da intervenção reformista, adotada pelo movimento tenentista na década de 1920, a Missão Francesa defendeu a ideologia do soldado profissional ou da não intervenção. Segundo Carvalho (2006):

> A ideologia do soldado-cidadão representava tendências sociais renovadoras mas implicava o enfraquecimento da corporação. Contra tal enfraquecimento lutou outro grupo de oficiais que chegou a conclusões opostas sobre a legitimidade da participação política dos militares...
> O movimento renovador dentro do Exército preocupava-se com a profissionalização militar e via como pré-requisito dessa profissionalização o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos. A Defesa Nacional só uma vez se referiu aos acontecimentos de 1921-22 e o fez para condenar o envolvimento político dos militares, fato que considerava um retrocesso na evolução militar do país. Logo após a revolta de 1922, publicou artigo do coronel Derougemont, da Missão Francesa, no qual o autor insistia na necessidade da neutralidade política dos oficiais que era, segundo ele, uma característica das democracias liberais...
> O representante típico dessa posição foi Leitão de Carvalho. No livro Dever Militar e política partidária, combateu tenazmente as posições dos tenentes, representados por Juarez Távora e Joaquim Nunes de Carvalho. Influenciado pelo estágio no Exército alemão e, posteriormente, pela Missão Francesa, Leitão lutou sempre pela transformação do Exército num órgão nacional dedicado à preparação da defesa do país, longe das lutas políticas. (CARVALHO, 2006, p. 40)

A União Católica Militar, na década de 1920, em oposição ao tenentismo, pregava a obediência às autoridades e a disciplina. Enquanto Juarez Távora, partícipe do movimento tenentista, pregava que o militar teria faculdade de decidir ou não sobre a conveniência de obedecer às autoridades, O Centurião nunca falou sobre esta possibilidade, reafirmando sem exceções a necessidade de obedecer. A coluna Ciência e fé do periódico católico-militar, como se verá mais adiante, reforçava a ideia de que o catolicismo não era incompatível com a modernização militar.

O apelo à obediência, à hierarquia e a não-intervenção associados a defesa da modernização fizeram da UCM um veículo de uma ideologia do soldado profissional eivada por um conservadorismo religioso católico. Foi um meio de difusão no âmbito militar de uma ideologia contrária aquela representada pelo tenentismo, era a ideia de que o soldado profissional, por excelência, era o soldado católico.

Do embate entre a ideologia do soldado-cidadão e a ideologia do soldado profissional teria se desenvolvido um terceiro tipo de ideologia que combinaria elementos das duas em oposição, é aquilo que Carvalho (2006) denominou como ideologia do soldado-corporação ou a intervenção moderadora.

Acerca da ideologia do soldado-corporação, Carvalho sinalizou:

> Bertholdo Kingler foi talvez o mais brilhante dos Jovens Turcos e o líder do grupo de A Defesa Nacional. Foi preso por artigos escritos na revista. O editorial do primeiro número que, tendo em vista a posição de Klinger e as ideias que expressou posteriormente, deve ter sido por ele escrito, já trazia, no entanto, posições divergentes das de Leitão Carvalho e dos tenentes quanto ao papel dos militares na vida nacional. Dizia o editorial: " O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam."
>
> Tal posição divergia da ideologia do soldado profissional por admitir abertamente a intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. Concordava com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar na política, mas dela discordava quanto à natureza da intervenção. Os tenentes pregavam uma intervenção reformista, a ser feita pelo militar independentemente da organização, ou mesmo, contra ela. Kingler propunha uma intervenção controladora ou moderadora, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior. Em 1930, após a vitória da revolução, ele voltou a pregar em A Defesa Nacional o direito dos militares de intervir na política e chegou ao extremo de afirmar que "o posto supremo de direção [do país] é problema de Estado-Maior."
>
> Tal posição teve desenvolvimento posterior no pensamento de Góes Monteiro, um dos mentores do Exército durante todo o período varguista. No livro A finalidade política do Exército, escrito após a revolução, Góes... via o Exército como uma organização nacional que devia desenvolver política própria: "Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade." E com mais clareza ainda: "Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército."
>
> A ideologia do poder moderador das Forças Armadas tem aí sua primeira formulação sistemática. Era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos reformadores. Em outras palavras, era o intervencionismo de generais, ou do Estado-Maior... (CARVALHO, 2006, p. 41-42)

Para o estabelecimento da ideia do soldado-corporação ou intervenção reformadora, ideologia que se estabeleceu como dominante no Exército ao longo do século XX, foi fundamental segundo Forjaz (1983) a derrota do tenentismo, inclusive no aspecto ideológico. Desta forma:

> A polêmica entre intervencionistas e neutralistas, ao longo dos anos 20, produziu uma terceira visão sobre o papel do Exército, a doutrina da

> intervenção "moderadora", ou intervencionismo controlador, que se tornaria hegemônica no pós-30...
> Porém, a imposição dessa orientação implicou o expurgo do tenentismo, pelo próprio Exército, dado o seu caráter disruptor da organização, principalmente depois da Revolução de 30, quando suas lideranças assumiram importantes funções políticas.
> O padrão das intervenções militares típico da Primeira República – ou seja – a intervenção de setores, fragmentos ou facções do Exército, em geral aliadas a frações das elites dominantes – tem no tenentismo a sua última manifestação. (FORJAZ, 1983, p.7)

Para a autora, a derrota do tenentismo foi fundamental para o fortalecimento do Exército. O Exército forte, de acordo com Forjaz (1983):

> O exército forte, enquanto organização, teve maiores condições de se autonomizar como instância burocrática estatal, capaz de propor projetos políticos próprios à sociedade. (FORJAZ, 1983, p. 7)

A UCM difundiu, ao longo da década de 1920, uma ideologia contrária ao tenentismo, o que muito provavelmente contribuiu para a sua derrota na década de posterior, o que conforme se viu acima, foi decisivo na formatação do Exército brasileiro nas décadas posteriores do século XX .

Em seguida, passar-se-á à análise da coluna Ciência e fé, um espaço em que se poderá refletir sobre a interseção entre Igreja, Conservadorismo e Modernidade, assim como observar mais uma especificidade da estratégia católico-militar para a recatolização das forças armadas brasileiras.

2.9- A coluna Ciência e Fé e a estratégia do reacionarismo católico para a penetração no meio militar

A coluna Ciência e Fé, de O Centurião, baseia-se, em grande parte, no pensamento do padre Desiderio Deschand, citado no periódico da UCM. Sua obra "Os grandes sábios e a fé contemporânea" é a principal referência da coluna Ciência e Fé. Mas não constitui um caso único no quadro intelectual do catolicismo na Primeira República: em 1919, Figueiredo, outra grande influência sobre a UCM, publicou Pascal e a Inquietação Moderna, na mesma linha temática, embora menos abrangente.

Enquanto Deschand focou a sua obra em apontar que grandes sábios do passado e da sua contemporaneidade foram fiéis aos princípios do catolicismo, Figueiredo focou na figura de Pascal, um cientista francês do século XVII, famoso por suas façanhas na

área da matemática e, também, por ter sido um católico fervoroso. De acordo com Figueiredo:

> Publico este trabalho sobre Pascal e a Inquietação moderna para aproveitar o que pude salvar de volume mais alentado que compusera, há anos, quando não me sentia, em matéria de filosofia e de crenças, o que, graças a Deus, hoje sinto que sou, isto é: um católico, na mais rigorosa significação do nobilíssimo termo, um homem que abdicou do seu individualismo intelectual nas mãos amantíssimas da Igreja católica. Quando abordei este problema o fiz certo de que abordava um dos mais interessantes do pensamento moderno. Em verdade, foi Pascal o homem que, sem ter consciência talvez do que fazia, pela força mesma de sua alma, **se fez símbolo da alma moderna, no que tem esta de propriamente universal, alma crepuscular e em cujo fundo de melancolia, se agitam tantas forças contrárias, a ponto de desorientar** o mais arguto observador que, de boa fé, não pode dizer se tal crepúsculo é o de uma esplêndida manhã, ou se estamos nos limites de uma tremenda e horrível noite. (FIGUEIREDO, 1922, p. 9-10, grifo nosso)

Em síntese, Pascal recebeu a atenção de Figueiredo porque, simbolizando a alma moderna, viveu em meio a uma série de forças contrárias, e ainda assim teria formulado um sistema filosófico e científico alinhado com os princípios do catolicismo. Embora não tenha sido citado na coluna estudada, existe uma sintonia entre ambos os textos, especialmente na visão dicotômica entre Verdadeiro e Falso, onde o verdadeiro está associado com os filósofos e cientistas católicos, e o falso está relacionado com os pensadores de linha divergente.

Um dos pontos valorizados por Figueiredo era a rejeição ao individualismo:

> Busquei mostrar somente o que, no individualismo moderno – note-se bem a repetição, porque não me refiro só ao contemporâneo – em suas diversas manifestações, religiosidade, filosofia, poesia, mais se ressente da influência do grande pensador francês. Aliás, para exemplo de contemporâneos, não esqueci de demonstrar que, entre os excessos contidos na obra de Pascal, é possível descobrir as bases de um vasto plano filosófico e religioso, de que se exclui toda e qualquer mácula individualista. (FIGUEIREDO, 1922, p. 10-11)

O individualismo seria uma característica associada ao protestantismo e portanto, vista de forma negativa. Outro inimigo é o materialismo. Em função dessa antipatia pelo materialismo, a filosofia espiritualista de Farias Brito recebia a sua admiração:

> Em meio de tudo isto, porém, por que somos, indubitavelmente, uma das mais formosas criações do gênio da Igreja, porque somos os filhos afortunados da ordem e do amor que, aqui, só a Companhia de Jesus soube, deveras implantar, não nos tem faltado, ao lado do que é propriamente católico, a ajuda de uma certa corrente filosófica que apesar do seu

> fundamental individualismo, mantém sempre viva a chama do nosso entusiasmo pelas coisas do espírito.
> De fato, quem estudar com carinho a ação da filosofia espiritualista entre nós, há de , por força, notar que de Magalhães a Farias Brito, nítida se desenha a certeza de que a inteligência brasileira é essencialmente infensa a qualquer sistematização materialista. (FIGUEIREDO, 1922, p. 13)

Mas o que seria esta filosofia espiritualista? Ou melhor, o que Figueiredo entende por uma postura, ao mesmo tempo, filosófica (racional) e espiritualista? Uma pista está no modo como ele avalia o romantismo de José de Alencar e deprecia Machado de Assis:

> O romantismo com Alencar teve qualidades próprias nacionais, de todo favoráveis à nossa autonomia intelectual e é por isto que é erro considerar a função do romantismo entre nós tão prejudicial quanto o foi nas letras europeias, que, de fato, dele sofreram o embate, como de espírito revolucionário contra as suas mais nobres tradições.
> Machado de Assis, por exemplo, puro homem de razão, como já disse, foi, entretanto, um espírito de negação, uma criatura sem instinto algum de ideal, e que, no seio de uma jovem nacionalidade, só poderia ser o que foi, do ponto de vista moral: um lindo enfeite, uma glória quase exótica, um pervertido deleite, pois que , por felicidade nossa, não teve jamais irradiação popular a sua falsa, negativa, mas tão aparentemente simpática filosofia. (FIGUEIREDO, 1922, p. 17-18)

Um dos critérios de valoração estava no nacionalismo, por isso, o romantismo de Alencar era visto como benéfico. Machado de Assis por outro lado, era associado ao ceticismo.

Na escala de valores do conservadorismo católico, o poeta simbolista Cruz e Sousa, em especial na sua última fase, a mais católica, era reverenciado como um antecessor do filósofo Farias Brito:

> ... foi o simbolismo quem fez no Brasil a atmosfera própria ao florescimento de uma doutrina como a de Farias Brito. E observo ainda que por ter sido, na sua reação contra o individualismo, decorrente das doutrinas materialistas, mas uma reação singularíssima porque feita com as próprias forças e os próprios recursos subjetivos daquelas doutrinas. O simbolismo deu-nos o espetáculo do desespero a que pode reduzir-se a vida intelectual, levando-se o critério individualista ao seu máximo rigor. (FIGUEIREDO, 1922, p. 21)

Ao falar sobre a modernidade, Figueiredo (1922) utilizou expressões que se referiam à angústia, a estar imerso em forças contrárias, a estar desorientado, ou a estar desesperado. Em suma, a modernidade e todas as suas inovações tecnológicas trariam todo um conjunto de transformações que afetavam o plano cultural, alterando uma série

de valores. Figueiredo (1922), nessa obra, estava expressando a rejeição católica à cultura da modernidade. Autores literários mais ligados aos valores modernos tendiam a ser rejeitados, enquanto aqueles que se demonstravam mais inconformados, mais apreciados.

A apreciação de Figueiredo (1922) em relação ao simbolismo estava ligada ao fato de que o fundador do Centro Dom Vital via nessa corrente literária uma rejeição ao cientificismo:

> Penso que o sr. Tasso da Silveira surpreendeu perfeitamente a fisionomia espiritual da última fase da poesia de Cruz e Sousa. Não foi a serenidade, sim, mas já era o conhecimento de que a sabedoria, que é a floração inteligente da dor, bem mais que a ciência, pode dar a única felicidade possível: a da dignidade em face do mundo, isto é, a da aceitação e reflexão da própria dor como sinal da nossa superioridade em face de tudo o mais.
> Mas para chegar a exprimir o que Cruz e Souza exprimiu é evidente que teve que ir de encontro aos preconceitos do cientificismo que de si próprio se fizera a finalidade do homem. Foi preciso dizer bem alto que o máximo problema era o problema moral e que este era uma questão de consciência e de fato e não uma teoria científica a realizar-se. Assim Cruz e Souza já representava um aspecto da reação entre nós contra o positivismo, que em arte como em tudo o mais, parecia dominar por completo os nossos mais elevados meios intelectuais. Ora, a esse tempo, o que é notável é que, justamente, em silêncio, se elaborava o que se pode chamar a expressão doutrinária desta reação ainda de caráter puramente sentimental. Farias Brito, no triste abandono espiritual da sua vida, então ao norte do país, publicava os seus primeiros livros de filosofia, ainda incertos do seu magno ideal espiritualista mas já francamente reacionário contra o materialismo dogmático e o ceticismo, paradoxalmente militante, dos representantes por assim dizer oficiais da nossa cultura. Desdenhando a secura pedante do cientificismo, que tudo queria reduzir a fórmulas matemáticas, Farias Brito já ousava contar a poesia entre os fatores necessários a vitória do homem em luta com a natureza. (FIGUEIREDO, 1922, p. 25-26)

Farias Brito estaria num plano diferente de Cruz e Sousa por ter elaborado uma expressão doutrinária da reação ao cientificismo, por ter elaborado uma reação racional teórica e sistemática. Eis a complexidade, rejeita-se o cientificismo, mas não a razão. Afinal, num mundo moderno e cada vez mais racionalizado, era preciso algum tipo de conciliação com razão e a ciência. Por isso, valoriza-se Farias Brito e, especialmente Pascal, o cientista católico.

Essa ambiguidade era expressa por Figueiredo na expressão humano racionalismo:

> Não viu Farias Brito, senão ao fim da sua vida, já bem perto do túmulo, a doutrina a um tempo divina e humana, a que deveria ter dado todo o seu esforço para a fazer mais conhecida dos homens. Esta doutrina, a da Igreja, que era e é a religião do seu país, não vira ele que, sem dar maior importância aos acontecimentos e às nossas mesquinhas lutas de vaidades intelectuais,

> mantivera sempre vivo o seu programa de ordem, em meio a anarquia que desmoralizava o escol das sociedades ocidentais, e aqui mesmo no Brasil, não só pela palavra dos seus bispos, pregava sempre o único humano racionalismo, mas também criava lutadores da ordem de um Eduardo Prado, Joaquim Nabuco ou Carlos de Laet... (FIGUEIREDO, 1922, p. 27)

A expressão "humano racionalismo" diz respeito à visão conservadora acerca das limitações da razão, da sua imperfeição. Contra essas imperfeições, seria necessário apegar-se às tradições e à fé.

Pascal era, também, tomado como modelo por ter apresentado várias fases ao longo da sua vida. Antes de render-se à fé, teria vivenciado, também, um período cético e, por isso, seria uma prova da possibilidade de redenção, da conciliação da ciência com a fé.

Entrando no conteúdo específico da coluna Ciência e Fé, seu redator era o coronel Jorge Pinheiro, o próprio diretor de O Centurião. Nas décadas de 1930 e 1940, este militar tornou-se um integralista pertencente à câmara dos 40. O fato de o redator da coluna ser o diretor do periódico demostra certa centralidade deste assunto para a tática[19] católico-militar. O foco na relação entre ciência e fé existia na imprensa católica como um todo, mas era periférico se comparado com a atenção recebida em O Centurião.

Em outras palavras, a relação ciência-fé ganhou centralidade na imprensa católico-militar e isto se justificava pelo espírito cientificista trazido pelo positivismo ao campo militar, ou seja, para o catolicismo ganhar terreno novamente no seio das forças armadas era preciso taticamente não contrariar esse ethos modernizador do militarismo na Primeira República.

A centralidade da coluna Ciência e Fé demonstrou-se em colunas de duas a três páginas que ocuparam todos os exemplares de O Centurião, preenchendo, muitas vezes, mais espaço até do que a coluna que pregava o retorno do serviço de assistência religiosa às forças armadas. Tamanha atenção é um indicativo daquilo que os católicos militares entendiam ser uma das principais resistências ao catolicismo. Por isso,

[19] A título de esclarecimento, se está utilizando o vocábulo "tática" para expressar as atitudes tomadas para atingir objetivos maiores, os objetivos estratégicos. Sendo assim, se a estratégia da UCM era ganhar adeptos nas forças armadas e contribuir para disciplinar o então fragmentado campo militar, as táticas empregadas para atingir esses fins foram: reduzir o antagonismo entre o catolicismo e a ciência, promover o culto a Caxias, dentre outras. A UCM buscou se adequar aos objetivos estratégicos do Exército a fim de ganhar status no mesmo. Desta forma, era necessário, por exemplo, demonstrar que a associação católico-militar não iria contradizer o objetivo estratégico do Exército de se modernizar.

entendeu-se ser necessário frisar, em todos os exemplares, que a fé não se constituía um obstáculo aos planos modernizadores militares[20].

Observada a centralidade da coluna Ciência e Fé, é importante fazer algumas considerações mais detalhadas acerca de alguns aspectos centrais do seu conteúdo. Em primeiro lugar, deve-se notar o fio condutor dos textos, isto é, Pinheiro afirmava que a existência de sábios ilustres no campo do catolicismo demonstrava que religião e ciência não eram elementos antagônicos. Pelo contrário, ambas, ciência e religião, seriam verdadeiras, ao contrário do que seria dito por alguns pretensos sábios. Os ateus teriam a sua fundamentação no interesse pela injustiça, no seu desejo de que o mal não fosse punido, ou seja, a ciência não estaria ao seu lado.

Outra atitude notável era a desqualificação dos cientistas não religiosos. Afirmava-se que, segundo Bacon[21], "pouca ciência afasta da fé, mas muita aproxima" (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p.13). Astrônomos católicos foram apresentados exaustivamente, assim como a fé de Newton[22] foi rememorada. A apresentação de astrônomos católicos foi seguida da argumentação de que a fé seria compatível com a ciência moderna. O roteiro se repetiu com a apresentação de físicos, químicos, matemáticos.

Muitas citações da coluna Ciência e Fé dão um tom de que a Igreja encontrava-se numa situação desconfortável e defensiva frente ao ambiente cultural moderno e, desta forma, o católico era preparado para resistir: "não conforme tuas ideias com as do mundo, se queres que sejam conforme à verdade" (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p.16).

Neste âmbito, o ambiente militar poderia ser ainda mais hostil e era por isso que o coronel Jorge Pinheiro escrevia para: "tranquilizar os católicos timoratos que ainda se envergonham de proclamar e confessar a sua fé com receio do ridículo" (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p.16).

---

[20] A título de contextualização, é fundamental relembrar o já discutido no primeiro capítulo, ao longo do Segundo Reinado e da Primeira República foram feitos diversos esforços de "modernização" por parte do Exército. Na Primeira República, alguns militares, por exemplo, foram enviados para estagiar na Alemanha. Ao voltar, criaram a revista A Defesa Nacional, onde defendiam reformas que profissionalizariam as forças armadas em sintonia com o modelo alemão. Em 1918, após a derrota alemã na Primeira Guerra, ganhou força a ideia de uma modernização segundo o modelo militar francês. Assim, no governo Epitácio Pessoa foi recebida a missão Francesa, através da qual se buscava um aperfeiçoamento técnico e metodológico para acompanhar as transformações ocorridas nos países mais avançados.

[21] Francis Bacon foi um filósofo e cientista inglês, notabilizou-se por seus escritos em defesa da metodologia científica.

[22] Isaac Newton foi um astrônomo, matemático e físico inglês de maior destaque no século XVII.

As crianças e a "mocidade acadêmica" eram alvo de atenção especial ao longo dos textos (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p.15). O seu "espírito irrequieto, irreverente e curioso" os tornaria mais suscetíveis a desvios e, por conta disso, eram citados cientistas católicos populares que exerceram grande atração sobre os jovens, atuando de forma exemplar. Alessandro Volta[23], por exemplo, era apontado como alguém que ensinava o catecismo às crianças nos domingos (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p.16).

Por fim, também é necessário atentar para mais um aspecto dos textos do coronel Jorge Pinheiro, um aspecto central e ao mesmo tempo sutil. Por trás da afirmação de que ciência e fé eram ambas verdadeiras, colocava-se, suavemente, uma hierarquia em que a fé estaria acima da ciência. Para a UCM, "algumas verdades só podem ser conhecidas por uma luz superior à razão" (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p.18). Ademais, "o conhecimento dos seres superiores como as almas e Deus só poderia penetrar em nosso entendimento por uma ação exterior independente e superior a razão, sendo necessário a revelação, a intuição e a fé". Para O Centurião, o livro mais importante de todos seria a cruz, isto é, a cruz de cristo.

Desta forma, pregava-se que, no que dizia respeito à relação com a fé, "é preciso te tornares simples, humilde e inteiramente desapegado com os homens: calmo, recolhido e nada raciocinador com Deus" (O CENTURIÃO, n.7-8, 1928, p.16).

Acerca das análises acima efetuadas, é necessário enfatizar uma preocupação metodológica que vem atravessando este trabalho, no sentido de apontar que a Imprensa (neste caso concreto, O Centurião), não é apenas um espaço de manipulação.

Como lembrou Campos (2012):

> Assim, alerta-se para o perigo (infelizmente ainda recorrente na historiografia) de olharmos para as redações onde são confeccionados os jornais como espaços de articulações maniqueístas de determinados grupos em relação a outros. É preciso questionar, inclusive, a ideia de que os jornais são unicamente veículos ideológicos cuja função seja apenas o "mascaramento" da realidade.
>
> As redações e os jornais vão muito além disso, materializando o que o mesmo Prost chama de nebulosa de contornos fluidos, onde ninguém detém um verdadeiro poder e de onde, mesmo sem existir um acordo prévio entre escritores e leitores, saem folhas que fazem com que ambos passem a se interessar pelos mesmos assuntos, a ter gostos parecidos, a desejar este ou aquele produto, a comungar de uma certa visão de mundo. Existe um amálgama no repertório cultural dos que estão envolvidos nessa prática cultural, o que faz caírem por terra crenças reducionistas há muito alimentadas em relação à imprensa.

---

[23] Alessandro Volta foi um químico e físico que se destacou no século XIX em razão dos seus estudos acerca da eletricidade.

> Darnton segue na mesma direção de Prost, demonstrando que "as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia" e que, justamente por isso, jamais se afastam em demasia do repertório cultural de seus leitores. (CAMPOS, 2012, p.63)

Em outras palavras, para além do maniqueísmo que consideraria tudo o que foi exposto no periódico como uma simples e fria tentativa de ganhar terreno no campo militar, deseja-se sublinhar que, associado ao objetivo tático dos católicos militares, estava uma penetração do moderno na mentalidade católica; ou seja, ao longo da Primeira República ocorreu um real cruzamento entre ciência, a ideia de progresso, modernização e fé.

Como apontou Le Goff (1997), "a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado, entre outras as da antiguidade". De maneira que, mesmo o catolicismo conservador da Primeira República, que buscava hierarquizar a fé acima da ciência, trazia em si, camufladas as marcas da modernidade, da valorização do progresso. Sobre a relação entre modernismo e catolicismo:

> *Modernismo religioso.* Em sentido estrito, o modernismo é um movimento interno da Igreja católica nos primeiros anos do século *XX*. O termo aparece em Itália em 1904 e o seu uso culmina na encíclica *Pascendi*, do Papa Pio X que o condena, em 1907. Mas o modernismo está presente na longa tensão que agita o cristianismo e, em especial, a Igreja católica, desde a Revolução Francesa até aos nossos dias. (LE GOFF, 1997, p.13)

O catolicismo, tão apegado às tradições, tão crítico em relação ao moderno, também trazia as suas marcas. Eis a ambiguidade da modernidade:

> Outro paradoxo, ou ambiguidade: o «moderno» à beira do abismo do presente, volta-se para o passado. Se, por um lado, recusa o antigo, tende a refugiar-se na história. Modernidade e moda retro caminham a par. Este período, que se diz e quer totalmente novo, deixa-se obcecar pelo passado: memória, história. (LE GOFF, 1997, p.27)

Como contribuiu Bauman (1999), também atencioso às ambiguidades da modernidade:

> Podemos dizer que a existência é moderna na medida em que se bifurca em ordem e caos. A existência é moderna na medida em que contém a *alternativa* da ordem e do caos. Com efeito, ordem e *caos*, ponto. Se é de algum modo visada (quer dizer, na medida em que é pensada), a ordem é visada não como substituto para uma ordem alternativa. A luta pela ordem não é a luta de uma definição contra outra, de uma maneira de articular a realidade contra uma proposta concorrente. É a luta da determinação contra a ambigüidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da transparência

> contra a obscuridade, da clareza contra a confusão. A ordem como conceito, como visão, como propósito, só poderia ser concebida para o discernimento da ambivalência total, do acaso do caos. A ordem está continuamente engajada na guerra pela sobrevivência. O outro da ordem não é uma outra ordem: sua única alternativa é o caos. O outro da ordem é o miasma do indeterminado e do imprevisível. O outro é a incerteza, essa fonte e arquétipo de todo medo. Os tropos do "outro da ordem" são: a indefinibilidade, a incoerência, a incongruência, a incompatibilidade, a ilogicidade, a irracionalidade, a ambigüidade, a confusão, a incapacidade de decidir, a ambivalência... Como forma de vida, a modernidade torna-se possível assumindo uma tarefa impossível. É precisamente a inconclusividade endêmica do esforço que torna possível e inelutável a vida de contínua inquietação e efetivamente impossibilita que o esforço venha jamais a cessar.
> A tarefa impossível é estabelecida *pelos foci imaginarii da.* Verdade absoluta, da arte pura, da humanidade como tal, da ordem, da certeza, da harmonia, do fim da história. Como todos os horizontes, eles não podem jamais ser alcançados. Como todos os horizontes, eles tornam possível andar com um objetivo. Como todos os horizontes, quanto mais rápido se anda mais velozmente eles recuam. Como todos os horizontes, eles nunca permitem que o objetivo de andar ceda ou se comprometa. Como todos os horizontes, eles se movem continuamente no tempo e assim emprestam ao andar a ilusão sustentadora de um destino, propósito e direção. (BAUMAN, 1999, p.14-18)

A busca pela ordem está relacionada a uma intolerância ao caos e ao acaso que resulta numa batalha sem fim. Em meio à luta por mudanças, sempre haverá espaço para a luta pela conservação de certos valores e hierarquias sociais. Assim, a Igreja vai, ao mesmo tempo, alimentando o progresso e o combatendo, gerando missões que alimentam a sua existência.

O Centurião foi editado entre 1928 e 1929, época em que estava ocorrendo a reforma educacional de Fernando Azevedo. Nesse período, a educação estava no centro das atenções e estreitamente relacionada com os anseios modernizadores vigentes na Primeira República.

Um episódio, em especial, dessa reforma, merece atenção:

> Ainda que, muito provavelmente, os 100 mil panfletos distribuídos não tenham alcançado e/ou sensibilizado a totalidade dos citadinos, ganha corpo, cada vez mais a impressão de que a convocação dos habitantes para que contribuíssem no levantamento estatístico colaborou, em muito, para o fortalecimento da educação enquanto um dos principais "assuntos" na cidade do Rio de Janeiro de período (SILVA, 2004, p.109)

A citação acima se refere à distribuição de panfletos via avião no intuito de dar publicidade a um recenseamento objetivado por Azevedo. Esse momento não somente ilustra a importância da educação para a sociedade, mas é mais um indício da preocupação do exército com os assuntos educacionais, porque os panfletos foram jogados de aviões do exército em colaboração com a prefeitura.

Nesse cenário, a educação figurava como um meio promotor da modernização social porque "a valorização das crianças enquanto portadoras de preceitos médico-higiênicos configurava, de certo modo, uma aposta dos novos educadores em uma inversão nas relações familiares" (SILVA, 2004, p.116).

A Igreja Católica, a UCM e O Centurião estavam num entrecruzamento entre modernização e educação e, em razão disso, emergia o esforço em harmonizar ciência e fé, especialmente no campo militar. Um forte exemplo da penetração da mentalidade científica no catolicismo está na obra de Deschand, base da coluna Ciência e Fé:

> "**Impõe-se, com efeito, a todo espírito reto a adesão à fé cristã por irresistível conjunto de provas, cada qual mais poderosa. Seus dogmas devem ser aceitos, não em virtude de meras especulações filosóficas, mas porque são apoiados sobre fatos históricos certíssimos, observados de acordo com todos os requisitos da crítica mais severa.**
> Por isto foi que os sábios acreditaram no cristianismo. **Eram por demais inteligentes e exigentes para que aceitassem o dogma cristão se não lhes parecesse isto uma obrigação, consequência moral de uma série de fatos cientificamente incontestáveis.** Sua fé era racional e voluntária, era o rationable obsequium de que fala São Paulo." (DESCHAND, S.D., p.26-27, grifo nosso)

Em síntese, a coluna Ciência e Fé representava, ao mesmo tempo, uma atitude tática, para o catolicismo ganhar terreno no campo militar, sem que os seus postulantes parecessem inferiores ou ridículos do ponto vista intelectual, mas também um indício de incorporação de valores da modernidade por parte dos próprios conservadores-católicos.

2.10- Considerações finais

Ao longo deste capítulo estudou-se a relação do catolicismo da Primeira República com o pensamento conservador elaborado desde fins do século XVIII. Neste sentido, chegou-se, inclusive, a ver pontos de contato entre o conservadorismo católico e o positivismo, bem como as especificidades do conservadorismo católico brasileiro na Primeira República em relação aos pensadores do século XVIII e XIX.

Também se refletiu sobre a imprensa na Primeira República, observando a sua centralidade e, ao mesmo tempo, as suas incompatibilidades com o projeto reacionário católico. Desta forma, se investigou também o projeto de imprensa católica, formulado pelo Centro da Boa Imprensa, um aparelho de hegemônia católico, do qual se serviram os católicos-militares para a publicação de O Centurião.

No exame de O Centurião, discriminou-se a estrutura deste periódico como a oficina gráfica, anunciantes, principais colunas e representantes nas unidades militares. Analisaram-se algumas das suas principais ideias, como o culto a São Mauricio, o culto a Caxias (que evidenciou o papel da UCM na construção de um novo modelo de militar e de identidade para o exército), o transnacionalismo reacionário (que revelou a rede apoio internacional católica), o apoio da Missão Francesa (que apontou que o projeto de profissionalização e modernização do exército foi associado com o catolicismo pelos oficiais franceses na sua oposição ao movimento tenentista) e a coluna Ciência e Fé (que demonstrou a centralidade da questão educacional para os católicos-militares, bem como a sua necessidade de demonstrar que o catolicismo não obstaculizava a modernização militar).

As características evidenciadas revelaram, não somente uma parte da rede de relações católico-militares (Centro da Boa Imprensa, Colégio Anchieta, IHGB, IHGMB), como também as suas táticas (o estabelecimento de novos modelos de comportamento como Duque de Caxias e São Maurício) para expandir o seu alcance e reforçar a disciplina no âmbito militar. Por meio dos textos de O Centurião, foi possível perceber facetas da ideologia católico-militar difundida pela UCM no seu combate ao movimento tenentista.

No que diz respeito ao culto a São Maurício, foi possível examinar uma origem mais remota do processo de reaproximação entre a Cruz e a Espada na Primeira República quando se apontou o surgimento, em 1917, da Conferência de São Maurício na Escola Militar do Realengo: um grupo de católicos militares que se revelou fundamental no processo de formalização, criação e expansão da associação católica militar (UCM) na década seguinte.

Desta forma, pode-se ver que não foi o tenentismo a fagulha que deu início ao processo reação e repenetração da Igreja no meio militar. O tenentismo e a anarquia militar dos anos 1920 foram os catalisadores de um trabalho de recatolicização das forças armadas que já estava em andamento, sendo a Conferência de São Maurício, um dos seus maiores e mais precoces indícios.

Mas, isto não é tudo. No capítulo seguinte serão abordados mais dois eixos de O Centurião: nacionalismo e invenção de tradições. Em resumo, explorar-se-á o tipo de nacionalismo empregado pelos católicos militares e, quanto às tradições inventadas, serão investigadas algumas festas implementadas e difundidas pela UCM, em especial a Páscoa dos Militares e a benção das espadas.

Capítulo 3

O nacionalismo reacionário católico e as tradições inventadas na formação da identidade católico-militar

Nesta etapa, serão abordados dois aspectos centrais na construção conservadora de uma identidade católico-militar: nacionalismo e tradições inventadas. A temática do nacionalismo, primeiro tópico deste capítulo, assim como a do conservadorismo, abordada anteriormente, atravessou toda a produção exposta em O Centurião.

Da mesma forma que não é possível falar do conservadorismo como um fenômeno uniforme, não se pode enxergar o nacionalismo como uma coisa única, é necessário atentar-se para as nuances e variações.Ao longo do século XX, existiram nacionalismos em disputa no âmbito militar. Uma corrente nacionalista de destaque foi a do nacionalismo reacionário católico que criou raízes profundas e reverbera até os dias atuais.

Para refletir acerca dos fenômenos que envolvem a questão do nacionalismo e para conhecer mais profundamente o nacionalismo reacionário católico, desenvolvido pela UCM na década de 1920, recorreu-se essencialmente a três autores: Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Lucia Lippi Oliveira. Os dois primeiros foram utilizados no sentido de estabelecer algumas reflexões teóricas fundamentais acerca do nacionalismo, enquanto a última foi utilizada, não somente em razão dos seus aportes teóricos, como também por conta do seu extenso levantamento acerca do nacionalismo na Primeira República.

O segundo tópico deste capítulo versou sobre algumas das principais tradições implementadas e/ou difundidas pela UCM. Essas tradições militares-religiosas possuíam uma clara e planejada finalidade educativa. Como exemplo das referidas tradições pode-se mencionar: a Páscoa dos Militares, a Benção das Espadas, os retiros religiosos e a cerimônia do Adeus dos Reservistas, ou seja, foram criadas/apropriadas uma série de tradições específicas para os católicos militares, no propósito de reforçar os valores defendidos pela associação e formar uma subjetividade católica, militar, conservadora, antirrevolucionária e anticomunista.

Essas tradições são bastante reveladoras e colaboram no nosso intuito de melhor compreender os católicos-militares e o conservadorismo/reacionarismo religioso militar. Neste capítulo em específico, se abordará a Páscoa dos Militares e a Benção das espadas, deixando os retiros religiosos e o Adeus do Reservista, por uma questão de afinidade temática, para o último capítulo, quando se estará refletindo sobre alguns aspectos ainda não mencionados do projeto educacional da UCM e da sua busca por laços externos na luta pela “recristianização do Exército”.

3.1- Nação e nacionalismo: pressupostos teóricos

Nesta primeira seção se pretendeu investigar quais eram as influências e as características do nacionalismo apresentado pelos católicos-militares, na década de 1920, através das páginas de O Centurião. Para tal, selecionou-se alguns fragmentos do referido periódico sobre os quais se devem realizar algumas reflexões. Além disso, recorreu-se a outras fontes acerca do movimento nacionalista desenvolvido na Primeira República, referentes, em especial, às considerações de Affonso Celso e de Jackson de Figueiredo, haja vista a influência do primeiro sobre os católicos, e a do segundo, não somente sobre os católicos, mas também sobre os católico-militares. Entretanto, antes de adentrar nas especificidades do nacionalismo professado pela UCM, é necessário realizar algumas reflexões teóricas propedêuticas.

O slogan utilizado pelo Centurião em todas as suas capas era: “Por Deus, pela Pátria!”. Assim, como ponto de partida, cabe perguntar, do ponto de vista teórico: o que é pátria? Ainda, no mesmo campo semântico, o que é Nação? Quais as origens e características do fenômeno Estado-nação e do nacionalismo?

Segundo Oliveira (1990):

> O que significam, ou melhor, o que têm significado as palavras pátria e nação? Estes conceitos que emergiram na luta política e social dos povos europeus e que marcaram igualmente a história do Novo Mundo. **Eles tiveram, têm e terão conteúdos diferentes para diferentes povos em diferentes épocas. Cada grupo social elabora e faz uso dessas categorias visando obter um tipo de identidade coletiva.** As transformações no entendimento e na utilização do conceito de nacionalismo foram definidas pelos problemas que cada nação enfrentou ao procurar a realização de um destino comum, que proporcionasse à sua população uma auto-identificação e um sentimento de pertencimento. A identidade nacional, como todo processo de construção de identidade, tem uma dimensão interna na qual se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma diferença em relação ao outro. (OLIVEIRA, 1990, P.11, grifo nosso)

Hobsbawm, por sua vez, afirmou:

> A maior parte dessa literatura centrou-se na questão: o que é uma (ou a) nação? **Pois a principal característica desse modo de classificar grupos de seres humanos é que – apesar da alegação, daqueles que pertencem a uma nação, de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para a sua identificação individual – nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo.** Isto não é surpreendente em si mesmo, pois, se olharmos **“a nação” como um fenômeno muito recente na história da humanidade e produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais ou**

> **localizadas, era de se esperar que ele ocorresse, como inicialmente o foi, mais em umas poucas colônias de povoamento do que em uma população genericamente distribuída sobre o território mundial.** O problema, no entanto, é que não há meio de informar o observador como distinguir a priori uma nação de outras entidades, da mesma maneira como podemos informá-lo como reconhecer um pássaro ou distinguir um rato de um lagarto...
>
> As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram nações e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. ... **Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como "nações", sempre é possível descobrir exceções.** Ou os casos que correspondem à definição não são (ou não são ainda) "nações" nem possuem aspirações nacionais, ou sem dúvida as nações não correspondem aos critérios ou à sua combinação. **Na verdade, como poderia ser diferente, já que estamos tentando ajustar entidades históricas novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade?**
>
> Além disso, como veremos, **os critérios usados** para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – s**ão em si mesmo ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis** para os fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização da terra. É **claro que isso os tornou excepcionalmente convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos.** (HOBSBAWM, 2020, p.13-14, grifo nosso)

Oliveira (1990) destacou a ideia de nação enquanto conceito e, por isso mesmo, variável, conforme a época e grupo social. Segundo a autora, o conceito de nação está relacionado à busca por uma identidade coletiva. Hobsbawm (2020), por sua vez, salientou a complexidade do fenômeno, as dificuldades existentes na busca por uma definição. A ambiguidade dos critérios para a definição de nação, segundo o autor, tornou-se algo "excepcionalmente conveniente para propósitos propagandísticos e programáticos" e, deve-se acrescentar, por isso mesmo, perigosos, em razão da forma como podem ser manipulados.

Hobsbawm também questionou a possibilidade de utilização de critérios subjetivos para definir nação:

> ... o fato é que quase toda classificação de alguma comunidade como "nação", com base em tais critérios significativamente objetivos, seria suscetível de objeções semelhantes, a menos que o fato de ser uma "nação" pudesse ser estabelecido em outras bases.
>
> Todavia, quais outras bases? A alternativa para uma definição objetiva de nação é uma definição subjetiva, seja coletiva (seguindo a frase de Renan: "uma nação é um plesbicito diário"), seja individual, à moda austro-marxista de se considerar a "nacionalidade" como passível de aderir às pessoas, onde elas vivessem ou com quem vivessem, sobretudo se estas decidissem exigi-la. Ambas são tentativas evidentes de se escapar da compulsão do objetivismo a priori, adaptando, de forma diferente em ambos os casos, a definição de

> "nação" a territórios nos quais pessoas com diferentes línguas ou outros critérios objetivos coexistem, como na França e no império Habsburgo. Ambas as definições são sujeitas à objeção de que definir uma nação pela consciência que têm seus membros de a ela pertencer é tautológica e fornece apenas um guia a posteriori sobre o que é uma nação...
> **Embora essa atitude tenha levado a algumas tentativas de construir nações através de processos de conscientização, especialmente desde os anos 1960, observadores sofisticados como Otto Bauer e Renan sabiam muito bem que as nações possuíam também elementos objetivos comuns. No entanto, insistir na consciência ou na escolha como o critério da existência de nações é subordinar sem discernimento os muitos modos pelos quais os seres humanos se definem e redefinem como membros de grupos a uma opção única: a escolha de pertencer a uma nação ou a uma nacionalidade...**
> Na verdade, também **não é possível reduzir nem mesmo a "nacionalidade" a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra** (a menos, é certo, que se seja obrigado a isso pela *force majeure* dos Estados).
> Há pessoas que podem identificar-se como judeus mesmo que não partilhem da religião, língua, cultura, tradição, herança histórica, padrões grupais de parentesco ou de uma atitude em relação ao estado judeu. Do mesmo modo, isso não implica uma definição puramente subjetiva da "nação". (HOBSBAWM, 2020, p.15-17, grifo nosso)

Assim, rejeitando critérios objetivos e subjetivos, o autor inglês optou por não realizar "uma definição a priori do que constitui uma nação". Vejamos:

> Em qualquer caso, o agnosticismo é a melhor postura inicial de um estudioso nesse campo, e portanto este livro não possui uma definição a priori do que constitui uma nação. Como hipótese inicial de trabalho, **trataremos como nação qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma "nação"**. (HOBSBAWM, 2020, p.17, grifo nosso)

Portanto, dadas as imprecisões e complexidades inerentes à palavra nação, Hobsbawm (2020) optou por trabalhar com o conceito de nação partindo de sua associação com o de nacionalismo:

> ... ao abordar a "questão nacional", "é mais profícuo começar com o conceito de nação (isto é, com nacionalismo) do que com a realidade que ele representa." **Pois a "nação", tal como concebida pelo nacionalismo, pode ser reconhecida prospectivamente; mas a nação real pode ser reconhecida apenas a posteriori.**
> ... Uma abordagem que concede atenção particular às mudanças e às transformações do conceito especialmente em relação ao fim do século XIX. Conceitos, certamente, não são parte de discursos filosóficos flutuantes, mas são histórica, social e localmente enraizados e, portanto, devem ser explicados em termos destas realidades. (HOBSBAWM, 2020, p.18, grifo nosso)

Vê-se, então, que Hobsbawm (2020), entendeu haver uma diferença entre nação-realidade e nação-conceito, não tratando nação somente como conceito. Acerca da palavra nacionalismo e sua relação com Nação, o autor delimitou:

> Uso o termo nacionalismo no sentido definido por Gellner, ou seja, significando "fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente...
> ... **não considero a nação como uma entidade social originária ou imutável. A nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o "Estado-nação"; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. "As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político [...] inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade." Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto;**
> ... As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências; por essa razão **as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.** (HOBSBAWM, 2020, p.18-19, grifo nosso)

Pode-se constatar acima, que Hobsbawm (2020) entendeu nacionalismo como um princípio que busca a unidade política e nacional e coloca todas as demais obrigações públicas abaixo das obrigações nacionais. O nacionalismo, dentro dessa concepção, também traz consigo o elemento da invenção, da engenharia social, a qual poderia até se sobrepor às culturas preexistentes, à realidade. Neste sentido, não são as nações que formam os Estados-nação, mas o oposto, ou seja, estes seriam fruto do nacionalismo, um princípio que, direcionado, forma Estados.

Contudo esta formação, apesar de essencialmente construída pelo alto, não pode ser compreendida sem se observar a perspectiva vinda de baixo:

> Essa visão de baixo, isto é, **a nação vista não por governos, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas (ou não nacionalistas), mas sim pelas pessoas comuns que são o objeto de sua ação e propaganda, é extremamente difícil de ser descoberta**... Com certeza, ainda não sabemos muito. Todavia, três coisas estão claras.
> Primeiro, as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos

> mais leais entre eles. Segundo, e mais especificamente, **não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras.** Terceiro, **a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo**, mesmo em períodos muito curtos... (HOBSBAWM, 2020, p.19-20, grifo nosso)

No trecho acima, assim como no trecho anterior, Hobsbawm (2020) chamou atenção para a percepção do nacionalismo como um fenômeno dual, de maneira que se deve buscar, tanto a perspectiva vinda do alto, como a perspectiva vinda de baixo, sem deixar de levar em consideração as demais formas de identificação que aparecem em conjunto ou em concorrência. Este ponto é de fundamental importância para estas reflexões, haja vista que o presente objeto de atenção, o nacionalismo conservador católico-militar trabalha com a combinação de duas formas de identificação bastante poderosas e mobilizadoras: o nacionalismo e a religião, sendo necessário entender de que forma se opera e alimenta esta relação.

Todavia, antes de adentrar nesta seara, é importante trazer à baila algumas considerações de mais um estudioso acerca dos nacionalismos. Trata-se de Benedict Anderson (2019), um autor, que, em certa medida, se contrapõe a algumas percepções teóricas de Hobsbawm (2020), visto que adotou uma definição de nação na qual predomina o critério subjetivo. Apesar das diferenças neste quesito, alguns pontos merecem ser aqui tratados, haja vista que se podem notar algumas convergências entre os autores. Acerca da importância do nacionalismo:

> **… desde a Segunda Guerra Mundial, todas as revoluções vitoriosas se definiram em termos nacionais – a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã e assim por diante – e, com isso, se firmaram solidamente num espaço territorial e social herdado do passado pré-revolucionário...**
> **Eric Hobsbawm** tem plena razão ao afirmar que "os movimentos e estados marxistas têm mostrado a tendência de se tornarem nacionais não só na forma, mas também no conteúdo, ou seja, nacionalistas. **Nada sugere que essa corrente não haverá de continuar."** (ANDERSON, 2019, p.27-28, grifo nosso)

O fragmento acima, além de ilustrar uma das convergências entre Hobsbawm (2020) e Anderson (2019), reafirma a complexidade do fenômeno nacionalismo, uma vez que este foi e é utilizado, de maneiras diferentes, tanto por grupos reacionários, no campo da direita e extrema direita do espectro político, quanto por revolucionários, ou seja, no campo da esquerda.

Uma perspectiva de análise interessante é a seguinte:

> O meu ponto de partida é que **tanto a nacionalidade** – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [nation-ness] – **quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda.** Tentarei mostrar que a criação desses produtos, no final do século XVIII, foi uma destilação espontânea do "cruzamento complexo de diferentes forças históricas. No entanto, depois de criados, esses produtos se tornaram "modulares", capazes de serem transportados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas. Tentarei mostrar também por que esses produtos culturais específicos despertaram apego tão profundo. (ANDERSON, 2019, P.30, grifo nosso)

No fragmento acima, Anderson (2019) propôs tratar tanto a condição nacional quanto o nacionalismo como produtos culturais. Na modelação desses "produtos", especialmente no período posto em relevo na presente tese, ganhou destaque o papel da imprensa, principal meio de comunicação durante a Primeira República. Mas antes, de se aprofundar neste terreno, observe-se como Anderson definiu nação:

> Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: **uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.**
> Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles...
> ... Gellner diz algo parecido quando decreta, com certa ferocidade, que "o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem". Mas o inconveniente dessa formulação é que Gellner está tão aflito para mostrar que o nacionalismo se mascara sob falsas aparências, que ele identifica "invenção" com contrafação e falsidade, e não com "imaginação" e "criação". Assim, ele sugere, implicitamente, que existem comunidades "verdadeiras" que, num cotejo com as nações, se mostrariam melhores. Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. **As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas.** (ANDERSON, 2019, p. 32-33, grifo nosso)

Seguindo o raciocínio acima, quando se fala num nacionalismo conservador católico-militar, se está a referir a um estilo de pensamento ou a uma visão de mundo específica, a visão de uma comunidade diferenciada, assim como a uma determinada

forma de se estabelecer uma identidade coletiva. Esta nação é simultaneamente limitada e soberana:

> Imagina-se a nação limitada porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações...
> **Imagina-se a nação soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico de ordem divina**. Amadurecendo numa fase da história humana em que mesmo os adeptos mais fervorosos de qualquer religião universal se defrontavam inevitavelmente com o pluralismo vivo dessas religiões e com o alomorfismo entre as pretensões ontológicas e a extensão territorial de cada credo, as nações sonham em ser livres – e, quando sob dominação divina, estão diretamente sob sua égide. A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano.
> **E, por último, ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.**
> Essas mortes nos colocam bruscamente diante do problema central posto pelo nacionalismo: o que faz com que as parcas criações imaginativas da história recente (pouco mais de dois séculos) gerem sacrifícios tão descomunais? Creio que encontraremos os primeiros contornos de uma resposta nas raízes culturais do nacionalismo. (ANDERSON, 2019, p. 33-34, grifo nosso)

Ao longo da Primeira República, observou-se o fervilhar de movimentos nacionalistas de diversos matizes. O estilo do nacionalismo brasileiro estava em disputa e isso incluiu o campo militar, isto é, o modelo de nacionalismo adotado nas forças armadas estava em transformação. Os tenentes que se revoltaram em 1922, salvo algumas exceções, não estavam alinhados ao conservadorismo católico, não se conformavam dentro da visão católico-nacionalista que defendia Bernardes contra Nilo Peçanha. O nacionalismo alcançava, com diferentes matizes, tanto conservadores quanto revoltosos (os últimos, isto é, os tenentes, adeptos de um nacionalismo herdeiro do jacobinismo, ou seja, dotado de forte caráter antioligárquico).

Um episódio marcante sobre o nacionalismo na Primeira República, ocorreu na ocasião da revolta dos Dezoito do Forte, quando alguns militares revoltosos pegaram recortes da bandeira nacional e saíram pela praia de Copacabana, trocando tiros com as tropas legalistas, recusando-se a se render. Vários morreram.

Tamanho sacrifício, como morrer pela nação, segundo Anderson (2019), pode ser mais bem compreendido, se levarmos em consideração as raízes culturais do nacionalismo:

> **Não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna do nacionalismo do que os cenotáfios e túmulos dos soldados desconhecidos. O respeito a cerimônias públicas em que se reverenciam esses monumentos, justamente porque estão vazios ou porque ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro no passado...**
> E, **no entanto, esses túmulos sem almas imortais nem restos imortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens nacionais espectrais. (É por isso que tantas nações diferentes têm esses túmulos sem sentir nenhuma necessidade de especificar a nacionalidade de seus ocupantes ausentes. O que mais poderiam ser, salvo alemães, americanos, argentinos etc.?)**
> O significado cultural desses monumentos ficará ainda mais claro se tentarmos imaginar, por exemplo, um túmulo do “marxista desconhecido” ou um cenotáfio para os “liberais tombados em combate”. Não seria um absurdo? **O Marxismo e o Liberalismo não se importam tanto com elas, isso sugere sua grande afinidade com os imaginários religiosos. Como essa afinidade nada tem de fortuito, talvez valha a pena iniciar uma avaliação das raízes culturais do nacionalismo pela morte, o último elemento de uma série de fatalidades.**
> A maneira de um homem morrer geralmente parece arbitrária, mas sua mortalidade é inevitável. As vidas humanas estão cheias dessas combinações entre acaso e necessidade... O grande mérito das concepções religiosas tradicionais (o qual, naturalmente, não deve ser confundido com o papel delas na legitimação de sistemas específicos de dominação e exploração) é a sua preocupação com o homem no universo, o homem enquanto espécie e a contingência da vida. A extraordinária sobrevivência do budismo, do cristianismo ou do islamismo ao longo dos milênios, e em dezenas de formações sociais diferentes, comprova uma capacidade de resposta imaginativa ao tremendo peso do sofrimento humano – a doença, a mutilação, a dor, a velhice, a morte. Por que nasci cego? Por que o meu melhor amigo ficou paralítico? Por que a minha irmã é retardada? As religiões tentam explicar. O grande ponto fraco de todos os estilos de pensamento evolucionários/progressivos, incluindo o marxismo, é que eles respondem a essas perguntas com um silêncio impaciente. Ao mesmo tempo, e de diversas maneiras**, o pensamento religioso também dá respostas sobre as obscuras insinuações da imortalidade, geralmente transformando a fatalidade em continuidade (karma, pecado original, etc.). Assim, a religião se interessa pelos vínculos entre os mortos e os ainda não nascidos, pelo mistério da regeneração. Quem vive a concepção e o nascimento do seu próprio filho sem apreender difusamente uma mescla de ligação, acaso e necessidade em linguagem de continuidade?** (ANDERSON, 2019, p. 35-37, grifo nosso)

O nacionalismo, conforme Anderson (2019), tem vários pontos de similaridade com o pensamento religioso. Um dos aspectos acima destacados é a sua capacidade de transmitir uma ideia de continuidade. Ainda sobre a relação entre nacionalismo e pensamento religioso:

> ... o século XVIII, na Europa Ocidental, marca não só o amanhecer da era do nacionalismo, mas também o anoitecer dos modos de pensamentos religiosos. O século do Iluminismo, do secularismo racionalista, trouxe consigo suas próprias trevas modernas. A fé religiosa declinou, mas o sofrimento que ela ajudava a apaziguar não desapareceu. A desintegração do paraíso: nada torna

> a fatalidade mais arbitrária. O absurdo da salvação: nada torna mais necessário um outro estilo de continuidade. **Então foi preciso que houvesse uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado. Como veremos, poucas coisas se mostraram (se mostram) mais adequadas a essa finalidade do que a ideia de nação. Admite-se normalmente que os estados nacionais são "novos" e "históricos", ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, seguem rumo a um futuro ilimitado. É a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino...**
> É claro que não estou afirmando que o surgimento do nacionalismo no final do século XVIII foi "produzido" pelo desgaste das convicções religiosas, nem que esse próprio desgaste não requer uma explicação complexa. Também não estou sugerindo que o nacionalismo tenha, de alguma forma, "substituído" historicamente a religião. **O que estou propondo é o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los.**
> Para nossas finalidades, os dois sistemas culturais pertinentes são a comunidade religiosa e o reino dinástico. Pois ambos, no seu apogeu, foram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade. Portanto, é fundamental analisar o que conferiu uma plausibilidade autoevidente a esses sistemas culturais, e ao mesmo tempo destacar alguns elementos-chave na decomposição deles. (ANDERSON, 2019, p.38-39, grifo nosso)

Ao refletir sobre a formação de comunidades imaginadas, Anderson (2019) destacou a importância da língua e das circunstâncias sociais:

> **As grandes culturas sacras (e, para nossos objetivos pode-se incluir também o "confucionismo") incorporaram a ideia de imensas comunidades. Mas a cristandade, o Ummah islâmico e mesmo o Império do Centro – que hoje é considerado chinês, mas antes imaginava-se como central – eram principalmente pelo uso de uma língua e uma escritura sagradas... Todas as grandes comunidades clássicas se consideravam cosmicamente centrais, através de uma língua sagrada ligada a uma ordem supra terrena de poder. Assim, o alcance do latim, do páli, do árabe ou do chinês escritos era, teoricamente ilimitado...**
> Mas essas comunidades clássicas ligadas por línguas sagradas tinham um caráter diferente das comunidades imaginadas das nações modernas. Uma diferença fundamental era a confiança das comunidades mais antigas no sacramentalismo único de suas línguas, e daí derivam as ideias que tinham sobre a admissão de novos membros...
> **Mas, se as línguas sagradas permitiam que se imaginassem comunidades tais como a cristandade, não é possível explicar o verdadeiro alcance e a efetiva plausibilidade dessas comunidades apenas pelo texto sagrado**: os seus leitores, afinal, não passavam de minúsculos recifes letrados em vastos oceanos iletrados. **Para uma explicação mais completa, temos de examinar a relação entre letrados e suas sociedades**... os letrados eram grandes iniciados, camadas estratégicas de uma hierarquia cosmológica cujo ápice era divino. **As concepções fundamentais sobre os grupos sociais eram mais centrípetas e hierárquicas do que horizontais e fronteiriças.** O poder assombroso do papado, no seu auge, só pode ser entendido em termos de um clero transeuropeu com conhecimento do latim escrito, e também de uma concepção de mundo partilhada por praticamente todos, e segundo a

> qual a camada bilíngue, ao mediar o vernáculo e o latim, também fazia a mediação entre a terra e o céu. (ANDERSON, 2019, p.39-40, grifo nosso)

As línguas sagradas, em associação com a atuação dos intelectuais, teriam permitido que se difundissem determinadas visões de mundo que englobavam a consolidação de uma comunidade imaginada dotada de um forte sentimento de pertencimento e identidade. Entretanto, a coesão dessas comunidades passou por um processo de enfraquecimento após o fim da Idade Média:

> Entre as razões desse declínio, destaco apenas as duas relacionadas diretamente à sacralização única dessas comunidades. Em primeiro lugar, o declínio resultou das explorações do mundo não europeu, as quais ampliaram violentamente o horizonte cultural-geográfico e, simultaneamente, os conceitos acerca das possíveis formas de vida humana, o que ocorreu sobretudo, mas não exclusivamente, na Europa...
> **Em segundo lugar, houve um rebaixamento gradual da própria língua sagrada. Escrevendo sobre a Europa Ocidental medieval, Bloch observou que "o latim era não só a língua em que se ensinava, como também a única língua ensinada"... Mas, no século XVI, tudo isso estava mudando rapidamente... Febvre e Martin calculam que 77% dos livros impressos antes de 1500 ainda eram em latim... Se, entre as 88 edições impressas em Paris em 1501, apenas oito não eram em latim, após 1575, a maioria era sempre em francês. Apesar de uma retomada temporária durante a Contrarreforma, a hegemonia do latim estava condenada. E não estamos falando apenas numa popularidade geral. Um pouco mais tarde, e numa rapidez igualmente estonteante, o latim deixou de ser a língua da alta intelectualidade pan-europeia...**
> "Depois de 1640, com a quantidade cada vez menor de edições em latim, e cada vez maior nas línguas vernáculas, a atividade editorial estava deixando de ser um empreendimento internacional." Em suma, o declínio do latim ilustrava um processo mais amplo, em que as comunidades sagradas amalgamadas por antigas línguas sacras vinham gradualmente se fragmentando, pluralizando e territorializando. (ANDERSON, 2019, p.45-47, grifo nosso)

Outro processo relevante para se compreender a emergência da questão das nacionalidades é o declínio do princípio da legitimidade e, por consequência, dos reinos dinásticos:

> A realeza organiza tudo em torno de um centro elevado. Sua legitimidade deriva da divindade, e não da população, que, afinal, é composta de súditos, não de cidadãos... Cabe também lembrar que esses antigos Estados Monárquicos se expandiam não só pela guerra, mas também por uma política sexual – muito diferente da praticada nos nossos dias. Seguindo o princípio geral da verticalidade, os casamentos dinásticos reuniam populações diferentes sob novos vértices... Com efeito, era frequente que as linhagens reais procurassem ganhar prestígio, para além de qualquer aura de divindade a partir da, digamos, miscigenação. Pois essas misturas eram símbolos de uma posição de ordem superior. É típico que não tenha existido nenhuma

> dinastia "inglesa" dominando Londres desde o século XI (se tanto) – e que "nacionalidade" havemos de atribuir aos Bourbon?
> Mas, **durante o século XVII – por razões que não nos deterão por ora –, a legitimidade automática da monarquia sagrada começou a declinar lentamente na Europa Ocidental.** Em 1649, Carlos Stuart foi decapitado na primeira revolução do mundo moderno, e nos anos 1650 um dos mais importantes Estados europeus foi governado por um protetor plebeu, em lugar de um rei. Todavia, mesmo na época de Pope e de Addison, Anne Stuart ainda curava os doentes pelo toque das mãos, taumaturgia que também era realizada pelos Bourbon, Luís XV e XVI, na França iluminista, até o final do ancien régime. Mas, **após 1789, foi preciso defender o princípio da legitimidade de modo consciente e vigoroso, e, com isso, a "monarquia" acabou se tornando um modelo semipadronizado... Em 1914, os Estados dinásticos ainda eram maioria no sistema político mundial, mas... muitas dinastias vinham se esforçando para conseguir uma chancela "nacional", enquanto o velho princípio da legitimidade minguava silenciosamente.** Se os exércitos de Frederico, o Grande (1740-86), eram maciçamente compostos por "estrangeiros", os de seu sobrinho-neto Frederico Guilherme III (1797-1840) já eram, em virtude das reformas espetaculares de Scharnhorst, Gneisenau e Clausewitz, exclusivamente "nacional-prussianos". (ANDERSON, 2019, p.48-51, grifo nosso)

Anderson (2019), entretanto, não defende que a emergência das nacionalidades tenha se dado como mero substituto das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos. Para o autor, outros fatores concorreram para permitir a emergência das comunidades imaginadas das nações:

> Mas seria estreiteza pensar que as comunidades imaginadas das nações teriam simplesmente surgido a partir das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, substituindo-as. **Por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou "pensar" a nação.** (ANDERSON, 2019. p. 51-52, grifo nosso)

No fragmento acima, o autor está chamando a atenção para mais um fator em declínio junto com as já citadas comunidades religiosas e reinos dinásticos. Trata-se de uma mudança na percepção da temporalidade:

> Para termos uma ideia dessa mudança, seria útil recorrermos às representações visuais das comunidades sagradas, como relevos e vitrais de igrejas medievais, ou pinturas dos primeiros mestres italianos e flamengos. Um traço característico dessas representações é algo enganosamente parecido com uma "roupagem moderna". Os pastores que seguiram a estrela até a manjedoura onde Cristo nasceu apresentam os traços dos camponeses da Burgúndia. A virgem Maria é pintada como a filha de um mercador toscano. Em muitos quadros, o patrono comitente, em traje completo de nobre ou de burguês, está ali ajoelhado, em adoração, junto com os pastores. O que hoje parece incongruente certamente parecia muito natural aos olhos dos devotos medievais. Estamos diante de um mundo onde a representação da realidade imaginada era maciçamente visual e auditiva...

> Seria inconcebível representar a Virgem Maria com traços "semíticos" ou roupas do século I dentro do espírito de restauração da museologia moderna, pois **a mentalidade cristã medieval não concebia a história como uma cadeia interminável de causas e efeitos, nem imaginava separações radicais entre o passado e o presente**. Como observa Bloch, **as pessoas pensavam que o final dos tempos estava próximo e que a segunda vinda de Cristo poderia ocorrer a qualquer momento**... Bloch conclui que, quando os homens medievais "se entregavam à meditação, nada estava mais longe de seus pensamentos do que a perspectiva de um longo futuro para uma humanidade jovem e vigorosa." (ANDERSON, 2019, p.52-53, grifo nosso)

A visão de história acima relatada é imbuída por uma percepção de tempo teleológica, dominada pela providência divina, o que traz uma ideia de simultaneidade (passado, presente, futuro). Nesse tipo de perspectiva enquadravam-se as comunidades imaginadas religiosas. Entretanto, na Idade Moderna, ocorre o desenvolvimento e difusão de uma nova forma de temporalidade, de uma nova ideia de simultaneidade, a qual auxiliará na representação de um outro tipo de comunidade, a comunidade correspondente à nação. Acerca desse ponto:

> ... tal ideia de simultaneidade **(A concepção medieval)** é totalmente alheia a nós. Ela concebe o tempo como algo próximo ao que Benjamin denomina "tempo messiânico", uma simultaneidade de passado e futuro, em um presente instantâneo. Nessa visão das coisas, a palavra "entrementes" não pode ter nenhum significado real.
> **A nossa concepção de simultaneidade levou muito tempo para ser preparada**, e não há dúvida de que **o seu surgimento está ligado**, de maneiras que precisam ser estudadas mais a fundo, **ao desenvolvimento das ciências seculares.** Mas é uma concepção de importância tão fundamental que, se não for levada na devida conta, teremos dificuldade em investigar a obscura gênese do nacionalismo. O que ocupou **o lugar da concepção medieval da simultaneidade ao longo do tempo é, recorrendo novamente a Benjamin, uma ideia de "tempo vazio e homogêneo",** em que a simultaneidade é, por assim dizer, transversal, cruzando o tempo, marcada não pela prefiguração e pela realização, **mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário.** (ANDERSON, 2019, p.54, grifo nosso)

Ao longo desta mudança de perspectiva operada em longo prazo, dois elementos contribuíram tanto para a sua difusão (ou seja, para reforçar esta nova concepção de temporalidade), quanto para permitir representar um novo tipo de comunidade (a comunidade imaginada da nação). Estes elementos são o jornal e o romance:

> Entenderemos melhor por que essa transformação (**da perspectiva temporal**) foi tão importante para a gênese da comunidade imaginada da nação se considerarmos a estrutura básica de **duas formas de criação imaginária que floresceram pela primeira vez na Europa durante o século XVIII: o romance e o jornal. Pois essas formas proporcionaram**

> **meios técnicos para representar o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação.** Consideremos em primeiro lugar a estrutura do romance ao velho estilo, típica não só das obras primas de Balzac, mas também de qualquer literatura barata da época. É claramente um mecanismo para apresentar a simultaneidade em “um tempo vazio e homogêneo”... Tomemos, para fins ilustrativos, um trecho de um enredo simples, em que um homem (A) tem uma esposa (B) e uma amante (C), que por sua vez tem um amante (D)... A e D nunca se encontram durante essa sequência, e na verdade podem até ignorar a existência um do outro se C tiver feito o seu jogo direito. Então, o que realmente liga A a D? Duas concepções complementares: em primeiro lugar, pertencem a “sociedades” (Wessex, Lubeck, Los Angeles). Essas sociedades são entidades sociológicas de uma realidade tão sólida e estável que é possível até descrever os seus membros (A e D) se cruzando na rua sem nunca se conhecerem, e mesmo assim mantendo ligações entre si. Em segundo lugar, A e D estão presentes no espírito dos leitores oniscientes. Apenas eles, à maneira de Deus, veem A ligando para C, B fazendo compras e D jogando bilhar, todos ao mesmo tempo. Todas essas ações são executadas ao mesmo tempo no relógio e no calendário, mas por agentes que não precisam se conhecer, e esta é a novidade desse mundo imaginado que o autor invoca no espírito de seus leitores.
>
> A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Um americano nunca vai conhecer e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles. (ANDERSON, 2019, p. 55-57, grifo nosso)

O trecho acima demonstra como os romances contribuíram no processo de formação de identidades coletivas num sentido nacional. Mas, para que o argumento fique mais claro, é necessário se deter na questão dos periódicos:

> ... **se agora observarmos o jornal como produto cultural, ficaremos impressionados com seu caráter profundamente ficcional. Qual é a principal convenção literária do jornal?** Se olharmos uma primeira página qualquer do New York Times, por exemplo, teremos matérias sobre dissidentes soviéticos, a fome em Mali, um assassinato medonho, um golpe no Iraque, a descoberta de um fóssil raro no Zimbábue e um discurso de Mitterrand. Por que esses fatos estão justapostos dessa maneira? O que liga uns aos outros? Não um mero capricho. Mas é óbvio que a maioria deles ocorre de um modo independente, sem que os agentes se conheçam ou saibam o que os outros estão fazendo. **A arbitrariedade na inclusão e justaposição deles (uma edição posterior irá substituir Miterrand por uma vitória no beisebol) mostra que o vínculo entre eles é imaginado.**
>
> **Esse vínculo imaginário provém de duas fontes indiretamente relacionadas. A primeira é a simples coincidência cronológica. A data no alto do jornal, o seu emblema mais importante, fornece a principal conexão – o avanço constante do tempo vazio e homogêneo. Dentro desse tempo, “o mundo” caminha inexoravelmente em frente. O sinal disso: se, depois de dois dias de reportagem sobre a fome, Mali desaparece das páginas do New York Times por meses a fio, os leitores não vão imaginar nem por um momento que Mali tenha sumido ou que a fome tenha liquidado todos os seus habitantes. O formato romanesco do jornal lhes garante que, em algum lá fora, o “personagem” Mali continua a existir em silêncio, esperando pela próxima aparição no enredo.**

> A segunda fonte do vínculo imaginário consiste na relação entre o jornal, como uma forma de livro, e o mercado. Calcula-se que, nos quarenta e poucos anos entre a publicação da Bíblia de Gutenberg e o final do século XV, tenham sido impressos na Europa mais de 20 milhões de volumes. Entre 1500 e 1600, a quantidade impressa atingiu algo entre 150 e 200 milhões de exemplares... o livro foi a primeira mercadoria industrial com produção em série ao estilo moderno... Desse ponto de vista, **o jornal é apenas uma "forma extrema" do livro, um livro vendido em escala colossal, mas de popularidade efêmera.** Será que podemos dizer best-sellers por um dia? Mas a obsolescência do jornal no dia seguinte à sua edição – é curioso que uma das primeiras mercadorias de produção em série já prenunciasse a obsolescência intrínseca dos bens duráveis modernos – **cria, e justamente por essa mesma razão, uma extraordinária cerimônia de massa: o consumo (a "criação de imagens") quase totalmente simultâneo do jornal como ficção.** Sabemos que as edições matutinas e vespertinas vão ser maciçamente consumidas entre esta e aquela hora, apenas neste, e não naquele dia... **O significado dessa cerimônia de massa – Hegel observou que os jornais são para o homem moderno, um substituto das orações matinais – é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é incessantemente repetida a intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo o calendário. Podemos conceber uma figura mais clara da comunidade imaginada secular, historicamente regulada pelo relógio? Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana.** (ANDERSON, 2019, p.65-66, grifo nosso)

No fragmento acima, o autor está chamando a atenção para o caráter arbitrário existente no ato de se produzir um jornal. Daí, o uso do termo ficcional, para realçar o aspecto imaginário por trás desse ato. Neste sentido, o jornal é encarado como um produto cultural. Não se trata de um produto simples, porque é um produto que também produz, ou seja, fabrica imagens que são compartilhadas por milhares ou milhões, formando identidades coletivas, solidariedades e ódios em comum.

O autor não advoga que as nações surgiram unicamente em razão da imprensa. Vários fatores contribuíram para o surgimento das nações, dentre estes: a ascensão do liberalismo e o movimento Iluminista. Interesses econômicos e políticos também concorreram, assim como fatores geográficos.

Ao refletir sobre os movimentos de emancipação nacional ocorridos na América Latina, entre fins do século XVIII e os nacionalismos europeus de meados do século XIX e início do século XX, o autor aprofundou o seu argumento:

> Mais do que explicar as bases socioeconômicas da resistência antimetropolitana no hemisfério ocidental entre, digamos, 1760 e 1830, **ele (o argumento)** pretende esclarecer por que a resistência foi concebida

basicamente em formas "nacionais" no plural. **Os interesses econômicos em jogo são conhecidos e têm, evidentemente, uma importância fundamental.** O liberalismo ou o iluminismo em si mesmos poderiam criar, e não criaram, o tipo ou a forma de comunidade imaginada a ser protegida contra as depredações desses regimes; em outros termos, eles não forneceram o quadro de uma nova consciência – a periferia praticamente ignorada do seu campo visual – em oposição aos objetos de admiração ou desagrado que ocupavam o foco de suas atenções. **Para essa específica, o papel histórico decisivo foi desempenhado por funcionários peregrinos (burocracia crioula local impedida de ascender, portadora de uma identidade coletiva marcada por essa discriminação) e impressores locais crioulos.**
O final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa. Se considerarmos o caráter desses novos nacionalismos que, entre 1820 e 1920, mudaram a face do Velho Mundo, dois traços notáveis os diferenciavam de seus predecessores. **Em primeiro lugar, em quase todos eles as "línguas impressas nacionais" foram de fundamental importância ideológica e política, ao passo que, o espanhol e o inglês, nunca foram questões relevantes nas Américas revolucionárias. Em segundo lugar, todos eles podiam funcionar a partir de modelos visíveis, oferecidos pelos seus antecedentes distantes e, após as convulsões da Revolução Francesa, nem tão distantes.** Assim, desde logo a "nação" se tornou objeto de uma aspiração consciente, e não uma perspectiva de mundo que ganhava foco aos poucos. Na verdade, ... a "nação" foi uma invenção sem patente, e seria impossível registrá-la. Pôde ser copiada por mãos muito diversas, e às vezes inesperadas. (ANDERSON, 2019, p.106-107, grifo nosso)

Uma vez que, em fins do século XVIII e início do século XIX, teriam sido estabelecidos modelos de nacionalismo, de mobilização e formação de identidades coletivas com propósitos políticos variados, teria se iniciado um processo de transposição para outras realidades sociais, uma busca por uma manipulação consciente.

Neste ponto, recapitulando, observou-se a complexidade que envolve o fenômeno do nacionalismo e as diferentes maneiras de abordá-lo. Hobsbawm (2020), por exemplo, optou por não realizar uma definição a priori, em razão da dificuldade em encontrar critérios objetivos que pudessem delimitar o que é nação. Anderson (2019), diante da impossibilidade de encontrar critérios objetivos, optou por um critério subjetivo afirmando ser a nação uma comunidade política imaginada. Neste trabalho, entende-se a concepção de Anderson (2019) como interessante, por nos permitir ter em mente uma definição, ainda que seja uma definição bastante vaga e, por conta disso, imprecisa e até incompleta. A não definição por parte de Hobsbawm (2020), por sua vez, demonstra a relatividade do fenômeno que, não podendo ser definido de antemão, somente pode ser definido dentro do seu contexto histórico específico, ou seja, da mesma forma que o proposto por Oliveira (1990) na abertura do capítulo.

Contudo, as considerações de Anderson (2019) possuem extrema importância no sentido de nos fazer notar mais atentamente os aspectos simbólicos que envolvem o

nacionalismo. Assim, ao afirmar a maneira como o imaginário e o sentimento nacionalista oferecem uma ideia secular de continuidade, o autor enfatiza o quanto o nacionalismo transcende uma função de ser apenas uma ideologia política, ou seja, tenta-se fazer-nos observar alguns dos fundamentos de onde extrai a sua legitimidade emocional. A sua percepção sobre a manipulação consciente do fenômeno não excluiu o seu aspecto imaginativo, criativo, fantasioso, ou seja, fugindo da dicotomia autenticidade versus falsidade, fabricado versus espontâneo, buscou focar no estilo com que as comunidades eram imaginadas. Desta forma, tão importante quanto perceber as tradições inventadas é compreender a forma como isto se fez e as suas finalidades.

3.2- Os nacionalismos na Primeira República

Considerando que já se levantaram algumas reflexões essenciais acerca do nacionalismo enquanto conceito e produto cultural, é necessário aprofundar-se um pouco acerca dos movimentos nacionalistas que emergiram ao longo da Primeira República, para se entender melhor esse nacionalismo conservador católico de matrizes ultramontanas, que penetrou nas Forças Armadas brasileiras através da União Católica Militar (UCM).

Inicialmente, Oliveira (1990) destacou dois modelos de nacionalismo:

> A luta entre **um nacionalismo jacobino exacerbado (anti-inglês e antilusitano) e um nacionalismo ufanista (antiamericano) caracterizou este primeiro tempo republicano**. Os princípios definidores de cada um desses nacionalismos não desapareceram do ideário brasileiro, retornando ao final da década de 1910, reinterpretados à luz de novo momento político e social. (OLIVEIRA, 1990, p.109, grifo nosso)

É preciso distinguir bem as características e os defensores dos dois nacionalismos supracitados: o nacionalismo jacobino e o nacionalismo ufanista. Começando pelo nacionalismo jacobino, observe-se as suas bases sociais e contexto:

> A primeira década republicana teria se caracterizado pela luta entre pelo menos dois projetos de República: o das oligarquias cafeeiras - federalista, liberal, voltada para o exterior, socialmente excludente e elitista – e **o "jacobino" – militarista, radical, nacionalista, mobilizador e antioligárquico** (Costa, 1984, p. 12). A proclamação da República, entretanto, envolveu a ação unitária do Exército e, num segundo momento, o fortalecimento do governo Floriano contra as tentativas de desestabilização do regime. Na repressão à Revolta da Armada, em 1893, e à Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, organizaram-se batalhões patrióticos,

> compostos de militares e voluntários civis, financiados e armados com o auxílio de cafeicultores paulistas (Costa, 1984, pp. 13-15). Os remanescentes desses batalhões, aliados a setores populares da cidade do Rio de Janeiro, formaram o movimento jacobino. O culto a Floriano e ao nacionalismo constituiu o núcleo central do jacobinismo, que pretendia defender um projeto republicano alternativo ameaçado pelos republicanos liberais e pelos monarquistas. O governo civil e paulista de Prudente de Morais teve que vencer as lideranças militares e seus correligionários presentes na Câmara, no Senado e nos governos estaduais. As tentativas de pacificação empreendidas pelo novo governo foram dificultadas pelo insucesso do Exército nas primeiras expedições militares contra Canudos e pela campanha desenvolvida pelos jornais O País (editado por Quintino Bocaiúva) e O Jacobino, que desfechavam duros ataques contra o presidente. (OLIVEIRA, 1990, p.93, grifo nosso)

Segundo o fragmento acima, o nacionalismo jacobino é militarista, antioligárquico e mobilizador. Pode-se acrescentar também: antimonarquista e positivista. Por ser positivista, vê-se que nas Forças Armadas, no alvorecer da Primeira República, predominava, ou melhor, se destacava, uma concepção que estava distante da adotada pela Igreja Católica, uma vez que positivismo e Igreja estavam em conflito acirrado.

O nacionalismo jacobino, em certos momentos, alinhou-se de maneira favorável aos interesses populares. Assim:

> O movimento jacobinista atuou como base de apoio ao governo Floriano, passando à oposição com a ascensão de Prudente de Morais, considerado um representante direto dos interesses paulistas e dos ideais monárquicos. Tal governo era visto como "a traição aos ideais republicanos, democráticos e nacionais (...). Segundo os jacobinos, a 'República dos Conselheiros' marcaria a ascensão de um nexo social que reuniria os adesistas de última hora (...), os monarquistas, os revoltosos de 1893, os estrangeiros em geral e portugueses em particular, mais os argentários e escroques beneficiados com as fraudes do Encilhamento. Todo este 'sindicato' reunido contra os elementos verdadeira e etnicamente nacionais, republicanos e democratas autênticos, defensores da agricultura. indústria e comércio sob o controle da gente do país" (Sevcenko, 1983, p. 64). **Porta-voz desta corrente, o jornal O Jacobino se apresentava como "órgão de defesa do proletariado nacional", identificando-se com as aspirações populares na luta contra a carestia dos aluguéis e dos gêneros alimentícios, e no combate à presença do português na vida pública brasileira.** O primeiro número deste semanário carioca, fundado e dirigido por Diocleciano Martyr, ex-combatente do Batalhão Tiradentes e capitão honorário do Exército, circulou em 13 de setembro de 1894. Sua linha editorial centrava-se na defesa da pátria e da República, veiculando slogans como "O Brasil para os brasileiros - Floriano" e "A América para os americanos - Monroe", que revelavam uma posição favorável à aproximação do país com os Estados Unidos. (OLIVEIRA, 1990, p. 92-93, grifo nosso)

Vê-se que, se, por um lado, o nacionalismo buscava certo alinhamento com causas populares, como na questão dos aluguéis e dos gêneros alimentícios, por outro,

resvalava numa postura que acabou por alimentar certa xenofobia no Brasil. Mas, existiam ainda outras limitações:

> Crítico radical do governo Prudente de Morais e da "República dos Conselheiros", O Jacobino foi empastelado em 1897, depois do atentado ao presidente da República no qual Diocleciano foi envolvido como mandante direto. Considerando a República como a ruptura com um passado monárquico de desordem e atraso, o jornal advogava a formação de um Executivo forte como única medida capaz de realizar a salvação nacional. Sempre dentro dessa linha de atuação, **O Jacobino teve importante papel na elaboração da imagem de Canudos como um movimento monarquista e anti-republicano. Suas críticas à presença portuguesa incluíam até mesmo violentos ataques contra a influência lusitana na arquitetura do Rio de Janeiro.** "O português tem espontânea aversão ao bom gosto. Só receberam e aclimataram o estilo decadente de um barroco estropiado. (. ..) O que temos de bom nesta capital não se deve a portugueses, que só traçaram ruas estreitas, casarões horrorosos, e perturbaram a salubridade do nosso clima com a mais absoluta falta de higiene" (Carvalho, M. A., 1983, p. 12). **Esta postura não era uma característica exclusiva dos jacobinos. Na República, os traços lusitanos e africanos, marca registrada do Império, "foram sendo considerados desprezíveis ou vergonhosos. São dessa época um antilusitanismo e um antiafricanismo que teria expressões características no esforço do engenheiro Pereira Passos**, prefeito do Distrito Federal durante a presidência Rodrigues Alves, para substituir com violência a arquitetura de origem lusitana e os costumes e meios de transporte luso-africanos das ruas, mercados, praças e subúrbios do Rio de Janeiro" (OLIVEIRA, 1990, p. 93-94, grifo nosso)

Pelo fragmento acima, depreende-se que, apesar dos seus posicionamentos favoráveis para com algumas questões de preocupação popular, os jacobinos, além de fomentar a xenofobia contra os portugueses, reforçaram o preconceito contra a herança cultural africana, contribuindo para a estigmatização e exclusão de grande camada das classes populares brasileiras[24].

Vê-se, também, que contribuíram para o clima de euforia e desinformação que levou a comunidade de Canudos a ser vista como uma ameaça substantiva ao regime republicano, sendo assim um dos fatores que contribuiu em alguma medida para que se perpetrasse o massacre descrito por Euclides da Cunha em Os Sertões.

Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o nacionalismo jacobino, ao reforçar a xenofobia e subvalorizar a cultura africana, era um movimento cultural conservador. Ainda mais, se for considerada a influência positivista que atravessava esse nacionalismo. Este nacionalismo "conservador", entretanto, não se enxergava como tal, se enxergava como a favor do progresso.

[24] Sobre o antiafricanismo, além de OLIVEIRA (1990), vale consultar também LIRA NETO (2017).

Mas se observe, agora, as características do nacionalismo ufanista. Para tal, é importante relembrar um pouco de Policarpo Quaresma, personagem já mencionado no primeiro capítulo, quando se buscava demonstrar algumas características do ambiente cultural do início do período republicano.

Quaresma é, de certo modo, um símbolo do nacionalismo ufanista:

> A literatura oferece uma imagem simbólica ou metafórica privilegiada de situações e vivências que raramente estão presentes nos textos de análise política ou sociológica. Vamos tomar o personagem-título do romance de Lima Barreto O triste fim de Policarpo Quaresma, como um tipo característico das ambigüidades e alternativas do homem brasileiro no início da República. O tempo da narrativa - publicada sob a forma de folhetim pelo Jornal do Comércio em 1911 - é o período da presidência do marechal Floriano Peixoto, ou seja, os anos de 1891 a 1894. **O nacionalismo de Policarpo era parte integrante do sentimento de otimismo observado nos primórdios da República e estava presente em três áreas ou esferas da vida brasileira: encerrava um projeto cultural, um projeto socioeconômico, baseado numa tentativa de redenção através do trabalho agrícola, e um projeto político**... (OLIVEIRA, 1990, p. 95, grifo nosso)

O personagem de Lima Barreto incorporava o otimismo e uma visão paradisíaca acerca do território brasileiro. É claro que, sendo um personagem construído em 1911 por um escritor que condenava todos os nacionalismos, o quadro pintado apresenta muitas complexidades.

Um exemplo é que Quaresma é ufanista e ao mesmo tempo republicano, apoiador de Floriano Peixoto. Nesse aspecto, de certa maneira, Lima Barreto faz certa fusão entre os nacionalismos, no que atende também aos objetivos da sua obra: demonstrar o caráter malévolo que o nacionalismo trazia para a sociedade de então.

Entrando a fundo nos caracteres ufanistas de Quaresma:

> **O que predomina aqui é uma preocupação com aspectos culturais do patriotismo.** Policarpo destaca a excepcionalidade das condições naturais da terra e do clima, a excelência da natureza do homem, preocupando-se em detectar e manter a singularidade da língua como expressão do cerne da brasilidade. **De um lado, ele apresenta traços comuns ao pensamento ufanista e, de outro, estabelece um elo entre a corrente indianista do romantismo e a reconstrução de mitos originais, presentes no modernismo de 1922**. O segundo componente do patriotismo agrega aos elementos já presentes no ufanismo a questão do trabalho e da subsistência. A vida agrícola tentada pelo major, após estudos e avaliações das suas "vantagens e ônus", aparece como uma comprovação das excelentes qualidades da pátria. **Policarpo considera essencial à grandeza do Brasil uma "forte base agrícola, um culto pelo solo ubérrimo", capaz de "alicerçar fortemente todos os outros destinos que ele tinha de preencher". A forte base agrícola, construída sobre uma terra fértil e abençoada, seria a alternativa à vida urbana. "Ele chegava a essa**

> **conclusão, depois de ter sofrido a miséria da cidade e o emasculamento da repartição pública" (p. 67)**. A agricultura fácil e rendosa chega a substituir "seus desejos de reformas capitais nas instituições e costumes". A questão da terra, dos latifúndios inúteis e improdutivos, da presença do imigrante a quem o governo socorre esquecendo o caboclo, desponta na boca dos personagens que frequentam o mundo de Policarpo. A afirmação de falta de braços para a agricultura era vista pelo major como "uma afirmação de má fé ou estúpida; e estúpido ou de má fé era o governo que os andava importando aos milhares, sem se preocupar com os que já existiam" (p. 94). **As dificuldades do trabalho agrícola não esmoreciam as crenças do major. Para ele, as terras brasileiras eram as mais férteis do mundo, sendo perfeitamente capazes de fornecer sustento ao homem.** (OLIVEIRA, 1990, p. 98-99, grifo nosso)

No fragmento acima, além da visão paradisíaca já mencionada, vê-se também a presença da corrente indianista, vinda do século XIX, e fortemente presente no nacionalismo ufanista e conservador apresentado na década de 1920, nas páginas de O Centurião.

Lima Barreto, ao concluir a obra apontando a decepção de Quaresma, chamou a atenção para o caráter ficcional e até ilusório que, em certa medida, atravessou o movimento nacionalista. Observe-se, então, este momento conclusivo na vida de Quaresma:

> **As noções ufanistas presentes no patriotismo de Policarpo e depois desacreditadas por ele próprio são negadas pelo narrador em sua leitura do texto.** "Nesse sentido. a ficção de Lima Barreto seria o elemento que irromperia na cadeia discursiva nacional-ufanista, causando um curto-circuito crítico que é inapelável" (Santiago, 1982, p. 175). A associação entre o discurso ufanista e a marca de idealização do discurso dominante é estabelecida por Silviano Santiago, tomando por base a Carta de Pero Vaz de Caminha. Ela inaugura a "visão de paraíso". A terra e os seres que aqui viviam são apresentados como pertencentes ao período anterior à queda, ao pecado original. Vivem no estado da natureza, 'não lavram nem criam" . A riqueza e a opulência são naturais, advêm de uma terra na qual, em se plantando, tudo dá. O discurso ufanista e sua crítica estão presentes em Policarpo Quaresma. "Em lugar de terra ubérrima, vamos encontrar uma terra invadida por formigas; aquela terra paradisíaca só existe nos livros, esta na realidade" (Santiago, 1982, p. 180). **Ao criticar a versão ufanista do patriotismo, Policarpo-Lima Barreto se pergunta sobre o que vem a ser a pátria. Sua vida havia sido norteada por uma ilusão, por um '"falaz ídolo".** O autor pergunta: "Não sabia que essa ideia nascera da amplificação da crendice dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-los para que eles não perseguissem os descendentes?" (p. 152). E complementa**: "Certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista" (p.1 53). Fora "explorada pelos conquistadores (...) no intuito de servir às suas próprias ambições...** (OLIVEIRA, 1990, p. 102, grifo nosso)

Tendo salientado algumas das características do nacionalismo ufanista e, também, das críticas que foram formuladas contra eles, veja-se o trecho a seguir acerca das suas matrizes:

> ... **destacaremos aqui o nacionalismo conservador, que fez escola no pensamento brasileiro e teve em Eduardo Prado e Afonso Celso seus maiores expoentes. Este nacionalismo apresenta diferenças de estilo e de abordagem do mundo em relação ao nacionalismo republicano "jacobino". O ufanista não se coaduna com o jacobino, pelo menos em termos de visão de mundo e expectativa de mudanças...**
>
> A corrente ufanista aqui representada pelo nacionalismo de Policarpo Quaresma tem uma longa tradição no pensamento brasileiro. Entretanto, por mais arraigadas que sejam, as tradições precisam ser atualizadas para que mantenham seu vigor. **No início da República o otimismo quanto às qualidades da terra brasileira, associado às críticas à vida política republicana, era representado pelos civis monarquistas. Eles condenavam a presença e a atuação dos militares no novo governo. A face militarista do regime republicano recebia críticas ferrenhas de Eduardo Prado, de Afonso Celso e mesmo de figuras como Joaquim Nabuco**, que entre outras coisas acusava a Constituição brasileira de 1891 de ser uma cópia da Constituição americana. Eduardo Prado, em Fastos da ditadura militar no Brasil (1902), reuniu artigos publicados entre dezembro de 1889 e junho de 1890 na Revista de Portugal, periódico dirigido por Eça de Queiroz. Sob o pseudônimo de Frederico S., Eduardo Prado denunciava as práticas da ditadura militar republicana que se opunham às teorias e práticas liberais vigentes no Império. **Para o autor, o Império encarnava o liberalismo, enquanto a República significava a introdução do caudilhismo na política brasileira.** Além disso, a República trouxera consigo a ameaça de dividir o Brasil em vários países, rompendo a unidade conseguida pelo Império. (OLIVEIRA, 1990, p. 103, grifo nosso)

No fragmento acima, pode-se constatar como Oliveira (1990) apontou o nacionalismo ufanista como fortemente conservador, em contraste com a ambiguidade da prática política do nacionalismo jacobino. Outro aspecto a ser observado é a identificação desse nacionalismo conservador com a monarquia, assim como o seu caráter antimilitarista no princípio da República.

É necessário ter em mente esses aspectos, para se dimensionar o significado do surgimento da UCM. Assim, destacou-se, no início da república, um nacionalismo conservador jacobino cientificista, militarista e racista, e um conservadorismo reacionário religioso, antimilitarista, monarquista e ufanista. O papel da UCM vai ser o de aproximar/reaproximar e fundir esses diferentes conservadorismos junto ao Exército e demais forças militares ao se eliminar o aspecto antimilitarista e monarquista.

Mas, prosseguindo com Eduardo Prado, é possível destacar mais alguns aspectos do nacionalismo ufanista no alvorecer da República:

> O livro de Eduardo Prado A ilusão americana, escrito em 1893, trata do período histórico que se estende de 1823, ano em que foi elaborada a doutrina Monroe, até a época chamada de política do big-stick patrocinado pelo secretário de Estado James Blaine, quando o expansionismo norte-americano inaugura sua presença armada na América Central. A primeira edição da obra foi confiscada pelo governo. Não foi o conteúdo antiamericano do livro o responsável por sua apreensão, mas sim o fato de ter sido lançado durante o estado de sítio decretado por Floriano devido à eclosão da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Esses movimentos, marcados pelo revanchismo monarquista, criavam um clima desfavorável para a circulação de ideias e obras comprometidas com a Monarquia. **A ilusão americana condena a forma republicana, apresentando-a como cópia do modelo político norte-americano.** A crítica à República aparece já no prefácio, no qual Eduardo Prado se refere ao novo regime como uma "dolorosa provação que (...) tanto tem amargurado a pátria brasileira". Mais adiante, reafirma essa posição quando diz que "o governo republicano do Brasil está tristemente predestinado a reagir sempre contra a civilização". (OLIVEIRA, 1990, p. 105, grifo nosso)

O nacionalismo ufanista de então era fortemente antiamericano, aspecto que irá se transformar no pós-Primeira Guerra Mundial e pós-Revolução Russa, quando o anticomunismo e sua postura antirrevolucionária irão lentamente corroer o antiamericanismo. Contudo, no início do período republicano, o antiamericanismo chegou a ser tão forte, que conseguiu ganhar o apoio de Rui Barbosa.

A figura de Rui Barbosa é extremamente interessante porque, após apoiar a implantação da República, tornou-se, posteriormente, por vários anos, uma das suas vozes mais críticas, para muitos, uma esperança de reformas significativas capazes de salvar o regime republicano.

Esse mesmo indivíduo, esperança da oposição, como se viu no capítulo anterior, buscou, em certos momentos, aproximação com setores conservadores, tal qual se observou, no momento em que matriculou seu filho no colégio dos jesuítas.

Veja-se como o seu posicionamento crítico em relação aos Estados Unidos o aproximou de conservadores como Eduardo Prado:

> Entre os civis opositores do governo militar de Floriano encontrava-se também Rui Barbosa, que fora ministro da Fazenda do primeiro governo republicano. **Advogado de defesa dos insurretos da Revolta da Armada, Rui foi perseguido pelo governo de Floriano, acabando por partir para o exílio na Europa. De lá, escreveu artigos para o Jornal do Comércio, reunidos no livro Cartas de Inglaterra.** Só retornou ao país em 1895, já no governo civil de Prudente de Morais. **O primeiro dos artigos que compõem Cartas de Inglaterra, de janeiro de 1895, é o que melhor serve ao nosso objetivo. Rui trata nesse artigo do processo Dreyfus, divisor de águas da vida política francesa. Considera barbárie a cerimônia de degradação militar a que foi submetido o capitão, independente do crime que possa ter cometido.** Em seguida, afirma ser impossível na França cogitar-se da possibilidade de alguém duvidar do crime atribuído a Dreyfus. Depois de

> criticar o processo e a pressão cega e violenta da multidão sobre o julgamento e sobre os juízes, **considera que a democracia não pode consistir na presença pública de uma massa irresponsável.** Na democracia, o número tem que provar que tem razão; **a maioria deve se legitimar pela inteligência e pela justiça. Nem mesmo a invocação da pátria justificaria o desvio de tais princípios: "o patriotismo histérico" não honra a pátria.** Como estrangeiro, acompanhando o processo Dreyfus segundo a versão da imprensa inglesa, Rui Barbosa diz não ser possível deixar de ter dúvidas quanto à culpabilidade do réu. **Dreyfus foi condenado por impressões; sua condenação antecedeu à sentença, os juízes foram substituídos pela pressão popular que julgou o capitão. A clandestinidade do processo mancha de suspeita as decisões por mais justas que estas possam ser, já que é a publicidade que confere respeitabilidade moral aos tribunais. A partir dessas observações, Rui Barbosa apresenta o que, a nosso ver, é sua tese principal: a forma inquisitorial que este processo ganhou na França seria impossível de acontecer na Inglaterra do seu tempo, pois lá a justiça está acima das conveniências do governo, das crises políticas e do furor das tormentas populares. O reconhecimento das qualidades do regime inglês em Cartas de Inglaterra facilitou a reconciliação entre Rui Barbosa e Eduardo Prado, que o combatera em seu Fastos da ditadura.** O expansionismo da política externa americana e sua agressividade na ocupação de Cuba levaram Rui a escrever, em 29 e 30 de maio de 1899, dois artigos para A Imprensa, condenando **a ingenuidade da posição do Brasil frente aos Estados Unidos e à doutrina Monroe. Para ele, os Estados Unidos não se identificavam com os países latino-americanos e só defendiam o continente da cobiça europeia porque tinham interesse em reservá-lo para seus empreendimentos futuros (Barbosa, F. A., 1 964, p. 105). Rui passa a ter uma visão próxima à de Eduardo Prado também em relação aos Estados Unidos...** (OLIVEIRA, 1990, p. 103-104, grifo nosso)

No fragmento acima se podem destacar dois pontos. Primeiramente, a posição de Rui Barbosa no que diz respeito à relação entre as leis e o nacionalismo, quando se delimita que o patriotismo e a pressão popular não poderiam atropelar a lei num regime democrático. A sua posição pró-Dreyffus o distanciava dos conservadores.

Contudo, o seu posicionamento crítico frente aos Estados Unidos associado com uma visão benéfica acerca das instituições inglesas o aproximou de Eduardo Prado. A aproximação de dois elementos tão distintos nos permite dimensionar o tamanho da oposição enfrentada pelo governo Floriano e seus apoiadores jacobinos.

A correlação de forças começava a dar sinais do enfraquecimento do positivismo em relação ao vigor demonstrado no período do governo Deodoro, ou seja, um enfraquecimento relativo.

Assim, em *A Ilusão Americana*:

> A primeira parte de A ilusão americana apresenta a política externa americana frente aos países da América Latina, com especial ênfase no caso mexicano e no caso das Antilhas. A conclusão do autor é que o grande protetor da independência dos países latino-americanos sempre foi a Inglaterra. A doutrina Monroe e sua execução estariam bem distantes da

> interpretação jacobina que os republicanos brasileiros conferiam a ela. **Os países da América espanhola, ao adotar o modelo norte-americano, renegam suas tradições.** "O Brasil, mais feliz, instintivamente obedeceu à grande lei de que as nações devem reformar-se dentro de si mesmas, como todos os organismos vivos, com a própria substância" (p. 53). Em 1889, com o advento da República, cometeu-se o mesmo erro dos países hispano-americanos: foi imposto um modelo que acarretou a perda imediata da liberdade. (OLIVEIRA, 1990, p.105, grifo nosso)

O ponto central no trecho acima, inteiramente alinhado com o paradigma conservador/reacionário, é a defesa das tradições. Eduardo Prado critica o modelo republicano porque este estaria distante das tradições brasileiras. Na sua interpretação, a adoção do regime republicano teria resultado em perda de liberdade. Mais adiante, se retornará a esse ponto, trazendo novamente à baila a perspectiva de Jackson de Figueiredo, a qual demonstra as mutações ocorridas dentro do nacionalismo conservador/reacionário. Transformações que permitiram a sua penetração nas Forças Armadas, ao longo da década de 1920.

Outro aspecto a ressaltar na obra de Eduardo Prado é o seu anticapitalismo conservador, ou melhor, um antiliberalismo econômico:

> **Eduardo Prado não atribui as falhas da sociedade americana ao seu povo, mas à classe plutocrática, que "governa o povo americano com muito mais vigor e tirania do que o czar da Rússia" (p. 126). Ela domina tudo e busca converter em servos os políticos dos Estados Unidos e dos demais países americanos. Blaine, por exemplo, "floresceu no império do industrialismo e da finança, na extensão de todos os despotismos do monopólio e de todas as corrupções da plutocracia" (p. 57). A águia americana com que se sonhava não estava protegendo e sim dominando toda a América.** Era a política imperial dos Estados Unidos. Do ponto de vista cultural, Eduardo Prado aponta o fascínio exercido pela realeza e pelas aristocracias europeias sobre os americanos. Esta admiração tem sentido, já que "os Estados Unidos são ainda uma colônia. A civilização vem-lhe da Europa" (p. 116). O americano não passa de um parvenu enriquecido. O fascínio pela realeza fez os Estados Unidos darem preferência à Alemanha durante a guerra franco-prussiana de 1870, mesmo após a proclamação da República francesa. Aprovaram também a consequente anexação da Alsácia-Lorena à Alemanha. O autor pretende demonstrar que não havia nenhum compromisso essencialmente republicano na política externa dos Estados Unidos. (OLIVEIRA, 1990, p. 106, grifo nosso)

Ainda sobre o antiliberalismo:

> Outro ponto de destaque é a questão da Abolição. A solução norte-americana foi genuinamente republicana e norte-americana, isto é, marcada pela violência, pela força, pela guerra entre irmãos. No Brasil tivemos a solução monárquica. Nossa Monarquia "teve a glória de ser punida pela sua ação libertadora" (p. 131). Isso em si não é uma novidade, já que para Eduardo Prado, todas as grandes reformas sociais se realizaram sob o governo

> monárquico. **"Na gestão dos negócios e dos dinheiros públicos, a monarquia arrisca a sua própria existência; é como uma firma solidária que responde com a sua pessoa e com a totalidade de seus bens. A República é uma companhia anônima de responsabilidade limitada"** (p. 130-1). E complementa: "A forma republicana burguesa, como existe na França e nos Estados Unidos, é a que mais protege os abusos do capitalismo" (p. 133). Eduardo Prado, ao mesmo tempo em que combate a imitação - "sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa" (p. 169) - não considera os exemplos americanos dignos de qualquer apreço. Os Estados Unidos mantêm um sentimento de indiferença e mesmo de superioridade para com os sul-americanos. Os laços de amizade são fictícios. A grande ajuda que recebemos tinha sido, e continuava sendo, inglesa. (OLIVEIRA, 1990, p. 106-107, grifo nosso)

Eduardo Prado, no seu conservadorismo, defendia a monarquia, acreditando existir autoridade capaz de pôr freios ao capitalismo. Entretanto, a consolidação do regime republicano, aos poucos, reduziu o alcance dos apelos monarquistas. Dessa maneira, na década de 1910, já era possível observar o movimento nacionalista adquirindo novos contornos:

> A preocupação com as questões nacionais, deixando de lado a marca francesa, voltou à ordem do dia. **A fundação da Revista do Brasil, em janeiro de 1916, expressava este novo pensamento nacional. A nova revista criada para que "o país se desse conta do completo divórcio existente entre os homens cultos e a realidade nacional" (Cavalheiro, 1955, p. 13), trazia no primeiro editorial sua proposta de ação: "O que está por trás do título desta Revista e dos homens que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista.** Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, "somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente, numa projeção rigorosa e fulgurante da sua personalidade." Outro autor de destaque no mundo cosmopolita que compreendia os novos tempos foi Olavo Bilac. É bem verdade que desde as suas crônicas de 1905 na revista Kosmos (Dimas, 1983), Bilac já defendia a educação primária e o serviço militar obrigatórios. Considerava que sem educação não há povo nem civilização. **Preocupado com o civismo, sua atuação mais direta nesse campo teve lugar no começo da Primeira Guerra Mundial através da Liga Brasileira pelos Aliados. A partir desse momento, surgiram as primeiras estratégias de propagação de ideias nacionalistas.** Em 1915, Olavo Bilac iniciou uma jornada patriótica para despertar a nação falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Essa conferência de Bilac desencadeou uma campanha que desembocaria na formação da Liga de Defesa Nacional ... (OLIVEIRA, 1990, p. 119-120, grifo nosso)

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, ocorrem grandes transformações no plano cultural. É o fim da Belle Époque europeia e o otimismo, que chegava até países como o Brasil, começou a dar lugar a um ambiente mais tenso, assim como também cresceu a ideia de que o país precisava se transformar, no sentido de se

adaptar às alterações em curso no cenário mundial. Emergiu, assim, um nacionalismo militante, como o acima exemplificado na figura de Olavo Bilac.

No âmbito do nacionalismo militante, um dos nomes de destaque é o de Affonso Celso, cuja atuação em defesa do nacionalismo nos remete aos fins do século XIX e início do século XX, tratando-se, então, de uma figura que atuou por um prazo relativamente longo.

Affonso Celso era adepto de um nacionalismo conservador, com destaque para o ufanismo. Aliás, o termo ufanismo ganhou destaque em razão do seu livro: "Por que me ufano do meu país". Em "Do Nacionalismo na hora presente", Jackson de Figueiredo, reconheceu, por diversas vezes, a grande influência do filho do Visconde de Ouro Preto.

Sobre Affonso Celso, autor cujas ideias nacionalistas influenciaram, ainda que indiretamente, os católico-militares, vejam-se as ponderações de Bastos (2002):

> Nessa perspectiva, **devemos situar o contexto de ação de Affonso Celso no "ocaso" do Império e primeiras décadas da República brasileira**, momentos de significativa confluência de tendências, ideias e propostas político-sociais. Sua biografia nos ajuda a compreender sua trajetória e obra... Affonso Celso de Assis Figueiredo Júnior nasceu em Ouro Preto, em 1860, filho primogênito do Visconde de Ouro Preto e de Dona Francisca de Paula Martins de Toledo. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo defendendo a tese Direito de Revolução. Filiou-se ao Partido Liberal, **foi defensor da abolição da escravatura e do regime republicano, ao contrário de seu pai, monarquista. Mais tarde, ficou solidário com o pai, quando este assumiu a Presidência do Conselho de Ministros, em agosto de 1889.** Foi eleito deputado com apenas 22 anos, ocupando o cargo por quatro vezes consecutivas até 1903, quando **recusou-se a voltar à Câmara numa resistência passiva à República, que sublimaria no culto do passado imperial, praticado com paixão.** Exerceu inúmeras funções como orador, escritor, poeta, jornalista, historiador, professor. Proferiu conferências nas célebres "Conferências da Glória"; foi professor e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo por longos anos; reitor da Universidade do Rio de Janeiro; diretor do Departamento Nacional de Ensino, por 25 anos; **em 1892, associou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo sido presidente por muitos anos; foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Estimulou a criação da Academia de Altos Estudos e, posteriormente, da Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB (1916-1921). Presidiu a "Ação Social Nacionalista", durante o período de 1919 a 1923, marcado pela ostensiva campanha patriótica.** (BASTOS, 2002, p. 6-7, grifo nosso)

A influência ideológica de Affonso Celso sobre os católico-militares deu-se através da sua atuação enquanto historiador e nacionalista. As suas visões acerca do passado do país e do movimento nacionalista podem ser observadas nas páginas de O Centurião. Por esta razão, é importante estudar um pouco acerca da sua principal obra nacionalista: "Por que me ufano do meu país?".

Esta obra, cujo título em inglês é: "Right or Wrong, My Country", foi escrita com os seguintes objetivos:

> As páginas que aí vão – **escrevi-as para vós, meus filhos, ao celebrar a nossa Pátria o quarto centenário do seu descobrimento**. Sorri-me a esperança de que encontrareis nelas prazer e proveito. Consiste a minha primordial ambição em vos dar exemplos e conselhos que vos façam úteis à vossa família, à vossa nação e à vossa espécie, tornando-vos fortes, bons e felizes. Se, de meus ensinamentos colherdes algum fruto, descansarei satisfeito de haver cumprido a minha missão.
>
> **Entre esses ensinamentos, avulta o do patriotismo**. Quero que consagreis sempre ilimitado amor à região onde nascestes, servindo-a com dedicação absoluta, destinando-lhe o melhor da vossa inteligência, os primores do vosso sentimento, o mais fecundo da vossa atividade, - dispostos a quaisquer sacrifícios por ela, inclusive o da vida.
>
> Embora padeçais por causa da Pátria, cumpre que lhe voteis alto, firme, desinteressado afeto, o qual longe de esmorecer, - aumente, quando desconhecido, injustamente aquilatado, ou ingratamente retribuído, e, jamais, em circunstância nenhuma, vacile, descreia ou se entibie.
>
> Mas cumpre igualmente **que não seja um amor irrefletido e cego, e sim raciocinado, robustecido pela observação, assente em sólidas e convincentes razões.** Não deveis prezar a vossa terra só porque é vossa terra, o que, aliás, bastaria. **Sobejam motivos para que tenhais também orgulho da vossa nacionalidade. A natureza não constitui o seu exclusivo e principal título de vanglória.**
>
> **Ousa afirmar muita gente que ser brasileiro importa condição de inferioridade. Ignorância, ou má fé! Ser brasileiro significa distinção e vantagem**. Assiste-vos o direito de proclamar, cheios de desvanecimento, a vossa origem, sem receio de confrontar o Brasil com os primeiros países do mundo. Vários existem mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso. Nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável.
>
> Nas linhas que se seguem procurei demonstrar estes acertos. Não as inspira entusiasmo, mas experiência e estudo. Já me alonguei da quadra em que o entusiasmo domina. Mais de meio caminho da jornada está percorrido. Andei em demoradas viagens por grande extensão de orbe. Tenho lido e meditado muito, tenho sofrido duras decepções. E me sinto amigo do meu país, cada dia em grau superior ao do antecedente. Em nenhum outro, fixaria de bom grado o domicílio. Peço que me deitem aqui, somente aqui, para o sono supremo.
>
> Quereis saber os fundamentos desse culto? A leitura dos argumentos e fatos, adiante singelamente expostos, vo-lo mostrará. **Avigorai, meus filhos, estes argumentos; juntai novos fatos a tais fatos, propagai-os; cultivai, engrandecei o amor pelo Brasil.**
>
> Que a vossa geração exceda a minha e as precedentes, senão em semelhante amor, ao menos nas ocasiões de o comprovar. Quando disserdes: Somos brasileiros! Levantai a cabeça, transbordantes de nobre ufania. **Convencei-vos de que deveis agradecer cotidianamente a Deus o haver ele vos outorgado por berço o Brasil.** (CELSO, 1900, p.1-3, grifo nosso)

Nas linhas acima, Affonso Celso explica que, motivado pelo Quarto Centenário do "descobrimento", resolveu escrever para ensinar, dentre outras coisas, o patriotismo. Para tal, seriam explicitadas as razões que, indo além das benesses naturais, justificariam o amor e o orgulho pelo Brasil.

O ponto de partida da sua argumentação hiperbólica se apega ao tamanho do Brasil:

> Primeiro motivo da superioridade do Brasil: a sua grandeza territorial
>
> O Brasil é um dos mais vastos países do globo, o mais vasto da raça latina, o mais vasto do novo mundo, à exceção dos Estados Unidos. É pouco menor que toda a Europa. Rivaliza em tamanho com o conjunto dos outros países da América Meridional. Representa uma décima parte do orbe terráqueo. Só a Rússia, a China e os Estados Unidos o excedem em extensão. É quatorze vezes maior do que a França, cerca de trezentas vezes maior do que a Bélgica. A sua circunscrição territorial menos dilatada, Sergipe, sobreleva a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, o Haiti e Salvador. Cada um dos municípios em que se divide a mais ampla, Amazonas, equivale a Estados, como Portugal, Bulgária e Grécia. Pará, Goiás e Mato Grosso ultrapassam qualquer nação europeia, salvo a Rússia. O Brasil é um mundo...
> ... a enorme extensão do Brasil forma um todo homogêneo, bem situado, servido por magníficos rios, facilmente acessível. Comunicam-se entre si, do modo mais natural, todos os elementos desse conjunto, quer pelo mar, quer pelo interior. Ocupa ele a parte central do continente. Acha-se mais perto da Europa e da África que qualquer ponto da América espanhola, o que o torna em extremo favorável ao comércio e a navegação...
> Descobre-se nele tudo quanto o mundo possui de melhor. Pode suprir por si só as necessidades físicas das inumeráveis multidões que o povoarem. À flora brasileira, maravilhosamente rica, é dado se juntarem todas as flores e frutas do universo. Nenhuma é incompatível com a nossa natureza. Não há planta exótica que, convenientemente tratada, deixe de germinar no Brasil.
> **Homens de não importa que procedência encontram também no Brasil, escolhendo zona, meio adequado para prosperar. Negros, brancos, peles-vermelhas, mestiços vivem aqui em abundância e paz...**
> **Doado pela Providência, recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar.** (CELSO, 1900, p. 5-10, grifo nosso)

No fragmento acima é possível vislumbrar o tom grandiloquente que atravessa toda a obra. Dois pontos merecem ser destacados: o papel da providência, ou seja, o caráter sagrado com que Deus teria abençoado o país e o tom fantasioso em que os conflitos sociais e a miséria, de grande parte da população, são ignorados quando se afirma que no Brasil todos viviam em abundância e paz.

Mas o tamanho do território constitui apenas o primeiro elemento da superioridade do Brasil. O segundo elemento estaria na riqueza da nossa terra, cheia de maravilhas como: o rio amazonas, o maior do mundo, a cachoeira de Paulo Afonso, que seria tão bela quanto às cataratas do Niágara, as matas virgens, com as melhores madeiras do mundo e ausência relativa de animais ferozes, a baía do Rio de Janeiro, a fauna inestimável, a flora opulenta, dentre outras belezas.

O terceiro elemento da superioridade estaria nas riquezas nacionais, como ouro, diamantes e várias outras preciosidades minerais. Mas, as riquezas não seriam apenas minerais:

> **Prestam-se a qualquer cultura as terras do Brasil, de fertilidade proverbial. Verdadeira maravilha a uberdade da terra roxa que o calor e a humidade bastam a fecundar. As laranjeiras produzem, sem trato.** Alguns pés, em Mato Grosso, as laranjas, já muito doces, que murcham no galho, reamadurecem dulcíssimas ,- verdadeira ressureição. O solo compensa larga e generosamente, - agradece, na frase popular o mais leve cuidado que se lhe consagre. As sementes plantadas adquirem maior força produtiva do que alhures. **Ao lavrador é fácil tirar das suas terras tudo quanto precise, exceto sal, de que, aliás se encontram no Brasil grandes jazidas. Quase todas as culturas dão duas colheitas anuais.**
> Um país assim está em condições de se tornar o celeiro do mundo. Há nele, em climas diversos, vastas pastagens, fartamente regadas, às quais se adaptam todas as raças de animais úteis. Já importante, a indústria pastoril destina-se a abastecer a Europa, pois é suscetível de desenvolvimento extraordinário...
> Encontra-se no Brasil matéria-prima para quaisquer manufaturas...
> Em suma, sub-solo, solo, ares, selvas, águas, está tudo no Brasil cheio de vida, e vida é riqueza. Não depende ele do resto do Globo. Poderia, se quisesse, erguer, sem prejuízo material, em torno das suas fronteiras, a muralha da China...
> (...)
> No Brasil, com trabalho e honestidade, conquistam-se quaisquer posições. Encontra-se a mais larga acessibilidade a tudo, no meio de condições sociais únicas, sem distinção e divergência de classes, em perfeita comunicação e homogeneidade da população. A esperança constante de uma situação melhor anima a todos, e é esse o eficaz incentivo da indústria humana... (CELSO, 1900, p. 46-48, grifo nosso)

No fragmento acima, para além da já observada supervalorização das qualidades nacionais e da subvalorização dos esforços dos trabalhadores nacionais e suas dificuldades, é possível, também, notar um tom de esperança bastante característico da classe burguesa durante a *belle époque*.

O quarto elemento da superioridade do Brasil seria a variedade e superioridade de seu clima. A este respeito, Affonso Celso entende ser necessário defender o país de "calúnias" que estariam baseadas na ignorância ou em interesses. No fragmento abaixo, percebe-se a visão higienista do autor:

> Em consequência de sua enorme extensão, há no Brasil grande variedade de temperaturas, que, entretanto, em parte e estação algumas, atingem graus extremos. Raros os casos de insolação ou congelamento. O inverno não exige entre nós as precauções e despesas dos outros países. Sem embargo, o clima do Brasil é muito caluniado pelos que o não conhecem ou têm interesse em o deprimir.
> Em três zonas costumam dividir o nosso país quanto às condições climatológicas: a tropical, a sub-tropical e a temperada. Na primeira, cujas regiões mais quentes são: Pará e Amazonas, não reina o calor que se imagina, em razão de se acharem junto ao equador. Na mesma latitude encontram-se

lugares de clima diferente. Pará e Amazonas excedem em tudo as outras regiões tropicais do mundo, quais a Índia, a Polinésia, parte da África. A estas afligem-nas as secas prolongadas que destroem a vegetação, e matam o gado, chuvas torrenciais, terríveis tufões, pestes, mil enfermidades. **Em Nova York e em Philadelfia faz calor mais sufocante que no Amazonas e Pará, onde a uniformidade da temperatura, o brilho da atmosfera, a perpétua verdura das florestas, os numerosos rios, as fortes brisas vindas do mar, as chuvas brandas e regulares, às vezes cotidianas, e em todos os meses, ausência de rijos temporais, modificam o ardor solar, purificam o ar, tornam docemente balsâmicas as noites, não prejudicam a saúde.**

> Muitos viajantes estrangeiros classificam o clima do Pará e do Amazonas entre os melhores da terra. **Nesses lugares não causa danos moléstia alguma endêmica. Acusam-nos de produzir impaludismo. Mas o impaludismo ali não é mais grave ou mais comum do que em outros pontos bem reputados. Grassa propriamente nas cabeceiras dos rios, florestas pantanosas e terras baixas, tomando a forma intermitente, não a perniciosa ou típica. Diminui ou desaparece onde se observe higiene**. Notáveis **estrangeiros têm percorrido o Amazonas, indenes de qualquer enfermidade. Agassiz, um deles, atribui o impaludismo à falta absoluta de higiene, ou antes à violação sistemática de todos os preceitos de higiene pelos habitantes. Se não fora a febre palustre, - afirma outro, - o Amazonas seria o paraíso dos inválidos**...

> No Ceará, onde, aliás, existem pontos salubérrimos, refúgio de tuberculosos, nota-se o fenômeno das secas periódicas, fatais, de dez em dez anos, à criação e à cultura. Essa calamidade, porém, não é insuperável. Podem ser evitados os efeitos das crises dela oriundas, pelos esforços da administração e pelos recursos da ciência...

> Quanto à parte extra tropical, seu clima temperado excede ao da Europa e o dos Estados Unidos. **Fala-se muito em febre amarela que assola alguns pontos do litoral e do interior. Mas cumpre considerar, no dizer dos competentes, que: 1º A febre amarela não é produto do nosso solo, porém foi importada de países onde grassou, com violência jamais vista entre nós, sendo afinal debelada; 2º Só devasta porção insignificante do Brasil, nunca chegando a certas alturas; 3º Mesmo nessa porção tem desaparecido, por largo período; 4º Tudo induz e crer que, com melhoramentos materiais, a par de higiene pública e particular, desaparecerá totalmente**, voltando o Rio de Janeiro, seu principal foco, a ser considerado, como já o foi pela Marinha inglesa, estação saudável... (CELSO, 1900, p. 53-56, grifo nosso)

Nota-se, no texto acima, como o recurso a medidas higienistas foi apontado como solução para todas as moléstias, em uma postura que minimizava as verdadeiras causas dos problemas e culpabilizava os próprios habitantes, em sua maioria das classes populares, por suas enfermidades. O caso do impaludismo é um dos mais evidentes, quando sequer é mencionado o mosquito anópheles.

O quinto motivo da superioridade brasileira seria ausência de calamidades como terremotos, vulcões, ciclones, inundações, fomes e pestes prolongadas. A natureza brasileira ofereceria ao homem condições de vida sem igual. Quanto ao sexto motivo, este se demonstraria na excelência dos elementos constituintes do tipo nacional: o selvagem americano, o negro africano e o português. Do cruzamento das três raças teria resultado o mestiço, que constituiria mais da metade da população do país.

A respeito dos povos nativos:

> Na carta em que Pero Vaz de Caminha comunica a El-rei D. Manoel o descobrimento de Cabral, narra ele o primeiro encontro entre a gente civilizada e os aborígenes. Conforme já acentuou uma voz eloquente em ocasião solene (a abertura do Congresso Jurídico Americano, de 1900) as impressões oriundas desse primeiro encontro foram todas favoráveis aos índios. **Mostraram-se bondosos, serviçais, confiantes, sociáveis, no seu amistoso acolhimento. A um aceno, depõem as armas. Não trepidam alguns em dormir nas naus recém-vindas e desconhecidas. Recebem outros em suas miseráveis choças os portugueses que se embrenham pela nova terra. Restituem, à mais leve reclamação, objetos subtraídos. Entabulam relações pacíficas, sem violência nem fraude. Ajudam os hóspedes a conduzir para o sítio mais próprio a cruz talhada na floresta virgem.** Assistem respeitosos à missa e ao sermão de Frei Henrique, imitando os gestos devotos dos cristãos. Tratam com humanidade os degredados deixados nas suas plagas e esses degredados vivem serenamente, entre eles, formam família, desposando índias. **Revelam, numa palavra, nobres e raros predicados.**
> ... pondo de parte certas tribos nativamente ferozes, **o geral dos nossos aborígenes manifestou de ordinário boas disposições, acessíveis à catequese dos missionários, jamais refratários à melhoria...**
> ... Praticavam largamente a hospitalidade. Todos os cronistas e historiadores nacionais notam-lhes os hábitos hospitaleiros, devidos talvez a superstições religiosas. Entre as atribuições do cacique figurava a de acolher e guiar os hóspedes da taba.
> No meio dos selvagens ou descendentes de selvagens brasileiros, sobressaem não poucos homens notáveis. Tibiriçá... Araribóia... Cunhambebe...
> ... João Francisco Lisboa faz curioso paralelo entre os costumes dos selvagens brasileiros e os dos antigos germanos, imortalizados por Tácito. (CELSO, 1900, p. 61-65, grifo nosso)

Sobre “os negros”:

> **Os negros africanos, importados no Brasil desde os primeiros tempos do descobrimento, sempre se mostraram dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem, laboriosidade. Devemos-lhes imensa gratidão**.
> Foram os mais úteis e desinteressados colonizadores da nossa terra que fecundaram com o seu trabalho. Animavam-nos instintos de independência, como prova a formação dos quilombos dos palmares. Sacrificaram-se, entretanto, aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de outros países, especialmente os dos Estados Unidos. As negras eram geralmente as amas de leite dos filhos brancos, e, obrigadas a abandonar a própria prole pela alheia, tratavam esta com devotamento e carinho extraordinários. Nas nossas guerras, os negros bateram-se como heróis.
> **Contribuíram tantos serviços para que no Brasil jamais houvesse preconceito de cor.** Já nos tempos coloniais, determinava o rei (provisão de 9 de maio de 1731) que o acidente da cor não constituía obstáculo para que um homem exercesse o cargo de procurador da coroa. Por alvará de 12 de janeiro de 1733, aprovava ter um governador alistado, nos corpos de infantaria de ordenanças, pardos com brancos, sem distinção, confiando que os primeiros o servissem com o mesmo zelo e fidelidade dos segundos. Nos Estados Unidos, mesmo agora, a desigualdade social entre pretos e brancos subsiste até depois da morte; em certos lugares há cemitérios diferentes para

> uns e outros! **Durante o reinado de D. Pedro II vários descendentes de africanos mereceram condecorações e títulos nobiliárquicos**.
> Que bela galeria de negros e filhos de negros ilustres a que apresenta o Brasil! Eis José Maurício Nunes Garcia, gênio musical, amigo de D. João VI; Marcílio Dias, intrépido marinheiro que deu seu nome a um dos vasos da nossa armada; André Rebouças que, depois de derrubada a monarquia, redentora de sua raça, acompanhou a família imperial banida, deixando cômodos, posição, parentes, para ir morrer miseravelmente no exílio; Luiz Gama... (CELSO, 1900, p. 70-73, grifo nosso)

Quanto aos portugueses:

> A história não registra notícia de um povo que, com menos recursos, mais fizesse do que o português. Larga é a sua contribuição para o progresso humano, que nunca empeceu. Subjugou o mar tenebroso, dilatou o perímetro aproveitável do planeta; e, sendo um dos mais diminutos e menos povoados reinos da Europa, formou esse colosso – o Brasil. **Dá mostras de injustiça e ingratidão o brasileiro que ataca ou deprime Portugal.**
> Que é que constitui a grandeza de um povo? Seus serviços a humanidade? Portugal os prestou, como nenhuma outra nação, com as suas viagens e descobrimentos.
> A sua literatura, a sua arte?
> Portugal criou o estilo gótico manuelino; possui Camões, uma das sumidades do pensamento universal...
> Depois do que a respeito do assunto escreveram, entre outros, Porto Seguro e João Francisco Lisboa, **só por ignorância ou má fé se afirmará que de malfeitores e da pior gente portuguesa se compuseram os primeiros núcleos da nossa população.**
> **É inexato que Portugal houvesse em começo abandonado ou desprezado o Brasil. Não se assinala diferença sensível entre o povoamento deste e o das outras colônias portuguesas. Vieram para cá os melhores elementos da escassa população de que a metrópole dispunha**. Os da Índia não se mostraram muito superiores, antes inferiores quanto ao resultado...
> ... As capitanias em que D. João III dividiu o país couberam a varões iminentes da sua corte: fidalgos, ricos proprietários, militares, escritores, altos empregados, - recomendáveis todos por importantes serviços...
> É verdade que Portugal costumava mandar degradados para o Brasil. Mas não tardaram a aparecer protestos enérgicos, qual em 1546 o do donatário de Pernambuco. **As famílias das capitanias jamais se misturaram com esses condenados, apesar de que o degredo não implicava perversidade por parte de quem o sofria.** Era severíssimo o código penal em vigor, e aplicava profusamente a pena de degredo para o Brasil a fatos leves, simples pecados venais, opiniões, pensamentos. **Não desonrava a ninguém tal castigo. E Quantos não vieram de todo inocentes! Admitindo que fossem culpados, força é reconhecer que a transplantação os regenerou. Onde os grandes crimes dos tempos coloniais?** (CELSO, 1900, p.75-78, grifo nosso)

Assim, de acordo com a visão acima, das qualidades das três raças teria se formado povo brasileiro. Numa narrativa idílica, as relações com os povos indígenas, com algumas exceções, teriam se dado de forma pacífica. O grande morticínio e a escravização foram convenientemente esquecidos.

Quanto aos africanos, o eufemismo apareceu logo na primeira oração, quando se afirma que foram "importados". A versão ufanista negou peremptoriamente a existência de preconceito de cor no Brasil. Os exemplos das crueldades praticadas nos Estados Unidos serviram, no texto, para minimizar/neutralizar quaisquer erros cometidos no território brasileiro.

Os portugueses seriam dignos da gratidão dos brasileiros. Logo, o antilusitanismo que teve lugar em vários movimentos nacionalistas da Primeira República não teve o apoio de Affonso Celso. Jackson de Figueiredo, também militante nacionalista, seguiu o exemplo do filho do Visconde de Ouro Preto e buscou deixar o sentimento anti-português de lado.

São os valores acima expostos, que, em grande medida, vão compor o nacionalismo conservador católico militar, fortemente ufanista. Mas, antes de se aprofundar nessa seara, é preciso continuar analisando os alegados motivos da superioridade brasileira. O sétimo motivo seriam os predicados do caráter nacional como: sentimento de independência, hospitalidade, afeição à ordem, paciência, doçura, desinteresse, escrúpulo no cumprimento das obrigações contraídas, espírito de caridade, acessibilidade, tolerância e honradez.

A seguir, algumas colocações sobre o caráter brasileiro:

> **A estatística dos crimes depõe muito em favor dos nossos costumes. Viaja-se pelo sertão, sem armas, com plena segurança, topando sempre gente simples, honesta, serviçal.**
> **Os homens de estado costumam deixar o poder mais pobres do que nele entram.** Magistrados subalternos, insuficientemente remunerados, sustentam terríveis lutas obscuras, em prol da justiça, contra potentados locais. Casos de venalidade enumeram-se raríssimos, geralmente profligados. A República apoderou-se de surpresa dos arquivos do Império: nada encontrou, que o pudesse desabonar. Por ocasião dessa revolução, senadores ficaram tão pobres que o novo regime lhes ofereceu pensões...
> Arguem ao caráter brasileiro fraqueza de sentimento patriótico. É uma inverdade. Não costumamos alardear patriotismo, mas temo-lo, capaz de altos feitos, como quem mais o tenha. Nunca sofremos calados imposições de quem quer que seja. A luta contra os holandeses, a da independência, a do Paraguai... A bandeira do Brasil sabe fazer-se respeitar.
> **Acusam ainda o caráter brasileiro de baldo de iniciativa, decisão e firmeza. São antes desvirtudes do que vícios inveterados. A educação as corrigirá.** (CELSO, 1900, p.86-87, grifo nosso)

Pode-se perceber uma grande idealização do caráter nacional e, ao mesmo tempo, uma forte esperança sobre a educação, a qual seria capaz de cultivar as qualidades almejadas.

O oitavo motivo da superioridade nacional estaria no fato de que o Brasil nunca teria sido derrotado em guerras, tanto no período colonial quanto no período independente. Neste contexto, até a perda da Cisplatina foi apresentada de forma favorável.

O nono motivo da superioridade do Brasil estaria no fato de que jamais teria agredido, lesado ou humilhado outras nações. O décimo motivo estaria nas glórias que estariam por ser colhidas nos imensos territórios inexplorados e desconhecidos.

O décimo primeiro motivo seria a história do país. Nesta seara mereciam destaque e orgulho: os serviços dos jesuítas, a atuação dos bandeirantes, a guerra contra os holandeses, a independência do Brasil, os grandes nomes (incluindo D. Pedro I e D. Pedro II) e, até, a escravidão.

Acerca deste último aspecto:

> **Se é exato que o Brasil se demorou em abolir a escravidão, não menos certo é que em parte alguma a questão foi solvida de modo mais inteligente e honroso.**
> Não nos deve envergonhar o fato de havermos mantido a maldita instituição. Quase todos os povos o praticaram. Teólogos e doutores da Igreja sustentaram a sua legitimidade. Ao começar este século, admitia ainda a Inglaterra o tráfico dos negros, como o qual enriqueceu e cuja supressão dificilmente conseguiu. Em França só em 1848 extinguiu-se a escravidão nas colônias. Nos Estados Unidos, o ilustre Washington era escravagista. A abolição custou ali tremenda guerra civil...
> No Brasil, representavam os escravos a quarta parte da população, eram os únicos trabalhadores agrícolas e residia na agricultura a fonte primordial da riqueza pública. Mais árdua do que alhures, tornava-se, pois, a decisão da matéria que envolvia interesses vitais. Desde o século XVIII, entretanto, vozes generosas protestaram, em nome da moral e do direito, contra o cativeiro. O Brasil não o amou ou defendeu; apenas o tolerava. Condenava-se universalmente entre nós a propriedade servil...
> ... A data da sanção da lei, -13 de maio, - foi considerada desde logo pelo entusiasmo popular como de festa nacional...
> Ultimado o triunfo, incorporaram-se os escravos à população, em perfeito pé de igualdade... (CELSO, 1900, p.183-187, grifo nosso)

Affonso Celso (1900), então, discorreu sobre as onze características que, na sua concepção demonstravam a superioridade do Brasil frente ao restante do mundo. Tais características marcaram firmemente o nacionalismo militante da década de 1920, em especial o nacionalismo militante católico que, por meio da UCM, se difundiu nos meios militares.

Acerca da longevidade do ufanismo:

> Sua longevidade pode ter múltiplas explicações, mas entre elas, certamente, não podemos deixar de incluir a figura de seu formulador. Filho do Visconde de Ouro Preto (último presidente do Conselho de Ministros do Império), Afonso Celso foi conde papal e diretor do Instituto Histórico e Geográfico. Pertenceu a um grupo de intelectuais - do qual também participou Eduardo Prado - que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira. Suas interpretações contrariavam aqueles que viam no Brasil as confirmações das teses de inferioridade racial, assim como aqueles que acusavam o português de responsável pelo atraso brasileiro. (OLIVEIRA, 1990, p.131)

Uma via, anterior à UCM, que pode ter facilitado a aproximação da concepção ufanista dos meios militares foram as obras de Bilac, que possuem o tom otimista de Affonso Celso, mas não possui o seu caráter religioso. Uma de suas obras nacionalistas teve grande destaque:

> **A permanência do ufanismo pode ser constatada em livros como Através do Brasil, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim.** Esta obra, escrita como "livro de leitura para o curso primário", apresenta sob forma ficcional os mesmos temas presentes em Porque me ufano do meu país. **Os autores acreditavam que sua leitura permitiria às crianças conhecerem um pouco o Brasil** - "as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens; os seus aspectos distintivos". Escolheram como principal cenário da obra a região do São Francisco, "o grande rio, essencialmente, unicamente brasileiro". Através do Brasil narra as aventuras de dois jovens que fogem do colégio interno no Recife para procurar o pai doente, que se encontrava no interior de Pernambuco trabalhando na construção de uma estrada de ferro. Os dois atravessam o Estado, navegando pelo São Francisco, e chegam até Petrolina. Neste percurso vivem diferentes situações, conhecem pessoas e fazem amizade com um jovem, forte e esperto, conhecedor da terra, o protótipo do bom e grande sertanejo. Informados do falecimento do pai, empreendem nova viagem até o Rio Grande do Sul. A passagem por diferentes cidades - Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo - é usada pelos autores para apresentar e descrever diferentes formas de vida e de trabalho, costumes etc. **As aventuras dos dois meninos e do amigo sertanejo (que arranja emprego na Amazônia) servem assim como fio condutor para um texto que fala da história do Brasil, das suas riquezas naturais, dos seus personagens ilustres e das qualidades do homem do interior e do litoral. Em Através do Brasil, o país tem uma natureza maravilhosa e diversificada, e o homem, igualmente maravilhoso e diversificado (o sertanejo, o caboclo, o gaúcho) não enfrenta graves problemas. A adversidade e o sofrimento surgem diante do desconhecido**: a ignorância do homem do litoral para sobreviver no sertão; a ação de alguns (poucos) homens maus e a presença da morte, culminação do ciclo natural da vida. A forma ficcional do texto dilui seu ufanismo, tomando-o mais discreto, menos piegas. **Sua aceitação foi inquestionável. Editado em 1910, este texto, largamente usado nas escolas primárias, talvez tenha sido um dos canais mais eficazes para a difusão de um certo tipo de representação ufanista na formação das novas gerações.** (OLIVEIRA, 1990, p.132, grifo nosso)

A década de 1910, por conta da Primeira Guerra Mundial, marcou uma mudança de cenário que pode ser observada, por exemplo, ao longo da campanha pelo

alistamento obrigatório por parte de Bilac. Mudanças que acabaram por repercutir nos movimentos nacionalistas. É o período que Oliveira (1990) denominou como: época do nacionalismo militante.

3.3) O nacionalismo militante: militando por quem?

As décadas de 1910 e 1920 são períodos nos quais emerge um nacionalismo militante. Para Oliveira (1990), esse caráter militante está ligado fortemente à Primeira Guerra Mundial:

> A Primeira Guerra Mundial trouxe a questão nacional à ordem do dia, transformando o significado anterior do nacionalismo. Não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e nas qualidades das raças que formaram o homem brasileiro - dois traços que caracterizavam o nacionalismo de tipo ufanista. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país. (OLIVEIRA, 1990, p.146)

Nessas décadas, ocorreu um processo de transição e fusões, em que se observa algumas polarizações perderem força, de maneira que o nacionalismo reacionário religioso vai abandonando o seu caráter antirrepublicano e adquirindo tintas pró-militares, que facilitam a sua posterior difusão pelo Exército e forças afins.

Tal processo pode ser visualizado no relacionamento da tríade Affonso Celso, Álvaro Bomílcar e Jackson de Figueiredo. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*, obra de Bomílcar prefaciada por Affonso Celso, é um indício desse processo de transformação:

> A política no Brasil ou o nacionalismo radical é dedicado à memória do consolidador da República, o marechal Floriano Peixoto, herói modesto, culto e patriota, que como governante agiu em prol da emancipação do Brasil. Afonso Celso, o prefaciador do livro, aponta as qualidades da obra e do autor. Defende Álvaro Bomílcar da acusação de ser lusitanófobo e diz que seu nativismo era a expressão de uma força de defesa, conservação e progresso. (OLIVEIRA, 1990, p.133)

Acerca dessa obra:

> Álvaro Bomílcar principia sua reflexão dizendo "O Brasil tem uma história honrada, mas pouco interessante; não pela carência de fatos dignos de menção ou de sistematizadores eminentíssimos, mas por falta de um Michelet, capaz de consubstanciá-los numa obra virtual e volitiva, de acordo

> com os interesses nacionais". **O autor demanda uma versão histórica que seja orientada pelos interesses nacionais. Seu apelo por um Michelet deixa isso claro quando nos lembramos que este autor se atribuía, enquanto historiador, a obrigação de prestar um serviço à pátria.** Michelet destacava ser o povo o maior agente do passado da França. Para ele, o fracasso da Revolução se relacionava exatamente com o afastamento deste personagem coletivo da arena política. Michelet expressava a crença nas virtudes do povo francês, no valor do Exército e no compromisso com o nacionalismo. Além desta demanda pela construção de uma história de cunho nacionalista, Bomílcar reconhece e assume a interpretação de Alberto Torres quando este diz que o destino de um país é função de sua história e sua geografia. A história do Brasil só começará quando a solidariedade entre os habitantes produzir uma consciência de unidade moral, algo que a unidade política está longe de realizar. (OLIVEIRA, 1990, p.133, grifo nosso)

A associação entre o nacionalismo e a valorização de uma história criada com esse viés é um ponto claro de aproximação deste com Affonso Celso. Entretanto, a sua visão acerca do papel lusitano, ainda que mitigada por conta da sua aproximação com o filho do visconde de Ouro Preto ainda estava presente, e lhe proporcionou críticas e algumas desavenças com o passar dos anos. Acerca do papel dos portugueses:

> O patriotismo é para o autor um sentimento natural, assim como a razão é para os iluministas uma faculdade natural. No caso brasileiro, este sentimento natural fundamenta-se em honrosas tradições, na capacidade da nossa raça, na consciência das nossas possibilidades e na nossa força. Foram estes princípios que levaram Bomílcar a fundar revistas e impulsionar movimentos. Cabe indagar, porém, por que este sentimento natural precisa ser propagandeado. O que desviou este sentimento do seu curso natural? Para responder a essas perguntas temos de destacar aqui as dificuldades e os problemas do nacionalismo brasileiro, identificando seus amigos e inimigos mais notórios. **O primeiro problema está relacionado, como acreditava Raul Pompéia, com o evento histórico da colonização portuguesa. Bomílcar faz a citação: "Nação nenhuma talvez pecou mais contra a humanidade do que a portuguesa, de que fazíamos outrora parte. Andou sempre devastando não só as terras de África e de Ásia, como disse Camões, mas igualmente as do nosso país.** Foram os portugueses os primeiros que, desde os tempos do Infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres e vendê-los como escravos nos mercados europeus e americanos" (p. 175, nota 7 b). **Ao refazer a leitura da história do Brasil, Álvaro Bomílcar apoia-se igualmente em Rodrigo Otávio. A República e as aspirações nativistas foram sempre sufocadas pelo partido português, partido da colônia.** Em 1822, produziu-se a estranha aliança política entre brasileiros e portugueses, "desvantajosa camaradagem entre vítima e o algoz". Com a República, houve a esperança de redenção de quinze milhões de brasileiros. Floriano Peixoto, orientando a política no sentido nacional, reagiu contra os açambarcadores estrangeiros' defendeu a nacionalização do comércio a retalho e rebateu" esse absurdo culto de duas mães-pátrias" (p. 7). **Esse culto "desvirilizador" renasceu com a morte prematura de Floriano e foi favorecido pela desnacionalização da imprensa do Rio de Janeiro. O português, antigo senhor, manteve-se "dono do quarto poder social" - a imprensa -, orientando a opinião pública. Como podemos ver, o português não só teve responsabilidades no passado como também era responsável por desvios, por influências negativas, no momento em que o autor escrevia sua obra.** O poder negativo da imprensa, controlada por estrangeiros, no caso

> por portugueses, aparece em inúmeros momentos do texto, inclusive quando Bomílcar se refere à sua obra anterior, O preconceito de raça no Brasil, ignorada pela imprensa. Por defender posições nacionalistas e ser contrário ao domínio português, este livro foi esquecido e pouco divulgado. Nele, Bomílcar afirma: **"No Brasil rende-se um culto exagerado a Portugal (...). Que somos uma colônia de lusitanos, tudo está a indicar, desde a nossa prevenção contra os estrangeiros de outras origens, até a nossa intolerância e hostilidade aos próprios brasileiros que têm a infelicidade de descenderem mais proximamente dos negros e dos espoliados indígenas** (...). Só se encontram surtos de progresso e reais manifestações de cultura nos quatro Estados do sul precisamente naqueles em que a influência portuguesa é nula" (Martins, 1976, vol. VI, p. 76). **O controle dos portugueses sobre os jornais fizera a obra A América Latina, de Manuel Bonfim, ser abafada, e, segundo Bomilcar, também Alberto Torres morreu pouco conhecido por não ter tido o apoio da imprensa'.** (OLIVEIRA, 1990, p.134-135, grifo nosso)

O seu tom é evidentemente crítico aos portugueses apesar de algumas afirmações suas no sentido de mitigá-las:

> **Álvaro Bomílcar declara que este libelo não é contra Portugal, mas sim contra os portugueses que desprezam a agricultura e se instalam nas cidades como intermediários da produção, tomando-se responsáveis pelo aumento insuportável dos preços dos alimentos e da habitação. Sua luta, afirma, não é contra os portugueses que acatam nossas leis e tradições, mas contra a hegemonia portuguesa no comércio e na imprensa.** Este antilusitanismo, é bom lembrar, era partilhado por várias correntes de opinião, principalmente na capital federal: "E contra esse nacionalismo suspeito que se insurgiram sempre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Alberto Torres, Manuel Bomfim" (p. 101), informa Bomílcar, construindo sua própria genealogia. "Em vez de gastar tempo em consultar os Le Bon, os Novicow, Gorki, Dostoievski, Lenine, Malatesta ou Carlos Marx, deve-se voltar atenção para a ciência nacional" (p. 140), representada por autores nacionais como os citados acima. (OLIVEIRA, 1990, p.138, grifo nosso)

Além do antilusitanismo, outro fator que dificultou a manutenção de Bomílcar na condição de líder dos movimentos nacionalistas militantes, da década de 1920, foi a sua atitude extremamente belicosa contra muitos outros militantes nacionalistas, o que, de certo modo, contribuiu para isolá-lo. Acerca desta característica conflituosa da sua obra:

> **Referindo-se àqueles que resistem à construção da nacionalidade, Álvaro Bomílcar destaca os políticos e os intelectuais. Os primeiros se caracterizariam pelo egoísmo e pela passividade.** A ausência de luta seria a prova da incapacidade política: "A maioria dos brasileiros, mesmo a dos intelectuais, não conhece o seu país. Os políticos estudam as criações estrangeiras e fazem-nas adotar sem restrições. Os cidadãos do litoral, por vaidade, copiam dos estrangeiros as exterioridades, vícios e defeitos" (p. 168). **Os intelectuais permanecem presos às questões filológicas e ao debate em tomo da reforma ortográfica. Entre os literatos que apoiam a aproximação com a metrópole ou a recolonização, Bomílcar cita Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque e João do Rio, entre outros. Herdamos**

> **a língua – considerada por Alexandre Herculano o túmulo do pensamento – e com ela ficamos isolados do comércio intelectual do mundo. Tivemos que revitalizar uma língua quase morta e temos agora que lutar contra os defensores da língua portuguesa, os defensores da pureza da língua, os que querem legislar para impedir suas transformações.** "No Brasil, não se fala o português, fala-se o brasileiro, com sintaxe, prosódia, estilo e vocabulário brasileiros" (p. 1 68). Além dos inimigos explícitos, Álvaro Bomílcar aponta outros desvios do pensar ocultos sob o rótulo nacionalista. **Entre os nacionalismos mais equivocados ou mais suspeitos, o autor destaca três. O primeiro é o nacionalismo "germanófilo", anticatólico, baseado na ciência dos pensadores alemães**, na admirável organização político-comercial alemã de antes da guerra e nas vantagens oferecidas pela colonização alemã. Bomílcar considera esta colonização aceitável porque os colonos alemães eram agricultores e podiam ser assimilados, desde que obrigados ao estudo da língua e das coisas brasileiras. O germanófilo erra, entretanto, quando despreza os elementos nacionais e nossas tradições, "subordinando o seu ponto de vista ao critério dos Graça Aranha e dos Ihering, admitindo o conceito malsão das raças inferiores, colocando-nos portanto a todos nós, mestiços dessas raças, na expectativa de uma absorção em nome da Estética, do Progresso e da Civilização" (p. 96)... **O segundo nacionalismo equivocado é o "nacionalismo raça-latina", que nos diz ser nosso povo, nossa raça e a nossa língua latinos. Esse tipo de nacionalismo nos faz desvalorizar o que é nosso e copiar a Constituição americana, assim como a cultura, a moda e os costumes franceses.** Foi essa a mentalidade que nos fez absorver da França "a escola filosófica de matemática, que nega a vacina como preventivo da varíola". Esse tipo de nacionalismo deve ser combatido por ser um instrumento da desnacionalização um "culto estranho, desvirilizador, mais perigoso, mais funesto aos interesses nacionais do que esses obscuros, inocentes ritos africanos, candomblés e pajelanças, que a polícia dos subúrbios persegue, em nome da ordem e da civilização" (p. 97). **O terceiro finalmente é o nacionalismo que, em nome da herança ancestral da linguagem, semeia o preconceito de cor e tenta criar entre nós o culto incompreensível de duas mães-pátrias'. Esse patriotismo foi chamado por João Ribeiro de jacobinismo português. São seus defensores os que taxam de preguiçosos os brasileiros que se candidatam a empregos no comércio e os que fazem apelo ao alistamento militar dos brasileiros.** Este é o nacionalismo das classes conservadoras, que apenas conservam "o privilégio de exportar para a outra pátria todos os lucros de seus negócios, todo o ouro ganho no Brasil". (OLIVEIRA, 1990, p.136-138, grifo nosso)

No fragmento acima, Bomílcar criticou a classe política e, ao mesmo tempo, uma série de intelectuais que também se situavam no campo da defesa do nacionalismo. Até Olavo Bilac, que em muitos aspectos defendia um nacionalismo similar ao seu, foi alvo de críticas, ainda que de forma indireta, quando o autor se opôs à questão do alistamento.

Se Bomílcar criticou uma série de intelectuais, por outro lado, também efetuou alguns resgates que o diferenciam ainda mais de Affonso Celso:

> **Como Raul Pompéia, Álvaro Bomílcar inclui entre os amigos da pátria as forças armadas, cuja ação providencial e oportuna tem colaborado decisivamente para a construção da nação.** "Foi a picareta do advogado e a pasmosa sabedoria do congressista que mistificaram estas realizações" (p. 9).

> O patriotismo, transformado em ideia caduca, prejudicial e agressiva, "refugiou-se, afinal, corrido e humilhado, nas casernas e belonaves - últimos redutos de uma religião quase oficialmente perseguida" (p. IO). **Um dos autores antilusitanos recuperados por Bomílcar é Manuel Bonfim.** Assim como Eduardo Prado elegera os Estados Unidos, Bonfim escolhe Portugal como objeto dos seus ataques. Condenando o sistema político e social herdado da metrópole, recusando a explicação da inferioridade racial, defendendo a instrução como alternativa, rejeitando o modelo do "Brasil, país essencialmente agrícola", Bonfim se distingue em inúmeros aspectos de outros pensadores de sua época. **Apesar de tecer grandes elogios a A América Latina, de Bonfim, Bomílcar aponta um único e sério defeito neste livro: o de não ter sabido reconhecer o papel histórico da Igreja católica no Brasil. Segundo ele, os Nóbrega, os Anchieta, os Vieira foram os únicos hóspedes que nos honraram.**' (OLIVEIRA, 1990, p. 140, grifo nosso)

No trecho acima, vê-se um ponto de aproximação entre Bomílcar e Pompéia que o distancia de Affonso Celso: a simpatia para com as forças armadas. Na sua recuperação de Manuel Bonfim, novamente se evidenciou o seu flerte com o antilusitanismo. Se esses fatores o distanciam, um fator essencial o aproxima e permite, ainda que temporariamente, uma ligação: a contundente defesa do catolicismo e do papel histórico desempenhado pela Igreja católica.

Dentro do nacionalismo militante desenvolvido na década de 1910, dois movimentos se destacaram, reverberando nos anos 20: a propaganda nativista e a ação social nacionalista. Ambas tiveram a influência do catolicismo e, também, de Bomílcar, mas foi na primeira, a propaganda nativista, que as ideias de Bomílcar tiveram mais força. Nesta, através da liderança de Alcebíades Delamare, foi lançada a revista Gil Blas, de forte teor antilusitano.

A Ação Social Nacionalista teve a liderança de Affonso Celso e Jackson de Figueiredo. Foi através deste último, Jackson de Figueiredo, que o nacionalismo católico se manifestou de forma mais hegemônica pelo país ao longo da década de 1920. Na sua versão do nacionalismo católico, o antilusitanismo de Bomílcar foi fortemente mitigado. O relacionamento de Figueiredo com o integralismo lusitano certamente deve contribuído neste aspecto.

Sobre as relações de Figueiredo com o integralismo lusitano, Gonçalves (2016) afirmou:

> A “Nação Portuguesa” exaltou, por vezes sucessivas, o protagonismo intelectual e político de Jackson de Figueiredo, sua adesão incondicional ao catolicismo, sua obediência à hierarquia e a preocupação com a formação moral, educacional e cultural pautada nos princípios longevos da dogmática católica. Os destaques eram enfáticos com relação, principalmente, à

> liderança exercida por Figueiredo na criação do Centro D. Vital e do seu veículo de divulgação doutrinário, a revista “A ordem”...
> ... A atenção dada pela “Nação Portuguesa” à Jackson de Figueiredo e ao seu protagonismo insere-se, dentre outros motivos, no contexto das relações de amizade e debate intelectual entre ele e Antônio Sardinha, liderança de destaque no espectro integralista lusitano, por sua militância doutrinária e política. Sardinha, após seu exílio na Espanha (1919-1921), assume, em 1922, a direção do periódico em epígrafe, inaugurando sua segunda fase.
> Não por acaso que nas seções da revista dedicadas à divulgação de periódicos parceiros, “A Ordem”, do Centro D. Vital, quase sempre esteve presente, assim anunciada: “A Ordem”. Órgão do Centro D. Vital. Diretor Jackson de Figueiredo. Grande Revista do Rio de Janeiro” (NAÇÃO PORTUGUESA, 1923)
> Numa das edições da revista do ano de 1926, na seção intitulada “Na feira das Letras”, três livros de autores brasileiros receberam, em resenha, avaliações positivas. Era a estratégia dos editores da revista em divulgar para os portugueses que havia, no Brasil, parceiros na luta pelo mesmo ideal nacionalista. Manuel Múrias, autor das três resenhas, resenhou as obras de Jackson de Figueiredo (“Literatura Reacionária”), de Perilo Gomes (Jackson de Figueiredo – o doutrinador político”) e de Vicente Licínio Cardoso (I- “Pensamentos Brasileiros – Golpes de Vista”, II- “Vultos e ideias”, III- “Figuras e Conceitos”; IV- “Afirmações e Comentários”), este último um dos protagonistas e intelectual atuante no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE) , criada no Rio de Janeiro, em 1924 (NAÇÃO PORTUGUESA, 1926, p.92-95)
> O Centro D. Vital, lócus de atuação política de intelectuais católicos no Brasil, mereceu da “Nação Portuguesa” a mesma atenção. Listas de livros editados pelo Centro carioca foram divulgadas pela revista lusitana. Além de obras de Jackson de Figueiredo, estão na relação Perilo Gomes, Durval de Moraes, Hamilton Nogueira... (GONÇALVES, 2016, p. 107-108)

Pelo fragmento acima, reforça-se a ideia de uma rede de apoio transnacional para o conservadorismo/reacionarismo católico dos anos 1920. Também se ganha mais clareza acerca do distanciamento entre Jackson de Figueiredo e Bomílcar no que diz respeito ao antilusitanismo.

É a versão do nacionalismo católico de Figueiredo que chegou com mais presença na União Católica Militar, uma espécie de fusão entre a influência de Celso e Bomílcar: do primeiro tem-se o caráter ufanista e católico, mas não há a admiração pela monarquia, nem o seu caráter antimilitar. Do segundo, Bomílcar, há a admiração pela forma republicana, mas não ocorre o antilusitanismo.

Acerca da forma como Figueiredo se aproximou do movimento nacionalista:

> A crença no princípio de que a "pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico" permitiu a junção entre a corrente nacionalista de Álvaro Bomílcar e o catolicismo oficial. A figura mais importante desta união foi, sem dúvida alguma, Jackson de Figueiredo (Iglésias, 1962). **Colaborador da revista Brazl1ea, nas suas páginas Jackson valorizou a Carta Pastoral de D. Leme (1916) e a filosofia de Farias Brito, dois homens que representaram um papel fundamental em seu processo de "conversão".**
> A Carta Pastoral de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, paulista de quatrocentos anos, impressionou fortemente o autor. Nela eram retomados

> temas presentes no diagnóstico de Júlio Maria sobre o catolicismo no Brasil, entre os quais a discussão sobre os prejuízos causados pela ignorância religiosa e a proposta de doutrinação pela união e a ação de todos os católicos. Outra questão tão importante levantada pela Pastoral eram as críticas ao ensino leigo e a proposta de criação de uma universidade católica. De 1918 a 1928, Jackson foi a figura polarizadora dos intelectuais e militantes católicos no Rio de Janeiro. Outra figura de destaque no movimento católico carioca foi o próprio D. Sebastião Leme, transferido de Pernambuco em 1922. Ano do I Centenário da Independência, da fundação do Partido Comunista do Brasil, do levante do Forte Copacabana, da Semana de Arte Moderna, 1922 representou igualmente um marco no movimento católico. (OLIVEIRA, 1990, p. 166-167, grifo nosso)

Em *O Nacionalismo na hora presente*, Figueiredo (1921) não nega a proximidade e influência que teve de Bomílcar, mas afirma que, havendo divergências, a sua lealdade fica com Affonso Celso:

> Na conclusão da obra, afirma que, diante do conflito de ideias, do choque entre vertentes nacionalistas, cabe seguir a orientação do "chefe supremo" da Ação Social Nacionalista, Afonso Celso. (OLIVEIRA, 1990, p. 170)

Tal postura já ficou clara no início do livro, quando Figueiredo (1921), logo na primeira página, citou Affonso Celso para defender a necessidade de um ardente programa nacionalista para que o Brasil desempenhasse um papel digno perante o mundo. Outro citado na mesma página, de maneira ainda mais extensa, foi Fidelino Figueiredo, um reconhecido intelectual e historiador português. A menção a esse estrangeiro foi no sentido de defender uma aliança Brasil-Portugal em que houvesse uma reciprocidade de interesses e igualdade.

Nessa obra, Figueiredo relatou ter se afastado de Bomílcar e foi claríssimo no que diz respeito ao antilusitanismo:

> **Consinta agora que separando-me mais uma vez de Álvaro Bomílcar como jamais me conformara ao seu acentuado americanofilismo fiquei de todo ao lado do chefe supremo da Ação Social Nacionalista** e vejamos quais as meditadíssimas razões do meu voto expresso nesta tão irritante quanto importantíssima questão. **Estou ao lado do Sr. Conde de Affonso Celso porque primeiro como católico veja quão importante é aquela já tratada questão como católico não posso negar que o povo português faz parte da verdadeira civilização da civilização criada pela Egreja e de que esta é a maior responsável. O português em si jamais poderá enquanto me conservar Deus no seio da sua Igreja merecer-me desprezo, ódio ou mesmo um puro indiferentismo. Pelo contrário devo amá-lo nas suas tradições na sua história nos representantes do seu Cristianismo.** Não está em mim não é do poder de mais ninguém na terra negar que ao povo português coube através dos seus erros, das suas desgraçadas ambições do seu espírito de cobiça uma alta missão de fé católica, não posso negar que um português escreveu Os trabalhos de Jesus, que um outro foi S João de Matha,

> que um português foi a primeira figura do Concilio de Trento e que entre os mártires e os heróis que teve a Companhia de Jesus nas terras brasíleas a absoluta maioria foi de portugueses. **O meu ajuizar mesmo sobre a colonização portuguesa na América, colonização de que surgiu o Brasil é pelo menos positivamente menos ilógica que a da maioria dos que dominam neste momento o movimento nacionalista.** Não sei meu amigo como conciliar aos olhos do bom senso a apologia dos jesuítas e de Eduardo Prado, por exemplo, tal como se tem visto em páginas do Gil Blas, com a apologia de Calabar feita neste mesmo panfleto sob o pretexto de que aquele brasileiro de triste memoria, melhor que a maioria absoluta dos seus patrícios conheceu as necessidades da pátria naqueles dias e por isto pugnou em favor da dominação holandesa. Mas não foram os Jesuítas que fizeram o Brasil católico, este mesmo Brasil que contra a expressa vontade da metrópole repeliu e expulsou o conquistador protestante que a princípio por lhe respeitar a crença tradicional fora até recebido com simpatia. (FIGUEIREDO, 1921, p. 34-35, grifo nosso)

Desta forma, a questão do antilusitanismo parece ter sido o grande foco de divergências dentro do movimento nacionalista católico, prevalecendo, contudo, o posicionamento de Figueiredo, o qual foi adotado em O Centurião pelos católico-militares.

O Nacionalismo militante, descrito por OLIVEIRA (1990), como desenvolvido na década de 1910, dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial, no sentido em que se defendiam uma série de medidas necessárias para a salvação do país, militou por muito mais do que um país, militou por certo modelo de Brasil, por um conjunto de valores onde se destacaram e preponderaram os Conservadores católicos, ainda que dentre eles não tenha havido o modelo de unidade que estes buscaram projetar ao longo dos anos.

3.4) O nacionalismo católico-militar: as raízes do militarismo ufanista pretensamente apolítico

Nas linhas acima, discorreu-se sobre o nacionalismo na Primeira República, a fim de vislumbrar os movimentos nacionalistas que se desenvolveram nas décadas de 1910 e 1920. Nesse contexto, buscou-se destacar as principais influências sobre o nacionalismo católico expressado por Jackson de Figueiredo, uma vez que este foi uma influência intelectual direta sobre os católico-militares que fundaram a UCM.

Nas páginas de *O Centurião*, não se encontraram expressões do antilusitanismo, questão que, de certo modo, como se viu acima, dividiu os nacionalistas católicos. Mas, de que forma aparece o nacionalismo reacionário católico nas páginas de *O Centurião*?

Em primeiro lugar, apareceu em todas as capas dos exemplares com os dizeres: “Por Deus! Pela Pátria!”. Em segundo lugar, pode-se notar a sua onipresença, através

dos discursos reproduzidos de membros da UCM nos mais inúmeros eventos. Além disso, também podemos identificá-lo através dos rituais da UCM: nesses, frequentemente apareceram bandas militares tocando o hino nacional, bem como o relato da exposição e distribuição de bandeiras.

A imagem da pátria foi frequentemente associada com a figura da mãe, tentando evocar sentimentos de união, abnegação e obediência. O nacionalismo professado pelos católico-militares trabalhava pela manutenção da ordem instituída e buscava manter a unidade do Exército, no sentido de realizar a sustentação do regime oligárquico. As tradições católico-militares institucionalizaram esse nacionalismo nas forças militares e, através da repetição cotidiana, fortaleceram valores conservadores acríticos em relação a uma série de problemas. Não se tratava apenas de obedecer à lei ou de manter os militares distantes da política.

O nacionalismo conservador/reacionário, nos seus caracteres ufanistas, não fazia a crítica necessária ao processo de aculturação que os religiosos católicos fizeram contra a população indígena, escondia o racismo que a população negra vinha enfrentando há séculos, posicionava-se a favor de uma condição subalterna para as mulheres na sociedade, voltada em especial para os afazeres domésticos, e enxergava, nos movimentos de organização dos trabalhadores, uma ameaça ao progresso e à paz social, estimulando, assim, a repressão destes.

Os regulamentos da UCM prescreviam o caráter nacionalista em várias ocasiões. Mas, o termo nacionalismo, por si só, a priori, não expressa muitas coisas. É preciso examinar as suas manifestações nos casos concretos. O nacionalismo pode se prestar a utilizações diversas, tanto num sentido à direita do espectro político, como num sentido à esquerda, como no seu uso, por exemplo, na política anti-imperialista dos movimentos comunistas que ocorreram ao longo do século XX, em especial no sudeste asiático.

É possível compreender, teoricamente, que o nacionalismo seja algo conservador em todos os seus usos políticos, até mesmo quando utilizado pela esquerda, mas não é preciso aprofundar-se nessa questão. O que se quer sinalizar, é que, ainda que se adote esta concepção que entenda todo nacionalismo como algo conservador, é inegável que existem nacionalismos mais conservadores e perigosos do que outros, mais críticos ou menos críticos. No caso da UCM, não se adotou o modelo jacobino que, apesar dos seus problemas, eventualmente adotava alguns pontos de vistas favoráveis ao bem-estar das classes populares. A UCM adotou e defendeu um dos modelos mais reacionários

possíveis, em sua época, e o difundiu de maneira bem sucedida, no seio das forças armadas.

De forma indireta, se encontram diversos ecos do nacionalismo reacionário católico nas páginas de *O Centurião*, em especial na valorização do papel exercido pelos jesuítas na história do Brasil e na apreciação dos povos indígenas (desde que abertos à incorporação pelo catolicismo, pela cultura do colonizador). No capítulo anterior, se teve, inclusive, a oportunidade de estudar uma defesa da inquisição por parte dos católico-militares.

Acerca do papel dos jesuítas, é necessário realizar uma contextualização. Para tal, observe-se um fragmento de texto da obra de OLIVEIRA (1990) que elenca, em grande medida, algumas características do nacionalismo ufanista, caracteres incorporados pelo nacionalismo católico que foi difundido, pela UCM, nas forças armadas:

> Para Afonso Celso, o último motivo da superioridade brasileira é a sua história, pois "o nosso regime colonial foi mais suave que o de quase todos os povos americanos" (p. 123). Os episódios da vida nacional que "merecem celebração épica, pois são gloriosos como os da humanidade" (p. 128), **são o trabalho de catequese dos jesuítas**, a epopeia dos bandeirantes, a expulsão dos holandeses, a Guerra dos Palmares e a Retirada da Laguna. Devemos lembrar ainda, frisa o autor, que a abolição da escravidão, "a maldita instituição", foi mais suave e humanitária no Brasil, do que nos Estados Unidos. Aqui a emancipação se processou de forma progressiva, e após a Abolição "incorporam-se os ex-escravos à população, em perfeito pé de igualdade" (p. 187). Lá, os homens de cor são segregados. (OLIVEIRA, 1990, p. 131, grifo nosso)

O papel dos jesuítas, acima mencionado, possui centralidade no nacionalismo católico e está relacionado com a obra do padre Júlio Maria, um intelectual católico cujas ideias influenciaram figuras como Dom Leme e Jackson de Figueiredo:

> O quadro das relações entre Igreja e Estado na República torna-se mais compreensível quando examinamos, através do discurso de diferentes intelectuais católicos, a leitura que a Igreja fez da questão da nacionalidade. **Um dos textos mais ilustrativos é "Memória sobre a religião", de Júlio Maria,' escrito em 1900 e publicado na obra comemorativa do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Júlio Maria confere um papel fundamental ao catolicismo na formação da nacionalidade: "O início e o desenvolvimento da nossa nacionalidade, a formação da pátria, as lutas coloniais, a educação do povo, os usos e costumes - tudo isso está identificado com as crenças religiosas dos nossos antepassados" (p. 12).** Para Júlio Maria, a história, vista como a "marcha do gênero humano através dos séculos", obedece a leis divinas. Dentro dessa perspectiva, o autor apresenta o descobrimento da América como um evento preparado por Deus para equilibrar as perdas sofridas pela Igreja Católica devido ao avanço

> protestante na Europa. A descoberta do Brasil e sua ocupação pelo rei de Portugal não ocorreram por acaso, e sim foram frutos da vontade divina. Assim, o "ideal de pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico". A crença e a fé constituem o "princípio de vida", a "alma da nação". Foi a unidade religiosa que produziu a unidade política. O autor faz a apologia dos jesuítas no período colonial. Foram eles que defenderam os índios das investidas do colono português. Foi obra dos jesuítas em Piratininga a catequese, o aldeamento e o povoamento, ou seja, a formação do povo brasileiro. O Brasil era católico mesmo antes da Independência. O altar não foi uma criação do trono. (OLIVEIRA, 1990, p. 164, grifo nosso)

O quarto centenário do "descobrimento" e a obra de intelectuais católicos como Júlio Maria acentuaram o papel dos jesuítas na história do Brasil e é dentro desse quadro que devemos entender a sua aparição nas páginas de *O Centurião*:

> É um documento de fé e de patriotismo. Concito, por isso, a todos os oficiais a explicarem em suas preleções morais, de acordo com o capítulo III – Instrução geral, do R.I.S.G., o elevado alcance da colaboração do clero nacional na organização da defesa nacional. **Convém não esquecerem, como exemplo, a epopeia de abnegação que é o apostolado de Nobrega e Anchieta, no alvorecer da nacionalidade**; a influência do sacerdote no desenvolvimento da instrução desde os tempos coloniais; a união do clero e do exército em todas as nossas conquistas liberais, principalmente em 1817 e no advento da nossa independência; o heroísmo dos nossos padres, em companhia dos nossos batalhões, em todos os momentos em que tivemos de defender com as armas e sangue a honra da nossa bandeira.
> **Falando assim aos nossos soldados, senhores oficiais, não fareis obra de sectarismo religioso; vós falareis à alma católica da maioria dos soldados brasileiros,** vós explicareis aos nossos camaradas páginas de valor, de devotamento e de heroísmo dos nossos maiores, na delimitação definitiva do território e na formação da nacionalidade. (O CENTURIÃO, n.2, 1928, p. 2, grifo nosso)

No fragmento acima, ocorre não somente a valorização do papel histórico dos jesuítas, mas, também, um exemplo de como essa visão histórica acerca do papel do catolicismo serviu de base para justificar um proselitismo religioso no então tempo presente e, simultaneamente, embasar a bandeira política do retorno da assistência religiosa às forças armadas[25].

Veja-se agora mais um fragmento de *O Centurião*:

> Uma Lição de Anchieta
>
> A escola dos índios. Aos muros, painéis religiosos; em toda a extensão da sala, troncos deitados de árvores, servindo de bancos. Anchieta ocupa uma cadeira, e escreve, na areia de um tabuleiro, as letras do alfabeto, que os discípulos repetem em voz alta. Depois da última suspendendo o ramo florido, com que as traçara, diz Anchieta:

[25] A campanha pelo retorno da assistência religiosa às forças armadas, principal reivindicação dos católicos-militares, será objeto de um tratamento mais detalhado no último capítulo deste estudo.

- Agora, vamos, filhos, findar nossa lição,
Primeiro é o trabalho
O A, B, C, da carta
Sabeis a me encantar;
Passastes adiante...
Já ides soletrar.
As letras conhecendo,
Junta-las bem é ler:
Começa por um nome
Que vós deveis saber.
Por que tanto arruído?
Silêncio, filhos meus!
Escrevo e dito as letras:
D-E-U-S ...
Os índios: --- Deus!
Mello Moraes Filho
(O CENTURIÃO, n.9, 1929, p. 27)

O texto acima foi publicado no exemplar número nove de *O Centurião*. Tal tipo de publicação era muito comum. Se, por um lado, faz parte de uma escola intelectual, que negava validade ao racismo pretensamente científico de fins do século XIX e início do século XX – e, assim, buscava valorizar características e aspectos históricos vinculados aos povos indígenas –, por outro lado, não percebia o seu caráter etnocêntrico e via como um processo positivo a assimilação cultural realizada pelos religiosos contra as culturas nativas, romantizando a violência simbólica a que os povos nativos foram submetidos. Ficava claro, então, que a adoração aos símbolos nacionais não era um mero louvor a uma bandeira ou a um hino, mas a transmissão de todo um conjunto de valores. Para compreender melhor essa dinâmica, se verá, a seguir, como foi o processo de criação/apropriação de certas tradições católico-militares.

3.5- A invenção das tradições: A Páscoa dos Militares e A Bênção das Espadas

Figura 3: Páscoa dos Militares de 1939, na qual se pode observar o conjunto de eventos que caracterizou a comemoração. Fonte: O Bom Soldado (Ano 5, n. 2, junho de 1939). Imagem da Biblioteca Nacional

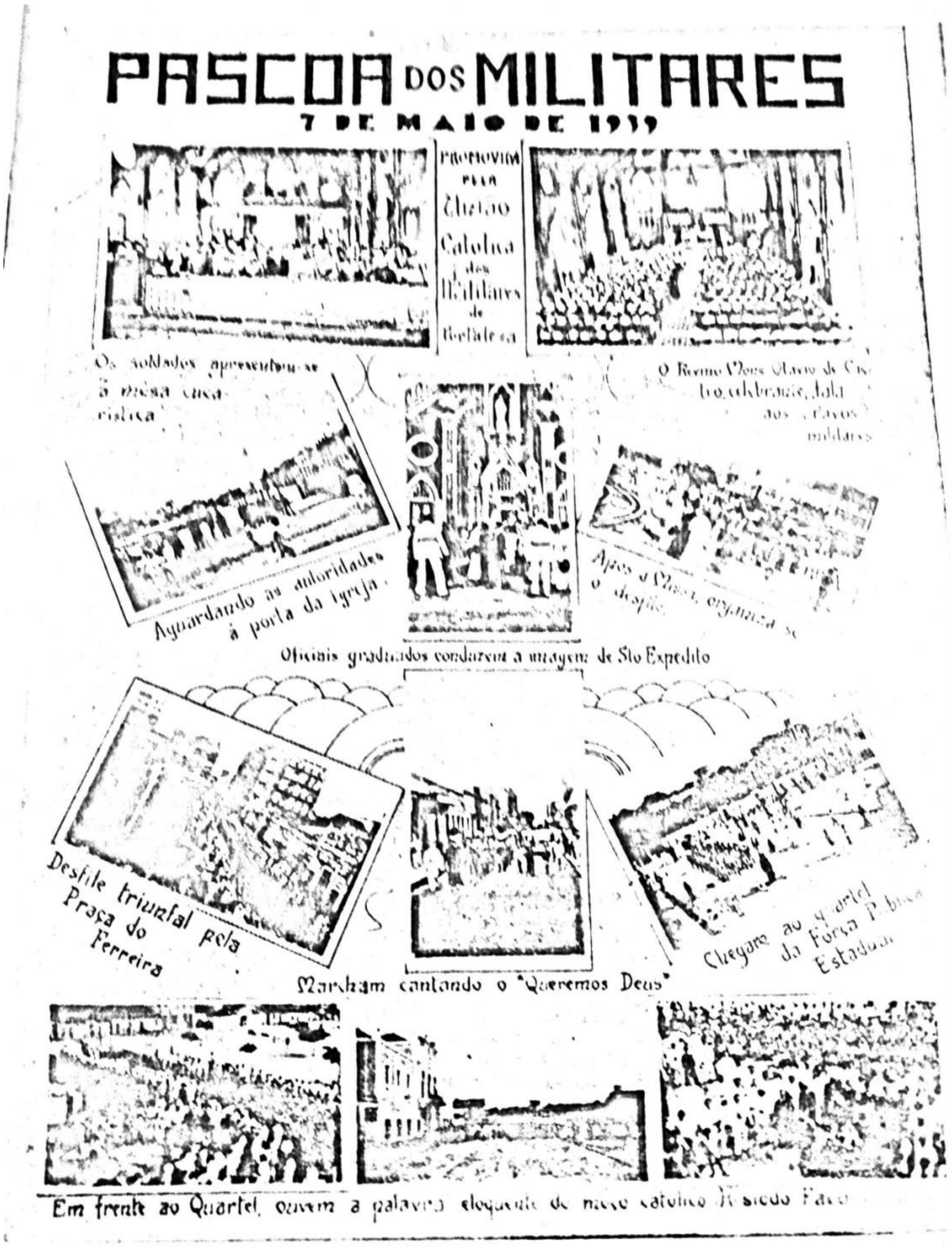


Figura 4: Comemoração da Páscoa dos Militares pela Escola Preparatória de Cadetes do Ar da Aeronáutica, em 17 de novembro de 2014.
Disponível em: https://www2.fab.mil.br/epcar/index.php/2014-12-11-17-51-57/224-pascoa-dos-militares-e-celebrada-em-barbacena Acesso em 08 jul. 2021



Figura 5: Imagem da comemoração da Páscoa dos Militares, ocorrida em abril de 2018, na Guarnição de Campinas do Exército Brasileiro. Fonte: Site da Escola Especial de Cadetes do Exército. Disponível em: http://www.espcex.eb.mil.br/index.php/eventos/362-pascoa-dos-militares-na-guarnicao-de-campinas . Acesso em 08/07/2021.

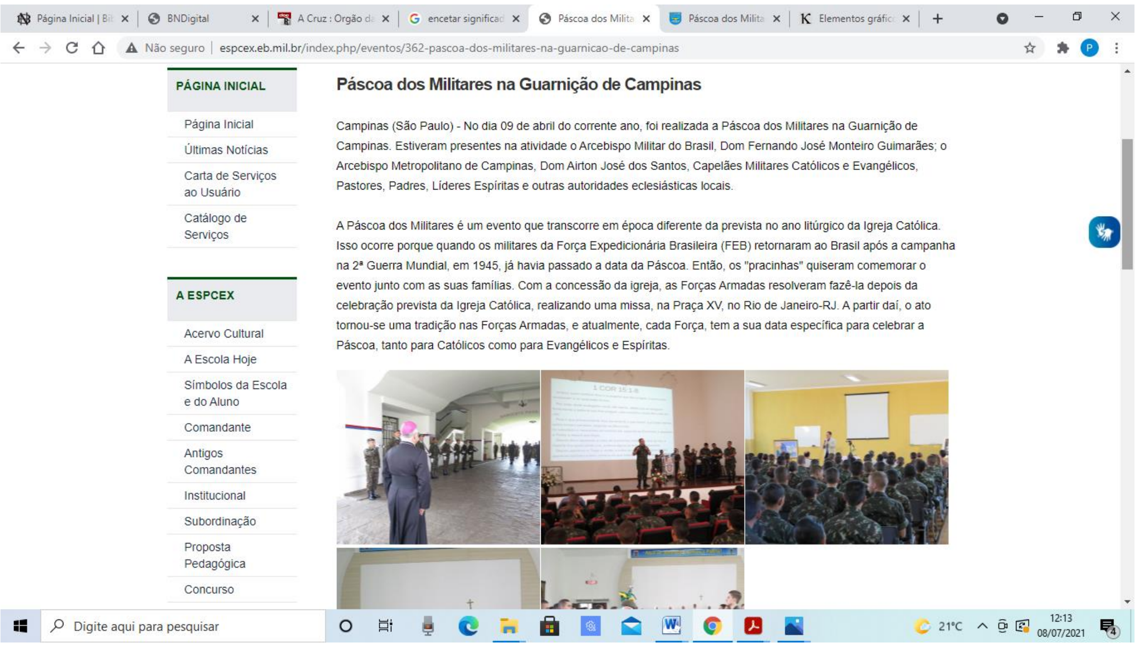


Figura 6: Imagem da comemoração da Páscoa dos Militares, ocorrida em abril de 2018, na Guarnição de Campinas do Exército Brasileiro. Nesta imagem é possível observar a onipresença dos símbolos nacionais na referida comemoração, desde a bandeira carregada pelo soldado, passando pelas pequenas bandeiras coladas nas mangas dos uniformes até ao dizer patriótico colocado acima do altar onde podemos ler: “Aqui se aprende a amar a Pátria!” Fonte: Site da

Escola Especial de Cadetes do Exército. Disponível em: http://www.espcex.eb.mil.br/index.php/eventos/362-pascoa-dos-militares-na-guarnicao-de-campinas . Acesso em 08 Jul. 2021.



Figura 7: Imagem da comemoração da Páscoa dos Militares, ocorrida em abril de 2018, na Guarnição de Campinas do Exército Brasileiro. Nesta imagem, vemos militares prestando continência ao Arcebispo Militar do Brasil, Dom Fernando José Monteiro Guimarães.
Disponível em: http://www.espcex.eb.mil.br/index.php/eventos/362-pascoa-dos-militares-na-guarnicao-de-campinas . Acesso em 08 Jul. 2021



Figura 8: Comemoração da Páscoa dos Militares pela Marinha no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019. Participaram cerca de três mil militares, na missa celebrada pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Orani João Tempesta. Acesso em 08 jul. 2021 no site da Marinha.

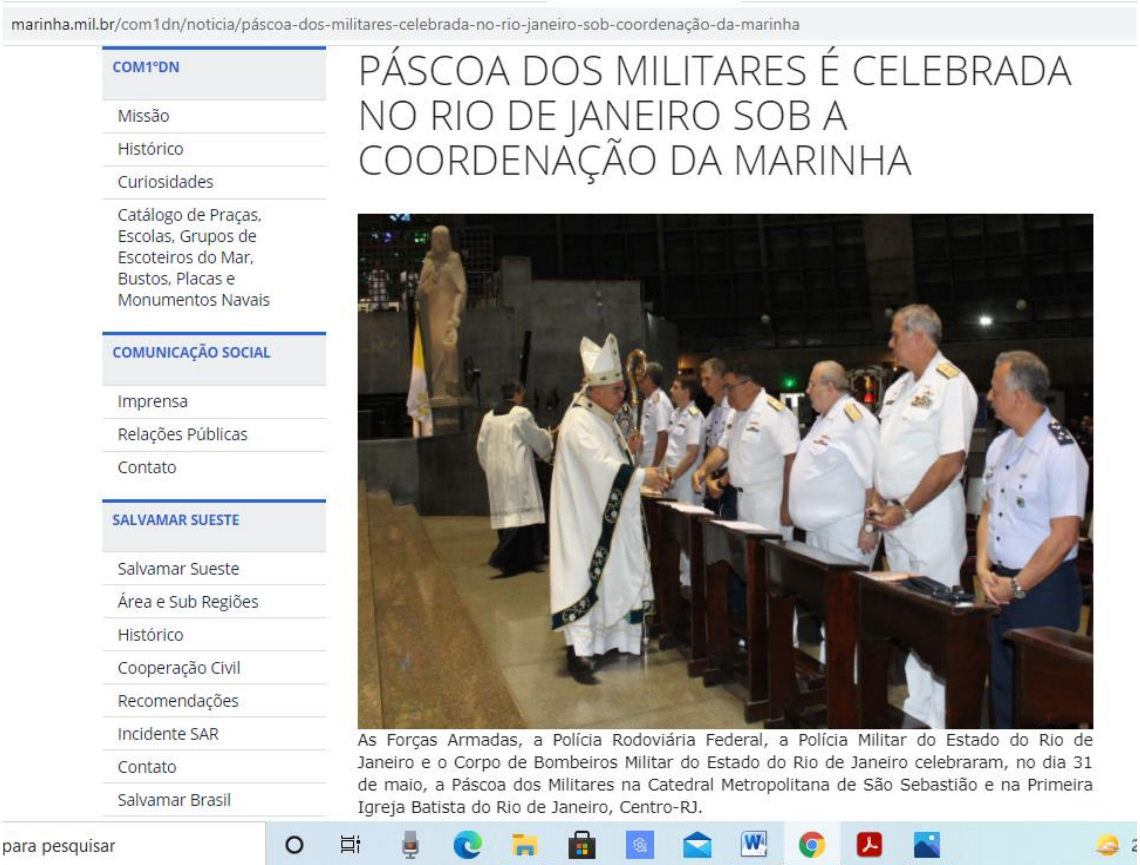


Figura 9: Imagem da cerimônia da Bênção das Espadas disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. (A CRUZ, 22/01/1922, p. 2)



Figura 10: Imagem da Cerimônia da Bênção das Espadas, ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2019. Disponível em: http://www.cporpa.eb.mil.br/index.php/noticias/405-bencao-das-espadas-dos-futuros-aspirantes . Acesso em 08 jul. 2021

.php/noticias/405-bencao-das-espadas-dos-futuros-aspirantes

Bênção das espadas dos futuros Aspirantes

No dia 27 de novembro de 2019, foi realizada uma missa na Igreja Nossa Senhora das Dores pelo TC Cláudio, Capelão Militar, onde foram abençoadas as espadas dos futuros Aspirantes. A solenidade faz parte dos preparativos para o Aspirantado, que ocorrerá neste sábado dia 30 de novembro, no Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcellos (Tesourinha).



Figura 11: Imagem da Cerimônia da Bênção das Espadas realizada pela Marinha, em dezembro de 2018. Disponível em: https://arquidiocesemilitar.org.br/escola-naval-realiza-missa-e-bencao-das-espadas-dos-guardas-marinha.html . Acesso em 08 jul. 2021

arquidiocesemilitar.org.br/escola-naval-realiza-missa-e-bencao-das-espadas-dos-guardas-marinha.html

ESCOLA NAVAL REALIZA MISSA E BÊNÇÃO DAS ESPADAS DOS GUARDAS-MARINHA



3.5.1) Considerações preliminares

Ao se discutir sobre o nacionalismo reacionário católico na Primeira República, é importante refletir acerca das tradições inventadas, visto que é muito comum a promoção dos nacionalismos através da invenção e/ou apropriação de rituais e cerimônias. O propósito de certos rituais é o de criar uma identidade coletiva, através de meios mais lúdicos, afetivos e, sobretudo, indiretos.

Assim, por meio do uso de certas vestimentas, de determinadas músicas e/ou hinos, de missas, da benção de objetos, dentre outras estratégias, promove-se uma maior propagação e incorporação dos valores almejados/planejados pelos nacionalistas militantes. Através de tais festividades, atingiam os não letrados e os pouco letrados, conferindo maior legitimidade social aos seus propósitos.

A busca pela defesa da ordem no país e nas Forças Armadas, ao longo da década de 1920, passou por uma busca pela formação e disseminação de identidades coletivas conservadoras, associadas ao catolicismo e nacionalismo. No âmbito específico das forças armadas, buscou-se formar e disseminar uma identidade católico-militar. Nesse processo, foram criadas nas Forças Armadas brasileiras uma série de tradições, ou melhor, sendo mais específico, tradições católico-militares. Essa estratégia teve forte apoio dos grupos dominantes, tanto nas forças armadas como em determinados grupos políticos.

Antes de esmiuçar cada tradição elaborada pelos católico-militares, é importante estabelecer algumas premissas teóricas. Veja-se como Hobsbawm (1997) utilizou o termo:

> O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. A transmissão radiofônica real realizada no Natal na Grã-Bretanha (instituída em 1932) é um exemplo do primeiro caso. Como exemplo do segundo, podemos citar o aparecimento e evolução das práticas associadas à final do campeonato britânico de futebol. É óbvio que nem todas essas tradições perduram: nosso objetivo primordial, porém, não é estudar suas chances de sobrevivência, mas sim o modo como elas surgiram e se estabeleceram. (HOBSBAWM, 1997, p. 9)

Ainda sobre o entendimento de Hobsbawm sobre o termo:

> Por “tradição inventada” entende-se **um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado.** Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do Parlamento Britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da câmara partindo exatamente do mesmo plano básico anterior. O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os “movimentos progressistas”, que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada, tal como 1789. (HOBSBAWM, 1997, p.10, grifo nosso)

Eis um dos porquês de se estar relacionando o conceito de tradição inventada apresentado e desenvolvido por Hobsbawm para estudar e compreender eventos como a Páscoa dos Militares ou a Benção das Espadas. Trata-se de uma série de práticas rituais e, também, simbólicas, que objetivam introduzir e fixar valores e comportamentos na sociedade e nos meios militares, firmando simultaneamente uma determinada identidade e imagem pública: católicos conservadores militares.

Prosseguindo com as considerações teóricas acerca das tradições inventadas, é importante atentar mais detalhadamente para a forma de se relacionar com o passado:

> Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para estudiosos da história contemporânea. (HOBSBAWM, 1997, p. 10)

Mais adiante, se adentrará sobre quais relações com o passado buscavam estabelecer os católico-militares. Agora, entretanto, é preciso delimitar algumas nuances relacionadas à ideia de tradição inventada. Veja-se, por exemplo, a diferença entre tradição e costume:

> A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. **O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição**. O **“costume”, nas sociedades**

> **tradicionais**, têm a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua **função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história**. Os estudiosos dos movimentos camponeses sabem que quando numa aldeia se reivindicam terras ou direitos comuns "com base em costumes de tempos imemoriais" o que expressa não é um fato histórico, mas o equilíbrio de forças na luta constante da aldeia contra os senhores de terra ou contra outras aldeias. Os estudiosos do movimento operário inglês sabem que o "costume da classe" ou da profissão pode representar não uma tradição antiga, mas qualquer direito, mesmo recente, adquirido pelos operários na prática, que eles agora procuram ampliar ou defender através da sanção da perenidade. **O "costume" não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim, nem mesmo nas sociedades tradicionais.** O direito comum ou consuetudinário ainda exibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado. Nesse aspecto, aliás, a diferença entre "tradição" e "costume" fica bem clara. **"Costume" é o que fazem os juízes, "tradição" (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado.** A decadência do "costume" inevitavelmente modifica a "tradição" à qual ele geralmente está associado. (HOBSBAWM, 1997, p. 10, grifo nosso)

No fragmento acima, Hobsbawm tece duas diferenciações básicas entre tradição e costume. Enquanto o primeiro se caracterizaria por sua invariabilidade ou, acrescento, por uma busca de invariabilidade, o segundo seria mais flexível, porque simultaneamente deve estar aberto a mudanças em razão das transformações sociais, enquanto oferece uma sanção ou legitimidade proveniente do precedente. Outro aspecto destacado foi o caráter essencialmente simbólico da tradição frente ao costume, que não somente possui um aspecto simbólico, mas também o seu aspecto prático dentro de uma formação social.

Outra distinção que mereceu atenção foi a diferença entre tradição e convenção ou rotina. Assim:

> É necessário estabelecer uma segunda diferença, menos importante, entre a "tradição" no sentido a que nos referimos e **a convenção ou rotina, que não possui nenhuma função simbólica nem ritual importante, embora possa adquiri-las eventualmente**. É natural que qualquer prática social que tenha que ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume. Isto é válido tanto para práticas sem precedente (como o trabalho de um piloto de avião), como para as práticas já bastante conhecidas. **As sociedades que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que antes**. Na medida em que essas rotinas funcionam melhor quando transformadas em hábito, em procedimentos automáticos ou até mesmo em reflexos, elas precisam ser imutáveis, o que pode afetar a outra exigência necessária da prática, a capacidade de lidar com situações imprevistas ou originais. Esta é uma falha bastante conhecida da

> automatização ou da burocratização, especialmente a níveis subalternos, onde o procedimento fixo geralmente é considerado como o mais eficiente.
> **Tais redes de convenção e rotina não são tradições "inventadas", pois suas funções e, portanto, suas justificativas são técnicas, não ideológicas (em termos marxistas, dizem respeito à infraestrutura, não à superestrutura). As redes são criadas para facilitar operações práticas imediatamente definíveis e podem ser prontamente modificadas ou abandonadas de acordo com as transformações das necessidades práticas**, permitindo sempre que exista a inércia, que qualquer costume adquire com o tempo, e a resistência às inovações por parte das pessoas que adotaram esse costume. (HOBSBAWM, 1997, p. 10-11, grifo nosso)

Em suma, o grande diferencial entre a tradição e a rotina está no fato de que a primeira possui justificativas ideológicas, enquanto a segunda possui justificativas técnicas. A linha de distinção apenas fica um pouco mais tênue, quando a rotina, eventualmente adquire alguma significação ideológica, com o passar do tempo.

A seguir, as afirmações de Hobsbawm sobre jogos e padrões de interação social, fazem com que a diferenciação acima fique ainda mais clara:

> O mesmo acontece com as "regras" reconhecidas dos jogos ou de outros padrões de interação social, ou com qualquer outra norma de origem pragmática. Pode-se perceber de imediato a diferença entre elas e a "tradição". O uso de bonés protetores quando se monta a cavalo tem um sentido prático, assim como o uso de capacetes protetores quando se anda de moto ou de capacetes de aço quando se é um soldado. Mas o uso de um certo tipo de boné em conjunto com um casaco vermelho de caça tem um sentido completamente diferente. Senão, seria tão fácil modificar o costume "tradicional" dos caçadores de raposa como mudar o formato dos capacetes do Exército – instituição relativamente conservadora – caso o novo formato garantisse maior proteção. (HOBSBAWM, 1997, p.11)

Mais uma vez, é o papel ideológico, e não os aspectos práticos, que definem a "tradição". O autor chegou até a apontar certa oposição entre a "tradição" e as rotinas pragmáticas:

> Aliás, as "tradições" ocupam um lugar diametralmente oposto às convenções pragmáticas. **A "tradição" mostra sua fraqueza quando, como no caso dos judeus liberais, as restrições na dieta são justificadas de um ponto de vista pragmático, por exemplo, alegando-se que os antigos hebreus não comiam carne de porco por motivos de higiene**. Do mesmo modo, os objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático. **As esporas que fazem parte do uniforme de gala dos oficiais de cavalaria são mais importantes para a "tradição" quando os cavalos não estão presentes**: os guarda-chuvas dos oficiais da Guarda Real, quando eles estão à paisana, perdem a importância se não forem trazidos bem enrolados (isto é, inúteis): as perucas brancas dos advogados dificilmente poderiam ter adquirido sua importância atual antes que as outras pessoas deixassem de usar perucas. (HOBSBAWM, 1997, p. 12)

Uma vez que se está trabalhando com a noção de tradição, é importante que se observem algumas das dificuldades de operacionalização que eventualmente surgem ao longo desse tipo de investigação:

> Consideramos que a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. **Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. Ele é ainda em grande parte relativamente desconhecido.** Presume-se que se manifeste de maneira mais nítida quando uma tradição é deliberadamente inventada e estruturada por um único iniciador, como é o caso do escotismo, criado por Baden Powell. Talvez seja mais fácil determinar a origem do processo no caso de cerimoniais oficialmente instituídos e planejados, uma vez que provavelmente eles estarão bem documentados, como, por exemplo, a construção do simbolismo nazista e os comícios do partido em Nuremberg. É mais difícil descobrir essa origem quando as tradições tenham sido em parte inventadas, em parte desenvolvidas em grupos fechados (onde é menos provável que o processo tenha sido registrado em documentos) ou de maneira informal durante um certo período, como acontece com as tradições parlamentares e jurídicas. **A dificuldade encontra-se não só nas fontes, como também nas técnicas**, embora estejam à disposição dos estudiosos tanto disciplinas esotéricas especializadas em rituais e simbolismos, tais como a heráldica e o estudo das liturgias, quanto disciplinas históricas warburguianas para o estudo das disciplinas citadas acima. Infelizmente, nenhuma dessas técnicas é comumente conhecida dos historiadores da era industrial. (HOBSBAWM, 1997, p. 12, grifo nosso)

Como salientou Hobsbawm (1997), existe uma série de dificuldades, tanto no âmbito das técnicas, quanto no que diz respeito às fontes. No caso do objeto de estudo da presente tese, ambas as dificuldades são encontradas. Estudar os simbolismos católicos presentes na liturgia é uma tarefa que exige vastos conhecimentos específicos e, justamente por isso, não há a pretensão de esgotar esses aspectos.

Outra dificuldade diz respeito às fontes, uma vez que não se obteve acesso ao arquivo da União Católica Militar. Ainda que essa associação tenha recebido amplo apoio das forças armadas, especialmente do Exército que chegou a imprimir um dos periódicos dos católico-militares, não existe um arquivo da UCM nas dependências do Exército brasileiro. Sendo assim, o acesso aos rituais praticados se dá através dos periódicos, onde podemos visualizar algumas fotografias e ler os discursos elaborados acerca de determinadas práticas. Tal acesso permite compreender vários aspectos simbólicos pretendidos, mas possui limitações que impedem o acesso aos mínimos detalhes, cuja observação poderia ser ainda mais interessante e reveladora.

A Primeira República é um período de intensas transformações. Nesse momento, algumas cidades estão passando por um processo de industrialização e, como se viu ao longo dos capítulos 1 e 2, havia uma preocupação difusa com a ideia de modernização capitalista. No âmbito da imprensa, se acompanhou as principais alterações, assim como notou-se o engajamento militar, e até católico, para se adaptar ao processo modernizante no sentido de acompanhar as mudanças ocorridas nos principais centros mundiais. As mudanças não se deram apenas no plano material, mas, também, no plano cultural. Buscou-se mudar hábitos e visão de mundo. A título de ilustração, lembremos o governo de Rodrigues Alves, época em que as transformações assumiram um ritmo ainda mais acelerado:

> Rodrigues Alves assumiu o governo vendo seu antecessor sair do Rio sob imensa vaia popular que ecoava ao longo das estações suburbanas da Central. O governo de Campos Sales tinha sido de recessão econômica...
> **Rodrigues Alves, sem alterar de modo significativo a política financeira, enveredou por um programa intensivo de obras públicas, financiado por recursos externos**, que conseguiu dar início à recuperação econômica... Foi também ajudado desde o começo por ligeiro aumento dos preços do café, em baixa desde 1896.
> **... As obras do porto... tiveram início em março de 1904...** Cerca de dois mil trabalhadores foram contratados para o trabalho. As obras complementares da avenida Central, da avenida do Cais (Rodrigues Alves) e do canal do mangue ficaram a cargo do próprio governo federal, sob a direção de uma comissão construtora cujo engenheiro chefe era Paulo de Frontin. As desapropriações para a construção da nova avenida começaram em dezembro de 1903, as demolições em fevereiro de 1904, quando também foram iniciadas as obras do canal do mangue. Paralelamente, a prefeitura se encarregava das obras de alargamento de algumas ruas do centro.
> **Em novembro de 1904, data da revolta, o trabalho de demolição das casas para abrir a avenida Central, executado por cerca de 1800 operários, terminara e 16 novos edifícios estavam sendo construídos. O eixo central da avenida fora inaugurado em 7 de setembro, em meio a grandes festas, já com serviço de bondes e iluminação elétrica. A derrubada de cerca de 640 prédios rasgara, através da parte habitada da cidade, um corredor que ia da Prainha ao Passeio Público. Era como abrir o ventre da velha cidade... Na mesma data, estavam sendo alargadas as ruas do Acre (ex-Prainha), São Bento, Visconde de Inhaúma, Assembleia e Sete de Setembro. A rua do Sacramento já fora prolongada até a avenida Marechal Floriano Peixoto, recebendo a parte nova o nome de avenida Passos.**
> Pelo lado da saúde pública, Oswaldo Cruz enfrentou, em primeiro lugar, a febre amarela, adotando métodos já aplicados em Cuba. Atacou a doença por dois lados, pela extinção dos mosquitos e pelo isolamento dos doentes em hospitais. Logo a seguir, voltou-se para a peste bubônica, cujo combate exigia a exterminação de ratos e pulgas e a limpeza e desinfecção de ruas e casas. O trabalho começou em abril de 1903. **Brigadas sanitárias, compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica**... Cerca de 2500 mata-mosquitos espalharam-se pela cidade. Para prevenir resistências dos moradores, as

> brigadas faziam-se acompanhar de soldados da polícia. **Pode-se ter ideia da dimensão do esforço através da seguinte estatística: só no segundo semestre de 1904 foram visitadas 153 ruas; foram feitas, no primeiro semestre, 110 224 visitas domiciliares, 12971 intimações, 626 interditos... Além disso, Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiam no cotidiano dos cariocas, particularmente dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspisse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas. Muitas dessas posturas eram simples reedições de medidas anteriores que, ao bom estilo brasileiro, não tinham pegado. Não se sabe ao certo quantas das novas pegaram. Mas, desta vez, a população já se dera conta de que pelo menos o esforço de aplicação da lei seria muito maior.** (CARVALHO, 1997, p. 93-95, grifo nosso)

Para compreender a importância da invenção das tradições no período da Primeira República, é preciso dimensionar a velocidade e intensidade das transformações vivenciadas nas primeiras décadas do século XX, das quais o trecho acima é um eloquente exemplo. E as transformações não se restringiram à capital da República. As mudanças na capital inspiraram uma série de mudanças pelo país. Para que a relação entre aceleração das transformações e a valorização e invenção das tradições fique clara, observem-se as seguintes reflexões:

> Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a "invenção" de tradições neste sentido. Contudo, **espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as "velhas" tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as "velhas" tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.** Durante os últimos 200 anos, tem havido transformações especialmente importantes, sendo razoável esperar que estas formalizações imediatas de novas tradições se agrupem neste período. A propósito, isto implica, ao contrário da concepção veiculada pelo liberalismo do século XIX e a teoria da modernização, que é mais recente, a ideia de que tais formalizações não se cingem às chamadas sociedades "tradicionais", mas que também ocorrem, sob as mais diversas formas, nas sociedades "modernas". De maneira geral, é isso que acontece, mas é preciso que se evite pensar que formas mais antigas de estrutura de comunidade e autoridade e, consequentemente, as tradições a ela associadas, eram rígidas e se tornaram rapidamente obsoletas: e também que as "novas" tradições surgiram simplesmente por causa da incapacidade de utilizar ou adaptar as tradições velhas.
>
> Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. (HOBSBAWM, 1997, p. 12-13, grifo nosso)

Em suma, a aceleração das transformações sociais tende a gerar, como reação, o surgimento de novas “tradições”. As tradições não se restringem às sociedades tradicionais. As instituições, eventualmente, em períodos de mudança intensa, sentem a necessidade de se adaptar, de ajustar os seus rituais ou de criar novos simbolismos. Atente-se para o caso da Igreja Católica:

> Instituições antigas, com funções estabelecidas, referências ao passado e linguagens e práticas rituais podem sentir necessidade de fazer tal adaptação: a Igreja católica, frente aos novos desafios políticos e ideológicos e às mudanças substanciais na composição do corpo de fiéis (tais como o aumento considerável do número de mulheres tanto entre os devotos leigos quanto nas ordens religiosas); os exércitos mercenários frente ao alistamento compulsório; as instituições antigas, como os tribunais, que funcionam agora num outro contexto e às vezes com funções modificadas em novos contextos. Também foi o caso das instituições que gozavam de continuidade nominal, mas que no fundo estavam sofrendo profundas transformações, como as universidades. (HOBSBAWM, 1997, p.13)

O processo de criação de tradições, como já se salientou, atinge, também, os nacionalistas e os grupos conservadores, muitas vezes autointitulados como tradicionalistas:

> Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda... ou pela invenção... também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e estados nacionais, tais como o hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional (ainda bastante influenciada pela bandeira tricolor da Revolução, criada no período de 1790 a 1794), ou a personificação da Nação por meio de símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Germânia, ou não oficiais, como os estereótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o “Michel” alemão.
> (...)
> Aliás, **o próprio aparecimento de movimentos que defendem a Restauração das Tradições, sejam eles “tradicionalistas” ou não, já indica essa ruptura. Tais movimentos comuns entre os intelectuais desde a época romântica, nunca poderão desenvolver, nem preservar um passado vivo (a não ser talvez criando refúgios naturais humanos para aspectos isolados na vida arcaica); estão destinados a se transformarem em tradições inventadas**. (HOBSBAWM, 1997, p. 16, grifo nosso)

É interessante observar que nem toda tradição deve ser enquadrada como inventada no sentido aqui defendido. Existem tradições que são genuínas, veja-se a explicação abaixo:

> Por outro lado, **a força e a adaptabilidade das tradições genuínas não deve ser confundida com a "invenção de tradições". Não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam**. Ainda assim, pode ser que muitas vezes se inventem tradições não porque os velhos costumes não estejam mais disponíveis nem sejam viáveis, mas porque eles deliberadamente não são usados, nem adaptados. Assim, ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, **a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas**...
> Isto não impediu que os inovadores inventassem suas próprias tradições – por exemplo, as práticas da maçonaria. No entanto, em virtude da hostilidade geral contra o irracionalismo, as superstições e as práticas de costume reminiscentes das trevas do passado, e possivelmente até proveniente deles, aqueles que acreditavam fervorosamente nas verdades do Iluminismo, tais como liberais, socialistas e comunistas, abominavam tanto as velhas tradições quanto as novas. Os socialistas, como veremos adiante, ganharam um 1° de maio anual sem saberem bem como... (HOBSBAWM, 1997, p. 17, grifo nosso)

No fragmento acima, além da distinção entre tradição genuína e tradição inventada, é importante observar dois aspectos. Primeiro, o papel do liberalismo na dissolução de vínculos sociais, formando vácuos cujo preenchimento ocorreu por meio das invenções de tradições. Segundo, nem mesmo aqueles que se opunham às tradições, defendendo um processo de aceleração de mudanças, ficaram isentos de inventar ou se verem enredados em tradições inventadas. Além das distinções supracitadas, é possível delimitar algumas categorias de tradições:

> ... algumas observações gerais sobre as tradições inventadas desde a Revolução Industrial. Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que **estabelecem ou simbolizam a coesão social** ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) **aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade**, e c) **aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento**. Embora as tradições dos tipos b e c tenham sido certamente inventadas (como as que simbolizam a submissão à autoridade na Índia Britânica), pode-se partir do pressuposto de que o tipo a é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma comunidade e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a nação. (HOBSBAWM, 1997, p. 17, grifo nosso)

As categorias acima elencadas são de muita valia para se refletir acerca das tradições católico-militares. Contudo, é importante acrescentar mais uma discriminação

entre as práticas antigas (ou genuínas) e as inventadas. O trecho a seguir desvela também muitas das características presentes nos nacionalismos:

> Com o auxílio da antropologia, poderemos elucidar as diferenças que porventura existam entre as práticas inventadas e os velhos costumes tradicionais. Aqui só poderemos observar que, embora os ritos de passagem sejam normalmente marcados nas tradições de grupos isolados (iniciação, promoção, afastamento e morte), isso nem sempre aconteceu com aqueles criados para pseudocomunidades globalizantes (como as nações e os países), provavelmente porque estas comunidades enfatizavam seu caráter eterno e imutável – pelo menos, desde a fundação da comunidade. No entanto, os novos regimes políticos e movimentos inovadores podiam encontrar equivalentes seus para os ritos tradicionais de passagem associados à religião (casamento civil e funerais).
> Pode-se observar **uma nítida diferença entre as práticas antigas e as inventadas. As primeiras práticas sociais específicas e altamente coercivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de determinado grupo: "patriotismo", "lealdade", "dever", "as regras do jogo", "o espírito escolar", e assim por diante.** (HOBSBAWM, 1997, p. 18-19, grifo nosso)

Observa-se no trecho acima, algumas das caraterísticas relacionadas com as tradições inventadas associadas ao nacionalismo: o caráter geral das prescrições comportamentais no que diz respeito aos valores, direitos e obrigações. Este caráter geral confere aos grupos promotores das tradições maior flexibilidade no processo de gerir condutas. Valores como patriotismo e lealdade possuem enorme plasticidade, sendo uma técnica de poder bastante eficaz para controlar e mobilizar.

Previamente ao exame específico das tradições católico-militares, é interessante fazer uma ponderação acerca dos objetivos pretendidos: em quê ajuda tal exame? Ou seja, de que maneira a investigação dessas tradições pode esclarecer acerca da atuação político-pedagógica da União Católica Militar e da chegada do reacionarismo às Forças Armadas?

Para responder a estas indagações, o seguinte trecho traz algumas contribuições:

> ... o que os historiadores ganham com o estudo da invenção das tradições?
> Antes de mais nada, pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios...
> Em segundo lugar, o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal...
> Todavia, todos os historiadores, sejam quais forem os seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que

> pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades. (HOBSBAWM, 1997, p.22)

Ao estudar as tradições católico-militares, pretende-se compreender que tipo de identidade se estava tentando forjar, mas não somente isso. Também se procura entender de que maneira se estava utilizando o passado para esse propósito, bem como observar as peculiaridades desse novo tipo de indivíduo a ser criado: o católico-militar. Analisar tais tradições demanda que se repare o contexto do seu surgimento em detalhe, afinal, "tradições inventadas são sintomas importantes, indicadores de problemas" (HOBSBAWM, 1997, p. 20).

3.5.2) A Páscoa dos Militares, o "descobrimento do Brasil" e o fortalecimento da figura de Tiradentes: o renascimento do catolicismo reacionário nas Forças Armadas

A Páscoa dos Militares era um evento tão importante para a União Católica Militar, que se chegou ao ponto de mencioná-la no estatuto de criação. A Páscoa dos Militares estava incluída no capítulo do regulamento destinado às festas, o qual era um dos mais longos do referido estatuto. A atenção destinada às festas, tanto pelo disposto no corpo normativo da associação, quanto pelo efetivamente observado nos periódicos católico-militares, é coerente com os objetivos discriminados logo no primeiro capítulo do estatuto.

Vejamos algumas das finalidades ali dispostas:

> Fins
> ART.1 A União Católica Militar é uma associação que se propõe os seguintes fins:
> (...)
> g) Avivar e generalizar o espírito de camaradagem, a fraternidade das classes armadas, a ligação efetiva das unidades.
> h) Confortar os camaradas que sofrerem e prestar-lhes assistência efetiva e religiosa. (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, P.10)

Existem, ainda, outras alíneas do estatuto, incluídas no artigo primeiro, cuja observação é interessante perceber e, em alguns casos relembrar. Mas, por ora, observem-se as duas acima citadas, a fim de dar-lhes o destaque merecido neste momento de análise. Segundo o exposto na alínea g, uma das finalidades era avivar o

espírito de camaradagem, fraternidade e a ligação efetiva das unidades. Não se pode enxergar este item de maneira descolada do contexto de surgimento da UCM, ou seja, essa associação, surgida na década de 1920, em meio a revoltas tenentistas – tendo, entre os seus propósitos, a já mencionada defesa da fidelidade às leis, poderes e autoridades constituídas –, ao defender o avivamento do espírito de camaradagem, não o fazia de modo inocente, desejando simplesmente o fortalecimento do sentimento de amizade e bem-estar do corpo de soldados e oficiais. O engajamento na formação de um clima amistoso dentro das unidades das forças armadas era um objetivo relacionado ao propósito de restabelecer a unidade militar, dissolvida por conta dos movimentos tenentistas. A amizade desejada pela associação era uma amizade católico-conservadora, imbuída do espírito antirrevolucionário e defensor da ordem.

Antes de continuar a investigação acerca da Páscoa dos Militares, a título de melhor explicar a alínea "h" do regulamento supracitado, faz-se necessário um esclarecimento. Para tal, observem a seguir, mais um trecho do regulamento da UCM, desta vez, um fragmento relacionado ao Natal do soldado:

> l) Dezembro – Natal do soldado. S. Theophilo, etc. Para esta significativa solenidade do Natal do Soldado, a 25 de Dezembro cada núcleo deverá interessar toda a sua unidade, providenciando obras de bem, soltura de presos, reconciliação de camaradas, árvores de natal com sorteios de brindes e outras invenções em benefício de famílias de camaradas pobres e órfãos militares. Nesse dia distribuirão lembranças aos camaradas presos, doentes e asilados e promoverão comunhões gerais de crianças de famílias de militares. (O CENTURIÃO, n.9, 1929, P.15)

O trecho acima exposto dialoga com a referida alínea "h", especificamente naquilo que diz respeito à "assistência efetiva", isto é, a UCM não era apenas uma associação de fins religiosos e instrutivos em favor da ordem e da unidade militar, mas, também, era uma instituição de caráter filantrópico. No capítulo 1 da presente tese, quando se tratou de Jackson de Figueiredo e da procura de militares católicos pela sua ajuda para obter promoções ou transferências, salientou-se que um dos apelos da União Católica Militar era a possibilidade de se obter benefícios profissionais em razão da influência política católica.

A presença de altos oficiais na associação também oferecia meios de ligação que, mais uma vez, poderiam facilitar a vida dentro da corporação. Mas o apelo da UCM não era apenas da ordem da ascensão profissional. O caráter filantrópico significava uma ajuda material concreta que aumentava os atrativos da União Católica

Militar para elementos de baixa patente, o que podia lhe conferir maior legitimidade popular e sustentação.

Este aspecto filantrópico também apareceu no capítulo 2, quando se discorria acerca dos mauricianos, ou seja, acerca do surgimento da Conferência de São Maurício, na Escola Militar do Realengo, em 1917. Um dos relatos explicitados apontava o quanto a atuação assistencial do padre Miguel, durante a tragédia da gripe espanhola, lhe conferiu maior autoridade moral, a ponto de fazê-lo conquistar maior aceitação. Antes da crise de saúde pública, o padre Miguel, segundo os testemunhos aqui apresentados, sofria certa hostilidade e desdém nas suas tentativas de aproximação com o meio militar.

Esse caráter assistencial e filantrópico das associações católicas aumentaram o seu poder de sedução, especialmente nos momentos de grandes crises e calamidades. A gripe espanhola e o caos por ela proporcionado não apenas aumentou o prestígio do padre Miguel e, por conseguinte, da Conferência de São Maurício. Jackson de Figueiredo também foi afetado por aquela catástrofe:

> Entretanto, a convivência no lar do extinto dera-lhe outro tesouro, que continuaria junto dele, o influxo espiritual do saudoso amigo. A 25 de março de 1916, desposara a cunhada de Farias Brito, agora D. Laura Figueiredo, que conhecera na casa do filósofo. Tinha-a por uma criatura excepcional, de coração bondoso e bela inteligência. Foi o espírito de tudo quanto pode fazer de relativamente nobre e desinteressado. Suas mãos feminis jamais deixaram cair o rebelde coração que o senhor lhe confiara. Não lhe faltava razão. Soube encaminhá-lo suave e habilmente para a estrada real da fé.
>
> Enquanto os católicos do Rio, sabedores das suas convicções, procuravam levá-lo a confessar-se, reagia. Aí estava seu último obstáculo. O respeito humano, o medo de abrir-se perante quem fosse apenas um homem como ele. Será o sacerdote portador do imenso mistério da consolação? Deus confiaria a um homem tão grande privilégio? Mas insondáveis são os chamados caminhos da Graça!... Veio a gripe espanhola. O Rio encheu-se de mortos. As famílias cobriam-se de luto e nem podiam cuidar dos seus entes desaparecidos. Em outubro de 1918, adoeceram Jackson e mais quatro pessoas que hospedava. A esposa, na Casa de Saúde, dera à luz a segunda filhinha. Laudelino Freire socorria-o com os seus cuidados. No momento crucial, ameaçado pela morte, Jackson confessou-se. Mas a primeira comunhão veio depois. Fê-la com a esposa, na Matriz de S. Cristóvão, a 23 de março de 1919.
>
> Como observa Tristão de Athayde, podemos considerar terminada a primeira fase da existência de Jackson de Figueiredo. Mais tarde ele mesmo escreveu sobre essa época que marcou etapa na sua vida, encerrando o período decisivo da formação. (FONTES, 1998, p.51)

O trecho acima fala sobre alguns dos vários fatores que contribuíram para conversão de Jackson de Figueiredo. O saudoso amigo era Farias Brito, advogado e

filósofo que contribuiu para que este desenvolvesse uma visão de mundo mais espiritualista, isto é, menos materialista. Outro fator mencionado é a atuação da sua esposa em favor da sua aproximação mais intensa para com o catolicismo. O terceiro fator foi a doença, a gripe espanhola, que teria sido o fator decisivo para a conversão completa.

Essa menção à crise proporcionada pela gripe espanhola tem duas justificativas: uma implícita e outra explícita. A justificativa explícita é a tentativa de evidenciar o papel das crises no fortalecimento do catolicismo durante a Primeira República. O crescimento da Conferência de São Maurício e a conversão de Jackson de Figueiredo, liderança leiga de maior destaque na década de 1920, são bons exemplos. Outros exemplos podem ser buscados na crise econômica de 1921 e na campanha presidencial de 1922, quando os católico-militares encontraram um ambiente propício (apoio político) para prosperar. A segunda justificativa é a busca de realçar o contexto em que a festividade da Páscoa dos Militares ganhou terreno. A mais famosa foi a de 1924. O evento que consta nas narrativas de origem da UCM, conforme se viu no capítulo 1, ocorreu no ano em que estouraram as mais violentas das manifestações tenentistas, momento em que o clima revolucionário estava em alta e a falta de unidade estava bastante evidente. A tradição não visa apenas transmitir valores, mas objetiva, também, formar uma imagem pública, ou seja, o grande evento realizado em 1924 foi um ato político-propagandístico que pretendia demonstrar coesão e ordem.

Note-se como a Páscoa dos Militares foi tratada no estatuto da UCM:

> Festas da U.C.M.
> A Páscoa dos Militares
>
> Art. 41) A U.C.M. fará uma grande festividade geral e obrigatória para todos os Núcleos e Conselhos, em comum, na mesma Guarnição: A PÁSCOA DOS MILITARES.
>
> a) A data assinalada para essa solenidade é o dia 3 de maio, em comemoração à Descoberta do Brasil e da Santa Cruz.
>
> b) Os conselhos enviarão circulares, com grande antecedência para que no dia designado, às 8 horas, em templo ou local previamente fixado, todas as Guarnições do Brasil solenizem a comunhão geral dos militares.
>
> c) Os núcleos, tendo em vista o ensino permanente da doutrina, prepararão os neocomugantes, interessando vivamente os associados, ensaiando cânticos etc.
>
> d) Para que esta comemoração comporte o brilhantismo que lhe é peculiar, serão previstos todos os seus detalhes e organizado um programa correspondente.
>
> e) No dia 21 de abril, em homenagem a Tiradentes, o soldado Mártir, haverá sessão em todos os Conselhos e Núcleos, a fim de serem ultimadas as providências da festividade, balanceados os efetivos, escolhido o local, publicados os programas e instruções, iniciados os aprestos e ensaios, com o conhecimento das Autoridades eclesiástica e militar.

> f) Durante a missa, os associados se disporão em perfeita ordem, com dispositivo estudado e ensaiado previamente e, nessa forma, tomarão as diversas posições de ajoelhar, levantar, sentar etc, conforme avisos convencionados.
> g) Os associados seguirão para a mesa eucarística e de lá regressarão a seus lugares, de braços cruzados, em fileiras bem ordenadas, conforme o itinerário prescrito no interior do templo.
> h) Será distribuída aos comungantes, após a missa, uma lembrança alusiva ao ato, segundo o modelo da Páscoa de 1924. (O CENTURIÃO, n.9, 1929, p.14-15)

A data estipulada para a comemoração da Páscoa dos Militares era 3 de maio. Segundo o próprio regulamento, esse período foi o escolhido por coincidir com aquilo que se entendia o momento da descoberta do Brasil e da Santa Cruz. Neste ponto, é necessário fazer alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, essa noção da descoberta do Brasil pelos portugueses já está devidamente criticada pela historiografia, isto é, a ideia de que o país foi descoberto pelos portugueses traz consigo todo um conjunto de preconceitos, desconsiderando os povos que aqui viviam há séculos. Um segundo ponto diz respeito à data específica em que os portugueses chegaram ao Brasil. Atualmente, encontra-se bem difundida a informação de que Cabral chegou ao continente americano no dia 22 de abril de 1500. Mas nem sempre foi assim. Em 2018, no dia 22 de abril, inclusive, saiu uma reportagem no jornal *A Folha de São Paulo* em que se tratava sobre a questão.

De maneira resumida, o jornal explicou que, durante séculos, acreditou-se que os portugueses "descobriram" o Brasil no dia 3 de maio. Somente em 1817, ou seja, após a vinda da família real ao Brasil, teria vindo à tona a data correta, 22 de abril, em função de ter sido trazida para o território brasileiro a carta de Pero Vaz de Caminha.

Por ocasião da Proclamação da República, o feriado do "Descobrimento" ficou determinado para o dia 3 de maio. Segundo o periódico, baseado na obra de Rodrigo Otávio (*Festas nacionais*), tal data teria sido escolhida em razão das alterações do calendário feitas pelo papa Gregório XIII (1502-1585). Outra explicação aventada foi a de que a escolha pela data em maio teria se dado para evitar a proximidade desse feriado com o feriado de Tiradentes.

Para além dessa questão, o importante a se destacar é que a data da festa mais importante da União Católica Militar, ou seja, o dia da Páscoa dos Militares, foi posta em coincidência com o feriado do descobrimento. O objetivo era demonstrar a Páscoa dos Militares não somente como uma festa religiosa dos católicos-militares, mas, também, como uma comemoração cívica, patriótica, isto é, de acordo com o lema da

associação, observado logo no primeiro capítulo da presente tese: "Por Deus, pela Pátria!"

A escolha pelo dia 3 de maio, além de evitar concorrência com a Páscoa tradicional, ao recair junto com as comemorações pelo descobrimento, encarnava a mensagem que as tradições católico-militares queriam transmitir. Como bem observou Hobsbawm (1997), as tradições são sintomas, no caso específico, um sintoma da busca por uma identidade católico-militar conservadora e nacionalista.

Outro elemento a ser observado é o caráter pedagógico da festividade. Na alínea c, ao se estipular que "os núcleos, tendo em vista o ensino permanente da doutrina, prepararão os neocomugantes, interessando vivamente os associados, ensaiando cânticos...", fica explícito o caráter educativo do evento.

Um aspecto que não pode ser ignorado é o caráter disciplinar da festa, ou seja, trata-se, simultaneamente de uma festividade de caráter educativo, religioso, nacionalista, recreativo e, também, disciplinador. A Páscoa militar era, também, uma demonstração da ordem. E sabe-se que, naquele contexto, a defesa da ordem não era um simples gosto por organização, mas uma defesa do *status quo*, uma atitude antirrevolucionária.

Quando se dispõe que "os associados se disporão em perfeita ordem... e, nessa forma, tomarão as diversas posições de ajoelhar, levantar, sentar, etc, conforme avisos convencionados", está em curso aquilo que Foucault (2019) entende como disciplinarização dos corpos.

Cabe observar o rigor de detalhes do cerimonial, quando se afirmou, por exemplo, que "os associados seguiriam para a mesa eucarística e de lá regressariam a seus lugares, de braços cruzados, em fileiras bem ordenadas...". Não se trata apenas de uma festividade conservadora disciplinadora, mas de uma propaganda pública, uma demonstração de organização, competência e força. Por isso se despendia tanta energia na preparação desse festejo.

Outro ponto a destacar é a forma como Tiradentes estava relacionado com o evento. No dia 21 de abril, feriado de Tiradentes, mencionado no estatuto como mártir soldado, sempre seriam realizadas reuniões com o propósito de se tomar as últimas providências para a Páscoa dos Militares. Para se dimensionar os valores envolvidos nessa relação e a sua conveniência para os objetivos da UCM, será preciso discorrer um pouco acerca do "herói republicano".

Observe-se, a seguir, o afirmado por Carvalho (1998) acerca da necessidade de um herói:

> **A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.** Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua o seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados. (Carvalho, 1990, p. 55-56, grifo nosso)

A busca por heróis realizada pela União Católica Militar foi intensa. No capítulo 2, observou-se o papel dos católico-militares na popularização do culto a Caxias. Também se estudou sobre São Maurício, um dos principais santos militares estudados pela associação. Como pontuou Carvalho (1998), "heróis são instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço de regimes políticos".

Nesse sentido, ao fabricar heróis, a UCM seguiu um padrão de comportamento comum no período republicano. O advento da República contou com intensos esforços na busca por símbolos legitimadores. A busca por um herói foi um desses esforços, mas muitos dos possíveis ídolos não obtiveram aceitação:

> **No caso brasileiro, foi grande o esforço de transformação dos principais participantes do 15 de novembro em heróis do novo regime. As virtudes de cada um foram cantadas em prosa e verso, em livros e jornais, em manifestações cívicas, em monumentos, em quadros, em leis da República. Seus nomes foram dados a instituições, a ruas e praças de cidades, navios de guerra. Quadros como o de Henrique Bernadelli, exaltando Deodoro, foram expostos à admiração pública.**
> **Deodoro era o candidato mais óbvio ao papel de herói republicano... mas contra ele militavam fatores poderosos.** A começar pelo seu incerto republicanismo, manifesto no próprio dia 15, seu jeito de general da monarquia, sua figura física, que lembrava a de outro ilustre velho, o imperador. Era ainda militar demais para que pudesse ter penetração mais ampla. Nas lutas que envolveram o início da República, uma figura tão identificada com o Exército dividia tanto quanto unia.

> **Outro candidato era Benjamim Constant. Seu republicanismo era inatacável. Mas o problema com ele é que não tinha figura de herói. Não era líder militar nem líder popular**... Por mais que os positivistas, hábeis fabricadores de símbolos tentassem promovê-lo a um dos componentes da trindade cívica nacional, ao lado de Tiradentes e José Bonifácio, seu apelo era ainda mais limitado do que o de Deodoro...
> **Candidato mais sério que Benjamin era Floriano Peixoto... Para os jacobinos, civis e militares, era ele o herói republicano por excelência. A força de seu apelo, pelo menos no Rio de Janeiro, ainda podia ser detectada na memória popular. Mas, se não dividia civis e militares, dividia os militares (Exército contra Marinha) e os civis (jacobinos contra liberais).** As mesmas atitudes exaltadas pelos jacobinos como reveladoras de pureza e bravura republicanas eram tachadas de sanguinárias e despóticas pelos republicanos liberais. Floriano poderia ser o herói de um tipo de República, a jacobina, mas não da República que aos poucos se foi construindo.
> **Assim, o esforço de promoção desses candidatos a heróis resultou em muito pouco...**
> **A busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos dos participantes da proclamação. Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes.** (CARVALHO, 1990, p. 56-57, grifo nosso)

Como já havia salientado Carvalho, a construção do herói não pode, ou melhor, dificilmente pode ser totalmente arbitrária. Essa mitificação de uma figura se faz num meio social. É por isso que a tentativa de criar ídolos republicanos contou com vários fracassos. Para entender a relação simbólica de Tiradentes com a União Católica Militar e a Páscoa dos Militares, é importante compreender os porquês da sua ampla aceitação como herói republicano.

Um dos aspectos que facilitou a aceitação de Tiradentes foi a sua associação ao cristianismo, relação esta que inicialmente causou polêmicas, conforme o fragmento a seguir:

> **A luta pela construção do mito de Tiradentes teve um dos marcos mais importantes em 1873, com a publicação da obra de Joaquim Norberto de Sousa Silva, História da Conjuração Mineira.** Norberto, que era chefe de seção da Secretaria do Estado do Império, descobrira os Autos da Devassa nos arquivos da Secretaria. Chegaram-lhe também às mãos a Memória de autor anônimo e o depoimento de Penaforte. **Era uma autêntica revolução no estudo da Inconfidência.** Norberto trabalhou treze anos nos documentos. Em 1860, começou a ler partes do trabalho no Instituto. A publicação da obra foi apressada, segundo o seu próprio testemunho, pelo surgimento do movimento republicano em 1870. Dois anos depois do Manifesto Republicano, em 1872, foi proposta a construção de um monumento a Tiradentes no Rio de Janeiro. Norberto declarou-se contrário à ideia, por considerar Tiradentes figura secundária e discordar da representação do mártir vestido de alva, baraço ao pescoço, “como se o governo colonial quisesse eternizar a sua lição de terror”. Para justificar sua oposição, apressou a publicação do livro.

> Por revelar importantes documentos até então desconhecidos, a obra de Norberto tornou-se ponto de referência obrigatório nos estudos da Inconfidência que vieram posteriormente, seja para elogiá-la, seja para criticá-la...
> Norberto foi logo acusado de estar a serviço da Monarquia, de tentar amesquinhar a Inconfidência, de denegrir a figura histórica de Tiradentes... Sua isenção era muito discutível, pois era funcionário público, monarquista convicto, amigo dos principais políticos do Império... e vice-presidente do Instituto Histórico, instituição quase oficiosa, tão estreita sua ligação com o imperador...
> Mas, curiosamente, **as revelações de Norberto que despertaram maior irritação eram provavelmente verdadeiras do ponto de vista histórico. Tratava-se, principalmente, das transformações que, segundo ele, se tinham operado na personalidade e comportamento de Tiradentes por força do longo período de reclusão, dos repetidos interrogatórios e da ação dos frades franciscanos. Seu ardor patriótico teria sido substituído pelo fervor religioso, o patíbulo da glória se teria transformado em ara de sacrifício. Tiradentes, segundo Norberto, tinha escolhido morrer com o credo nos lábios em vez de o fazer com o brado de revolta – viva a liberdade! – que explodira do peito dos mártires pernambucanos de 1817 e 1824. Norberto resumiu assim as razões do seu desapontamento: "Prenderam um patriota; executaram um frade!"**
> **Os republicanos protestaram. Negavam ter Tiradentes beijado as mãos e os pés do carrasco; não aceitavam a versão de que teria caminhado para a forca em solilóquios com o crucifixo; não acreditavam que o condenado, ao recusar-se a vestir a roupa por baixo da alva, tivesse dito que Nosso Senhor também morrera nu por seus pecados**. Reagia-se, em suma, à ideia de que Tiradentes, durante o período da prisão, se tivesse transformado em um místico, tivesse perdido o impulso de rebeldia patriótica que fizera dele a principal figura da conjuração. **Ao desqualificar Tiradentes como rebelde, Norberto deslocava a liderança da Inconfidência para o ouvidor e poeta Tomás Antônio Gonzaga.** Assim fazendo, o herói deixava de ser uma pessoa do povo para se encarnar num representante da elite, deixava de ser um enforcado, um decapitado, esquartejado. E seria muito mais palatável para a dinastia reinante. (CARVALHO, 1990, p. 62-64, grifo nosso)

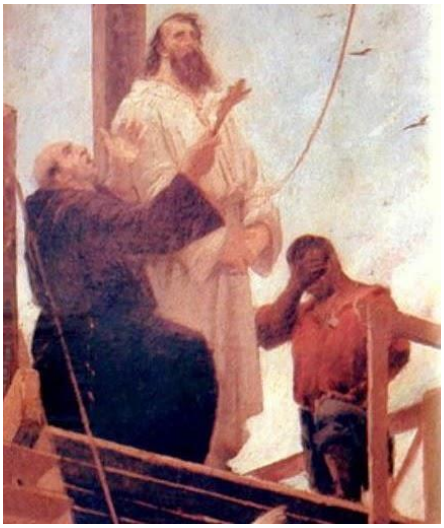
O fragmento acima constitui um claro exemplo da falibilidade dos agentes históricos, e o quanto que determinados sujeitos acabam provocando justamente aquilo que queriam evitar. As tentativas de Norberto de desqualificar Tiradentes acabaram tendo efeito oposto, ou seja, a sua associação do revoltoso com a religião acabou por favorecer a sua aceitação popular. Tal efeito sequer foi percebido por muitos dos republicanos que atacaram a obra de Joaquim Norberto:

> **Mas tanto estava Norberto equivocado como o estavam seus críticos ao acharem que o misticismo final de Tiradentes destruía seu apelo patriótico, tirava sua credencial de herói cívico. A partir das revelações de Norberto e, quem sabe, da própria tradição oral, as representações plásticas e literárias de Tiradentes, e mesmo as exaltações políticas, passaram a utilizar cada vez mais a simbologia religiosa e a aproximá-lo da figura de Cristo.** Se Ribeyrolles só via o patriota, o soldado, o herói cívico que se sacrificara por amor a uma ideia, Castro Alves já falava no cristo da multidão. **No farto material constante das coletâneas que todos os anos, a partir de 1882, o clube Tiradentes do Rio de Janeiro fazia**

> **publicar por ocasião do 21 de abril, as referências religiosas são frequentes.** Já foi mencionado o artigo de Luís Gama, publicado em 1882, sob o título "À forca o Cristo da multidão". Artigo de 1888, escrito por republicanos mineiros, chegava a atribuir a Tiradentes maior fortaleza moral que a de Cristo. Ele teria recebido com maior serenidade a sentença: Cristo suara sangue.
> Após a Proclamação da República, intensificou-se o culto cívico a Tiradentes. O 21 de abril foi declarado feriado nacional já em 1890, juntamente com o 15 de novembro. As alusões a Cristo também continuaram. Artigo de O Paiz de 21 de abril de 1891 fala na "vaporosa e diáfana figura do mártir da inconfidência, pálida e aureolada, serena e doce como a de Jesus Nazareno." **O desfile que passou a fazer parte das comemorações do 21 de abril lembrava a procissão do enterro de sexta-feira santa.** As analogias apareceram já no primeiro desfile realizado em 1890... Durante o desfile de 1890, Décio Vilares, pintor positivista, distribuiu uma litogravura em que aparecia o busto de Tiradentes, corda ao pescoço, ornado com a palma do martírio e os louros da vitória. Barba e cabelos longos, ar sereno, olhar no infinito, era a própria imagem do Cristo...
> Tratava-se de uma idealização, e isso não apenas por fazer parte da estética positivista idealizar as figuras representadas. Não existia nenhum retrato de Tiradentes feito por quem o tivesse conhecido pessoalmente...
> A simbologia cristã apareceu em várias outras obras de arte da época... (CARVALHO, 1990, p. 64-65, grifo nosso)

No fragmento de texto acima, é descrito como a figura de Tiradentes assumiu um caráter religioso: o cristo da multidão. Esta característica se demonstrou central para sua valorização por parte dos católico-militares. Abaixo se pode observar uma representação de Tiradentes em sentido religioso:

Figura 12: Nesta imagem temos Tiradentes antes da morte. Sua fisionomia foi criada de forma similar as representações feitas de Cristo. Disponível em: https://pastorclaudiosampaio.blogspot.com/2010/04/tiradentes-revisado-forca-da-presenca.html . Acesso em: 08 Jul. 2021



Antes de aprofundar nesta relação entre Tiradentes e os católicos-militares, observe-se mais alguns atributos que facilitaram o trajeto de Tiradentes rumo a se tornar um herói republicano:

> Pois não foi sem resistência que ele atingiu tal posição. Tiradentes tinha competidores históricos ao título de herói do novo regime, além dos rivais do dia 15 de novembro. Para mencionar os mais óbvios, havia no sul os líderes da república farroupilha. No norte, a figura respeitável de Frei Caneca. Não consta que se tenha tentado transformar Bento Gonçalves, presidente da República sul-rio-grandense, em herói republicano nacional. O fato talvez se deva à posição peculiar do Rio Grande do Sul no cenário brasileiro e à suspeita de separatismo dirigida à revolta farroupilha. Faltava aos heróis gaúchos a característica nacional, indispensável à imagem de um herói republicano.
>
> Frei Caneca era um competidor mais sério. Herói de duas revoltas, uma pela independência, a outra contra o absolutismo do primeiro imperador, morrera também como mártir, fuzilado, pois nenhum carrasco se dispusera a enforcá-lo. Joaquim Norberto censurava a Tiradentes como os mártires de 1817 e 1824, desafiadores, o grito de liberdade na garganta, autênticos heróis cívicos...
>
> **Um dos fatores que podem ter levado à vitória de Tiradentes é, sem dúvida, o geográfico.** Tiradentes era herói que, a partir da metade do século XIX, já podia ser considerada o centro político do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as três capitanias que ele buscou, num primeiro momento tornar independentes. Aí foi também mais forte o republicanismo e mais difundidos os clubes Tiradentes. O Nordeste, ao final do século XIX, era uma região em decadência econômica e política e não se distinguia pela pujança do movimento republicano. Além do mais, a Confederação do Equador também apresentara tintas separatistas que a maculavam como movimento nacional. Se é verdade que a inconfidência tinha em vista a libertação de apenas três capitanias, isso não se devia a qualquer ideia separatista, mas a um cálculo tático. Libertadas as três, as outras seguiriam com maior facilidade.
>
> **Parece-me**, **no entanto, que há ainda outro elemento importante na preferência por Tiradentes. É possível que sua vantagem estivesse exatamente no ponto que Joaquim Norberto lhe criticava. Frei Caneca e seus companheiros tinham-se envolvido em lutas reais, em que houvera sangue e morte.** Morreu como herói desafiador, quase arrogante, num ritual seco de fuzilamento. Foi um mártir rebelde, acusador, agressivo. Não morreu como vítima, como portador das dores de um povo. Morreu como líder cívico e não como mártir religioso, embora, ironicamente se tratasse de um frade.
>
> **Tiradentes foi exatamente o contrário. O patriota virou místico. A coragem que demonstrou – era coraçudo, como disse dele o frade Penaforte – vinha, ao final , do fervor religioso e não do fervor cívico. Assumiu explicitamente a postura de mártir, identificou-se abertamente com Cristo.** O cerimonial do enforcamento, o cadafalso, a forca erguida a altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante – tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes. O esquartejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorrera também serviram ao simbolismo da semeadura do sangue do mártir, que, como dissera Tertuliano, era semente de cristãos.
>
> **Talvez esteja aí um dos principais segredos do êxito de Tiradentes. O fato de não ter a conjuração passado à ação concreta poupou-lhe ter derramado sangue, ter exercido violência contra outras pessoas, ter criado inimigos... A violência real pertenceu aos carrascos. Ele foi vítima de um sonho, de um ideal, dos "loucos desejos de uma sonhada**

> **liberdade", na expressão do autor da memória. Foi vítima não só do governo português e de seus representantes, mas até mesmo de seus amigos. Vítima da traição de Joaquim Silvério, amigo pessoal, o novo Judas. E vítima também dos outros companheiros da conspiração, que, como novos Pedros, se acovardaram, procuraram lançar sobre ele toda a culpa...**
> **Tudo isso calava profundamente no sentimento popular, marcado pela religiosidade cristã. Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a República. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a República à Independência e a projetava para o ideal crescente de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia.** (CARVALHO, 1990, p. 67-68, grifo nosso)

Uma vez que foram expostos os atributos que permitiram que a figura de Tiradentes se tornasse heroica para o regime republicano, é possível pensar nos porquês da sua conveniência para os católico-militares. Para iniciar, é importante rememorar a figura de São Maurício, patrono religioso da UCM.

São Maurício, como se viu no capítulo anterior, era um militar romano da legião tebana. Por ser cristão, recusou-se a venerar os deuses romanos. Ele e seus seguidores teriam sido condenados à morte. A execução teria se dado sem reação, de forma resignada, simbolizando, ao mesmo tempo, a fé católica e a obediência militar.

É notável a sua semelhança com as narrativas supracitadas a respeito de Tiradentes. Ambos teriam aceitado o seu cruel destino de forma passiva, respeitando as autoridades. Além disso, existem outros fatores.

A figura de Tiradentes, militar, foi muito bem aceita dentro do Exército, desde os primórdios do regime republicano, em razão da obsessão positivista no processo de exaltar heróis. Os católicos, por sua vez, tiveram uma relação ambígua com a República, especialmente nos primeiros anos. Como já foi comentado, se por um lado a Igreja católica ganhou liberdade de atuação, por outro, perdeu uma série de privilégios. Assim, muitos católicos famosos ressentiam-se do fim da monarquia. Um exemplo claro foi Affonso Celso. Mas, com o passar do tempo, o catolicismo foi se adaptando ao novo regime. Um sinal disso foi a interpretação, aqui discutida, que Jackson de Figueiredo expôs acerca do Império e da República. Para o sergipano, o Brasil sempre fora republicano e, dessa forma, os acontecimentos de 1889 não representavam uma revolução, ou seja, não eram um atentado contra a ordem.

A adesão dos católico-militares a Tiradentes resolvia dois problemas de uma vez só. Aproximava os católico-militares do Exército, incluindo aqueles influenciados em

alguma medida pelo positivismo, e, ao mesmo tempo, firmava a imagem dos católico-militares como republicanos, afastando qualquer identificação entre os católico-militares e a monarquia.

Por essas razões, Tiradentes foi mencionado duas vezes na seção de festas da UCM. No dia 21 de abril, aconteceria, conforme se observou, a reunião em que se fariam os últimos preparativos da Páscoa dos Militares, mas não apenas isso: para o mês de abril, também estavam programadas homenagens para o mártir mineiro. O fator geográfico, ou seja, a força do catolicismo em Minas Gerais, obviamente também deve ter ajudado.

Tiradentes foi exaltado não somente na Primeira República, como também no Estado Novo, na ditadura militar e em demais momentos:

> A tentativa de transformar Tiradentes em herói nacional, adequado a todos os gostos, não eliminou totalmente a ambiguidade do símbolo. O governo tentou dele se apropriar, declarando o 21 de abril feriado nacional e, **em 1926, construindo a estátua em frente ao prédio da câmara.** Os governos militares recentes foram mais longe. Lei de 1965 declarou Tiradentes Patrono cívico da nação brasileira e mandou colocar retratos seus em todas as repartições públicas. Durante o Estado Novo, foram representadas peças de teatro, com apoio oficial, exaltando a figura do herói. Foi também dessa época (1940) a primeira tentativa de modificar a representação tradicional, estilo nazareno. José Walsht Rodrigues, especialista em uniformes militares, colaborador do integralista Gustavo Barroso, pintou Tiradentes como alferes da 6ª companhia dos dragões. O herói cívico é aí um militar de carreira. (CARVALHO, 1990, p. 71, grifo nosso)

Abaixo se pode observar a estátua de Tiradentes:

Figura 13: Imagem disponível em: https://pt.slideshare.net/alexcabralhistoria/tiradentes-o-mito-do-heri-nacional . Acesso em 08 Jul. 2021.



Figura 14: Imagem de uma nota com a figura de Tiradentes emitida pela Casa da moeda durante o Estado Novo. Disponível em: https://pt.slideshare.net/alexcabralhistoria/tiradentes-o-mito-do-heri-nacional . Acesso em: 08 Jul. 2021.



Nas páginas acima se pode constatar a ampla apropriação da figura de Tiradentes por parte dos Conservadores. A estátua foi inaugurada em frente à Câmara de Deputados, no ano de 1926, ou seja, em pleno governo de Arthur Bernardes, presidente que teve amplo apoio dos conservadores católicos.

O Estado Novo, período em que os católico-militares obtiveram a sua maior conquista (o retorno da assistência religiosa às forças armadas), também foi rico em homenagens ao mártir. Outro aspecto a ser notado é que Gustavo Barroso, o político supracitado que possuía como colaborador José Walsht Rodrigues, não apenas foi um integralista, como foi um colaborador dos católico-militares com textos publicados em *O Centurião*.

A ditadura empresarial-militar que, em 1965, elevou Tiradentes à condição de patrono cívico da nação brasileira, foi outro regime que teve forte apoio da ala conservadora católica e se utilizou da figura de Tiradentes. Apesar de ser possível destacar alguns exemplos de apropriação do mártir pela esquerda, parece claro que o seu uso pelos conservadores se deu em maior escala.

Atualmente, dada a consolidação dessa figura, é possível que seja difícil imaginar as dificuldades que se enfrentaram no seu firmamento enquanto herói

nacional. A título de ilustração, basta que se lembre de que Getúlio Vargas chegou a suprimir o feriado de Tiradentes na década de 1930, tendo voltado atrás pouco tempo depois.

Ainda hoje o seu nome suscita questionamentos, o que se constata, por exemplo, em reportagem da revista *Carta Capital*, de 26 de fevereiro de 2020, que relata que o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, descendente da família real, queria excluir o dia de Tiradentes da condição de feriado, para colocar em seu lugar o dia 22 de abril, o dia do “descobrimento”. Este descendente da família real não teve sucesso na sua empreitada contra um ícone histórico há tanto tempo cultivado. Entretanto, esse mesmo deputado quase se tornou vice-presidente do Brasil, pois chegou a ser fortemente cogitado como vice de Bolsonaro em 2018. Com mais poder, as suas chances teriam sido maiores. Que esta pequena digressão sirva para ilustrar que tradições inventadas também podem ser desconstruídas.

Mas, recapitulando o que até aqui foi discutido acerca da Páscoa dos Militares: trata-se da principal comemoração católico-militar, constando, inclusive, na mitologia de origem da UCM. Além disso, a data foi associada com outros dois episódios: o “descobrimento” e Tiradentes, no que se reforçava a ideia nacionalista, o caráter republicano e a obediência religiosa. Outro aspecto é o objetivo dessas festas, de suscitar um espírito de camaradagem entre os militares, uma amistosidade imbuída do conservadorismo católico, em favor da ordem. Com a festividade, buscava-se transmitir e ensinar os valores da UCM.

A seguir, se verá mais algumas peculiaridades relacionadas a este evento conforme o exposto em *O Centurião*. Nesse primeiro periódico católico-militar, a Páscoa dos Militares apareceu em duas seções: Correio dos Estados e Páscoa dos Militares. Na primeira, há notícias resumidas acerca dos eventos realizados pelos núcleos da UCM nas mais diversas cidades e estados do Brasil. Na segunda, ocorreram relatos mais detalhados acerca de algumas cerimônias de especial destaque.

No que diz respeito à seção dos Correios, é interessante notar o quanto essa seção ajuda a formar, no sentido empregado por Anderson (2008), uma comunidade imaginada católico-militar. Ali, também se podem encontrar pistas acerca do enraizamento do Conservadorismo católico nas unidades da federação. Observe-se, por exemplo, o caso do Ceará:

> Fortaleza
> Comunicação do Sr. Coronel Luiz Sombra, comandante do 23 ° B.C., de Fortaleza, Ceará, em que diz ter a satisfação de comunicar a realização solene da Páscoa ali, na qual tomou parte com vários oficiais de terra e mar e grande número de sargentos, soldados e marinheiros. (O CENTURIÃO, n.2, 1928, p. 5)

A seguir, mais uma menção:

> Fortaleza – 23° B.C. – Acompanhada de um vale postal de 120$000, equivalente a 22 assinaturas, chegou a esta redação uma delicada carta do 1º Sargento Agrício de Paula Dias que declarou poder trabalhar em prol de nossa causa não só entre os camaradas católicos, como, também, perante a Imprensa cearense.
> A esse sargento fez o nosso expeditor uma remessa especial de 40 exemplares de O Centurião. (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p. 21)

Dos fragmentos acima, existem alguns pontos a destacar. Em primeiro lugar, novamente, o caráter amplo da UCM. Apesar da clara predominância do Exército sobre a associação na década de 1920, existe um esforço bem-sucedido de progressivamente conquistar apoio nas demais forças militares, com destaque para a Marinha. Outro ponto é que não se busca apenas os oficiais, mas também sargentos, soldados e marinheiros. Acerca das baixas patentes, se verá, mais adiante, outras relevantes colaborações.

Prosseguindo, em terceiro lugar, deve-se ter em vista que, no segundo fragmento, a quantia remetida e o número de exemplares enviados foram os mais significativos dentre os relatos expostos no terceiro exemplar de *O Centurião*. Refletindo acerca desse destaque conservador no estado do Ceará, fez-se uma breve pesquisa sobre o mencionado coronel Luiz Sombra, comandante do 23° B.C de Fortaleza.

O nome desse coronel foi mencionado em um verbete da Fundação Getúlio Vargas acerca de seu sobrinho Severino Sombra. Nesse texto, vários aspectos merecem detida reflexão:

> *Severino Sombra de Albuquerque* nasceu em Maranguape (CE) no dia 8 de junho de 1907, filho de Vicente Liberalino de Albuquerque e Francisca Sombra de Albuquerque. Seu avô, o coronel José de Sousa Sombra, foi chefe político cearense no Império e na República. **Seu tio Luís Sombra seguiu a carreira militar, tendo atingido o generalato.**

Em 1915 iniciou seus estudos primários no Colégio Irmãos Maristas, em Fortaleza. Aos 15 anos transferiu-se para o Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar-se para a carreira militar.

Sentou praça em março de 1923 na Escola Militar do Realengo. Durante sua permanência nesta escola, Severino Sombra presidiu a Conferência Vicentina de São Maurício, que reunia os cadetes católicos e que já fora presidida por Juarez Távora e Eduardo Gomes. De formação católica e antiliberal, tornou-se na época grande admirador de Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, principal núcleo intelectual do catolicismo brasileiro nas décadas de 1920 e 1930.

Sendo declarado aspirante-a-oficial em janeiro de 1929, Severino Sombra retornou ao Ceará, onde passou a servir. Neste mesmo ano, fundou, em Fortaleza, a *Folha dos Novos*, mensário na linha de renovação católica de Jackson de Figueiredo. Promovido a segundo-tenente em julho daquele ano, foi transferido em 1930 para o 8º Regimento de Infantaria (8º RI), sediado em Passo Fundo (RS).

Desencadeada a Revolução de 1930 no princípio de outubro, recusou-se a participar do movimento devido às suas ideias antiliberais, sendo preso num navio no estuário do rio Guaíba, em Porto Alegre. Libertado logo após a vitória da revolução, foi promovido a primeiro-tenente em fevereiro de 1931.

De volta ao Ceará, estabeleceu contatos com líderes operários, levando as ideias da organização de um movimento corporativista, de inspiração fascista. Recebeu então o apoio da Juventude Operária Católica (JOC), organizada pelo padre Hélder Câmara.

Em agosto de 1931 fundou a Legião Cearense do Trabalho, destacando na ocasião, como um de seus principais objetivos, a organização do operariado "para que, protegido, educado e coeso, ele se torne um colaborador honesto e consciente das outras classes". A Legião expandiu-se rapidamente na capital e no interior do estado, arregimentando cerca de 15 mil filiados e contando ainda com a adesão de 40 organizações operárias e associações similares. Em outubro do mesmo ano, a Legião tornou-se conhecida no Sul do país através de um artigo publicado no jornal *A Razão* por Alceu Amoroso Lima, secretário do Centro Dom Vital. O artigo elogiava "a grande obra do tenente Sombra no Ceará, realização prática dos princípios sociais que animam a revolução integral que almejamos".

Sombra tornou-se membro do Clube 3 de Outubro, organização tenentista favorável à manutenção e ao aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930. No início de 1932 fundou a Legião Brasileira do Trabalho e viajou a São Paulo a fim de estabelecer contato político com Plínio Salgado, intelectual e jornalista de renome, redator de *A Razão*, conhecido por sua identificação com as ideias fascistas. Na tentativa de unificar suas atividades políticas, Sombra, Joaquim Pedro Salgado Filho e Olbiano de Melo marcaram para o início do mês de julho um encontro no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A reunião não pôde ser realizada devido à eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo no dia 9 de julho de 1932, à qual Sombra aderiu. De volta ao Ceará, com o objetivo de sublevar a Legião Cearense do Trabalho, foi preso ao desembarcar em Fortaleza e exilado para Portugal após a derrota dos paulistas em outubro de 1932.

Ainda em 1932, Sombra criou, no Ceará, a Juventude Operária Católica (JOC), confiando sua direção ao padre Hélder Câmara, fundou a Liga dos Professores Católicos do Ceará, da qual tornou-se presidente, e foi escolhido para integrar o recém-criado Conselho Estadual de Educação do Ceará. Depois de ter criticado duramente a legislação sindical estatizante, editada pelo primeiro ministro do Trabalho, Lindolfo Collor**,** Sombra foi convidado pelo novo ministro do Trabalho, Joaquim Salgado Filho (1932-1934), para trabalhar em seu gabinete.

No exílio em Lisboa, Sombra escreveu o livro *História monetária do Brasil colonial*, que seria publicado, em edição limitada, em 1938. Durante a sua permanência em Portugal, visitou a Universidade de Coimbra, passando a

acalentar o sonho de instalar no Brasil uma universidade nos moldes da histórica instituição de ensino portuguesa. **Durante o exílio de Sombra, vários dirigentes da Legião Cearense do Trabalho, como Jeová Mota e o padre Hélder Câmara, aderiram à Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado.**

De volta ao país em 1933, foi beneficiado pela anistia decretada pelo presidente Getúlio Vargas em janeiro de 1934, reintegrando-se então ao Exército. Em fevereiro desse ano compareceu ao primeiro congresso nacional integralista, realizado em Vitória, entrando em conflito aberto com Plínio Salgado. Contrário à eleição deste para a chefia nacional da AIB, propôs que a direção do movimento fosse entregue a um triunvirato, composto por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Olbiano de Melo, reivindicando sua indicação para o cargo de secretário-geral da AIB. Diante do fracasso de sua proposta e de discordâncias ideológicas com Plínio Salgado, rompeu com o integralismo.

Promovido a capitão em outubro de 1934, conseguiu junto ao então chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, a criação do ensino de sociologia na Escola Militar tornando-se, em seguida, primeiro professor desta disciplina na própria Escola Militar e no curso de candidatos à Escola de Estado-Maior do Exército. **Em 1936, apesar de ainda não possuir o curso de estado-maior, foi posto à disposição do Estado-Maior do Exército para servir na 5ª Seção (Geografia e História). Nesta ocasião, promoveu o relançamento da *Revista Militar Brasileira*, tornando-se seu redator-chefe. Ainda neste ano, fundou o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual tornou-se secretário. Em 1937, após aprovação do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, sua proposta de criação da Biblioteca do Exército foi levada à prática, sendo Sombra escolhido para ocupar o cargo de primeiro-secretário da entidade. Nesse mesmo ano, participou da fundação da Defesa Social Brasileira, organização cívica da qual tornou-se secretário.**

Durante o Estado Novo (1937-1945) publicou uma série de obras históricas e sociológicas, assumindo plenamente a defesa do regime no livro *As duas linhas de nossa evolução política*, publicado em 1940. No ano seguinte, organizou e chefiou o Serviço Secreto do Exército na 3ª Região Militar (Rio Grande do Sul), tendo em vista o perigo da penetração do nazismo. Chegou a major em dezembro de 1943. No ano seguinte, quando estava à disposição da Comissão Militar Mista Brasil-EUA, Sombra, atendendo a pedido do presidente Getúlio Vargas, elabora projeto de lei criando a Comissão de Planejamento Econômico, o qual embora tenha sido aprovado na íntegra e publicado no *Diário Oficial*, só foi parcialmente executado. Ainda em 1944, foi designado pelo Ministério da Guerra para organizar e dirigir a edição brasileira da *Military Review*, publicação do Estado-Maior do Exército norte-americano, editada em Fort Leavenworth, no Kansas... (FGV, n.d, grifo nosso)

O Coronel Luís Sombra, futuro general, comandante do 23° B. C. de Fortaleza, apoiando a UCM em 1928, como se viu no antepenúltimo fragmento acima, coincide com o apoio prestado por seu sobrinho, Severino Sombra, no Rio de Janeiro. No capítulo anterior, quando se mencionou o cadete S. Sombra, presidente da Conferência de São Maurício, estava-se a se referir a Severino Sombra. Então, o seu alinhamento com as ideias de Jackson de Figueiredo já foi aqui explicitado.

Em 1929, Severino Sombra retornou ao Ceará e, com o passar dos anos, teve bastante sucesso na conquista de seguidores conservadores, inclusive no movimento

operário. Sua posterior adesão ao integralismo confirma, mais uma vez, a afinidade que existia entre o ideário católico-militar de então e o movimento integralista.

O interesse de Severino Sombra sobre a educação é outro aspecto comum aos católicos-militares, assim como o já citado interesse por uma interpretação específica sobre o passado. Quando se discorreu sobre o papel da UCM no fortalecimento e difusão do culto a Caxias, explicitou-se uma extensa rede conservadora católico-militar que envolvia o Centro Dom Vital, a Escola Militar de Realengo, a UCM e o IGHMB.

A atual menção a Severino Sombra, ex-presidente da Conferência de São Maurício e fundador do IGHMB, realça ainda mais a existência de uma rede conservadora de duração razoável, assim como o papel dos vicentinos na expansão conservadora dos anos 1920 e 1930. Além disso, ajuda a entender os porquês da força conservadora e o papel da família Sombra no período aludido. Dentre os papéis específicos desempenhados por conservadores como os da família Sombra, estava a execução de cerimônias conservadoras como a Páscoa dos Militares, conforme mencionado, novamente, no antepenúltimo fragmento.

Outra publicação do Correio dos Estados de *O Centurião*, relacionada com a Páscoa dos Militares, que chamou a atenção, foi a enviada de Pindamonhangaba, São Paulo. A seguir, uma descrição completa da cerimônia:

> Pindamonhangaba- Núcleo Santo Expedito do II batalhão do 5° R. S.
> “Os militares do II° Batalhão do 5° Regimento de Infantaria, aquartelado em Pindamonhangaba, **tomando para si a bandeira sacrossanta de “Deus e Pátria da União Católica do Exército”, realizaram em 24 próximo findo, solenemente, a fundação do núcleo Santo Expedito, naquele Batalhão, com a Páscoa dos Militares**. Entusiasmados e decididos, encontraram nos bem formados corações dos Exmos. Senhores Major Manoel Collares Chaves, comandante daquela unidade, Capitão Orlando de Assis Baptista, comandante da 5ª Companhia do referido Batalhão e do ilustre e virtuoso Vigário da Paróquia, Revmo. Padre João José de Azevedo, o incansável, que nunca lhes negou um só auxílio, aplauso, solidariedade e guarida aos seus ideais, entusiastas de jovens católicos. Assim é que foi preparada a mais bela apoteose que presenciou a culta população da cidade real de Pindamonhangaba e talvez de todo o Brasil, digna de registro especial. Vencendo grandes e inúmeros obstáculos, organizaram o esplêndido programa que foi o seguinte:
> **Dias 21, 22 e 23, tríduo solene de preparação**, com sermão pelo preclaro orador sacro, jovem e erudito Revmo. Padre Antônio de Almeida Moraes, sendo o coro ocupado somente por militares, com 8 instrumentos, auxiliados pelo competente maestro sr. João Antônio Romão, que executou lindos trechos de música sacra. **Dia 23, desde às 20 horas até às 23, 5 sacerdotes estiveram confessando somente militares.**
> A Páscoa – No dia 24 de maio, inesquecível para todos que tiveram a felicidade de assistir, **às 5 horas da madrugada, a população foi despertada pelo som festivo e significativo da alvorada pela banda de cornetas e tambores e reboar de girandolas**, que anunciavam um

acontecimento militar notável. Era o Deus dos Exércitos que desceria ao coração do soldado brasileiro.
Às 6 horas, na Igreja Matriz, o esforçado Vigário da Paróquia realizava 6 casamentos de militares, tendo o Exmo. Sr. Bispo de Taubaté, o Magnânimo, concedido imunidade e provisão especial. Às 7 ½ horas já os sinos e foguetes anunciavam o espetáculo magnífico e o povo tão católico quão hospitaleiro, corria em massa, pressuroso, ao Templo.
Com a presença das altas autoridades, representantes da União Católica do Exército do Núcleo de Caçapava, era então iniciada a Santa Missa pelo Revmo. Vigário da Paróquia, acolitado por sargentos, tendo o coro e orquestra militares executado belíssimos números de músicas e cânticos sacros.
A elevação, em profundo silêncio, **o exímio maestro, Sr. João Antônio executou entusiasticamente o hino nacional. Feita a preparação para a Santa Comunhão, pelo Sr. Tenente Cyro Perdigão, e entoado hinos eucarísticos, chegaram-se 154 militares à Santa mesa, entre oficiais e subalternos, sargentos e praças. Espetáculo magnífico, deslumbrante; uma verdadeira apoteose! Soldados da Pátria Querida, que empunham no campo de luta, a baioneta ou manobram a metralha em defesa da Pátria, ajoelhados, agora, aqueles bravos e heróis, diante do altar de Deus, contrictos e humildes, lembrando os ensinamentos que receberam dos lábios puros e santos de suas mães**, ainda nos braços, homenageando e recebendo o Deus dos fortes, dos bravos, dos justos, dos heróis e dos bons.
Senhoras e senhoritas, pela delicadeza de seus corações piedosos de mães e irmãs, não deixaram de interpretar o sentir do coração da Mãe Pátria, derramando lágrimas de alegria. Depois, 44 soldados intrépidos, garbosamente ostentando nos braços seus laços de fita branca com os dizeres dourados "Por Deus e pela Pátria" ofertado pelas paraninfas do ato, receberam pela 1ª vez, em seus corações de heróis e fortes o Rei dos Reis – Jesus Hóstia, eles que no lar não tinham cumprido esse dever cumpriam agora no Exército. E a caserna para eles se transformou num grande lar bendito!
E aqueles que no quartel elevam suas vozes em honra da Pátria estremecida, elevam-na agora em honra, em louvor do Senhor, do criador, do doador, dessa imensa e grande Pátria Brasileira-Deus. E entre lágrimas e alegrias, **Jesus Cristo Nosso Senhor entrou vitorioso pela 1ª vez em 44 corações de homens fortes, heróis, desde o rústico soldado ao graduado de 35 anos. Tudo por Deus e pelo Brasil.**
Logo após a Santa Missa, falou o seu celebrante, o Revmo. Padre Vigário da paróquia, o esforçado, e amigo dos soldados, que com suas palavras sábias, enalteceu o soldado brasileiro. Depois dirigiram-se em ordem para a casa paroquial, onde virtuosas e distintas senhoritas da Pia União das Filhas de Maria, **ofertaram e serviram uma lauta mesa de café e finíssimos doces.**
Às 12 horas na casa paroquial, foi ainda oferecido pelas senhoras católicas um laudo banquete aos soldados visitantes da UCM de Caçapava sendo servido por senhoritas da alta sociedade, tendo falado os sr. Tenente Cyro Perdigão e Revmo. Padre João José de Azevedo. Às 13 e 1/2 horas chegavam ao clube literário os primeiros automóveis conduzindo autoridades e famílias convidadas. Às 14 e ½ horas, no salão nobre, ornamentado por distintas senhoritas, era iniciada a sessão solene, tendo o Revmo Padre Vigário da paróquia dado posse, entre palmas e aclamações, ao **Sr. Major Collares Chaves, comandante do 11° Batalhão e sua Exma. Sra. Erycina Collares, Paraninfa da União e a seguinte diretoria: autoridade eclesiástica, Padre João José de Azevedo, Presidente de Honra Major Manoel Collares Chaves, Presidente Cap. Orlando de Assis Baptista**, Ademar Alves de Brito, 2° vice-presidente, sargento Rubens Bennaton Vieira, 1º Secretário, sargento Benedicto Ludgero Machado, 2° Secretário, sargento José Spessoto, Tesoureiro, sargento Luciano Ribeiro da Luz. **Ao Sr. Representante do Exmo. Sr. Bispo de Taubaté foi dado o lugar de honra na mesa e assentaram-se ao redor da mesma os Srs.**

Representantes do Sr. General Comandante da 4ª Brigada do I., do Sr. Comandante do 5°R.I, da municipalidade e da UCM de Caçapava, Aberta a sessão falaram: em nome dos associados do novo núcleo o sargento farmacêutico Ludgero Machado; pela municipalidade e pelo povo o deputado Dr. Alfredo Machado, D.D. Presidente da câmara; pela C.M., o tenente Cyro Perdigão de Souza Silveira; pelo Exmo. Sr. Bispo de Taubaté, o Revmo. Padre Antônio A. Moraes. Todos os oradores foram muito aplaudidos pela culta assistência. O harmonioso Jazz-band do II Bat. executou belos trechos de música de seu ótimo repertório. **Por fim falou o Sr. Cap. Orlando de Assis Baptista, Presidente, que visivelmente comovido agradeceu a presença honrosa de todos e encerrando a sessão. Depois foram distribuídas com os presentes lindas lembranças da festa e, quando se palestrava amistosamente no salão, um grupo trefego de gentis senhoritas invadiu o salão distribuindo bandeirinhas nacionais de lembrança da festa em benefício da Igreja do Rosário.** Às 17 horas entre o reboar das girandolas e badalar dos sinos veteranos da Matriz formava-se imponente procissão, tendo à frente as associações religiosas da paróquia, como que fazendo ala ao cortejo deslumbrante. Precedidos pelos escoteiros católicos vinham em filas garbosas 100 soldados e os 44 da comunhão, ostentando os seus laços de fita branca nos braços, que indicava a pureza das suas almas naquele santo dia. Três andores artisticamente ornamentados pela Pia União das Filhas de Maria e Apostolado da Oração, foram conduzidos por militares: o 1º de S. Sebastião, o capitão Romano era levado pela UCM de Caçapava; o 2°, de Santo Expedito, o Patrono do Núcleo e o de N. S. do Socorro, a padroeira do II Batalhão, era conduzido por sargentos com seus uniformes primeiros, o palio, conduziam oficiais do Exército e da Armada, com seus belos uniformes de gala. **Acompanhavam o palio, o Major Comandante do Batalhão, Presidente da Câmara, Juiz de Direito da Comarca, Delegado de Polícia, Prefeito da Cidade, Deputado Dr. Alfredo Machado e muitos outros oficiais.**
A banda musical do 5° R. I., acompanha o préstito executando belíssimos números de música, bem dirigida, pelo seu exímio maestro sargento Beviláqua. Vozes fortes dos soldados da Pátria erguiam-se em cânticos entusiásticos louvando o Deus dos Exércitos. E o povo em massa admirava a apoteose sublime que à Religião de Cristo oferecia à Pátria.
A entrada da procissão, o templo estava repleto, pregando o erudito orador sacro Revmo. Padre Antônio Moraes, professor do Ginásio Diocesano. **Cantada a ladainha, após o Sermão, pelo ótimo coro militar, todos os militares presentes a um sinal, elevaram suas mãos direitas em sinal de juramento, e diante da Bandeira Nacional, que se achava junto ao altar, e do S.S. Sacramento, de pé, todos, foi feito o compromisso solene, que exigem os Estatutos.**
Depois seguiu-se o Tantum Ergo e Benção do S. S. Sacramento. Espetáculo comovedor! Lágrimas de alegria e satisfação se puderam contar. **Na hora precisa da Benção, a ótima banda do 5° R.I., rompeu o hino nacional e enquanto lá fora uma salva de 21 tiros reboava**; as cornetas pareciam anunciar que aquela era o Rei dos Reis que o Brasil saudava e curvava porque “a Pátria Brasileira só se humilha a Deus” (D. Aquino Correa). Logo após cantaram os hinos à mãe de Deus. As madrinhas distribuíram lembranças ao pessoal da 1 ª comunhão. **Após a reza, houve grande quermesse no jardim público em benefício da Igreja do 5° R.I.**, gentilmente cedida... E assim terminou a bela ... procissão “Por Deus e Pela Pátria”. Queira Deus e a Virgem Santíssima abençoar este Brasil querido para que fatos como esse se reproduzam na Terra de Santa Cruz, porque assim será grande pela grandeza moral de seus... (O CENTURIÃO, n.9, 1929, p. 24-27, grifo nosso)

O texto acima expõe uma narrativa a respeito de uma série de eventos, sendo os mais importantes destes: a simultânea comemoração da Páscoa dos Militares e a fundação do Núcleo Santo Expedito do 5° Regimento de Infantaria (trata-se de mais um núcleo da UCM).

Fazendo, então, uma pequena recapitulação dos fatos acima narrados: o dia 24 de maio seria a culminância desses dois eventos, mas, antes, os dias 21, 22 e 23 contaram com atividades preparatórias como, por exemplo, a confissão dos militares. Os eventos antecedentes, de certo modo, serviam para engrandecer ainda mais o dia final.

Os primeiros atos tiveram início às cinco horas da manhã. Às 6 horas ocorreram seis casamentos militares e, às 7 e 30, iniciou-se a missa. Durante a missa, aproximaram-se 154 militares. Destes, 44 receberam fitas brancas, as quais foram amarradas em seus braços, assim como a hóstia pela primeira vez. Nessas fitas, estava escrito: Por Deus e pela Pátria, ou seja, os mesmos dizeres presentes em todas as capas de *O Centurião*. O Exército teria feito esses 44 soldados cumprirem um dever religioso que, segundo o exposto, nem o seu lar havia cumprido.

Após a missa, foi ofertada uma mesa com café e doces. Às 12 horas, foi servido um banquete. Às 14 e 30, iniciou-se a sessão solene de abertura do Núcleo com a presença de inúmeras autoridades, como: o comandante do 11° Batalhão, o general comandante da 4ª brigada, o comandante do 5° R. I. e o representante do Bispo de Taubaté. Ao fim da sessão, por duas vezes, foram distribuídas lembranças, uma dessas eram bandeirinhas do Brasil.

Em seguida, iniciou-se uma procissão na qual tomaram parte, além dos já citados, o Presidente da Câmara, o Prefeito da Cidade, o delegado de Polícia e o juiz de direito da comarca. Durante a procissão, fez-se um juramento diante da bandeira nacional e, mais uma vez, tocou-se o hino do Brasil. Ao final da procissão, ocorreu uma quermesse em benefício da Igreja.

Os acontecimentos acima expostos são representativos de muitas Páscoas dos Militares narradas nos periódicos católico-militares. Em primeiro lugar, chama a atenção o intenso caráter nacionalista do evento, conforme já foi antecipado na seção anterior do presente capítulo. Em segundo lugar, destaca-se o caráter sinestésico, onde os presentes são seduzidos e instruídos através da excitação de todos os seus sentidos: a visão, pelos intensos esforços decorativos; o paladar e o olfato, pelo café da manhã com doces mais o almoço no turno da tarde; a audição, pelas músicas, hinos, bandas e até

fogos de artifício; o tato, através do contato com os presentes e com as lembranças ali distribuídas. Os valores conservadores católicos foram ali transmitidos de inúmeras formas, aproveitando as mais diferenciadas maneiras de aprender e assimilar.

Em terceiro lugar, notam-se os apelos afetivos, afinal, aconteceram casamentos, os familiares e amigos estavam presentes, nas refeições muito provavelmente ocorria um clima mais descontraído, assim como durante a execução de algumas músicas. Em suma, vários momentos nos quais seria possível e até provável formar uma intensa memória afetiva que, obviamente, favorecia a internalização dos valores pretendidos pelos organizadores.

Em quarto lugar, é importante destacar o caráter exaustivo do evento, o qual se iniciou às 5 da manhã e se estendeu, pelo menos, até o final da tarde. Tamanha extensão facilita com que se quebre resistências e pensamentos críticos, permitindo uma assimilação mais passiva.

Um quinto aspecto é a importância do evento. Foram envolvidas várias instituições e grupos sociais, assim como estavam presentes as maiores autoridades da região, num sinal de força e coesão política local. Muito tempo e energia foram dispendidos na sua preparação porque era, não apenas importante, como também (eis um sexto aspecto) uma espécie de propaganda pública a ser exibida em inúmeros órgãos de imprensa.

Um sétimo ponto é o aspecto corporativo. Participar ou não daqueles eventos de alta relevância social poderia estreitar ou distanciar relacionamentos, facilitando ou dificultando promoções, transferências e condições de trabalho. Ascender profissionalmente ou estagnar também estava, de certo modo, em jogo, na referida festividade.

Um oitavo ponto que não pode passar despercebido é o caráter de estímulo à sociabilidade entre os gêneros cujo fim é o de manter o controle social, afastando interferências de outros grupos e visões de mundo no ambiente familiar católico. Explicando, o evento também tinha o propósito de aproximar militares católicos das moças católicas ali presentes. Naquela ocasião, poderiam ocorrer contatos e inícios de relacionamentos que, em outras Páscoas dos Militares, resultariam em mais casamentos. Assim, se asseguraria um ambiente integralmente católico para o militar, seja no trabalho, seja no lar.

A seguir, outra comemoração da Páscoa dos Militares. Dessa vez, na capital do País. No próximo fragmento, proveniente, não da seção dos Correios, mas da própria

seção de divulgação da Páscoa dos Militares, ou seja, com destaque ainda maior, não somente consolidaremos a nossa visão acerca do evento, como também serão revelados mais alguns aspectos:

A PÁSCOA DOS MILITARES
SUA CELEBRAÇÃO NESTA CAPITAL – AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS RECEBIDAS DE TODO O BRASIL

Com o brilhantismo dos anos anteriores e com **uma assistência cada vez mais seleta e numerosa, realizou-se, na Catedral Metropolitana desta Arquidiocese, a Páscoa dos Militares de Terra e Mar**.

Foi uma solenidade empolgante pelo aspecto de piedade, pelo brilhantismo das numerosas representações, pela **presença de altas autoridades militares, elevado número de marinheiros e soldados, a que se ajuntaram representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, acrescido tudo pela enorme concorrência de escolhido elemento civil**. **Era grande o número de famílias ali presentes, em sua quase totalidade famílias de oficiais**.

Foi oficiante o Sr. Núncio apostólico, Dom Aloysi Masella, que compareceu acompanhado por Dom Sebastião Leme, Arcebispo Coadjutor. Receberam-nos, à porta da Igreja, o Conselho General da União, a comissão de recepção oficial e todos os oficiais generais ali presentes, passando, em luzido cortejo, por entre alas de soldados e marinheiros, até a Capela Mor, dando logo início à celebração da Santa Missa.

A distribuição da Santa comunhão foi tocante; feita sob o mais religioso silêncio, prolongou-se por grande espaço de tempo, tal o número de comunhões distribuídas: **uma centena de oficiais de todas as graduações, cerca de duzentos marinheiros e outros tantos soldados, avultado número de homens e de senhoras.** Pelos militares, foram entoados vários cânticos, como sejam: "Queremos a Deus", "Com minha mãe estarei", etc.

- Terminada a comunhão, falou eloquentemente do púlpito o Revmo. Padre Dr. Manoel de Macedo, cuja oração alusiva ao piedoso ato muito agradou aos assistentes. Sua Excia. finalizou a prática felicitando os militares como sacerdote e como patriota, incentivando-os a perseverarem com fé viva nos ensinamentos da Igreja católica.

Durante a cerimônia foram distribuídos cerca de **800 cartões de propaganda Vicentina**, com os seguintes dizeres:

"CONVITE DE JESUS – o bom Jesus, que recebestes na Sagrada Comunhão, da Eucaristia, **disse que nós, quando socorremos ao pobre, era a ele que fazíamos a esmola.**

Como é sublime e amoroso este divino convite de Jesus para praticarmos a Caridade!

A Sociedade de São Vicente de Paulo, na terra, é o mais natural e consolador abrigo da Caridade!

Alistai-vos, pois, numa Conferência Vicentina. Ide visitar o pobre em sua morada. – É Jesus quem vos convida".

Finda a cerimônia religiosa, todos os oficiais presentes, tendo à frente o Conselho Geral da UCM, foram cumprimentar ao Sr. Núncio apostólico e ao Sr. Arcebispo, agradecendo-lhes o Presidente da União a delicada atenção de SS. Exmas. Revmas. para com os militares, com a honra que lhes deram de comparecer à maior solenidade religiosa da UCM.

Com a ansiedade com que são sempre esperadas, chegam-nos às mãos as primeiras notícias do que foi no corrente ano a celebração da Páscoa dos Militares pelas diversas guarnições do Brasil. Seria nosso maior prazer publicar na íntegra as diversas comunicações sempre fartamente

> acompanhadas dos noticiários dos fatos referentes à celebração da Páscoa, mas a escassez de espaço em nosso ainda modesto periódico nos obriga a resumir o mais possível tais notícias. E isso o fazemos cheios da mais santa alegria, ao vermos que **a Páscoa dos Militares é uma instituição consagrada definitivamente em toda a imensa vastidão do nosso Brasil, desde a nossa guarnição da Capital Federal à mais modesta em efetivo e longínqua**. (O CENTURIÃO, n.2, 1928, p. 5-7, grifo nosso)

No fragmento acima, mais uma vez, pode-se constatar o caráter amplo do esforço da UCM em busca de uma unidade militar, reaproximando Exército e Marinha, corporações distanciadas desde a Revolta da Armada. Aliás, no evento também estavam presentes representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, o que demonstra, novamente, o desejo da associação de ter influência sobre todo o aparato repressivo.

Outro aspecto a ser observado é a figura do oficiante, o Núncio apostólico Dom Aloysi Masella (uma espécie de representante e fiscal de Roma no Brasil). O seu comparecimento, ao lado de Dom Leme, é mais um indício de como a Igreja Católica no Brasil tinha o seu projeto de ligação com os militares alinhado com os desígnios do Vaticano.

Nessa celebração grandiosa, dado o elevado número de participantes, ocorreu um fato que se apresenta como mais um indício da centralidade dos Vicentinos na formação e fortalecimento de uma aliança católico-militar: foram distribuídos 800 cartões, instigando os presentes à caridade (busca de recursos para, dentre outras coisas, a manutenção do caráter filantrópico) e ao alistamento a uma Conferência Vicentina.

A seguir, para encerrar a análise acerca da Páscoa dos Militares, observe-se uma última narrativa:

> A Páscoa dos Militares em Niterói
>
> Realizou-se, pela primeira vez, em Niterói, no dia vinte e sete de maio último a Páscoa dos Militares. Nessa data, por tantos títulos memorável e significativa, oficiais e soldados brasileiros do Exército e da força militar do Estado, bem como jovens do Tiro de Guerra 424, renderam ao Deus todo poderoso pública homenagem, **fizeram ao extraordinário doutrinador da cristandade solene manifestação de amor e de carinho, de veneração e culto. Não era de admirar que homens simples, mas sinceros, entregues habitualmente à defesa da Pátria e das instituições, à manutenção da ordem e da disciplina, ao respeito das leis e das autoridades, voltassem seu espírito para o Supremo monarca, cujo poder não tem limites, cujos domínios não conhecem fronteiras e cuja autoridade não tem de prestar obediência a ninguém. Era natural que os militares, que têm como chefe constitucional e acatado o Presidente da República, que vêm em sua personalidade os atributos excepcionais de dirigente, tivessem também como seu rei, aquele que tem atravessado séculos e séculos com o prestígio cada vez maior, com as virtudes inefáveis da Divindade sempre reconhecidas e proclamadas**. Era forçoso que os Soldados de Niterói tivessem como seu guia e seu mestre este meigo e puríssimo Cristo que,

tendo um poder infinito sobre o céu e a terra, deu exemplos edificantes e fecundos de humildade, de brandura, de sofrimentos indescritíveis, de sentimentos nobres e elevados, grandemente dignos de um Deus, e tudo isto para, pelo seu amor incomparável, redimir na cruz, então infamante, a humanidade pecadora. Era de esperar que **oficiais e soldados do 2° B. C. e da Força Militar Estadual** aparecessem nessa manhã formosíssima para, rendendo graças ao Supremo criador, proclamarem solenemente, com ardente e justificado entusiasmo e com inabalável fé, na presença augusta do Exmo. Sr. Bispo, do Clero, das autoridades militares e civis, e do povo: as belezas de sua religião, a venerabilidade de um Deus, a indestrutibilidade de sua Igreja, eterna e una, verdadeira e veneranda. Foi tocante a Páscoa dos Militares. E para que a cerimônia, grandiosa e bela por si mesma, tivesse o esplendor correspondente, a dirigiu e a dignificou **D. José Pereira Alves, Bispo de Niterói, cuja autoridade é respeitável, cujas virtudes honram e elevam o seu apostolado, cuja palavra, cheia de fé, de patriotismo e de eloquência, consegue sempre eletrizar o coração de seus filhos espirituais**. É agradável, é santificante, é glorioso receber, neste sacramento da comunhão, que encerra a presença real do Salvador, Jesus sacramentado; mas, é muito mais agradável, com todo o respeito o dizemos, recebê-lo das mãos carinhosas de um prelado como D. José, virtuoso e inteligente, magnânimo e patriota.

O soldado brasileiro, de terra e mar, no ato de sua Páscoa, demonstra de modo inequívoco que a cruz transformada em emblema de afeto, de paz e de justiça, deve ser constante aliada da espada, símbolo da força e, às vezes, do ódio e da iniquidade. A solenidade foi empolgante. Mas, convém dizer que ela, **devido ao zelo e interesse apostólicos do eminente D. Leme, o bispo da eucaristia, teve maior amplitude porque, ao seu convite, tomaram parte nela crianças, rapazes, moças e senhoras**. A Praça, onde foi erguido o altar para a Missa Campal, estava lindamente preparada; os sons harmoniosos de uma orquestra admirável e os cantos litúrgicos de um ótimo conjunto, ouvidos durante a santa cerimônia, aumentaram os seus encantos. **Duas bandas de música militares tocaram na festa e, ao ser levantado Jesus-Hóstia, o Rei dos Reis, ouviram-se as notas arrebatadoras do hino nacional.** Terminada a missa pronunciou admirabilíssima oração o Exmo. Snr. Bispo. Começou sua Excia., Revma., afirmando que a escolha do dia do Espírito Santo para a realização da Páscoa dos Militares fora de grande alcance e alta significação, porquanto ele representa a mais refulgente epopeia lembrada e cultuada pela Igreja católica, através de muitas gerações passadas e, certamente por todas as gerações futuras – o doce e explicável mistério da Santíssima Trindade. Descreveu de maneira encantadora as belezas da manhã de 27 de maio passado; recordou as ações, as passagens e as lições sublimes de nosso redentor, fez justa apologia da profundeza e da simplicidade de nosso credo, que tem reunido em torno de si pobres e ricos, ignorantes e sábios, grandes e pequenos, pacifistas e guerreiros sem terem jamais negado o seu instituidor divino, mesmo que, pela sua fronte, corresse o sangue do martírio, como aconteceu com S. Sebastião, São Maurício e tantos outros apontados pela história.

Fez ver que **havia no soldado três amores distintos, cada qual mais formoso e importante: o amor da Religião, o amor da família e o amor da Pátria. Pelo primeiro ele entrega seu espírito e o seu coração** ao amantíssimo coração de Deus uno, não obstante as suas três possibilidades envolvidas no mais consolador e interessante mistério da religião; **pelo segundo ele procura defender o seu lar, a sua noiva, os seus pais, as suas irmãs e todos aqueles que lhe avivam os sentimentos afetivos**; **pelo terceiro ele, alargando o círculo da família, tudo sacrifica pela garantia da lei, da ordem, da Constituição, em poucas palavras, do seu Brasil bem amado**. Fala eloquentemente da religião e da pátria e diz que Jesus Cristo, surgindo na Judeia, estabeleceu uma doutrina regional, para o seu povo acorrentado à iniquidade e ao erro, lançando desse modo o sentimento pátrio e racial, porém que, depois de seus sofrimentos crudelíssimos e de sua

> ressurreição gloriosa, quando, sob a forma de línguas de fogo na pessoa do Espírito Santo, que não diferia da do pai e da do filho, determinou aos seus apóstolos que fossem pregar, por toda a parte, a todos os povos da terra a palavra divina e eles, de iletrados e fracos, que eram, se tornaram sábios, fortes e arrojados e semearam pelo mundo inteiro a verdade e a fé divinas, tonou universal sua doutrina, a sua Igreja, que mal grado as afirmações contrárias dos ímpios e dos perversos, tem resistido e resistirá por todos os séculos. – Amém. Diz ainda que de todas as partes dos festejos brilhantes para a sua recepção em Niterói, a cidade invicta, nenhuma lhe tocou tão profundamente o coração de brasileiro e de bispo como esta da Páscoa dos Militares. Fez votos para que eles, que têm defendido tão abnegadamente a Pátria, defendessem com ardor crescente a nossa santa religião. **Encerrando formosíssima cerimônia deu sua benção às pessoas presentes e ofereceu aos militares uma lembrança de bastante relevo – a efígie sacrossanta de Jesus sacramentado. F.S.R.** (O CENTURIÃO, n.3-4, 1928, p. 14-15, grifo nosso)

No fragmento acima, ocorreu a Páscoa dos Militares em Niterói, cidade que, à época, era capital do Estado do Rio de Janeiro, visto que a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país. A cerimônia foi dirigida por Dom José Pereira Alves, bispo de Niterói. Dom José era natural de Pernambuco e próximo a Dom Leme desde a época em que este era arcebispo de Olinda.

Na narrativa acerca da festividade ocorrida em Niterói, além das características já mencionadas ao longo das últimas páginas, pode-se observar, com muita clareza, a voz de um dos redatores de *O Centurião*. A sua voz e os princípios e objetivos da UCM aparecem de forma mais evidente nos momentos em que, no lugar de descrever os principais fatos ocorridos na solenidade, o redator passa a enunciar o seu próprio entendimento acerca das funções dos católico-militares.

Assim, os militares são descritos como defensores da Pátria, das instituições, da ordem, da disciplina, do respeito às leis e às autoridades e como submissos ao Presidente da República. A Páscoa dos Militares é apresentada como um símbolo da cruz aliada à Espada.

Outro ponto que chamou a atenção no fragmento destacado é a representação elaborada pelo redator acerca do discurso do Bispo. Ali, pode-se observar como a visão de mundo conservadora católico-militar já apresentava como pilares: Deus, Pátria e Família. Estes três elementos são apresentados como os três amores dos soldados que deveriam entregar o seu espírito e coração a Deus, proteger a sua família, parentes e achegados e sacrificar-se para garantir a lei, a ordem e a Constituição.

Enfim, ao longo desta seção, se observou e analisou como a Páscoa dos Militares era apresentada no regulamento da União Católica Militar e como se deu a sua associação com o “descobrimento do Brasil” e a figura de Tiradentes. Em seguida, se

estudou as principais narrativas expostas em *O Centurião* acerca da festividade. Assim, foi possível investigar de que maneira, em seu cotidiano, a associação buscava atingir os objetivos delimitados em seu regulamento, os valores em disputa e o grande envolvimento de recursos e autoridades em seu apoio. A seguir, se verá mais uma tradição cuja implantação e difusão era objetivo da UCM: a Bênção das Espadas.

3.5. 3- A bênção das espadas: abençoando armas? O sentido do ritual

Neste capítulo, optou-se por destacar duas tradições católico-militares: a Páscoa dos Militares, símbolo do renascimento do catolicismo reacionário nos aparelhos repressivos do Estado, e a bênção das armas, símbolo da união entre a Igreja e o Exército. Existiram (e existem) ainda outras tradições, como a festa do adeus do reservista e a prática dos retiros religiosos. Estas duas tradições serão abordadas no capítulo seguinte, em função da sua afinidade temática para com os assuntos a serem ali abordados.

Enfocando, então, na cerimônia ritual da bênção das armas, trata-se de uma tradição anterior ao surgimento da UCM e que contou com apoio decisivo da Igreja Católica no seu processo de difusão. Essa tradição chegou aos dias atuais.

O que significava esse ritual que, para muitos, de maneira bastante compreensível, soa tão contraditório? Afinal, como se justificava o ato de se benzer uma arma, um instrumento destinado a derramar sangue, a matar?

Essa cerimônia foi tratada em inúmeros periódicos, apesar de ter permanecido praticamente invisível aos estudiosos das ciências humanas e sociais. Nesta seção em específico, serão abordados alguns discursos veiculados através de *O Centurião* e, também, os difundidos pelo periódico *A Cruz*[26].

Abaixo se tem o relato de uma cerimônia da benção das espadas, efetuada na igreja de Santo Inácio, no ano de 1921:

A Benção das espadas
Na igreja de STO. Inácio

[26] Jornal da Paróquia de São João Batista, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, em 1919, possuía publicação quinzenal, a qual, passou a ser semanal, a partir de 1922. O seu acervo encontra-se disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Localizado na capital da República, nas páginas de A Cruz, é possível observar o trânsito de personagens-chave da história política brasileira, tais como: padre Leonel Franca, Pandiá Calógeras, Humberto Castelo Branco, dentre outros.

> A igreja de Santo Inácio, à rua São Clemente esteve na manhã do domingo 30 de janeiro, completamente cheia. **Era a mocidade militar com as suas famílias, os seus lentes, os seus generais que ali foram assistir à tocante, belíssima e patriótica cerimônia da bênção das espadas dos aspirantes que concluíram o curso na Escola do Realengo.**
> Às 9 horas teve início a cerimônia com a missa celebrada pelo ilustrado jesuíta padre José Maria Natuzzi, acolitado pelos majores Eduardo e **Benjamim Fonseca**, ambos do Departamento da Guerra. Logo após, o referido sacerdote procedeu à bênção das espadas, fazendo uma brilhante alocução referente ao ato.
> Apresentado, pelo general Pedro Cavalcanti, teve em seguida a palavra **o orador da turma dos aspirantes, o jovem Humberto Alencar de Castelo Branco, que disse ser a Benção das Espadas a crença de seus maiores e o reviver de uma tradição militar.**
> Falou ainda o paraninfo da turma, Major José Pinheiro, terminando o seu com as seguintes palavras: Jovens! Carne ainda em flor! Para amar a Deus, servir a Pátria, defender a liberdade é necessário ter uma alma pura e um corpo forte. Purificai, pois, a vossa alma, enchei-vos de coragem, animai-vos para poder vencer na vida sem desanimar, ganhando nome e glória, tornando-se aptos para bem defender a nossa querida Pátria com denodo, pois **a Pátria é a vossa família!**
> **E assim terminou no salão de honra do Externato Santo Ignácio a sessão cívica que se seguiu à cerimônia religiosa e na qual tocaram várias bandas de música.**
> Entre as pessoas presentes, vimos os **srs. General Cipriano Ferreira, comandante do 1° regimento; General Onofre Ribeiro, comandante do 2° regimento: coronéis Mena Barreto, comandante do 3° regimento; Mindelo, professor da Escola Militar; Almirante Saddock de Sá; Capitães Maiosonnet, professor da Escola Militar e grande número de oficiais do Exército e da Marinha.** (A CRUZ, n.11, 1921, p. 1, grifo nosso)

Figura 15: Imagem da cerimônia da bênção das espadas acima relatada.



A bênção das espadas

A cerimônia acima ocorreu no dia 30 de janeiro de 1921, ou seja, em um contexto anterior à "questão militar" das cartas falsas contra Arthur Bernardes. A ocorrência de tal evento demonstrou, mais uma vez, assim como a inauguração da Conferência de São Maurício, em 1917, que os esforços pela aproximação entre Exército e forças armadas são bem anteriores à crise deflagrada pelo movimento tenentista. Como já estudamos no primeiro capítulo, a crise do tenentismo atuou como um catalisador que acelerou, de maneira substancial, uma união já iniciada e há muito trabalhada.

Outro ponto a ser notado é a presença do oficial Benjamim Fonseca que, anos depois, revelou-se um dos maiores colaboradores da UCM e de *O Centurião*, divulgando as ações dos católicos-militares, também no periódico *A Cruz*. Destaca-se o então jovem conservador em formação e futuro primeiro presidente do período da ditadura empresarial-militar de 1964: Humberto Alencar Castelo Branco.

Um terceiro ponto é que, apesar da reportagem mencionar apenas os aspirantes da Escola Militar do Realengo, também estavam presentes membros da Marinha, como se pode perceber pela imagem publicada, o que justifica a presença de altos oficiais de ambas as forças conferindo legitimidade ao evento.

Por fim, deve-se, mais uma vez, frisar o caráter nacionalista do evento que buscava forjar um sentimento de fraternidade e em que se fazia uma associação entre Pátria e família.

A seguir, mais uma menção do periódico *A Cruz* à Cerimônia da bênção das espadas:

> Benção das Espadas
>
> A bênção das espadas, realizada domingo último no Colégio Santo Inácio, desta paróquia, veio demonstrar, mais uma vez, o fundamento do nosso otimismo com relação ao Exército nacional, que está sendo reorganizado com elementos de primeira água. Os jovens aspirantes de hoje não se envergonham, como acontecia tempos atrás, da farda que vestem; ao contrário, vão para as fileiras com uma ideia muito nobre do que seja servir a Pátria. Abençoados por Nossa Senhora das Vitórias, os jovens soldados de hoje hão de corresponder à confiança que todos neles depositamos, e nunca se apartarão, por certo, daquela trilha em que os bons marechais de outros tempos conquistaram honra e glória para o nosso querido país. Nós os felicitamos com abundância de coração. (A CRUZ, n.4,1922, p.1)

No momento da publicação da nota acima, o país já estava atravessando a campanha presidencial de 1922 e o episódio das cartas falsas já havia aprofundado tensões e causava divisões entre os militares. Assim, a cerimônia passou a ser interpretada como um fundamento para se ter "otimismo com relação ao Exército". Otimismo em relação a quê? Em relação à ameaça de golpe. As manifestações religiosas passaram a ser vistas como manifestações legalistas, gerando "confiança" de que os soldados não se apartariam "daquela trilha em que os bons marechais de outros tempos conquistaram honra e glória." A trilha referida era a trilha da legalidade, ou seja, a bênção das espadas, assim como a Páscoa dos Militares, também estava buscando projetar uma imagem pública do Exército como unido e religioso, no lugar de fragmentado e revolucionário. Note-se que, na frase anterior, fez-se uma oposição entre religioso e revolucionário, justamente com o propósito de salientar que demonstrar-se católico naquelas cerimônias era entendido como um posicionamento antirrevolucionário, para os observadores mais conscientes, mesmo que obviamente saibamos que o alinhamento não era obrigatório, embora fosse provável.

A seguir outro texto, mais completo, do mesmo periódico, sobre esse dia:

> A Benção das Espadas dos novos aspirantes da Escola Superior de Guerra
>
> A Cerimônia revestiu-se de muito brilho

> Foi tocante e solene a bênção das espadas dos alunos que concluíram o curso, da Escola Superior de Guerra realizada domingo passado, na capela de Nossa Senhora das Vitórias, do Externato de Santo Inácio, à rua de S. Clemente.
> Cerca de 8 ½ horas, d. Sebastião Leme, Arcebispo-coadjutor, deu entrada no templo, passando logo depois a celebrar a missa solene, acolitado por seu secretário particular e pelo Cônego Caruso e padre Monsaert, da Companhia de Jesus, servindo de mestre de cerimônias.
> Na missa, comungaram quase todos os oficiais presentes, dando com este ato de religião belíssimo exemplo de piedade cristã.
> Terminada a missa, que teve acompanhamento de coros, a cargo de senhoras e senhoritas, realizou-se a cerimônia de bênção das espadas.
> D. Sebastião Leme aproximando-se dos aspirantes e lança a sua bênção sobre as espadas desembainhadas dos jovens oficiais, que entoam, a um tempo, a seguinte oração:
> "Ó Maria – Virgem poderosa e mãe de misericórdia Rainha do Céu e refúgios dos pecadores – Eu ... – me consagro neste dia – ao vosso Coração Imaculado e vos escolho para sempre – para minha verdadeira mãe.
> Eu vos consagro – a minha espada – que acaba de ser benzida ao pé do vosso altar – e sob o vosso olhar maternal.
> **Quero e prometo – manejar – esta arma – em defesa da Pátria – em defesa do direito – da justiça – da virtude – e da Religião Católica – que me ufano de professar.**
> Ofereço-vos – o meu coração – com todos os seus afetos – mais nobres – e mais generosos – e vos peço – que me torneis digno – como os grandes guerreiros cristãos – os heróis das cruzadas – da nobilíssima – carreira militar.
> Ó soberana Rainha das Vitórias – concedei-me – que eu seja sempre vencedor – dos inimigos visíveis e invisíveis – até que chegue um dia – a triunfar – em vossa companhia – na Pátria bem-aventurada – Assim seja."
> **Em seguida, d. Sebastião Leme, em brilhante alocução, saudou os aspirantes.**
> **O sr. Ministro da Guerra, que assistia à cerimônia, e o reitor do Externato, conduziram d. Sebastião à sala do café. Após ligeiro descanso, d. Sebastião Leme e o Sr. Ministro da Guerra, acompanhado de todos os presentes e do reitor do Externato, dirigiram-se para o salão principal daquele estabelecimento de ensino.**
> **Ali, o primeiro tenente do Exército, Amadeu Luzini, falou aos seus jovens colegas, saudando-os e referindo-se à cerimônia da bênção das espadas.**
> **Sucedeu-o no uso da palavra o tenente-coronel Jorge Pinheiro, que leu uma bela conferência, subordinada ao tema: "A cultura da energia",** que alcançou vivos aplausos da assistência.
> A festa terminou pouco depois do meio-dia. (A CRUZ, n.4,1922, p. 2, grifo nosso)

Na cerimônia de janeiro de 1922, se pode ver em ação três personagens que colaboraram e sempre foram tratados como amigos da UCM em seus periódicos (*O Centurião* e *O Bom Soldado*). Esses personagens, já citados inúmeras vezes ao longo deste trabalho, são: Dom Leme, Pandiá Calógeras (o então ministro da Guerra) e o oficial Jorge Pinheiro, que, em 1928, época do surgimento de *O Centurião*, já era coronel e um dos membros mais ativos da Associação Católica Militar. Meses antes do levante de julho de 1922, o clima de receio em relação a um golpe era forte e as articulações legalistas de resistência estavam em curso, de maneira que, se no evento de

1921, o celebrante foi um padre, no de 1922, o celebrante foi o próprio Dom Leme e junto a este, estava o ministro da Guerra, também ausente no ano anterior. Assim, de maneira proporcional ao agravamento da crise republicana, pode se observar um crescimento da importância simbólica da tradição em análise.

A seguir, se verá como a bênção das espadas foi descrita em *O Centurião*. Nos onze exemplares deste periódico, foram encontradas, especificamente, duas reportagens extensas para tratar dessa celebração, ou seja, para além das menções episódicas em notas e demais textos. Segue abaixo, o primeiro texto:

> A Bênção das Espadas dos Guardas-Marinha
>
> Quantas vezes ao atravessar a imensidade verde do oceano, o marinheiro sente-se como só em meio do deserto infinito das águas... Profunda nostalgia lhe invade a alma. E a saudade da terra distante, onde ficaram pais formosos, irmãs carinhosas, noivas amadas, lhe inunda o coração. Então o marujo olha o céu, e o céu azul lhe infunde confiança! E assim, céu e mar identificam-se com a vida do marinheiro!
>
> **... Profunda e comovente foi a bênção das espadas dos aspirantes de marinha, num domingo de dezembro, na igreja da Candelária.**
>
> Eles, cuja sorte está tão ligada a mar pelos laços de sua nobre carreira, foram, unidos pelo espírito de camaradagem que lhes é tão peculiar, levar suas espadas para receberem as bênçãos do céu... não já do céu azul que a nossa vista divisa, amigo do mar, antes, porém, do verdadeiro céu misticamente falando, amigo dos homens!
>
> **E foi bela e vibrante a cerimônia! Estava repleta a Igreja. Tudo respirava alegria, encantamento!**
>
> Enorme e majestosa, a catedral engalanava-se com toda a pompa! Um profundo respeito, uma grande contemplação por tudo que é santo e belo arrebatava-nos insensivelmente. Muitas flores, muita luz... Círios acesos iluminavam a imagem da Virgem Maria, simbolizando nossa fé. Nos pés do altar um grupo de jovens aspirantes, cheios de vida, mocidade e entusiasmo aguardava a mais solene e comovente das cerimônias – Bênção das espadas!
>
> **... Ecoou de súbito, vibrante, majestoso e sonoro o hino nacional. Quem poderá descrever a profunda comoção, o grande arrebatamento ao sentir o amor da pátria identificando assim ao amor de Deus, sem o qual honras, glórias, galões dourados, espadas reluzentes, não são mais que pó e miséria!**
>
> E ainda ao som dos últimos acordes do nosso hino tão belo e empolgante, o primeiro aspirante apresentou sua espada para ser abençoada. Havia um quê de divino nesta cerimônia. **A criatura forte, jovem, inteligente, curvando-se diante da majestade do seu criador...** E sucessivamente ainda ao som de novas músicas, suaves, lindas, verdadeiras elegias seguiram-se os outros aspirantes que apresentavam garbosas as nobres durindanas, destinadas a lutarem tão somente pelas causas justas e generosas.
>
> ... Então, ao ver as mãos do Sr. Bispo que num gesto sacerdotal as abençoava, pensei naquelas santas palavras de Jesus Cristo: “O que abençoardes na terra, será abençoado no céu.”
>
> Janeiro de 1929.
>
> Rosa Maria (O CENTURIÃO, n.9, 1929, p.20, grifo nosso)

Do texto acima, se pode depreender algumas observações. Em primeiro lugar, chamou atenção o destaque dado a esse evento realizado pela Marinha. Nos anos

iniciais da União Católica Militar, o maior destaque foi do Exército, tanto que, muitas vezes, no lugar da sigla UCM, fazia-se menção à União Católica do Exército. Trata-se de mais um indicativo do êxito dos católicos-militares em ir além do exército, ainda na década de 1920.

Em segundo lugar, se pode observar, novamente, o nacionalismo que permeava o cotidiano da execução dessas cerimônias. Além disso, ali se encontrou, mais uma vez, o tom grandiloquente que buscava enaltecer e romantizar o evento ocorrido. É bastante notável uma agressividade ou desprezo pelas espadas que não fossem benzidas porque, sem a bênção, “não são mais que pó e miséria!”. Assim, pode-se perceber uma religiosidade que não se contenta em engrandecer e louvar, mas que contém em si uma carga de intolerância que muito provavelmente devia tornar difícil ou constrangedora a situação do aspirante que não desejasse participar, de maneira que, por pressão social, um evento optativo, muito provavelmente devia assumir um caráter de obrigatório, na contramão da laicidade do Estado.

Outro ponto é que a cerimônia da bênção das espadas era um ritual de iniciação para os formandos, que reforçava a conexão com o catolicismo e o ato religioso de curvar-se corrobora com o objetivo militar de formar um indivíduo submisso e obediente, ainda mais num contexto de instabilidade.

A seguir, o segundo texto publicado em O Centurião, onde é possível ter a clareza de que a cerimônia da bênção das espadas estava sofrendo contestação:

> Bênção das Espadas
>
> Realizou-se no dia 20 de janeiro último a cerimônia grandiosa e bela da bênção das espadas dos novos aspirantes a oficial do Exército.
>
> O tradicional templo de Santo Inácio estava repleto e apresentava um aspecto admirável, já pela sua singela, mas formosa ornamentação, já pela seleção dos fiéis que foram render suas homenagens ao nunca suficientemente amado Cristo Rei. A festividade era por sua mesma natureza de elevadíssima significação, mas, o fato de havê-la presidido o Exmo. Sr. Núncio Apostólico, representante augusto do Chefe da Cristandade, o Extraordinário Pio XI, aumentou-lhe os encantos e o valor.
>
> **Alguns espíritos dominados por sentimentos pouco compreensíveis ou levados por uma parcialidade injustificável, querem, desprezando a história da nossa nacionalidade, condenar o tocante e justo ato religioso.**
>
> Esquecem esses espíritos que a Santa Cruz e a espada se harmonizam e se completam: que **a fé e o patriotismo cooperam na consecução de nossas mais nobres aspirações; que o sacerdote e o soldado têm pontos de contato nítidos e alevantados.**
>
> **A Santa Cruz é o majestoso pedestal em que repousa a nossa Pátria; foi e é ainda o nosso objetivo primacial, pois, “o povo brasileiro, nasceu da união mística de duas raças, ajoelhadas ao pé da Cruz, naquela primeira missa radiosa de Porto Seguro”** e “traz dentro do coração, como a flor misteriosa das suas passifloras bravias, os símbolos sacrossantos do cristianismo” e recebeu de Deus, para figurar no alto do céu “um cruzeiro

imenso de estrelas, como o reclamo luminoso da sua divindade, pairando perenemente por sobre a grandeza da Pátria!”
A espada não é apenas o emblema da força bruta e inconsciente, mas a companheira fiel do soldado na defesa nobilitante da honra e da dignidade pátrias, na manutenção da ordem e das instituições nacionais, na sustentação dos princípios cardeais do regime e de todas as tradições brasileiras dentre as quais se destaca a da fé católica.
A pátria, confirma D. Aquino, é inseparável de Deus. **Não se compreende Pátria, sem essa auréola de soberania, que somente a divindade lhe pode emprestar. “Separar a ideia de Pátria da ideia de Deus, é diminuir a Pátria, é descoroar-lhe a majestade, é materializá-la, é reduzi-la a condição mesquinha dos pousos e querências dos irracionais, que também se afeiçoam à terra**, onde floresce a árvore dos seus ninhos, e aos mares, onde o rochedo natal lhes sorri, por entre a grinalda branca e vaporosa das espumas”. A cruz e a espada marcham, pois, paralelamente e concorrem para a realização dos mais elevados ideais humanos, harmonizando-se e completando-se.
A fé é a fonte das virtudes e não se opõe às ciências. O patriotismo é o mais belo e o mais moral dos amores. Não se opõe à fé.
“Deus infunde no homem a razão e o homem busca a ciência; Deus fala ao homem pela revelação, responde-lhe o homem pela fé!”
Ciência e fé! Filhas gêmeas de Deus! Anjos custódios da verdade! O sol e a lua das peregrinações do homem “erigem-se grandes mistérios, e perante a ciência impotente para decifrá-los, ele fita ansiosamente o céu, suspirando pela fé.” “E a fé não só lhe revela as verdades sobrenaturais, mas ainda lhe aplana o estudo das verdades naturais e científicas, confirmando-as e apurando-as”. “Por sua vez a ciência ilustra as verdades da fé, enfeixando-as em sistemas e fundando as disciplinas teológicas.”
“A verdadeira ciência, no seu instinto inato de indagar as causas, tende logicamente, fatalmente para Deus e para a fé; e mui longe dos ódios e desavenças entre uma e outra, reina entre elas a mais natural união e concórdia.”
O patriotismo é o amor da Pátria “é a piedade filial para com a Pátria”. Nos povos civilizados tem feito prodígios. Na guerra de todos os tempos tem produzido grandes maravilhas e maiores guerreiros; nas letras formou Homero e Virgílio, Dante e Camões. A religião cristã deu-lhe verdadeira medida e fez dele um amor principal e não um amor exclusivo.
O sacerdote, ao ser iniciado no seu honroso ministério, recebe a missão “de tratar sobre as sagradas aras dos mistérios da paixão e morte do senhor Nosso Jesus Cristo, que constitui o programa da sua vida apostólica.”
“Dispensador e continuador dos benefícios da redenção, deve ele trazer em si, à semelhança do patriarca de Assis, as cinco chagas místicas da renúncia ao mundo e a si próprio, crucificando-se espiritualmente, em união perene com o sacerdote dos sacerdotes, que é o Cristo.”
Toma o evangelho e vai pregá-lo a toda a gente e em toda a parte. Admirado aqui, maltratado ali, recebido com indiferentismo acolá e com respeito e carinho adiante, vai, resignado e confiante no seu Deus e seu Rei, pregando a fé e mostrando as belezas incomparáveis da nossa religião e da Santa Cruz, principal razão de ser de uma existência no orbe católico.
O soldado, o humilde e abnegado defensor da bandeira vai, sempre que é necessário, para os campos da luta desempenhar sua espinhosa, mas nobre missão. Tem constantemente diante dos olhos a imagem viva da Pátria.
Jamais deve perder a esperança da vitória e muito menos perder a confiança em Deus, que lhe avigora a fé e lhe inflama o coração. O símbolo do soldado é a espada, que não será, entretanto, a expressão da força inconsciente, mas a manifestação sublime de seu elevado ministério.

É tratado com rigor e com injustiça e, não raramente, é incompreendido nos seus gestos mais nobres, nas suas palavras mais sinceras. Afrontando os rigores da natureza segue sem vacilação para todos os pontos do território nacional, onde haja perigo para a Pátria e para as instituições, a fim de cumprir seus árduos deveres. **Assemelha-se sob vários aspectos ao sacerdote com a diferença, porém, de que este, na defesa da religião e na difusão da fé e da verdade católicas, não conhece fronteiras territoriais e, não obstante amar, como poucos, o país de seu nascimento, cujas autoridades e cujas leis obedece com rigor, tem os olhos voltados para Roma, onde está o sucessor de Pedro, que, como vigário de Cristo, reina, impera e governa soberanamente, resolvendo todas as questões de nosso credo incomparável, sem, contudo, deixar-se dominar pelas ambições terrenas e pelas vaidades do mundo.**

O papa diz Imbat Latour, deve ser rei, dos tempos e das circunstâncias, rei das nações e de seus chefes; sua realeza é de essência divina como a de Jesus Cristo, de que é vigário e lugar tenente. Deve ser inacessível às ameaças e às promessas, livre e independente: é o rei que a tempestade não deve poder abalar. A unidade católica, já o disse Thiers, que exige uma certa submissão religiosa por parte das nações cristãs, seria inaceitável se o pontífice não fosse completamente livre e independente; se no território que os séculos lhe têm reconhecido e as nações lhe têm mantido, outro soberano, príncipe ou povo, se elevasse para lhe ditar leis. Ele é independente e soberano. É verdade que alguns escritores lhe têm negado este caráter e afirmado que o papado não é personalidade do direito internacional. Isto, porém, não corresponde à verdade histórica porque na prática o Papa assina concordatas, envia e recebe agentes diplomáticos – exercício pleno da soberania. E no dizer de Heffer, nenhum soberano, que dirige vassalos católicos, pode contestar ao Pontífice romano o caráter de representante da unidade central da Igreja católica." É fora de dúvida que o papado já constituía para os católicos de todo o universo e para os escritores imparciais um Estado especial. O poder temporal do papa foi diminuído e mesmo quase suprimido, mas, "o Papa é sempre Papa e como tal é o chefe de todos os católicos e daí a obrigação de se lhe reconhecer um caráter internacional".

Bismarck declarou que o Papado é uma instituição que tem um caráter geral, universal. **Com a solução da questão romana, no dia onze do corrente mês de fevereiro, o maior acontecimento do século, ninguém mais poderá dizer que o Papado constitui um verdadeiro Estado. Isto é assunto para outro artigo, e só foi lembrado aqui para mostrar a magnitude de nossa religião e a sacraticidade da missão sacerdotal.** Os oficiais e soldados católicos têm sérios deveres a cumprir e, no exercício constante das virtudes militares, não devem esquecer o culto a Deus e à Pátria.

No desempenho de suas funções devem ter a conduta de Sebastião, Maurício, Jorge, Luis IX e outros santos de nossa Igreja, defendendo com inexcedível denodo a Pátria e religião; na defesa de seus princípios católicos devem ter "a fé convencida e pura de Pedro Eremita, a indômita bravura de Godofredo de Boillon e alevantada nobreza do Duque da Normândia". **A bênção das espadas não fere absolutamente a liberdade dos cultos, porque é uma expansão de fé do soldado católico, é uma homenagem ao Rei dos reis, é um reconhecimento santificador e vivo de nossas tradições religiosas. A deste ano teve grande brilho e deixou, por isso mesmo grata recordação.** As palavras pronunciadas pelo eminente padre Riou, em relação ao ato, calaram profundamente no espírito dos assistentes e foram de elevado alcance e grande consolação para os jovens e brilhantes oficiais brasileiros. **Que continue todos os anos tão encantadora e dignificante solenidade para que, se realizando o desejo santo do grande arcebispo D. Aquino, que é também o nosso, "o século nascente, irradiando novas glórias por sobre a pátria querida, possa ver, acima de todas elas, o Cristo Redentor a viver e reinar, mais do que nas alturas do Corcovado, na elevação moral da consciência católica de cada brasileiro.**

Fevereiro de 1929. Coronel Severiano Ribeiro (O CENTURIÃO, n.10-11, 1929, p.3-5, grifo nosso)

O segundo texto exposto em *O Centurião* sobre a bênção das espadas possui um teor defensivo muito diferente do teor autocongratulatório do primeiro texto. Por esta razão, torna-se ainda mais interessante para fins de análise, uma vez que abre uma janela para se observar as resistências oferecidas contra os católicos-militares.

Mais do que descrever a cerimônia ocorrida no dia 20 de janeiro de 1929 para se benzer as espadas dos novos aspirantes a oficial do Exército, o interesse do Coronel Severiano Ribeiro era responder aos "espíritos dominados por sentimentos pouco compreensíveis ou levados por uma parcialidade injustificável" que estavam condenando "o tocante e justo ato religioso".

O primeiro argumento utilizado foi o histórico, na mesma linha do nacionalismo ufanista delineado por Afonso Celso e defendido pelos nacionalistas católicos. Os espíritos críticos foram acusados de estarem desprezando "a história da nossa nacionalidade". Confundindo passado com destino, o coronel Severiano Ribeiro defendeu que a Santa Cruz era o objetivo "primacial" e que as espadas dos soldados estariam na defesa da ordem, das instituições e de todas as tradições brasileiras, dentre estas, a fé católica.

Ao se defender, o oficial deixou clara a sua afronta contra os princípios constitucionais de 1891, uma vez que a sua leitura da história nacional foi utilizada para argumentar em favor de que uma instituição estatal, o Exército, defendesse uma religião em específico, o catolicismo, num evidente uso da ideia de tradição como meio de se esquivar da laicidade e colocar o catolicismo em uma condição de privilégio.

Outro ponto interessante está na sua defesa acerca do nacionalismo católico que diminuiu a importância do nacionalismo nas ocasiões em que este não estivesse vinculado à religião. Tal tipo de defesa acaba por quebrar a ilusão, criada em muitos periódicos católicos, de que a união entre o sentimento nacionalista e o catolicismo seria algo natural.

O nacionalismo católico é/foi uma construção social e intelectual que, longe de ser natural, em certa medida, contradiz o papel histórico exercido pela Igreja católica ao longo de muitos séculos, ou seja, ao longo da Idade Média, o catolicismo atuou, por diversas vezes, como uma força universalista contrária às forças particularistas

nacionais. Desta maneira, o estabelecimento de um nacionalismo brasileiro católico não foi isento de tensões e contradições, como se pode observar em Serbin (2008).

O coronel Severiano Ribeiro, cujo texto é de fevereiro de 1929, mesmo mês da assinatura do tratado de Latrão entre a Igreja e a Itália, tratou de delimitar e justificar o nacionalismo católico, colocando-o em harmonia com o novo estado surgido e o poder do Papa. Tal operação intelectual efetuada pelo intelectual militar foi no mesmo sentido de todo o texto, ou seja, no propósito de defender-se de espíritos críticos e, nessa empreitada, afloraram diversos assuntos que, na concepção do autor, continham alguma relação com a cerimônia da bênção das espadas.

Assim, ao falar do papa, defendeu o seu poder temporal, a sua personalidade jurídica internacional e “uma certa submissão religiosa por parte das nações cristãs”. Nesta expressão, se pode observar de forma cristalina a contradição filosófica e jurídica existente na expressão nacionalismo católico. Uma nação, sendo soberana e laica, jamais deveria prestar submissão a uma religião, menos ainda quando esta constitui outro Estado. Tem-se um verdadeiro contrassenso que, defendido publicamente por um funcionário público, um oficial do Exército, demonstra que a crise da Primeira República e o fantasma de um golpe revolucionário permitiram que os conservadores/reacionários católicos, a pretexto de defender a legalidade, violassem a mesma legalidade e a ordem constitucional vigente, num sintoma claro da dissolução democrática que se vivenciou na década de 1920.

Outro ponto abordado e mencionado no último fragmento que, inclusive, já foi explorado no capítulo 2, foi a defesa da não oposição entre ciência e fé. Harmonizar esses dois campos foi uma missão necessária para a Igreja católica penetrar, não somente nas forças armadas, como para obter uma influência geral sobre a intelectualidade nos mais diversos ramos, como se pode constatar com o surgimento de Universidades Católicas a partir da década de 1930.

Por fim, tem-se um texto no qual o autor comparou o soldado a um sacerdote e também afirmou que a sua espada, sem a bênção e a fé, seria uma força inconsciente, mas, apesar disso, o mesmo autor concluiu que a bênção das espadas não feria a liberdade de culto porque seria uma homenagem “ao rei dos reis... um reconhecimento santificador e vivo de nossas tradições religiosas”. Mais uma vez, a ideia de tradição sendo utilizada para legitimar uma interpretação agressiva da cerimônia realizada, uma leitura que inferiorizava as espadas não benzidas, e, por conseguinte, os soldados que dela não participassem. Naquele contexto, na forma como estava sendo entendida,

interpretada e difundida, estava ferindo, sim, a liberdade de culto daqueles que não eram católicos.

Sob o manto do enaltecimento religioso foi possível perceber um forte sentimento de intolerância e desprezo para com aqueles que não professassem o credo dominante. Tal postura, vinda de um oficial de alta patente, muito provavelmente possuía um forte caráter constrangedor para os militares subalternos de orientação distinta, que possivelmente escolhiam entre silenciar ou sofrer as consequências, um processo violento que o autor não reconheceu ou sequer percebeu.

3.6- Considerações finais

Ao longo do presente capítulo, buscou-se compreender o contexto do nacionalismo na Primeira República e, em especial, que tipo de nacionalismo e de quais formas este era defendido pela UCM e propagado em *O Centurião*.

Estudou-se, também, duas tradições dos católicos-militares: a Páscoa dos Militares e a bênção das espadas, rituais que transmitiam todo um conjunto de valores conservadores interessantes para as instituições em crise do momento: Exército e Governo Federal, assim como para a instituição em expansão: a Igreja Católica.

Como se pode depreender das análises efetuadas sobre as duas cerimônias, apesar do discurso religioso que muitas vezes busca oferecer à priori um sentido fixo para tais eventos, é notável o seu forte vínculo com o cenário social e político de então.

Acerca do nacionalismo católico brasileiro, é importante frisar a sua relação de tensão com o processo de romanização:

> **A romanização produziu uma reação nacionalista no Brasil. Crescia entre os brasileiros a preocupação com questões de identidade nacional, hierarquia étnica e a essência do que significava ser brasileiro.** A redefinição da identidade religiosa estava ligada a esse processo. **Como no passado, a Igreja fazia da catolicidade uma parte significativa da identidade brasileira. Os agentes da romanização frequentemente catalisavam novas tensões.** Alguns dos professores europeus nos seminários ecoavam as dúvidas dos missionários da era colonial quanto às capacidades vocacionais dos brasileiros.
> **Difundiu-se entre os estrangeiros, inclusive vicentinos, a frase "brasileiro não dá para padre", implicando que o brasileiro não conseguia ser celibatário. O padre Lacroix ressaltou que os seminários deviam funcionar com padres estrangeiros porque estes resistiam melhor às tentações sexuais. O neoimperialismo eclesiástico atiçou as brasas do nativismo sobrevivente do tempo de Feijó.**
> Os seminaristas do Caraça rejeitaram os primeiros professores vicentinos franceses no Brasil porque estes não sabiam falar português e desprezavam

alguns atributos da cultura brasileira. Esses padres acabaram deixando o Brasil. Também os seminaristas de Mariana reagiram com indignação patriótica contra seus professores franceses. Em 1858, o povo de Salvador insurgiu-se contra as francesas Filhas da caridade, que tentavam impor uma disciplina mais rígida às meninas que viviam na Santa Casa da cidade. Os velhos monges brasileiros ressentiam-se da nova onda de padres regulares vindos da Europa e os acusavam de racismo e arrogância.

Os novos padres brasileiros não ergueram a velha bandeira separatista. Eram patriotas, mas também totalmente leais à Igreja. Mesmo assim, seus sentimentos a respeito do Brasil causavam conflitos. **O nacionalismo opunha sacerdotes a leigos, bispos a pastores e padres a padres. O padre Cícero encarnou o novo nacionalismo clerical. Em 1889, em Juazeiro do Norte, Ceará, ele presidiu um suposto milagre: disseram que a hóstia da comunhão que ele deu a uma beata transformou-se no sangue de Jesus Cristo. A ideia de ocorrer um milagre em solo brasileiro foi inaceitável à hierarquia Ultramontana, especialmente a padres como os vicentinos franceses, que controlavam os principais seminários em Fortaleza, capital do Ceará.** O padre Cícero foi a Roma, apelou em vão contra a suspensão das suas ordens e contra a declaração do arcebispo de Fortaleza de que o milagre não tinha validade. Embora estimulasse o nacionalismo clerical, o padre Cícero procurou manter-se dentro da instituição. Demonstrou a dupla lealdade, a Roma e à Pátria, exigida dos padres brasileiros.

Outros clérigos levaram o bastão nacionalista no século XX. O cardeal Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro, juntamente com outros bispos, preocupava-se com a corrosão da identidade católica brasileira pela romanização. Entre 1900 e 1920, ele propôs várias vezes a fundação de uma ordem religiosa masculina exclusivamente brasileira. A Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora finalmente foi fundada em 1928.

Em 1910, um grupo de bispos eminentes criticou padres imigrantes cujos comentários em artigos na imprensa estrangeira haviam sido “injustos” por censurar os “costumes e o caráter do nosso povo e as qualidades do nosso clero”. **No mesmo ano, Dom Joaquim Silvério de Sousa, arcebispo de Diamantina, juntamente com outros bispos, redigiu uma carta exortando à paz interétnica. Recomendou que os padres regulares estrangeiros estudassem diligentemente o português e selecionassem colegas familiarizados com a cultura brasileira para trabalhar nas missões itinerantes, na confissão e no jornalismo. A carta aconselhava “o devido respeito às instituições e autoridades do país” e a naturalização apenas dos padres que tivessem “o sincero propósito de adotar como pátria o Brasil”. Os bispos queriam que os regulares melhorassem suas relações com os seculares nativos.** “Cuidado, pois, em tratá-los com aquela benignidade que os santos fundadores das comunidades religiosas tão zelosamente recomendam, e nada de críticas e menosprezo a respeito deles, não só entre os fiéis senão também com outros sacerdotes.”

Dom Duarte Leopoldo e Silva, bispo de Curitiba e posteriormente bispo de São Paulo, preconizou a integração cultural das populações de imigrantes europeus e seus padres. Exigiu que os missionários aprendessem o português e os restringiu a determinadas áreas de sua jurisdição. Em sua carta pastoral de 1922 comemorando o papel do clero na independência do Brasil, o arcebispo declarou que jamais se deveria separar o patriotismo do sentimento religioso. Por sua vez, os imigrantes, também nacionalistas, empenhavam-se obstinadamente em preservar a sua cultura. Padres de diferentes países chegavam a competir por território pastoral, como fizeram os capuchinhos franceses e os scalabrinianos italianos no Rio Grande do Sul. **O florescente nacionalismo brasileiro fomentou reações violentas contra ordens religiosas alemãs durante a Primeira Guerra Mundial, forçando congregações estrangeiras a franquear suas fileiras aos brasileiros e a**

transferir sedes provinciais (intermediárias) da Europa para o Brasil. (SERBIN, 2008, p. 136-138, grifo nosso)

Se, como se pode observar acima, existiram fatores internos que corroboraram para o estabelecimento de um nacionalismo católico – como a necessidade de pôr limites ao processo de romanização e de manter um espaço de atuação e identidade própria por parte do clero nacional – no plano externo, ou seja, naquilo que diz respeito à relação da Igreja com a sociedade, conforme tivemos a oportunidade de estudar, o nacionalismo foi um veículo que facilitou a penetração católica nas forças armadas. Por fim, não se pode esquecer que o internacionalismo proletário foi tomado como um estímulo pelos conservadores para, em reação, difundir um nacionalismo conservador religioso e antirrevolucionário.

Quanto às tradições analisadas, tanto a Páscoa dos Militares quanto a bênção das espadas tinham objetivos internos e externos. Internamente, buscava-se alimentar um sentimento de camaradagem, um sentimento de amizade imbuído do catolicismo antirrevolucionário para formar um grupo coeso e obediente às autoridades contra qualquer ameaça golpista/revolucionária. Esse grupo seria um símbolo nacionalista e republicano em favor da ordem e portador de uma identidade católico-militar. Externamente, buscava-se estreitar relações políticas, propagandear união, organização, competência, disciplina e lealdade ao regime. Mas, não somente isso. Buscava-se, inclusive, estimular uma sociabilidade entre os gêneros, tendo em vista a formação/manutenção da família católica patriarcal que defenderia as tradições do catolicismo reacionário. É sobre este aspecto, voltado para o campo externo, que se tratará no capítulo 4, ou seja, acerca dos projetos em relação à sociedade, em especial à família e à educação que, em consonância com o retorno da assistência religiosa ao Exército, recristianizariam o país, segundo projeto católico-militar.

Capítulo 4

O projeto educacional dos católicos-militares e a assistência religiosa às Forças Armadas

4.1) Retiros religiosos ou uma escola de disciplina: os jesuítas na (re)criação de mais uma tradição católico-militar

4.1.1) Aspectos introdutórios

Ao adentrar mais profundamente nas especificidades do projeto educativo católico-militar, é inevitável que se precise destinar certo tempo para refletir sobre a prática dos retiros religiosos. A retomada dessa prática antiga foi feita num âmbito internacional e não constituiu uma singularidade do catolicismo no Brasil. Também não se tratou de uma tática católica destinada apenas a conquistar militares, ou seja, é possível encontrar frequentes propagandas de retiros religiosos em periódicos católicos de caráter geral, como *A Ordem* e *A Cruz*, para os mais diversos públicos como, por exemplo, os universitários.

Assim, a novidade em questão que *O Centurião* nos apresentou refere-se ao fato de que essa técnica de conversão e alinhamento ideológico/político também encontrou acolhida no âmbito militar, sendo mais um dos meios de penetração do catolicismo nos aparelhos repressores do Estado.

Como já vimos anteriormente, foram adotadas diversas táticas para penetrar nas forças armadas. Nos capítulos anteriores, observamos o papel da Conferência de São Maurício e a forte atuação dos vicentinos, percebendo a força do caráter assistencial/material como ponto relevante para o crescimento dos grupos de católicos-militares. Notamos também, como as mais diversas crises econômicas (1922), políticas (Primeira Guerra Mundial e campanha presidencial de 1922) e até sanitária (a gripe espanhola), contribuíram no sentido de apresentar oportunidades para o projeto de fortalecimento do catolicismo na sociedade. As festas católico-militares, como a Páscoa dos Militares e a Benção das Espadas, foram estudadas de maneira que se pode depreender o papel do investimento na construção de tradições, como meio de educar e estabelecer vínculos sociais/políticos com elementos de dentro e de fora do Exército.

A contenda político-militar de 1922, conforme vimos anteriormente, representou um momento catalisador que dissolveu resistências na burocracia política e militar e permitiu um avanço católico que, em grande medida, tensionou os princípios constitucionais da laicidade e igualdade previstos na Constituição de 1891.

A promoção dos retiros religiosos foi mais uma das táticas adotadas pela UCM e pela Igreja Católica para a difusão de um catolicismo militante nas forças armadas.

Entretanto, quando explicitamos que os retiros religiosos foram uma das várias táticas utilizadas, é possível que não se perceba a importância dessa tática específica e o quanto que esta pode nos revelar acerca do projeto educacional católico-militar. Portanto, é preciso sublinhar que, dentre as táticas adotadas, os retiros possuíam demasiado valor e, por isso, dispendeu-se muita energia na sua promoção e realização.

Os retiros, como será possível observar minuciosamente, buscavam promover um sentimento de intimidade e solidariedade entre grupos heterogêneos, criando pontes para uma ação política mais eficaz. Além disso, a tática dos retiros também irá nos demonstrar o papel fundamental desempenhado por outra ordem religiosa; além dos já citados vicentinos, se observará, agora, a ordem dos jesuítas, protagonistas dessa prática, e representados, em grande medida, pelo padre Leonel Franca, figura de maior destaque dessa ordem, após a morte do padre Madureira.

4.1.2) Os retiros em *O Centurião* e o padre Leonel Franca

O padre Leonel Edgard da Silveira Franca foi um dos principais intelectuais católicos brasileiros no século XX. Se, ao longo da década de 1940, esse religioso realizou uma inflexão teórica que matizou o seu conservadorismo e o aproximou dos ideais da democracia liberal contra o conceito de totalitarismo, na década de 1920 e início da década de 1930, atuou de forma a reforçar a intolerância religiosa, em especial, contra o protestantismo. Leonel Franca seguiu uma linha de combatividade e intolerância, trabalhando também de forma decisiva em defesa do ensino religioso.

Sublinhar esses dois momentos bem distintos da sua trajetória intelectual (o conservadorismo/reacionarismo intolerante das décadas de 1920 e 1930, em oposição ao giro liberal, desenvolvido ao longo da década de 1940) é importante para impedir que a memória social contemporânea acerca do padre Leonel Franca nos leve a lançar um olhar anacrônico sobre a sua atuação no período de enfoque desta tese, ou seja, fins dos anos 1920 e início dos anos 1930.

A memória atual sobre o padre Leonel Franca está estreitamente relacionada ao segundo período da sua produção intelectual e política, ou seja, ao período em que o seu conservadorismo passou por uma reavaliação em consonância com o movimento realizado pela própria Igreja católica que, a partir de 1937, conforme o exposto na Encíclica “Mit Brennender Sorge”, iniciou o seu distanciamento da extrema direita. É nesse segundo período da sua trajetória intelectual, política e religiosa, que o padre

Leonel Franca esteve à frente do surgimento da Pontifícia Universidade Católica, uma das suas maiores conquistas e fato que marcou a sua imagem na memória da sociedade.

A publicação de um longo artigo do padre Leonel Franca em *O Centurião*, no ano de 1928, ou seja, dentro do intervalo daquilo que se classificou como o primeiro período da sua trajetória intelectual, conforme se verá adiante, é mais um indício do alinhamento do grupo católico-militar aos projetos políticos-culturais da Igreja de então, inclusos, com destaque, os planos educacionais católicos.

Os retiros religiosos eram vistos como uma **Escola**, ou seja, a UCM tentou (re)criar uma tradição nas forças armadas brasileiras, de teor claramente educativo. Essa tradição tinha um caráter educativo direto e explícito, não se disfarçando como uma celebração que transmitiria valores e conceitos de maneira indireta, como as observadas no capítulo anterior.

Para adentrar à prática dos retiros no âmbito militar, será exposto abaixo um trecho de um artigo do padre Leonel Franca que foi publicado nos exemplares 7 e 8 de O Centurião[27] :

> Retiros Fechados
> "Desejamos sumamente que o uso destes exercícios espirituais (de S. Ignácio), cada dia mais se propague, e que essas casas de piedade em que os fiéis se recolhem durante um mês inteiro, ou por oito ou, se tanto não puder ser, pelo menos dias, como a uma escola de perfeita vida cristã, sejam cada vez mais numerosas e florescentes." PIO XI
> I- QUE SÃO OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS?
> São um cenáculo de vida interior e recolhida, onde a alma, a sós, medita na presença de Deus, as grandes verdades que constituem o fundamento da nossa vida moral e religiosa... (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p. 18)

Podemos observar que o padre Leonel Franca abriu o seu texto demonstrando o apoio hierárquico que havia para a prática dos retiros religiosos, uma vez que o primeiro parágrafo se destinou a fazer uma citação do Papa Pio XI. Mas, quem foi Pio XI? Qual foi o significado do seu pontificado? O que podemos inferir através da sua menção?

Segundo Souza (2006):

> Pio XI, de nome Ambrogio Damiano Achille Ratti, nasceu na cidade de Desio, Itália, em 31 de maio de 1857, é o penúltimo de cinco filhos de Francesco Ratti e Teresa Galli. Aos dez anos ingressou no seminário menor de São Pedro Mártir em Seveso, continuou no seminário de Monza e concluiu no Colégio de São Carlos de Milão. Foi ordenado aos 22 anos, se doutorou em teologia, direito canônico e filosofia. Desde 1882 exerceu a

[27] Os referidos exemplares foram especialmente voltados para o estímulo aos retiros católico-militares.

> docência, ocupou a cátedra de teologia, hebraico e de oratória sacra. Em 1907, tornou-se prefeito da Biblioteca Ambrosiana de Milão e em 1914, prefeito da Biblioteca do Vaticano. **Em 1917, Bento XV enviou ao Pe. Ratti a servir como visitante a Poe em 1918, como núncio apostólico na Polônia; foi uma época de conflito onde ele presenciou a invasão e derrota do exército vermelho soviético em Varsóvia.** Em 1921 foi nomeado cardeal e arcebispo de Milão. Passados alguns meses, Bento XV morre e no conclave de 6 de Fevereiro de 1922 foi eleito o Cardeal Ratti, escolhendo o nome de Pio XI, governou até sua morte, ocorrida no dia 10 de Fevereiro de 1939. (SOUZA, 2006, p. 41, grifo nosso)

Do fragmento biográfico acima exposto, o período em que Pio XI esteve na Polônia mereceu destaque, em razão do seu embate contra o comunismo soviético. Logo após essa estadia na Polônia, foi elevado à condição de cardeal e arcebispo de Milão. Outros autores também sublinharam o elevado conservadorismo desse pontífice. Mainwaring (2004) é mais um exemplo enfático desse enfoque:

> Sob Pio XI, os movimentos da ação católica tornaram-se peças-chave dentro da Igreja. Pio XI julgava os partidos políticos como sendo demasiadamente divisionistas, mas, mesmo assim, buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos. Ele apoiou diretamente e encorajou Dom Sebastião Leme em seus esforços para promover a restauração católica.
> A Igreja começou a formular uma doutrina social mais progressista durante o papado de Leão XIII (1878-1903), especialmente através da Rerum Novarum em 1891. Essa encíclica marcava a aceitação tardia do mundo moderno pela Igreja depois de seu combate aberto contra a modernização durante grande parte do século XIX. Mas, embora clamasse por uma ordem social mais justa e por um equilíbrio entre o trabalho e o capital, sua doutrina social continuava a conter elementos conservadores. **O Papa Pio X (1903-1914) repudiava os esforços no sentido de se fazer uma adaptação ao mundo moderno, e Benedito XV (1914-1922) e Pio XI (1922-1939) eram fundamentalmente conservadores. Numa importante encíclica emitida em 1937, Pio XI condenava o comunismo como sendo intrinsecamente errôneo, e por toda a Europa a Igreja alinhou-se às forças conservadoras nos anos 20 e 30.** Somente depois dos fascistas terem tentado suprimir a Igreja que a instituição começou a fazer críticas contra Mussolini e Hitler. Na Espanha, os bispos insistiam para que os católicos apoiassem as forças de Franco. **Os levantes revolucionários durante o reinado de Pio XI, especialmente os violentos movimentos anticlericais na União Soviética, no México e em outros países latino-americanos, reforçaram a natureza conservadora do pontífice.** (MAINWARING, 2004, p.43-44, grifo nosso)

Mais uma vez, Pio XI teve o seu anticomunismo destacado. O seu conservadorismo também mereceu menção, bem como a sua atuação em favor de uma dinamização da militância católica. O padre Leonel Franca, como se poderá confirmar, estava plenamente alinhado a esses posicionamentos, tal qual o Centurião e a União Católica Militar. Este é o sentido da menção ao papa, logo na abertura do texto do

religioso, isto é, sublinhar o posicionamento ideológico e o endosso papal à tática dos retiros.

Nascido em 1893, o padre Leonel Franca era natural do Rio Grande do Sul, mais especificamente, da cidade de São Gabriel. De acordo com Souza e Fabricio (2016):

> Os estudos secundários foram realizados no **Colégio Anchieta de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, dirigido pelos jesuítas.** No ano de 1908 decidiu entrar para a Companhia de Jesus. Os cursos de filosofia e teologia foram realizados na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Onde também foi sagrado sacerdote em 1923. Leonel Franca foi marcado por aquilo que chamava de "sacerdócio intelectual", pois dedicou a maior parte de sua vida a escrever obras apologéticas, educacionais, a assessorar os diversos grupos de intelectuais católicos e mesmo órgãos do Estado brasileiro. **Foi no campo educacional que teve a sua maior obra, a fundação da Pontifícia Universidade Católica do Brasil.** Franca faleceu em 1948, vítima de endocardite.
> Foi através de sua produção intelectual que Leonel Franca demonstrou seu inequívoco pertencimento às correntes renovadoras do tomismo e **conseguiu consagrar-se como um dos maiores intelectuais católicos no Brasil da primeira metade do século xx.** Na década de 1950 a Editora Agir reuniu as obras completas do Pe. Franca em quinze volumes. A sua produção iniciou-se no ano de 1918, com Noções de história da filosofia. Este livro teve mais de vinte edições e, seguramente, formou muitas gerações de estudantes. **A Igreja, a Reforma e a Civilização foi outro livro de grande sucesso, produzido em 1922 a obra inaugurou uma polêmica com vários pastores protestantes que se arrastaria ainda por vários anos e em mais dois livros e muitos artigos.** A este livro seguiu-se vários outros, como O divórcio, **Ensino religioso ensino leigo**; Psicologia da fé, Liberdade e determinismo e sua maior obra, A crise do mundo moderno (1941). (SOUZA e FABRICIO, 2016, p.49, grifo nosso)

Do fragmento acima, queremos destacar três pontos. Primeiro, o destaque do já referido Colégio Anchieta de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, espaço jesuíta de importante socialização e multiplicação conservadora, ao menos nas primeiras décadas do século XX. Em segundo lugar, podemos destacar a importância da questão educacional na vida e obra do padre, um fator integrador, ou seja, elemento que atravessou toda a sua trajetória. Por fim, um terceiro ponto é o embate do padre Leonel Franca contra o protestantismo, em especial na década de 1920. Souza (2016) fez uso do termo "polêmica", na citação acima. O uso de tal palavra confere uma conotação muito suave às colocações do padre Leonel Franca em *A Igreja, a reforma e a civilização*.[28] A

---

[28] Segundo Vaz (1998), quando Franca ainda estava na Europa, tomou conhecimento do livro do paulista Eduardo Carlos Pereira, intitulado *O problema religioso na América Latina*, e escreveu *A Igreja, a reforma e a civilização*, como uma resposta ao pensamento de Pereira. De acordo com Gutierres (2010), Pereira argumentou em sua obra que a diferença de progresso entre as nações anglo-saxônicas e as da América Latina não se devia às questões raciais, nem climáticas, mas a uma questão religiosa, ou seja, o catolicismo seria o responsável pelo atraso do Brasil e demais nações latino americanas. Franca(1922) contra-argumentou atacando o protestantismo.

leveza do termo polêmica não permite que dimensionemos de maneira justa o papel social exercido pelo religioso.

Franca (1922) tinha uma visão de mundo que, em muitos aspectos, coincidia com as características do pensamento de Joseph de Maistre (1797) sobre as quais se discorreu no capítulo 2, ou seja, o padre defendia que a decadência do mundo e da civilização eram provenientes de um período anterior à criticada Revolução Francesa. A origem dos males estaria na Reforma Protestante, que teria trazido um individualismo pernicioso e abalado as estruturas hierárquicas da sociedade, ao enfraquecer o princípio da autoridade.

Franca, ao longo das décadas de 1920 e 1930, assumiu uma postura de guerra contra o protestantismo, não tolerando as premissas laicas de igualdade e convivência harmônica. Este teor de agressividade contra os protestantes manifestou-se repetidas vezes em O Centurião, ou seja, publicamente, por escrito, no periódico da UCM. Como teria se manifestado esse espírito anti-protestante na vida cotidiana da caserna militar? Os indícios sugerem que a pressão contra a diversidade religiosa era considerável.

O apego de Franca à questão da autoridade, demonstrada logo na abertura de seu artigo publicado em O Centurião, quando foi feita uma citação do Papa, é um dos fatores de aproximação entre católicos e militares. Em um momento em que a hierarquia militar se via ameaçada por revoltas tenentistas, o discurso em favor da autoridade se demonstrava bastante oportuno para traçar uma ponte de reaproximação.

Franca (1922), diferentemente das obras até aqui abordadas de Jackson de Figueiredo (um leigo), por ser um religioso, concentrava os seus ataques na discussão religiosa. Desta feita, aspectos doutrinários receberam uma atenção muito mais detalhada, como, por exemplo, na sua discussão sobre os porquês da autoridade Papal e as justificativas da proeminência de Pedro sobre os demais apóstolos.

Retornando ao artigo de Franca publicado em O Centurião, pode-se ver que os retiros religiosos foram apresentados como uma espécie de contraponto ao chamado mundo moderno, como um local onde se poderia estar protegido de influências maléficas. O mundo é apresentado como um lugar perigoso, no qual a religião e os retiros poderiam oferecer proteção:

Retiros Fechados...

I- QUE SÃO OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS?

I- São um cenáculo de vida interior e recolhida, onde a alma, a sós, medita na presença de Deus, as grandes verdades que constituem o

fundamento da nossa vida moral e religiosa. **O mundo moderno, agita-se numa atividade febril, desconhecida das antigas eras. A preguiça é dos pecados capitais o que está menos na ordem do dia. Mas agitação de sonâmbulo, que se move, inconsciente da finalidade de seus movimentos. Que caso se faz do essencial? Qual é o fim último da nossa vida terrena? Qual o nosso dever fundamental de homens e cristãos? Quando a morte puser um termo irrevogável a esta série de ocupações efêmeras que hoje nos absorvem, como preparar-nos para a vida que não tem fim? Como assegurar a salvação eterna de nossa alma? Aí estão questões de nossa alma?** Aí estão questões de uma importância vital. Delas ninguém se pode desinteressar. Quando se acham em jogo os nossos destinos eternos, que se podem resolver na terrível alternativa de uma felicidade sem termo ou de uma catástrofe sem remédio, toda a solicitude é pouca, não há segurança que seja demasiada. Mas, entre as distrações do mundo moderno, entre as preocupações da vida doméstica, no redemoinho dos negócios e interesses materiais, não há a paz, a tranquilidade que exige a meditação séria e profunda dos nossos grandes deveres. Os exercícios espirituais fechados arrancam a alma deste ambiente terreno e dissipado, e, por poucos dias, a envolvem de uma atmosfera celeste, pura e suave, preparada para facilitar a grande obra da regeneração moral...

... SÃO UM REMANSO DE PAZ

A paz é a tranquilidade da ordem. No homem, a ordem essencial exige a subordinação das paixões e dos apetites inferiores à vontade iluminada pela razão e pela fé: ordem interior na hierarquia das nossas faculdades, ordem exterior na submissão perfeita da criatura a Deus. Sem esta ordem, haverá dissipação, atordoamento, preocupação distrativa de negócios; paz interior, nunca. Se quereis gozar desta felicidade inefável, - a única possível na terra, - de poder descer tranquilamente até ao fundo da vossa alma para aí encontrardes o sorriso de Deus na voz da consciência – recolhei-vos ao remanso de um retiro, purificai-vos sinceramente de vossas desordens passadas e encontrareis o segredo da vida feliz na terra. Não são estas simples afirmações teóricas: é a lição da experiência cotidiana. Encher-se-iam volumes com as expansões de jubilo, de contentamento interior, de entusiasmo, colhidas nas cartas de quantos tiveram a ventura de fazer os exercícios espirituais fechados. Dúvidas? Experimentai e vereis. Ninguém ainda se arrependeu de haver feito um retiro. (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p. 18-19, grifo nosso)

O mundo moderno é apresentado como perigoso por ser de uma atividade intensa, mas inconsciente. As pessoas estariam alienadas da sua finalidade no mundo. Nos retiros, se encontraria proteção, porque ali seria possível encontrar a paz, a ordem e autocontrole. Longe das distrações modernas, ocorreria a regeneração moral, a aquisição da consciência de um sentido que não existiria no mundo moderno. Essa conscientização estava relacionada com uma forte preocupação educacional e a visão dos retiros como um espaço educativo-disciplinar.

Nesta direção, Franca argumentou:

Retiros Fechados...

I- Que são os exercícios espirituais?...

II-SÃO UMA ESCOLA DE DISCIPLINA DO CARÁTER CRISTÃO

> **Sem profundas convicções de grandes ideais, sem energia e constância de vontade não há caráter. Se estes ideais são as verdades sublimes do cristianismo, se esta constância do querer é fortificada e sobrenaturalizada pela graça, tendes o caráter cristão. Como formá-lo?** O ideal é uma verdade superior que se apodera da consciência, subordina a si as outras ideias e imprime a toda a vida uma orientação segura, constante, elevada. **Só no silêncio da solidão, num recolhimento intenso, na concentração de meditações continuadas, é que se opera lentamente este trabalho interior da formação de um ideal.**
> Estas mesmas causas, como atuam na inteligência, iluminando-a com a luz dos grandes princípios, influem poderosamente na vontade fortificando-a com o vigor dos grandes propósitos e a seriedade das resoluções viris.
> **Aí tendes o trabalho do homem na disciplina do caráter cristão.** E a ação divina? A experiência demonstra que os exercícios espirituais são abençoados com uma efusão superabundante de graças celestes. Aos esforços do homem para se aproximar de Deus costuma corresponder Deus com a grandeza invencível de suas misericórdias. Graça e natureza unem-se então numa colaboração íntima e foi sempre na escola do recolhimento e da meditação que se temperaram os grandes caracteres da santidade desde S. Paulo até S. Francisco Xavier. (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p. 18, grifo nosso)

Franca, no fragmento acima, chamou atenção sobre os aspectos formativos relacionados à escola de disciplina e ao período de isolamento e às “meditações continuadas”. Por “meditações continuadas” e “escola de disciplina” se está a fazer referência aos exercícios espirituais dos jesuítas da Companhia de Jesus. Para enxergarmos o ocorrido nesses retiros, com um pouco mais de acuidade, é importante recuperarmos alguns aspectos das origens da ordem dos jesuítas e seus métodos.

Afinal, o que são os exercícios espirituais mencionados pelo papa, na citação efetuada pelo padre Franca? A explicação do padre jesuíta de que os exercícios são um lugar de paz, um contraponto ao mundo moderno, como já mencionamos acima, ou, conforme o último fragmento, uma escola de disciplina, não nos permitem ver de maneira específica quais tipos de práticas ou atividades são, de fato, executados em tais retiros.

Os exercícios espirituais em questão são uma criação de Ignácio de Loyola, o fundador da Companhia de Jesus, a ordem dos jesuítas. O surgimento desses exercícios está relacionado com a sua trajetória em direção ao universo religioso e, portanto, é necessária uma contextualização.

Nascido no ano de 1491, Loyola teve os anos iniciais da sua vida adulta voltados para a carreira militar. Contudo, ferido em batalha, no ano de 1521, passou por uma

série de problemas de saúde relacionados às fraturas ocorridas nas suas pernas e às cirurgias que precisou realizar. Passou por um longo período de convalescença durante o qual se aproximou da religião, em especial por meio da leitura de duas obras: *A vida de Cristo* e *A legenda dourada*.[29] Em "*A legenda dourada*", encontrou representações da vida de santos e mártires do universo católico. Em "*A vida de Cristo*", além do relato sobre a vida de Jesus, encontrou a recomendação para que fizesse uma peregrinação à Jerusalém (GUILLERMOU, 1973, p. 11).

Tão logo obteve a sua recuperação, buscando abraçar uma vida religiosa, decidiu peregrinar rumo à Jerusalém no propósito de expiar as faltas que julgara ter cometido em relação aos princípios cristãos. Imbuído desse propósito, teria se desfeito dos seus bens materiais, passou a fazer jejuns, a pregar para crianças e penitentes e a se instruir por meio da literatura religiosa à qual teria tido acesso (GUILLERMOU, 1973, p. 12).

Chegou à Jerusalém, conheceu o lugar, mas, não lhe foi permitido que se estabelecesse por ali, tendo sido obrigado a retornar. O seu trajeto até Jerusalém e as suas pregações atraíram desconfianças e, dessa forma, contornando as perseguições, iniciou os seus estudos no sentido de se incorporar aos quadros da Igreja Católica. Nesse processo, foi obrigado a se mudar algumas vezes, saindo da Espanha, seu lugar de origem, para completar os seus estudos na França. Chegou a ser preso e interrogado algumas vezes durante o seu período de formação (GUILLERMOU, 1973, p. 28).

Em 1534, firmou com alguns amigos religiosos, o pacto fundador da Companhia de Jesus que, em 1540, foi aceita pelo Papa Paulo III (GUILLERMOU, 1973, p. 31-32). Mas, quem são esses amigos? Como chegaram a Inácio?

Chegaram por meio dos exercícios espirituais. Esses exercícios foram sendo elaborados ao longo de anos por Inácio, ao longo das pregações que este realizava, mesmo durante o seu período de formação. A tais exercícios atribui-se a conquista dos primeiros membros da Companhia de Jesus, os referidos amigos. Os resultados e reações aos exercícios eram alvo de anotações por parte de Inácio, em seu diário, no qual, também, tomava nota dos seus estudos religiosos (GUILLERMOU, 1973, p.20).

Acerca dos exercícios espirituais, Hernandes (2008):

---

[29] Em *A Legenda Dourada* temos narrativas sobre a vida e obra de santos e mártires católicos. Segundo Guilhermou (1973), ali temos uma galeria de retratos em cores, associada a narrativas fantásticas, que incitaria o leitor a conhecer o Senhor a quem os personagens dedicavam a sua vida. Em *A vida de cristo*, Guillermou (1973) indica que se trata de uma obra em quatro volumes mais um prólogo que descreve de forma pormenorizada a vida de jesus e recomenda a peregrinação a Jerusalém, o que de fato foi feito, posteriormente, por Inácio.

> Os Exercícios Espirituais, creio que é possível dizer, são o embrião e estão na raiz da Companhia de Jesus, tanto na educação inicial dos jesuítas como no método de educação cristã para o povo (ainda hoje os Exercícios Espirituais são forte instrumento de formação cristã).
> ... no percurso, para a salvação da Jerusalém terrestre e celeste, é que formulará os Exercícios Espirituais... a aplicação dos exercícios foram importantes para a reunião dos primeiros companheiros... dificuldades... trouxeram para Inácio e esses companheiros com o Tribunal da Inquisição, quando aplicados ao povo. (HERNANDES, 2008, p.292-293)

Dado o exposto até o momento, deve-se observar que a origem dos exercícios espirituais, aplicados pelos jesuítas aos católicos-militares está no século XVI, período da Reforma e da Contrarreforma, época em que a Inquisição estava bastante ativa em seu combate às heresias e que a intolerância e as guerras religiosas estavam se multiplicando por toda a Europa.

De acordo com Hernandes (2008), a finalidade dos exercícios espirituais seria:

> ...levar o praticante a um encontro e diálogo com Deus. Diálogo conseguido a partir da transformação do exercitante em uma personagem a viver (enquanto representação) a História da Salvação do povo de Deus, por meio de exercícios metódicos e rigorosos para o espírito, tal quais os soldados faziam para o corpo, e encontrar-se (em um palco imaginário) com as divindades. Ao construir esse método Inácio parece ter ido ao encontro do desejo de cristãos que viviam a crise religiosa intensa do século XVI, o de fazer vir à cena o sedutor mito do cristianismo primitivo (FEBVRE, 1968), o sacrifício de Cristo, e mais do que isso, promover um encontro do fiel com esse sacrifício fazendo-o sentir-se um ator dessa história. (HERNANDES, 2008, p. 294)

Os Exercícios acima mencionados são uma espécie de atividade teatral e imaginativa, por meio da qual a pessoa seria conduzida a se colocar no papel de determinado personagem, em um processo no qual surgiria a empatia, aflorariam emoções e os valores e ideais desejados pelo condutor seriam melhor assimilados.

Segundo Hernandes (2008), trata-se de:

> ... um método rigoroso, os Exercícios Espirituais, extremamente sedutores, de como conduzir praticantes a uma vida interior, em que demônios e santos disputam-lhe o espírito em um drama, cujo vencedor é, obviamente... (HERNANDES, 2008, p. 293-294)

Tais exercícios espirituais, chegaram ao século XX, buscando-se alcançar os melhores resultados na formação de individualidades alinhadas aos projetos católicos de então. Nesse contexto, a demonstração da dimensão internacional era, também, um meio de obtenção de legitimidade. O exemplo de países europeus, “civilizados”, seria

um indicativo do caminho a ser seguido, dentro da nossa herança colonial. Dessa forma, o padre Leonel Franca propagandeou no periódico católico-militar:

> **RETIROS FECHADOS...**
>
> **... O ESTÍMULO DO EXEMPLO**
>
> **Nada prova melhor a atualidade e universalidade dos exercícios espirituais do que o seu maravilhoso incremento em todos os países civilizados.** A estreiteza de espaço obriga-nos a limitar as nossas estatísticas. Pena! Os números são tão eloquentes!
>
> Na França, de 1921 a 1922, só a ASSOCIAÇÃO CATÓLICA DA JUVENTUDE FRANCESA, promoveu cerca de 2000 turmas de exercícios a que assistiram 40000 dos seus jovens associados.
>
> Na Itália, fundaram-se em 1907 os exercícios fechados para operários.
>
> Não obstante as dificuldades do começo, em 1915, já haviam passado pelos retiros 10128 operários. Atualmente 144000 católicos fazem todos os anos o seu retiro.
>
> Na Alemanha, o progresso dos exercícios é admirável. A casa de Tisis, perto de Feldkirch, de 1896-1911, hospedou 27359, entre jovens e adultos; a de Munster na Westphalia, de 1902-1918, 25256, quase todos operários; a de S. Miguel em Steyl, de 1877-1914, 76000 exercitantes. Em Falkenburg, no colégio de S. Inácio, de 1884-1918, deram-se 2575 turmas de exercícios. Calculando uma média de 50 exercitantes por turno, chega-se à magnífica cifra de 128750 exercitantes. Em 1905, inauguram-se os exercícios fechados para soldados; em pouco mais de 10 anos, 44966 militares fizeram seu retiro. Atualmente, há na Alemanha, 70 casas unicamente destinadas a retiros e mais de 150 em que se dão também, periodicamente, turnos de exercícios.
>
> A todos os países, porém, pela extensão e organização da obra, leva indiscutível vantagem a Holanda. Em 1906, só havia uma casa para exercícios espirituais.
>
> Em 1911, o seu número já se elevava a 11, as turmas de exercícios a 5339 e o total dos exercitantes a 247807, isto é, a 10%, da população católica do pequenino país do norte. As duas casas mais importantes, a de Manresa em Venloo e a de Loyola em Vught, Albergan, cada uma, anualmente, cerca de 4000 homens de todas as condições sociais. De 1921 para cá, a prática dos exercícios fechados tem-se vulgarizado tanto, que hoje pode dizer que na Holanda todo o bom católico faz o seu retiro.
>
> Tomando, porém, por base as cifras de 1921 e calculando em 35 milhões a população atual do Brasil, proporcionalmente deveria hoje o nosso país contar cerca de 154 casas de exercícios e subir a 3500000 os católicos que já houvessem beneficiado dos seus frutos salutares de regeneração cristã.
>
> Por que não há de emular a generosidade brasileira estes nobres exemplos?
>
> Por que não se há de difundir amplamente, entre nós, o uso de um meio tão poderoso de reabilitação moral e social?
>
> Fé, ação e sacrifício
>
> P. Leonel Franca S. J. (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p. 20-21, grifo nosso)

O artigo do padre Leonel Franca em O Centurião era um texto de propaganda e o público alvo dos retiros foi definido da seguinte forma:

> **RETIROS FECHADOS...**
>
> **II-Para quem são os exercícios espirituais?**

De poucas obras católicas se pode afirmar com tanta verdade como dos exercícios: é uma obra para todos. Da sua própria natureza nasce-lhe esta universalidade.
Quem há que não precise, de quando em quando, recolher-se na solidão e repensar diante de Deus as grandes verdades religiosas e morais de que depende a sua verdadeira felicidade? Quem há que não sinta necessidade de revigorar periodicamente a têmpera de seu caráter, contra as influências degradantes das paixões e do ambiente corruptor? Quem há, enfim, que não experimente, às vezes, mais viva e profunda, a aspiração, à paz interior na amizade de Deus?
Não há, pois, limitar a ação benéfica dos exercícios; todas as idades e condições sociais, todos os estados e profissões podem participar dos seus frutos salutares. Mesmo para as mais variadas disposições de alma oferecem os exercícios uma solução feliz.
Crescestes na ignorância religiosa, vivestes até agora numa atmosfera indiferente ou mesmo hostil às práticas de piedade e sentis certo mal estar interior, um desejo vago de encarar com mais seriedade o problema fundamental da vida? Recolhei-vos ao silêncio de um retiro. A meditação tranquila das grandes verdades eternas iluminará a vossa alma e, sem remorsos de consciência, podereis dar uma solução acertada à questão vital da vossa verdadeira felicidade.
Conservais ainda viva e inteira a fé dos dias da vossa infância, mas, no meio das seduções do mundo e das tentações da juventude, já não sentis força de ajustar as vossas ações à norma da moral católica? Sai, por alguns dias deste ambiente fascinador, retemperai a vossa alma nos exercícios espirituais da vida ascética, e experimentais, pouco a pouco, sob a influência da graça divina, como a vontade fortificada se eleva ao nível superior da inteligência e se restabelece na vossa vida religiosa esta harmonia entre a fé e a moral, segredo da paz e da felicidade.
Sois católico de fé e de ação, convencido e praticante; quereis animar toda a vossa vida e atividade com o sopro vivificante do cristianismo? Para vós, de modo particular, são os exercícios espirituais. A alma da ação católica é a vida interior. Sem espírito de abnegação e sacrifício, sem muito amor de Deus e do próximo, sem vida eucarística, nossa atividade apostólica está irremediavelmente condenada à esterilidade. Ora, os exercícios espirituais são a melhor escola da vida sobrenatural. Instituição católica cujos membros se retemperam periodicamente nos retiros fechados, será necessariamente instituição florescente, ativa, eminentemente conquistadora.
Ouvi a um grande organizador da ação social francesa, o conde Alberto de Mun, falando da influência dos retiros na obra dos círculos católicos de operários: “Quem não fez a experiência não sabe o que valem três dias passados assim na meditação, arrancados ao ruído, às agitações, ao cuidado dos negócios, dados à reflexão e ao exame leal de si mesmo. Atrevo-me a afirmar que, para a vida particular como para a vida pública, para os deveres da família como para as funções sociais, para os homens de estado como para os simples particulares, não há preparação mais forte e mais salutar.”
“O retiro tornou-se para nós uma verdadeira escola de aplicação. Quantos tomaram nos nossos quadros lugar verdadeiramente ativo, quantos foram para o nosso secretariado geral agentes dedicados de propaganda, formaram-se em Athis.”
“Lá se temperaram, na robusta educação da inteligência e da vontade, caracteres que nenhuma contrariedade pode jamais abalar; lá, no entusiasmo cavalheiresco, resoluções generosas transformaram cristãos tímidos em apóstolos ardentes; lá, na intimidade de longas conversas, travaram-se amizades fecundas, unidas para sempre pelo vínculo indestrutível da mais estreita comunhão de ideais.” (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p.19, grifo nosso)

Para compreender melhor o artigo do padre Leonel Franca sobre os retiros religiosos, foi necessário ir além da consulta aos livros elaborados pelo próprio padre e da bibliografia existente sobre esse autor religioso. Foi necessário consultar outros jornais religiosos para averiguar como os retiros religiosos estavam sendo propagandeados na década de 1920 e início da década de 1930.

Dentre os jornais consultados, destacaram-se os resultados obtidos na pesquisa sobre o jornal A Cruz, da paróquia São João Batista na cidade do Rio de Janeiro. Não foi suficiente resgatar as origens dos exercícios espirituais dos jesuítas, porque também foi e é preciso entender de qual forma esses exercícios estavam sendo apropriados no Brasil, na década de 1920.

A título de contraste, comparemos os fragmentos acima do texto do padre Leonel Franca com um artigo acerca da estratégia católica para os retiros espirituais no Brasil, publicado em A Cruz, no dia 22 de março de 1925, ou seja, três anos e nove meses antes do texto publicado em O Centurião:

> Ação Católica
> Informação e formação
> Confederação Católica do Rio de Janeiro ...
> IV
> Um congresso para fomentar a obra dos retiros fechados para homens
> A associação dos antigos retirantes, Canadá, promoveu grande e solene reunião geral de seus membros. Mais de 500 pessoas tomaram parte nesse congresso, cujo único objetivo foi – estudar os meios práticos da maior eficácia possível para os retiros fechados.
> Verificou-se que há casas para retiros fechados de homens nas principais cidades do Canadá, sobressaindo, pela regularidade com que se repetem os retiros, duas na cidade de Montreal, uma em Quebec e duas outras, respectivamente, em Aperbroockei e em Rimonski.
> Não se contam os colégios masculinos e femininos em que, na estação da férias, se sucedem diversos cursos de retiros fechados. Não só os superiores dos colégios como as respectivas congregações dirigentes disputam a honra de fazerem não pequenos sacrifícios em favor das obras dos retiros. Assim, é que, logo após ao encerramento do ano escolar os colégios abrem de par em par as suas portas para receberem numerosos grupos de retirantes. Já não se fala em retiros fechados para senhoras, que por frequentes e comuns, deixam de chamar a atenção pública. **Nota-se que nenhum desses retiros dura menos de três dias completos.**
> Dada a facilidade com que os grandes colégios se abrem para os retiros, compreende-se que em Montreal mais de dois mil homens façam o retiro anual, e, em Quebec, mais de mil, em Trois-Riviéres, Sherbrooke, etc., algumas centenas o façam também.
> No congresso ultimamente realizado, foi posto em foco o seguinte problema:
> **Quais os homens que de preferência devemos convidar, docemente forçando-os a fazerem o seu retiro fechado?**
> Na impossibilidade material e moral de conseguirmos que todos os nossos homens façam o retiro anual, assim escreveu o relator, **devemos visar especialmente os homens em condições de exercer certa influência em torno de si. Eles constituirão uma elite de verdadeiros apóstolos.**

> **Interessante e oportuno se nos afigura este parecer discutido e aprovado no congresso da A. dos retirantes do Canadá, porque é estímulo a que no Brasil a propaganda para os retiros fechados de homens obedeça a critério idêntico desde os seus inícios.**
> Homens que, por sua profissão, podem exercer magnífico apostolado, se passarem três dias nas forjas admiráveis dos retiros espirituais. Quanto católico há por aí que exemplarmente cumpre os seus deveres religiosos, mas foge da ação católica, de seus círculos e associações, privando a Igreja e as almas de sua cooperação! Se ele compreendesse bem o valor das almas, teria, acaso, coragem de se contentar de fazer privadamente as suas orações, descurando o interesse espiritual do próximo! Se amamos a Jesus Cristo, como ficam inativos e indiferentes diante da ignorância, menosprezo e ódio em que vivem tantos com relação a nosso mestre e nosso senhor?
> E indubitavelmente que depois de um retiro espiritual não há católico que possa continuar alheio às pacíficas batalhas do apostolado social. Daí, o acerto da moção aprovada pelo congresso do Canadá. **Se cada retirante sai apóstolo, e óbvio que para os retiros devemos preferir os homens que maiores possibilidades ofereçam de apostolado**.
> Outro problema de real interesse estudado na assembleia dos antigos retirante do Canadá, foi este: **Quais os meios mais eficazes para conseguir que os homens façam seu retiro fechado?** Depois de longas e luminosas discussões, o congresso votou e unanimemente recomendou as seguintes práticas indispensáveis nas grandes cidades:
> a) **Convite impresso do vigário**, que deve ser nominalmente endereçado aos principais homens da paróquia, pertencentes à classe à qual se destina o retiro;
> b) Convite e **exortação pessoal do vigário**, etc.
> c) **Publicação e difusão de algum folheto ou folha que explique a necessidade e as vantagens do retiro**;
> d) Pôr-se em contribuição inteligente e sistemática o zelo das senhoras, mães, esposas, irmãs e filhas, para o que daria grandes resultados uma reunião simultânea das associações femininas e, talvez das famílias católicas da paróquia;
> e) **Notícias e anúncios profusos por todos os jornais, com indicação precisa das condições de inscrição, hora, local**, etc.;
> f) Formação de comissões que realmente possam desenvolver atividade;
> g) O maior, o mais necessário e importante recurso para conseguir bons retiros espirituais é a propaganda individual, isto é, desenvolvida de indivíduo a indivíduo. (A CRUZ, n. 13, 1925, p. 3, grifo nosso)

Comparando-se o texto acima, de A Cruz, com o texto do padre Leonel Franca publicado em O Centurião, podemos observar que o publicado pela UCM era uma obra de propaganda, enquanto o exposto pelo periódico da Paróquia São João Batista no Rio de Janeiro era um artigo de análise. Desta maneira, podemos perceber uma forte contradição no que diz respeito ao público-alvo.

Enquanto o padre Leonel Franca dizia que os retiros fechados eram para todos, o artigo analítico reconhecia a impossibilidade de atrair todos e, portanto, recomendava o foco em um público específico: os homens de maior influência. O objetivo era formar uma elite que, posteriormente, ampliaria o alcance da mensagem.

A defesa da formação de uma elite por meio dos retiros fechados, em A Cruz, não foi um caso isolado, influenciado pelo congresso ocorrido no Canadá. A ocorrência desse evento apenas reafirmou uma convicção já professada em 1923:

> "Iniciativas importantes"
> **São os retiros os meios mais adequados de pronta e decisiva ressureição espiritual. Não há inveterados ou negligentes que resistam às graças de um retiro bem feito.**
> **Se conseguíssemos formar uma elite, por pequena que fosse**, poderíamos alimentar a certeza de que em breve reformaríamos a nossa sociedade.
> Ora, em gênero de fé e costumes, a única escola segura em que os homens aprendem a elevar-se acima da turba multa das mediocridades, são os retiros espirituais.
> Fala-se muito em ação católica, jornalismo católico, política católica, mas, infelizmente para nós – aí está a experiência de outros países – é certo que nenhum movimento católico logra expansão e eficiência, quando não parte da formação de um pugilo, ao menos, de espíritos realmente superiores. Temo-los, mercê de Deus, os nossos espíritos superiores, mas forçoso é confessar que eles próprios, quando se dão ao trabalho de formação de outros elementos, parecem contentar-se, não raro, com mediocridades intelectuais, mediocridades espirituais, mediocridades morais, mediocridades, enfim. Daí o não formarem escola, o serem chefes sem bando, vozes esparsas que podem até morrer sem o conforto de após si deixarem que lhes prolongue o eco. (A CRUZ, n. 35, 1923, p.2, grifo nosso)

Dentro da estratégia enunciada em A Cruz, em 1925, o texto do padre Leonel Franca corresponde ao item c ("**Publicação e difusão de algum folheto ou folha que explique a necessidade e as vantagens do retiro")** da enumeração de meios eficazes para se conseguir que os homens fizessem um retiro fechado. O item e ("**Notícias e anúncios profusos por todos os jornais, com indicação precisa das condições de inscrição, hora, local")** também foi contemplado no exemplar número 7 e 8 de O Centurião, ou seja, nos mesmos números em que se publicou a propaganda do padre jesuíta Leonel Franca:

> Retiro em Friburgo
> Realiza-se do dia 26 a 30 do mês corrente o retiro espiritual dos militares em Friburgo. O embarque será na Estação de Maruhy em Niterói pelo trem de 16 e 25 minutos do dia 26 e o regresso será no dia 30 pelo trem de 14 e 25 em Friburgo.
> Os participantes deverão tomar no cais Pharoux a barca de 15 e 10 minutos e em Niterói se entenderão com o tenente Barreto que prestará os esclarecimentos que julgarem necessários. (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p. 21)

A propaganda do retiro ainda contou com uma segunda nota, assinada pelo coronel Eduardo da Silva, presidente da UCM (e também "camarada e amigo"), que, até

então não havia se manifestado em nenhum outro exemplar, o que atesta a importância dada à iniciativa dos retiros:

> SNR.
> Realizando-se o Retiro espiritual para os militares em 27, 28 e 29 de dezembro do corrente ano, rogamos a vossa participação nesta obra de grande alcance espiritual.
> Este exercício realizar-se-á no Colégio Anchieta, em Friburgo, sendo o embarque na Estação Maruhy em 26 à tarde e o regresso no dia 30. A contribuição para a mantença, bem como transporte será de R$ 65$000 (sessenta e cinco mil reis) que podem ser entregues de uma feita ou em cota.
> Roga-se a gentileza da resposta para o 1° tenente Jorge Barreto Lins – 2ª brigada de infantaria, Quartel General do Exército –, a fim de se poder tomar as providências necessárias.
> Sendo o vosso pendor religioso uma esperança em aceder ao nosso convite, esperamos contar com a vossa presença. No caso de resposta afirmativa será previamente dada a hora da barca no Rio, ponto de reunião, etc.
> **Do camarada e amigo,**
> **Coronel Eduardo da Silva**
> **Presidente da U.C.M.** (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p. 21, grifo nosso)

O tenente Jorge Barreto Lins, de acordo com o item F da enumeração de meios eficazes, parecia estar à frente da comissão organizadora dos retiros militares, e é possível que este, como membro da administração de O Centurião, conforme se pode observar na capa do exemplar número 9 do periódico, tenha conseguido o excepcional endosso do presidente da UCM para assim obter maior apelo.

O empenho na promoção dos retiros e o cumprimento das diretrizes estratégicas traçadas em A Cruz, nos fazem presumir que o item da propaganda individual, também, deve ter sido cumprido com bastante zelo. Um fator que sugere o êxito desta iniciativa no âmbito do estado do Rio de Janeiro é a seguinte estatística publicada no 12° exemplar de O Centurião:

> ... os próprios retiros fechados em Friburgo, que começaram com 5 participantes em 1926, tiveram no ano seguinte esse número aumentado para 13, elevando-se no ano passado a 24... (O Centurião, n. 12, 1929, p. 2)

Mas a nota acima não é o único indício da eficácia e popularidade dos retiros. A sua profusão foi fartamente documentada na imprensa católica. Pesquisando, na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, dentro do periódico A Cruz, pelo verbete Retiros, pode-se constatar que, entre os anos de 1919 e 1920 (o acervo se inicia em 1919), a prática não estava sendo promovida.

Contudo, em 1921, ocorreu o início dessa promoção de forma intensiva e progressiva. A forma como essa promoção ocorreu, ao longo dos anos, é um indício do seu crescimento e também do *modus operandi* da Igreja Católica para expandir tal prática.

A promoção dos retiros começou pelo próprio clero local. Em 9 de janeiro de 1921, saiu em A Cruz, a seguinte nota, a primeira sobre retiros:

> **Conego André**
> Partirá amanhã para Friburgo onde vai fazer parte do retiro espiritual do clero desta arquidiocese, **o cônego André Arcoverde, vigário desta Paróquia.**
> S. Rev., logo que regressar, seguirá para Lindóia (São Paulo) onde pretende fazer uma estação d'água, levando em sua companhia a sua Exma. Progenitora, D. Tereza Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. (A Cruz, n. 9, 1921, p.2, grifos nossos)

A partir desta nota retratando a partida do vigário local para o retiro de Friburgo, começou a propaganda sistemática dos retiros em A Cruz. O foco inicial seguiu sobre o clero:

> **Retiro espiritual do clero**
>
> **No dia 10 corrente mês foi aberto no vasto e confortável prédio do "Colégio Anchieta" em Friburgo, o retiro espiritual para uma numerosa turma do clero desta arquidiocese, outra da diocese de Niterói, ao todo 75 sacerdotes, encerrando-se tão piedosos exercícios no dia 15, com a solene comunhão de todos os sacerdotes**, com O Te Deum e Benção do S. S. Sacramento. A Santa Igreja de Deus mantém, desde os primeiros tempos da sua milagrosa fundação, o salutaríssimo costume dos retiros espirituais para os seus ministros e para os fiéis que pertencem ao seu grêmio e obedecem a sua voz augusta. N. S. J. Cristo quis nos deixar exemplo edificante, retirando-se ao deserto, por espaço de quarenta dias, antes de começar a sua vida pública, a sua vida de pregação, no seio das multidões.
> Os Santos apóstolos reuniram-se no cenáculo, orando e combinando o seu plano de ação, antes da obediência ao "ide e ensinai a todas as gentes". Nos conventos e nos seminários jamais deixou de ser o retiro exigido, como a preparação imediata, de todos os candidatos ao sacerdócio.
> Não é preciso dispor-se de grandes conhecimentos religiosos para compreender o alcance e eficacíssimo de praxes tão santas. Os negócios sérios da vida, quaisquer que sejam, exigem a ponderação e o silêncio, para terem uma solução acertada. Assim é que os grandes comerciantes, os diplomatas e os financistas recolhem-se ao silêncio dos seus escritórios e gabinetes sempre que lhes preocupam cálculos de interesses e questões de alto patriotismo. Como não exigir dos seus sacerdotes o recolhimento profundo e o silêncio perfeito na resolução dos negócios incomparavelmente importantes da salvação das almas e das almas dos rebanhos que lhes pertencem?!
> Os tumultos da sociedade, os reboliços do mundo, de tal maneira ensurdecem e absorvem o homem, que o impedem quase de ouvir a voz soberana de Deus, sem a qual é arrastado ao turbilhão de ignóbeis paixões.

> Necessita, nestas emergências, de um posto seguro, de um meio infalível de salvação- um pouco de solidão-alguns momentos de silêncio. Os sacerdotes não escapam a essas necessidades de solidão e silêncio, eles vivem também expostos aos contatos da sociedade, aos perigos do mundo. Aos párocos, pela força do seu ministério, falta-lhes, não poucas vezes, tempo para cuidarem de si, tanto tem que cuidar dos outros! Felizmente quando se desempenham bem para com os seus semelhantes, tem feito alguma coisa por si próprio.
> **Aos sacerdotes, mais que a ninguém, atinge a obrigatoriedade dos retiros. Eis porque os superiores eclesiásticos desenvolvem todo o zelo e atividade para que não fiquem privados das preciosas e abundantes graças dos exercícios espirituais. Como melhoraria o mundo se fizessem todas as classes os seus retiros espirituais? Como se transformariam os povos e os governos? Pudéssemos conseguir da nossa sociedade dez minutos de reflexão sobre as verdades eternas!**
> **O homem moderno que não cessa de pensar nas coisas passageiras da terra, não tem coragem de pensar um momento, nos negócios importantes da eternidade.**
> Padre Tabosa (A CRUZ, n. 10, 1921, p. 3, grifo nosso)

A formação do clero nesses retiros criou uma base a partir da qual se expandiram retiros para outros grupos como: mulheres, operários, homens e militares. Em agosto de 1921, por exemplo, A Cruz noticiou um retiro para mulheres:

> **Boletim religioso**
>
> **No dia 11 deste mês começará o retiro das filhas de Maria da Paróquia**, às 4 HS. Durante os dias de retiro haverá benção às 5 Hs na capela do Santíssimo. Terminará o retiro no dia 15 de agosto, festa da Assunção, dia santo de guarda, com a missa e comunhão geral, às 7 ½. No dia 13, vigília antecipada de Assunção, abstinência de carne. (A CRUZ, n. 24, 1921, p.4, grifo nosso)

No retiro acima, foi pregador, e celebrante, o vigário e cônego André Arcoverde, em uma demonstração dos frutos do primeiro retiro retratado pelo jornal A Cruz, em 9 de janeiro de 1921. A sua participação foi firmemente enfatizada:

> Pia União das Filhas de Maria
>
> Realizou-se nesta matriz nos dias 12, 13, 14, deste mês, o retiro anual das filhas de Maria. Correram os santos exercícios na melhor ordem. **Foi pregador o revmo. vigário, diretor da associação.**
> No dia 15, pela manhã, encerramento do retiro, fizeram as filhas de Maria a sua comunhão geral na missa das 7 ½ **celebrada pelo sr. Cônego André Arcoverde.**
> À tarde, **às 5 horas, recebeu o vigário novas associadas, dando-lhes a fita e distintivos da Pia União**. São estes os nomes das associadas: Claudiana Corrêa e Adília Famoso, filhas de Maria; Eurídice Escobar e Hortênsia Barbosa, aspirantes.
> **Em seguida à recepção, fez o vigário breve exortação às presentes, terminando a cerimônia com a Benção do Santíssimo Sacramento.** (A CRUZ, n. 25, 1921, p. 1, grifo nosso)

No ano seguinte, 1922, foi a vez de o diretor do jornal A Cruz fazer o retiro em Friburgo:

> O Nosso vigário
>
> Partiu na passada segunda-feira para Friburgo, aonde foi tomar parte no retiro espiritual do clero desta arquidiocese, **o revmo. P. Dr. Rosalvo Costa Rego**, pároco de S. João Baptista e **nosso estimadíssimo diretor.** S. Revma. Deve estar hoje de regresso ao Rio. (A CRUZ, n. IV, 1922, p. 2, grifo nosso)

Seguindo o mesmo padrão, em novembro de 1922, este efetuou um retiro para senhoras, ficando claro o quanto os retiros para o clero funcionavam como uma espécie de formação de multiplicadores. Vejamos:

> Retiro espiritual de Senhoras
>
> No próximo dia 20, começará na matriz um retiro espiritual de senhoras, presidido pelo Revmo. vigário, padre Rosalvo Costa Rego, que para este fim dirigiu às exmas. Zeladoras das várias associações religiosas e demais senhoras desta paróquia o seguinte convite:
> Exma Sra.:
> Realizando-se nesta matriz um retiro espiritual de zeladoras e outras distintas senhoras desta paróquia, convido V.Excia a fazer os exercícios espirituais desse retiro, em que muitas consolações e graças salutares há de conceder às almas o sagrado coração de Jesus.
> Matriz da Lagoa, 3 de Novembro de 1922
> O Vigário Padre Rosalvo Costa Rego (A CRUZ, n. 49, 1922, p. 3)

Acima, temos o convite efetuado em 03 de novembro de 1922, que foi publicado no jornal em 12 de novembro de 1922, para promover o retiro que aconteceria no dia 20 do mesmo mês. Aliás, o retiro efetuado pelo padre Rosalvo Rego, em janeiro de 1922, não resultou apenas nesse retiro para senhoras, mas, também, em benefícios para o jornal do qual era diretor:

> A Cruz e o Clero
>
> Alta novidade, senhores! E alta novidade que lhes há de ser grata, e a nós, particularmente, bastante animadora: A Cruz, que ainda ontem se anunciou como hebdomadária, está conquistando rapidamente o favor público. Vamos a caminho de progressos consoladores.
> **Imagine-se que só na última semana angariamos de uma feita nada mais nada menos de 40 assinaturas, sendo 14 delas chamadas de proteção. Essas assinaturas, sobre representarem para nós uma "entrada em caixa" bastante sensível, emprestam-nos uma força moral de grande vulto, porque todas elas são de padres deste arcebispado e do Estado do Rio,** portanto elementos respeitáveis que nos podem prestar auxílio decisivo.
> **Uma boa parte dos sacerdotes que tomaram parte no retiro espiritual de Friburgo, na penúltima semana, solicitados pelo ilustre vigário da Candelária, revmo. Cônego Francisco de Almeida, que nesta conjuntura**

> **se revelou um dedicado amigo da imprensa católica, uma boa parte desses sacerdotes não pôs a menor dúvida em vir em auxílio de A Cruz, tomando para já assinaturas e insinuando para breve – quem sabe lá? – novos obséquios, como a sua valiosa colaboração e a propaganda**, sempre eficaz quando por eles feita**. Desses quarenta sacerdotes, 14, como dissemos, tomaram assinaturas de proteção, isto é, pagaram 10$000 réis pelo jornal, o dobro do preço comum**. Pedimos licença para lhes declinar os nomes aqui:
> Mons. Amador Bueno de Barros, Mons. António Lopes de Araújo; Cônego Augusto Ferreira dos Santos; Cônego Francisco de Almeida; Cônego Júlio Vimeney; Cônego Carlos Duarte Costa; Cônego Antônio Boucher Pinto; Padre Edmundo de Vresse; Padre José Joaquim Lucas; Padre Conrado Jacarandá; Padre Júlio Braga; Padre Francisco Frederico Masson; Padre Francisco Solano de Faria; Padre Leonardo F. Fortunato.
> Aqui deixamos o nosso reconhecimento aos ilustres benfeitores, e aqui desejamos também afirmar que **muito nos comoveu a solidariedade emprestada, o apoio dado pelo bondoso e distinto clero da diocese de Niterói, que não duvidou, por alguns dos seus membros, em tomar assinatura do nosso hebdomadário.**
> Como exemplo, **vale muito esse ato espontâneo e generoso do revmo. clero, pois assim aponta aos leigos o dever, que lhes compete, de manterem aqueles órgãos de publicidade** que, pelo seu critério e pelo seu programa, concorrem para a elevação moral do povo e o próprio levantamento da Pátria... (A CRUZ, n. 4, 1922, p.1, grifo nosso)

É possível perceber, assim, uma rede de cooperação progressivamente integrada, onde os jornais católicos fomentavam os retiros que, por sua vez, reforçavam a imprensa católica por meio da conquista de novas assinaturas. Os membros do clero se tornavam multiplicadores cuja ação era propagandeada por meio dessa imprensa, que funcionava não somente como um meio de divulgação e educação, mas, também, como uma forma de construção de status social. O periódico fez questão de enunciar os nomes daqueles que realizaram as assinaturas mais caras, conferindo-lhes prestígio. Por analogia, é razoável presumir que os retiros para militares tenham reforçado a tiragem de O Centurião, o periódico de divulgação da UCM, embora seja difícil estimar o tamanho dessa contribuição.

Ainda em A Cruz, podemos ver alguns sinais da cooptação de militares para os retiros. No ano de 1925, a prática dos retiros encontrava-se muito melhor estabelecida do que nos seus anos iniciais e, embora a maioria das reportagens não tenha discriminado os seus participantes, eventualmente, algumas brechas foram deixadas, como a que podemos ver abaixo:

> Retiro do Clero
> Retiros Reclusos
> Dos retiros marcados, realizaram-se com regular concorrência o primeiro e com grande concorrência o segundo.
> Ao primeiro retiro que começou na noite de 27 e terminou em 29 de Dezembro. Concorreram entre outros, dois professores da escola politécnica,

> um da escola de medicina, quatro engenheiros, um farmacêutico, dois estudantes de medicina, **um coronel do exército** e um alto funcionário de um instituto bancário...
> ...**um soldado**, que também se inscreveu entre os operários, declarou após a comunhão geral, sentir tais consolações e ter o espírito tão confortado, que se tivesse de sofrer alguma pena, até mesmo prisão, por chegar atrasado ao quartel, daria por bem empregado o castigo.
> **Um dos nossos briosos marinheiros, de um dos submersíveis, apresentou-se no círculo, declarando querer se inscrever no retiro de três dias.** Alguém que estava presente, achando elevada a despesa de 35$000 para ser desembolsada por um marujo, lembrou-lhe que poderia se inscrever sem despesa entre os operários. A resposta do valente e piedoso marujo foi que embora com sacrifício queria fazer o retiro de maior número de dias. (A CRUZ, n. 7, 1925, p. 4, grifo nosso)

Além dos militares acima citados, em 1925, podemos ver mencionado, não somente um coronel, como também um general:

> Retiro Fechado
> Em Friburgo
> Já dissemos que durante a semana santa um grupo de intelectuais católicos fez retiro espiritual recluso em Friburgo no Colégio Anchieta dos R.R. padres jesuítas e também dissemos do quanto saíram radiantes de satisfação os que tomaram parte.
> Hoje damos com muito prazer uma fotografia do grupo, tirado após o retiro e os nomes dos ilustres retirantes:
> Srs. Henrique Furtado, João Baptista Kleber Redondo, Dr. Antônio da Silveira Salles, Jayme Caetano d'Almeida, Dr. Belisário Távora, José Accioli Monteiro, Dr. Fernando Nereu Sampaio, Oscar Lustosa, José Faria de Castro, Dr. Pio B. Otoni, Dr. Abelardo Falcão, Henrique Eboli, Dr. Alfredo Sertã, Ruben Barata, **Coronel João de Moraes**..., **general Silvestre Rocha.** (A CRUZ, n.19, 1925, p. 4, grifo nosso)

Através de *A Cruz*, se contextualizou e foram identificadas algumas características estratégicas associadas à prática dos retiros religiosos que era promovida na cidade do Rio de Janeiro, local central para o desenvolvimento da UCM, em meio à década de 1920. Agora, retornaremos ao padre Leonel Franca, o personagem que mais espaço teve em O Centurião, na promoção das idas para retiros no colégio Anchieta. Assim, será possível concluir a presente análise sobre o papel deste religioso entre os católicos-militares. A sua função, como veremos a seguir, extrapolava a promoção dos retiros.

4.1.3) O padre Leonel Franca na década de 1920: a Sociedade de Santo Ivo e obtenção de respaldo jurídico para o enfrentamento à laicidade na Primeira República

O que fazia o padre Leonel Franca na década de 1920? Nessa época, conforme aponta A Cruz, estava iniciando a sua carreira:

> A primeira missa de um padre brasileiro
>
> Roma, 27 de julho – O padre Leonel Franca, da Companhia de Jesus, celebrou a sua primeira missa na igreja dos jesuítas. Assistiram ao ato muitas pessoas das relações do padre Leonel e grande número de membros da colônia brasileira.
> Na capela-mór, em frente ao altar, estava o irmão do novo sacerdote, o padre Leogivildo Franca, vigário, no Rio de Janeiro, da paróquia do Coração de Jesus e que aqui viera especialmente assistir à cerimônia. (A CRUZ, n. 32, 1923, p. 1)

Apesar de estar iniciando sua carreira, a sua atividade intelectual lhe conferiu rapidamente notoriedade:

> A Igreja, a Reforma e a Civilização
>
> Com o título acima, acaba de sair a luz da publicidade um trabalho que pela atualidade e maneira porque é tratado está atraindo a atenção dos intelectuais brasileiros. É o seu autor o sábio Jesuíta revmo. Padre Leonel Franca, grande intelectualidade que muito honra a nossa pátria pelos seus vastos conhecimentos científicos, pela sua fé e pelo seu caráter.
> ... Quem lê esse livro: se é protestante de boa fé, converter-se -á; se é de má fé, com certeza, envergonhar-se-á da causa a que se dedicou, diante da sublimidade da fé cristã da qual em má hora se separou; se é católico praticante, gloriar-se-á dos esplendores de sua fé e aprenderá a confundir herege e heresiarcas. Compremos este livro que se encontra na livraria Francisco Gonçalves, rua Rodrigo Silva, 7. (A CRUZ, n. 52, 1923,P.3)

Pelos fragmentos acima, e em consonância com a bibliografia historiográfica, é possível observar que o padre Leonel Franca, na primeira metade da década de 1920, era um jovem intelectual religioso, com formação em Roma, que vinha ganhando notoriedade. Na segunda metade daquela década, ele estreitou relações com os aparelhos repressores do Estado. Pode-se dizer isso, não somente por conta do seu trabalho sobre retiros fechados que foi publicado em O Centurião, mas, especialmente, por conta da sua principal ocupação naquele período que era, como se pode observar nas páginas de A Cruz, a sociedade de Santo Ivo.

Sobre essa sociedade, vejamos uma das menções efetuadas por A Cruz:

Sociedade Santo Ivo

> Foram aprovados no dia 8 do corrente pelo exmo. Revmo. Sr. Arcebispo coadjutor os estatutos da sociedade jurídica Santo Ivo e nomeados respectivamente presidente, vice-presidente e secretário geral, os srs: Conde de Afonso Celso, dr. Theodoro Macho e dr. João e Peixoto Fortuna, que já aceitaram as respectivas nomeações. Sabemos que para os outros cargos estão convidados ilustres juristas...
> Consta também que o assistente eclesiástico será o revmo. Padre Leonel Franca, o ilustre jesuíta e consagrado escritor nacional.
> Assim é de esperar que muito breve a novel sociedade possa desenvolver louvável atividade, uma vez que conta em suas fileiras, além de preclara diretoria, tantos ilustres advogados, desembargadores, ministros do supremo tribunal e outros cultores do direito. (A CRUZ, n.26, 1928, p. 3)

O padre Leonel Franca foi o primeiro assistente eclesiástico designado para assessorar a recém-fundada sociedade. Vejamos abaixo os objetivos e contexto de surgimento desta associação:

> Desde sua instalação até esta data tem sempre ativamente trabalhado a sociedade jurídica Santo Ivo. A sua diretoria, apoiada por um notável corpo de associados, ilustres por seu saber, moral ilibada e vasta cultura, procurou dar início à realização de altíssimos fins da sociedade que são, segundo o art. I dos estatutos:
> a) Aproximar os cultores do direito que professam o catolicismo;
> b) promover o estudo das questões jurídicas sob o ponto de vista católico;
> c) orientar a opinião jurídica em relação à verdade religiosa;
> d) procurar a santificação dos seus membros;
> e) intensificar o estudo e a cultura jurídica no Brasil;
> f) promover o bem da classe dos cultores do direito e para conseguir estes fins deve a sociedade obedecer o seguinte:
> a) Comemorar anualmente o dia do seu patrono Santo Ivo, 19 de Maio;
> b) realizar reuniões de estudo e bem assim conferências públicas, semanas jurídicas, etc;
> c) criar seções para tender às suas diversas finalidades;
> d) promover oportunamente a fundação de institutos católicos para o ensino das ciências morais e jurídicas, com permissão e aprovação de autoridade eclesiástica, e submetidos ao programa previamente aprovado por essa autoridade;
> e) publicar quando possível um boletim;
> f) Organizar uma assistência judiciária Santo Ivo (Art.III dos estatutos)
> Efetivamente houve até hoje 26 reuniões da diretoria em que todos os assuntos e fins sociais foram convenientemente tratados. Além disso, celebrou a sociedade 12 assembleias gerais, sendo uma para eleição da diretoria e as outras onze para “promover o estudo das questões jurídicas sob o ponto de vista católico, orientar a opinião jurídica em relação à verdade religiosa e intensificar o estudo e a cultura jurídica no Brasil.
> Entre outros trabalhos foram apresentados nestas sessões de estudo, brilhantes teses sobre o divórcio Sr. Dr. Taciano Basílio e pelo juiz Dr. Saboia Lima; sobre a profissão de advogado pelo prof. Figueira de Melo; sobre a justiça e a moral cristã pelo padre Dr. Lucio Gambarra, sobre a Igreja e o Estado pelo deputado Dr. Plínio Casado, sobre a questão romana pelo Dr. Ernani de Barros Câmara, sobre o México e o catolicismo pelo acadêmico e deputado Dr. Gustavo Barroso.

> ...o número de sócios fundadores, foi de 85. Pediram demissão 8 e faleceram 5, a saber: os nossos pranteados companheiros: Dr. Luiz Fellippe de Sampaio Viana, Jackson de Figueiredo, ministro Heitor de Souza (do STF), Dr. Theodoro Machado e prof. Gusmão Lima.
> ...o quadro social compõe-se de 104 associados. Desses há 1 ministro do Supremo Tribunal, 4 desembargadores, 2 juízes de direito, 2 pretores, 4 membros do ministério público, 73 advogados, 8 professores de faculdade de direito e 9 estudantes, os quais eram 28, mas com sucessivas formaturas são hoje apenas esses nove. (A CRUZ, n.22,1930,p.5)

A sociedade de Santo Ivo, acima em questão, era uma associação para reunir os operadores do direito (estudantes, advogados, professores universitários, juízes, membros do ministério público, dentre outros) alinhados com os pontos de vista católicos, um meio de obter coesão e fortalecer interpretações jurídicas em conformidade com os interesses e bandeiras católicos de então. A pauta do divórcio, em razão da preocupação da Igreja com a pauta dos costumes, teve forte destaque, não somente nesse, como também em demais exemplares.

Pelo fragmento acima, podemos observar que a sociedade encontrou apoiadores de destaque, desde desembargadores até ministros do Supremo Tribunal Federal. Deputados, como Gustavo Barroso e Plínio Casado, também faziam parte. Outro que fez parte até falecer foi Jackson de Figueiredo, intelectual católico e advogado.

Desta forma, o que significava àquela altura, a participação do padre Leonel Franca, colaborando em O Centurião e promovendo retiros religiosos? Naquele momento, em que estava frequentemente associado à sociedade de Santo Ivo em razão do cargo ocupado, o que seu nome agregava à UCM?

Agregava a ideia de respaldo jurídico. Em 1928 e 1929, a assistência religiosa não se encontrava garantida na Constituição de 1891. O apoio político aos governantes e autoridades oferecido pelos católicos continha um outro lado, a busca por suporte para modificar a constituição e as interpretações vigentes. A iniciativa de trazer a Igreja para dentro dos quartéis, na década de 1920, assim como as iniciativas de trazer o ensino religioso antes de se obter apoio legal, continha um caráter transgressor. A crise política dos anos 1920 ofereceu, aos planos conservadores católicos, certa condescendência e permissividade por parte da classe política.

Nas páginas de O Centurião, logo em seu segundo exemplar, por meio da figura de Benjamin da Fonseca, é possível observar menções ao fato de que, eventualmente, existiam opositores à aproximação entre Exército e religião, questionadores da legalidade dessa associação. Quando se estudou a benção das espadas, no capítulo anterior, foi possível observar que essa cerimônia foi acusada de violar a liberdade de

culto. Como forma de resistir aos questionamentos, era interessante obter o apoio das autoridades, não somente políticas, mas também das jurídicas. Um fato ilustrativo da associação dos militares católicos com autoridades estava no núcleo da UCM de Florianópolis, por exemplo, no qual o desembargador José Boiteux era figura de destaque (O CENTURIÃO, n. 5 e 6, p. 20).

Por fim, em síntese, temos que a figura do padre Leonel Franca, à época, significava o anti-protestantismo radical, o apoio da cúpula da Igreja católica e, também, respaldo da comunidade jurídica. Mas o padre Leonel Franca não foi o único jesuíta associado à promoção dos retiros entre católicos-militares, nesses primeiros anos de formação e consolidação da UCM. Houve um padre que o antecedeu nesses esforços: o padre Madureira.

4.1.4) O pioneirismo do padre Madureira na promoção dos retiros para católicos-militares na Primeira República

Após algumas investigações, foi possível extrair uma significação maior para a citação do padre Madureira em O Centurião. Acerca da aparição do referido padre no periódico católico-militar consta:

> Padre Madureira
>
> Nos derradeiros dias do ano último subimos a Friburgo, onde fomos passar três dias no Colégio Anchieta, na prática salutar de um retiro espiritual.
>
> Uns, com a alma toldada de dúvidas, outros sôfregos de consolação e ensino, todos estavam precisando de fecundo trabalho de higiene espiritual.
>
> Era a primeira vez que me entregava a esse recolhimento, a essa análise introspectiva, que não só me enlevava na esperança de bom fruto, como despertava a curiosidade para o exercício ainda para mim desconhecido.
>
> Logo no primeiro dia, defrontei com um padre massudo, cabeça ligeiramente voltada para a frente, olhos vivos e indagadores, semblante atraente, modificado às vezes pelo crispar da testa numa atitude perscrutadora.
>
> No primeiro contato, quando este filho de Santo Inácio iniciou as suas conferências, nos ganhou logo os corações, numa locução tão judiciosa e numa sinceridade tão comunicativa!
>
> Soubemos mais tarde que a vida do Padre Madureira perigava, que se não devia cansar, pois, doutra forma mais depressa se abeiraria do túmulo.
>
> Em vão... aquele gigante da inteligência não podia restringir a sua aspiração de ganhar almas para Deus e na indefesa labuta jamais terminou uma preleção sem ter ultrapassado o tempo prefixado.
>
> Todavia, não sentimos cansaço; quem dera até que o bom padre discorresse ainda, com sua palavra persuasiva e argumentos fáceis que empolgavam mesmo aos militares, afeitos à síntese e escravos do tempo.
>
> Foi com a viva saudade que tive conhecimento de seu trespasse para o céu que é o lugar que lhe desejam todos que tiveram a felicidade de ouvir a sua palavra culta e inspirada. Os militares também prestam a sua homenagem

> derradeira ao ínclito jesuíta. Inclinam a fronte marcialmente, como soldados católicos, ante a tumba do jesuíta amigo e esparzem as flores de suas emotivas recordações na campa do Padre Madureira, que como soldado também nos dirigia na grande das justas do Supremo General, nosso Deus. Que o Senhor dos Exércitos receba em sua mansão o ilustre filho da Companhia de Jesus, é o ardente anhelo de quem subescreve estas linhas.
> Maurício (O CENTURIÃO, n.5-6, 1928, p. 21)

O texto acima é uma homenagem ao falecido padre Madureira. Nessa homenagem se faz referência a um retiro efetuado por um grupo de católicos-militares que, passando por momentos difíceis, em meio a dúvidas e necessidade de consolo, encontraram no padre Madureira palavras que empolgaram os militares, um público que, segundo o próprio redator, seria difícil de conquistar.

O texto foi escrito em nome de um grupo e, por meio da assinatura “Maurício”, podemos inferir que se trata dos membros da Conferência de São Maurício. Os textos de O Centurião, quando são assinados pelos militares, o são, com a menção da patente e dos seus sobrenomes ou pela patente mais o nome e o sobrenome. A presença de um nome isolado, sem sobrenome, nem patente, é algo extremamente incomum. Por isso, aventa-se a hipótese de que foi escrito às pressas para materializar a homenagem de um grupo de mauricianos.

O padre Madureira enfrentou um longo período de convalescência, conforme se pode observar na imprensa católica da época, por meio de relatos de visitas ao enfermo. Desta forma, o retiro acima mencionado não tinha sido um evento recente, ou seja, há algum tempo se vinha buscando promover retiros entre os militares. O texto em homenagem ao padre Madureira saiu no exemplar número 5 de O Centurião. O texto do padre Leonel Franca estimulando os retiros saiu no exemplar números 7 e 8, sugerindo que o jovem padre veio apoiar a prática entre os militares, logo após a morte do seu grande apoiador, preenchendo a lacuna gerada pelo seu falecimento.

Ao examinarmos as práticas e estratégias utilizadas pela Igreja e pelos católicos-militares, depreende-se, não somente sobre as formas utilizadas para promover a aproximação entre estes, mas, também, se consegue observar os vínculos de sociabilidade política nos seus mais diversos entrelaçamentos.

Assim, ao pesquisar sobre o padre Madureira no jornal A Cruz – que, por tratar da paróquia de São João Batista no Rio de Janeiro, acabava por tratar de personagens centrais do catolicismo na capital da República, sede do governo Federal e da UCM –, foi possível identificar fortes vínculos deste com nomes fundamentais para o

desenvolvimento da associação entre católicos-militares, o que sugere que os retiros tiveram um papel essencial em costurar os laços rompidos entre militarismo e religião.

Pesquisando o verbete “Padre Madureira” em A Cruz, tivemos 20 ocorrências que se distribuíram majoritariamente entre as décadas de 1920 e 1930, sendo possível encontrar, contudo, menção ao padre na distante década de 1960, mais precisamente em 1968, quarenta anos após a sua morte.

As primeiras referências ao padre são de 1925, quando se dava destaque aos retiros efetuados para o clero, ou seja, quando se estava formando multiplicadores para a prática do isolamento voluntário para reflexões em todo o país. Uma ocorrência de dezembro de 1925 destacou a candidatura de Alcebíades Delamare à Academia Brasileira de Letras, onde a referência a um prefácio do padre Madureira a uma de suas obras era tomada como sinal de chancela do catolicismo à sua postulação e, ao mesmo tempo, um indicativo do prestígio do religioso junto à comunidade católica.

Após o ano de 1925, encontramos, sobretudo, referências à sua convalescença e o recebimento de visitas. Em 1928, passamos a encontrar homenagens em razão da sua morte, que desvelaram alguns aspectos da sua biografia e, por conseguinte, do seu papel na ascensão do conservadorismo católico. Em 07 de outubro de 1928, o padre Olímpio de Mello elaborou um extenso relato, do qual se destacará o seguinte trecho:

> ... Poderia escrever sobre a última fase de sua vida, inteiramente dedicada à conversão dos intelectuais brasileiros. Os retiros de Friburgo eram para ele como uma Páscoa espiritual. Alvoroçava-se naquela época o padre Madureira.
> Escrevia para toda a parte e convidava aos seus ex-alunos para a salutar e íntima reunião de fé. Estabelecia um verdadeiro assédio sobre aqueles que desejava chamar para o rebanho do senhor para a Igreja...
> Pode-se dizer que era o apóstolo dos homens intelectuais no Brasil...” (A CRUZ, n. 41, 1928, p. 3)

Pelo trecho acima, é possível vislumbrar o esforço ativo para se cooptar uma intelectualidade, uma tentativa de formar uma elite. Mas, na reportagem do dia 30 de setembro de 1928, logo na primeira página, saiu um texto que permite inferir o seu papel, não somente na promoção dos retiros, como também entre os católicos-militares:

> Viveu fazendo o bem, nos mais amplos campos de ação: o da fé, da inteligência e do esforço social...
> De Itu, foi escolhido para se aperfeiçoas em Roma. (...) Em 1899, voltou à América, para, em nossa Pátria se dedicar às casas de educação da companhia. Nesses estabelecimentos, ocupou todos os cargos; neles

> dispendeu sua atividade inesgotável, iluminada pelo santo amor de Deus e, por este, a seus semelhantes.
> Conseguia, ainda, achar tempo para exercer seu ministério apostólico em vasta escala. Consagrou todos os seus instantes disponíveis à missão interior: retiros fechados em Friburgo, de que foi um dos principais mantenedores, senão o maior; correspondência assídua e minudente com desgarrados, que queria chamar novamente ao aprisco; direção de consciência de inúmeros fiéis. Transbordar ilimitado de caridade cristã.
> Para achar o tempo material indispensável a encargos tantos e tamanhos, cerceava ao extremo seu parco repouso...
> Pertencia a uma das mais admiráveis congregações, cujo ministério de almas, por seu sacrifício irrestrito e seu insuperado altruísmo, mais havia atraído cóleras, calúnias e invejas...
> Perseguida, vilipendiada, martirizada, a todos os golpes respondia redobrando de amor ao próximo. Expulsa e saqueada, recomeçava sua tarefa evangelizadora...
> E, entretanto, sobre ela pesava a grande calúnia da história.
> Esses, pelo ódio deformante, aqueles, por ignorância; outros ainda, pela opinião gregária dos que não investigam por si... a todos estes ânimos transviados cumpria fraternalmente esclarecer.
> Encetou, então seu grande livro sobre “A liberdade dos índios: a Companhia de Jesus. Sua pedagogia e seus resultados.” (A CRUZ, n. 40, 1928, p. 1)

O fragmento acima é de um texto de Pandiá Calógeras[30] que obteve ampla divulgação na imprensa, não estando restrito apenas ao jornal A Cruz. No texto acima, temos referência ao seu papel central na promoção dos retiros efetuados no Colégio Anchieta, em Friburgo, assim como à sua atividade intelectual, mais especificamente à sua obra sobre a pedagogia dos jesuítas, o que mostra o papel do padre na defesa do legado da Companhia de Jesus. Estas duas referências são bastante comuns quando se trata do padre Madureira. O diferencial do texto acima é o seu autor: Pandiá Calógeras, ex-ministro da Guerra durante o quadriênio de Epitácio Pessoa na presidência da República. Foi o primeiro civil a liderar as forças armadas e grande amigo não somente dos católicos, como também dos católicos-militares. Dos elogios da classe política, foi o de maior destaque, e sugere, mais uma vez, a importância dos retiros para o surgimento e desenvolvimento da associação entre católicos e militares.

Por fim, a reportagem do dia 21 de outubro de 1928, mais uma vez, reforçava os indícios acima. A comissão de personalidades, responsável pelas homenagens ao falecido, continha três figuras centrais para os primeiros anos dos católicos-militares: Jackson de Figueiredo, o coronel Augusto Eduardo da Silva (um dos primeiros presidentes da UCM) e o já referido Pandiá Calógeras.

A seguir, se realizará uma breve análise sobre uma importante cerimônia efetuada pelos católicos-militares: o Adeus dos Reservistas. Assim como os retiros, o Adeus dos Reservistas buscava estabelecer vínculos exteriores aos quartéis.

Enquanto os retiros eram tidos como uma escola de disciplina, por meio da cerimônia do Adeus dos reservistas, será possível observar a defesa da formação de famílias cristãs e refletir sobre o conceito de família que estava sendo promovido nos festejos de fundo educativo da UCM.

4.2) O Adeus dos Reservistas e a formação de famílias cristãs

A cerimônia do Adeus dos Reservistas encontra-se mencionada em três dos 11 exemplares disponíveis de O Centurião, sendo tratada no exemplar número 2, no exemplar número 7/8 (foram publicados dois exemplares em conjunto) e no último exemplar, o de número 12 (o primeiro não está disponível).

Trata-se de mais uma tradição que a União Católica Militar queria promover. A divulgação desses eventos por *O Centurião* era um meio de promover tal prática, estimulando os núcleos da UCM à sua adesão. Diferentemente das tradições abordadas no capítulo 3, como a Páscoa dos Militares e a bênção das espadas, o Adeus do Reservista buscava estabelecer, também, compromissos a serem cumpridos fora dos quartéis, dentre esses, o de formar uma família cristã, conceito que se investigará mais adiante.

Dois núcleos da UCM realizaram a cerimônia do Adeus dos Reservistas, servindo como modelo para possíveis futuros eventos nos demais núcleos da associação. Os referidos núcleos foram: Núcleo São Sebastião/Fernando Machado do 14° B. C. de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, e Núcleo Santo Expedito, da União Católica Militar do II Batalhão do 3° R. I. de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo.

4.2.1. O Núcleo São Sebastião/Fernando Machado e o Adeus aos Reservistas

O núcleo São Sebastião/Fernando Machado apareceu retratado no exemplar número 5/6 de O Centurião e no exemplar 7/8. Na primeira menção, apareceu da seguinte forma:

> Florianópolis – O núcleo S. Sebastião - Fernando Machado comemorou de maneira edificante e patriótica o primeiro aniversário de sua existência. Às 6 horas houve comunhão geral dos associados na catedral. Às 9 horas foi celebrada missa solene, pelo Revmo. padre Gesing, coadjuvada pelos Revmos. Padres Archanjo e Marangoni. O senhor bispo diocesano dom Joaquim de Oliveira, por ocasião do evangelho, pronunciou belíssima alocução sobre a vida do Duque de Caxias. A assistência era numerosa, notando-se a presença de altas autoridades militares e civis, povo e representantes de associações religiosas e da imprensa.
> Às 12:30 horas realizou-se na sede do centro popular, gentilmente cedida pela sua prestimosa diretoria, sessão extraordinária do núcleo, tendo presidido a mesma sessão, como presidente de honra, o comandante Floriano Cruz, que proferiu eloquentes palavras alusivas à significativa solenidade.
> O desembargador José Boiteux falou com muita elevação sobre a vida de Fernando Machado, patrono do núcleo católico. O professor Heitor Sousa discorreu com proficiência a respeito do martirológio do soldado S. Sebastião e o sargento J. de Oliveira sobre a vida do Marechal Duque de Caxias.
> O doutor Affonso Taunay compareceu à sessão e foi apresentado aos assistentes pelo desembargador Boiteux tendo o ilustre homem de letras pronunciado breve alocução de agradecimentos.
> Por fim, o sargento Gercino procedeu a leitura do relatório anual do núcleo, sendo em seguida encerrada a sessão pelo comandante Floriano Cruz. (O CENTURIÃO, n. 5/6, 1928, p. 20)

Como é possível observar, em exemplar de setembro e outubro de 1928, temos o núcleo completando um ano de existência, sendo, portanto, a sua origem, no ano de 1927, em um período anterior ao surgimento de O Centurião. Trata-se, desta forma, de um dos núcleos pioneiros, referência para os demais. A presença do bispo diocesano Joaquim de Oliveira, assim como a do desembargador José Boiteux[31] e a de Affonso Taunay[32] (que, em 1929, seria eleito membro da Academia Brasileira de Letras) demonstram o enraizamento e o prestígio obtido, na comunidade local, por aquele núcleo da UCM.

A segunda menção ao núcleo São Sebastião ocorreu no exemplar 7/8, com uma clara demonstração do reforço dos vínculos externos da UCM com a comunidade local:

---

[31] Segundo o site Memória política (MEMÓRIA POLÍTICA, 2022), um canal na internet mantido pela iniciativa conjunta da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e o departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, José Boiteux nasceu em 1865, no estado de Santa Catarina. Atuou como professor, jornalista, historiador e advogado. Político de destaque, exerceu a função de deputado estadual, deputado federal , Secretário geral de governo e Secretário do Interior e Justiça do Estado. Foi apontado como um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Em 1922, foi nomeado juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

[32] Segundo o site da Academia Brasileira de Letras (ACADEMIA, 2022), Afonso d'Escragnolle Taunay foi um professor, historiador, tradutor e lexicógrafo nascido em Santa Catarina no ano de 1876. Foi membro da Academia Portuguesa de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico de São Paulo. Foi diretor dos Museus do Estado de São Paulo e professor da USP. Em 1929, na sucessão de Luís Murat, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

> Correio dos Estados
>
> Florianópolis- Transcrevemos a seguinte comunicação que nos enviou o sargento Gersino Gerson Gomes, presidente do núcleo católico S. Sebastião – Fernando Machado: - "Tenho a subida honra de cientificar a V. Excia., que na sessão de assembleia ordinária, realizada no dia 1° do corrente, foi proposto e aceito membro de honra deste núcleo, o senhor Dr. Desembargador José Arthur Boiteux.
> Motivou essa deliberação ser o mesmo um ilustre católico, que, além de muitos serviços à Pátria tem vivamente se interessado pelo nosso núcleo, quer pela imprensa, quer por conferências e discursos feitos na sede do mesmo núcleo; pelo que espero de V. Excia a justa aprovação desse meu ato.
> Outrossim, cumpre-me o dever de esclarecer a V. Excia. que na mesma assembleia foi resolvida a criação de uma biblioteca, não obstante o respectivo regulamento não cogitar de obra dessa natureza.
> Deu lugar à semelhante resolução as ofertas que têm sido feitas ao núcleo de livros e revistas católicas. Deus guarde a V. Excia.
> Florianópolis, 8 de outubro de 1928.
> - O Conselho Geral, em sessão de 3 do corrente, aprovou essa deliberação, sendo o assunto inserido na respectiva ata. (O CENTURIÃO, n. 7/8, 1928, p. 29)

No fragmento acima ocorreu a incorporação do desembargador José Arthur Boiteux, sob o argumento da sua intensa dedicação, tanto pessoalmente como também pela imprensa local, o que reforça, mais uma vez, a tese de que o núcleo São Sebastião era ativo e buscava enraizamento no âmbito daquela localidade com o apoio de intelectuais da classe dominante. O segundo ponto é o destaque do sargento Gersino Gerson Gomes, um militar de baixa patente, não oficial, como presidente do núcleo.

Vejamos, abaixo, o anúncio da cerimônia do Adeus ao Reservista promovida em Florianópolis, no referido núcleo, conforme o disposto no segundo exemplar de O Centurião:

> Adeus ao Reservista
>
> Recebemos do núcleo católico São Sebastião, de Florianópolis, excelente comunicação, acompanhada do programa e fotografia da festa do "Adeus ao Reservista", realizada solenemente na mesma cidade, no dia 10 de abril próximo findo.
> No próximo número falaremos detalhadamente sobre o que foi a aludida festa e sobre o edificante progresso do núcleo S. Sebastião do 14 B. C., estacionado na mencionada cidade de Florianópolis. (O CENTURIÃO, n. 2, 1928, p. 10)

Por razões desconhecidas, a cerimônia somente foi descrita no exemplar número 12. Vejamos:

Correio dos Estados

Florianópolis Núcleo São Sebastião

Fernando Machado do 14 B.C.

Realizou-se em Florianópolis a festa da despedida dos reservistas pertencentes ao núcleo católico filiado ao desta capital, os quais terminaram o tempo de serviço militar no Exército.

Esta festa iniciou-se com uma missa celebrada na Igreja de S. Sebastião por S. Excia. Reverendíssima o Sr. Arcebispo D. Joaquim Domingues de Oliveira.

Ao evangelho os reservistas do núcleo prestaram o seguinte:

Compromisso do Soldado Católico

"Comprometo-me – de amar e bem servir a – Deus e à minha pátria; ser honesto e exato – nos deveres do meu posto; fiel às leis; - às instituições – e aos poderes constituídos e ardoso propagador – da fé católica – Coluna da verdade. – mestra da obediência – e mestra do civismo."

Acompanhando solenemente as palavras do ilustre prelado, ao terminar a santa missa todos os reservistas pronunciaram a

Prece do Soldado

"Oh! Virgem da Conceição, Maria Imaculada, vós sois do céu"

Princesa e do Espírito Santo Esposa. – Maria, Mãe da Graça: Mãe de Misericórdia! Valei-nos na aflição; protegei-nos na hora da morte!

Assim seja.

Sagrado Coração de Jesus – protegei a nossa pátria; abençoe o governo, as forças da nação; o Clero; o nosso episcopado; dai ao povo brasileiro paz constante e prosperidade completa. Favorecei a União Católica do Exército e dai aos nossos soldados o seio ardente no serviço de Deus e da Pátria!

Assim seja.

N.S. das Victórias – Rogai por nós.

Sebastião – Rogai por nós"

Compareceram as altas autoridades civis e militares, oficiais do exército, da Marinha, da Força Pública do Estado, bem como Associações católicas e irmandades.

À tarde, no mesmo dia teve lugar, no Centro Popular, uma brilhante sessão cívica, organizada pelo mesmo núcleo, falando o reverendíssimo Padre Nicolau Gesing, que em um empolgante discurso expôs a significação do ato, terminando, incitando os reservistas a continuarem em casa a cumprir os seus deveres de Estado e religião.

Em seguida, num belíssimo discurso cheio de palavras tocantes, o capitão João Paulo Reiff, fiscal do 14° B.C., agradeceu a presença de todos e demonstrou que a prática da religião católica constitui para o militar, já em face da história nacional, um verdadeiro dever. Falou depois o sargento Jeremias da Oliveira.

À noite, na catedral, concluiu-se a festa do "adeus ao reservista" com o hino "Queremos Deus", cantado pelos reservistas e com a oração do soldado pela pátria.

São os seguintes os "deveres do reservista":

1° Os associados excluídos do exército, por conclusão de tempo, conservar-se-ão filiados à U.C.E como reservistas, cessando a sua atividade católica no Exército, mas tomando o seu posto nas organizações civis de piedade e ação católica.

2° O sócio reservista, desincorporado por ocasião da sua despedida do Núcleo, na festa – Adeus ao Reservista – tomou o compromisso de:

A) Constituir e manter cristãmente a sua família;
B) Filiar-se no local de sua residência a uma associação católica e auxiliar o vigário nas obras paroquiais;
C) Aconselhar aos sorteados às fileiras que, chegados à caserna, apresentem-se logo ao "Núcleo" da Unidade, ou na falta deste, ao

> Vigário da Paróquia para que não percam os sentimentos cristãos que receberam no lar. (O CENTURIÃO, n. 12, 1929, p. 23-24)

Do fragmento acima, destacam-se quatro pontos. Começando pelo compromisso do soldado católico, no qual se podem verificar elementos centrais defendidos pela UCM: a defesa de um nacionalismo católico, da expansão do catolicismo e da fidelidade às leis e às instituições.

Tais incumbências foram reforçadas na prece do soldado, na qual se pedia a Deus que, não somente protegesse a pátria e as forças da nação, como também abençoasse o governo. Pediram ainda, paz constante, o que deve ser compreendido a luz do combate contra a coluna Prestes. Aliás, a Igreja católica, em oposição, foi nominada como a coluna da verdade.

A cerimônia contou com o apoio de autoridades civis e militares, com oficiais do exército, marinha e força pública, assim como de demais associações católicas e irmandades. Instaram os reservistas a se manter ligados à Igreja e a cumprir aquilo que lhes foi imputado como dois deveres essenciais: o dever de Estado, associado à obediência às autoridades, e o dever de religião, participando da vida na Igreja. O capitão que se pronunciou, evidenciou, mais uma vez, o caráter anti-protestante e, portanto, contrário aos princípios da laicidade do Estado, ao afirmar que a prática do catolicismo era um dever para o soldado brasileiro. E os soldados não católicos? Como deveriam se sentir e ser enxergados pelos católicos-militares?

Por fim, tem-se a enumeração dos deveres do reservista. Excluídos do exército, mantinham-se vinculados à União Católica do Exército como reservistas, mas, por não poderem continuar a praticar a atividade católica no Exército, deveriam buscar praticar o catolicismo em outras organizações civis, não se afastando da ação católica.

Outro dever seria o de aconselhar aos sorteados para as fileiras do exército que procurassem o núcleo da UCM, ali denominada ainda como União Católica do Exército, em um indício das origens fortemente associadas a esta força, apesar dos esforços de buscar adesão dos demais militares. Por fim, deve-se observar o dever instituído de formar uma família cristã.

O que seria formar uma família cristã? A UCM, para além de pregar a unidade do Exército em oposição aos tenentistas e o apoio aos governantes de então, também difundia toda uma visão de mundo conservadora sobre a qual se discorrerá mais adiante.

Antes, porém, torna-se necessário analisar mais uma festa do Adeus do Reservista. Desta vez, será observada a segunda festa do Adeus propagandeada em O Centurião, a cerimônia que foi praticada pelo núcleo da UCM de Pindamonhangaba.

4.2.2. O Adeus dos Reservistas no Núcleo de Pindamonhangaba

Esse núcleo já foi mencionado na presente tese, quando se discorreu sobre a Páscoa dos Militares. Nessa ocasião, tratou-se da fundação do núcleo Santo Expedito da União Católica Militar de Pindamonhangaba, ocorrido em março de 1928, em conjunto com o evento da Páscoa dos Militares. Foi um evento grandioso com duração de quatro dias.

Naquele evento, também, foi possível notar indícios do apoio recebido por este núcleo da UCM. O prefeito da cidade, o juiz de direito da comarca, o presidente da câmara, o delegado de polícia, o deputado Dr. Alfredo Machado e vários militares de Pindamonhangaba, praças e oficiais, estiveram presentes ao evento, que contou com a visita dos militares do núcleo de Caçapava, com banda musical liderada pelo maestro João Antônio Romão, alguns padres e o bispo de Taubaté.

Os militares foram recebidos com mesas de café da manhã pela União das Filhas de Maria e, em um dos dias do evento, foram realizados vários casamentos de militares. Era o estímulo para um ambiente integralmente católico, do trabalho ao lar. O evento contou com bandeirinhas do Brasil, com a banda tocando o hino nacional e com a distribuição de fitas brancas que continham dizeres presentes na capa de O Centurião: Por Deus, Pela Pátria!

Em outubro, sete meses após esse grande evento simultâneo de fundação do núcleo e comemoração da Páscoa dos Militares, realizou-se a seguinte cerimônia do Adeus dos Reservistas:

> Núcleo Santo Expedito da União Católica Militar do Segundo Batalhão do 5º R.I.
> Pindamonhangaba
> Deus e Pátria
> À sombra da Cruz e da Religião Católica formou-se a nossa nacionalidade, conquistou-se a nossa independência, formou-se a grandeza da nossa Pátria. Crime, pois, de lesa patriotismo seria querer divorciar o soldado brasileiro – garantia da grandeza e integridade da Pátria – da religião divina que foi a dos nossos maiores, é a nossa e será a dos nossos pósteros.
> Devidamente autorizada, a diretoria do Núcleo tem a honra de convidar a nobre e hospitaleira família pindense a tomar parte em todas as solenidades

> do ADEUS AO RESERVISTA da 2ª e 3ª turmas de 1928, apresentando o seguinte programa:
>
> Parte Religiosa
>
> Dia 31 de outubro – Na Igreja matriz – Às 19 horas. Ladainha e Benção do SS. Sacramento. Logo após a reza, confissão dos reservistas e militares e geral.
>
> A UCM convida os atiradores do tiro de guerra da escola de Farmácia a tomar parte na comunhão geral e todas solenidades do programa uniformizados.
>
> Dia 1° de Novembro – Às 6 horas, missa com comunhão geral dos reservistas. Atiradores e militares em geral, em Ação de Graças.
>
> Todos aos pés do senhor Deus dos Exércitos:
>
> PARTE CÍVICA
>
> Dia 1° - No quartel – Às 13 horas e meia, após a parte militar, por gentileza do Exmo. Sr. Comandante, será realizada, no salão nobre do II Batalhão, a sessão solene abrilhantada pelas distintas e preclaras alunas da Escola Normal Livre, desta cidade, por especial deferência de sua digna diretora Exma. Sra. D. Elvira Moura Bastos, por gentis senhoritas e jovens estudantes.
>
> Tocará nessa solenidade o Jazz Band do Batalhão.
>
> A todos que tanto tem contribuído pela glória de Deus, grandeza do Brasil, nobreza moral do Exército com o progresso da U.C.E. – nossa gratidão e homenagem.
>
> Tudo por Deus pela Pátria!
>
> Pindamonhangaba, em 30 de outubro de 1928.
>
> A diretoria
>
> Visto – Padre João José Azevedo, assistente eclesiástico.
>
> "A religião de Cristo faz do patriotismo uma lei: não há cristão perfeito que não seja patriota perfeito. – C. Mercier.
>
> "O dever cumprido, como a vitória, é tanto mais glorioso quanto mais custou." (O CENTURIÃO, n. 9, 1929, p.25)

O evento acima, dividido em mais de um dia, começou, assim como a referida Páscoa dos Militares, com o primeiro dia destacado para ações religiosas de confissão dos militares e reservistas, tendo tomado parte a Escola de Farmácia. No dia seguinte, no salão nobre do II Batalhão, sob o som do Jazz, ocorreu uma cerimônia cívica, com direito a socialização com as alunas da Escola Normal Livre: mais uma vez, buscava-se estimular a formação de famílias católicas. Sobre a Escola Normal Livre e a Escola de Farmácia, foi possível encontrar referências sobre essas instituições como sendo um orgulho da sociedade local:

> O Jornal Tribuna do Norte retrata que a cidade de Pindamonhangaba, na década de 1920, era uma cidade em decadência, após a crise cafeeira, mas orgulhosa de ter uma sociedade culta guarnecida de uma faculdade, a "Escola de Pharmácia e Odontologia de Pindamonhangaba" e uma "Escola Normal Livre", com educação moderna e atual, pelos parâmetros da época. (RIBEIRO, 2012, p. 73)

A iniciativa de promover tradições católicas-militares continha o apoio de segmentos da sociedade local, indo além dos círculos restritos ao Exército e à Igreja

católica. Pode-se perceber, também, nos dois núcleos referidos, o de Pindaminhangaba e o de Florianópolis, a tentativa de estimular a formação de famílias católicas, em conjunto com a implementação das novas tradições.

Contudo, é preciso perguntar: a que famílias se referiam essas cerimônias religiosas? Qual era o conceito de família propagado entre os católicos-militares? O que se estava a pedir ao Reservista quando lhe era cobrado o compromisso de estabelecer uma família cristã ao sair do Exército?

Sobre esta temática, é importante ver o conceito de feminino defendido em O Centurião, porque, a partir dessa delimitação, torna-se possível entender qual era o papel delimitado para as mulheres nas famílias a serem formadas. As mulheres católicas apresentadas naqueles eventos estavam associadas a certa imagem e expectativas de comportamento, em conformidade com determinada concepção de família cristã católica.

4.2.3) O Feminino e a família no discurso católico militar

Abaixo, pode-se observar o texto no qual O Centurião delimitou aquilo que seria uma distinção entre o verdadeiro e o falso feminismo e qual seria o papel da mulher católica, de acordo com a visão dos católicos-militares:

> O Papa e o feminismo
>
> Numa solenidade que há pouco se realizou no Vaticano, para a leitura dos decretos que proclamam a virtude em grau heroico da venerável Paula Frassineti, genovesa da ordem das irmãs Dorotheas, **o Papa depois de glorificar a venerável Paula, censurou acremente as mulheres do seguinte modo: "O sexo feminino tem, em Paula Frassinetti o espelho de todas as virtudes, que deveria ter sempre presente como exemplo digno de imitação. A mulher de hoje oferece argumento a considerações penosas. É para nós causa de dor imensa vê-la chegar ao esquecimento consciente dos dons que lhe foram confiados: o recato e o pudor. Parece empenhar-se com afinco, para conseguir destruir todo o bem que nela é característico do sexo, e põe um estudo especial em desviar-se da linha que Deus lhe traçou.** E o Santo Padre pergunta: **"a que aspira chegar a mulher da época presente? Que quer este feminismo moderno? Para alcançar o que nunca chegará a atingir, perde tudo o que poderia ter legitimamente."** O Pontífice mostra-se sentidíssimo e diz que a sua dor é profunda, porque não somente as mulheres que vivem na mundanidade, mas aquelas que vivem mais recolhidas, e se mostram católicas fiéis, se sentem atraídas pela vaidade, que obscurece, nas suas almas, todas as luzes do bem e desvia os seus retos espíritos que deveriam manter-se imaculados. Por isso o exemplo, que deu Paula Frassinetti deve ser posto em relevante destaque. Ela foi uma mulher animada por um glorioso feminismo, desse feminismo verdadeiro que quer ficar nas suas funções dignas e puras, para o bem do

> próximo, para a felicidade do lar, o consolo dos pais, a santa guia dos filhos, a dignificação da pátria e a glória da Igreja católica.
> A alocução de Pio XI tem sido comentada pela sua extrema severidade: Parece, porém, que vai ter o efeito desejado pelo pontífice, a julgar pelas condutas das diocesanas, tomadas em algumas catedrais das províncias da Itália.
> Efetivamente, em Casal Monferrat a autoridade eclesiástica mandou afixar nas portas das Igrejas das localidades o seguinte "Aviso sacro" que suscitou enorme alvoroço e grande impressão no elemento feminino:
> **"Por causa da indecência da moda feminina e do irreverente comportamento mantido na Igreja, a datar do próximo domingo, fica suspensa, até nova ordem, a missa solene do meio dia, na catedral. Pelos mesmos motivos, a missa da 11 ½, na Igreja de Santo Estevão, será reservada, exclusivamente ao sexo masculino."**
> Parece que essa grave determinação foi tomada pelo bispo Monsenhor Altino Pella que goza, no entanto, em toda a região do Piemonte, merecida fama de muita severidade de caráter, cordura e serena prudência. (O CENTURIÃO, n. 7-8, 1928, p. 22, grifo nosso).

No texto acima, temos, inicialmente, o relato de que o papa Pio XI realizou uma censura às mulheres da sua época, oferecendo, em contrapartida, Paula Frassineti como um modelo de conduta a ser seguido. Em sua crítica às mulheres, ocorrem referências à falta de recato e pudor, à vaidade que estaria atraindo, inclusive, as católicas fiéis.

Em seguida, o texto de *O Centurião* cita o fato de que a censura papal estaria dando resultados, uma vez que, em Casal Monferrat (cidade italiana na região do Piemonte), a autoridade eclesiástica teria procedido com a suspensão da missa de domingo do horário de meio dia por conta da "indecência da moda feminina". A missa anterior, horário de onze e meia, foi reservada exclusivamente para o sexo masculino.

Para se compreender o ocorrido, é importante uma contextualização sobre a Europa no pós-Primeira Guerra Mundial. Desta forma, é possível entender mais claramente o posicionamento papal e a sua referência à Paula Frassineti, assim como o significado do endosso dessas visões pela UCM.

Durante a Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma demanda sem precedentes na mobilização da população masculina. De acordo com Neves (2015), mais de setenta milhões de homens foram mobilizados, se considerarmos todos os continentes. Na França, mobilizaram-se oito milhões de homens, mais de 60% da população ativa masculina. No Reino Unido, seis milhões. Na Itália, foram 5,3 milhões de italianos. No que diz respeito às potências centrais, os números também são grandiosos: 12,7 milhões de alemães, 8,8 milhões de austríacos, 3 milhões do Império Turco Otomano (NEVES, 2015, p.74).

Tamanha mobilização da população masculina teve por consequência a mobilização das mulheres:

> A mobilização dos homens para a frente de batalha implicará a mobilização das mulheres. Inicialmente, parcelar, cautelosa. Constituindo-se como vertente primeira, tornada permanente e crescente, a assistência social e a enfermagem configuram-se como maternidade social, prolongamento do seu papel na família. A intervenção assistencial, na qual a experiência filantrópica do movimento feminista e das organizações femininas religiosas se revela preciosa, exerce-se no interior dos países quer através de obras de caridade dirigidas àqueles que a guerra mais empobrece (as famílias de mobilizados, sem recursos, sobretudo mulheres e crianças; órfãos, as viúvas de guerra, desempregados e refugiados), quer orientada para apoio material e moral aos mobilizados. As associações feministas e outras apelam e agrupam mulheres... em torno deste trabalho: desde a criação de formas e estruturas de apoio às populações carentes, ao envio de alimentos e agasalhos para os homens na frente e nos campos, ao incremento das madrinhas de guerra, que se consagrará como estrutura de apoio psicológico considerado dever patriótico.
> (...) Em todos os países envolvidos no conflito, muitas mulheres, a maioria da classe média ou alta, enfermeiras de formação ou simplesmente voluntárias, aprendizas, auxiliares, religiosas e civis, cuidarão dos soldados nos hospitais dos respectivos países e nos hospitais auxiliares da Cruz Vermelha... (NEVES, 2015, p.74-75)

Outro aspecto é que a mobilização feminina acabou por tensionar a divisão tradicional de gênero, conforme ilustra o fragmento abaixo:

> “Os homens na frente, as mulheres nas ambulâncias”, tal será a divisa da União das Mulheres Francesas ecoando por todos os países envolvidos, incluindo Portugal. Mobilização que se revelará menos tranquila do que a mera assistência filantrópica, porque no seu exercício se insinuam riscos de subversão do enquadramento ideológico secular das identidades masculina e feminina. (NEVES, 2015, p. 74)

A mobilização feminina que, inicialmente, foi cautelosa, com o passar do tempo, foi se fazendo cada vez mais necessária:

> A partir de 1915, a crescente partida dos homens dos países beligerantes ameaça paralisar a economia já em crise. A generalização de uma economia de mera subsistência, a escassez de gêneros e de produtos em todos os setores, o desemprego e a pauperização da população, particularmente feminina e infantil, apesar dos subsídios de apoio governamental às famílias de mobilizados, colocam como urgente o incremento da produção, quer para acudir à penúria do país, quer para alimentar os homens nas trincheiras. Outra imposição que a guerra coloca é o investimento na indústria metalúrgica de armamento. Assim, o prosseguimento de uma guerra que, afinal, veio para ficar exige nova mobilização feminina, cujo ritmo e características variam de país para país, mas em que, não obstante, o enquadramento ideológico, as orientações e direções dessa mobilização se assemelham. Na generalidade dos países envolvidos no conflito será mais complexo e problemático este outro tipo de mobilização que se imporá como uma necessidade imperiosa: a mobilização feminina para as frentes de produção e serviços, ocupando, mesmo, postos de trabalho tidos como inconvenientes à feminil natureza. (NEVES, 2015, p.79-80)

A modificação da forma de mobilização feminina causou conflitos, mesmo nos locais onde não foi tão intensa como o ocorrido na França, Inglaterra e Alemanha. No sul da Europa, houve muita resistência:

> Menos significativa será a situação no sul da Europa. Na Itália não se registra notável crescimento do trabalho feminino, mas sim um deslocamento das mulheres para empregos não tradicionais, chegando a observar-se franca resistência à inserção feminina nos ramos masculinos. Recorrendo ao estudo de Simoneta Ortazi Cammarosamo, Testimonianze Proletaria e Socialista Sulla Guerra, Thébaud refere o protesto de famílias operárias contra o emprego de mulheres na Fiat, acusadas de ladras do trabalho dos homens. Portugal é, dos países do sul, aquele em que o investimento do trabalho feminino mais se processa segundo os parâmetros da cultura patriarcal: caridade, assistência, enfermagem e pouco ou quase nada mais, mesmo perante a paragem de serviços que as mulheres poderiam preencher, fato asperamente criticado pela feminista Ana de Castro Osório... (NEVES, 2015, p. 81)

No pós-guerra, com o retorno da população masculina da guerra, buscou-se uma desmobilização feminina:

> A ocupação feminina dos lugares dos homens é encarada pelo poder como uma necessidade de um tempo de crise e, portanto, paralelamente à mobilização das mulheres para a produção, mantém-se e até se reforça, ainda que revestido de novas formas, o discurso ideológico e normativo sobre a função natural das mulheres, mães de família, mães de soldados, mães da pátria.
> E, se o trabalho feminino, ampliando-se a esferas tradicionalmente masculinas, suscita o temor de masculinização da mulher, o discurso dominante garante a salvaguarda da feminilidade tão duramente posta à prova (Thébaud, 1995:45). Daí o regresso à ordem no final do conflito, com a desmobilização através do desemprego feminino: “Mulheres reentrai no lar, no vosso lugar, na família”. (NEVES, 2015, p.105)

Esta desmobilização quebrou as expectativas de recompensas pelos esforços prestados:

> (...) O patriotismo assumido sincera e fervorosamente pelas feministas encontra encorajamento também na convicção de que a ação das mulheres em tempo de guerra beneficiaria a sua causa, alterando as resistências dos poderes face ao reconhecimento da legitimidade da igualdade. As mulheres esperam ser reconhecidas e recompensadas pelo seu papel vital na defesa contra uma guerra conduzida pela barbárie. Os resultados obtidos seriam, todavia, desanimadoramente reduzidos no plano do reconhecimento dos direitos. Mais ainda, depois da experiência feminina, através de nova mobilidade e responsabilidade laboral e social, em todos os países assiste-se ao mais célere processo político de regresso à normalidade. A desmobilização das mulheres da frente produtiva é frequentemente brutal. É preciso esvaziar os lugares que elas ocuparam para os homens que regressam. O aumento da taxa de emprego feminino registrado no pós-guerra,

relativamente ao período anterior ao conflito mundial, não é tão significativo quanto se esperaria. Basta analisar as estatísticas dos países envolvidos. (NEVES, 2015, p.107)

Mas a desmobilização feminina não esteve relacionada somente ao retorno da população masculina da guerra. Outro fator associado foi o desejo governamental dos países de recuperar as perdas demográficas ocorridas pela guerra. Tal desejo foi utilizado para desmobilizar as mulheres do trabalho para uma outra frente, a mobilização dos ventres:

> "O primeiro dever depois da guerra será ter muitas crianças para preencher os vazios.", exorta Cécile Brunschviq, da União Francesa para o sufrágio das mulheres. A quebra demográfica provocada pela guerra, violentíssima em vários países, origina uma obsessão natalista que não passa por favorecer as mulheres trabalhadoras no seu direito à maternidade, mas por reduzi-las a parideiras da nação. Sucederão denúncias de esterilidade feminina, penalização da contracepção, criminalização do aborto. Simultaneamente, os governos começam a adotar medidas progressivamente protetoras da gravidez e maternidade, até sob pressão de muitas feministas rendidas a esta batalha de dar à luz aos filhos da nação, questão vital para os países.
> Na glorificação da maternidade, note-se a expansão da festa da Mãe, instituída pela primeira vez nos Estados Unidos em 1914, pelo presidente Wilson, segundo domingo de maio, iniciativa criticada por feministas. Depois de 1918, a festa ou dia da mãe estende-se como festa maior aos restantes países: Canadá, Austrália, Grã-Bretanha, Alemanha (1923) e França (1926), mas será com o nazismo e o fascismo que se institui poderosamente. (NEVES, 2015, p.107-108)

Contudo, apesar dos retrocessos ocorridos nos níveis de participação feminina no mercado de trabalho e apesar dos discursos conservadores tentando delimitar a função social da mulher como restrita ao âmbito doméstico, não se retornou ao cenário pré-guerra, uma vez que a mobilização feminina gerou consequências muito visíveis:

> Porém, com o retorno das mulheres a casa, embora em muitos países a sua presença no mercado de trabalho não regresse aos números anteriores à guerra, as fervorosas campanhas pela sua sujeição a um único destino, esposa, dona de casa, mãe, não conseguiram anular o efeito das vivências femininas durante a guerra: a saída para o espaço público, a entrada no mundo do trabalho, a autodescoberta de capacidades desconhecidas e inesperadas, o companheirismo, as cumplicidades femininas. Ainda que a discriminação permaneça no domínio laboral e social, "a mobilização da guerra constituiu para um certo número de mulheres uma experiência de liberdade." (Thébaud, 2000: 245)
> Elas já são outras, tal como outros são os homens regressados de terríveis vivências jamais imaginadas. "Quando os homens regressam da guerra,

> esgotados por quatro anos passados no fogo e no sangue das trincheiras, não reconhecem as mulheres" (Goldmann, 1994: 111).
> Elas ganharam uma autonomia subjetiva que se espelha no corpo, no vestuário: saem sem chapéu, o que seria completamente impossível para mulheres da burguesia em 1914, cortaram os cabelos, deixaram de usar espartilho, subiram as saias até ao joelho, usam vestidos de tecido moldável ao corpo, saem e ousam entrar sozinhas em cafés e teatros. (NEVES, 2015, p. 108)

Segundo Neves, a experiência de liberdade provocou transformações que poderiam ser verificadas não somente nas estatísticas relativas ao mercado de trabalho (apesar do retorno a casa, a participação aumentou em muitos países, em comparação com os números anteriores à guerra), mas, também, em aspectos visuais, ou seja, pela forma de vestir e até pelos cortes de cabelo.

Outra consequência relacionada com as transformações ocorridas durante a guerra foi o aumento do número de divórcios:

> A solidão dos longos anos de conflito ocasionou outros encontros, alguns muito breves, mas intensamente vividos sob o espectro da incerteza de um amanhã. Não por acaso, as autoridades tentaram vigiar as mulheres, em particular, as casadas, vigilância rigorosíssima nas localidades próximas das frentes...
> O medo de serem esquecidos, o pavor da infidelidade das mulheres que deixaram, o pesadelo do abandono dilaceram os homens nas frentes duma guerra tornada tão longa. Acresce que guardam a imagem da mulher que deixaram, a nostalgia da doçura e passividade de uma essência feminina. É esta imagem que esperam intacta no seu regresso: "A guerra reforça nos homens confrontados com os horrores o sentimento de uma irredutível diferença entre os sexos e a sedução de uma feminilidade, tradicional, passiva e consoladora" (Thébaud, 1995: 24). O drama do desencontro entre o que fora e não será mais, apesar dos pesados resíduos, o que foi e os homens esperavam encontrar e o que os aguarda manifesta-se no significativo número de divórcios. (NEVES, 2015, p. 109)

Examinar o contexto proporcionado pela guerra ajuda a compreender o discurso do papa sobre as mulheres. As suas palavras estavam confluindo para recolocar as mulheres em seus papéis tradicionais, no esforço de as empurrar de volta para casa, após o retorno dos homens. Apontavam no sentido, também, de fazê-las se engajar no esforço de aumento da natalidade para reposição das perdas demográficas.

O apelo do papa frisava que as mulheres estavam esquecendo os seus dons do recato e pudor, em uma tentativa de se delimitar qual seria a natureza das mulheres e, também, o que seria anti-natural. A missa proibida às mulheres em razão da alegada

indecência da sua moda foi uma tentativa de constranger as que estavam aderindo às transformações de vestuário.

O relato de Neves (2015) sobre as transformações na maneira de vestir e até nos cortes de cabelo lança luz sobre o incômodo da Igreja, tentando impedir as mudanças. Pequenas modificações estéticas eram encaradas como um indício de que as mulheres estariam saindo dos papéis tradicionais que lhes eram atribuídos. Uma amostra de como o controle sobre as mulheres estava se dirigindo aos menores detalhes do cotidiano. Quem se diferenciasse daria argumento a considerações penosas, segundo o papa. Ademais, permite entender, também, um dos fatores que levou a sociedade de Santo Ivo (analisada parcialmente na seção anterior) a colocar a temática do divórcio como um dos temas centrais para os juristas católicos.

No Brasil, que não passou pela intensa mobilização feminina ocorrida na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, o conservadorismo católico, trazido pela Igreja crescentemente romanizada, trouxe um discurso repressor contra as mulheres brasileiras que não haviam experimentado a "liberdade" mencionada na Europa, o que muito provavelmente lhes trouxe, ao menos inicialmente, uma carga extra de repressão e dificuldades.

Paula Frassineti, o modelo de mulher católica, de acordo com o papa da época, foi a fundadora da Congregação das irmãs de Santa Doroteia. Nascida em 1809, aderiu cedo a uma vida dedicada à religião e se destacou muitas vezes pelos cuidados destinados a pessoas doentes. As irmãs de Dorotheia se destacaram cuidando de doentes durante a Primeira Guerra Mundial. Possivelmente, por esta razão, a sua fundadora recebeu as menções do papa como paradigma a ser seguido.

O discurso papal, endossado pela UCM em O Centurião, demonstra qual era a função esperada para a mulher católica, segundo o discurso da época, e qual seria o seu papel na formação de uma família cristã. A UCM educava os católicos-militares para a defesa deste formato de família, extrapolando a formação do militar para também tutelar a função das suas esposas e demais membros.

A seguir, será examinado como os intelectuais católicos-militares pensavam a educação, não somente para os militares, mas também de uma maneira geral, sobre o seu papel na formação da juventude.

4.3) A União Católica Militar e a educação

4.3.1) Educação, Exército e modernização

Nesta seção, pretende-se, após breve contextualização, discutir alguns artigos nos quais O Centurião expressou o seu posicionamento, de forma específica, em relação à educação formal. Os artigos são de 1929.

Ao se pensar sobre a educação formal na Primeira República, é necessário ter em mente o seu caráter excludente:

> A escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso. Na sociedade excludente que se estruturou nas malhas da opção imigrantista, nos fins do século XIX e início deste, a escola foi, entretanto, facultada a poucos. (CARVALHO, 1989, p.7)

Este caráter excludente, de certa maneira, foi percebido por alguns pensadores e a importância da escola foi reafirmada nos anos 1920:

> Nos anos 20, na avaliação da República instituída feita por intelectuais que se propõem a pensar o Brasil, a política republicana é acusada de ter relegado ao abandono "milhões de analfabetos de letras e ofícios", toda uma massa popular, núcleo da nacionalidade. Esta legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio do Progresso, a impor sua presença incômoda no cotidiano das cidades. A escola foi, em consequência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso, na nova ordem que se estruturava. Passa, no entanto a ser considerada "arma perigosa", exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação. (CARVALHO, 1989, p.7)

Neste sentido, tem-se um entusiasmo pela educação permeado pelo desejo de controle social e modernização:

> Sedimentou-se nos anos 20, entre intelectuais que se aplicavam a pensar o Brasil e a avaliar a República instituída, a crença de que na educação residia a solução dos problemas que identificavam. Este entusiasmo pela educação condensava expectativas de controle e modernização social, cuja formulação mais acabada se deu no âmbito do nacionalismo que contamina a produção intelectual do período. Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se investia como elite com autoridade para promovê-los. (CARVALHO, 1989, p.9)

O imigrante que, no fim do século XIX, era visto pelas elites como esperança de redenção do Brasil, em razão do imaginário de que estes eram imbuídos de disciplina, energia e amor ao trabalho, passou a ser percebido como uma ameaça após as greves de 1917. Paralelamente a perda de esperança no imigrante, as teses racistas passaram por um processo de reavaliação e o papel da educação, nos anos 1920, passou a ser mais valorizado:

> Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatas pelas novas gerações.
>
> A questão da organização do trabalho nacional formulava-se em termos diversos daqueles que haviam predominado no fim do século. As teses racistas, que haviam sido articuladas em defesa da imigração, embasando práticas excludentes da participação do liberto no mercado de trabalho dos setores mais dinâmicos da economia nacional, são agora reformuladas. Se a cor da pele permanecia assombrando os novos intérpretes do Brasil que entram em cena nos anos 20, ganhava força entre eles a ideia de que a educação era fator mesológico determinante no aperfeiçoamento dos povos, sobrepujando fatores raciais. As imagens do negro e do mestiço como “vadio” continuam a inquietar esse imaginário, mas deixam de ser o signo de uma incapacidade inamovível para o trabalho livre. O liberto e seus descendentes permanecem estigmatizados como criaturas primitivas e por isso propensas à vadiagem. Mas esta passa a ser também o resultado da incúria política de abolicionistas e republicanos que não os teriam adestrado para as imposições da liberdade. (CARVALHO, 1989, p. 10-11)

A educação permitiria incorporar as massas ao projeto modernizador. A importância do ideal modernizador não pode ser perdida de vista. As primeiras décadas do século XX foram especialmente marcadas pela ideia de modernização. O fato de terem ocorrido grandes reformas urbanas, em especial na capital do país, ajudou a alimentar a ideia de que era necessário ampliar as mudanças, ou seja, ir além das modificações materiais para transformar o povo brasileiro que precisaria se adaptar aos novos tempos. Neste sentido, Silva (2004) observou:

> ... a propalada modernidade carioca dos anos 1920 significou um momento de intensificação da concepção de que a reforma dos espaços urbanos deveria ser acompanhada por uma remodelação dos comportamentos e hábitos da população.
>
> Nessa medida, o grande desafio do período – talvez o maior – era empreender uma harmonização ao conjunto das obras públicas que, via de regra, vinha sendo implantado desde a virada do século XIX para o XX e, em concomitância, que a modernidade fosse incorporada aos atos, falas, e modos dos habitantes. Dito de outra forma, tratava-se de despertar, incutir e disseminar atitudes modernas... (SILVA, 2004, p.16)

As grandes obras repercutiram na forma de organização do espaço urbano e também na escola:

> Destarte, frente às necessidades e exigências sociais que insistiam na urgência em controlar e fiscalizar a circulação (de automotores e de pedestres) e a ocupação populacional, esteve em cena nos anos 1920 o ideal de reorganizar o cenário urbano e, igualmente (re)significar os possíveis papéis que seriam desempenhados...
> Para o desígnio de racionalizar o traçado arquitetônico, porquanto se frisava a imprescindibilidade da elaboração de um projeto global para as cidades que norteasse as medidas de reforma e a criação de equipamentos urbanos para o lazer e o aprendizado cotidiano de formas ideais de sociabilidade, acentuou-se a influência dos saberes e práticas do urbanismo. Com a pretensão de adaptação e disciplinamento dos comportamentos e hábitos da população, porque sublinhavam a possibilidade de trabalhar junto à comunidade escolar (crianças e adultos) certo número de procedimentos e condutas e de contribuir para a multiplicação dos mesmos pelo meio social, fortaleceu-se a interferência dos saberes e práticas da escolarização primária.
> Por essas considerações é que se pode afirmar que, sob a lógica governamental, intensificou-se no decurso dos anos 1920 a concepção de se pensar a escola e a cidade a partir de um repertório comum de estratégias. Isso porque se objetivava converter a cidade em um espaço educativo e a escola em um dispositivo para incutir ideias de urbanidade e higiene pública. (SILVA, 2004, p. 17)

Neste contexto, a escola se constitui em um símbolo de uma nova ordem e como tal, precisava de visibilidade. O seu espaço físico, por si só, já deveria ser capaz de transmitir uma mensagem contundente. Um exemplo desta nova simbologia atribuída a escola foi o Estado de São Paulo:

> Proclamada a República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso. Como signo da instauração da nova ordem, a escola devia fazer ver. Daí a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador. A fala de Cesário Mota na inauguração do edifício da Escola Normal Caetano de Campos, em 1894, é paradigmática: ... porque no edifício celebrado “a grandeza, a majestade do simples” simbolizava a “força de uma ideia elevada”: a instrução do povo. “Ponto culminante de nossa arquitetônica”, o edifício revelava “a altura em que a República colocou desde o início o problema da instrução.” (CARVALHO, 1989, p.23-24)

O próprio prédio cumpria uma função pedagógica e propagandística acerca de uma nova visão de mundo. Ainda sobre o referido prédio:

> À visão do luminoso templo laico levantado com recursos que o Império havia destinado à construção de uma catedral, contrapunham-se visões tenebrosas da escola na velha ordem: “casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como

> párias." No retrato da educação no Império, a falta de recursos "trazia a de estímulos, o desânimo, e a escola pública era, em geral, a penitenciária do menino, e o ganha pão do mestre"...
> O edifício que então se inaugurava era a resposta dos governos republicanos a uma sociedade inteira que, cansada de enviar os filhos ao estrangeiro "para mendigar o saber que aqui não se podia obter" e entristecida em ver os cárceres repletos, teria bradado com Goethe: "Luz!, Luz! Mais Luz!"
> Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava. (CARVALHO, 1989, p. 24-25)

Segundo Silva (2004), a busca por dar maior visibilidade à esfera pública tinha o objetivo de introjetar os novos valores desejados no cotidiano a partir de um novo paradigma, segundo o qual, se iria além da vigilância e policiamento governamentais, uma vez que os olhares não estariam organizados em uma observação que se daria somente de cima para baixo, mas, em uma nova perspectiva, pela qual, os indivíduos observariam uns aos outros:

> Na tentativa de operacionalizar essa conversão da cidade e da escola, grande destaque foi conferido à visibilidade proporcionada pela esfera pública. Paulatinamente, o ver e ser visto intrínseco às interações estabelecidas no ambiente urbano foi alçado à categoria de elemento indispensável para a configuração de atitudes modernas na população. Tratou-se, no fundo, de investir para que a obediência aos padrões de conduta e às regras comportamentais deixasse de estar, e tão somente, atrelada à atuação dos mecanismo de fiscalização e policiamento governamentais, mas passasse, também, a se encontrar introjetada e multiplicada no próprio cotidiano (SILVA, 2007). " A vigilância funcionaria como uma rede, de alto a baixo, de baixo para cima e lateralmente (os indivíduos [...] controlando-se entre si)" (GUIRADO, 1996, p.65). Nesse caminhar, a dominação pessoal que cada sujeito faria de seus interesses particulares contribuiria para que, mesmo indiretamente, cada um se tornasse alguém habilitado a vigiar os comportamentos dos demais habitantes.
> Como se percebe, apontar para as potenciais contribuições que a visibilidade ocasionada pela esfera pública poderia trazer para o projeto de difusão de atitudes modernas pela população implica atentar para um aspecto primordial: um arranjo circunstancial de acontecimentos cotidianos que, de algum modo, se encarregaria de distribuir enredos, atribuir e delimitar a importância de cada papel aos habitantes. (SILVA, 2004, p.17-18)

Dentro desse esforço modernizante e em meio à disseminação de novos valores imbuídos em uma busca por controle social, se delinearam uma multiplicidade de projetos de modernidade. Segundo Paulilo (2010):

> A ênfase conferida por Carlos Monarcha (1989:104) à pretensão de racionalização do funcionamento das atividades pedagógicas no discurso reformista dos anos 20 e 30 sugere que toda uma comunidade de homens

> cultos elaborou estratégias não repressivas de hegemonia social sob o ambíguo rótulo do moderno. Valendo-se, com discrição, das ideias de Edgar de Decca, Monarcha (1989) mostrou como então se procurou consolidar um conjunto doutrinário capaz de criar uma consciência de ruptura. Conforme explicou em A reinvenção da cidade e da multidão, do mesmo modo que a memória histórica da Revolução de 1930, a memória legada pelos renovadores sobre a Escola Nova, levou o investigador a mover-se em torno das teses e dos temas criados pelos próprios vencedores. Para Hilsdorf (2003:81), a reavaliação que Carlos Monarcha faz do movimento educacional brasileiro desses anos é lapidar ao afirmar que "os escolanovistas são modernos para quem acredita que 1930 é a revolução burguesa." (PAULILO, 2010, p.35)

No fragmento acima, Paulilo (2010), ao refletir sobre a historiografia da modernidade educacional, problematizou o conceito de moderno, apontando por meio de outros autores, a ambiguidade deste "rótulo". Por meio de projetos modernizantes, estavam em disputa projetos e estratégias hegemônicas. Para além da mudança e das transformações, havia também uma dimensão essencial de conservação. Sobre a conservação:

> Nesse enquadramento da questão, Fernando de Azevedo é tido por Monarcha (1989:135) como "facho de luz", produtor de diretrizes gerais: "será Fernando de Azevedo quem explicará as finalidades sociais da escola nova brasileira, no contexto de regeneração moral das "classes perigosas", procurando elevá-las à altura da missão que o século xx lhe reservara". A interpretação de Monarcha reserva uma atenção específica à atuação de Azevedo na reforma do ensino no Distrito Federal entre 1927 e 1930. Ele propõe que, nesse empreendimento, Azevedo fez o agenciamento liberal para a auto-conservação da sociedade burguesa se passar pela busca do novo, pela substituição de uma concepção de ensino vencida pelo tempo. O enfoque de Monarcha (1989) na orientação ideológica que a reforma da instrução pública da capital federal expressou não só permite observar o alcance das mudanças pretendidas como também o que então se buscou conservar. Mais que as estratégias reformistas, Monarcha (1989:98) analisa o cuidadoso empenho de construção e preservação da memória do movimento educacional dos anos 20 que Azevedo protagonizou.
>
> A forma como Marta Carvalho (2000:245-2460 analisa o episódio reformista de 1928 na capital federal revela, sobretudo, a contradição que havia entre o apelo modernizador dessa reforma e a velha política a que ela servia ...
>
> A demissão de Azevedo, tão logo estivesse consumada a Revolução de 1930, parece dar razão a essa interpretação. (PAULILO, 2010, p.36)

A preocupação com a educação e o desejo de acompanhar as transformações técnicas ocorridas no mundo ocidental industrializado também esteve presente no exército brasileiro. A ideia de se modernizar, ou seja, de estar no mesmo patamar dos exércitos europeus que, se utilizando dos avanços proporcionados pela segunda revolução industrial vinham constantemente transformando os seus equipamentos e forma de treinamento, estava presente em setores do Exército desde o período imperial.

Desta forma, Alves (2002) destacou o campo militar como um lócus onde, no Brasil, mais precocemente se instalou a ideia de modernização:

> ... o exército configurava-se como a força de coerção diretamente ligada ao poder central. Apesar de pouco prestigiado por esse mesmo poder, suas características no Brasil de início do século XIX, levaram a que assumisse, como parte de suas atribuições, tarefas de produção, assistência e ensino...
> Assim, os primórdios da industrialização no Brasil passaram, também, por dentro do exército. Pouco foi estudado a esse respeito pelos historiadores da indústria brasileira, mas como assinalamos anteriormente, desde as primeiras medidas de D. João, o exército esteve associado aos empreendimentos industriais... (ALVES, 2002, p.329-330)

O exército que desde o período imperial até as primeiras décadas do século XX se utilizou do recrutamento forçado, precisou se preocupar, desde as suas origens sobre como educar as camadas sociais mais baixas para que estas pudessem lidar com as ordens e equipamentos.

Mas, como se constatou no primeiro capítulo desta tese, as necessidades educacionais não estavam restritas às camadas sociais mais baixas. A década de 1850, contando com capitais decorrentes da proibição do tráfico negreiro, experimentou maior demanda por construção de estradas e vivenciou a chegada das vias férreas, o que fez crescer a procura por engenheiros que, naquele período, eram formados unicamente pela academia militar (ALVES, 2002).

A atividade fabril demandada ao exército ia além dos arsenais. Também era necessário, ter laboratórios pirotécnicos, fábrica de ferro e a fábrica de pólvora. Tais demandas faziam do campo militar um espaço onde se podia experimentar a modernidade, um local em que se evidenciava a necessidade de constante atualização. Acerca do exército como porta de entrada da modernização:

> Tudo indica que os empreendimentos industriais eram assumidos pela oficialidade como parte de sua atividade profissional. Ser militar implicava dirigir de forma competente a produção de bens e materiais necessários ao exército, mas, também necessários a vida nacional. Vimos no capítulo anterior que os Arsenais mantinham relações com as localidades, fornecendo uma série de utensílios, exemplificado pelo caso de Mato Grosso. Da mesma forma, a fábrica de São João de Ipanema produziu encanamentos para Sorocaba e fios para a telegrafia nacional. As Fábricas de Pólvora destinavam-se a servir as necessidades particulares, além das estatais. Dessa forma, o campo fabril relacionava-se com a sociedade civil, ao mesmo tempo em que, como parte do Estado, construía a ação estatal. Não era fechado e voltado exclusivamente para as necessidades militares.
> As fábricas e arsenais constituíram-se, portanto, numa atividade que permitia a entrada da modernização no seio do exército, ao mesmo tempo em que criavam oportunidade para o enfrentamento prático de problemas

> concernentes à indústria nacional, tais como a concorrência estrangeira, a necessidade de financiamento, a falta de infra-estrutura, sobretudo de estradas para o escoamento da produção, além da própria questão da mão de obra, envolvendo a substituição do trabalho escravo e a formação dos trabalhadores, vinculada ao barateamento de custos, inclusive com recurso ao trabalho infantil. Configuravam uma experiência de modernidade, aliando modernização e construção do nacional, estabelecendo um ponto de observação das resistências e possibilidades de concretização da Nação, nos moldes anunciados pelos países europeus. Um Estado nacional forte seria o correlato de um exército moderno e bem equipado. (ALVES, 2002, p.341-342)

Pelo fragmento acima, vê-se que o Exército não somente foi porta de entrada da modernização como também que este processo repercutiu na sociedade civil que se beneficiava destes investimentos militares. Outro aspecto, é que esta modernização também lançava luz para os entraves deveriam ser superados para uma melhor equiparação aos padrões europeus, ou seja, abria um caminho para a emergência de um pensamento crítico sobre o país. Acerca deste pensamento crítico:

> ... A organização que recebeu na década de 1850, com a criação de distritos-militares, a instituição da Repartição do Ajudante General e da função do quartel-mestre general, a regulamentação dos corpos eclesiástico e de saúde, a revisão do código penal militar e o estabelecimento de novos critérios de promoção na carreira, fez parte do processo de profissionalização, como já assinalaram outros historiadores. Achamos importante acrescentar que, além disso, consolidou-se, naquela década a presença nacional das forças do exército.
>
> Com isso, criou-se um campo de experiências que estariam na base da produção intelectual dos oficiais de fins do Império, permitindo que o exército viesse a ser pensado como uma instituição capaz de oferecer homens para dirigir a nação. Durante décadas, uma parte da oficialidade exercitou-se na administração de uma das poucas instituições de âmbito verdadeiramente nacional existentes no Império, defrontando-se com os obstáculos resultantes das diferenças regionais, dos poderes locais, do atraso e da pobreza do interior do país. Desde a avaliação sobre a melhor forma de organizarem-se os corpos, sobre as dificuldades em manter princípios de equidade na promoção e distribuição de comissões, sobre as injustiças do código penal militar até as medidas de economia nos gastos com forragens, rações e etapes considerando os preços regionais, a fiscalização de desvios, malversação e corrupção, a edificação, ocupação e manutenção de prédios, propriedades rurais, fortalezas, quartéis e fábricas, enfim, a vida ativa da corporação fazia-se em diálogo permanente com a possibilidade de uma construção nacional. Ser militar implicava uma ação no território, fazendo emergir um pensamento sobre o país. (ALVES, 2002, p. 342-343)

A gestão em nível nacional e o envolvimento com a administração de uma instituição em processo de modernização criou quadros intelectuais portadores de um pensamento estruturado sobre o Brasil.

A Guerra do Paraguai trouxe investimentos que proporcionaram um crescimento dos efetivos, organização e armamentos e permitiu que se vislumbrasse o potencial do

exército e as suas limitações. A desvalorização no pós-Guerra do Paraguai, por sua vez, fez com que o pensamento crítico sobre o país emergisse contra o sistema monárquico, embasando a geração dos militares que proclamou a República.

Este pensamento sobre o país tinha em primeiro plano a questão educacional e a modernização do país. Ao longo da Primeira República, o campo militar continuou buscando aproximações junto ao campo educacional. Pode-se destacar dentre essas incursões, a reforma Benjamin Constant e a Liga de Defesa Nacional (SEPULVEDA, 2010, p. 56).

Benjamin Constant, militar de participação fundamental no primeiro governo republicano, um governo militar sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, foi deslocado do Ministério da Guerra, em 1890, para o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Nesse posto, criou o regulamento da Escola Normal, do Instituto Nacional de Cegos, assim como regulamentou a instrução primária e secundária no Distrito Federal. Os currículos sofreram influência das ideias positivistas. Uma das disciplinas incluídas no Instituto Nacional dos Cegos foi a de Instrução Moral e Cívica. Outra inovação foi a introdução do caráter profissionalizante na educação dos cegos (SEPULVEDA, 2010, p. 56).

Merece destaque a criação do Pedagogium, um centro de qualificação dos professores que dispunha de: uma escola primária modelo, cursos e conferências, coleções para o ensino científico e uma revista pedagógica. Por meio do Pedagogium, foram concedidos prêmios e bolsas para estudantes no exterior (SEPULVEDA, 2010, p. 56).

Mais um fator de destaque foi a proibição do ensino religioso em estabelecimentos públicos, afirmando o caráter laico da educação, assim como a reorganização da Biblioteca Nacional e a criação da Escola de Astronomia e Geofísica no Observatório do Rio de Janeiro (SEPULVEDA, 2010, p. 65-66).

Por meio das reformas de Benjamin Constant, ocorreu uma maior difusão das ideias positivistas, ideias centrais nos dois primeiros governos republicanos. Outro ponto de aproximação do Exército com o campo educacional deu-se por meio da Liga de Defesa Nacional, uma instituição externa ao campo militar, criada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, na finalidade de defender o serviço militar obrigatório e o papel do Exército como educador do povo (SEPULVEDA, 2010, p. 69).

A defesa do Exército como educador do povo pode ser compreendida por meio da expressão cidadão-soldado:

> A proposta de criação de um modelo social baseado na tese do "cidadão-soldado" não se manteve somente no campo militar. Essa proposta, iniciada por Benjamin Constant no início da República, se mantinha principalmente, por aqueles que de alguma forma foram amplamente influenciados por ele. Esse é o caso do Ministro Caetano de Farias, que, de dentro do campo político, entendia o Exército como uma grande escola e o oficial como um educador, pronto para preparar o recruta como cidadão (A Defesa Nacional, 1913).
> (...) A posição de Bilac estava baseada na proposta de Caetano de Farias e de Benjamin Constant: a defesa do cidadão-soldado. (SEPULVEDA, 2010, p. 69)

O vínculo do exército com a educação manteve relação com a ideia de modernização. Com a República, acresceu-se a preocupação com a ideia de cidadania, com a reforma dos sujeitos, associando-se novas atitudes a ideia de defesa nacional. Acerca disto, Carvalho (1989) mencionou o papel de duas revistas militares: A Bandeira e A Defesa Nacional:

> ... O grupo vinculava-se ao Club dos Bandeirantes do Brasil, organização que, além de difundir os sports e o tourismo como signos de um modo de vida moderno, moldado em costumes norte-americanos, propunha-se a renovar a mentalidade brasileira elaborando um "estado de consciência para a nação brasileira"...
> Entre 1927 e 1929, o Club publicou uma revista, A Bandeira, que anexou a publicação militar A Defesa Nacional e uma seção civil, "A Terra e o Homem". A revista operava com signos de progresso, dinamismo, força e unidade, produzindo com eles, metonimicamente, imagens de um país dinâmico e próspero, que surgiria de propostas de organização social, política e econômica que propagandeava. Entre elas, figuravam projetos de aprimoramento estratégico, técnico e conceitual de defesa nacional, de crescimento industrial, de modernização agrícola, reordenação política, de saneamento e educação.
> A seção "A defesa Nacional", publicada de julho de 1927 a agosto de 1928 em A Bandeira, era uma publicação militar já existente desde 1911. O grupo militar ligado à revista tivera origem em 1906, na política do Marechal Hermes da Fonseca de modernizar o exército enviando jovens oficiais para servirem arregimentados no exército alemão. Com a vinda da Missão Francesa em 1920, os militares ligados à revista ampliaram sua concepção de defesa nacional. Segundo José Murilo de Carvalho, o que existia na área se baseava num conceito estreito de defesa que se limitava quase que só à proteção de fronteiras do Sul e do Sudoeste. Com a vinda da Missão, amplia-se a noção, "incluindo a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos que abrangiam todos os aspectos relevantes da vida do país, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderúrgica". (CARVALHO, 1989, p. 16-17)

No fragmento acima, foi possível ver a ideia de modernização atravessando o texto desde o início do século XX, com a menção aos jovens oficiais que foram estagiar

no exército alemão em busca de novos conhecimentos à década de 1920, quando a chegada da Missão Francesa trouxe consigo uma nova concepção de defesa que agregou novas perspectivas aos projetos modernizantes.

Na década de 1920, também é possível distinguir, mesmo entre os tenentes, um posicionamento, ainda que genérico, para o campo educacional:

> Os tenentes pregavam a moralização da administração pública e o fim da corrupção eleitoral. Queriam o fim do voto aberto (voto de cabresto) e a criação de uma justiça eleitoral autônoma e honesta. Defendiam o nacionalismo econômico e uma reforma na educação pública para que o ensino se universalizasse para todos os brasileiros (SODRÉ, 1979, apud SEPULVEDA, 2010, p. 73)

Dado o exposto, fica evidenciada a importância que a educação assumiu na Primeira República, o que incluiu o campo militar, cuja preocupação com a formação dos seus quadros, aumentou ainda mais em virtude da necessidade de acompanhar as mudanças enunciadas pela Primeira Guerra Mundial. Esta relevância atribuída à educação também afetou os pensadores do campo conservador/reacionário.

Segundo Nagle (2009):

> O esforço para disseminar a escolarização também esteve presente nas proclamações do grupo de Brazílea e mesmo quando este se integra na atuação do Centro D. Vital. Da mesma forma que no caso da liga Nacionalista, o grupo que se integra primeiramente em torno de Brazílea reforça a importância da difusão da escola primária, como base da nacionalidade, e se preocupa com uma questão que teve muito prestígio a partir dessa época: a do ensino cívico ou da formação patriótica, fundamento da construção de uma verdadeira nacionalidade. Foi em decorrência disso que se procurou realçar o valor do ensino da língua pátria e dar maior ênfase ao estudo da Geografia e História brasileiras. (NAGLE, 2009, p. 120)

Pelo fragmento acima, não se vê, ainda, diferenciação em relação às pautas educacionais defendidas pelos demais setores da sociedade: defesa da escola primária e da formação de um sentimento nacionalista. Contudo, a prioridade dos interesses católicos passou a exercer, de forma cada vez mais evidente, essa diferenciação:

> Desde cedo, contudo, a pregação em favor da escolarização se compromete com as exigências do catolicismo, de tal maneira que ela passa a configurar, com o tempo, uma forma de defender o ensino religioso nas escolas. O problema da difusão do ensino em geral perde muitos aspectos devido a esse novo enforcamento. Assim, nos 12 marcos de Gil Blas – o programa de combate do grupo, onde estão sintetizados os problemas nacionalistas – encontra-se a seguinte afirmação, no marco 9°: Combate ao analfabetismo, pela obrigatoriedade do ensino; ensino religioso livre nas escolas públicas.”

> Além disso aceita-se a proposição de um dos líderes do laicato católico de que “para atingirmos à Brasilidade, isto é, para termos a Pátria reivindicada, restabelecida, entregue a si própria, só o conseguiremos pelo catolicismo, que é a própria alma do Brasil. Que valem os programas de difusão da instrução pública, de guerra ao analfabetismo, se a instrução nada é sem educação, e a educação nada é sem religião?” Com o novo sentido atribuído à escolarização, a pregação do grupo nacionalista se integra ao movimento de arregimentação dos católicos, promovido, principalmente, a partir da fundação do Centro D. Vital. (NAGLE, 2009, p. 121)

A prioridade da pauta católica passou a dividir o foco com os aspectos educacionais, no âmbito conservador. Sem a religião, a educação seria um “nada”. Mesmo nesse cenário, Nagle (2009), conseguiu visualizar uma faceta do otimismo pedagógico:

> O poder central procurou difundir, especialmente, uma ou outra modalidade de otimismo pedagógico, aliás, muito sintomático quando se pensa nas condições históricas do final da Primeira República.
> De acordo com essa posição, a escola brasileira, em geral, só apresentava um grave defeito: a ausência de preocupação com a formação moral e cívica dos estudantes. A inclusão da educação moral e da instrução cívica nos programas das mais diferentes escolas- primárias, profissionais, secundárias – reflete esse estado de espírito.
> Somente com a influência que as escolas poderiam exercer, nessa direção, seria possível fazer frente à onda de descontentamento e de agitação reinantes. (NAGLE, 2009, p. 139)

A ideia de que o descontentamento e a crise política poderiam ser resolvidos por meio de uma educação moral é considerado, para o autor, um sinal claro de otimismo pedagógico. Este pensamento foi reproduzido pelos católicos-militares: uma educação religiosa católica era defendida como o meio de se conter a anarquia militar nos anos 1920 porque seria capaz de disciplinar os soldados.

O campo conservador/reacionário apontava também para um catastrofismo se o campo educacional não estivesse imbuído das ideias católicas:

> Lacerda de Almeida, o mesmo que, ao prefaciar a obra de Delamare, 1926, afirmou às pp.12-13: “O veso, o costume de músicos de ouvido é buziar contra o analfabetismo, sem cogitar do que fica atrás do analfabetismo, isto é, sem tomar tento na relação de meio para fim. Instruir por instruir é, em minha opinião, instruir para destruir, e tanto pior é a destruição quanto mais aperfeiçoada é a instrução (...) A escola não vai sem a Igreja; a instrução leiga é uma ideia de funestas consequências; - bem haja Mussolini, que, por crença ou por política, talvez só por política, mandou ensinar o catecismo à criançada das classes primárias.” (NAGLE, 2009, p. 121)

No fragmento acima, a educação sem religião, para Lacerda de Almeida,[33] seria equivalente a um nada, porque passaria a ser um perigo, se não estivesse sendo efetuada segundo os paradigmas religiosos. Este catastrofismo também foi reproduzido exaustivamente em O Centurião.

Como se viu anteriormente, no segundo capítulo desta tese, quando se analisou a coluna ciência e fé, os intelectuais católicos-militares buscaram demonstrar que não haveria antagonismo entre ciência e fé, ou, em outras palavras, entre o catolicismo e o projeto de modernização do exército e do país. A educação era considerada importante. O problema/perigo estaria na educação que acontecesse distante dos paradigmas do catolicismo.

Assim, vê-se que o campo conservador/reacionário não se opunha completamente a ideia modernizante, apesar das suas críticas à modernidade, desde que houvesse uma proeminência de um ensino religioso dirigindo a atividade educacional. Neste sentido, é preciso analisar a defesa do ensino religioso em O Centurião.

4.3.2) A defesa do ensino religioso pela União Católica Militar

Abaixo, pode-se examinar um artigo de O Centurião voltado para a temática educacional:

> **A Religião, Base da Educação**
> Cedamos ao desejo de todos os cidadãos honrados, que nas assembleias dos departamentos disseram o que pensavam sobre quanto há dez anos se tem passado diante de nossos olhos.
> É tempo, dizem eles, que as teorias emudeçam em presença dos fatos: não pode haver instrução sem educação nem educação sem moral e religião. Pregaram e pregam os professores num deserto, por isso que se há proclamado que nas lições não se devia falar em religião: há dez anos a esta parte que a educação não tem feito o menor progresso, é mister que se tome a religião por base dela.
> Os discípulos recebem a mais perigosa educação que dar-se pode, e a dissipação em que passam o tempo é muito para se arrecear. Vivem sem ideia da divindade, sem a noção do justo e do injusto, e eis a origem da barbaridade dos costumes, eis o porquê o povo é feroz.
> Assim que toda a França invoca a religião em auxílio da moral e da sociedade.
> Portalis (O CENTURIÃO, n. 12, 1929, p. 7)

O local mencionado é a França, país que, juntamente com o México e Portugal, era tomado como símbolo das ameaças provenientes das ideias liberais e/ou vermelhas.

[33] Francisco de Paula Lacerda de Almeida foi um político, professor e jurista brasileiro nascido em 1850 e falecido em 1943. Foi um intelectual católico de destaque e fez parte do Centro Dom Vital.

Por meio desses símbolos, o periódico católico-militar disseminava as suas ponderações sobre o campo educacional. Endossava a ideia de que a educação sem religião não poderia progredir e, ainda pior, constituir-se-ia um perigo a fazer com que as novas gerações crescessem sem noção do que seria justo ou injusto. A ausência do ensino religioso seria a origem da barbárie.

Esse discurso coincidia com as ideias veiculadas por Desiderio Deschand, um dos intelectuais que inspirou os católicos-militares. No livro intitulado *A situação atual da religião no Brasil*, de 1910, Deschand (1910, p. 231) afirmou que o ensino leigo era o maior dos males existentes no Brasil e que o único remédio existente era a supressão completa de tal ensino.

Deschand reputava a situação do ensino no Brasil como perigosa e, por isso, demandava ações urgentes:

> Não! É preciso agir energicamente desde já e não mais esperar, senão de nós mesmos, de nossos esforços e de nossa perseverança, o fim da terrível e perigosíssima situação atual a respeito do ensino. (DESCHAND, 1910, p. 232)

Contra a suposta ameaça, tentaram arregimentar apoio para mudar os parâmetros legais em relação ao ensino. Na década de 1920, tentaram-se emendas constitucionais durante o governo Bernardes, mas os ativistas católicos não saíram vitoriosos. Na década de 1930, tiveram êxito.

A ação conservadora católica não se restringiu à busca por apoio político. Deschand (1910), por exemplo, enunciou um plano paralelo a ser executado enquanto não se chegasse a ter maioria no Congresso Nacional.

Para definir a luta contra "o ensino leigo", Deschand (1910) utilizou a palavra guerra, que teria duas finalidades: extinguir esta forma de ensino e impedir que a "situação presente" piorasse. O primeiro ponto defendido por esse autor foi:

> 1° Para se obter o primeiro fim, é indispensável que haja por todo o país, entre todos os católicos sinceros e esclarecidos, um plano bem combinado de luta sem trégua contra o princípio da laicidade do ensino.
> Sim, devem todos, no meio em que vivem, na sociedade que frequentam e por todos os meios a seu alcance, nas conversações, nas conferências, pela imprensa, no púlpito, fazer uma propaganda intensa, ardente, contra a violação odiosa da vontade popular pela imposição iníqua, a um povo inteiramente católico, de um ensino que ele não quer.
> Aos sacerdotes, sobretudo, aos jornalistas e católicos ilustrados incumbe o dever de empregar, em prol desta causa salvadora, toda a sua energia e dedicação. (DESCHAND, 1910, p. 232-233)

O primeiro ponto defendido foi a defesa de um consenso em torno da ideia de uma guerra sem trégua contra o princípio da laicidade do ensino. Nessa guerra, cabia especial espaço aos intelectuais. O segundo ponto defendido foi que os católicos organizassem a vigilância nas escolas públicas e particulares contra violações religiosas por parte dos professores. Para Deschand, o ensino deveria ser religioso porque a neutralidade seria algo impossível:

> Foi especialmente para excitá-los a tão nobre e urgente campanha que escrevi este livrinho e que nele mais me detive em provar a grave maldade intrínseca do ensino leigo, seus efeitos perniciosos, a impossibilidade teórica e prática da neutralidade religiosa do ensino. (DESCHAND, 1910, p. 233)

O terceiro ponto defendido por Deschand (1910) propugnava que os católicos não se contentassem apenas com a propaganda contra o ensino laico e a vigilância sobre os professores. Seria possível ir além:

> Muito mais do que isso devem almejar e podem alcançar, ainda mesmo com a constituição como a temos.
> Assim, em muitos Estados, seria com bastante facilidade novamente introduzido nas escolas o ensino de doutrina cristã, se o quisessem os eleitores católicos. Os presidentes e os chefes políticos com prazer satisfariam aos desejos do povo se percebessem que os eleitores fazem questão de obter essa satisfação e se acham dispostos até a negar seu voto.
> Em Minas Gerais, cuja constituição não impõe a laicidade do ensino, deveriam os católicos negar absolutamente seu voto a todo candidato que não prometesse esforçar-se para aquele fim...
> Quantos municípios em que a instrução religiosa se daria de novo nas escolas, se os pais de família seriamente o quisessem! (DESCHAND, 1910, p. 239-240)

Os três pontos acima foram postos em prática. O terceiro ponto, a defesa do ensino religioso antes mesmo de se obter uma reforma constitucional, teve sucesso no estado de Minas Gerais, onde, ao longo da década de 1920, houve o retorno desta disciplina.

Em O Centurião, foi publicada uma matéria na qual se exaltou a iniciativa de um oficial em oferecer educação religiosa no Colégio Militar de Barbacena em Minas Gerais:

> “Pela recristianização do exército”
> Ao tempo em que me foi confiado o encargo de dirigir o colégio militar da cidade de Barbacena, durante o triênio 1923-1925, deparou-se-me ocasião de receber, de progenitores e, correspondentes de alunos do mesmo estabelecimento de educação e ensino, vários

> pedidos verbais e escritos, no sentido de não haver solução de continuidade na educação religiosa dos referidos alunos.
> Em boa consciência devo declarar, sem rebuços, que semelhantes solicitações vieram ao encontro do meu sentir. Era justamente minha intenção difundir, de modo facultativo, no aludido colégio a educação moral católica, fazendo dessa maneira, ecoar o brado da verdadeira fé. Tanto mais que o mesmo instituto de ensino se achava engastado em Minas Gerais, estado tradicionalmente católico, onde na atualidade até está sendo ministrado ensino religioso nas suas escolas públicas.
> Basta reparar que são do preâmbulo da constituição política do mencionado estado federativo as seguintes palavras repudiadoras de laicismo: "Em nome de Deus, todo poderoso."
> Por consequência, era de boa política que eu tivesse tido tal modo de proceder cívico-religioso, em justa concordância com a índole e tradição católicas do povo de Minas. Acresce que o aludido povo já considerava o colégio militar integralizado no patrimônio da cidade de Barbacena.
> Mercê de Deus, atuei da maneira citada proporcionando ensino religioso, facultativo, fora das horas oficiais, não somente aos alunos, mas ainda aos empregados civis, desde os mais elevados em categoria até os humildes serventes.
> Demais, como educador que era, não devia deixar de cultivar na mente e no coração dos alunos o sentimento religioso latente, sentimento esse que constitui valiosíssima soma de energias cívicas e morais... (O CENTURIÃO, n. 10/11, 1929, p. 7-8)

O título do texto acima é "Pela recristianização do Exército". Por meio desta expressão, costumava-se defender o retorno da assistência religiosa às forças armadas. O retorno da assistência religiosa, em grande medida, foi visto pelos católicos-militares como a introdução do ensino religioso-cívico nas casernas.

A expressão "solução de continuidade", adotada no primeiro parágrafo, faz alusão ao fato de que, supostamente, alguns responsáveis dos alunos estariam solicitando, ao diretor do Colégio Militar de Barbacena, que não se interrompesse a educação religiosa dos seus filhos quando estivessem internados na referida instituição educativa. Trata-se de uma referência à ideia de que, ao entrar nas instituições militares, os alunos deixariam de ter acesso à educação religiosa que obtinham em casa e nas Igrejas.

A oferta de ensino religioso, no triênio 1923-1925, pelo oficial católico-militar é um exemplo de ação que coincide com o defendido por Deschand, como medida a ser tomada antes de se obter uma alteração constitucional.

O ensino religioso oferecido em Barbacena, pelo oficial militar, contava com o apoio, não somente da Igreja, mas também do governo:

> ...durante o aludido período trienal, foram realizadas edificantes comunhões coletivas na igreja matriz da mesma cidade, sendo prolongado o banquete eucarístico até o contíguo asilo Santa Isabel, das beneméritas e prestimosas

> irmãs de caridade. Sob os auspícios da União Católica Militar fundou-se a associação religiosa que se denominou "Núcleo S. Luiz de Gonzaga, Bibiano Costallat."
> Por ocasião de ser comemorado o décimo aniversário da fundação do mesmo colégio militar, o Exmo. Snr. Arcebispo de Mariana, a meu encarecido convite, celebrou missa campal na praça de exercícios, com a presença do Snr. Ministro de governo, por si e pelo Sr. Presidente da República, de outras altas autoridades federais, estaduais e municipais, distintas famílias e notável massa popular. (O CENTURIÃO, n. 10-11, 1929, p. 8)

No trecho acima, temos a informação de que, durante o seu triênio, a União Católica Militar fundou uma associação religiosa, o núcleo intitulado: São Luiz de Gonzaga, Bibiano Costallat, o qual normalmente foi referido em O Centurião apenas como núcleo São Luiz. Destaca-se a menção a um ministro que estaria representando o então presidente da República: Arthur Bernardes. Durante esse governo, foi introduzida a disciplina de Educação Moral e Cívica, sob a inspiração da ideia de que ensinamentos cívicos/morais poderiam solucionar a crise político-institucional vivida. Os católicos defendiam que os ensinamentos morais deveriam ter uma matriz religiosa. A presença do ministro é mais um indício da crença no poder da educação como meio de solucionar as tensões sociais de então, assim como do apoio para que a instrução religiosa retornasse ao exército.

Entretanto, o apoio governamental associado ao suporte religioso e militar, não impediu que a sua iniciativa sofresse resistências por parte da sociedade civil:

> Após a missa, realizou-se a benção solene de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição a qual foi conduzida em procissão até o colégio da Imaculada Conceição.
> Está bem visto que a minha atitude não agradara a todo mundo. Por via disso, houve até quem anônima e aleivosamente andasse rebuscando atos de meu comando, dizendo que para transformar o colégio em sacristia eu só faltava mandar queimar incenso.
> Até um jornalzinho local, por sinal acatólico, declarou em suas colunas que em rodas cultas de Barbacena havia causado má impressão o meu ato permitindo que fosse ministrado o ensino do catecismo, mesmo facultativo no colégio sob minha direção.
> (...) fui também por outrem incriminado de católico intransigente... (O CENTURIÃO, n. 10-11, 1929, p. 8)

A sua iniciativa de ministrar o ensino religioso facultativo lhe rendeu críticas que saíram na imprensa local. Entretanto, tais considerações negativas não o demoveram:

> Não obstante a aludida e sistemática contradição, perseverei no mesmo modo de agir com a segura convicção de estar cumprindo fielmente meu dever, como principal responsável pela educação dos alunos. Tanto mais que assim imitava o exemplo de elevada autoridade militar, a qual recomendava em

> boletim regional fosse lida e explicada aos soldados, nos quarteis, como instrução moral, a carta pastoral ou circular coletiva dos Exmos. e Revmos Srs. Arcebispos das províncias eclesiásticas meridionais do Brasil, a epopeia que foi a vida dos abnegados missionários das selvas brasileiras, padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, e a atuação patriótica do clero junto ao exército nacional, até mesmo nos campos de batalha estimulando com a fé os combatentes... (O CENTURIÃO, n. 10-11, 1929, p. 8)

Após reafirmar o seu posicionamento com uma referência obscura a um boletim regional elaborado por uma elevada autoridade militar, o oficial redator entrou em uma discussão jurídica. É interessante observar que o número do boletim e o nome do oficial foram omitidos, em um sinal de que, ainda no ano de 1929, alguns anos após o seu triênio na direção do Colégio Militar de Barbacena, persistia alguma resistência, mesmo no âmbito militar, à reintrodução da religião na caserna. Abaixo, a referência à discussão jurídica:

> Os advogados da inviolabilidade da nossa constituição apregoam, como pretexto, que o Estado nada tem com a religião, que a aludida constituição se opõe a tal modo, liberal de proceder como o meu. É isso que eu tenho contestado.
> Pelo contrário, agir de modo oposto é que vem a ser entender a liberdade religiosa às avessas. O nosso pacto fundamental sabiamente estabelece em respectivos princípios de direito que ninguém pode ser embaraçado no exercício de seu culto, garante plena liberdade espiritual, sem restrição de lugar. Nem podia ser de outra maneira, mesmo porque na consciência alheia só Deus pode mandar. Tenho a impressão que semelhantes advogados da constituição o são menos da constituição do que do diabo... (O CENTURIÃO, n. 10-11, 1929, P.8)

O oficial adentrou uma discussão constitucional sobre a laicidade, liberdade de culto e ensino religioso. A sua iniciativa sinaliza o campo jurídico e educacional em disputa, o que justifica, explica e reforça a importância atribuída pelos católicos à sociedade de Santo Ivo. Como vimos, tal sociedade procurava organizar a defesa das interpretações jurídicas alinhadas ao catolicismo militante de então. A aproximação dos católicos-militares com o padre Leonel Franca, assistente eclesiástico da sociedade Santo Ivo, em conjunto com a discussão jurídica acima retratada, exemplificam que a ação dos associados à UCM tensionava as práticas até então vigentes e impulsionava a busca por respaldo jurídico e teórico para as suas ações.

Até então, foi possível observar que o campo do conservadorismo/reacionarismo católico, assim como os católicos-militares organizados em torno da UCM, tinha uma concepção acerca da educação que se refletia em uma forte defesa do ensino religioso

católico como meio de solucionar as crises políticas, sociais e até militares. Seria possível modernizar desde que a fé católica tivesse a sua proeminência.

A assistência religiosa às forças armadas, enunciada como a recristianização do exército, da forma como era defendida em O Centurião, possuía um caráter educativo, era apontada como a entrada do ensino religioso no campo militar. Para nos aprofundarmos sobre a natureza da assistência religiosa que era defendida pela UCM, veremos a seguir mais alguns textos publicados em O Centurião.

4.3.3. A defesa da assistência religiosa aos militares como uma ação educativa

O termo assistência religiosa era utilizado pelos católicos para se referir à presença de capelães/padres no Exército. Durante o período imperial, a presença desses religiosos era autorizada de maneira que várias cerimônias católicas aconteciam no ambiente militar, que possuía capelas e eventos religiosos como parte do seu calendário. A Proclamação da República e o afastamento da religião de dentro das instituições públicas impediu a presença desses religiosos e de quaisquer símbolos de religião, o que abriu margem para interpretação de que os católicos ficaram desassistidos e prejudicados, uma vez que não teriam mais apoio para manter a prática do catolicismo no ambiente militar. Os católicos-militares defendiam o retorno da assistência religiosa, ou seja, o retorno de religiosos católicos e de toda uma estrutura que facilitasse a prática do catolicismo. Mas, como se verá adiante, não bastava o retorno da capelania. Defendiam uma atividade educativa, uma ação de ensino religioso destinada a promover a unidade militar e disciplina.

Mas, qual seria a natureza deste ensino religioso? O texto abaixo é um indicativo:

> O crucifixo é o livro instrutivo
>
> S. Philipe Benizzi, prostrado em seu leito de morte, pedia: "Dai-me o meu livro". Livros, havia-os muitos em seu quarto; os assistentes lhos foram dando, mas nenhum encontraram que lhes conviesse. Finalmente, tendo-se notado que os olhos se lhe fixavam no crucifixo, tomaram-no e deram-lho. Abraçando-o ele então com afeto, exclamou:
>
> "Sim, este é o livro da minha predileção, e será o meu testamento; li-o e reli-o inúmeras vezes, com ele quero terminar a minha vida."
>
> S. Boaventura recebeu um dia a visita de S. Thomaz de Aquino que pediu para ver-lhe a biblioteca, onde tantos conhecimentos alcançara. S. Boaventura mostrou-lhe, em vez de biblioteca, o seu crucifixo, que traz os sinais dos beijos e das lágrimas em que o inundara o santo. No tempo em que o beato padre Bernardino Realino, da Companhia de Jesus era ainda noviço,

> pedia ao seu mestre um livro que pudesse aprender a perfeição. Este lhe indicou o crucifixo, dizendo-lhe que devia estudá-lo e meditá-lo sem interrupção, esforçar-se por viver conforme as regras que ali veria estampadas, assegurando-lhe que por tal meio não deixaria de atingir a verdadeira perfeição.
> São Agostinho escreveu (traete 11.9): “A cruz não é somente o lugar onde Jesus Cristo morreu, mas é também a cátedra de onde ele nos prega. Foi sobre a cruz que o salvador fez a sua última pregação, contida em 7 palavras apenas. Os seus ouvintes eram ao mesmo tempo os seus melhores amigos, os seus inimigos mais rancorosos e a turba indiferente do povo.
> À qual destas três classes quereis pertencer, ó cristão? As três cruzes do calvário mostram-vos os três gêneros diversos de morte, a morte do inocente, a morte do penitente, a morte do pecador obstinado.
> Se não podeis morrer da morte do inocente, considerai a cruz que vos prega para preparardes-vos, desde já, a morrer, pelo menos, da morte de um pecador contricto e penitente. (O CENTURIÃO, n. 12, 1929, p. 7)

No texto acima, aponta-se que *A Cruz* é um livro e que, de todos, é o mais importante, o que hierarquiza a relação entre conhecimento e fé. Quando se mencionou Thomás de Aquino, novamente se reforçou a hierarquização, ao se pontuar que os seus conhecimentos teriam vindo da cruz. Não teriam vindo da pesquisa, da observação, nem do estudo minucioso, mas da cruz. Expressa-se, assim, uma visão de mundo teocêntrica, na qual o conhecimento viria de Deus e não por meio dos esforços humanos.

Tal visão acabava por criminalizar instituições e professores que não reconhecessem a primazia da religião, o que disseminava hostilidade, potencializava a divisão social e enfraquecia a defesa da laicidade do estado, conforme se pode ver abaixo:

> **ESCOLA DE DESEQUILÍBRIO**
>
> Em França na sessão da Câmara dos Deputados de 21 de junho 1909, (x) dirigindo-se Maurício Barrès ao ministro da instrução pública, Doumergue, a propósito dos suicídios por metafísica de colegiais de treze anos, exclamava:
> “Em presença desses suicídios, assiste à gente o direito de pedir ao ministro da instrução pública informações sobre estado moral de nossos estabelecimentos escolares.
> “A universidade de outrora tinha mais homogeneidade do que a universidade atual. Não se encontra na de hoje o mesmo corpo de doutrina. Uma parte de nossos professores atual há que chega a negar até os próprios princípios da moral. O que os caracteriza é de dignarem-se de inculcar aos meninos o respeito da família, o apego às tradições dos antepassados, o amor da Pátria. (Muito bem, à direita e ao centro).
> “Um educador da cidade de Paris frisava que, em sua qualidade de homem de ciência, nada podia falar aos meninos, nem de dever, nem de consciência, nem de responsabilidade, e que tudo o que podia afirmar era a existência material do cérebro.
> “Certos universitários de nossos dias não poderiam, sem mentir a sua doutrina, falar com respeito a seus filhos sobre o que constitui os princípios essenciais de nossa sociedade, de toda sociedade. (Aplausos à direita e ao centro).

> “Nada teria eu que dizer dessas doutrinas, si aqueles que as professam não fossem educadores. (Muito bem da mesma bancada).
> “Ao lado da excitação que produzem esses professores vindos a Paris, precisaria ajuntar firmeza, o tino, a moral, enfim, sem o que o que se tem são meninos desbragados contra a sociedade e contra si próprios. (Aplausos a direita e ao centro).
> “São locomotivas que a pessoa solta a todo vapor, sem estar segura da solidez dos trilhos. (Novos aplausos da mesma bancada).
> “... A universidade é uma escola de desequilíbrio...”
> Comentando o discurso de Maurício Barrês diz o célebre convertido Paulo Loewengard, em seu admirável livro *O esplendor Católico* – do judaísmo a igreja.
> “Uma escola de desequilíbrio? - perfeitamente! Maurício Barrês não exagerou. A universidade acarreta em si germes da morte, de que não a podem livrar, nem a ciência nem a virtude, nem o desinteresse de muito de seus membros, que os tenha.
> “Assente sobre alicerces de um princípio falso, o princípio da indiferença em matéria religiosa que tão facilmente se transforma, para certos professores, em ódio da religião, é fundamentalmente viciado. A lógica exige que de premissas errôneas se deduzam consequências absurdas.
> “Sobre os meus próprios olhos, em minha própria família, uma tragédia semelhante as de que fala Maurício Barrês, desenrolou-se. E a menina que atentava contra a sua vida, não fazia também ela senão por em prática o ensino dado num liceu de meninas!
> “Ah! Maldito seja esse ensino corruptor, ateu, materialista, estigmatizado seja esse ensino, que nos forma gerações de infelizes ou de criminosos, de desesperados ou de gozadores, de suicidas ou de cínicos, e nos arrasta para a degradação e a ruína!”
> Bem se poderia mirar nesse espelho a nossa República dos Estados Unidos do Brasil... **(**O CENTURIÃO, n. 10-11, 1929, p. 19)

No texto acima, O Centurião está reproduzindo, primeiramente, o discurso de um deputado contra o ministro da instrução pública francesa, em 1909, e, em seguida, os comentários de um escritor católico acerca do que havia sido dito pelo parlamentar. O periódico católico-militar endossou ambos, comparando, desta forma, o cenário francês com o brasileiro, e demonstrando novamente as suas ideias relativas à educação que era praticada no Brasil.

O título do texto é “Escola de desequilíbrio”. A instituição acusada de promover o desequilíbrio era a Universidade. O seu ensino foi acusado de ser ateu e corruptor e, um dos seus efeitos seria o aumento da prática de suicídios. O Brasil deveria mirar-se no exemplo francês, porque, segundo o discurso endossado por O Centurião, a ausência da religião implicava professores negando a moral e ódio contra a religião. As pessoas formadas nessas instituições seriam contra a sociedade e contra si mesmas.

A expressão “ensino ateu” é significativa e recorrente em textos católicos da Primeira República. Ao ler Deschand (1910), padre francês radicado no Brasil, é

possível compreender com bastante clareza a visão de mundo a que se remetia essa expressão:

> “A laicidade do ensino é uma conquista dos tempos modernos.” Sim! Mas conquista do mal sobre o bem, revolta da criatura contra o criador, atentado aos direitos de Deus e da consciência!
> Triste conquista, na verdade! Os grandes capitães antigos e modernos fizeram conquistas esmagando e oprimindo povos inteiros; o livre-pensamento e a impiedade querem fazer conquistas sujeitando as alminhas das crianças, os filhos de fiéis católicos a um sistema de educação que os obriga a ser, desde os mais tenros anos, **ateus práticos**, e violentando do modo mais afrontoso os direitos dos pais a quem pertencem os filhos antes de pertencer a nação.
> Sim! Os autores de leis, como a do ensino leigo, é que são os mais cínicos opressores da humanidade e violadores da liberdade de consciência! (DESCHAND, 1910, p. 76, grifo nosso)

A laicidade do ensino foi acima retratada como algo ruim, que obrigaria as crianças a serem, na prática, ateias. Para entender como um ensino laico levaria ao ateísmo, dentro dessa lógica, é preciso observar como a noção de neutralidade era enxergada pelos católicos militantes de então:

> Não! Não há e não pode haver verdadeira neutralidade no ensino da maior parte das matérias dos programas, nem nas escolas primárias, nem nos ginásios e academias. É impossível, sobretudo nas cadeiras de história universal ou do Brasil e de filosofia, nos cursos das faculdades de direito e de medicina. Não! Não se encontrará um só professor nesses colégios e academias que, de qualquer maneira, não tenha violado a neutralidade!...
> (...) o que deve ser condenado por todo homem de caráter é a fingida indiferença que o sistema do ensino neutro impõe a todos os professores para com os mais altos problemas, é a situação aflitiva em que os coloca, visto como não tem eles de fugir a esta alternativa: ou não manifestar suas preferências filosóficas e religiosas, o que é impossível e degradante, ou manifestá-las e, neste caso, não só desobedecer à lei, mas enganar os pais de família que lhes entregaram seus filhos fiados na neutralidade.
> É pois, absurda e impossível de se cumprir a lei que impôs o ensino leigo. Ela deprime e avilta os professores, exigindo deles ou que, como seres irracionais, não tenham convicções ou que, como homens sem caráter, as sepultem no mais fundo mistério.
> O parágrafo 6 do artigo 72 da Constituição é, portanto, uma burla, uma mistificação que, para honra nossa, deve quanto antes ser riscada para sempre.
> (...) a neutralidade religiosa é impossível nos colégios e escolas; nem um instante acreditaram que seria ela observada. O que queriam era o ensino sem Deus, era que na escola não houvesse nem sinal exterior de religião, porque bem sabiam que, só com o ensino leigo, cedo ou tarde haviam de vencer a Igreja, matar a religião. Sabiam que, desterrada a religião da escola, não tardaria o ensino a transformar-se por si mesmo em hostil e ímpio.
> Esta transformação já se operou e chegou a seu termo em alguns países.
> Entre nós já principiou... (DESCHAND, 1910, p. 79)

Segundo o exposto, a neutralidade não seria possível e, por conta disso deveria haver ensino religioso porque sem este, em pouco tempo os estabelecimentos educacionais se transformariam em hostis à religião.

É a partir dessa lógica que os católicos-militares defendiam a assistência religiosa às Forças Armadas. A assistência religiosa, atuando como ensino religioso, garantiria que não houvesse hostilidade contra a religião e, por conseguinte, que não se experimentasse seus efeitos considerados nocivos. Além disso, garantiria a disciplina, algo normalmente almejado pelas instituições militares, em especial em momentos de crise.

Um dos principais defensores do retorno da assistência religiosa às Forças Armadas, tanto em *O Centurião*, periódico católico-militar, como em *A Cruz*, periódico católico, era o coronel Benjamim da Fonseca[34].

Vejamos, abaixo, um dos seus textos:

> Durante os primeiros meses da República, quando eu ainda era bem moço, no quartel de infantaria onde assentei praça como cadete, presenciei atos edificantes de minha religião, a qual era difundida, sem rebuços, em todas as casernas. Ah! Quanta recordação evocadora eu experimentava do meu longínquo sertão e da sua boa gente, na totalidade temente a Deus! Particularmente, muito me impressionavam as cerimônias do terço, rezado e cantado, coletivamente, pelos soldados, a invocação à Virgem da Conceição e do cântico final – Senhor Deus misericórdia, que os mesmos soldados entoavam de joelhos em terra. Interessante era que os transeuntes da cidade provinciana ao ouvirem o sinal da corneta – a ajoelhar, - para a tropa, tiravam o chapéu e alguns até se ajoelhavam em plena rua.
> Outro ato que também muito me tocava o íntimo era ver os soldados de guarda, de baioneta armada, ajoelharem-se respeitosamente, à passagem solene do viático, conduzido para algum doente em artigo de morte.
> Que saudades eu sentia ao lembrar-me dos cuidados que minha mãe tinha em que eu conservasse a religião que ela com tanto desvelo ensinara aos filhos pela palavra e exemplo! Mercê de Deus, apesar do laicismo oficial e em que pese aos inimigos do Cristo, perseverei na religião de meus pais. Quem dera que essa religião católica fosse cuidadosamente cultivada no coração do nosso soldado, como educação moral, mesmo a pretexto de excelente meio de observância dos preceitos disciplinares que nos regem.
> Se dependesse de mim e pudesse, reacenderia com um único sopro, na alma de todo militar indiferente a cálida chama da fé no "Senhor Deus dos Exércitos".
> Abril – 1928 Cel. Benjamin Fonseca (O CENTURIÃO, n. 3-4, 1928, p.7)

---

[34] O coronel Benjamim da Fonseca era o segundo nome que constava no exemplar número 9 de O Centurião, apontado como sendo o segundo militar hierarquicamente responsável pela administração deste periódico católico-militar, atrás somente do coronel Jorge Pinheiro. Benjamim da Fonseca foi líder dos católicos-militares no munícipio de Juiz de Fora e escreveu frequentemente para o jornal A Cruz a fim de militar pelo retorno da assistência religiosa para os militares, assim como para propagandear os festejos promovidos pela UCM.

O coronel Benjamin Raphael da Fonseca, intelectual católico-militar, escreveu vários textos neste tom saudosista em que recordava os momentos em que os militares podiam manifestar a fé católica abertamente na caserna. A laicidade e o fim da assistência religiosa teriam trazido hostilidade e, para se manter dentro dos preceitos católicos, teria sido necessário "perseverar" e resistir aos "inimigos do Cristo". No texto acima, foi possível observar a afirmação da religião católica como meio de educação moral, valorizado para se garantir a observância dos preceitos disciplinares.

Os exemplares de *O Centurião* encontrados na Biblioteca Nacional foram publicados entre 1928 e 1929. No ano de 1929, o periódico foi descontinuado, muito provavelmente em razão da conjuntura de crise econômica internacional. Mas, no ano de 1930, a sua publicação foi retomada, embora não tenhamos conseguido encontrar esses exemplares. Tal informação foi obtida por meio do jornal *A Cruz*:

> "O Centurião"
> É este o título do órgão de publicidade da União Católica Militar. É uma interessante revista, destinada aos católicos das classes armadas. Motivos muito alheios à vontade de seus diretores ocasionaram a suspensão da publicidade de "O Centurião" que agora volta a circular.
> Saudamos ao digno órgão da imprensa católica, desejando muitos anos de ininterrupta publicação. (A CRUZ, n.19, 1930, p. 2)

Interrompida em abril de 1929, retornou em maio de 1930. Em julho de 1930, ainda é possível observar o Coronel Benjamin Raphael da Fonseca defendendo o retorno da assistência religiosa aos militares, a chamada recristianização do Exército:

> Pela Recristianização do Exército
> Por abnegação à minha pátria idolatrada e pelo bem que quero à minha estremecida classe, sou dos que trabalham pela faculdade oficial da assistência religiosa nos quarteis e estabelecimentos militares.
> É opinião dos **tutores da Constituição e, consequentemente, dos adversários de Cristo**: A Constituição política brasileira opõe-se a essa liberdade de prática de culto. Penso, porém, que por ser leiga ou indiferente em matéria de crença não se pode daí inferir seja contrária ou deva embaraçar a prática religiosa do soldado e do marinheiro, na caserna ou no navio de guerra.
> É coisa assentada que a Igreja católica é escola de obediência por excelência e de respeito a toda autoridade legítima. Jesus Cristo durante a sua peregrinação na Terra derramou lágrimas pelos desmandos que ameaçavam a sua pátria e deu sempre exemplo de acatamento ao poder legalmente constituído ainda que esse poder por ventura fosse mau. Mandou por exemplo dar a César o que era de César, muito embora perscrutasse a malícia tendenciosa dos fariseus, no caso consultivo da moeda do fisco.

> O Estado, todavia livre no seu laicismo oficial não tem o direito de invadir o domínio espiritual ou embaraçar ao soldado e ao marinheiro a continuidade da prática facultativa do seu credo, mesmo no interior da caserna que é a sua casa eventual.
> Rui Barbosa deixou dita a última palavra indubitável a respeito dessa judiciosa faculdade de foro íntimo. **Na atualidade brasileira contemporânea o meio mais eficaz de consolidar a disciplina militar e preservar o soldado do poder contagioso do gérmen das paixões extremadas do comunismo dissolvente é a ampla difusão do ensino religioso na caserna e navio de guerra**.
> Não devemos olvidar que os campeões da liberdade bolchevista, detentores ocasionais do poder na Rússia, em sua contumaz propaganda liberticida, voltam suas vistas, de modo especial, para a crença do soldado, urdindo meios de arrancar-lhe do coração o temor de Deus e declarando perempta a ideia de pátria.
> "De um soldado cristão convicto não se pode fazer um revoltado contra as desigualdades sociais". De sorte que, um soldado assim crente, é considerado um homem perdido para a causa comunista. Peçamos, pois, aos poderes constituídos nesta oportunidade de tanta relevância a forma conciliatória e facultativa do ensino religioso nos quartéis, a título de educação moral de que falam os nossos regulamentos militares. Porque o exército moralmente fortalecido não permitirá jamais seja implantado na nossa pátria o credo esdrúxulo e tirânico bolchevista, o qual consciente na destruição dos institutos fundamentais da sociedade, isto é, na destruição da religião, da autoridade, da família e da propriedade.
> Um anhelo do Brasil cristão é o regime da ordem para que possa livremente prosperar. Seu exército, que deve ser segura garantia desse regime ordeiro, por isso mesmo precisa perseverar na prática do culto religioso do temor de Deus.
> Coronel Benjamin Fonseca (A CRUZ, n. 29,1930, p. 4, grifo nosso)

No texto acima, intitulado "Pela Recristianização do Exército", o coronel Benjamim Fonseca declarou ser daqueles que trabalhavam pela assistência religiosa nos quartéis e estabelecimentos militares. Os intérpretes da Constituição que se opunham a isso foram denominados como adversários de Cristo.

O Estado, dentro da sua interpretação, não teria o direito de se opor à assistência religiosa. Para embasar o seu posicionamento, citou o político e advogado Rui Barbosa. A Igreja foi apresentada como uma escola de disciplina e a assistência religiosa seria uma forma de difundir o ensino religioso na caserna e no navio de guerra.

Em 1930, com os participantes do tenentismo, em sua maioria, incorporados ao governo Vargas, nota-se que o apelo ao catolicismo como forma de reforço disciplinar precisou de um adendo, porque a disciplina por si só já não bastava. Como a ameaça disciplinar tenentista para as forças armadas havia sido enfraquecida, foi necessário reforçar outra ameaça: o comunismo.

A ameaça vermelha já era alardeada por figuras respeitadas pelos católicos-militares como, por exemplo, Jackson de Figueiredo. O que parece acontecer, no texto do Coronel Benjamim Fonseca, é um reforço dessa ameaça, a aquisição de uma maior

centralidade. Segundo o oficial, o comunismo teria atenção especial para com o soldado. O ensino religioso nos quartéis, a título de educação moral, impediria que o comunismo se implantasse e destruísse a religião, a autoridade, a família e a propriedade.

Ao longo da era Vargas, os católicos-militares continuaram a defender o retorno da assistência religiosa às forças armadas, sendo possível observar essa defesa no segundo periódico católico-militar editado pela UCM: *O Bom Soldado*.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em meio ao regime do Estado Novo, Getúlio Vargas, por meio do decreto lei n. 6.535, de 26 de maio de 1944[35], concedeu a assistência, cujos custos seriam absorvidos pelo Estado:

> Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de Maio de 1944
> Cria o Serviço de Assistência Religiosa junto às fôrças em operações de guerra.
> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e considerando:
> - que a assistência religiosa contribue para fortalecer as energias morais, a disciplina e os bons costumes;
> - que a educação moral e cívica é fator preponderante na formação da têmpera militar, e que, por isso, deve continuar a ser ministrada sem solução de continuidade, às tropas em operações de guerra;
> - que em operações de guerra as fôrças brasileiras sempre tiveram assistência religiosa,
> DECRETA:
> Art. 1º Fica instituído o "Serviço de Assistência Religiosa" (S.A.R.) para as fôrças em operações de guerra.
> Art. 2º São atribuições do S.A.R. :
> a) prestar, sem constrangimento ou coação, assistência religiosa às tropas, quando no estrangeiro;
> b) auxiliar a ministrar instrução de Educação Moral e Cívica nos Corpos de Tropa e Formação de Serviços;
> c) desempenhar, em cooperação com todos os escalões de comando, os encargos relacionados com a assistência religiosa e moral e com o socorro espiritual e corporal dos homens, em qualquer situação.
> Art. 3º O S.A.R. compor-se-á de sacerdotes ou ministros religiosos, pertencentes à Igreja Católica, aos cultos adotados pela Religião Protestante, ou a qualquer outra religião, desde que não ofenda a disciplina, a moral e as leis.
> Parágrafo único. Os sacerdotes, ou ministros religiosos deverão ser brasileiros natos, no gôzo dos direitos políticos.
> Art. 4º Os membros do S.A.R. serão nomeados por portaria do Ministro da Guerra e farão jus, para sua manutenção pessoal, a uma côngrua correspondente aos vencimentos e vantagens atribuídos ao pôsto de 1º Tenente.
> Art. 5º O Ministro da Guerra fixará o número de Capelães de acôrdo com os quadros de efetivos de guerra das diversas Unidades e Formações de Serviço, de modo a assegurar assistência religiosa aos adeptos de tôda a religião ou culto que seja professado, no mínimo, por um vigésimo de tais efetivos.

> Art. 6º O Ministro da Guerra providenciará sôbre a regulamentação do presente Decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.
> Rio de Janeiro, 26 de maio de 1944, 123º da Independência e 56º da República.
> GETÚLIO VARGAS.
> Eurico G. Dutra.
> Henrique A Guilhem.
> Joaquim Pedro Salgado Filho.
> (BRASIL, 1944)

No texto acima, é possível constatar a permanência da associação da ideia de assistência religiosa como uma atividade educativa de cunho moral e cívico que seria capaz de fortalecer a disciplina e consequentemente melhorar a eficiência das tropas.

A assistência religiosa retornou em 1944 e se manteve desde então, sendo incluída na carta constitucional de 1946 e em todas as legislações seguintes. O principal argumento em sua defesa, na década de 1920 e, ao menos, no início da década de 1930, era a necessidade de ensino religioso nos quartéis, a garantia da liberdade de culto dos católicos e a melhor formação disciplinar dos militares através da moral religiosa.

4.4. Considerações finais

Ao longo deste capítulo, foram examinados quatro grandes tópicos: os retiros religiosos, a festa do Adeus dos Reservistas, a relação da União Católica Militar com a educação e a defesa do retorno da assistência religiosa para os militares.

Os quatro tópicos, no seu conjunto, permitem vislumbrar o projeto educacional executado pela UCM. A prática dos retiros salientou a busca pela formação de lideranças por meio do seu foco nos homens mais influentes. O início desta prática junto aos militares no princípio da década de 1920 demonstrou, mais uma vez, como a Igreja Católica já vinha batalhando para penetrar nos meios militares muito antes da crise proporcionada pelo movimento tenentista.

A atuação dos jesuítas na promoção dos retiros evidenciou a sua contribuição no processo de crescimento do conservadorismo/reacionarismo católico no meio militar. Até então, apenas outra ordem religiosa tinha merecido maior destaque: os vicentinos ao adentrar na Escola Militar do Realengo.

Os retiros também ilustraram novamente o caráter disciplinar atribuído ao ensino religioso. O padre Leonel Franca os apontou como sendo uma escola de disciplina e esta

qualidade atribuída ao catolicismo foi um dos argumentos que embasou a defesa da assistência religiosa às forças armadas.

O papel do padre Leonel Franca de assistente eclesiástico junto à sociedade de Santo Ivo, que buscava reunir juristas católicos para organizar a defesa jurídica das causas católicas, também sinalizou a busca por respaldo jurídico por parte da Igreja no processo de enfrentamento à laicidade do estado ocorrido na luta pela implementação do ensino religioso.

Frequentemente, em *O Centurião*, os católicos-militares entraram em discussões jurídicas acerca da legalidade das suas atitudes. No tensionamento da laicidade e na promoção do ensino religioso, proporcionado pela UCM, a aproximação junto a juízes, desembargadores e juristas católicos fez parte da estratégia da católico-militar que reproduziu as tentativas de aproximação efetuadas pela Igreja Católica. A presença do padre Leonel Franca em *O Centurião* aumentava esse respaldo.

No tópico destinado a cerimônia do Adeus dos Reservistas, foi constatada, por exemplo, a inclusão do desembargador José Boiteux a um dos núcleos da UCM, o que reforça a ideia da busca por proteção jurídica.

No estudo sobre a cerimônia do Adeus dos Reservistas também foi possível observar com maior clareza, mais uma faceta do projeto educacional católico-militar: o incentivo para a formação de famílias católicas, bem como qual era o lugar destinado as mulheres dentro destas famílias. O projeto educacional católico da UCM trabalhou junto aos militares pela manutenção da mulher como cuidadora da família, atacando as feministas como sendo contrárias a natureza da mulher e incentivando o controle minucioso das mulheres, incluindo no que dizia respeito a sua vestimenta.

Quando se abordou a relação da UCM com o tema educação, dentro do contexto dos projetos modernizadores vigentes na Primeira República, buscou-se demonstrar como pensamento conservador/reacionário católico de que a educação seria capaz de resolver crises sociais e políticas foi transposto para o meio militar, quando o catolicismo foi apresentado como o meio de garantir a disciplina e a unidade nas forças armadas.

A assistência religiosa às forças armadas foi defendida como uma forma de ensino religioso moral e cívico que completaria a formação dos militares. A assistência religiosa afastaria do Exército os perigos associados a uma educação distante do catolicismo.

Por fim, tal ideia de que a assistência religiosa seria uma forma de educação importante para os militares, foi defendida e difundida por católicos e católicos-militares ao ponto de ser reproduzida na forma do decreto lei n. 6.535 de 1944. A militância dos católicos-militares, endossada pela Igreja e por grupos políticos conservadores para “rescristianizar” ou recatolicizar as Forças Armadas acabou tendo êxito.

Conclusão

Ao longo dos quatro capítulos da presente tese buscou-se fazer uma análise pormenorizada de *O Centurião* e de outros periódicos e intelectuais afins no propósito de compreender o surgimento, a atuação e a importância da União Católica Militar (UCM) nos seus primeiros anos, em especial no que diz respeito ao seu projeto educativo.

A União Católica Militar representou, no século XX, a organização de um "novo" grupo dentro do exército: os católicos-militares, o que complexificou ainda mais o campo militar. Este grupo buscou construir uma nova identidade, idealizou e buscou (re)construir o católico-militar, um indivíduo que seria nacionalista, anticomunista e obediente. Um reacionário católico pronto para lutar contra a revolução. O catolicismo romanizado pós-proclamação da República e o seu conservadorismo religioso encontrou espaço para se difundir sistematicamente nas forças armadas brasileiras.

Conforme foi possível verificar, a formação de uma associação católico-militar e o seu crescimento em âmbito nacional, na década de 1920 e anos seguintes, somente foi possível mediante a atuação de uma extensa rede de apoio que incluiu outras associações católicas como a Conferência de São Maurício, o Centro da Boa Imprensa e a sociedade de Santo Ivo e também outras instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IHGMB), o colégio Anchieta e o jornal A Cruz (que divulgou intelectuais católicos-militares).

Além das referidas instituições, foi possível identificar intelectuais e políticos que integravam, com grande destaque, a rede de sociabilidade aliada à UCM como: Pandiá Calógeras (Ministro da Guerra de Epitácio Pessoa), Jackson de Figueiredo (intelectual católico de maior destaque nos anos 1920), o padre Leonel Franca (membro do clero e intelectual católico em ascensão nos anos 1920 que tinha boas relações na sociedade civil, em especial com a comunidade jurídica) e o padre Madureira (jesuíta que foi pioneiro na promoção dos retiros religiosos durante a década de 1910 e 1920). Além destes, também foram mencionados como intelectuais aliados: Amoroso Lima (católico que assumiu a liderança do Centro Dom Vital após a morte de Jackson de Figueiredo) e Gustavo Barroso (advogado, escritor e diretor por muitos anos do Museu Histórico Nacional), dentre outros.

No que diz respeito aos militares-católicos, por meio da imprensa católico-militar foi possível notar a especial relevância de: Coronel Augusto Eduardo da Silva (presidente da UCM, em 1929, que foi homenageado nos exemplares 10 e 11 por sua gestão), Coronel Jorge Pinheiro (diretor de O Centurião e redator da coluna Ciência e Fé que esteve em todos os exemplares do primeiro periódico católico-militar), coronel Benjamin da Fonseca (redator de O Centurião e intelectual ativo na imprensa católica, por meio de seus artigos publicados no jornal A Cruz onde defendeu repetidamente o retorno da assistência religiosa às forças armadas), o tenente Barreto Lins (um dos fundadores da Conferência de São Maurício em 1917), o aspirante a oficial Severino Sombra (que presidia a Conferência de São Maurício em 1928) e o general Octávio Azeredo Coutinho (homenageado no exemplar número 9 em razão do seu zelo na organização de uma missa durante a semana santa), dentre outros colaboradores.

No capítulo 1, buscou-se demonstrar que, apesar da Igreja católica desejar recuperar sua influência nas forças armadas, reduzida por ocasião da Proclamação da República, foi na década de 1920, mais especificamente, em 1922, que esta reaproximação entre a Cruz e a Espada pode prosperar nacionalmente.

O contexto que permitiu acelerar esta reaproximação foi a crise militar deflagrada pelo movimento tenentista. O Ministério da Guerra liderado pela primeira vez por um civil, Pandiá Calógeras, durante o governo Epitácio Pessoa, facilitou essa aproximação, que contou com o apoio de inúmeros oficiais católicos. Os católicos-militares foram vistos como uma garantia de ordem contra a sublevação militar tenentista e, assim, buscou-se uma recatolicização do exército brasileiro. Durante o governo de Arthur Bernardes, permaneceu esse fomento ao desenvolvimento de um grupo conservador religioso dentro das Forças Armadas. Jackson de Figueiredo foi uma dessas pontes, chegando a exercer cargo na administração de Bernardes.

Pelo regulamento da UCM, fica bastante evidenciada a importância atribuída a uma educação religiosa católica como meio de fazer prevalecer nas Forças Armadas a disciplina e o respeito às autoridades.

A UCM nasceu como um aparelho de hegemonia do conservadorismo/reacionarismo católico que por meio de cerimônias religiosas, festejos, retiros e também pela imprensa católica e católico-militar buscou disseminar uma ideologia contrária ao movimento tenentista, formando aquilo que entendia ser o soldado ideal: o católico-militar.

As narrativas de origem da UCM que buscaram ocultar a crise militar e posicionar o surgimento da associação como um gesto de alguns militares católicos em uma comemoração, ocorrida no ano de 1922, possuem várias significações. Simularam uma unidade que não havia nas Forças Armadas ou tentaram atenuar o dissenso que havia nos anos 1920. Tentaram despolitizar o surgimento da UCM e, também, tiraram do foco as influências externas decisivas para desenvolvimento da associação como a ação da Igreja Católica e o apoio do governo.

No capítulo 2, ao se buscar um aprofundamento acerca das bases do pensamento católico-militar, refletiu-se sobre o conservadorismo/reacionarismo católico brasileiro dos anos 1910 e 1920 e o papel atribuído aos intelectuais católicos de então. Ao catolicismo era atribuído o papel de mediador entre tradição e razão, pacificador entre patrões e empregados, e de promotor da ordem e disciplina.

Um dos principais meios para que o catolicismo pudesse exercer a sua ação educativa era a imprensa católica. Por meio desta, se faria um contraponto aos chamados perigos do mundo moderno, assim como se efetivaria o combate contra a imprensa e intelectuais anticatólicos. Na seção sobre a imprensa católica, evidenciou-se a tensão vivida com a modernidade. Ao mesmo tempo em que se sinalizava para os perigos do mundo moderno, pregava-se que a imprensa católica, para ser atrativa para os leitores, deveria se modernizar, estar atualizada diante das últimas transformações tecnológicas.

A coluna Ciência e Fé, analisada no segundo capítulo, é indicativa do quanto essa tensão se tornava ainda maior no âmbito militar. A necessidade de as Forças Armadas brasileiras estarem se modernizando frente às radicais mudanças tecnológicas ocorridas no início do século XX deixava a ciência como um aspecto central para o campo militar. Dentro deste cenário, o intelectual católico-militar responsável por dirigir *O Centurião*, o coronel Jorge Pinheiro, dedicou colunas específicas para a temática Ciência e Fé em todos os exemplares do periódico católico-militar. O seu objetivo era demonstrar que o catolicismo não era impeditivo para o progresso científico, ou seja, que a recatolicização das forças armadas não se constituiria em óbice para os projetos modernizadores de então.

Nessa coluna, e também em outros textos, se educavam os católicos-militares sobre a possibilidade de se harmonizar ciência e fé, mas, ao mesmo tempo, apontava-se a primazia da fé em caso de conflito. Também se apontava como a educação podia ser uma fonte de perigos, caso estivesse desvinculada dos princípios católicos. Os

professores foram apontados como aqueles que precisam ser vigiados, em especial, o professor de história, conforme pode ser visto no texto do oficial Barreto Lins.

Ainda no capítulo 2, estudou-se um antecedente da formação da UCM: a conferência de São Maurício. O surgimento desta em 1917, na Escola Militar do Realengo, aponta como a Igreja católica já havia conseguido penetrar novamente no campo militar, antes mesmo da crise deflagrada pelo movimento tenentista. Os mauricianos, católicos-militares integrantes da conferência de São Maurício, foram agentes importantes na constituição e difusão da UCM. Este grupo aponta também para a importância dos vicentinos no processo de religação da Cruz com a Espada.

Outro ponto estudado foi o processo de estabelecimento de um culto à Duque de Caxias, do qual os católicos-militares fizeram parte. Conforme colocou Castro (2000), a criação do culto à Caxias fez parte de um processo de reorganização simbólica no campo militar em meio a qual se buscou uma nova identidade para o exército.

Os católicos-militares contribuíram para esse culto, sendo ativos neste processo de criação de uma nova identidade para o Exército brasileiro. Através de O Centurião foi possível identificar a importância do vínculo do Duque de Caxias com o catolicismo para que ele fosse escolhido como o mais alto modelo de militar brasileiro.

Esta etapa da pesquisa também sugeriu mais braços da rede de suporte aos católicos militares: a missão francesa e a revista A defesa Nacional. Os católicos-militares convergiram com a missão francesa não somente no apoio ao estabelecimento do culto à Caxias, mas também na sua oposição ao movimento tenentista. Alunos de destaque da missão francesa se notabilizaram na defesa do catolicização das forças armadas brasileiras.

O major João Batista Magalhães, por exemplo, foi um aluno da missão francesa que, posteriormente estudou na Escola Superior de Guerra da França e, conforme destacou Elíbio Jr (2018), foi um dos defensores da importância do catolicismo nas forças armadas brasileiras na revista A Defesa Nacional (uma das mais importantes publicações do campo militar brasileiro), da qual foi redator e membro do grupo mantenedor. Sepúlveda (2010) também sinalizou para a influência do catolicismo na Revista A Defesa Nacional ao identificar que, entre 1923 e 1935, este periódico teria demonstrado a ascensão de mais um grupo no campo militar: a UCM. A Revista A defesa Nacional chegou a publicar junto às suas páginas, um exemplar de O Centurião, prestigiando a União Católica Militar e auxiliando na sua divulgação.

Ademais, a influência militar francesa foi bastante evidente nas páginas de O Centurião através de extensas homenagens prestadas a militares franceses como o Marechal Foch e o Marechal Bocicaut, assim como as reverências prestadas ao rei São Luiz.

No capítulo 3, buscou-se percorrer um trajeto que esclarecesse o tipo de nacionalismo que foi difundido pelos católicos-militares. Um nacionalismo imbuído de elementos ufanistas e portador de uma determinada (re)leitura da história brasileira e militar que colocava o catolicismo como elemento central da identidade, do católico-militar a ser formado.

Para se transmitir o nacionalismo católico e educar os militares e seus familiares, recorreu-se a meios que foram além da imprensa católica e católico-militar. Lançaram mão de festejos, (re)criaram tradições. Merece destaque a festa da Páscoa dos Militares.

Por meio dessas festas, instituíram-se novas tradições, valores e modelos de referência. A promoção destas comemorações estava instituída no regulamento da UCM, criado na década de 1920. Dentre os seus objetivos estava fortalecer o sentimento de camaradagem, amizade e bem-estar, ou seja, era uma maneira de se construir uma aproximação entre os militares, de se buscar uma unidade em meio à divisão potencializada pelo movimento tenentista.

A Páscoa dos Militares, evento frequentemente utilizado como meio de propagandear a unidade militar e o seu prestígio, foi associada ao dia do "descobrimento" do Brasil porque a sua comemoração coincidia com o feriado do "descobrimento". Isto era uma forma de dar um caráter cívico ao festejo, contribuindo para a difusão de um nacionalismo católico.

Outro aspecto refere-se ao feriado de Tiradentes, 21 de abril, porque essa data seria utilizada para se fazer os últimos preparativos para a páscoa militar. A utilização desta data era uma forma de homenagem ao "soldado-mártir". Assim, em síntese, pode-se perceber que nessas tradições existiam múltiplas camadas de simbolismo. O festejo da Páscoa militar além de representar um nacionalismo católico, também difundia um modelo de militar, o militar religioso, republicano, que, de maneira similar a São Maurício, teria aceitado de forma pacífica e obediente o seu destino.

No capítulo 4, tentou-se evidenciar aspectos ainda não delineados do projeto educacional católico-militar e também dar mais ênfase a algumas características já enunciadas. Neste sentido, apontou-se a ação meticulosa e pioneira dos retiros religiosos no processo de conquista de militares para a causa da assistência religiosa, em especial a

ação dos jesuítas nesse processo. Ao se estudar a cerimônia do adeus dos reservistas e mais alguns textos de O Centurião, foi possível mais uma vez verificar o incentivo para a formação de famílias católicas e o papel tradicional que era atribuído às mulheres.

Ao se refletir sobre o contexto educacional da Primeira República, observou-se a importância dos projetos modernizadores e o papel central conferido à educação. O campo militar pioneiro no processo de industrialização brasileiro, conforme apontou Alves (2002), continha, desde muito cedo, uma preocupação modernizante e centrada no valor da educação.

Os católicos-militares também apostaram no papel da educação, trazendo para o campo militar a ideia de que a educação católica não atrapalharia o processo modernizador e ainda resolveria a questão disciplinar. Era a crença conservadora no papel da educação religiosa católica como meio de resolver a crise político e social dos anos 1920, sendo aplicada ao campo militar. Neste sentido, o retorno da Assistência religiosa às forças armadas recebeu uma conotação educacional e foi defendido como uma maneira de oferecer uma formação católica aos militares.

Assim, tem-se caracterizado o surgimento e a difusão de um grupo bem específico e sua respectiva visão de mundo no campo militar brasileiro: os católicos militares e o conservadorismo/reacionarismo católico-militar. Foram estudados os meandros da sua formação e atuação entre 1917 e 1930 e foi possível observar a sua contribuição para o retorno da assistência religiosa às Forças Armadas. Por esse ângulo, observou-se que a ação dirigida das forças do campo religioso teve papel decisivo na constituição da identidade que se tornou hegemônica no meio militar brasileiro no século XX.

Fontes

A CRUZ: órgão da paróquia de S. João Baptista. Rio de Janeiro, Ano II, n. 11, 06/02/1921.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano IV, n. 4, 22/01/1922.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano VII, n. 13, 22/03/1925.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano V, n.35, 26/08/1923.

A CRUZ: órgão da paróquia de S. João Baptista. Rio de Janeiro, Ano II, n.9, 09/01/1921.

A CRUZ: órgão da paróquia de S. João Baptista. Rio de Janeiro, Ano II, n.10, 23/01/1921.

A CRUZ: órgão da paróquia de S. João Baptista. Rio de Janeiro, Ano II, n.24, 07/08/1921.

A CRUZ: órgão da paróquia de S. João Baptista. Rio de Janeiro, Ano II, n.25, 21/08/1921.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano IV, n.3, 15/01/1922.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano IV, n.49, 03/12/1922.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano VII, n.7, 11/01/1925.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano VII, n.19, 03/05/1925.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano V, n.32, 05/08/1923.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano X, n. 26, 24/06/1928.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano X, n. 41, 07/10/1928.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano X, n.40, 30/09/1928.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano XII, n.19, 11/05/1930.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano XII, n.29, 20/07/1930.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano V, n.52, 23/12/1923.

A CRUZ, Rio de janeiro, Ano XII, n.22, 01/06/1930.

O BOM SOLDADO: Boletim de Informações da União Católica dos Militares. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, ano II, n. 6, setembro 1939.

O BOM SOLDADO: Boletim de Informações da União Católica dos Militares. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, ano III, n. 10, setembro 1940.

O BOM SOLDADO: Boletim de Informações da União Católica dos Militares. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, ano III, n. 8, março 1940.

O BOM SOLDADO: Boletim de Informações da União Católica dos Militares. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, ano IV, n. 14, outubro 1941.

O BOM SOLDADO: Boletim de Informações da União Católica dos Militares. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, ano IV, n.12, Março 1941.

O BOM SOLDADO: Boletim de Informações da União Católica dos Militares. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, ano VII, n.24, Junho 1944.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, n 3-4, julho/agosto 1928.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, n 5-6, setembro/outubro 1928.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, n 7-8, novembro/dezembro 1928.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, n 2, junho 1928.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, n12, abril 1929.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, n9, janeiro 1929.

O CENTURIÃO: Órgão da União Catholica Militar. Rio de Janeiro: Centro da Boa Imprensa, n10-11, fevereiro/março 1929.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA**,** Cláudio Aguiar. Em plena guerra*:* imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século xx. **Revista História,** São Paulo, n. 174, p. 327-359, jan.-jun., 2016. Disponível em http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115719. Acesso em 20/09/2020.

ALVES, Claudia Maria Costa. **Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império.** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil, 1920-30 (I-II*).* **Síntese política e econômica**, n. 10 - 11, 1977.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2007.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Amada pátria idolatrada: um estudo da obra porque me ufano do meu país, de Affonso Celso (1900).** Educar, n. 20, p. 245-260. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984, p. 273-341, vol .4.

BOITEUX, José. https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/ , 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose_Boiteux. Acesso em: 06/11/2022

BURKE**,** Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França.** São Paulo: Edipro, 2014.

CAMPOS, Raquel Discini. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan/abr. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CARVALHO, Maria Bernadete Oliveira de. **Ser Conservador.** Revista Espaço Acadêmico – N° 50 – Julho/2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: editora brasiliense, 1989.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1995.

CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao Patrono do Exército Brasileiro.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v.14, n. 25, p.103-117, 2000.

CELSO, Affonso. **Porque me ufano do meu país.** Livraria Garnier: Rio de janeiro, 1900.

CORNWELL, John. **O papa de Hitler – A História secreta de Pio XII.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República.** Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: governo provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Projetos republicanos e a questão da educação nacional**. Disponível em: http://www.portal.fae.ufmg.br/pensareducacao/downloads/textos_confs/conf_cury.pdf. Acesso em: 22/07/2020.

DE CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. In: DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

DESCHAND, Desiderio. **A situação atual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro-Editor, 1910.

DESCHAND, Desiderio. **Os grandes sábios e a fé na época contemporânea.** Rio de Janeiro: Sociedade de São João Evangelista. S/D.

DIAS, Carmem Lydia de Sousa. Quaresma/Ressureição. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 3-11.

ELÍBIO JR., Antônio Manoel; NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista A Defesa Nacional: Memória e política (1931-1937).** História e Cultura, v.7, n°2, p.1-20, 2018.

Eugênio Vilhena de Moraes. Rio de Janeiro: IHGB. Disponível em: https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/EVMorais.html . Acesso em: 24/07/2020.

FAUSTO, Bóris. A expansão do café e a política cafeeira. In: **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo 3: O Brasil Republicano, v.1, São Paulo: Difel, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro.** 2ªed., Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

FIGUEIREDO, Jackson. **Do Nacionalismo na Hora Presente. Carta de um católico sobre as razões do movimento nacionalista no Brasil.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil/Livraria Católica, 1921.

FIGUEIREDO, Jackson. **A reação do bom senso/contra o demagogismo e a anarquia militar.** Rio de Janeiro: Edição do anuário do Brasil, 1922.

FIGUEIREDO, Jackson. **Pascal e a Inquietação moderna**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1922.

FIGUEIREDO, Jackson. **A Coluna de Fogo**. Rio de Janeiro: Edição do Centro D. Vital. Annuário do Brasil, 1925.

FONTES, José Silvério Leite. **Razão e fé em Jackson de Figueiredo**. Aracaju: Edufs, 1998.

FONSECA, Rita Sacadura. Introdução. In: MAISTRE, Joseph de. **Considerações sobre a França.** Coimbra: Edições Almedina, 2010.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. **A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo.** Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, n.23, abr./jun., 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRANCA, Leonel. **A Igreja, a Reforma e a Civilização**. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1922.

FRACARRO, Glaucia Cristina Candian. **Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo.** Rev. Bras. Hist. [online]. 2017

FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC, v.6, n.11, 1993. Disponível em : http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1947/1086 Acessado em 20/09/2020.

GAHYVA, Helga. **Notas sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito.** Política e Sociedade –Florianópolis – Vol.16 – N° 35 – Jan./Abr. de 2017.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Mauro Castilho. **Integralismo Lusitano, Nacionalismo Católico e Educação: contatos entre Intelectuais Brasileiros e Portugueses (1913-1934)**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 8, n.14, jan./jun. 2016.

GUILLERMOU, Alain. **Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus.** Rio de Janeiro: Agir editora, 1973.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

GUTIERRES, Edison Aparecido**. Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e o projeto educacional presbiteriano no Brasil.** Paraná, Universidade Estadual de Maringá, 2010.

HERNANDES, Paulo Romualdo. **Os exercícios espirituais da Companhia de Jesus e a educação.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p.292-312, jun. 2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5158/art18_30.pdf . Acesso em: 29/05/22.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. **"Conservatism as an ideology".** The American Political Science Review, Washington, DC,51,n.2,p.454-473,jun.1957.

Lista de nossos antigos associados e fundadores. Rio de Janeiro: IGHMB, 06/11/2018. Disponível em: http://www.ighmb.org.br/Falecidos.pdf. Acesso: 24/07/2020.

LEONARDI, Paula. **Educação e catolicismo.** Pensar a Educação em Revista, Curitiba/Belo Horizonte, v.2, n.4, p.3-23,out-dez/2016.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. **Enciclopédia: memória-história**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 20ª ed., São Paulo: Cortez, 2015.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916/1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAISTRE, Joseph de. **Considerações sobre a França.** Coimbra: Edições Almedina, 2010.

MANNHEIM, Karl**. Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Helena. **Mulheres na Primeira Guerra Mundial: mudança e permanências**. Respublica, Lisboa, Setembro 2015.

GONÇALVES, Marco. Missionários da 'boa imprensa': a revista *Ave Maria* e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 28, n.55, pp.63-84, jan.-junho 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense; 1990.

PAULILO, André Luiz. **Uma historiografia da modernidade educacional**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol.23, n°45, p.27-49, janeiro-junho de 2010.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002**.** (Dissertação em História).

PIRES, Aloildo Gomes. **Eleições presidenciais na Primeira República: uma abordagem estatística.** Salvador: São Judas Tadeu, 1995.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e Reação Republicana**. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1994.

RIBEIRO, Ana Luísa Mota. **Lafayette Rodrigues Pereira e o casamento civil**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. (Monografia em Direito).

RIBEIRO, Cilmara. **ETEC JOÃO GOMES DE ARAÚJO EM PINDAMONHANGABA: a história da escola e os desafios para acompanhar a evolução da sociedade**. Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá 72 Revista v.1, n.1 – maio, 2012, São Paulo.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na independência do Brasil**. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, dezembro/2002. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br

RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Ed. Unb, 1981.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma.** Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010.

SEPÚLVEDA, José Antônio**. O papel da escola superior de guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. (Tese em Educação)

SEPÚLVEDA, José Antônio. **A União Católica Militar e a educação.** In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, Maringá, 2015.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Carlos Medeiros. Evolução do Regime Federativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: FGV, v.39, p.1-15, 1955.

SILVA, José Cláudio Sooma. **A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927-1930)**. São Paulo: USP, 2004. (Tese de Doutorado em Educação).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. O *Tenentismo*. RS: Mercado aberto, 1983.

SOUZA, Prof. Dr. Pe. Ney de. **Ação católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites.** Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

SOUZA, Rogério Luiz de; FABRICIO, Edison Lucas. **Neotomismo e política: Leonel Franca e o debate sobre modernidade e totalitarismo.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IX, n. 25, Maio/Agosto de 2016.

TAUNAY, Affonso. https://www.academia.org.br/, 2022. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/afonso-de-taunay/biografia . Acesso em: 06/11/2022.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas. 1° Volume. Da planície à borda do Altiplano.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

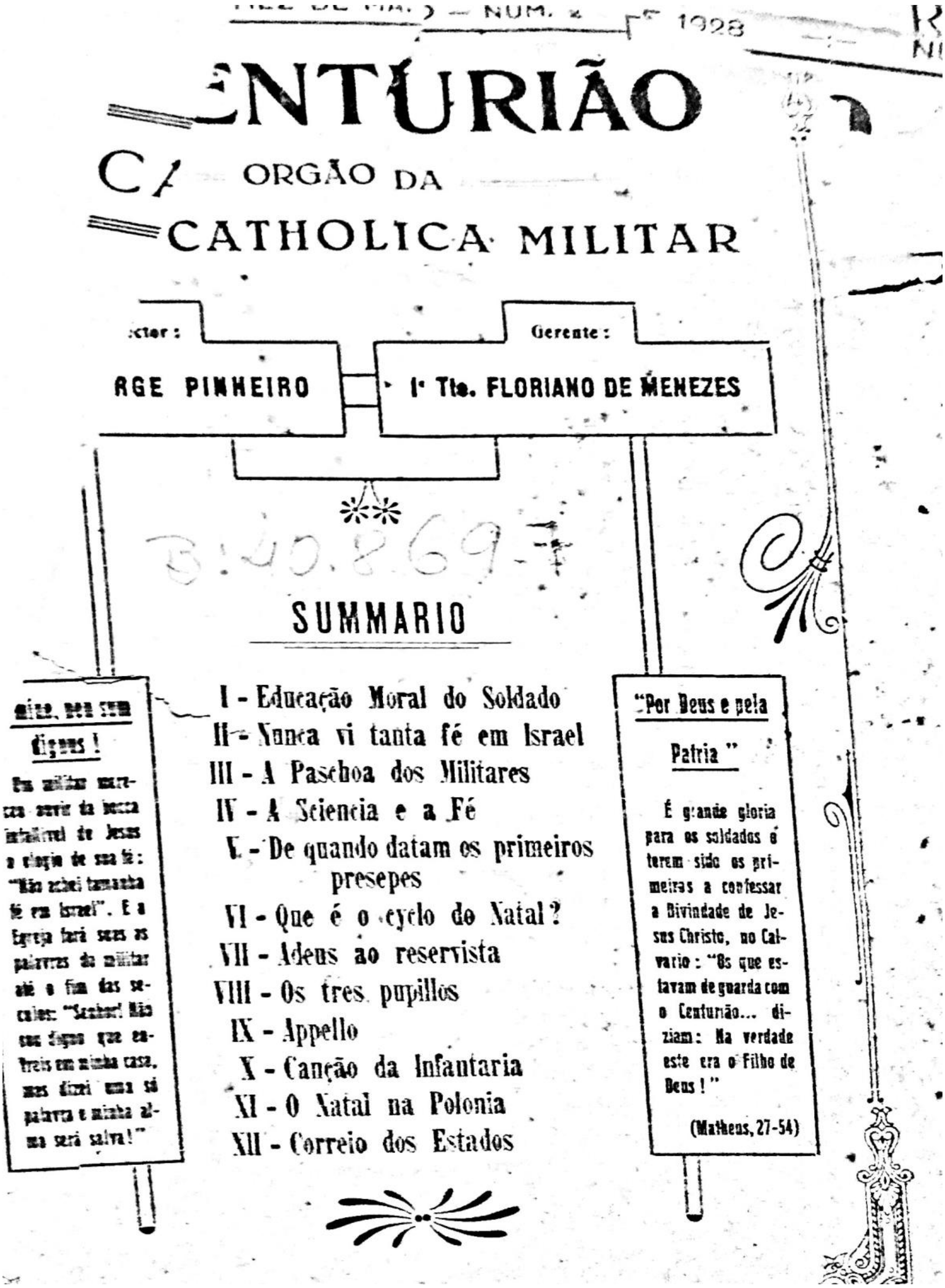
TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. **“Conservadorismo: perspectivas conceituais”.** Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol.6/ N.1,pp.86-107, dezembro 2015. Disponível em: http://revistaestudospoliticos.com/.

TORRES, Pedro Henrique Lessa. **A estratégia política do Correio da Manhã na campanha presidencial de 1922**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. (Dissertação em História).

VAZ, Henrique C. de Lima. **Leonel Franca e a cultura católica no Brasil.** Síntese Nova Fase. Belo Horizonte. V.25, n°82, 1998.

APÊNDICE

Capa do exemplar n° 2 de O Centurião



... NUM. 2 ... 1928

ENTURIÃO

C... ORGÃO DA

CATHOLICA MILITAR

...ctor: ...RGE PINHEIRO

Gerente: 1° Tte. FLORIANO DE MENEZES

B: 40.869-7

SUMMARIO

I - Educação Moral do Soldado
II - Nunca vi tanta fé em Israel
III - A Paschoa dos Militares
IV - A Sciencia e a Fé
V - De quando datam os primeiros presepes
VI - Que é o cyclo do Natal?
VII - Adeus ao reservista
VIII - Os tres pupillos
IX - Appello
X - Canção da Infantaria
XI - O Natal na Polonia
XII - Correio dos Estados

...mine, non sum dignus!

Um militar mereceu ouvir da bocca infallivel de Jesus o elogio de sua fé: "Não achei tamanha fé em Israel". E a Egreja fará suas as palavras do militar até o fim dos seculos: "Senhor! Não sou digno que entreis em minha casa, mas dizei uma só palavra e minha alma será salva!"

"Por Deus e pela Patria"

É grande gloria para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a Divindade de Jesus Christo, no Calvario: "Os que estavam de guarda com o Centurião... diziam: Na verdade este era o Filho de Deus!"

(Matheus, 27-54)

Capa do exemplar n° 3 e n° 4 de O Centurião


ANNO I — Julho e Agosto — NUMS. 3 e 4

O CENTURIÃO

ORGÃO DA

UNIÃO CATHOLICA MILITAR

Director: Coronel JORGE PINHEIRO

Gerente: 1º Te. FLORIANO DE MENEZES

"Domine, non sum dignus!"

Um militar mereceu ouvir da bocca infallivel de Jesus o elogio de sua fé: "Não achei tamanha fé em Israel". E a Egreja fará suas as palavras do militar até o fim dos seculos: "Senhor! Não sou digno que entreis em minha casa, mas dizei uma só palavra e minha alma será salva!"

SUMMARIO

I — *O Dia do Soldado.*
II — *Pela rechristianização do Exercito.*
III — *O destino do homem.*
IV — *Os colonos.*
V — *A sciencia e a Fé.*
VI — *A Paschoa dos Militares em Nictheroy.*
VII — *A' S. S. Virgem Maria.*
VIII — *Os inimigos da Egreja.*
IX — *S. Luiz, Rei de França.*
X — *A Vida.*
XI — *A Cruz e a Espada.*
XII — *Profissão de fé.*
XIII — *São Francisco de Assis.*
XIV — *Os retratos de São Pedro e São Paulo.*
XV — *Correio dos Estados.*
XVI — *Agradecimentos.*
XVII — *O homem prudente.*
XVIII — *Como se fabricam os sinos.*
XIX — *Uma Conferencia do Sr. Pandiá Calogeras.*
XX — *A perseguição religiosa no Mexico.*

"Por Deus e pela Patria"

"É grande gloria para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a Divindade de Jesus Christo, no Calvario: "Os que estavam de guarda com o Centurião... diziam: Na verdade este era o Filho de Deus!"

(Matheus, 27-54)

Capa do exemplar N° 5 e 6 de O Centurião


ANNO I — SETEMBRO E OUTUBRO — NUMS. 5 e 6

O CENTURIÃO

ORGÃO DA

UNIÃO CATHOLICA MILITAR

Director:
Coronel JORGE PINHEIRO

Gerente:
1º Ten. FLORIANO DE MENEZES

Domine, non sum dignus!

Um militar mereceu ouvir da bocca infallivel de Jesus o elogio de sua fé: "Não achei tamanha fé em Israel". E a Egreja fará suas as palavras do militar até o fim dos seculos: "Senhor! Não sou digno que entreis em minha casa, mas dizei uma só palavra e minha alma será salva!"

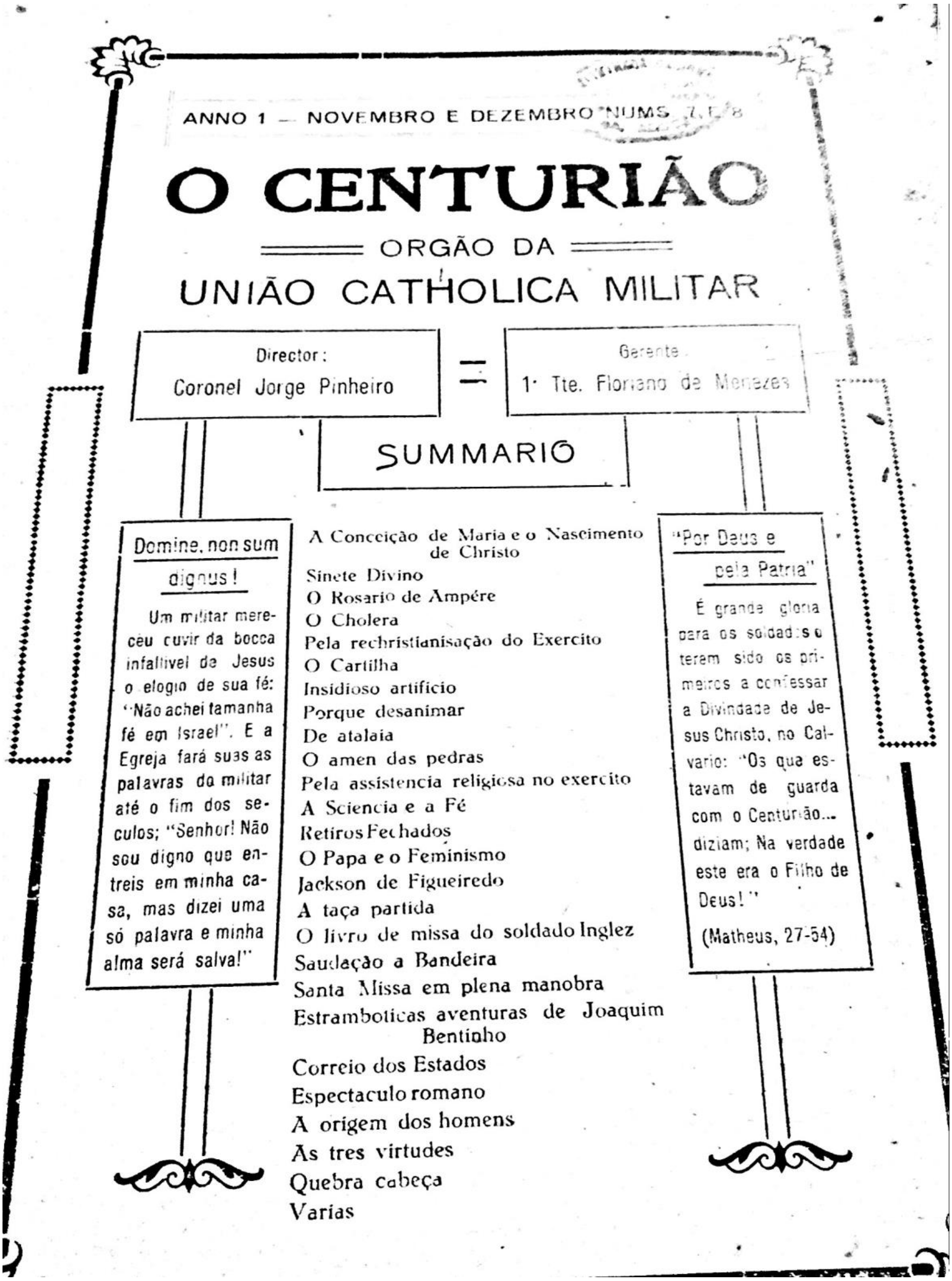
SUMMARIO

"Por Deus e pela Patria"

E' grande gloria para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a Divindade de Jesus Christo, no Calvario: "Os que estavam de guarda com o Centurião... diziam: Na verdade este era o Filho de Deus!"

(Matheus, 27-54)

Capa do exemplar n° 7 e 8 de O Centurião



ANNO 1 — NOVEMBRO E DEZEMBRO NUMS. 7 E 8

O CENTURIÃO

ORGÃO DA

UNIÃO CATHOLICA MILITAR

Director: Coronel Jorge Pinheiro

Gerente: 1° Tte. Floriano de Menezes

SUMMARIO

Domine, non sum dignus!

Um militar mereceu ouvir da bocca infallivel de Jesus o elogio de sua fé: "Não achei tamanha fé em Israel". E a Egreja fará suas as palavras do militar até o fim dos seculos; "Senhor! Não sou digno que entreis em minha casa, mas dizei uma só palavra e minha alma será salva!"

"Por Deus e pela Patria"

É grande gloria para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a Divindade de Jesus Christo, no Calvario: "Os que estavam de guarda com o Centurião... diziam; Na verdade este era o Filho de Deus!"

(Matheus, 27-54)

Capa do exemplar n° 9 de O Centurião



ANNO 1 JANEIRO DE 1929 NUM. 9

O CENTURIÃO

ORGÃO DA

UNIÃO CATHOLICA MILITAR

Director:
Coronel Jorge Pinheiro

Gerente:
1· Tte. Floriano de Menezes

SUMMARIO

Domine, non sum dignus!

Um militar mereceu ouvir da bocca infallivel de Jesus o elogio de sua fé: "Não achei tamanha fé em Israel". E a Egreja fará suas as palavras do militar até o fim dos seculos; "Senhor! Não sou digno que entreis em minha casa, mas dizei uma só palavra e minha alma será salva!"

Os Magos do Oriente
Pela rechristianisação do exercito
Amor fraternal
A' victoria
As estrambolicas aventuras de Bentinho Tincuan
Os primeiros protestantes
Regulamento da União Catholica Militar
A Sciencia e a Fé
Ordem do dia
Topicos
A benção das espadas dos guardas Marinha
Os Monges
A confissão
Escola de desequilibrio
Correio dos Estados

"Por Deus e pela Patria"

É grande gloria para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a Divindade de Jesus Christo, no Calvario: "Os que estavam de guarda com o Centurião... diziam; Na verdade este era o Filho de Deus!"

(Matheus, 27-54)

Capa do exemplar n° 10 e 11 de O Centurião



ANNO 1 FEVEREIRO e MARÇO 1929 NUM. 10 e 11

O CENTURIÃO

ORGÃO DA

UNIÃO CATHOLICA MILITAR

ADMINISTRAÇÃO

Coronel Jorge Pinheiro
Coronel Benjamim Raphael da Fonseca
Capitão Paulo Joaquim Lopes
1· Tenente Floriano de Menezes
1· Tenente Jorge Barreto Lins

SUMMARIO

Domine, non sum dignus!

Um militar mereceu ouvir da bocca infallivel de Jesus o elogio de sua fé: "Não achei tamanha fé em Israel". E a Egreja fará suas as palavras do militar até o fim dos seculos; "Senhor! Não sou digno que entreis em minha casa, mas dizei uma só palavra e minha alma será salva!"

"Por Deus e pela Patria"

É grande gloria para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a Divindade de Jesus Christo, no Calvario: "Os que estavam de guarda com o Centurião... diziam; Na verdade este era o Filho de Deus!"

(Matheus, 27-54)

Capa do exemplar n° 12 de O Centurião



ANNO 1 ABRIL 1929 NUM. 12

O CENTURIÃO

ORGÃO DA

UNIÃO CATHOLICA MILITAR

Director: Coronel Jorge Pinheiro
Secretario: 1.º T.te Jorge Barreto Lins
Gerente: 1.º T.te Floriano de Menezes
Redactores: Coronel Benjamim Raphael da Fonseca e Capitão Paulo Joaquim Lopes.

Domine, non sum dignus!

Um militar mereceu ouvir da bocca infallivel de Jesus o elogio de sua fé: "Não achei tamanha fé em Israel". E a Egreja fará suas as palavras do militar até o fim dos seculos: "Senhor! Não sou digno que entreis em minha casa, mas dizei uma só palavra e minha alma será salva!"

SUMMARIO

Um anno de existencia
A' Eucharistia, centro da vida chistã.
A' encarnação
O Crucifixo é o livro instructivo
O mosquito e o homem
As moscas de S. Narciso
Pela Rechristianisação do exercito
A sciencia e a fe
Justica e misericordia
Bom, mas não muito
O elephante furioso
A intercessão da Virgem
O corneta da morte
Correio dos estados
Marechal Foch
Não tenho tempo
O Marechal Bocicaut
Quebra cabeça

"Por Deus e pela Patria"

É grande gloria para os soldados o terem sido os primeiros a confessar a Divindade de Jesus Christo, no Calvario: "Os que estavam de guarda com o Centurião... diziam: Na verdade este era o Filho de Deus!"

(Matheus, 27-54)

Capa do exemplar n° 1 de O Bom Soldado

O BOM SOLDADO

N. 1 Julho 1938

Boletim de informações da União Catolica dos Militares
Secretaria Geral — Rio de Janeiro — Rua Rodrigo Silva, 3

O Bom Soldado

EM prosseguimento ao "Boletim", que apareceu nos primeiros tempos, e de "O Centurião", que circulou depois, a Secretaria Geral da União Catolica dos Militares inicia agora a publicação de "O BOM SOLDADO".

O objectivo deste periodico é estabelecer e provocar ligações com os militares catolicos de todas as guarnições brasileiras, levar-lhes e solicitar-lhes informações, avivar o espirito de camaradagem, provocar relações de afeto entre os militares catolicos de corporações diferentes, e entreter a vida cristã entre as classes militares.

O BRASIL ESPERA QUE CADA BOM SOLDADO SAIBA CUMPRIR O SEU DEVER.

Pascoa dos Militares de 1938

Celebrou-se, pela XV.ª vez, a Páscoa dos Militares.

Este acontecimento teve repercussão, este ano, em todas as guarnições brasileiras: a 8 de Maio nas 1.ª, 2.ª, 6.ª, 7ª, 8.ª e 9ª R. M.; a 19 de Junho nas 3ª, 4ª e 5ª Regiões. Motivos de retardo de incorporações ocasionaram esta dualidade de atos.

Parece, em nenhum dos anos anteriores, esta querida e tradicional festividade teve tanto concurrencia e brilhantismo.

Deve-se este feliz exito, de um lado, aos Exmos. Arcebispos e Bispos e vigarios das sédes das guarnições militares, que deram a esse certame eucaristico o melhor de sua benevoelncia e solicitude; de outra parte, cabem applausos aos nossos camaradas que as promoveram e por ela trabalharam esforçadamente! Não podemos calar a nossa admiração e o nosso reconhecimento para com os Exmos. Interventores do Ceará, Pernambuco e R. G. do Norte e demais autoridades civis que prestigiaram essa demonstração de Fé, que a recomendaram e que dela partilharam.

Foi edificante o exemplo do nosso chefe e amigo Exmo. Gen.

(Continúa na 2ª pag.)

Capa do último exemplar de O Bom Soldado

O BOM SOLDADO

Boletim da União Católica dos Militares

Sede Provisória: Biblioteca do Exército — Quartel General do Exército (ala Marcílio Dias — 3º andar)

Redatores: Ten.-Cel. *Luiz Guimarães Regadas* e Maj. *Francisco Fernandes Carvalho Filho*

ANO XIII . AGÔSTO DE 1953 N. 39

A PÁSCOA DOS MILITARES DE 1953



O Altar na Páscoa Central

Capa do primeiro exemplar de O Bom Militar

O BOM MILITAR

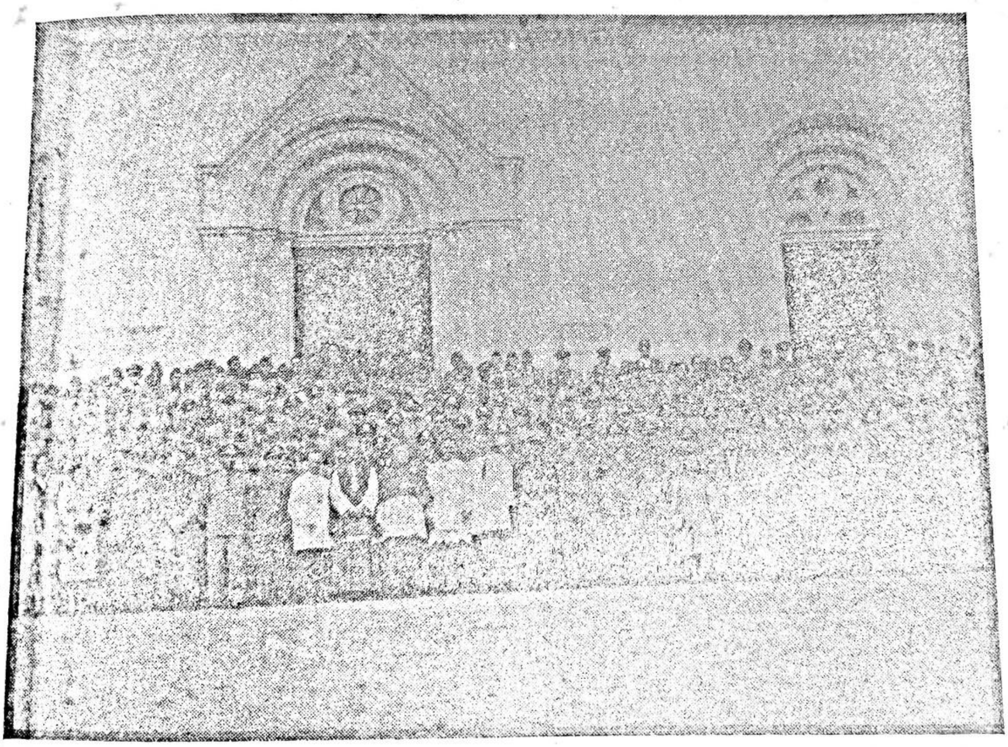
Boletim da União Católica dos Militares

Sede Provisória : Biblioteca do Exército — Quartel General do Exército (ala Marcílio Dias — 3º andar)

Redatores : Ten.-Cel. *Luiz Guimarães Regadas* e Maj. *Francisco Fernandes Carvalho Filho*

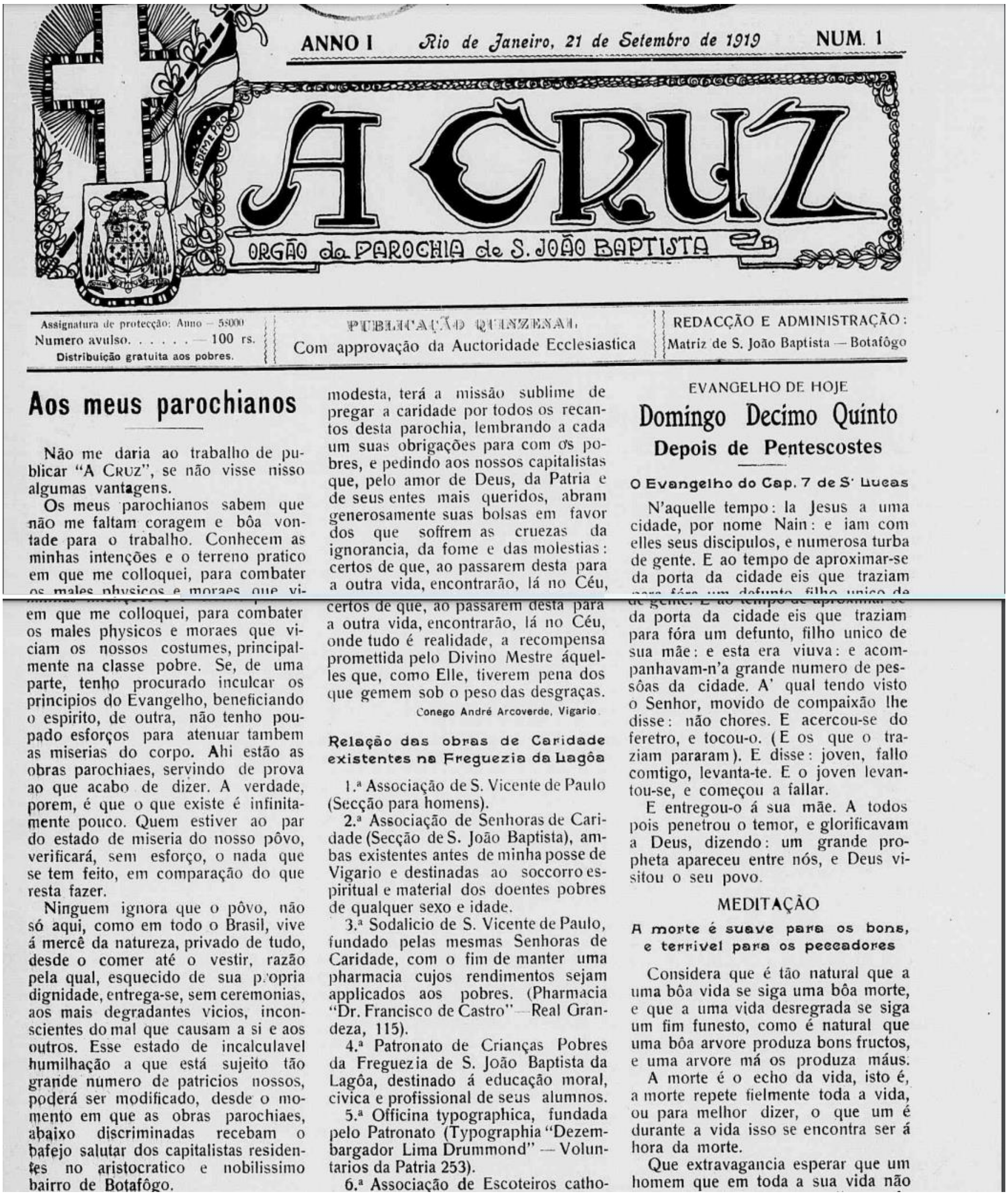
ANO XIII | OUTUBRO DE 1953 | N. 40

A PÁSCOA EM JUIZ DE FORA



Vista parcial

Capa do primeiro exemplar do jornal A Cruz



ANNO I — Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1919 — NUM. 1

A CRUZ

ORGÃO da PAROCHIA de S. JOÃO BAPTISTA

Assignatura de protecção: Anno — 5$000
Numero avulso. . . . . . — 100 rs.
Distribuição gratuita aos pobres.

PUBLICAÇÃO QUINZENAL
Com approvação da Auctoridade Ecclesiastica

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Matriz de S. João Baptista — Botafôgo

Aos meus parochianos

Não me daria ao trabalho de publicar "A Cruz", se não visse nisso algumas vantagens.

Os meus parochianos sabem que não me faltam coragem e bôa vontade para o trabalho. Conhecem as minhas intenções e o terreno pratico em que me colloquei, para combater os males physicos e moraes que viciam os nossos costumes, principalmente na classe pobre. Se, de uma parte, tenho procurado inculcar os principios do Evangelho, beneficiando o espirito, de outra, não tenho poupado esforços para atenuar tambem as miserias do corpo. Ahi estão as obras parochiaes, servindo de prova ao que acabo de dizer. A verdade, porem, é que o que existe é infinitamente pouco. Quem estiver ao par do estado de miseria do nosso pôvo, verificará, sem esforço, o nada que se tem feito, em comparação do que resta fazer.

Ninguem ignora que o pôvo, não só aqui, como em todo o Brasil, vive á mercê da natureza, privado de tudo, desde o comer até o vestir, razão pela qual, esquecido de sua propria dignidade, entrega-se, sem ceremonias, aos mais degradantes vicios, inconscientes do mal que causam a si e aos outros. Esse estado de incalculavel humilhação a que está sujeito tão grande numero de patricios nossos, poderá ser modificado, desde o momento em que as obras parochiaes, abaixo discriminadas recebam o bafejo salutar dos capitalistas residentes no aristocratico e nobilissimo bairro de Botafôgo, modesta, terá a missão sublime de pregar a caridade por todos os recantos desta parochia, lembrando a cada um suas obrigações para com os pobres, e pedindo aos nossos capitalistas que, pelo amor de Deus, da Patria e de seus entes mais queridos, abram generosamente suas bolsas em favor dos que soffrem as cruezas da ignorancia, da fome e das molestias: certos de que, ao passarem desta para a outra vida, encontrarão, lá no Céu, onde tudo é realidade, a recompensa promettida pelo Divino Mestre áquelles que, como Elle, tiverem pena dos que gemem sob o peso das desgraças.

Conego André Arcoverde, Vigario

Relação das obras de Caridade existentes na Freguezia da Lagôa

1.ª Associação de S. Vicente de Paulo (Secção para homens).

2.ª Associação de Senhoras de Caridade (Secção de S. João Baptista), ambas existentes antes de minha posse de Vigario e destinadas ao soccorro espiritual e material dos doentes pobres de qualquer sexo e idade.

3.ª Sodalicio de S. Vicente de Paulo, fundado pelas mesmas Senhoras de Caridade, com o fim de manter uma pharmacia cujos rendimentos sejam applicados aos pobres. (Pharmacia "Dr. Francisco de Castro" — Real Grandeza, 115).

4.ª Patronato de Crianças Pobres da Freguezia de S. João Baptista da Lagôa, destinado á educação moral, civica e profissional de seus alumnos.

5.ª Officina typographica, fundada pelo Patronato (Typographia "Dezembargador Lima Drummond" — Voluntarios da Patria 253).

6.ª Associação de Escoteiros catho-

EVANGELHO DE HOJE

Domingo Decimo Quinto
Depois de Pentescostes

O Evangelho do Cap. 7 de S. Lucas

N'aquelle tempo: Ia Jesus a uma cidade, por nome Nain: e iam com elles seus discipulos, e numerosa turba de gente. E ao tempo de aproximar-se da porta da cidade eis que traziam para fóra um defunto, filho unico de sua mãe: e esta era viuva: e acompanhavam-n'a grande numero de pessôas da cidade. A' qual tendo visto o Senhor, movido de compaixão lhe disse: não chores. E acercou-se do feretro, e tocou-o. (E os que o traziam pararam). E disse: joven, fallo comtigo, levanta-te. E o joven levantou-se, e começou a fallar.

E entregou-o á sua mãe. A todos pois penetrou o temor, e glorificavam a Deus, dizendo: um grande propheta apareceu entre nós, e Deus visitou o seu povo.

MEDITAÇÃO

A morte é suave para os bons, e terrivel para os peccadores

Considera que é tão natural que a uma bôa vida se siga uma bôa morte, e que a uma vida desregrada se siga um fim funesto, como é natural que uma bôa arvore produza bons fructos, e uma arvore má os produza máus.

A morte é o echo da vida, isto é, a morte repete fielmente toda a vida, ou para melhor dizer, o que um é durante a vida isso se encontra ser á hora da morte.

Que extravagancia esperar que um homem que em toda a sua vida não